

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
JORDDANA ROCHA DE ALMEIDA

**Ser jovem COM vida, [re]existir:
trajetórias itinerantes de egressos de medida socioeducativa de semiliberdade**

BELO HORIZONTE
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
JORDDANA ROCHA DE ALMEIDA

**Ser jovem COM vida, [re]existir:
trajetórias itinerantes de egressos de medida socioeducativa de semiliberdade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão social, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Sociais e Ações Coletivas

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Magela Pereira Leão

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Eunice Maria Nazareth Nonato

BELO HORIZONTE
2023

A447s
T

Almeida, Jorddana Rocha de, 1988-
Ser jovem COM vida, [re]existir [manuscrito] : trajetórias itinerantes de egressos de medida socioeducativa de semiliberdade / Jorddana Rocha de Almeida. -- Belo Horizonte, 2023.
450 f. : enc, il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Geraldo Magela Pereira Leão.
Coorientadora: Eunice Maria Nazareth Nonato.
Bibliografia: f. 427-444.
Apêndices: f. 445-450.

1. Educação -- Teses. 2. Medida socioeducativa -- Aspectos educacionais -- Teses. 3. Juventude -- Aspectos sociais -- Teses. 4. Juventude -- Assistência em instituições -- Teses. 5. Juventude socialmente desajustada -- Educação -- Teses. 6. Jovens -- Assistência em instituições -- Teses. 7. Jovens -- Condições sociais -- Teses. 8. Reabilitação de delinquentes juvenis -- Teses. 9. Delinquentes juvenis -- Educação -- Teses. 10. Delinquentes juvenis -- Aspectos sociais -- Teses.
I. Título. II. Leão, Geraldo Magela Pereira. III. Nonato, Eunice Maria Nazareth. IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 362.74

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA JORDDANA ROCHA DE ALMEIDA

Realizou-se, no dia 24 de fevereiro de 2023, às 14:00 horas, em plataforma virtual, a 911ª defesa de tese, intitulada *Ser jovem COM vida, [re]existir: trajetórias itinerantes de egressos de medida socioeducativa de semiliberdade*, apresentada por JORDDANA ROCHA DE ALMEIDA, número de registro 2019650430, graduada no curso de PEDAGOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Geraldo Magela Pereira Leão - Orientador (UFMG), Prof(a). Eunice Maria Nazareth Nonato (UNIVALE), Prof(a). Elenice Maria Cammarosano Onofre (UFSCAR), Prof(a). Elionaldo Fernandes Julião (UFF), Prof(a). Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (UFMG), Prof(a). Juliana Batista dos Reis (UFMG).

A Comissão considerou a tese: aprovada, ressaltando a relevância do tema e da proposta de pesquisa. A banca sugere a divulgação dos resultados na forma de artigos e comunicações acadêmicas.

A Banca sugeriu e o candidato acatou a mudança de título de tese para:

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2023.

Prof(a). Geraldo Magela Pereira Leão (Doutor)

Documento assinado digitalmente
gov.br GERALDO MAGELA PEREIRA LEAO
Data: 27/02/2023 15:51:37-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof(a). Eunice Maria Nazareth Nonato (Doutora)

Documento assinado digitalmente
gov.br EUNICE MARIA NAZARETHE NONATO
Data: 07/03/2023 06:30:08-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof(a). Elenice Maria Cammarosano Onofre (Doutora)

Documento assinado digitalmente
gov.br ELENICE MARIA CAMMAROSANO ONOFRE
Data: 28/02/2023 23:14:33-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof(a). Elionaldo Fernandes Julião (Doutor)

Documento assinado digitalmente
gov.br ELIONALDO FERNANDES JULIAO
Data: 27/02/2023 09:37:01-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof(a). Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (Doutor)

Prof(a). Juliana Batista dos Reis (Doutora)

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANA BATISTA DOS REIS
Data: 27/02/2023 17:06:48-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>



FOLHA DE APROVAÇÃO


Ser jovem COM vida, [re]existir: trajetórias itinerantes de egressos de medida socioeducativa de semiliberdade

JORDDANA ROCHA DE ALMEIDA


Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2023, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Geraldo Magela Pereira Leão - Orientador
UFMG

Documento assinado digitalmente
 GERALDO MAGELA PEREIRA LEO
Data: 27/02/2023 15:51:37-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>


Prof(a). Eunice Maria Nazareth Nonato
UNIVALE

Documento assinado digitalmente
 EUNICE MARIA NAZARETHE NONATO
Data: 07/03/2023 06:30:08-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof(a). Elenice Maria Cammarosano Onofre
UFSCAR


Documento assinado digitalmente
 ELENICE MARIA CAMMAROSANO ONOFRE
Data: 28/02/2023 23:16:33-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof(a). Elionaldo Fernandes Julião
UFF

Documento assinado digitalmente
 ELIONALDO FERNANDES JULIAO
Data: 27/02/2023 09:37:01-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof(a). Luiz Alberto Oliveira Gonçalves
UFMG

Prof(a). Juliana Batista dos Reis
UFMG

Documento assinado digitalmente
 JULIANA BATISTA DOS REIS
Data: 27/02/2023 17:06:48-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2023.

SER JOVEM COM VIDA, [RE]EXISTIR: TRAJETÓRIAS ITINERANTES DE EGRESSOS DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE

Resumo

A pesquisa tem como objetivo compreender como têm se configurado as trajetórias de vida dos jovens egressos da medida socioeducativa (MSE) de semiliberdade em Governador Valadares – MG. Trata-se de um contexto inserido em uma sociedade complexa, marcada por uma multiplicidade de processos, incertezas, crises e violências, impondo mudanças e novas configurações sociais, que singularizam um cenário potencializador de vulnerabilidade social, bem como (re)organizam as trajetórias de vida e as relações com as suas múltiplas dimensões. O referencial teórico e metodológico ancora-se na articulação da Sociologia da Juventude e da Sociologia da Educação, em diálogo com alguns/algumas autores/as da Sociologia do Indivíduo, dos estudos decoloniais, das abordagens interseccionais e dos estudos territoriais. Realizou-se um estudo qualitativo etnobiográfico, que se desenvolveu através de um percurso metodológico itinerante de caráter multimetodológico e multissituado, por meio de diferentes instrumentos e procedimentos: pesquisa exploratória; incursões no campo; observação e acompanhamento online e offline; entrevistas-conversações com jovens egressos de MSE, familiares e educadoras e registro em diário de campo. O caminho analítico se pautou na análise de conteúdos, que possibilitou indagar sobre o conteúdo “capturado” e aquilo que ele estava nos dizendo. Os resultados apontam que os jovens desta pesquisa trilham trajetórias incertas para enfrentarem o desafio comum de se manterem vivos após o desligamento da medida socioeducativa. Diante disso, eles constroem também um novo existir, a partir e de acordo com a rede de suporte existente nas suas experiências singulares. A compreensão é que as medidas socioeducativas são muito limitadas como proteção aos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei. Por outro lado, apesar das discontinuidades e da precariedade das ações e dos equipamentos, uma parcela desses jovens encontra nelas alguma proteção. A pesquisa evidenciou que o aprofundamento analítico nas singularidades das trajetórias juvenis, a partir das experiências vividas, permite compreender os entrecruzamentos dessas categorias de opressão e/ou marcadores sociais da diferença, que se configuram em interseccionalidades concretas em cada experiência, bem como em marcadores de potencialidade. As estratégias, os modos de ser, os suportes que os jovens vão constituindo e construindo permitem a eles, mesmo de modo itinerante e ziguezagueante, reexistir e acessar modos próprios de enfrentar os muitos desafios que lhes são impostos após o desligamento da medida socioeducativa de semiliberdade.

Palavras-chave: Condição juvenil; trajetórias de jovens; medida socioeducativa; privação de liberdade; egresso.

SER JOVEN CON VIDA, [RE]EXISTIR: TRAYECTORIAS ITINERANTES DE EGRESADOS DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERTAD

Resumen

La investigación tiene como objetivo comprender cómo se han configurado las trayectorias de vida de jóvenes egresados de la medida socioeducativa (MSE) de semilibertad en Governador Valadares-MG. Se trata de un contexto inserto en una sociedad compleja, marcada por una multiplicidad de procesos, inseguridades, crisis y violencias que, imponiendo cambios y nuevas configuraciones sociales, dan singularidad a un escenario potencializador de vulnerabilidad social, así como (re)organizan las trayectorias de vida y las relaciones con sus múltiples dimensiones. El referencial teórico y metodológico se basa en la articulación de la Sociología de la Juventud y de la Sociología de la Educación, en diálogo con algunos/as autores/as de la Sociología del Individuo, de los estudios decoloniales, de los abordajes interseccionales y de los estudios territoriales. Se realizó un estudio cualitativo etnobiográfico, que se desarrolló a través de un recorrido metodológico itinerante de carácter multimetodológico y multisituado, por medio de diferentes instrumentos y procedimientos: investigación exploratoria; incursiones en campo; observación y acompañamiento en línea y fuera de ella; entrevistas-conversaciones con jóvenes egresados de MSE, familiares y educadoras y registro en diario de campo. El camino analítico se basó en el análisis de contenidos, que permitió indagar sobre el contenido “capturado” y aquello que él mismo nos estaba diciendo. Los resultados señalan que los jóvenes de esta investigación recorren trayectorias inciertas para enfrentar el desafío común de mantenerse vivos después de la desvinculación de la medida socioeducativa. Frente a eso, ellos construyen también un nuevo existir, a partir y de acuerdo con la red de apoyo existente en sus experiencias singulares. La comprensión es que las medidas socioeducativas son muy limitadas en lo que respecta a la protección de los adolescentes y jóvenes en situación de conflicto con la ley. Por otro lado, pese a las discontinuidades y a la precariedad de las acciones y de los equipos, una parcela de estos jóvenes encuentran en ellas alguna protección. La investigación evidenció que la profundización analítica en las singularidades de las trayectorias juveniles, a partir de las experiencias vividas, permite comprender las interconexiones entre las categorías de opresión y/o marcadores sociales de la diferencia, que se configuran en interseccionalidades concretas en cada experiencia, así como en marcadores de potencialidad. Las estrategias, los modos de ser, los apoyos que los jóvenes van constituyendo y construyendo les permiten a ellos mismos, aunque de modo itinerante y zigzagueante, [re]existir y acceder a maneras propias de enfrentar los muchos desafíos que les son impuestos después de la desvinculación con la medida socioeducativa de semilibertad.

Palabras clave: Condición juvenil; trayectorias de jóvenes; medida socioeducativa; privación de libertad; egreso.

Dedico este trabalho à minha mãe, Marilúcia Rocha, e ao meu pai, Arnaldo Rocha de Almeida, que me ensinaram a amar, ser amada e seguir meu caminho. Aos jovens interlocutores que se reencontraram comigo e me possibilitaram, mais uma vez, ouvir suas vozes potentes, resistentes e [re]existentes. Menciono, especialmente, o jovem Heitor (em memória), que hoje faz sua itinerância em outro plano. Infelizmente, mais uma vida perdida pela violação e violências socioestruturais que vivemos, reforçando a precariedade da vida e o nosso grito: “cada vida importa!”.

A todas as vidas perdidas, vítimas da pandemia da Covid-19 e negligenciadas por um (des)governo presidencial negacionista e genocida. Por isso dedico também aos/às familiares de cada vítima. Toda a minha solidariedade e respeito.

AGRADECIMENTOS

“O que a memória ama, fica eterno. [...] Somos a soma de nossos afetos e aquilo que amamos pode ser facilmente reativado por novos gatilhos”
(Adélia Prado)

“Tudo, tudo, tudo que nós têm é nós”
(Emicida)

O ato de agradecer, ser grato/a, para mim, é um dos mais poderosos que podemos praticar e cultivar enquanto seres humanos. Afirmo isso porque compreendo que gratidão está entrelaçada à capacidade, atitude e possibilidade de reconhecermos que não somos sozinhos/as no mundo, e, sim, estamos em relação com as diversas e diferentes gentes, com a natureza (somos parte dela), com os artefatos, bem como com os sentimentos, emoções, desdobramentos que essas relações criam em nós.

Nesse sentido, diante da oportunidade de ser grata através das palavras que vão ficar aqui registradas, me recordei da Filosofia Africana Ubuntu, com a qual pude aprender e fortalecer em mim e nas relações que busco estabelecer a noção de reconhecimento concreto de **“eu sou porque somos”**. É uma filosofia dos povos sul-africanos zulu e xhosa que tem origem no idioma Kibundu e não tem tradução exata para o português, mas seu sentido e significado mais amplo pode ser traduzido na frase **“experiências conectadas entre si”**.

É com esse sentido que significo a minha gratidão para com esse processo de realização do doutorado, como uma experiência que foi (é) coletiva, desde o momento em que ela era apenas um sonho distante da menina do interior, da classe popular, filha da Dona de Casa e Auxiliar de Serviços Gerais e do Balconista de farmácia, que sempre gostou de estudar e levou tão a sério os estudos, que sempre se imaginava como alguém na vida a partir desse caminho.

Mas, não achava que a universidade federal era para mim. Foi preciso tempo, muita gente amorosa, generosa e importante para seguir e traçar o caminho e, principalmente, enxergar que nele a trajetória acadêmica poderia ser um rumo para mim também. Assim, passar pelo mestrado e chegar ao doutorado é motivo de muita gratidão e reconhecimento de que isso só foi possível porque foram experiências potencializadas entre si. Trata-se de ser porque somos! E, assim, espero ecoar em outras vidas, sempre em conexão. Afinal, como diz o músico-poeta Emicida, *“tudo que nós tem é nós”*!

Contudo, agradecer pra mim também é memória afetiva e ato amoroso, como nos ensina Paulo Freire. É lembrar daquilo e daqueles/as que fizeram parte da sua história, trajetória, momentos na vida que fazem ser o que se é, e chegar aonde se chega. Por isso, recorri, outra

vez, ao verso de Adélia Prado, que me acompanha desde quando o conheci – nos encontros da Pastoral da Juventude e depois com uma professora-educadora muito importante na minha formação – “*O que a memória ama, fica eterno*”.

Por isso, considero esse momento do texto da tese como um “gatilho” estratégico para registrar parte da minha soma de afetos e amores, que estiveram muito presentes durante toda esta caminhada constante e itinerante que experimentei. Cada pessoa/ser/instituição aqui citada sustentou cada um e todos os passos dados, que, embora pareçam solitários, estavam sempre com mais pegadas marcadas. Assim, agradeço:

A Deus, na representação da minha crença às diversas boas energias espirituais que se conectam no Universo e me acompanham, especialmente o meu Espírito Guia e Protetor. São meu suporte espiritual.

À minha família, minha mãe Marilúcia e meu pai Arnaldo, que sempre estiveram na retaguarda, me incentivando, ouvindo minhas angústias, meus choros e minhas alegrias. Obrigada por serem sempre amor pra mim. Vocês são alicerce, inspiração, força e para quem eu devo tudo o que sou hoje. Agradeço também aos meus irmãos, Sarah e Renan, outros dois pedacinhos de mim que me completam! Obrigada pelo amor, amizade, parceria e por termos a oportunidade de ser sempre união e cuidado. Sou muito honrada, grata e feliz por ter vocês como minha família. Vocês são a razão para todas as minhas inquietudes e luta por um mundo melhor!

Ao Henrique, meu companheiro de vida, pessoa com quem eu me conectei com um amor muito grande, bonito, duradouro e sempre em expansão. Obrigada por sonhar e projetar esse sonho junto comigo, por escolher compartilhar a vida e o amor comigo também, pela paciência, incentivo, compreensão, escuta e abraço forte de todos os dias. Você é uma das pessoas mais cuidadosas, amorosas e respeitadas que eu conheço, outro suporte fundamental pra mim. Te amo!

Agradeço a todos e todas que vieram antes de mim, especialmente minhas avós, Dona Laurinda e Dona Dolores, mulheres fortes, guerreiras que sustentaram os caminhos das famílias do meu pai e da minha mãe. E também meus avôs, meus/minhas tios/as, primos/as, cunhadas/os e sobrinhos/as que contribuíram na minha formação e torceram sempre por mim.

Agradeço imensamente ao Geraldo Leão, meu orientador do mestrado, do doutorado, da vida! Fico sempre muito emocionada com a gratidão que sinto por ele, que, antes de tudo, é uma pessoa tão bonita, generosa, amorosa, respeitosa, muito inteligente, encantadora, que conquista constantemente a minha admiração e a de muita gente. Obrigada por topar essa

empreitada comigo, pela paciência, acolhimento, por cada palavra de acalento nos meus momentos de angústia e inseguranças e também por cada palavra sábia de orientação. Sem essas atitudes, somadas à sua serenidade, sensibilidade humana, sensibilidade e acuidade intelectual, o avanço desta pesquisa e da minha produção como pesquisadora-gente neste processo seria impossível.

À professora Eunice Nonato, que topou reforçar o nosso time e foi minha coorientadora, com quem tive a honra, anos atrás, de trabalhar e me inspirou nos caminhos das pesquisas com jovens em situação de privação de liberdade. Sempre admirei e continuo admirando o seu trabalho neste mundo. Muito obrigada pela oportunidade de tê-la neste processo, por sua paciência, generosidade, carinho e amorosidade em todos os momentos e por ter possibilitado que eu aprendesse mais um tanto com você. Sem suas formas de acolhimento, questionamentos, sensibilidade intelectual e humana, os percursos trilhados seriam outros. A você e ao Geraldo, minha imensa admiração, apreço e gratidão!

Às professoras Elenice Onofre, Juliana Reis, meu muito obrigada por tê-las na qualificação e na banca final. Fiquei muito honrada pela acolhida generosa e cuidadosa com minhas questões e suas incompletudes e limitações. Suas contribuições foram fundamentais para redirecionar os caminhos da pesquisa e os aprofundamentos necessários. Ao professor Luiz Alberto, agradeço por todos os aprendizados a mim proporcionados, na disciplina no Programa de Doutorado, no parecer do meu projeto de pesquisa e pelo aceite para a banca. Sua leitura minuciosa e contribuições foram muito importantes para perseguir nos estudos e análises desta tese. Ao professor Elionaldo Julião, meu muito obrigada por aceitar prontamente o convite de compor a banca e por ser inspiração nos meus estudos sobre este tema.

Às professoras Licínia e Celeste, suplentes da banca, muito obrigada por tê-las mais uma vez presentes em mais um momento tão importante da minha vida, sempre disponíveis para o diálogo, para as caminhadas reflexivas (ou caminhadas Celestiais!!), que fizeram parte significativa da construção dos percursos desta pesquisa e, principalmente, dos percursos de vida. Vocês abrem caminhos! A todos/as vocês, minha sincera admiração, carinho e gratidão!

Às amigas educadoras e referências do OJ, Symaira Nonato, Álida Leal, Shirlei Sales, Helen do Carmo e Brécia Nonato, muito obrigada por serem rede de apoio, solidariedade, amizade, impulsionamento, força, coragem e afeto. Obrigada por participarem ativamente desta trajetória (e outras). Aprendo muito com vocês! Ao amigo educador e referência Juarez Dayrell, que é, desde a minha graduação, uma grande fonte de inspiração para estudar juventudes. Poder aprender, te conhecer e conviver com você é um sonho realizado, uma honra gigante, obrigada!

Aos/às amigos/as integrantes do OJ, que também caminharam ao meu lado e me ajudam a ser uma pessoa e uma educadora melhor. OJ é casa, lugar de acolhimento, afeto, (de)formação, de esperar por uma educação de qualidade, pelos direitos garantidos, por um mundo mais justo e humano. Estar no OJ transformou a minha vida! Quero citar especialmente o Léo Mapuche, pela parceria, sintonia de trabalho e inspiração! O Júlio e o Kaique, que, com muita atenção, cuidado e generosidade, deram parecer sobre a minha pesquisa, e a Aline, que contribui muito com indicações, sugestões. Pessoas partícipes deste artesanato do fazer pesquisa. Sou feliz demais por caminhar com vocês!

À equipe de educadores/as de muito respeito do Projeto Interagindo, que direta e indiretamente participaram da minha jornada frenética neste período e, concomitantemente, foram fundamentais para eu dar conta dos diferentes tempos-espços e ações educativas desenvolvidas junto com o doutorado. Sou fã de cada uma/uma! Muito obrigada pela parceria, compromisso, alegria e aprendizagens partilhadas!

Às minhas amigas-irmãs, Carol, Débora, Simone, Symaira e Brécia (precisava repetir vocês aqui), que me acolheram e me dedicaram carinho, escuta, conselhos, sorrisos, tempo, amor, afeto, genuinamente, através de uma amizade que eu agradeço todos os dias pela sorte que tenho! O Universo foi bom demais comigo! Sou mulher que não anda só! Agradeço também aos “meninos”, nossos pares, Daniel, Gustavo, André, Farley e Felipe e a nossas crianças, José Francisco e Maria Luiza, que alegram e preenchem meu coração e minha vida!

Ao IFMG e ao IFMG Campus Sabará, muito obrigada pelo suporte no incentivo e garantia de capacitação, através de licença integral e parcial, com as quais pude conciliar, com mais qualidade de vida, as demandas de trabalho na condição de trabalhadora estudante. Sou grata por estar em uma instituição que preza e cria espaços de garantia de educação de qualidade neste país! Agradeço, especialmente, os/as parceiros/as-educadores/as-amigos/as do Núcleo de Apoio Educacional (NAE), sem vocês, sendo minha rede de apoio mais direta e concreta no IFMG, não seria possível chegar até aqui. Muito obrigada por me possibilitarem acessar com efetividade e tranquilidade o direito à licença para capacitação. Obrigada também por serem elo e apostarem junto comigo, cotidianamente, na construção constante de uma escola bonita, como disse Paulo Freire, que permite sonhos possíveis.

À Faculdade de Educação e aos/às professores/as do Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social, por todas as aulas de excelência, trocas, produções coletivas e aprendizagem ativa na luta pela educação como ato político de resistência. Sinto-me honrada, grata e tenho muito respeito e orgulho por essa oportunidade de partilha e crescimento.

Aos colegas de jornada da linha de pesquisa e da minha turma de doutorado, muito obrigada por serem também inspiração, fonte de ânimo, coragem, busca pelo conhecimento e aprendizagens. Foi um prazer e uma alegria compartilhar parte significativa deste longo caminho.

À “minha” psicóloga, que me ajudou a aprofundar o meu processo de autoconhecimento tão intensificado neste período. Aos/as instrutores/as e praticantes de Yoga do Núcleo a que me integro, por me ajudarem a olhar mais para dentro para ampliar o meu olhar para fora. Foi muito importante compor minha rede de suporte com esses tempos-espços.

Aos movimentos sociais de esquerda, incluindo a Pastoral da Juventude, espaçotempos diversos nos quais me integrei em toda a minha trajetória, que se concretizam nas lutas democráticas pela efetivação de direitos, com os quais fortaleço o meu posicionamento político, ideológico e partidário, na busca coletiva por igualdade de oportunidades e justiça social. Foram também espaços fundamentais durante este percurso de pesquisa, vivido em um período de (des)governo (2019-2022), marcado pelo desmonte de políticas públicas, negligência e afronta à democracia. Sou eternamente grata! Viva à democracia!

Aos/às cientistas do mundo e especialmente do Brasil, aos/às profissionais da saúde e todos/as os/as profissionais que atuaram na linha de frente da pandemia da Covid-19, que, mesmo sem apoio e diante de um (des)governo negacionista, empenharam as suas vidas e trabalho na busca por assistência, orientação e estudo de uma vacina contra o novo corona vírus. Foi um tempo triste, difícil, desolador. Minha solidariedade à dor de todas as famílias que perderam seus entes querido/as.

À diretora da Casa Semiliberdade, a profissional que foi diretora do Programa de Acompanhamento de Egresso Se Liga de Governador Valadares, juntamente com as duas educadoras que se tornaram interlocutoras desta pesquisa e ajudaram muito no percurso metodológico itinerante. Elas me forneceram informações, percepções, compreensões fundamentais para a triangulação e contextualização de dados encontrados. Muito obrigada por acreditarem e serem solidárias comigo neste trabalho!

E, por último, mas, principalmente, agradeço aos jovens interlocutores desta pesquisa e seus/suas familiares, que me acolheram e dedicaram tempo, afeto e, de forma generosa, compartilharam parte significativa de suas vidas comigo. Sem vocês nada disso seria possível. Obrigada por tanto!

“Tu pode falar de mim mas não pode me julgar, não sabe da minha história. Então não vem me criticar. [...] antes de ter visão errada de nós, senta e troca uma ideia primeiro”
(Kleiton, 20 anos, 2020
– postagens no feed do Facebook)

Fé em Deus que ele é justo!
Ei, irmão, nunca se esqueça
Na guarda, guerreiro, levanta a cabeça, truta
Onde estiver, seja lá como for
Tenha fé, porque até no lixão nasce flor
(Racionais MC's – Vida Loka/parte 1)

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 – Mapa mental dos percursos metodológicos.....</i>	<i>40</i>
<i>Figura 2 – Conversação inicial da pesquisadora com os jovens via Messenger</i>	<i>46</i>
<i>Figura 3 – Improvisação IV ou Batalha Cossacos (1910–1911)</i>	<i>124</i>
<i>Figura 4 – Composição VII (1913).....</i>	<i>125</i>
<i>Figura 5 – Composição VIII (1923).....</i>	<i>125</i>
<i>Figura 6 – Postagem na rede social de Cauã – Felicitação de Aniversário.....</i>	<i>151</i>
<i>Figura 7 – Postagens em rede social de Cauã – Território.....</i>	<i>174</i>
<i>Figura 8 – Postagem em rede social de Kleiton – Território</i>	<i>175</i>
<i>Figura 9 – Postagem em rede social de Robson – Território</i>	<i>175</i>
<i>Figura 10 – Postagem oculta em rede social de Kleiton – Liberdade</i>	<i>179</i>
<i>Figura 11 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Liberdade.....</i>	<i>180</i>
<i>Figura 12 – Postagem em rede social de Kleiton – Liberdade</i>	<i>182</i>
<i>Figura 13 – Postagem oculta em rede social de Kleiton – Vida Loka.....</i>	<i>183</i>
<i>Figura 14 – Postagem oculta em rede social de Kleiton</i>	<i>185</i>
<i>Figura 15 – Postagem em rede social de Marcos Henrique e comentários de amigos – Mlk doido, Mlk bom ...</i>	<i>185</i>
<i>Figura 16 – Postagem em rede social de Cauã – Planos</i>	<i>186</i>
<i>Figura 17 – Postagem em rede social de Cauã – “Guerras”</i>	<i>186</i>
<i>Figura 18 – Postagens em rede social de Marcos Henrique – “Guerras”</i>	<i>187</i>
<i>Figura 19 – Postagem em rede social de Kleiton – Vida do crime</i>	<i>187</i>
<i>Figura 20 – Postagens em rede social de Kleiton – Atitude.....</i>	<i>188</i>
<i>Figura 21 – Postagens em rede social de Kleiton – Noções tradicionais de gênero</i>	<i>189</i>
<i>Figura 22 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Condição de entocado</i>	<i>191</i>
<i>Figura 23 – Postagens em rede social de Kleiton – Condição de entocado</i>	<i>192</i>
<i>Figura 24 – Postagem em rede social de Kleiton – Uso de drogas</i>	<i>195</i>
<i>Figura 25 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Insegurança.....</i>	<i>204</i>
<i>Figura 26 – Postagens em rede social de Marcos Henrique – Fé.....</i>	<i>215</i>
<i>Figura 27 – Postagem em rede social de Cauã – Fé</i>	<i>215</i>
<i>Figura 28 – Postagem em rede social de Kleiton – Fé</i>	<i>216</i>
<i>Figura 29 – Postagens em rede social de Marcos Henrique – Fé.....</i>	<i>217</i>
<i>Figura 30 – Postagem em rede social de Cauã – Estilo</i>	<i>223</i>
<i>Figura 31 – Postagem na rede social de Cauã e Kleiton – Estilo</i>	<i>224</i>
<i>Figura 32 – Postagem oculta em rede social de Kleiton - Estilo</i>	<i>228</i>
<i>Figura 33 – Postagens em rede social de Kleiton – Lazer</i>	<i>231</i>
<i>Figura 34 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Lazer</i>	<i>231</i>
<i>Figura 35 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Relacionamento.....</i>	<i>232</i>
<i>Figura 36 – Postagens em rede social de Kleiton – Relacionamento.....</i>	<i>232</i>
<i>Figura 37 – Postagens em rede social de Marcos Henrique – Valorização do “bonde”</i>	<i>235</i>
<i>Figura 38 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Estigma de “preso”</i>	<i>236</i>
<i>Figura 39 – Postagem na rede social de Cauã – Demarcação da experiência de privação</i>	<i>236</i>
<i>Figura 40 – Página do perfil na rede social de Robson</i>	<i>244</i>
<i>Figura 41 – Foto de perfil de rede social de Robson</i>	<i>246</i>
<i>Figura 42 – Foto de perfil de rede social de Robson</i>	<i>246</i>
<i>Figura 43 – Status de relacionamento de uma jovem compartilhado na rede social de Robson</i>	<i>279</i>
<i>Figura 44 – Postagens na rede social de Robson – Relacionamento amoroso.....</i>	<i>280</i>
<i>Figura 45 – Imagem de perfil da rede social de Robson – Luto</i>	<i>286</i>
<i>Figura 46 – Imagem de perfil na rede social de Robson – Sobre conflitos nos “fechamentos”</i>	<i>293</i>
<i>Figura 47 – Página inicial do perfil em rede de Cauã</i>	<i>327</i>

<i>Figura 48 – Página inicial de perfil de rede social de Cauã.....</i>	<i>328</i>
<i>Figura 49 – Story em rede social de Cauã – Letra de música</i>	<i>333</i>
<i>Figura 50 – Postagem na rede social de Cauã – Liberdade</i>	<i>358</i>
<i>Figura 51 – Postagem em rede social de Cauã – Retorno ao território</i>	<i>361</i>
<i>Figura 52 – Postagem em rede social de Cauã – Território</i>	<i>361</i>
<i>Figura 53 – Postagem em rede social de Kleiton – parceria com Cauã</i>	<i>363</i>
<i>Figura 54 – Postagem na rede social de Cauã – Dinâmicas dos fechamentos</i>	<i>364</i>
<i>Figura 55 – Postagem na rede social de Cauã – Valorização da liberdade</i>	<i>367</i>
<i>Figura 56 – Postagem em rede social de Cauã – Consumo</i>	<i>368</i>
<i>Figura 57 – Postagem em rede social de Cauã – Tráfico de drogas e dinheiro</i>	<i>368</i>
<i>Figura 58 – Imagem de perfil na rede social de Cauã – Retorno ao território.....</i>	<i>390</i>
<i>Figura 59 – Postagem em rede social de Cauã – Tênis de marca.....</i>	<i>402</i>
<i>Figura 60 – Postagem na rede social do jovem Cauã – “Sem história triste”.....</i>	<i>407</i>

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1– Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Governador Valadares (MG)</i>	<i>119</i>
--	------------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	POR UMA METODOLOGIA AFETIVA: Percurso metodológico itinerante	31
2.1	Em busca de pistas, rastros, trilhas: iniciando as andanças metodológicas	41
2.2	Seguindo os rastros, traçando andanças e observações online e offline.....	49
2.3	Entre (des) encontros, seguindo as andanças, alguns caminhos se fizeram	60
2.4	O processo de organização dos elementos de pesquisa: andanças analíticas	65
3	JUVENTUDES E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: O CHÃO QUE PISO E AS PERSPECTIVAS QUE ME ORIENTAM	71
3.1	Condição juvenil na contemporaneidade	72
3.1.1	<i>Olhares sobre os processos de singularização das trajetórias juvenis</i>	80
3.2	Juventudes e diversidade, juventudes e diferença: aproximações com uma perspectiva decolonial	85
3.3	Juventudes e medidas socioeducativas: a condição ambígua de ser jovem em contexto de privação de liberdade.....	98
3.3.1	<i>Juventude, privação de liberdade e condição de egresso: apontamentos de produções já existentes</i>	102
3.4	Contextualização da condição juvenil brasileira: pano de fundo de um cenário mais amplo	111
3.4.1	<i>Aspectos do território em foco: juventudes no município de Governador Valadares/MG</i>	119
4	TRAJETÓRIAS JUVENIS EM CENAS: COMPOSIÇÃO EM MOVIMENTO	123
4.1	A família como dimensão que atravessa os diferentes caminhos	127
4.2	No meio do caminho havia a escola, o trabalho e muitas descontinuidades e ressignificados	134
4.3	Tornar-se “de maior”: movimentos do ciclo da vida.....	147
5	TRAJETÓRIAS JUVENIS ITINERANTES: ENTRECruzamentos QUE DEMARCAM LUGARES E [RE]EXISTÊNCIAS	159
5.1	A condição de egresso da medida socioeducativa compondo cenas e ditando percursos	160
5.2	“Então xio a liberdade”: trajetórias juvenis em movimento, em [re]existências	169
5.2.1	<i>A copresença do uso e tráfico de drogas na composição da condição de egresso</i>	193
5.2.2	<i>Jovem egressos em liberdade e/ou sob ameaça?</i>	199
5.2.3	<i>Religião, fé e práticas ilícitas: outros entrecruzamentos</i>	208
5.2.4	<i>“Nóis é pika do bagulho. Tesouro da favela” (Cauã e Kleiton, 2017): corpos-narrativas, corpos-[re]existência</i>	220
6	ROBSON EM ITINERÂNCIA... “LEVANDO A VIDA DO JEITO QUE DÁ”	241
6.1	Quem é o jovem Robson?	242
6.1.1	<i>Reencontrando e reconectando com Robson e sua presença no mundo e nesta pesquisa</i>	249
6.2	Terreno pisado por Robson desde a infância: caminhos, deslocamentos e becos sem saída	252
6.2.1	<i>A complexa relação com a família: idas e vindas e outros rumos na caminhada</i>	263
6.3	Caminhos, descaminhos e encruzilhadas no território entocado da liberdade. Da liberdade?	276
6.3.1	<i>Reencontrando à família e abrindo novos caminhos</i>	278
6.3.2	<i>Encruzilhadas na vida arriscada do morro: “estou de luto por um amigo”</i>	285
6.3.3	<i>Vidas que se (re)fazem ameaçadas: condição juvenil em itinerância</i>	288
6.3.4	<i>Caminhos e descaminhos percorridos em territórios de guerras: uma condição juvenil entocada?</i>	292
6.4	Vida improvisada, trajetórias zigzagueantes, que se fazem “do jeito que dá”	304
6.4.1	<i>Desacertos no entrecruzamento família, trabalho-desemprego e religião</i>	313
7	CAUÃ EM ITINERÂNCIA... “CABEÇA ERGUIDA, OLHAR SINCERO. TÁ COM MEDO DE QUÊ? NUNCA FOI FÁCIL”	324
7.1	Quem é o jovem Cauã? De onde ele vem, quais caminhos tem trilhado?.....	325
7.1.1	<i>Vidas precárias e ameaçadas desde os seus coletivos de origem: trajetória que se tece em provisoriedade</i>	335
7.1.1.1	<i>O pai, cenas de morte e sofrimento: elementos que reconfiguram sua trajetória</i>	344
7.2	Desafios da prática ilícita e da privação: modos de resistir entrecruzados nos territórios	348

7.2.1	<i>Vida por um fio, corpo matável, corpo passível de aprisionamento</i>	353
7.3	Ser jovem, livre, vivo: entre o descaminho da privação e alguns deslocamentos vividos	357
7.3.1	<i>Corpo marcado, corpo criminalizado: segunda experiência de privação de liberdade</i>	370
7.3.2	<i>Ponto de virada: “Me ajuda a sair dessa vida, vó, arranja um emprego pra mim” (Cauã, 21 anos)</i>	376
7.4	De volta à sua “comunidade”: “Tô aí copio...” (Cauã, 21 anos)	389
7.4.1	<i>Idas e vindas incessantes: a busca por “um serviço”, entre bicos e corres, uma rede de apoio</i>	394
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	409
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	424
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GESTORES/AS E EDUCADORES/AS	441
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – FAMILIARES E AMIGOS/AS	443
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – JOVENS	445

1 INTRODUÇÃO

Aprendi que na arte de fazer pesquisa:
 A expressão reta não sonha.
 Não se usa traço acostumado.
 A força de um artista vem das suas derrotas.
 Só a alma atormentada pode trazer para a voz um formato de pássaro.
 Arte não tem limites:
 O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê.
 É preciso transvê o mundo e as pessoas do mundo.
 Isto seja:
 Deus deu a forma. As artistas desformam.
 É preciso desformar o mundo:
 Tirar da natureza as naturalidades.
 Fazer cavalo verde, por exemplo.
 Fazer pinturas em tela como se fossem
 músicas visuais – como em Kandinsky.
 Ou uma técnica de entrevista a partir de
 uma “simples troca de ideias”.
 Transver que as coisas pode ser isso e aquilo e aquilo outro.
 É constante movimento, composição, descoberta.
 Agora é só puxar o alarme do silêncio que eu saio por aí a desformar.
 (Minhas conversas com Symaira Nonato e)
 Manoel de Barros – “As lições de R.Q.”

No processo de vivenciar e construir uma tese, compreendi que, assim como a vida é viva e se faz no movimento de viver, a pesquisa também é movimento que não se faz solitariamente, muito menos em linha *reta*, pelo contrário. Por isso, minhas conversas com Manoel de Barros e Symaira Nonato expressam o modo pelo qual buscamos enveredar pelos caminhos de construção da minha tese, uma verdadeira composição artesanal intelectual em constante busca de “*transvê o mundo e as pessoas*”. Desse modo, não usamos¹ traço acostumado, mas, sim, entendemos e incorporamos o movimento de fazer pesquisa como possibilidade potente de “*desformar o mundo*” e “*tirar da natureza as naturalidades*” com o objetivo de compreender como têm se configurado as trajetórias de vida dos jovens egressos da medida socioeducativa de semiliberdade em Governador Valadares/MG.

Busquei me aproximar das experiências sociais e realidades socioculturais narradas pelas histórias que as representam e que muitas vezes estavam marcadas pelos estigmas da

¹ De modo geral, optei por utilizar a conjugação verbal na primeira pessoa do singular. No entanto, nesta seção e nas seções que se seguem, em alguns momentos, utilizei a primeira pessoa do plural, para demarcar que, embora seja uma produção da minha autoria, trata-se de uma pesquisa que se construiu coletivamente através das contribuições diretas do meu orientador e minha coorientadora, bem como nos diálogos empreendidos nos seminários de pesquisa da linha de pesquisa “Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas” da UFMG e no Observatório da Juventude da FAE/UFMG.

marginalidade, da delinquência, da punição. Nesse caminho, olhar com a lente da desnaturalização e da “*desformidade*” nos permitiu enxergar as complexidades, contradições, sobreposições, brechas e configurações nas quais as trajetórias de vida de jovens egressos da MSE se concretizam e constituem suas biografias.

O desejo de propor uma pesquisa que articulasse juventude, trajetórias de vida, medidas socioeducativas e privação de liberdade não se deu de modo aleatório, mas foi sendo gestado, elaborado em relação com a minha trajetória pessoal e acadêmica. Parto do pressuposto de que “fazer pesquisa vai além de modos de fazer pesquisa: está atravessada por quem somos e pelo lugar de onde pensamos” (Edla CALDAS; Elenice ONOFRE, 2021, p. 46)². Trilho o caminho da pesquisa e vou ao encontro dos jovens carregando também a minha trajetória de vida, imbricada da minha caminhada até aqui, minhas experiências, leituras de mundo, meus processos de socialização, que se relacionam com as escolhas das temáticas e das análises desenvolvidas nesta tese. Afinal, se deve

Aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual: examiná-la e interpretá-la continuamente. Neste sentido, o artesanato é o centro de você mesmo, e você está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual em que possa trabalhar. Dizer que você pode “ter experiência” significa, por exemplo que seu passado influencia e afeta seu presente, e que ele define sua capacidade de experiência futura. Como cientista social [pesquisadora, pedagoga], é preciso controlar essa ação recíproca bastante complexa, apreender o que experiencia e classificá-lo; somente dessa maneira pode esperar usá-lo para guiar e testar sua reflexão, e, nesse processo, moldar a si mesmo como um artesão intelectual (Wright MILLS, 2009, p. 22 – acréscimos meus).

Nesse sentido, o processo de construção desta pesquisa se relaciona com a minha trajetória como jovem, mulher, branca, oriunda das camadas populares e da periferia do interior mineiro, no Brasil, circunscrevendo-me como integrante de grupos e movimentos sociais em defesa da juventude desde o meu tempo de secundarista e ao longo do meu percurso como militante, estudante do curso de Pedagogia, educadora social, coordenadora pedagógica do

² Na escrita desta tese, optei por utilizar o nome e sobrenome da/o autora/autor quando essa/e é citada/o pela primeira vez. Nas citações seguintes, mantereí somente o sobrenome, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Tal postura tem como objetivo visibilizar a diferença da produção científica escrita por mulheres e homens, pois, não raras vezes, ao ler apenas o sobrenome, tendemos a privilegiar uma interpretação masculina. Além disso, como uma opção política, optei pelo uso de uma linguagem não sexista, utilizado a grafia “o/a”, exceto quando me refiro diretamente aos sujeitos desta pesquisa, que são todos jovens homens, do sexo masculino.

Processo Estratégico Poupança Jovem³ (PEPJ), pedagoga em espaços escolares e professora do curso de Pedagogia da Universidade Vale do Rio Doce (Univale)⁴, no município de Governador Valadares/MG.

Paralelamente a essas experiências, atuei, por mais de dez anos, na Pastoral da Juventude (PJ), que se constituiu na minha trajetória como um suporte e uma dimensão mobilizadora para algumas escolhas e experiências. É fundamental também ressaltar a importância do suporte e da orientação da minha família, especialmente minha mãe e meu pai, pessoas muito engajadas nas ações das pastorais eclesiais de base – Pastoral do Menor, Pastoral da Juventude, Pastoral da Família, Pastoral da Criança, entre outras ações. Sem dúvida, essa vivência social, política e religiosa influenciou o modo como ela e ele desempenharam, com muita sabedoria e lucidez, seus papéis de mãe e pai na relação comigo (e meus irmãos), mesmo tendo cada um deles um nível considerado baixo de instrução⁵. Além disso, afetou diretamente a minha atuação e forma de produzir minhas próprias leituras de mundo.

Fruto da minha participação na PJ, me vinculei a outras ações desenvolvidas no mesmo município: Coordenadoria Especial de Juventude, Frente Parlamentar da Juventude, Conselho Municipal de Juventude, Associação de Promoção das Juventudes (APJ) e demais projetos sociais, desdobrados por essas instituições, voltados para a população jovem. Essas experiências influenciaram meus modos de perceber, questionar e agir no mundo, principalmente, no que tange à questão da condição juvenil no Brasil.

Seguindo essa trajetória, em trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, analisei a atuação da Coordenadoria Especial de Juventude de Governador Valadares/ MG⁶ (Jorddana ALMEIDA, 2010), abordando especialmente questões voltadas para as concepções de juventude, focalização da política e participação juvenil. Nessa pesquisa, realizei um estudo qualitativo com os jovens coordenadores desse projeto. A análise dos dados empíricos

³ O Processo Estratégico Poupança Jovem se configura na agenda de políticas públicas para a juventude, por iniciativa do governo estadual de Minas Gerais, como um programa estruturador. Em Governador Valadares, atua por meio de uma gestão compartilhada entre estado e município. Cf. em: www.poupancajovem.mg.gov.br.

⁴ A Univale é uma instituição de ensino superior (IES) comunitária, fundada em 1967, que tem como base o ensino, a pesquisa e a extensão. É regida pela Fundação Percival Farquhar (FPF). Cf. em: www.univale.br.

⁵ Minha mãe tem o ensino fundamental completo e o meu pai tem o ensino médio técnico em Contabilidade completo. Minha mãe, até a minha adolescência e pré-adolescência dos meus irmãos, foi dona de casa. Hoje é auxiliar de serviços gerais, pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Meu pai é balconista de farmácia, hoje aposentado, mas ainda trabalhando para garantir uma renda familiar que dê suporte, especialmente para minha irmã que está na graduação.

⁶ A Coordenadoria Especial de Juventude é um órgão ligado diretamente à Secretaria de Governo da Prefeitura de Governador Valadares, desde 2009.

evidenciou o pouco enfoque na condição juvenil das juventudes existente nas ações, as contradições presentes nas concepções sobre juventude entre os sujeitos pesquisados, bem como as lacunas existentes no processo de efetivação da participação juvenil, revelando a precarização na efetivação da política. A experiência possibilitada no processo de construção e realização desse trabalho de conclusão de curso fundamentou e, ao mesmo tempo, impulsionou uma atitude inquiridora no campo de estudos sobre a condição juvenil e as políticas públicas voltadas aos jovens, desde a minha inserção nos movimentos juvenis que mencionei, pelos quais se pautou (e ainda se pauta) significativa parte do meu processo de formação humana, sociocultural, profissional e acadêmica.

Soma-se a esse processo a minha atuação como integrante do Observatório da Juventude⁷, da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde 2012. Esse programa desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, inseridas no contexto das políticas de ações afirmativas em torno da temática da “educação, cultura e juventude”. Destaco duas significativas experiências como educadora nesse programa.

A primeira, no curso de formação continuada Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador (Jubemi), um curso a distância para professores/as do ensino médio de redes de ensino estaduais de diferentes regiões brasileiras, no qual atuei como professora-tutora.

A segunda experiência, no Projeto Interagindo, se constituía em um trabalho de formação com jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira⁸ da UFMG. Seu objetivo era “propiciar aos jovens trabalhadores que desenvolvem suas atividades laborais no espaço da UFMG, atividades de formação e socialização que possibilitem o diálogo entre o trabalho educativo e o trabalho produtivo” (PROJETO INTERAGINDO 2013/2014), e se orientava pelo eixo central Identidade, Projeto de Vida, Trabalho e Desigualdade. Durante essa experiência, como educadora, foi possível vivenciar um espaço de construção coletiva, na perspectiva da educação popular, de uma formação que considerava o/a jovem como sujeito de direitos e buscava vivenciar, na relação com elas e eles, elementos considerados fundamentais no trabalho educativo com jovens.

⁷ O Observatório da Juventude é um programa da FaE/UFMG que tem como eixos norteadores a condição juvenil, as políticas públicas, as políticas culturais e as ações coletivas da juventude. Busca desenvolver atividades de investigação, levantamento e divulgação de informações sobre a situação dos/as jovens da região metropolitana de Belo Horizonte, além de promover a capacitação de jovens, educadores/as e estudantes da graduação interessados na temática da juventude.

⁸ A Cruz Vermelha Brasileira (CVB) é uma instituição autônoma, filantrópica e de utilidade pública, presente no estado de Minas Gerais há 94 anos, prestando serviço de assistência comunitária, qualificação socioprofissional e segurança social. É uma instituição marcadamente conhecida pela sua atuação no sentido de promover o primeiro contato do/a jovem que estuda com o mundo do trabalho (NONATO, 2013).

Nessas experiências de militância, de formação e de atuação social e profissional, como jovem, atuando junto a jovens estudantes, militantes, trabalhadores/as, educadores/as e pesquisadores/as, a minha busca e interesse em continuar uma trajetória investigativa sobre a categoria juventude se intensificou. Várias eram as inquietações que me perpassavam, mas todas elas tinham algo em comum, estavam sempre voltadas para a dimensão da exclusão/marginalização e desigualdade social vivida por uma parcela significativa de jovens brasileiros/as. A experiência de precariedade vivida no meu contexto de infância, adolescência e boa parte da minha juventude, referente ao pouco acesso a diversificados bens e serviços e experiências socioculturais, sempre me implicavam com mais força, gerando inquietudes e questionamentos. Muito embora, no meu caso específico, a família, a escola, a igreja (especialmente a Pastoral da Juventude) e a minha inserção precoce na atividade laboral – comecei a trabalhar formalmente com 16 anos através do Programa Jovem Aprendiz, chamado na época de Menor Aprendiz – tenham sido suportes fundamentais para seguir a minha trajetória de vida.

Mas, essa noção de precarização e vulnerabilidade foi se ampliando na medida em que eu tinha mais conhecimento e reflexão sobre o contexto sociopolítico e econômico mais geral, no qual me inseria, juntamente com vários/as outros/as jovens. Ao mesmo tempo, sempre me percebia afetada pelos diferentes caminhos que os/as jovens do meu convívio iam seguindo. Alguns/umas podiam só estudar, outros/as estudavam e estavam ligados às atividades religiosas, outros/as tinham que trabalhar e estudar, ou só trabalhar e cuidar da família, alguns/umas migravam clandestinamente para fora do país (fenômeno da migração muito presente no contexto do vale do Rio Doce) e alguns/umas se envolviam em práticas ilícitas ligadas às dinâmicas do tráfico de drogas, como alternativa de sobrevivência.

Durante a minha atuação e busca contínua pelos estudos, como forma de “ser alguém na vida” (Maria ALVES, 2013), ajudar a melhorar a minha vida e a da minha família, vez ou outra me percebia inquieta em relação a como se decorre essa experiência de jovens inseridos/as em dinâmicas e práticas ilícitas, consideradas criminosas, que resultam em privação de liberdade. Esse aspecto era sempre uma questão presente nas minhas reflexões, angústias e debates políticos. Por um lado, tal aspecto me afetava no sentido mais pessoal, ao vivenciar, ainda que indiretamente, histórias de jovens que experimentaram tal situação, pertencentes ao mesmo local de moradia em que eu fui criada – em um bairro de periferia no município de Governador Valadares/MG.

Por outro lado, chamava a minha atenção o fato de que esses/as jovens estavam sempre invisibilizados/as dentro das ações locais e políticas sociais, além de serem criminalizados/as nas representações socialmente construídas, nas diversas mídias e especialmente nas intervenções de punição e controle social. Tal questão se fortaleceu através da oportunidade de participar, no curso de Pedagogia da Univale – inicialmente acompanhando e, posteriormente, atuando como professora – do Grupo Interdisciplinar de Estudos: Direito, Educação e Diversidade (GIEDED) e participar de um projeto de pesquisa e extensão com jovens inseridos/as na medida socioeducativa de internação.⁹

Diante de tudo isso, o meu olhar foi se redirecionando para essa parcela da juventude, que vivenciava a experiência da condição juvenil em uma situação específica: são jovens, em sua maioria meninos, pobres, negros, em situação de conflito com a lei e/ou em privação de liberdade. E assim, a partir dessa trajetória, algumas questões se apresentaram mais concretamente como possibilidade de se tornarem parte de uma investigação empírica, como objeto de pesquisa. Não obstante, trata-se de questões referentes às reflexões sobre a minha própria experiência e as experiências vivenciadas pelas diferentes juventudes, inseridas em processos de exclusão social.

Durante o mestrado acadêmico, pude desenvolver outro estudo qualitativo, com o objetivo de compreender os sentidos que jovens em situação de restrição de liberdade atribuíam à experiência da medida socioeducativa (MSE) de semiliberdade no município de Governador Valadares/ MG e seus projetos de futuro. Entre os apontamentos da pesquisa, evidenciou-se o lugar social duro das camadas populares ocupado pelos jovens e suas famílias, retratando com força os contextos socioculturais precários vividos por esses jovens, marcados por relações de exclusão, opressão, violência e vulnerabilidade social.

O estudo apontou a potente e significativa presença de ambiguidades na vivência da experiência da medida de semiliberdade. Continuamente os jovens precisavam fazer escolhas complexas entre o tempo da medida socioeducativa e o tempo fora dela, à sociabilidade vivida dentro e fora da internação, às lógicas do território da medida e dos territórios das “quebradas”, nas relações familiares e na elaboração de perspectivas de futuro. Os jovens pesquisados precisavam lidar com a necessidade de administrar a constante situação limítrofe, com as

⁹ O projeto intitulado *Juventude, Educação e Direito: ação de intervenção em um centro socioeducativo* é um projeto de extensão em interface com a pesquisa e tem como propósito contribuir para que jovens inseridos/as em contexto de privação de liberdade em cumprimento de medida socioeducativa – bem como professores/as, agentes socioeducativos/as e equipe técnica – se apropriem de conhecimentos ligados à educação, aos direitos humanos, à questão social e à juventude. É um projeto realizado pela Assessoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Vale do Rio Doce, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Eunice Maria Nazareth Nonato.

diferentes circunstâncias em que eram colocados à prova, o que se configurou como situações trágicas. A relação com a dimensão do projeto de futuro era estabelecida pelos jovens de maneira muito distante, prevalecendo uma adesão ao tempo presente (Jorrdana ALMEIDA, 2017).

No entanto, nos limites de uma dissertação de mestrado, não foi possível aprofundar a análise para compreender outros aspectos e dimensões que constituem as trajetórias singulares dos jovens, considerando suas experiências em diferentes contextos sociais como família, escola, trabalho, território de moradia, os grupos de pares e outros. Sendo assim, foi a partir das lacunas dessa pesquisa, e da minha trajetória pessoal, sociopolítica, profissional, acadêmica e como pesquisadora na área da Educação, que emergiu a proposta de investigação aqui apresentada e deu-se início à continuidade do “artesanato intelectual”. Nesse caminho, outras inquietações passaram a compor minhas reflexões, especialmente no que se refere às trajetórias de vida e aos percursos plurais e singulares constituídos pelos mesmos jovens, após desligamento da medida socioeducativa.

A possibilidade de desenvolver uma pesquisa com os mesmos jovens, mas agora na condição de egressos do sistema socioeducativo, está diretamente ligada às lacunas identificadas na pesquisa de mestrado, como mencionado. Primeiramente, o não aprofundamento empírico e analítico sobre outras dimensões da vida deles (a família, o território de moradia, o mundo do trabalho, a escola) se constituiu como uma potente questão a ser analisada com foco na experiência vivida pelos jovens após o desligamento da MSE de semiliberdade.

Outra lacuna que me faz retornar o olhar para os jovens egressos são as narrativas sobre projeto de futuro e expectativas do “mundão” que eles trouxeram no período da pesquisa de mestrado. Os jovens viviam entre as expectativas de sair da “vida do crime”, mais voltadas para a dimensão do desejo, com pouca possibilidade de efetivação, e as expectativas mais concreta, de permanecerem “nessa vida”, tendo em vista a ausência de suportes que dessem mais segurança e concretude para alternativas de futuro fora desse cenário. Nesse sentido, trazer novamente essa dimensão me possibilitou ampliar e aprofundar algumas indagações sobre o momento atual desses jovens. Desde o desligamento da medida, até agora, como esses jovens estão? Quais foram os caminhos percorridos para realizarem seus projetos? Quais foram os desafios encontrados nesse momento pós MSE?

Outra questão que tornou relevante a continuidade desta pesquisa com jovens na condição de egressos foi também compreender como eles se constituíam como jovens no

momento após a experiência da MSE, carregando a marca da semiliberdade, como era apontado por eles durante a experiência da medida: “os menino da semi”. E, ao mesmo tempo, buscar perceber se há relações de influências concretas da MSE nas trajetórias de vida desses jovens, na sua condição de egressos. Esse ponto também apareceu como uma potente chave de investigação, uma vez que, na conclusão da pesquisa de mestrado, foi possível afirmar a dificuldade da política de atendimento socioeducativo de atuar mais concretamente na ressignificação dos rumos de vida dos jovens. Uma das questões apontadas se referiu ao eixo da educação profissional, pouco presente nas experiências dos jovens durante o cumprimento da medida socioeducativa (ALMEIDA, 2017).

Sendo assim, ao olhar para esses jovens, nesse momento de transição para a liberdade, busquei compreender: o que mudou? O que ficou da experiência da semi e o que permaneceu nos seus contextos de vida? Como esses jovens estavam? O que estavam fazendo?

Assim, propus uma investigação que focasse na dimensão do indivíduo, como sujeito histórico, social e singular (Danilo MARTUCELLI, 2006; 2007; Bernard CHARLOT, 2000; Juarez DAYRELL, 2003). Por considerar de suma importância e necessidade uma perspectiva que olhe para esses sujeitos a partir de uma análise sociológica à escala do indivíduo (Bernard LAHIRE, 2015), busquei compreender como eles estavam se constituindo como indivíduos a partir de suas experiências e suas escolhas imbricadas nos contextos e relações sociais em que estavam inseridos. Fez-se necessário compreender a diversidade de trajetórias de vida juvenis que os caracterizam.

Além disso, foi possível verificar que ainda existem poucas pesquisas sobre jovens nesse contexto de egressos de MSE que focam nas narrativas dos próprios jovens, na compreensão da sua relação com os desafios enfrentados após desligamento da MSE nos contextos de violências, negação de direitos, subalternização e desumanização vivenciados constantemente. Esse aspecto será retomado com a devida ênfase na terceira seção desta tese.

Na busca por aprofundar os estudos sobre as juventudes atravessadas pela experiência da privação de liberdade, esta pesquisa buscou indagar: Como estão os jovens após cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade? Quais os caminhos percorridos por eles após desligamento da semiliberdade? Como eles vivenciam a condição juvenil após a experiência da MSE, carregando a marca da semiliberdade? Quais foram os desafios vivenciados por eles após o desligamento da MSE? A experiência da medida socioeducativa teve alguma influência nos processos de rompimento, ou não, com a prática infracional?

Todas essas inquietações nos levaram à questão problema: como é que se configuram as trajetórias de vida de jovens egressos da medida socioeducativa de semiliberdade no município de Governador Valadares/MG?

Ao me perguntar pelos percursos tomados pelos jovens egressos de uma medida socioeducativa, suas experiências e escolhas como indivíduos, não parti de uma hipótese a ser confirmada ou descartada. Ao contrário, foi uma perspectiva compreensiva que definiu o foco da pesquisa, uma vez que buscou conhecer e compreender como se constituíram as trajetórias dos jovens após a experiência vivida em uma instituição de semiliberdade. Por outro lado, partimos do pressuposto de que algumas dimensões são centrais – família, trabalho, território, escola, redes de sociabilidade –, as quais foram abordadas com atenção na pesquisa.

Assim, a partir do contexto vivido pelos jovens egressos da MSE de semiliberdade de Governador Valadares/MG e das marcas sociais que lhes atravessam, se pretendeu nesta pesquisa colocar em questão os modos pelos quais têm se configurado as trajetórias de vida desses jovens.

Desse modo, ressaltamos a relevância desta investigação, tendo em vista a necessidade de pesquisas em continuidade que contribuam para o redirecionamento dos olhares, posturas e ações socioeducativas, a partir das trajetórias de vida de jovens egressos do sistema socioeducativo. Além de possibilitar um aprofundamento analítico sobre a complexa constituição e articulação dos mecanismos sociais de produção da marginalidade que atravessam e se concretizam nas experiências juvenis aqui observadas. Saliento que essas questões se articulam com uma justificativa mais ampla e central de realização deste estudo, que se refere à compreensão da função social da pesquisa e seu compromisso com problemas da sociedade brasileira em uma perspectiva democrática, especialmente por ela ter-se desenvolvido em um período (2019-2022) no qual vivenciamos, como brasileiros/as, um cenário político ameaçador da democracia e de vidas humanas justas. Esta pesquisa é um ato político!

Suscintamente, apresento a organização geral da tese, que se estrutura em oito seções, sendo a primeira constituída por esta introdução e em seguida a segunda seção intitulada “Por uma metodologia afetiva: percurso metodológico itinerante”, na qual busquei evidenciar os caminhos teórico-metodológicos construídos na vivência do campo e na relação com os jovens interlocutores e demais pessoas que se tornaram também interlocutoras deste estudo, bem como

os desafios, [des]encontros, evidenciando situações de campo e o processo de análise de dados. Na terceira seção, apresento os principais referenciais teóricos, conceitos e categorias que estruturam o “chão que pisamos” e orientam a pesquisa e as discussões presentes nas seções subsequentes. Nessa parte também articulo com os “achados” localizados através do estudo do levantamento bibliográfico acerca da temática enfocando de modo mais atual o recorte da dimensão de egresso do sistema socioeducativo. Além disso, relaciono com elementos e aspectos sociais mais amplos que nos permitem contextualizar a condição juvenil brasileira.

Na quarta e na quinta seções, busquei evidenciar as trajetórias de vida dos jovens com seus atravessamentos e entrecruzamentos sociais, culturais, identitários, plurais e singulares. Construí um movimento analítico que nomeei de “composição em movimento”, alcançado por meio das diversificadas narrativas dos jovens e de pessoas que participarem significativamente das trajetórias deles e se constituíram interlocutoras neste estudo. Esse movimento permitiu compreender que as trajetórias de vida dos jovens se constituem em processos itinerantes em busca de resistências e [re]existências. Nas seções seis e sete, privilegio a possibilidade de escritas de vidas juvenis a partir das narrativas de diferentes ângulos, formatos e experiências que compuseram as biografias juvenis e permitiram aprofundar e apresentar itinerâncias singulares de Robson e Cauã, respectivamente. Por último, na seção oito, apresento algumas considerações finais possíveis, ressaltando os principais achados da pesquisa, expondo, também, os sentimentos e os desejos de questões que seguem em aberto, capazes de estimular e embasar futuros caminhos investigativos.

2 POR UMA METODOLOGIA AFETIVA: PERCURSO METODOLÓGICO ITINERANTE

Tudo passa e tudo fica
porém o nosso é passar,
passar fazendo caminhos
caminhos sobre o mar

Nunca persegui a glória
nem deixar na memória
dos homens [das mulheres] minha canção
eu amo os mundos sutis
leves e gentis,
como bolhas de sabão

Gosto de vê-los pintar-se
de sol escarlate e voar
abaixo o céu azul, tremer
subitamente e quebrar-se...

Caminhante, são tuas pegadas
o caminho e nada mais;
caminhante, não há caminho,
se faz caminho ao andar

(Minhas conversas com Antônio Machado Ruiz – “Cantares”)

“Me movo como educadora [pesquisadora], porque primeiro me movo como gente.”

(Conversas com Paulo Freire, 2007)

O percurso metodológico adotado só faz sentido porque todo o seu processo de elaboração, construção e realização se deu tendo como prioridade as vidas que constituem esta pesquisa e que dão vida, bem como dão movimento para a construção dos caminhos metodológicos encontrados e percorridos. Dito isso, esta é a seção na qual apresento e descrevo a metodologia utilizada, mas, mais do que isso, descrevo também os sentimentos, as emoções, os encantamentos e os desafios vividos e aprendidos. Por isso, busco compartilhar uma metodologia afetiva, inspirada nas pesquisadoras Alba Zaluar (2000) e Symaira Nonato (2019).

A proposta metodológica da pesquisa foi se desenhando no processo. Parafraseando Paulo Freire (2007), foi preciso me mover como gente, junto com os jovens e demais interlocutores/as e, depois, como pesquisadora. Um movimento de andarilhagem, como também nos ensina Freire. Movi-me ora por necessidade, ora por desejo, mas sempre junto com os jovens. Assim, foi possível dar lugar para a metodologia rebrotar, como um rebento novo, a partir do meu caminhar e da reaproximação dos sujeitos com suas potências humanas e trajetórias que se construíram e reconstruíram em constante movimento, que me provocou a ir ao encontro da metodologia que de fato faria sentido para a educadora-pesquisadora-gente na

relação e interlocução com o campo e seus sujeitos jovens-gente, inseridos em diferentes contextos, mas atravessados por marcadores de raça, gênero, classe, território, idade, experiências e desafios comuns.

Nesse sentido, compartilho das palavras de Juarez Dayrell (2001), plenas de sentido para mim e para os percursos metodológicos que trilhei:

A experiência adquirida com esta pesquisa me faz constatar, mais uma vez, que os caminhos de uma pesquisa são sempre tortuosos, plenos de atalhos e trilhas que muitas vezes não levam a lugar nenhum, obrigando-nos a idas e vindas. Como se caminhasse por uma mata, sabendo onde quisesse chegar (muitas vezes nem isso), apenas com indicações esparsas sobre o percurso a fazer. Este vai sendo construído no caminhar, com todas as angústias e inseguranças de quem muitas vezes se sente totalmente perdido. Já dizia o poeta: “Caminhante, não há caminho, há caminho ao andar...”. Por mais que os manuais de metodologia científica nos forneçam mapas, às vezes com indicações precisas e até mesmo receitas, estes só funcionam como referência mais geral, pelo menos como ocorreu no meu caso (p. 29).

No meu caso também foi assim. Iniciei o processo de realização da pesquisa, desde a reescrita do projeto até as primeiras atividades de aproximação com o campo e os sujeitos, sabendo o que eu queria, tendo como referências abordagens e procedimentos metodológicos que considerava adequados e coerentes com a minha questão de pesquisa: como têm se configurado as trajetórias de vida dos jovens egressos da medida socioeducativa (MSE) de semiliberdade de Governador Valadares? Havia um plano, uma proposta, um caminho.

Pretendia realizar uma pesquisa com foco na vivência da condição de egressos da medida socioeducativa, em continuidade com os mesmos jovens, interlocutores da pesquisa de mestrado, passados quatro anos da realização da pesquisa de campo, no período de 2015 e 2016. Esta pesquisa seria realizada através de incursões no campo, observações diretas dos tempos e espaços cotidianos dos jovens, suas rotinas e locais de residência e outros, e entrevistas narrativas. Porém, o caminho se fez ao caminhar, e, assim, pude também constatar que a vivência concreta dos caminhos de uma pesquisa é tortuosa, por vezes desconcertante, angustiante, atravessada por interferências na vida dos sujeitos envolvidos, que se constituem questões e dimensões muito maiores que o movimento de pesquisa.

Desde o início, sabia que se tratava de um percurso desafiador, que me exigiria trilhar um caminho de reaproximação dos jovens em um contexto complexo, tendo em vista que os sujeitos poderiam ter mantido ou reestabelecido relações com as dinâmicas ilícitas e suas fronteiras. Sabia que me reaproximaria deles com estigma de “meninos do tráfico”, “meninos da semi”, em seus territórios de moradia, ou seja, desvinculados de uma instituição específica

de acompanhamento, que vivenciavam experiências atravessadas por fatores relacionados às camadas populares e aos contextos de violências mais amplos. Mas apostava na possibilidade de fortalecimento de vínculos, nos contatos, mesmo que mais distanciados, que mantivemos durante o intervalo entre uma pesquisa e outra e nas estratégias metodológicas que propunha.

No entanto, não sabia de outras tantas coisas, entre elas a estarrecedora pandemia da Covid-19 que nos assolou e invadiu todo o contexto e cenário mundial e, especialmente, o brasileiro¹⁰. Importante dizer que a pandemia foi controlada devido ao trabalho dos/as cientistas que rapidamente desenvolveram vacinas e, especialmente, à vacinação de grande parte da população.

Nesse mesmo período, iniciava também os meus primeiros passos como pesquisadora-gente-caminhante nos trabalhos de campo desta pesquisa. Estava também iniciando minha licença integral, direito que me foi garantido como servidora pública. A partir desse momento, fiquei sem chão. Por algum tempo, não pude caminhar, apenas sentir, sofrer. Em alguns momentos, caí em desalento completo, em desespero de me sentir tão perto do risco de perder a própria vida e das pessoas queridas ao meu redor e de ver tanto desespero e vidas sendo enlutadas, umas mais, outra menos. A cada dia mais e mais vidas eram interrompidas. Na minha condição de privilégio, pude ficar em casa e cumprir o distanciamento social instituído, diferente de milhares de brasileiros/as.

Diante de um contexto de pânico, de extrema vulnerabilidade, ausência de expectativas positivas sobre vacinação, medicamentos e intervenções médicas mais eficazes, tivemos também que lidar com a intensificação de um cenário político econômico negligente, muito desigual e negacionista. Ou seja, o contexto de pandemia foi também marcado por total descaso e ausência de construção de políticas sociais integradas por parte do presidente da república e ministérios vinculados (gestão 2018-2022) e, especialmente descrença, deslegitimação do papel da ciência e negação da importância da vacinação da população. Diante desse cenário, tivemos que conviver com o escancaramento das desigualdades sociais do nosso país, que colocou todas as vidas brasileiras em risco, mas umas vidas ficaram mais em risco que outras.

¹⁰ O novo coronavírus, popularmente chamado de Covid-19, é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 que provocou uma pandemia mundial iniciada em março de 2020. Outras informações estão disponibilizadas em:

<https://www.paho.org/pt/covid19#:~:text=A%20COVID%2D19%20%C3%A9%20a,na%20Rep%C3%BAblica%20Popular%20da%20China>

<https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus>

<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>

Algumas vidas se importavam mais que outras. Ressalto, principalmente, as vidas precárias (BUTLER, 2020) dos interlocutores jovens e seus familiares que participaram desta pesquisa. Vidas que não tiveram o mesmo privilégio que eu, ao contrário, tiveram que, mais uma vez, colocar seus corpos, seus anseios, suas angústias, seus sonhos, seus medos, tudo que uma vida humana envolve mais diretamente, sem quase nenhuma proteção, em risco. São vidas que não puderam “pausar” a caminhada, e, sim, seguiram caminhantes em risco, em desproteção, em destinos precarizados, precarizantes e, infelizmente, em destinos de morte.

Diferentes dados publicados acerca da pandemia ratificaram que algumas vidas ficaram mais em riscos e/ou foram mais interrompidas que outras. Na 11ª Nota Técnica (NT), o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, analisou a letalidade da Covid-19 no Brasil. Os dados demonstraram que quase 55% dos pretos e pardos faleceram, enquanto que, entre os brancos, esse valor ficou em 38%. A taxa de escolaridade também foi analisada, assim, os sem escolaridade tiveram taxas três vezes superiores (71,3%) aos que têm nível superior (22,5%), ou seja, quanto maior a escolaridade menor a letalidade. Articulado a isso, o Núcleo comprovou que as desigualdades de renda também repercutiram nos dados, o que, por sua vez, interferia no acesso a serviços básicos sanitários e de saúde (NOIS, 2020).

Com relação a taxas de desemprego, no relatório “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2021”, é explicitado que a população negra, os/as jovens e as mulheres tiveram maior índice de desemprego no contexto de pandemia (IBGE, 2021). Os dados de emprego e desemprego são também analisados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), concluindo que com a Covid-19 os/as trabalhadores/as considerados/as vulnerabilizados/as (terceirizados/as, trabalhos precários e/ou na informalidade) foram os mais atingidos, juntamente com os/as jovens e as mulheres, ampliando as desigualdades já existentes¹¹.

Sendo assim, faz-se primordial ressaltar que esta é uma pesquisa que se fez na pandemia, ou seja, que considerou que pesquisadora e interlocutores/as estavam numa pandemia tentando sobreviver, seguir alguma rotina, tentando trabalhar e/ou “se virar” da maneira que podíamos,

¹¹ Outros dados e informações podem ser acessados em algumas plataformas digitais, disponíveis em:

<https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>

https://drive.google.com/file/d/1FadtLbhg6u6WQYT98MZz5GmUGhsCU4_/view

https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_797490/lang--pt/index.htm

o que incluía principalmente nos expormos ao risco de contaminação ao vírus da Covid-19 e às mazelas sociais intensificadas nesse período. Assim, também se trata de uma pesquisa na pandemia, tentando se refazer, se reinventar, no desafio de se manter firme, coerente, sem perder o sentido de ser uma pesquisa qualitativa, com foco nos sujeitos e suas trajetórias.

Desse modo, foi mais do que necessário criar outras trilhas, seguir atalhos, ter momentos de parada para aliviar a angústia, o medo, as preocupações. Senti-me perdida em mais de um momento, mas não estava sozinha e, coletivamente, com meu orientador e minha coorientadora, com os jovens e demais interlocutores/as, pude me reencontrar e me reconectar com o meu caminhar, para que, assim, andando, pudesse encontrar os caminhos, como ensinam o poeta e sua poesia.

O redesenho do percurso me levou a perseguir, por diferentes caminhos, a busca pelos mesmos jovens egressos da semiliberdade que participaram da pesquisa anterior. Assim, foram interlocutores nove jovens: Heitor (17 anos), Cauã (20 anos), Kleiton (20 anos), Robson (21 anos), Marcos Henrique (21 anos), Fernando (22 anos), Don Juan (21 anos), Edson (23 anos) e Leandro (23 anos)¹².

Nesse processo de busca pelos jovens, outros sujeitos se constituíram participantes desta pesquisa. Foram pessoas que fizeram e/ou fazem parte da vida e trajetórias dos jovens. Sendo assim, durante as andanças metodológicas, foi possível manter contato e aproximação com a mãe do jovem Robson, senhora Júlia; a avó do jovem Cauã, Dona Zélia; o tio do jovem Heitor, Sr. Paulo. Além deles/as, fiz contato com duas educadoras que trabalharam no Programa de Acompanhamento de Egresso Se Liga em Governador Valadares¹³, Daiane e Marcela. Colaboraram com o percurso inicial da pesquisa exploratória a Diretora da Unidade da Casa Semiliberdade de GV e a Ex-Coordenadora do Programa Se Liga¹⁴. O período total de realização da pesquisa de campo foi entre março de 2020 e abril de 2021.

¹² Os nomes são todos fictícios, conforme a orientação do Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos. Optei pela manutenção dos mesmos nomes escolhidos pelos jovens na pesquisa de mestrado. Foi necessário fazer uma mudança de apenas um dos jovens, pois ele me pediu para não continuar com o anterior, explicando o motivo de ser o nome de uma pessoa que não é mais “chegada” dele. Refiro-me ao jovem Robson, que, na pesquisa de mestrado, fora denominado com nome fictício de Ronan.

¹³ O Se Liga era um Programa de Acompanhamento de Egresso de medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação de Minas Gerais. Em Governador Valadares, o Programa esteve em funcionamento até o ano de 2018. As atividades foram encerradas abruptamente por motivos de não repasse de recurso e processo judicial de cunho trabalhista. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, é um Programa que se constitui como um dispositivo de acesso à cidade e à rede de proteção social, se colocando como um instrumento de construção do reencontro com a liberdade. Informações disponíveis em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3074-programa-se-liga>.

¹⁴ Os demais nomes fictícios mencionados neste parágrafo foram escolhidos pela pesquisadora.

Segui a caminhada buscando compreender as trajetórias de vidas dos jovens egressos, saber por onde andavam, como estavam, o que estavam fazendo da vida, que caminhos haviam seguido após serem desligados da MSE. Para isso, realizei um estudo qualitativo. Segundo Heloisa Martins (2004), a pesquisa qualitativa apresenta características metodológicas que se mostram mais adequadas para tentar responder os “como” e “porquê” da questão apresentada. De acordo com Martins (2004), as

metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la (MARTINS, 2004, p. 292).

As características explicitadas pela autora sobre a pesquisa qualitativa me possibilitam aproximar de modo amplo e profundo do objeto a ser investigado. Quanto mais complexo é o problema, mais se exige do/a pesquisador/a uma postura aberta, sensível e perspicaz à realidade social na qual estará imerso/a, neste caso, especialmente por se tratar de uma proposta de pesquisa em continuidade. A partir desse movimento de pesquisa qualitativa, o/a pesquisador/a também é desafiado/a constantemente a dialogar com os dados e melhor compreendê-los.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é particularmente útil como uma ferramenta para determinar o que é importante para certa pessoa e por que é importante. Esse tipo de pesquisa constrói um processo a partir do qual questões-chave são identificadas, e perguntas, formuladas, descobrindo o os modos como ocorrem os fenômenos estudados e seus motivos. Isso significa que uma pesquisa qualitativa trabalha uma realidade subjetiva e múltipla, interpretada pelos/as participantes do estudo.

Em diálogo com Albert Melucci (2005) e Nonato (2019), é possível afirmar que a pesquisa qualitativa também se justificou nesta investigação por assumir a centralidade da linguagem, “tendo em vista que as palavras e o corpo como um texto têm sentido em um contexto” (NONATO, 2019, p. 35). Além disso, corroboro com a redefinição da relação observador/a e observado/a para pesquisador/a e interlocutor/a, pois se trata de uma relação social, mediada por uma interação dialógica, que não produz conhecimentos absolutos, mas, sim, questionamentos, interpretações e novas articulações acerca dos fenômenos sociais.

Em “O nativo relativo”, Eduardo Viveiros de Castro (2002) coloca em debate as relações que se estabelecem no encontro entre pesquisador/a e pesquisados/as. Esse debate contribuiu

metodologicamente com esta pesquisa, pois nele o conhecimento antropológico é compreendido como uma relação entre o antropólogo e o nativo. Os discursos desses/as interlocutores/as (conforme estou optando nomear) são práticas de sentidos que se relacionam e, por isso, produzem conhecimento. Segundo o autor, toda relação é uma relação de transformação.

Nesse sentido, “este trabalho não fala dos jovens, mas fala dos jovens na sua relação com a pesquisadora, e vice-versa. É resultado de um modo de observar que é centrado nas relações” (DAYRELL, 2005, p. 20). Conforme afirma Dubet (1994), “qualquer pesquisa é já uma relação social na qual o observado observa também o observador”. (p. 236). E ainda de acordo com Viveiro de Castro (2002), busquei “levar a sério” os jovens pesquisados, como verdadeiros interlocutores. Além disso, concordo que se há algo que cabe de direito à Antropologia, não é certamente a tarefa de explicar o mundo de outrem, mas a de multiplicar nosso mundo, “povoando-o de todos esses exprimidos que não existem fora de suas expressões” (p. 132).

Seguindo esse percurso, a pesquisa de campo se desenvolveu por meio de diferentes procedimentos de produção de elementos de análises e de articulações entre fundamentações teórico-metodológicos que deram suporte para reconstruir o percurso e prossegui-lo conforme o próprio campo ia se constituindo e se alterando na relação com os/as interlocutores/as e com os contextos vividos.

Pelo contexto de pandemia, foi preciso criar estratégias de aproximação aos sujeitos em meio a um tempo de distanciamento social. Não obstante, no decorrer das vivências de campo, foi possível perceber e compreender também que a necessidade de redesenhar o percurso metodológico foi tão intensificada quanto exigida pelo contexto dos próprios jovens participantes e do modo como suas trajetórias juvenis foram se estabelecendo após o desligamento da MSE. Isso se constituiu como um desafio para a minha condição de pesquisadora, que, ao me propor ir ao encontro dos jovens, me percebi indo também ao encontro com a metodologia. Ou foi a metodologia que veio ao meu encontro ao longo do percurso apreendido de ir até os jovens interlocutores?

Dada a complexidade da questão de pesquisa levantada, dialoguei também com a pesquisa biográfica (Claude DUBAR, 1998; Christine DELORY-MOMBERGER, 2012) e a etnobiográfica (Marco GONÇALVES; Roberto MARQUES; Vânia CARDOSO, 2012) como suporte teórico-metodológico nesta investigação, ressaltando-se o seu caráter multimetodológico. De acordo com Delory-Momberger (2012), a pesquisa biográfica se inscreve em uma das questões centrais da Antropologia Social: como os indivíduos se tornam

indivíduos? Essa pergunta se desdobra em outras tantas que se referem às relações complexas que o indivíduo estabelece com suas próprias inscrições e entorno (histórico, social, cultural, linguístico, econômico, político, territorial).

Nesse sentido, o objeto da pesquisa biográfica se situa na investigação que busca perceber a relação singular que o indivíduo mantém, pela sua atividade biográfica, com o mundo histórico e social e estudar as formas que constituem sua experiência. Nas palavras da autora, “o objetivo da pesquisa biográfica é explorar os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência”. Isso significa que se trata do “estudo dos modos de constituição do indivíduo enquanto ser social e singular” (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 524). Mas a autora alerta que não se trata de uma singularidade solipsista, e, sim, de uma singularidade atravessada e informada pelo social.

Além disso, a pesquisa biográfica tem como especificidade a inclusão da dimensão do tempo, ou melhor, da temporalidade biográfica da experiência e da existência.

As ciências sociais têm dificuldade de dar conta da dimensão temporal da experiência individual: ainda, quando recorrem ao material biográfico, sua forma mais habitual de encaminhamento é colocar o tempo entre parênteses para reencontrar o “terreno” de uma geografia ou de uma cartografia do social. A postura específica da pesquisa biográfica é a de mostrar como a inscrição forçosamente singular da experiência individual em um tempo biográfico se situa na origem de uma percepção e de uma elaboração peculiar dos espaços da vida social (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 524).

Claude Dubar (1998), em seus estudos sobre as trajetórias sociais, aponta para a necessidade de apreender identidades sociais como processos biográficos e, ao mesmo tempo, institucionais. O ponto de vista do autor defende igualdade de graus entre as categorias institucionais (posições sociais) e as categorias de linguagem (utilizadas por indivíduos em situação de entrevista de pesquisa). Ele afirma que há predomínio das categorizações sociais coletivas (*habitus* em Bourdieu, por exemplo), que determinam posições e papéis sociais. O autor constrói uma crítica em relação às perspectivas que têm apenas as categorias sociais como foco das referências para compreender as identidades singulares. Ele indica a necessidade de avanço e superação conceitual para um ponto de vista relacional.

De acordo com Gonçalves, Marques e Cardoso (2012), o conceito de etnobiografia abre espaço para a individualidade, para o indivíduo, e se propõe a problematizar os conceitos-chave do pensamento sociológico clássico, como, por exemplo, os dualismos entre individual-coletivo, sujeito-cultura, entre outros. Nesse sentido, busca evidenciar a intrínseca relação entre

sujeito, indivíduo e cultura nos processos de produção do indivíduo, que possui individualidade sempre situada, ou seja, cria o próprio mundo e as suas perspectivas sobre ele. “A realidade sociocultural, portanto, não é mais que as histórias contadas sobre isso, as narrativas pelas quais ela é representada” (p. 10). No entanto, a etnobiografia recusa a distinção entre discurso, linguagem e experiência. Nesse sentido, a realidade sociocultural não é apreendida a partir de uma concepção de representação, mas de experimentação do mundo.

O diálogo com a etnobiografia aponta a possibilidade de “escrever a vida” e, neste caso, escrever trajetórias de vida em suas complexidades, dando o devido lugar para as divergências, contradições, tensões, semelhanças, pluralidades e singularidades. Trata-se de uma perspectiva que permite privilegiar as movimentações diversas, ziguezagueantes, improvisadas e possíveis que os indivíduos experienciam dentro de um contexto social, cultural e historicamente situado.

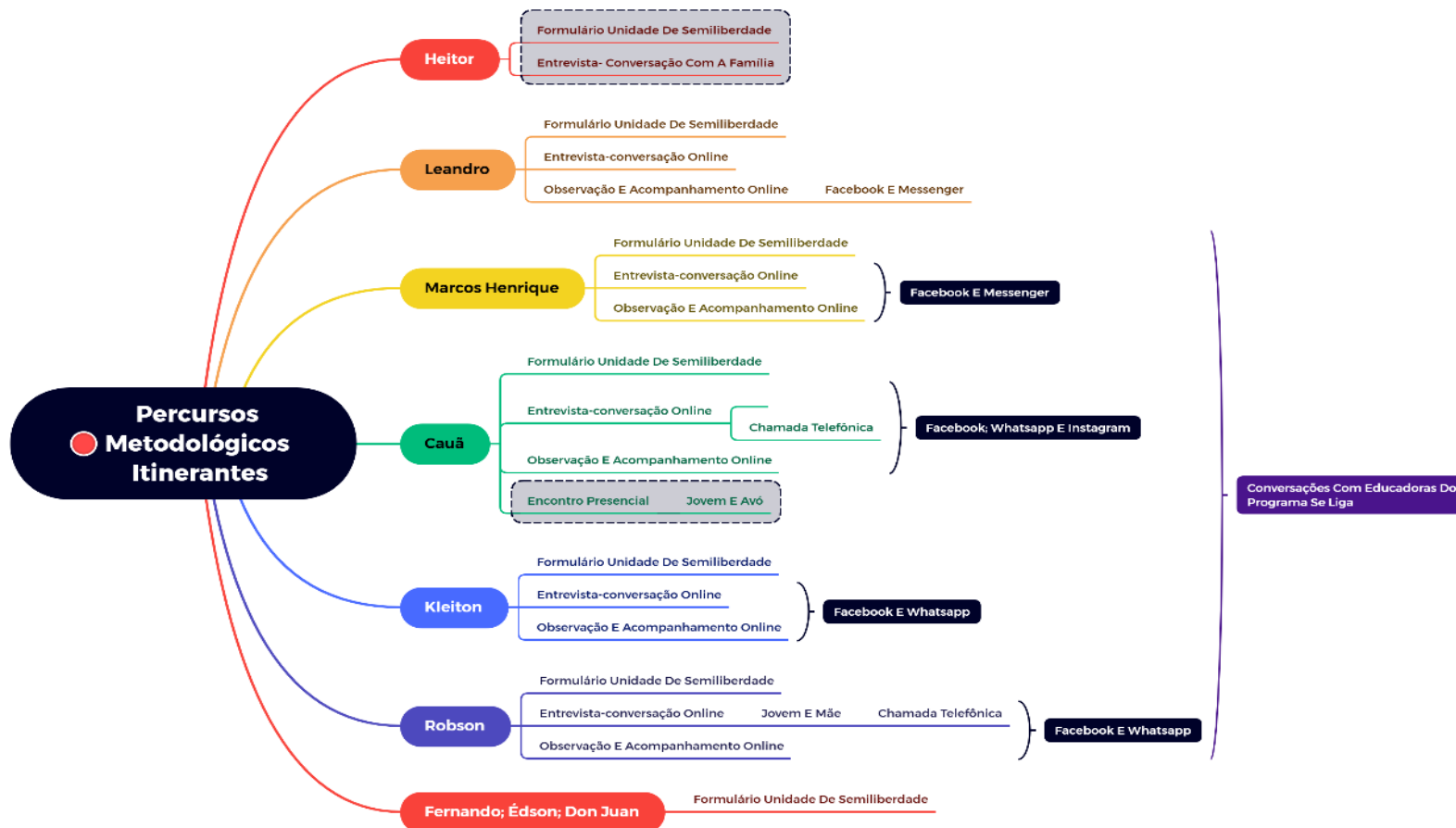
Assim, o desenho metodológico se desenvolveu como um processo multimetodológico em diferentes fases que se concretizaram ora em sequência, ora em concomitância. A primeira fase da pesquisa se constituiu como exploratória, com enfoque na reaproximação aos jovens. Em seguida, realizei incursões no campo, observações e acompanhamento online e offline; além de entrevistas-conversações com jovens, familiares e educadoras. Todo o percurso foi registrado por meio de descrições densas em diário de campo.

Nesse sentido, realizei uma pesquisa diversa, multimetodológica e multissituada – mediada pela web e na interação face a face (REIS, 2014), uma vez que um único conjunto de procedimentos não seria suficiente, pois cada sujeito em sua trajetória me estimulava e me permitia uma forma de caminhar. Sendo assim, para cada jovem e/ou subgrupo de jovens dentro dos nove participantes, o percurso metodológico se delineou de maneira individualizada, de acordo com uma Sociologia à escala individual (LAHIRE, 2005).

Segundo Lahire (2005), para essa empreitada rumo à apreensão da pluralidade interna dos indivíduos e dos modos como ela se dissemina nos contextos sociais, “é necessário dotarmo-nos de dispositivos metodológicos que permitam observar diretamente ou reconstituir indiretamente (através de diversas fontes) a variação ‘contextual’ dos comportamentos individuais” (p. 27). Assim, levei em consideração as possibilidades apresentadas e ou impostas diante do contexto pandêmico e dos contextos singulares e concretos de cada jovem.

Esses percursos se constituíram através dos procedimentos metodológicos pelos quais foi possível me reaproximar e construir outras relações sociais de interlocução para esta pesquisa, conforme o mapa mental sobre os procedimentos metodológicos utilizados nos percursos com os jovens, figura a seguir.

Figura 1 – Mapa mental dos percursos metodológicos



Fonte: Elaborada pela autora

Esta investigação mostrou que os jovens desta pesquisa são itinerantes, transitam por diferentes tempos e espaços, estão em constante movimento de recomeçar, reconfigurar e multiterritorializar suas trajetórias (retomarei essas questões ao longo das seções que se seguem). Ao mesmo tempo em que se movimentam muito, são escorregadios, no sentido de escapulirem, se esquivarem de propostas ou tentativas de aproximação mais formais; além de terem apresentado uma significativa dificuldade em construir vínculos. Por isso, o percurso metodológico foi constituído por muitas andanças, que se concretizaram no espaço social das relações presenciais e também no ciberespaço, através de diferentes procedimentos online e offline, em busca do encontro e da interlocução com os jovens, suas narrativas diversas, seus contextos e trajetórias.

Desse modo, a metodologia aqui empreendida foi atravessada pela itinerância, ou seja, entre idas e vindas, movimentação constante na vivência da “prática da pesquisa”, bem como nas reflexões e diálogos teórico-metodológicos ao longo de todo o percurso. Isso se fortaleceu em cada vez que eu me aproximava mais dos jovens e seus contextos. Fui percebendo que suas vidas iam se constituindo por movimentos de itinerâncias, idas e vindas, oscilações constantes. e, assim, a metodologia precisou se constituir seguindo os rastros (Bruno LATOUR, 2012), as pistas, encontrando brechas, se reinventando no processo. E tudo isso foi me permitindo compreender o aspecto das itinerâncias juvenis e da constituição de trajetórias que também são itinerantes.

Assim, consideramos que a pesquisa qualitativa se desenvolveu a partir de percursos metodológicos itinerantes, no plural, para enfatizar as especificidades e os desafios existentes na construção de uma pesquisa qualitativa etnobiográfica, na qual, como pesquisadora, fui ao encontro de diferentes, plurais e singulares biografias juvenis.

2.1 Em busca de pistas, rastros, trilhas: iniciando as andanças metodológicas

Os primeiros trabalhos de campo tiveram os esforços voltados para a minha reaproximação aos jovens¹⁵. Assim, no período de março a abril de 2020, revisei as informações e dados já coletados sobre cada um e iniciei um processo de busca pelos jovens

¹⁵ Desde o término da pesquisa de mestrado, mantive minha participação em um núcleo de pesquisa, vinculado à Universidade Vale do Rio Doce (Univale), em Governador Valadares, que desenvolve projetos de pesquisa e extensão incluindo parte dos mesmos jovens, como sujeitos participantes, além do contato com o Programa de Acompanhamento de Egressos de Medidas Socioeducativas efetivado na política do município. Mantive também o contato com a equipe técnica da Casa Semiliberdade para a devolução da dissertação de mestrado e permaneci em contato. Atualizei os dados dos jovens e mantive o contato com eles por meio das redes sociais digitais e intensifiquei esse contato, via telefone, contato com os familiares e outros.

participantes e de observação mais exploratória com o intuito de atualizar esses dados, identificar novas informações e elementos que viabilizariam a entrada mais consolidada e aprofundada no campo de pesquisa.

Iniciei entrando em contato com a diretora da Casa Semiliberdade de GV, por meio de telefone e e-mail. Para isso, construí um formulário com perguntas gerais sobre endereço, telefones dos jovens e dos responsáveis legais, data de entrada e desligamento ou evasão da medida socioeducativa, e um campo específico para registro de alguma notícia ou comentário após o desligamento. Em pouco tempo, obtive retorno e pude também agendar uma conversa online com a diretora da unidade de semiliberdade, através da plataforma do Google Meet¹⁶, momento no qual foi possível empreender uma conversa mais exploratória, complementando as informações prestadas no formulário.

Por meio dessa interlocução, foi possível ampliar a minha exploração do campo. A diretora da Semiliberdade mediou o meu contato com a pessoa que exerceu o cargo de diretora do Programa Se Liga em GV, durante o tempo em que as atividades foram executadas no município, que me viabilizou o contato com as duas educadoras que atuaram no Programa no mesmo período e se tornaram duas interlocutoras neste estudo. Esse movimento, baseado em um dos procedimentos da metodologia de “bola de neve”¹⁷, possibilitou ter acesso a informações e relatos sobre os nove jovens participantes deste estudo. Além disso, foi muito importante para iniciar minha reaproximação direta com os jovens com mais elementos, pistas, indicativos sobre seus contextos e condições atualizadas.

Em seguida e de modo concomitante, utilizei diferentes estratégias de contato com os jovens e/ou seus familiares a fim de identificar aqueles que poderiam participar das demais etapas da pesquisa. Assim, realizei contato telefônico, o que não foi um processo fácil e muito efetivo. A maioria dos telefonemas não completavam a chamada, ou caíam direto na caixa postal, em outras ligações ouvia a mensagem da operadora telefônica informando que o número não existia e orientando que o número fosse verificado na lista telefônica. Nesse período, consegui realizar contato com familiares de três jovens – Cauã, Robson e Heitor.

¹⁶ É uma plataforma de videoconferência desenvolvida pelo Google que permite a criação de reuniões online com várias pessoas em interação. Oferece uma série de recursos, como compartilhamento de materiais, projeção de tela, bate-papo (chat) entre outros.

¹⁷ Ressalto que não utilizei a metodologia de pesquisa qualitativa intitulada “bola de neve”, que é uma forma de amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referências para localização de grupos ou estudos de difícil acesso (Juliana VINUTO, 2014), mas, sim, uma das suas estratégias. Essa metodologia trata-se de

Paralelamente a isso, me aproximei de alguns deles a partir do contato online da rede social digital do Facebook¹⁸, que a maioria dos jovens acessavam. Eu acessava informalmente os perfis de alguns jovens há mais tempo como uma usuária comum dessa plataforma. Mas, diante da possibilidade de continuar desenvolvendo um trabalho de pesquisa, o Facebook, como uma plataforma digital de interações sociais no ciberespaço¹⁹, me permitiu localizar e estabelecer relações diretas com mais jovens. Assim, a interação e acompanhamento dos perfis deles se apresentou como uma poderosa estratégia metodológica para mim.

De acordo com Reis (2014), esse percurso de pesquisa “possibilita o debate da internet como campo e instrumento de investigação nas Ciências Humanas” (p. 48). Nesse sentido, há uma especificidade em relação ao espaço de pesquisa online, uma vez que ele oferece elementos/dados de natureza pública²⁰. A autora ressalta também que estudos antropológicos têm se mostrado sensíveis ao trabalho de campo online sobre e no ciberespaço.

Outro aspecto importante nesse diálogo é a necessidade de se criar um perfil nessas plataformas, como um “procedimento de personalização”, através do qual se expõem suas preferências, gostos pessoais, musicais, opiniões, visões de mundo, por meio de vários tipos de recursos audiovisuais, como vídeos, imagens, entre outros. Nesses “perfis”, se estabelece uma dinâmica cotidiana de narração das múltiplas experiências vividas e da construção de si. “Parece haver uma maximização dos indivíduos através de ferramentas on-line que possibilitam uma exposição de atributos pessoais de suas vivências nos múltiplos espaços pelos quais circulam e expõem na rede. As páginas ou perfis sociais estão em constante e diária construção” (REIS, 2014, p. 40).

Criei então um perfil no Facebook específico para a pesquisa, com o intuito de retomar o contato com os jovens que eu já “seguia” nas redes sociais e iniciar o contato com aqueles que ainda não tinha localizado nessa rede social. Um registro em diário de campo foi dedicado para relatar sobre essa estratégia:

¹⁸ O Facebook é uma rede social digital que permite ao usuário a criação de perfis que se conectam a outros perfis. Foi criada em 2004. É considerada uma das plataformas mais populares mundialmente falando (REIS, 2014; Gislene EVANGELISTA, 2016). Disponível em: <https://www.facebook.com/>

¹⁹ O termo ciberespaço é utilizado aqui tendo como referência a definição de Pierre Lévy (1999), para descrever os territórios onde a comunicação é estabelecida por meio de artefatos tecnológicos, bem como se refere ao universo “oceânico” de informações que a comunicação digital abriga.

²⁰ “Na medida em que as informações estão disponíveis na internet, elas podem ser conferidas, acrescentadas ou mesmo questionadas por outros sujeitos” (REIS, 2014, p. 48).

Seguindo a estratégia que registrei anteriormente, avaliei que seria mais interessante criar um perfil específico de Facebook para adicionar os jovens que eu já estava acompanhando pelo meu perfil pessoal do Facebook, mas sem muita interação. Até então, eu estava mais entrando e observando as postagens, prestando atenção na frequência delas, nos assuntos e conteúdos. A estratégia de um perfil específico foi para deixar bem explícito o meu objetivo de reaproximação, poder falar mais diretamente da pesquisa com eles, ser um perfil mais fechado, no qual só as pessoas que eu adiciono têm acesso aos conteúdos, e somente eu tenho acesso à lista de amigos (pessoas que eu adicionei) do perfil. Pensei em todos esses detalhes para evitar que situações desagradáveis pudessem inibir a participação e interação dos jovens, como por exemplo “rixas” ou problemas de “guerras” entre os diferentes grupos/”fechamentos” que eles pudessem estar envolvidos; exposição deles entre eles mesmos; misturar a minha vida mais pessoal (como as postagens que eu geralmente faço no Facebook, expor também a minha família e outros pessoas do meu vínculo mais íntimo). Caso eles me adicionem no perfil pessoal eu pretendo aceitar, mas não com o compromisso da pesquisa. Sendo assim, nomeei o perfil de Jorddana Pesquisadora e fiz esses ajustes nas configurações. Isso me tomou um pouco de tempo, pois tive que usar a ferramenta de uma maneira muito mais cautelosa, com novas preocupações que não me eram tão necessárias até o momento, e fazer uma pequena pesquisa, bem como uns testes para me certificar se estava conforme gostaria (Diário de campo, 2020).

Apesar de que se tratava de um reestabelecimento e fortalecimento vínculos com os jovens com os quais me relacionei no período em que estavam cumprindo a MSE, compreendia que iria me reencontrar com eles em outro momento da vida, em outro contexto. Eles estavam no “mundão”, como diziam, e não mais acautelados, organizados, “controlados” em um único espaço. Esses fatores eram suficientes para eu ter consciência de que não poderia chegar “de qualquer jeito”, pois poderia encontrar um cenário no qual os jovens talvez estivessem envolvidos em dinâmicas do tráfico de drogas, por exemplo, e poderia estar entrando e articulando territórios de conflito.

Nesse sentido, eu precisava saber me aproximar, ter atenção com os detalhes que possibilitavam deixar explícitas as minhas intenções, o meu cuidado em não prejudicá-los ou colocá-los em situação de exposição, risco ou conflito. Havia um medo, mas não um medo de reencontrar com os jovens, mesmo sendo muitas vezes aconselhada ou bombardeada de estereótipos negativos sobre eles (Alba ZALUAR, 2000). Meu medo era de não “saber chegar” e não conseguir restabelecer o vínculo necessário para construir um percurso metodológico com os jovens. Por isso, criar um perfil específico configurado para ter mais privacidade foi

fundamental, e, nesse caso, necessário para resguardar os jovens e a mim e ser fiel com a postura ética desta pesquisa²¹.

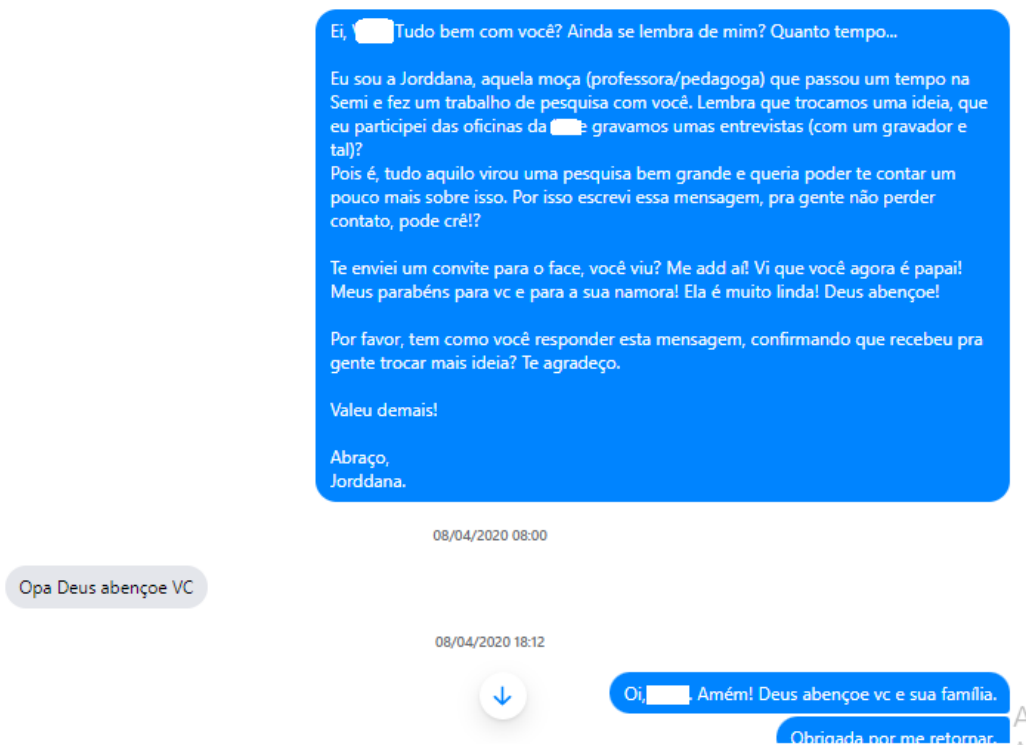
A partir desse perfil, realizei o trabalho de localizar e solicitar “amizade” dos jovens no Facebook (que é como se denominam as relações que se estabelecem nessa rede). Não foi um trabalho simples. Os perfis a que eu tinha acesso foram fáceis de localizar novamente, mas localizar os demais me demandou um trabalho minucioso de procura. Passei horas e horas utilizando o campo “pesquisar no Facebook”, disponibilizado pela própria plataforma digital, no qual fiz variadas tentativas de buscas. Utilizei a inserção do nome, apelido ou nome e sobrenome dos jovens e depois analisava a lista de resultados que aparecia até conseguir localizar algum. Nesse processo, na medida em que alguns jovens iam me adicionando como amiga, pude usar outra estratégia de busca. Passei a pesquisar dentro dos grupos de “amigos” dos jovens. Isso diminuiu o universo da busca e em alguns casos funcionou, consegui localizar mais rapidamente outro jovem, além de ter sido uma maneira de identificar os jovens que mantiveram alguma proximidade entre si depois do desligamento.

Na medida em que ia localizando-os e enviando solicitações de “amizade”, eu enviava uma mensagem por meio da ferramenta de bate-papo vinculada ao Facebook, chamada Messenger²², me rerepresentando, explicando o motivo do meu contato e propondo outras formas para “trocar mais ideias”, conforme exemplifico a seguir:

²¹ Ressalto que a pesquisa esteve de acordo com os princípios éticos exigidos pelo Comitê da UFMG. Todos os jovens e demais interlocutores/as foram informados/as sobre o objetivo da pesquisa, tiveram acesso aos termos de consentimento livre e esclarecido e autorizaram o uso das informações fornecidas para fins da pesquisa.

²² O Messenger é um aplicativo de mensagem instantânea vinculado à plataforma Facebook. É possível trocar texto, vídeo e áudio. De maneira simples, podemos dizer que é o bate-papo do Facebook.

Figura 2 –Conversa o inicial da pesquisadora com os jovens via Messenger



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Após essa intera o via Messenger, foi possível localizar contatos de telefone mais atualizados e outras redes sociais digitais utilizadas pelos jovens. As redes mais acessadas por eles eram o Facebook, o Whatsapp e o Instagram²³, nessa ordem de prioridade. Dos nove jovens, não foi possível localizar a rede social digital de três deles (Edson, Don Juan e Heitor). Entre os três, um estava em cumprimento de pena no sistema prisional (Don Juan, 22 anos).

Os outros dois jovens viviam mais intensamente a condi o de “entocado”, isto  , eles ficavam mais restritos aos seus territórios mais seguros, tanto do ponto de vista do risco de serem surpreendidos por práticas ilícitas ou por alguma situa o de conflito em que poderiam

²³ O WhatsApp   um aplicativo digital gratuito de bate-papo que foi fundado por Jan Koum e Brian Acton, que já haviam trabalhado juntos no Yahoo por 20 anos. O WhatsApp se juntou ao Facebook em 2014, mas continua a operar como um aplicativo separado com foco no serviço de mensagens rápido em qualquer lugar do mundo. Oferece suporte ao envio e recebimento de uma variedade de m dias: texto, fotos, vídeos, documentos e localiza o, assim como chamadas de voz e vídeo. Disponível em: https://www.whatsapp.com/about/?lang=pt_br. Acesso em 02 jan. 2023. O Instagram   uma rede social digital na qual os usuários criam uma bio, como se fosse uma mini biografia para criar a sua conta ou perfil, e podem compartilhar imagens e vídeos de curta dura o diretamente do aplicativo de celular ou pela versão web, pelo computador. As publica es são armazenadas e socializadas através de um “feed” e podem ser visualizadas pelos perfis que se seguem na mesma rede. Foi fundado em 2010 pelo brasileiro Mike Krieger e pelo norte-americano Kevin Systrom. Tornou-se a rede social digital com maior audiência. Disponível em: <https://www.instagram.com/>. Acesso em 02 jan. 2023.

estar envolvidos, principalmente nas dinâmicas do tráfico. Essa questão será retomada ao longo das análises desenvolvidas neste estudo. Diante disso, não foram perfis “capturados” nesta pesquisa, muito provavelmente por usarem perfis que não são facilmente identificados. Um deles (Heitor, 23 anos) estava sendo ameaçado de morte, conforme o relato do seu tio, Sr. Paulo, devido a conflitos territoriais da cena do mundo do tráfico e, infelizmente, foi assassinado durante o percurso desta investigação. E o outro jovem, Édson, desde o cumprimento da MSE, sempre fazia questão de reforçar que ele ia ficar “quieto no canto dele”, quase sempre se referindo às questões de “guerras” que tinha no “mundão”.

Assim, foi possível contatar e interagir com seis jovens mais diretamente (Cauã, Robson, Kleiton, Marcos Henrique, Fernando e Leandro) na rede social do Facebook via Messenger. Cinco deles se lembraram de mim logo no primeiro contato e corresponderam rapidamente às mensagens, apenas Fernando que não. Isso significou que não tive interlocução direta com quatro jovens (Edson, Don Juan, Heitor e Fernando), mas tive acesso aos dados fornecidos pela equipe da semiliberdade e Programa Se Liga e pelos familiares, como no caso do Heitor.

A partir dessa primeira fase, foi possível expandir a forma de interação e interlocução via contato telefônico e Whatsapp com três jovens (Cauã, Kleiton e Robson) e identificar que dois deles acessavam o Instagram. Com isso, acompanhei e interagi com ambos nessa plataforma também.

Todo esse processo inicial foi fundamental para possibilitar momentos de acolhida tanto da parte do/a pesquisador/a, como da parte dos jovens, considerados interlocutores da pesquisa, e restabelecer a construção de relações de confiança com eles e os familiares que se fizeram presentes. De acordo com Melucci (2005),

o contrato de pesquisa atinge, inevitavelmente, a opacidade da ação social e a possibilidade de reduzi-la: é em nome desta possibilidade que o pesquisador pode pedir aos sujeitos para colocar à sua disposição informações a que, de outro modo, não teria acesso. Nesse sentido, o contrato deve, porém, contar com um grau suficiente de confiança, sem a qual é impossível que haja qualquer troca de informações (MELUCCI, 2005, p. 337).

Nesse sentido, foi também fundamental manter o contato ainda mais exploratório com esses jovens, com o intuito de cultivar a relação de confiança e, mesmo à distância, tendo em vista o contexto de pandemia e distanciamento social, conseguir me fazer mais presente. Desse modo, mantive uma periodicidade durante os meses seguintes (maio a julho de 2020), enviando mensagens via Messenger, Whatsapp e, também, acompanhando as postagens na linha do

tempo, nos *stories*²⁴ do Facebook e do Instagram dos jovens e no status do Whatsapp daqueles jovens com os quais consegui interagir por esse aplicativo de bate-papo.

Assim, mantive um trabalho cotidiano de enviar mensagens perguntando sobre como eles estavam, como estava a família, como estavam vivendo o momento da pandemia, sobre a experiência da paternidade de alguns jovens. Além disso, conversamos sobre questões relacionadas ao contexto de pandemia, como o auxílio emergencial criado pelo governo (devido à pressão social e de alguns parlamentares), durante a pandemia da Covid-19, entre outros assuntos. Concomitantemente, realizei observações online acompanhando as postagens que eram registradas nos perfis pessoais dos jovens. Desse modo, mantivemos um contato mais próximo; pude entender mais sobre suas vivências atuais, atualizei informações e elementos importantes sobre seus contextos familiares, locais de moradia, grupo de pares, questões socioeconômicas, e elementos a respeito da continuidade ou rompimento com as práticas ilícitas.

No entanto, especialmente nesse período, ao mesmo tempo que sentia que a reaproximação estava fluindo, se reconstituindo, na mesma intensidade sentia muita insegurança, frustração de muitas vezes estar realmente perdida, refletindo para onde iria seguir com as minhas andanças. Todos esses sentimentos se intensificaram quando me deparava com hiatos de uma semana, às vezes mais, na interação com alguns jovens ou com a ausência de postagens. Outras vezes eram os telefones que mudavam de número, o que me fazia retomar a busca ativa via Messenger, e também confirmar e refletir sobre a complexidades dos contextos vividos.

Houve também momentos de angústia de ver o tempo passar e precisar continuar lidando com o contexto de pandemia, que oscilava de modo ainda muito instável e grave. Nesses momentos, me vi sendo algumas vezes consolada pelos próprios jovens, especialmente o jovem Kleiton, que sempre me dizia “*Tá bom, Jorddana. Se Deus quiser esse ‘trem’ [se referindo à pandemia da Covid-19] vai passar. Tudo no tempo de Deus dá certo! E quando passar cê vem aí. Fica com Deus também. Deus abençoe você e sua família aí.*” (Kleiton, 20 anos, conversa via áudio do Whatsapp, junho de 2020).

²⁴ A chamada “linha do tempo” é o espaço em que cada usuário do Facebook registra suas atividades na rede. Preferências musicais, livros, programas de TV, opções “curtir”, lugares visitados, postagens de amigos/as, participações em evento. Enfim, todas as ações do usuário no Facebook estão registradas na “linha do tempo”, que é organizada cronologicamente (REIS, 2014, p. 47). O *story* ou os *stories* é um recurso do Instagram no qual as publicações ficam registradas por apenas 24 horas e depois são apagadas da sua conta. Para mantê-las na memória das publicações, o usuário precisa criar um destaque na sua “bio”.

Nesses percursos incertos e “tortuosos”, nada lineares, fui também surpreendida positivamente com momentos de conversação iniciados pelos próprios jovens, tanto via Messenger, quanto Whatsapp. Foram trocas de mensagens que variaram entre saber como eu estava, me dar notícias sobre outros jovens, principalmente notícia de apreensão ou de assassinatos, para pedir ajuda sobre o auxílio emergencial e contato de pessoas que poderiam “arrumar um serviço” (Cauã, 20 anos). A vivência desses momentos me permitiu fazer um movimento interno, daqueles em que temos a percepção de que “caiu a ficha” ou também momentos de “eureka”, os quais me possibilitaram sair do sentimento de angústia e compreender com mais propriedade que estava diante de um potente procedimento de pesquisa, de observação e interlocução online.

A minha sensação de pesquisadora-gente foi de que, mesmo parada dentro de casa, eu estava fazendo movimentos constantes, frenéticos de busca, de ir ao encontro, de me fazer disponível, aberta, de seguir todos os rastros, pistas, postagens (LATOUR, 2012), formas de interação e, principalmente de escuta e percepção dos jovens. E, nesse movimento empreendido, percebi que estava caminhando e traçando caminhos que nomeei, no primeiro momento, de “andanças online”.

Desse modo, o momento que inicialmente foi pensado para ser um processo de observação mais exploratória se redesenhou na pesquisa como processo de observação e acompanhamento mais aprofundado e sistematizado, possibilitando ir para a segunda fase da pesquisa.

2.2 Seguindo os rastros, traçando andanças e observações online e offline

Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Elas são coadjuvantes
 Não, melhor, figurantes
 Que nem devia tá aqui

Tanta dor rouba nossa voz
 Sabe o que resta de nós?
 Alvos passeando por aí

Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes

Se isso é sobre vivência
 Me resumir a sobrevivência
 É roubar o pouco de bom que vivi

Por fim, permita que eu fale

Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir.
("Amarelo", EMICIDA, 2019)

O trecho da música-poema do rapper Emicida se fez trilha sonora durante as vivências, andanças, reflexões e reconstruções de caminhos nessa etapa da pesquisa. Era uma música que eu já conhecia de um trabalho artístico que eu também já acompanhava e admirava, mas, especialmente nesse momento de realização e de reconstrução constante da minha andarilhagem como pesquisadora-doutoranda-gente, essa e outras músicas, constantes nesses registros analíticos, fizeram um sentido diferente. Houve um determinado momento em que, ao ouvir novamente essa música e especialmente esse trecho, em articulação com as experiências que o campo estava me permitindo vivenciar, me veio mais uma forte percepção, como um sinal de reforço, de que precisava me atentar mais ao que os jovens estavam me dizendo. Isso significou me permitir escutá-los e não reproduzir o discurso e prática social nos quais se sobressaem as suas “cicatrizes”, suas “mazelas”, e, principalmente, não resumi-los à sobrevivência, mas, sim, evidenciar as suas vivências itinerantes e desafiadoras.

Nesse sentido, ressalto que esta pesquisa foi mobilizada, desde o início, por um olhar inquiridor socioantropológico que articulou quatro movimentos em complementariedade e intersecção que se referem a observação (ver), escuta (ouvir) e registro (registrar) de acordo com o tripé metodológico desenvolvido pelo Roberto OLIVEIRA (1996), acrescido do movimento de ação (agir) a partir da compreensão da pesquisa como princípio educativo (Symaira NONATO; Jorddana ALMEIDA; Ivan FARIA et al., 2016; Symaira NONATO, Jorddana ALMEIDA; Brécia NONATO, 2022). Esse olhar inquiridor e articulado mirou para os movimentos e as cenas que se criaram e recriaram no campo, no processo de desnaturalização do olhar, de estranhar o familiar (Roque LARAIA, 2007), de olhar mais de uma vez sobre o mesmo cenário, contexto online e também offline, e perceber as articulações e as configurações que os sujeitos-ativos constroem e/ou a que, de maneira complexa e intersecionada, são submetidos.

Além de observar a realidade vivida pelas juventudes em foco, era necessário ouvir, no sentido de “saber escutar” (NONATO et al., 2022), o que as experiências potencializadas em elementos de pesquisa estavam nos dizendo, principalmente porque a interlocução se voltava para jovens que quase sempre são silenciados nos espaços de socialização por onde transitam, seja na escola, na família, nas políticas de socioeducação entre outras instituições e territórios

sociais. Por isso, foi necessário ouvir também os silêncios, como nos ensina bell hooks (2017). O movimento do “ouvir” permitiu uma interconexão com a realidade observada de modo que me possibilitou vivenciar um processo de confronto entre o meu ponto de vista e os dos jovens e demais interlocutores/as e, assim, busquei construir uma leitura ou interpretação mais complexa das cenas “capturadas” ou “situações observadas” (MAIA; CORREA, 2014).

É nesse sentido que destaco, em diálogo com Gonçalves (2012), a potência etnobiográfica, que se manifesta justamente no intercâmbio de experiências, na relação de alteridade estabelecida entre pesquisador/a e interlocutores/as. Ou seja, no encontro de pessoas “reais” que se transformam ao narrar suas histórias e alteram seus discursos a partir de uma flexibilidade em relação às escolhas pessoais na construção de uma trajetória social. Esse processo é fruto do encontro entre aquele/a que narra (de diferentes formas, com diferentes ferramentas e em diferentes territórios) e aquele/a que escuta a narração. Assim sendo, trata-se de uma narrativa relacional, na qual há uma complexa combinação entre narrativas pessoais e situações históricas constituídas através de uma intersubjetividade concretizada na experiência do sujeito.

Além da escuta apurada, sensível e respeitosa, todo o processo foi acompanhando pelo movimento do registrar, privilegiado pelo instrumento do diário de campo, por meio da descrição densa interconectada com o processo das análises, voltado para a relação intrínseca entre as evidências, interpretações e diálogo com os referenciais teóricos.

De acordo com Maia e Correa (2014), é possível realizar o registro pelo menos em duas etapas.

A primeira etapa é o *registrar* “estando lá”, ou seja, fazendo anotações mais gerais sobre o que se está observando e ouvindo, sem uma sistematização criteriosa das informações; podem ser feitas anotações mais livres, enfatizando mais a descrição e não tanto as interpretações dos dados, e utilizar diferentes recursos e linguagens disponíveis (anotações em caderno de campo, fotografias, gravações de áudios e/ou vídeos etc.).

A segunda etapa refere-se a um registro mais elaborado e, portanto, mais reflexivo e distanciado do observado e ouvido empiricamente, mas sempre revisitando as anotações e os outros instrumentos de pesquisa que se tenha utilizado. Nesse registro, é fundamental que se incluam interpretações a partir das reflexões realizadas sobre as realidades e experiências observadas, estudadas e vivenciadas, em diálogo com o acúmulo teórico do/a pesquisador/a (NONATO et al., 2022).

De modo transversalizado, o movimento do agir foi significado nesta pesquisa em relação direta à sua característica de se fazer e refazer durante a própria vivência do campo e, por isso, se constituir como um percurso metodológico itinerante. O “agir” é o princípio que me permitiu concretizar o movimento da pesquisa articulado ao “ver, ouvir e registrar”. Suportada por esses referenciais, me permiti enveredar pelos caminhos nos quais o campo, na relação com os/as interlocutores/as, me apontava. Um “agir” que se preocupava com os jovens enquanto sujeitos de direito; assim, busquei imprimir no texto “uma ética do desconforto”, que busca romper com a “cegueira epistemológica”, ou seja, com total respeito às suas narrativas e cuidado no momento de análise. (Viviane WESCHENFELDER; Elí FABRIS, 2018, p. 116). Novamente, seguir as pistas, os rastros (LATOUR, 2012), e, a cada passo, caminhos foram se constituindo na pesquisa.

Nesse caminhar, também constituído em meio a um contexto de pandemia, a estratégia metodológica de reaproximação online dos jovens, que a princípio seria mais voltada para a fase inicial e exploratória, foi se apresentando como uma possibilidade mais duradoura e pertinente para a pesquisa. Sendo assim, me enveredei por outras trilhas. Encontrei-me com os jovens em seus universos no ciberespaço a partir de outros ângulos e pude também enxergar e perceber o ciberespaço como um território vivo e potente de narrativas e registros das trajetórias dos próprios jovens. Nesse caminho, na medida em que me encontrava com o meu campo, pude também me encontrar com a possibilidade de construir uma metodologia de observação on/offline.

Em diálogo com alguns/algumas autores/as, como Paula Sibilia (2008), Pelúcio (2005), Reis (2014), Reis e Dayrell (2020), optei por utilizar o par on/offline para demarcar que os espaços-tempos online e offline são imbricados e, não, compartimentados. Ambos os espaços se influenciam e se diluem nas experiências juvenis mais contemporâneas, como também no grupo juvenil observado. Para Reis e Dayrell (2020), além das imbricações, existe uma “contaminação recíproca” em ambos os territórios. Concordo com esses/as autores e reforço o argumento de que não é mais possível separar o online do offline.

Essas andanças e observações virtuais me permitiram acessar uma amplitude de referências das experiências sociais vividas pelos jovens e compreender, em diálogo com Reis (2014), que “as vivências e os registros online também indicam vestígios de uma autobiografia” (p. 47). Nesse sentido, a internet foi compreendida como espaço-tempo de registro das trajetórias de vida, através da qual foi possível identificar experiências de socialização plurais e singulares. Assim, corroborando com a autora, a internet se reforçou nesta pesquisa como

“vetor transversal” no cotidiano dos jovens, espaço-tempo-território atravessado por diferentes dimensões (família, os grupos de pares, trabalho, namoro, lazer, práticas ilícitas). Além de se mostrar como um “baú de memórias” que retrata não apenas o tempo presente mais imediato, mas também permite acompanhar um percurso, uma trajetória vivida.

Assim, foi se efetivando a segunda fase desta pesquisa, que se consistiu em um processo de continuidade da aproximação com os jovens de modo mais aprofundado e menos exploratório a partir da estratégia de observação on/offline. Foi possível realizar um processo de observação direta dos tempos e espaços cotidianos dos jovens que foram disponibilizados por eles nas redes sociais digitais como o Facebook, o Messenger, o Whatsapp e/ou Instagram, observações nos territórios de moradia e encontros presenciais.

O acompanhamento nos perfis das redes sociais digitais ocorreu no período que compreendeu desde a data de desligamento do jovem da MSE de semiliberdade até o período final da pesquisa de campo. Esse período variou de acordo com cada jovem, julho, agosto e novembro de 2016 ou agosto de 2017 até abril de 2021. Essa estratégia de observação online mais estendida, iniciada a partir da data de desligamento da MSE até o período de realização da pesquisa, foi realizada com os cinco jovens mencionados que tinham perfis no Facebook e interagiram mais diretamente comigo. Desenvolvi este trabalho a partir de julho de 2020 até o fim da pesquisa de campo. Desse modo, ao longo deste trabalho haverá postagens registradas em diferentes tempos.

Passei então a acompanhar as postagens dos jovens a partir dos seus perfis pessoais trilhando as minhas andanças pelas linhas do tempo de cada perfil de Facebook. Dediquei também tempo para realizar andanças online nos perfis pessoais de Instagram de dois jovens (Cauã e Kleiton), observando as publicações no *feed* e nos *stories*. Nessas observações, o meu acompanhamento se restringiu ao próprio período da pesquisa de campo, por se tratar de uma rede à qual os jovens aderiram mais recentemente.

Todo esse movimento foi registrado por meio da estratégia de realizar capturas de tela das publicações, organizar arquivos que chamei de banco de dados de capturas de tela de cada jovem, combinado com os registros em diário de campo, nos quais relatava o que observava, sentia, percebia e refletia. Sobre isso, destaco o trecho a seguir:

Estas andanças/observações pelos perfis dos jovens me possibilitaram realizar muitas capturas de telas e criar um banco de dados/elementos das suas postagens. Foi possível revisitar com um olhar mais atento e, ao mesmo tempo, buscando me “estrangeirar”, me colocar no lugar de alguém que olha pela primeira vez e se surpreende, questiona, se espanta, se choca, estranha o olhar e com tudo isso, registra tudo o que parece e, neste novo exercício do olhar, compor as trajetórias e a experiências desses jovens [...]. Ao me colocar neste exercício de observação, que tenho sentido e entendido cada vez mais como um exercício biográfico, percebi o quanto ainda vou precisar andar por essas páginas. Esse movimento de pesquisa demanda muito trabalho e exige muito tempo de concentração, atenção, organização dos elementos de captura de tela, sensibilidade e capacidade de fazer conexões entre o postado, os relatos dos jovens em conversas atuais e anteriores [as realizadas no mestrado], o relato dos outros jovens envolvidos, o relato e informação dos/as familiares envolvidos/as, as reportagens e informações noticiadas sobre o contexto da violência e criminalização no território de GV e etc. Por hoje eu paro por aqui. Seguirei o meu exercício (Diário de campo, novembro de 2020).

Na medida em que eu transitava e observava as publicações, fui me deparando com registros de vivências que retratavam cenas sobre o desligamento da MSE, os momentos de encontro com as famílias e os grupos de amigos, sinalizados pelos jovens de “MLK fiel” (moleque fiel), “MLK bom” (moleque bom) ou pelas siglas que referiam ao seu “bonde”²⁵. Além de momentos de lazer, festas, rolês, celebrações entre família, registros de encontros amorosos, trocas de declarações de amor.

Pude também presenciar momentos de registro da chegada de um/uma filho/a; de término de relacionamento; de novas apreensões de outros jovens que faziam parte do convívio dos jovens interlocutores; assim como relatos que demarcaram apreensões dos próprios jovens. Observei também homenagens de luto por amigos e publicações com textos de indignação e narrativas que se referiam ao contexto de dinâmicas violentas no complexo universo dos grupos organizados dentro do tráfico de drogas.

A partir de um determinado momento em que o contexto da pandemia apresentava uma diminuição dos casos de contágio e número de vidas perdidas, avaliei, junto com meus orientadores, que seria possível realizar também momentos de observação presencial. Isso ocorreu a partir de setembro de 2020. Assim, articuladas às andanças online, realizei andanças offline, ou seja, andanças pelos territórios de moradia dos jovens e encontros especialmente com três deles: Cauã, Kleiton e Robson. Andei pelos bairros e fiz algumas visitas às residências dos jovens. Destaco a seguir o relato sobre andanças offline e encontro com Cauã:

²⁵ Bonde ou fechamento se referia aos grupos de pares aos quais os jovens se vinculavam nas dinâmicas do tráfico de drogas e designavam diferenciações entre as “bocas de fumo”. Em outras pesquisas, esses mesmos grupos são nomeados por gangues (ZALUAR, 2000; DIÓGENES, 1998)

A partir de um determinado momento, mesmo que geograficamente curto, estava literalmente sendo guiada pelo GPS. Durante esse momento, minha atenção se voltou mais a observar o meu redor, com um olhar menos viciado e mais atento ao novo território. Precisei colocar no aplicativo de GPS uma rua próxima à do Cauã, pois a sua rua e número da casa não foram localizados pelo aplicativo. Assim, consegui chegar à rua indicada pelo GPS e precisei procurar a rua correta do Cauã. Bom, nesse tempo pude ver e perceber que o bairro realmente parece ser pequeno, também ao vivo e não só no mapa. Você chega ao bairro através de uma avenida um pouco maior, e logo depois entra em uma via que me pareceu ser a principal. Ela vai sendo cruzada por outras ruas mais estreitas. É um bairro composto por casas simples, de construções de “parede meia”, como diz meu avô. Consegui avistar uma possível praça pequena, que me pareceu mais uma rotatória que se transformou em um jardim com algumas árvores e plantas florais. Um ponto de cor alegre e viva em meio a um ambiente que me pareceu pálido, com poucas cores, tons mais terrosos como cor de tijolo, areia, paredes rebocadas, algumas pintadas com pouca cor. Vi também muitas pessoas nas ruas, calçadas, portas de casas, no bar da esquina, cenas muito comuns em bairros mais periféricos nas cidades do interior. Como não tinha certeza de qual das ruas seria a rua do Cauã e não consegui localizar no GPS, parei o carro na esquina e pedi informação para os moços que estavam no bar e um deles me explicou que a rua era justamente aquela da esquina. Então, ali mesmo manobrei o carro e estacionei.

Ainda dentro do carro, enquanto pegava minha bolsa e guardava o celular, pude ver pelo retrovisor um rapaz montado em uma bicicleta parado bem na esquina e conversando com um senhor que parecia estar muito embriagado e logo reconheci que era o Cauã. Desci do carro e fui andando ao seu encontro e ele logo me reconheceu também. Disse algo mais ou menos assim: “Ó! A Jorddana aí!”. Eu em seguida falei “Ei Cauã! E aí?!”. Ele respondeu: “Você errou a rua. A minha rua é essa aqui”, e pontou para a rua perpendicular e mostrou a sua casa. “Estacione lá atrás daquele carro ali que eu vou te esperar lá”, disse ele. E eu achei melhor fazer isso. Estacionei e fui entrando na varanda da casa, pois o portão estava aberto. A varanda era pequena, mas tinha uma mesa com banco e muitas plantas. Quando estava chegando na porta, fui me anunciando: “Cauã, estou entrando, licença!”. E sua avó veio logo me receber. Eu estava de máscara, passando o meu álcool em gel de bolsa na mão e falando com a avó dele que estava tomando alguns cuidados para não colocá-los em risco nesta pandemia e fui tirando a sandália no tapete da porta, mesmo ela insistindo que não precisava. Ela disse uma frase que me chamou a atenção: “Não precisa disso não, fique tranquila, esta casa está ungida”. Minha reação foi dizer amém e que eu preferia tirar pra ficar mais tranquila.

Depois que eu já tinha entrado na sala é que o Cauã veio lá de dentro e me recebeu novamente. Eu fui logo ao seu encontro, dei um abraço apertado nele. Mesmo com a questão da pandemia, eu me deixei levar pelo clima do momento e fui retribuída por ele (Diário de campo, setembro 2020).

Esse processo de andanças no território foi também cheio de idas e vindas, encontros e desencontros, endereços desatualizados, andanças sem localizar os jovens e/ou seus familiares, tentativas constantes da minha parte e muita paciência de ambas as partes. O movimento sempre iniciava através do contato por Whatsapp. Eu propunha um encontro, perguntava a melhor data, horário, local, e íamos articulando. Ocorreu mais de uma vez de ter tudo combinado e no dia o

jovem pedir para desmarcar justificando que tinham esquecido que tinha outro compromisso. Outras vezes pediam para eu ligar no dia, horas mais cedo pra saber se eles realmente iam poder. Destaco outro relato de diário de campo sobre uma tentativa de encontro com os jovens Robson e Kleiton:

Acordo com o pensamento positivo e intencionado para dar certo o encontro com o Robson. Mesmo sabendo que iria cumprir o combinado de ligar para ele antes, eu fiquei na torcida interna para dar certo. Bom, no início da tarde, perto das 14:30hs, no horário que havia sugerido para ele, eu liguei. Foram duas chamadas espaçadas que chamaram até cair na caixa postal. Dei uns minutinhos e enviei mensagem no Whatsapp, dando boa tarde e confirmando se poderia ir naquela hora. Poucos minutos depois, ele mandou mensagens pedindo desculpas e dizendo que não estava em casa, que chagava mais tarde. Ele mandou uns emoticons com expressão de tipo “envergonhado”, “foi mal”. Tentei explorar mais, perguntando se sabia mais ou menos que horas chegaria, e ele disse que não sabia me falar e que me avisava quando chegasse em casa. Eu disse que entendia e que não queria atrapalhar, mas pedi para ele reservar um tempinho pra mim, que seria bom e terminei a frase com a expressão “rsrsrsrsr” (tentando manter a mesma expressão que ele usava comigo). Ele correspondeu com um emoticon sorrindo e pediu desculpas e falou que ia tentar sim. Por fim, eu disse que o aguardaria, pois era muito importante pra mim e agradei. Ele respondeu: - “*Entendo, vai dar bom!*”. E depois “*por nada*” e outro emoticon sorridente. Seguimos neste impasse! (Diário de campo, outubro de 2020).

Seguindo os trabalhos presenciais de campo, decidi em planejamento prévio que iria fazer uma busca pelo endereço do Kleiton. Queria fazer uma andança pelo bairro e tentar localizar sua mãe ou sua avó, além dele. Na verdade, eu já sabia que Kleiton tinha mudado de endereço e ido para outro bairro. Essa informação foi me dada pelo Cauã, logo no início das nossas interações. Mas como eu não tive momento oportuno de retornar esse assunto com o Cauã para saber o endereço correto, fiquei apenas com esta informação. Mas, minha expectativa era localizar alguém nos endereços antigos que eu já tinha acesso. Primeiramente fui no endereço da casa onde tive contato com sua mãe e tio, durante o mestrado. Chegando lá, me deparei com uma casa em obras. Havia uma senhora varrendo uma areia e entulho e um senhor trabalhando de pedreiro. Me aproximei, os cumprimentei, me apresentei e perguntei pela mãe do Kleiton, se por acaso eles conheciam as pessoas que moravam naquela casa. A senhora a princípio não se lembrou, mas pouco depois afirmou que as pessoas que moravam lá não moravam mais, que eram inquilinos que haviam deixado a casa (Diário de campo, outubro de 2020).

E assim, entre um e outro (des)encontro, fui seguindo o caminho, percebendo os limites de até onde eu poderia ir e em qual ritmo, pois se tratava de uma pesquisa que queria se aproximar dos jovens, enxergá-los e escutá-lo em suas complexidades, como sujeitos que se fazem no e com o mundo. Por vezes me senti parte de um jogo, que nomeei de “jogo do mundão”, ou seja, da vida real que eles vivenciavam em meio a contextos arriscados, inseguros,

bem como variáveis, instáveis, os quais ditavam regras bem delimitadas de exposição e trânsito nos territórios.

Nesse sentido, compreendi com mais evidência que, ao jogarem o jogo comigo, no sentido de não se mostrarem à primeira vista, de ora se mostrarem disponíveis, ora se distanciarem, ora se exporem, ora se esconderem, os jovens reforçaram os códigos existentes em seus contextos. Tratava-se de códigos, regras que regiam as possibilidades e os limites de se expor, falar da vida, contar sobre suas trajetórias, histórias.

Esse aspecto também evidenciou a especificidade dos jovens com os quais estava restabelecendo contato e trilhando um percurso investigativo. Eram jovens que, além de estarem em outra condição, que era a de egresso, eram sujeitos comprometidos e envolvidos com um contexto arriscado, melindroso das relações com as dinâmicas ilícitas, principalmente da prática do tráfico de drogas, articulado a um contexto estigmatizante e moralizante que os limitam ao lugar social de criminosos. Nesse aspecto, falar da vida poderia significar falar de um contexto que o compromete, acarretando riscos diversos e/ou constrangimentos e desconfortos de ordem socioemocional bastante complexos.

Foi necessário respeitar, compreender esse contexto, entender que eu não tinha controle do percurso metodológico, mas sim que se tratava de encontros com jovens reais em situações complexas de risco. No diálogo que Gonçalves (2012) articula com Jorge Prelorán (1987), um cineasta argentino, sobre filme etnobiográfico, ele afirma que se trata de pessoas com nome, sobrenome, opiniões e problemas pessoais e sociais, e não de generalizações como “pessoa”, “comunidades” ou “sociedades”.

Os reencontros on/offline com os jovens intensificaram em mim inquietações, desconcertos e reflexões muito profundas sobre o sentido do meu papel como pesquisadora. Mas, mais do que isso, do meu papel como gente, ou seja, como humana, mulher, branca, sujeito social, cidadã, oriunda da periferia e da classe popular, que atua também no e com o mundo e que vive outro mundo, embora ele seja também composto por condições e dimensões socioculturais semelhantes.

Outra cena específica de interação direta com o jovem Cauã, via conversação no Whatsapp, marcou a minha experiência como pesquisadora e se mostrou também como elemento de pesquisa. Em um determinado momento, percebi que eu precisava ser mais direta e sincera com Cauã e expliquei o meu objetivo como pesquisadora, reforçando a importância da história dele para mim e deixando explícito que minha intenção não era forçá-lo a nada. Em resposta, Cauã me disse:

[18:30, 26/10/2020] Cauã: Tá forçado sim
[18:30, 26/10/2020] Cauã: Kkkk
[18:56, 26/10/2020] Pesquisadora: Hummm entendi
[18:57, 26/10/2020] Pesquisadora: Que bom que vc falou
[18:57, 26/10/2020] Pesquisadora: Não quero te forçar
[18:57, 26/10/2020 ÁUDIO] Cauã: Mas assim, dá um tempo moça. Quando eu falar que dá, que dá certo, eu te aviso. Porque, assim, fica forçando a mente, véi!

Foi possível perceber que havia uma necessidade do jovem de estar no controle da nossa interação, mas também, no controle da sua vida, do seu percurso, da sua liberdade, de quem dita as regras do jogo, indicando os limites de até onde era possível chegar. Além disso, Cauã sinalizou que precisava de mais tempo para reviver na sua memória todos os percursos que ele andou, bem como de reaver todos os processos vividos, especialmente os de angústias, sofrimentos, desafios que ele passou até ali.

Esse aspecto foi emblemático para esta pesquisa que se pretendeu, ao longo de todas as etapas, reconhecer os jovens como sujeitos sociais (DAYRELL, 2003) e construir uma metodologia qualitativa, respeitosa, ética diretamente embasada pela perspectiva decolonial, trazendo para o centro da análise os sujeitos e suas experiências (Luiz GONÇALVES; Juliano PEREIRA, 2016; Edla CALDAS; Elenice ONOFRE, 2021). Assim, foi possível “ouvir” os silêncios, os momentos de hiato que os sujeitos precisavam impor na interação entre pesquisadora e interlocutores. Provocou também os desconfortos, os quais foram essenciais para cada vez mais enxergá-los como sujeitos de direitos, de desejos, de escolhas e de demandas (WESCHENFELDER; FABRIS, 2018).

Nesse sentido, esse retorno de Cauã se tornou um elemento de pesquisa, uma vez que ele nos apontou sobre o fazer pesquisa com jovens egressos de MSE, bem como evidenciou sobre a complexidade da experiência juvenil que Cauã passou, a ponto de ser tão marcante em sua trajetória que se tornou algo pesado, que “força a mente” ter que lembrar, falar sobre e, com isso, ser colocado em um processo de reflexão sobre a sua própria trajetória. Isso inclui todos os elementos que a trajetória envolve como fatos reais, emoções, as ausências, dores, prazeres, necessidades, violências e outros.

Assim, Cauã, desde o primeiro momento, trouxe pra mim e para esta pesquisa momentos de profundas inquietações e reflexões, no sentido de considerar que compreender a condição juvenil de jovens egressos da MSE através da compreensão de como eles vão configurando suas trajetórias leva tempo. O tempo do estabelecimento da relação de confiança e vínculo; o tempo do jovem para se permitir revisitar e refletir sobre as experiências vividas; o tempo da percepção da articulação entre os tempos passado, presente e futuro.

Outro ponto importante neste percurso foi também compreender que existiram momentos de ruptura, nos quais alguns jovens foram se distanciando e estabelecendo mais explicitamente os limites da nossa interlocução mais direta. Foi possível identificar isso especialmente com dois jovens, Marcos Henrique, que foi apreendido em sistema prisional durante a pesquisa de campo, e Kleiton, a partir do momento em que ele me deu a notícia da apreensão de Marcos Henrique. Isso reforçou o risco e a insegurança das experiências e caminhos em que os jovens transitavam, vivendo na iminência de outra apreensão.

Foi necessário o tempo desta pesquisa e da pesquisadora para compreender que, mais do que contar sobre a sua trajetória após o desligamento, os jovens, mais evidentemente o Cauã, o Robson e o Kleiton, queriam viver o pós-desligamento. Ou seja, eles queriam viver no sentido mais originário da palavra, que é ter vida, estar vivo, se manter vivos e poder viver em liberdade. Assim, foi fortalecendo a nossa análise em relação à dimensão temporal, na qual se valorizava e privilegiava o tempo presente (LECCARDI, 2005).

Nesse sentido, os jovens, de um modo geral, mantiveram uma postura sempre astuta, ou seja, sempre atentos, espertos, não se deixando enganar por qualquer argumento, ao longo de todo o percurso empírico. Longe de essa ser uma questão negativa ou um empecilho para esta pesquisa, me fez refletir muito sobre qual era o real sentido da minha reaproximação com esses jovens e da própria pesquisa em si, a partir da questão-problema que eu estava levantando.

O jovem Cauã foi o interlocutor que mais me confirmou e aprofundou o verdadeiro sentido de afirmar que ele (e os outros jovens) não eram objetos de pesquisa, e, sim, interlocutores, pois desde o primeiro momento me ensinou e (re)conduziu a pesquisa para olhar para quem era, quem eram os/as jovens com os/as quais estamos fazendo teorias, pesquisas, e percebê-los/as como sujeitos sociais e históricos. Eles todos me ensinaram também que, para além de perceber, é preciso reconhecê-los como sujeitos que dão vida à empiria, às teorias, às pesquisas.

Os jovens interlocutores são jovens sujeitos históricos (CHARLOT, 2000), que nos ensinam que esta pesquisa só faz sentido se olharmos para eles como quem faz história, cria formas de vida, não se restringe aos limites impostos socialmente, ao contrário, rompe limites, cria brechas, faz “corres”, “morre” – no sentido social (ARROYO, 2019; MBEMBE, 2003) – e renasce, se ramifica, alastra, deixa rastros, busca, se apoia nos suportes que tem, mas não se reduz às “mazelas”, muito menos às “cicatrices” que eles carregam.

Segundo o meu olhar, os jovens sinalizaram, ao longo do percurso metodológico empreendido, que não querem ser vistos ou marcados pelas histórias que os criminalizavam, os

condenavam, e que insistem em afirmar esses estigmas. “Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes”, como está na música-poema que iniciou este tópico e representa muito as presenças e experiências dos jovens interlocutores (EMICIDA, 2019).

Eles são jovens-gente, que se movimentam no mundo e reverberam em voz, corpo, postagens e atitudes que eles não se resumem ou se reduzem às experiências ligadas ao ato infracional e dinâmicas ilícitas que o levaram para a privação de liberdade e para relações com o mundo do tráfico de drogas. Isso confirmou de antemão a necessidade de romper com os estigmas, rótulos, estereótipos que os limitam à marca de serem jovens que já foram “presos” (Erving GOFFMAN, 1980; STECANELA, 2012).

Contudo, a intenção dessa fase da pesquisa foi criar um percurso metodológico itinerante, inspirada pela pesquisa realizada por Simone Frangella (2017) com crianças e jovens em situação de rua. “Para que eu me adequasse metodologicamente ao circuito dessas crianças e adolescentes, era necessário que eu caminhasse atrás deles, com eles, ou mesmo seguindo os seus rastros. Precisei ser itinerante em meu modo de observar [...]” (FRANGELLA, 2017, p. 230). Embora não esteja realizando pesquisa com jovens em situação de rua, meu esforço como pesquisadora também foi itinerante, pois precisei ir atrás dos jovens, a partir das informações e pistas que já tinha. Porém, essa não foi uma prática somente inicial.

O percurso metodológico itinerante que busquei realizar nesta experiência investigativa se concretizou com o ato de caminhar com os jovens ou seguir os seus rastros por caminhos online e offline e, assim, acompanhar parte de suas trajetórias de vida. Por esse motivo, articulado com tudo que foi mencionado até aqui, essa fase se constituiu por meio de uma “observação itinerante” (FRANGELLA, 2017) e se manteve durante todo o percurso metodológico ao longo de todo o período de pesquisa de campo.

2.3 Entre (des) encontros, seguindo as andanças, alguns caminhos se fizeram

O dia 27 (do mês de outubro de 2020) foi um hiato pra mim, momento que me recolhi em pensamento, tentando dissipar a minha angústia e sensação de impasse, de não estar conseguindo me conectar com esses jovens, tentando lidar com o medo e a insegurança de não ter o controle da situação, dos caminhos da pesquisa. Um hiato quase que paralisante. Para onde sigo agora? Até onde vou ou devo ir? Quais limites estão sendo colocados nesta relação entre pesquisadora-gente e interlocutores-gente? Quais os limites e potencialidades da metodologia que estava propondo?

Ao parar para registrar aqui no caderno de campo, me lembrei de um poema que conheci recentemente, neste mesmo período do campo, o poema chamado “Cavalo hiato sonho entre pausa” que diz assim “[...] *encontras o hiato entre os órgãos, por dentro das vísceras. Um espaço novo que ainda não foi explorado, que ainda não foi demandado. Quase como que uma casa nova, que tem outra corrente de vento, outras plantas, um telhado mais alto que a casa antiga. E janelas que dão de frente para uma floresta densa, bonita e muitas vezes triste e muito escura*” (Kelner MACEDO, 2020) (Diário de campo, outubro, 2020).

Segui persistente os percursos metodológicos itinerantes que foram se delineando na medida em que me aproximava mais dos jovens, seus contextos e suas trajetórias, mas toda a caminhada foi atravessada pelos momentos de incerteza, de preocupação, como mencionei anteriormente e destaquei no trecho do diário de campo.

Nesse movimento de dar um passo de cada vez, algumas vezes foi preciso diminuir o ritmo e refletir mais, criar alguns momentos de hiato, como traduziu o poema citado, para, assim, conseguir verdadeiramente “ver e ouvir” – no sentido socioantropológico – as possibilidades metodológicas que continuaram se abrindo, como nas palavras do poeta, poder perceber a “outra corrente de vento, outras plantas”. E, desse modo, dar conta de “registrar e agir”, encarar a “floresta densa, bonita, muitas vezes triste e muito escura”, ou seja, encerrar que cada vez mais estava diante de elementos de pesquisa, concretizado em diferentes narrativas expressas pelos jovens e demais interlocutores/as.

Desse modo, em concomitância às observações e andanças on/offline, esta pesquisa foi composta por uma terceira fase que se constituiu na realização de entrevistas-conversações realizadas ao longo do percurso. A entrevista-conversação foi uma possibilidade de procedimento metodológico que se delineou em meio às andanças, idas e vindas, (des)encontros e reflexões sobre as experiências de interação que estava vivendo junto com os jovens interlocutores. Através das quais enxerguei e compreendi que realizar entrevistas formais não seria o caminho mais viável e confortável.

Assim sendo, busquei estimular, criar e aproveitar todos os momentos de conversação com os jovens, tanto os mais informais, quanto os momentos combinados, marcados para conversarmos e/ou “trocarmos ideias”, especialmente com os jovens, mas também com os/as demais interlocutores. Esses momentos eram preciosos para conseguir me conectar e me relacionar com as narrativas também faladas dos/as sujeitos/as envolvidos/as, tendo em vista que essa metodologia qualitativa de investigação, como mencionam Teixeira e Pádua (2006), “propõe-se a escutar os sujeitos que, generosamente, emprestam e confiam suas vidas aos/as

entrevistadores, que delas recolhem não somente os fatos, mas os sentidos, os sentimentos, os significados e interpretações que tais sujeitos lhes conferem” (p. 3).

Desse modo, realizei entrevistas-conversações mais informais com Cauã, Kleiton, Robson, Marcos Henrique e Leandro e com mais aprofundamento com Cauã, Kleiton, Robson. Realizei também entrevistas com a mãe do Robson, Sra. Júlia; o tio do Heitor, Sr. Paulo, e a avó do Cauã, Dona Zélia, e com as duas ex-educadoras do Programa Se Liga, Daiane e Marcela.

As entrevistas-conversações são, assim, conceituadas pelo aspecto de serem momentos de interlocução também iniciados pelos próprios interlocutores, sem necessariamente serem estimulados por uma questão geradora. Muitas vezes, eles/as começavam a falar, me traziam informações ou assuntos que me possibilitavam continuar a interlocução e ir chegando nos temas relacionados aos objetivos de pesquisa. Em outros momentos, utilizava questões geradoras com os jovens que giravam em torno das perguntas “E aí, como está a vida, o que você está arrumando da vida? Me conta o aconteceu depois da saída da Semi?”.

No caso das entrevistas-conversações com os familiares, bastava uma breve apresentação, contextualização da minha pesquisa e da minha relação com os jovens e um enunciado sobre o meu interesse em saber um pouco mais da história de vida dos jovens. Depois disso, sem muito esforço, as interlocutoras mãe e avó e tio começaram a narrar. E, com as educadoras, utilizei as questões geradoras: “Gostaria que hoje você me contasse um pouco sobre as experiências que você vivenciou com cada um dos jovens e suas famílias... quem era este jovem para você? Como era a sua adesão e participação ao Se Liga? O que eles demandavam? Quais eram os principais desafios no acompanhamento deles? E as potencialidades ou facilidades neste acompanhamento?”.

Os momentos de interlocução por entrevista-conversação se concretizaram de diferentes formas, como mencionado, o percurso metodológico foi específico para cada interlocutor/a, dentro das possibilidades que nos eram colocadas no campo. Assim sendo, foi possível realizar entrevistas-conversações online com os jovens Cauã, Robson e Kleiton via Whatsapp e chamada telefônica; com a Sra. Júlia, via chamada telefônica também, e com as educadoras, por meio de videoconferência com suporte da plataforma do Google Meet. Foi possível realizar entrevistas-conversações presenciais apenas com o jovem Cauã e sua avó, Dona Zélia.

Dessa maneira, a entrevista-conversação foi um instrumento que permitiu conhecer com mais detalhe as dinâmicas cotidianas das relações sociais nos contextos familiares, grupais, como também compreender os contextos socioculturais, políticos e econômicos em que os jovens estavam inseridos, possibilitando analisar acontecimentos a partir da subjetividade

dos/as interlocutores/as, das suas visões de mundo, percepções e sentidos atribuídos às experiências vividas.

A partir das narrativas dos jovens articuladas às narrativas dos/as familiares e educadoras que fizeram parte da vida dos jovens e contribuíram diretamente na composição e compreensão sobre as suas trajetórias, através da realização de uma pesquisa que se propôs também etnobiográfica, o meu objetivo foi “explorar os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência” (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 524).

A opção pela entrevista-conversa também dialoga com a proposta teórico-metodológica de estudos da Sociologia do Indivíduo. De acordo com Danilo Martuccelli e François Singly (2012), a Sociologia do Indivíduo privilegia a entrevista como um suporte que aumenta a sensibilidade de olhar sociologicamente para três dimensões: o trabalho sobre si mesmo, a singularidade e o fato de dar certa coerência para o indivíduo, pois possibilita um espaço de reflexão sobre si e suas experiências. Além disso, permite ter acesso a contradições do indivíduo, por meio dos diferentes momentos de interlocução com cada sujeito.

Foi possível perceber as diferentes narrativas sobre o mesmo fato, cada uma de acordo com o ângulo de um ou uma interlocutora, como por exemplo as narrativas do jovem Cauã e Dona Zélia e do Robson e a Sra. Júlia. Além disso, foi possível perceber as diferenças entre as narrativas, os comportamentos, os limites e possibilidades apresentados principalmente pelos jovens quando as interações ocorriam via aplicativo de bate-papo, chamada telefônica, ou encontros presenciais. Um trecho de entrevista-conversa com Kleiton deixou isso explícito quando ele relatou que falar essas coisas por telefone era “lombrado”²⁶:

[...] pelo celular falar esses trem é lombrado, entendeu? Se fosse falar tinha que ser pessoalmente, esses trem assim. Pelo celular é lombrado [...] eu posso tá falando esses trem assim e o meu celular tá rastreado, entendeu? Saí da cadeia esses dia, rodei na escuta, um monte de trem (Kleiton, 20 anos, 2020).

Ou seja, algumas coisas eram faladas apenas via aplicativo, outras só poderiam ser ditas pessoalmente, outras eram omitidas ou contadas com ênfase em outros “personagens” etc.

Martuccelli e Singly (2012) também afirmam que, mesmo que não se tenha um consenso sobre a forma da entrevista, é possível dizer sobre um comum acordo nas sociologias do

²⁶ “Lombrado” – expressão utilizada pelos jovens para se referirem às situações ruins, nas quais alguma coisa tinha dado errado, ou atrapalhado algum esquema, bem como quando a situação poderia trazer algum prejuízo para ele, especialmente na relação conflituosa com a polícia.

indivíduo sobre o fato de que não se trata somente de uma compilação qualitativa de fatos, eventos, práticas, mas também, principalmente para o/a interlocutor/a, é um momento de retorno sobre si mesmo. Além disso, vale ressaltar que corroboro com esses autores ao compreendermos que a entrevista, em suas diferentes formas e possibilidades, pode provocar momentos de fortes emoções (MARTUCCELLI; SINGLY, 2002).

Ao caminhar, fui fazendo o caminho junto com os jovens e, nesse processo de reconstrução e resignificação dos caminhos da pesquisa, percebi e enxerguei como potente e promissora a possibilidade de combinação de narrativas. As ditas, faladas, as postadas, repostadas, as escritas, as corporificadas, as comportamentais, as sentidas, as musicadas, as não ditas, as silenciosas (e não silenciadas), as “entre-narrativas” – aquelas que formam os hiatos, os “entre”, as brechas, as gretas, os silêncios. As narrativas do ciberespaço e as do espaço sociogeográfico. As narrativas de diferentes ângulos, por diferentes sujeitos, de diferentes lugares, pontos, entre-pontos, as narrativas desordenadas, reordenadas, ordenadas por diferentes lógicas.

São narrativas que significam trajetórias, “dão forma ao real” (GONÇALVES et al., 2012), constituem sujeitos em construção, criação, constante rebento, broto, ramificações, ziguezagueantes, narrativas e trajetórias labirínticas, itinerantes.

Ressalto também que essas interações foram estabelecidas com base no suporte teórico-metodológico desta investigação, considerando também a dimensão do “lugar de fala” (Djamila RIBEIRO, 2017). Isso implicou uma postura investigativa ética, uma vez que “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (RIBEIRO, 2017, p. 84). E, nesse sentido, busquei romper com “o perigo da história única” (Chimamanda ADICHIE, 2009). Segui o caminho buscando aprimorar a minha escuta e romper com as práticas de silenciamento e lugares de inferioridade para com os lugares de fala, narrativas e existências dos jovens interlocutores. Em diálogo com Gayatri Spivak (2010), enfatizo que os “subalternos podem falar”; na verdade eles falam, mas nem sempre são escutados.

E, além disso, foi preciso direcionar o olhar, conhecer, para compreender as itinerâncias desses jovens, como eles traçavam seus percursos, caminhos, trajetórias. Assim sendo, em todo o percurso foi preciso “perseguir” os jovens, buscar suas pistas, seus rastros, olhar para as conexões que fazem no e com o mundo que eles vivem e aproximar das lógicas, das estratégias, das formas como esses jovens vão configurando, compondo as suas trajetórias, experimentando a condição juvenil e, ao mesmo tempo, reinventando-a.

Isso implicou um exercício atento e desafiador de não reproduzir um olhar enviesado com as referências e lógicas prévias, prontas e na maioria das vezes estereotipadas sobre essas juventudes. Busquei olhar para as juventudes itinerantes que se fizeram presentes online/offline em carne e osso, e, assim, criamos tempo-espacos e possibilidades de diálogos, de escutas, tensões, aprendizagens e análises coletivas e significativas, que têm como centralidade o/a jovem em sua potência humana.

Nesse percurso metodológico, pude compreender que me deparava com trajetórias que são tão singulares quanto coletivas e estruturais em suas complexidades. É importante considerar também que, em todas as fases de pesquisa, procurei fazer retomadas dos elementos da pesquisa já realizada e estabelecer entrecruzamentos pertinentes com os elementos emergidos desta pesquisa, a fim de compreender como se configuram as trajetórias de vida dos jovens após desligamento da medida socioeducativa.

2.4 O processo de organização dos elementos de pesquisa: andanças analíticas

A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá, mas não pode medir seus encantos. A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem nos encantos de um sabiá. Quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar: divinare. Os sabiás divinam.
(O livro sobre o nada. Manoel de Barros, 2016)

O breve e potente poema de Manoel de Barros fez parte do meu processo de organização e análise dos elementos de pesquisa, pois, seguindo os conselhos – sempre preciosos e muito lúcidos – da Professora Inês Teixeira²⁷, durante este trabalho eu me dediquei a ler mais literatura para ajudar nas reflexões, nos momentos de devaneio tão necessários para manter o “espírito criativo” (Daniel GOLEMAN et al., 2003) e, principalmente, para aguçar os sentidos e a capacidade de sensibilidade tão importantes para esta etapa da pesquisa.

Assim como no poema, registro que compreendo esse processo de análise dos dados como um processo que tem seus limites e aqui foi encarado em seu caráter transitório, relacional, não neutro, que não tem a pretensão de calcular encantos e desencantos das pluralidades discursivas e das trajetórias juvenis vividas em contextos de muita complexidade.

Nesse sentido, a partir de uma perspectiva decolonial (GONÇALVES; PEREIRA, 2016; CALDAS; ONOFRE, 2021), olhei para as experiências dos jovens e busquei fazer interlocução com eles, partindo da premissa de que são jovens ativos e autores de suas histórias,

²⁷ Conselho dado pela Professora Inês (*in memoriam*) em mais de um momento de aula e de encontros, bate-papos que tivemos a oportunidade de ter durante o período de realização das disciplinas do doutorado (2019-2021).

evidenciando a sua condição humana com potencialidades que precisam de solo fértil para serem germinadas e efetivadas concretamente em suas vidas.

O tempo todo, foi dada centralidade ao sujeito humano que busca viver e se constituir como sujeito social, como jovem, como gente dentro das condições que tem ou que lhe são impostas ou possibilitadas, que, nesta pesquisa, na maioria das vezes o limitavam e não o potencializavam. “Os jovens podem se ver como sujeitos desse mundo e de sua própria história. Por vezes, o direito de serem vistos como agentes da própria história foi-lhes garantido apenas quando figuraram como ‘infratores’ da lei” (CALDAS; ONOFRE, 2021, p. 45).

Ao longo da pesquisa de campo, trabalhei no processo de registro em diário de campo e também de transcrição das entrevistas-conversações, que foram gravadas e salvas, incluindo todos os diálogos e interlocuções nos diferentes formatos conforme foram realizados. Mas precisei de um tempo a partir de março de 2021 para finalizar este trabalho e iniciar a organização e categorização de todo o material empírico.

Inês Teixeira dizia (2015)²⁸ que, para o processo interpretativo de análise, era preciso ter dois momentos de “entrada nos dados”. A primeira entrada era no sentido de ir em tudo o que aparecia nos procedimentos metodológicos, ou seja, procurar o que os dados/elementos estavam dando, mostrando. Era preciso escutar o que eles diziam, que categorias expressavam. E a segunda entrada se referia aos diálogos e conversas que era possível fazer com os dados, em outras palavras, se referia ao movimento de “entrar” nos elementos de pesquisa com minhas questões, categorias, reflexões teóricas, percepções.

Assim sendo, fiz as categorizações, separando os dados por jovem, a partir de um eixo geral de análise com subeixos e categorias de pesquisa. Nomeei o eixo geral de “Síntese geral dos elementos: tudo que aparece de mais relevante para a pesquisa”, pois trata-se de reunir todos os elementos encontrados por meio das técnicas e instrumentos metodológicos utilizados durante a pesquisa de campo. Para cada elemento geral, registrava os subeixos que foram necessários para esmiuçar o dado. Assim, delineei quatro subeixos: a) elementos que aparecem; b) em qual narrativa/instrumento; c) categoria de pesquisa e d) possível categoria de análise.

As categorias de pesquisa foram pensadas para o exercício inicial de organização mais analítica dos elementos registrados, tendo como base os objetivos específicos da pesquisa. Assim, elas se justificam por expressarem os objetivos para os quais mirei o meu olhar, minha escuta e meu registro. São elas: a) Elementos de trajetória biográfica; b) Elementos dos

²⁸ Explicações em aula de Metodologia de Pesquisa ministrada no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG, em 2015.

percursos após desligamento; c) Elementos das dimensões da vida (família, escola, trabalho, grupos de pares, religião); d) Elementos sobre as experiências enfrentadas após desligamento e e) Elementos referentes à política de acompanhamento de egresso.

O exercício de reunir o material me possibilitou identificar quais eram os elementos que se repetiam mais ou menos, os que eram semelhantes e os que eram discrepantes. Além de registrar as minhas reflexões iniciais sobre as possíveis categorias de análise, de acordo com o que o dado apontava em diálogo com a questão de pesquisa em foco. Essas categorias não foram definidas previamente e, sim, se constituíram no exercício de interpretação que construí na medida em que lia, relia, refletia e “ouvira” o que o dado estava me dizendo. Assim, fui registrando as categorias que atravessaram as trajetórias dos jovens a partir das narrativas “capturadas” nas andanças on/offline (família, escola, grupo de pares, igreja/religião, condição de egresso, trabalho, dinâmicas do tráfico de drogas, território de moradia, territórios de violências, entre outras).

Esse material foi organizado em formato de tabelas individuais, uma para cada jovem interlocutor. Esse formato me permitiu organizar as categorias de pesquisa em diferentes abas e, assim, pude localizar, fazer diferentes filtros e manusear os elementos, que depois se transformaram em análises mais elaboradas na construção das seções ao longo deste trabalho.

O meu intuito com esse exercício analítico foi elaborar, mesmo que mais sinteticamente, as interpretações, percepções, inferências, conexões, outras inquietações sobre os achados do campo. Busquei compor e articular as narrativas que os jovens e seus familiares e educadoras foram compartilhando, como um exercício de bricolagem de pesquisa (José PAIS, 2003; Claude LEVI-STRAUSS, 1989).

E essa bricolagem é, afinal, o signo e a garantia de uma busca “humana” de compreensão e de conhecimento empreendida por seres singulares e endereçada a outros seres singulares. [...] Talvez o pesquisador, mesmo quando “armado” de seus modelos e grades, não faça e não possa fazer nada a não ser “contar” por sua vez aquilo que lhe “contam” os relatos dos outros. É pouco e é muito, é o preço de uma ciência “humana” – e é seu tesouro. (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 535).

Esse processo se pautou na análise de conteúdos, por ser um conjunto de técnicas de análise de dados qualitativos que nos possibilitou indagar sobre o conteúdo “capturado” e aquilo que ele estava nos dizendo. De acordo com Maria Cecília Minayo (2004), essa técnica possibilita “articular a superfície dos textos descritos analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem” (p. 203). Como afirma Laurence Bardin (1997, p. 30), “é um método muito

empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”.

Desse modo, a análise de conteúdo permitiu considerarmos as próprias palavras, os modos de dizer, as diferentes linguagens nas quais as narrativas foram ditas, ilustradas, escritas, corporificadas.

De acordo com Caldas e Onofre (2021),

conhecer e pesquisar para a diferença desmonta a falácia do consenso, da categoria que produz a organização, pois busca as dobras, os escapes, as brechas, as linhas de fuga tornadas inaudíveis pelos modos abissais [Boaventura de Souza Santos, 2010] de conhecer e pesquisar. Estamos a propor alternativas aos modos epistemicistas de conhecer o Norte que subalternizam tudo o que busca trabalhar na diferença e no imprevisível (p. 46).

Em sequência, iniciei o processo de escrita, que se concretizou a partir do momento em que, junto com meus orientadores, desenhei algumas propostas de sumário da tese. Para cada uma das seções, utilizei a estratégia de elaborar esquemas de textos, através de tópicos que seguiam uma lógica de raciocínio a partir dos elementos de pesquisa categorizados. O primeiro movimento de escrita mais elaborada foi a construção de uma análise que apresentava as dimensões e aspectos que atravessaram e se entrecruzavam nas experiências vividas no conjunto de cada uma das trajetórias dos jovens.

Busquei compreender as articulações e intersecções de categorias que emergiram a partir das experiências concretas dos jovens. Pautei-me no conceito de interseccionalidade como uma sensibilidade analítica, que, de acordo com Kimberlé Crenshaw (2015), é uma maneira sensível de pensar a identidade e sua relação com o poder. Nesse sentido, dialogo também com Carla Akotirene (2019), ao afirmar que a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade das estruturas de opressão – racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado, entre outros observados nesta pesquisa – e seus modernos “aparatos coloniais” (p. 19).

Nesse caminhar, devido às circunstâncias do próprio campo empreendido, foi possível aprofundar no acompanhamento on/offline mais denso da biografia dos três jovens mencionados anteriormente (Cauã, Robson e Kleiton). Após a etapa de qualificação, orientada também pela “Sociologia do Indivíduo”, definimos que seria mais viável dar centralidade às descrições densas dos elementos biográficos de dois jovens. Assim, elegi Robson e Cauã.

Em diálogo com Reis (2014), concordo que a escolha é permeada de dimensões subjetivas, que, no meu caso, se constituíram pela relação mais duradoura e cúmplice que

estabeleci com eles; por ter conseguido estabelecer interações e interlocuções com seus familiares; além das diferenças de rumos e entrecruzamentos de categorias de opressão, de potencialidade e de dimensões da condição juvenil que se articularam na trajetória de cada um, possibilitando compreender, pautada no referencial teórico fundamentado, diferentes configurações, bem como desafios comuns e as singularidades das experiências que são plurais.

Ao dar prioridade às práticas reflexivas de Robson e Cauã, expressas nas observações e interlocuções on/offline, busquei, nas seções 6 e 7, apresentar narrativas juvenis que privilegiassem a pluralidade e a singularidade de que a vida é feita, compreendendo “a configuração singular de fatos, de situações, de relacionamentos, de significações, de interpretações que cada um dá à sua própria existência e que funda o sentimento que tem de si próprio como ser singular”. (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 526).

Todo o processo de escrita foi também acompanhado por momentos de estudos, nos quais revisei meus fichamentos, dediquei tempo para releituras de referências bibliográficas que demandaram mais aprofundamento, bem como precisei, dentro dos limites de tempo-espaço do processo de construção e produção de uma tese, me enveredar por estudos novos, demandados a partir dos “achados” da pesquisa, suscitados no processo de análise e organização de todo o material empírico.

Por fim, ressalto que, em todas as etapas da pesquisa, fiz uso minucioso das descrições densas registradas em diário de campo. Além disso, a pesquisa esteve de acordo com os princípios éticos; procurei e fui demandada em diferentes momentos pelos jovens a explicar os objetivos da pesquisa, utilizar os dados coletados somente em prol da pesquisa, registrar termos de consentimento livre e esclarecido e autorização de uso das capturas de telas utilizadas como material empírico. Além disso, realizei devolutivas aos participantes ao longo da pesquisa de campo.

A pesquisa com jovens egressos da MSE me fez “andante”, pois foi caminhando que o caminho, ou melhor, os caminhos se fizeram e me possibilitaram construir uma metodologia afetiva, que acreditou, defendeu e buscou a possibilidade de construir processos de ampliação dos sentidos do fazer pesquisa. Isso incluiu a aposta no encontro, na relação de alteridade, de respeito, de solidariedade e, assim, de assumir uma postura de pesquisadora-gente que se abriu para se aproximar e, principalmente, ouvir (conectado com o ver, o registrar e o agir) as vozes, os corpos, as expressões, até os silêncios, que constituem as narrativas, que dão vida às biografias e compõem as itinerâncias juvenis. Nesse sentido, foi preciso traçar um percurso

metodológico também itinerante, para conseguir realizar uma maneira multimetodológica, multifacetada e plural de fazer pesquisa.

3 JUVENTUDES E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: O CHÃO QUE PISO E AS PERSPECTIVAS QUE ME ORIENTAM

Nesta seção, busco fazer um reconhecimento de campo, ou seja, olhar para o chão que estou pisando, na vivência como educadora-pesquisadora-gente, mulher, jovem-adulta, branca, das camadas populares, e rever os elementos que solidificam esse chão e o conectam com um cenário mais amplo, contextualizando-o. Busco rever também os caminhos teóricos pelos quais tenho andado e que têm me sustentado na caminhada da prática educativa com jovens, e, ao mesmo tempo, me permitir endereçar por outros caminhos. Caminhos outros que se fizeram presentes, rumos possíveis, em determinados momentos desafiadores, mas, principalmente, necessários a partir da experiência social desta pesquisa qualitativa com jovens egressos da medida socioeducativa.

Nesse movimento andarilho, de busca constante, de querer compreender e aprender e apreender, me reaproximar dos sujeitos e ir ao encontro de suas vidas, foram necessários momentos de pausas reflexivas. O movimento também requer momentos de pausa, de reflexão. E, desse modo, senti que era necessário dedicar um espaço-tempo-escrita aos meus reencontros e reconexões com os referenciais teóricos-metodológicos mobilizados e ajustados à medida que me encontrava com os elementos, os “achados” de pesquisa com os jovens. Desse modo, pude, nos limites deste estudo (e nos meus próprios limites), dialogar, implicar minhas inquietações, ampliar meus olhares e percepções sobre a questão de pesquisa aqui em foco (como têm se configurado as trajetórias de vida de jovens egressos da medida socioeducativa de semiliberdade em Governador Valadares-MG).

Para tanto, precisei também construir itinerários, cruzamentos, pontes, travessias, entrecruzamentos, deslocamentos; criar pontos de parada e pontos de virada; dar passos para trás e para frente; às vezes andei em círculos. Mas, considero que caminhei e produzi, junto com os/as interlocutores, também algumas itinerâncias no diálogo com os referenciais teóricos acionados mais detidamente nesta seção. No entanto, seria incoerente conceber que esses diálogos itinerantes se findam aqui. Ao contrário, esta seção inaugura o exercício reflexivo constante empreendido neste estudo. Em outras palavras, dá o pontapé inicial das “itinerâncias dialógicas”, me permitindo alguma licença poética, construídas ao longo de todo o percurso, em cada andança on/offline feita.

Nesse sentido, em busca de compreender como têm se configurado as trajetórias de vida de jovens egressos da medida socioeducativa de semiliberdade no município de Governador Valadares/MG, o caminho construído nesta seção foi primeiramente apontar e dialogar com o

referencial da Sociologia da Juventude, olhando principalmente para a condição juvenil contemporânea com seus processos plurais e singulares, articulando conceitos e chaves de análise da Sociologia da Educação e da Sociologia do Indivíduo, bem como entrecruzando caminhos com as perspectivas decolonial e interseccional. Além disso, busco refletir sobre aspectos conceituais e analíticos sobre a temática da juventude e medidas socioeducativas, evidenciando a condição de jovens egressos/as no Brasil. Ao final, aponto elementos sobre a condição juvenil brasileira, revelando aspectos e dimensões mais diretamente relacionadas com este estudo e com os jovens interlocutores.

3.1 Condição juvenil na contemporaneidade

A noção de juventude, enquanto grupo social, é uma invenção moderna que vem ganhando visibilidade a partir das transformações sociais e econômicas nas sociedades ocidentais do século XX.

Segundo Peralva (1997), a juventude é uma condição social e, ao mesmo tempo, um tipo de representação. Para ela, se há um caráter universal, este está relacionado às transformações biológicas, psicológicas e físicas da faixa etária, porém, cada sociedade, em cada tempo histórico, lida de formas diversas com esse momento, com base nas condições sociais, econômicas, culturais, relações de gênero, sexualidade, raça, entre outros aspectos.

Em diálogo com os estudos da Sociologia da Juventude, não cabe neste contexto uma concepção de juventude resumida a um momento de transição para a fase adulta. É preciso compreender o conceito de juventude a partir de outra perspectiva: “a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma” (DAYRELL, 2003, p. 42).

Nesse sentido, busco ampliar a reflexão trazendo o conceito de “condição juvenil”, difundido por autores como Mário Margulis e Marcelo Urresti (1986); Helena Abramo (1994; 2005); Miguel Abad (2003); Paulo Carrano (2003); Juarez Dayrell (2003, 2007, 2011); Marília Sposito (1996, 2002, 2003, 2004) e Geraldo Leão (2006a, 2006b, 2011), que nos ajudam a compreender essa categoria tanto na sua dimensão simbólica quanto socioeconômica. Nessa perspectiva, o termo condição juvenil é compreendido como “o modo como uma sociedade constitui e atribui significado para esse momento do ciclo da vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico-geracional” (ABRAMO, 2005, p. 42). Nas palavras de Dayrell (2007), tal condição “refere-se à maneira de ser, à situação de alguém

perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação” (p. 1.108).

A faixa etária, embora não seja um fator determinante para analisar a condição juvenil, faz parte de uma análise sociológica, pois a idade é também uma construção histórica e social; cada sociedade em um determinado momento histórico irá construir sentidos, significados e representações socioculturais das idades da vida (Geraldo LEÃO; Helen do CARMO, 2014). A faixa etária da população jovem é um critério que varia em cada país o que ratifica a concepção das juventudes como uma construção social e cultural. De acordo com o Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852, de agosto de 2013) em seu capítulo I, inciso 1º, as pessoas jovens no Brasil são aquelas com idade entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013)²⁹.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) do ano de 2018 reforçou a tendência de queda na população mais jovem, especificamente as pessoas abaixo de 30 anos de idade. Em 2012, essa estimativa era de 47,6%, mas passou para 42,9% em 2018. Os grupos etários foram estimados com o seguinte percentual: pessoas de 0 a 17 anos totalizavam 24,8%; os grupos de 18 a 24 anos em 10,9% e pessoas de 25 a 29 em 7,2% da população residente nessa amostra. É possível afirmar, a partir de PNADs anteriores, que essa tendência de queda já vem sendo prevista e verificada desde o início dos anos 2000 e que a justificativa para tal fato está diretamente ligada à baixa taxa de natalidade também registrada desde então e ao aumento da longevidade das pessoas, principalmente idosas (PNAD, 2016). Já a população de mais de 30 anos de idade registrou crescimento em 2018, atingindo um percentual de 57,1%, mais que em 2012 (52,4%).

É importante ressaltar que a faixa etária foi se constituindo como um indicador de referência para o contexto de luta por definição de direitos e efetivação de políticas públicas de juventude, assim como para estudos estatísticos, para a definição de obrigatoriedade escolar, para a atribuição de idade mínima para a responsabilização penal, para a classificação de programas de televisão etc. (CARRANO, 2000).

²⁹ A definição do Brasil mais é a mesma de mais sete países da América Latina (Argentina, Bolívia, Chile, México, Panamá, Paraguai e Peru). Em países da América Central, os jovens são aqueles com idade de 15 a 24 anos (Anguila, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados (também 15 a 29 anos), Belize, Dominica, Granada, Guiana, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, San kitts e Nevis, San Vicente e Santa Lucia, Trindade e Tobago), de 15 a 30 anos (Cuba) e de 15 a 35 anos (República Dominicana). Embora a maioria dos países da América Latina considerem que a faixa etária inicial para juventude é de 15 anos, em alguns países há diferenças, tais como: Colômbia (14 a 26 anos), Costa Rica (12 a 35 anos), Guatemala (14 a 30 anos), Honduras (12 a 30 anos), Jamaica (14 a 24 anos), México (12 a 29 anos), Uruguai (14 a 25 anos) e Venezuela (18 a 28 anos). Costa Rica é o país em que a faixa etária para a juventude é mais alargada, contemplando um período de 23 anos. Por outro lado, a Venezuela contempla o menor período destinado à vivência da juventude em seu aspecto etário – 10 anos (KRAUSKOPF, 2017).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008) adota uma classificação baseada em uma divisão por faixa etária, que, porém, dialoga com outras dimensões, tais como: direitos e deveres, processos de escolarização e espaço/tempo de trabalho; e, além disso, propõe subgrupos³⁰, cada qual com a sua especificidade: jovem adolescente, dos 15 aos 17 anos, jovem jovem, dos 18 aos 24 anos, e jovem adulto/a, que abarca as pessoas de 25 a 29 anos. Adotou-se nesta pesquisa essa seriação pois contribui para examinar de forma minuciosa e complexa as diferenças na vivência da condição juvenil de um jovem adolescente e de um jovem jovem, por exemplo, categorias que representam os sujeitos participantes desta investigação.

A tensão conceitual entre juventude e adolescência, apontada em pesquisa anterior (ALMEIDA, 2017), aqui também é relevante, pois ainda há uma confusa elaboração a esse respeito. O conceito de juventude é muitas vezes compreendido e empregado como sinônimo de adolescência, como se ambos tratassem naturalmente do mesmo processo, especialmente em pesquisas nas áreas da Psicologia, da Sociologia, do Serviço Social e da Saúde.

Ana Paula Corti e Raquel Souza (2004) contribuem para esclarecer as distinções:

[juventude é] uma categoria social representada pelo vínculo de indivíduos de uma mesma geração, que formam um segmento social específico; e a adolescência um processo mais individual e subjetivo, ligado às transformações físicas e psíquicas dos indivíduos (CORTI; SOUZA, 2004, p. 8).

Outra definição recorrente considera a adolescência como uma primeira fase da juventude, que, para Corti e Souza (2004), pode ser considerada como período que se constitui com alguma unidade e, ao mesmo tempo, possui diferenciações – internas, ligadas ao desenvolvimento fisiológico, psíquico e social dos sujeitos em seus estágios nos ciclos da vida. Nesse sentido, ser jovem com 15 anos de idade não é o mesmo que ser jovem com 18, que não é o mesmo que com 20 ou 23. Há certas características e vivências que os distinguem em suas diferentes idades. São ainda relevantes na experiência da condição juvenil o pertencimento de classe, raça/etnia, orientação sexual e gênero.

A compreensão de que há alguma diferença entre ser jovem adolescente e ser jovem jovem não pode ser negada também nesta pesquisa. No entanto, ela se faz presente a partir da compreensão de adolescência como a primeira fase da categoria social juventude, um dos seus estágios (jovem-adolescente), e juventude como um período do ciclo da vida que compreende jovens em suas diferentes e diversas idades, vivências e experiências (ALMEIDA, 2017).

³⁰ A subdivisão não é uma construção do Ipea, mas sim uma apropriação.

Em diálogo com Abramo (2005), também podemos confirmar a existência de algumas diferenças importantes entre ser adolescente e ser jovem, no que se refere aos modos como se veem, significam a noção de juventude e formulam suas principais preocupações e demandas. Enquanto as demandas cruciais na adolescência (também chamada pela autora de primeira etapa da juventude) são viver experiências formativas em um arco mais ou menos longo de exposição a riscos, juntamente com a conquista de autonomia do controle dos pais para viverem tais experiências, nas quais as questões relacionadas ao desenvolvimento pessoal são mais latentes; para os/as jovens da segunda etapa, o crucial são as questões referentes à busca de inserção social, experimentações ligadas a atividades que remetem ao plano das políticas sociais. “A sua demanda principal é de inserção numa sociedade que vive profundamente os problemas da exclusão, numa estrutura socioeconômica onde ‘não cabem todos’” (ABRAMO, 2005, p. 70).

Durante o século XX, especialmente na década de 1960, o debate acerca da juventude no Brasil se volta em um primeiro foco para uma perspectiva restrita aos/às jovens escolarizados/as, de classe média, condensando, desse modo, o significado da condição juvenil em torno do papel do/a jovem na manutenção e/ou transformação do sistema cultural e político que recebera como herança. Nesse caso, as pesquisas se voltavam para um recorte específico de jovens, como aqueles/as engajados em movimentos estudantis, em grupos da contracultura e em partidos políticos de esquerda. Mais recentemente, na virada do século, ampliaram-se a percepção da juventude e a preocupação sobre essa categoria, estendendo o alcance e visibilidade dos problemas de risco e vulnerabilidade social para os/as jovens após os 18 anos de idade. Essa ampliação se deu também pelo aparecimento de novos atores juvenis, especialmente dos setores populares, trazendo novas questões que os afetam e preocupam enquanto sujeitos.

Segundo Abramo (2005), no cenário contemporâneo, os/as jovens são diretamente afetados/as e vivenciam as muitas e aceleradas mudanças da sociedade. A questão-chave sobre essa categoria social se reconfigura, deixando o foco sobre a possibilidade ou não de se viver a condição juvenil, para ser redirecionada à problematização “sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida” (ABRAMO, 2005, p. 44). A partir dessa nova pergunta, a discussão das desigualdades e injustiças presentes nessas diferenças pode se tornar ainda mais concreta, visto que os/as jovens menos favorecidos/as socialmente entram nas cenas das pesquisas; podem agora se pronunciar a respeito da sua experiência sobre juventude, suas demandas, anseios para viver uma juventude mais digna. Apesar dessas considerações, ainda

hoje esse não pertencimento ou negação é uma realidade, pois a noção moderna de juventude ainda funciona como

padrão ideal em torno do qual têm sido avaliadas as possibilidades de outros setores sociais de aceder a esta condição, de “viver a juventude”, como se diz, e também a partir do qual se medem as abreviações, extensões e interrupções da etapa, assim como os desvios e negações de seu conteúdo (ABRAMO, 2005, p. 43).

O cenário contemporâneo que possibilitou o desencadeamento de outras questões e problematizações sobre a condição juvenil vai ganhando mais contornos e formas, trazendo novas nuances nas reflexões sobre ela, que vem se constituindo no contexto de profundas transformações socioculturais e significativas ressignificações do tempo e do espaço, das relações pessoais e coletivas, da reflexividade, entre outros.

Outro aspecto que atravessa a vivência dessa condição, especialmente nos territórios marcados pela precariedade de recursos, bens e serviços elementares para uma sobrevivência digna, se refere à questão da violência – considerada aqui como toda e qualquer manifestação, atitude, omissão e situação de violação dos direitos sociais básicos. Segundo Peralva (2000), novas configurações se constituem e singularizam um cenário potencializador de violências nos centros urbanos brasileiros, na virada do século, tais como o aumento de acesso a armas, a juvenilização da criminalidade, a violência policial – em particular contra os/as jovens e moradores/as das periferias –, a expansão do mercado de drogas e do poder de fogo do crime organizado e a cultura individualista e de consumo de massa que deriva em frustrações.

Essa perspectiva, em interlocução com os estudos de François Dubet (1994) e Bernard Lahire (2002), nos ajuda a entender que os diferentes modos de ser jovem são expressões de mutações mais profundas nos processos de socialização, isto é, na forma como a sociedade “produz” seus indivíduos, interferindo nas instituições tradicionais responsáveis pelos processos de socialização (família, escola e trabalho). Sendo assim, no contexto contemporâneo, a condição juvenil vem se estabelecendo de forma cada vez mais complexa, visto que os/as jovens vivenciam, na contemporaneidade, experiências variadas, por vezes contraditórias, pois estão expostos a universos sociais distintos, a laços fragmentados e a espaços de socialização múltiplos, heterogêneos e concorrentes. Ainda em diálogo com Lahire (2002) e Dayrell, Leão e Reis (2011), é possível analisar e compreender que os/as jovens constituem-se como atores plurais, que produzem suas experiências de socialização e são produzidos em contextos sociais múltiplos, expressando os mais diferentes modos de ser jovem.

Nesse sentido, um dos aspectos que se evidencia nos processos de transição para a vida adulta é o princípio da incerteza. Os/As jovens se deparam com verdadeiras encruzilhadas, com transições “zigzagueantes” (DAYRELL, 2007), sem rumo fixo, predeterminado, sendo essa uma realidade comum da juventude. Em meados do século XX, a sociedade ocidental passa por profundas mutações que afetam diretamente a realidade social e suas instituições, configurando-se assim um novo cenário onde protagonizam “os mercados globais, a velocidade das transformações tecnológicas, o pluralismo dos valores e das autoridades, o individualismo institucionalizado e a ampliação dos riscos e das incertezas” (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2011, p. 1.073).

De acordo com Carmem Leccardi (2005), no contexto da segunda modernidade – assim denominado pela autora o período que se inicia a partir de meados do século XX –, o futuro passa a ser mais temido do que desejável. É nesse contexto de incertezas, estruturas sociais mais fluidas, fragmentação da relação com o tempo, que os/as jovens vivenciam uma experiência marcada por crescentes inconstâncias e descontinuidades, o que Pais (2003) denomina de princípio da “reversibilidade”. Há um constante “vaivém” presente em todas as dimensões da vida desses/as jovens, inclusive nos modos como lidam com o tempo e constituem seus projetos. O autor aponta também para o aspecto da vida inconstante das gerações atuais, utilizando a metáfora da “geração ioiô”. A reversibilidade está baseada em uma postura pautada na experimentação. “Nesse processo testam suas potencialidades, improvisam, se defrontam com seus próprios limites e, muitas vezes, se enveredam por caminhos de ruptura, de desvio, sendo uma forma possível de autoconhecimento” (DAYRELL, 2007, p. 1.113).

Nessa perspectiva, considero o/a jovem como sujeito social, e, por isso, como um ser humano aberto para o mundo, possuidor de historicidade. De acordo com Bernard Charlot (2000), é possível afirmar que o/a jovem é um ser social, pois possui determinada origem familiar, ocupa um lugar social e está inserido em relações sociais. Ao mesmo tempo, é um ser singular, possui uma história, interpreta o mundo e a ele dá sentidos, assim como às suas relações, experiências e à sua própria história. E é também um sujeito ativo, que age no e sobre o mundo, se coloca como autor e protagonista da sua história e nesse movimento se produz e é produzido no conjunto das relações sociais nas quais vive. Jovens que, nesse âmbito, constroem seus diferentes modos de ser.

Nesse ponto de vista, a perspectiva antropológica fornece fundamentos pelos quais reconhecemos o/a jovem como sujeito em constante processo de formação e transformação. Isso significa reconhecê-los/las como seres “condicionados, mas não determinados” (FREIRE,

2007, p. 19). Destarte, não podemos esquecer “o aparente óbvio: eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhoria de vida” (DAYRELL, 2007, p. 1.109).

Sendo assim, faz-se necessário levarmos em consideração que as maneiras de se constituir como sujeito são várias, e, entre elas, existem os contextos das desigualdades sociais, de desumanização e de homogeneização nos quais o ser humano é “proibido de ser, privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana, como podemos constatar em grandes parcelas dos/as jovens brasileiros/as” (NONATO et al., 2016, p. 255). Não significa que esses/as jovens não se constroem como humanos, mas que se constroem como tais de acordo com as especificidades dos recursos que se lhes dispõem.

Quanto mais violados seus direitos à vida com dignidade, mais esses/as jovens vivenciarão processos de socialização e constituição como indivíduos em contexto de precariedade e violência, mais vivenciarão a condição de *não humanos*. Ao enfocarmos nos jovens sujeitos desta pesquisa, é possível considerar que as desigualdades sociais nas quais eles se constituem como sujeitos os colocam em constante situação de privação. Embora não mais privados de liberdade, uma vez que já são egressos do sistema socioeducativo, eles ainda carecem de melhores circunstâncias e oportunidades para constituírem suas trajetórias de vida.

Nesse contexto, nos projetos sociais destinados para a parcela das juventudes pobres, encontramos os prefixos “re” na maioria das elaborações, como reinserção, reintegração social, resgate da cidadania, ressocialização etc. Esse último é muito comum nas propostas de políticas de atendimento aos/às jovens em situação de infração ou cumprimento de medida socioeducativa. Esse prefixo indica para ações de caráter compensatório ou corretivo, com ênfase na resolução prática de problemas. Tal concepção supõe um olhar e uma postura educativa muito comum nas instituições, que naturaliza uma noção de sociedade, o “nós”, com seus valores, normas, projetos de sociedade hegemônicos no ideário republicano (ARROYO, 2019), considerando tudo aquilo que não se adéqua a essa perspectiva como desviante e/ou um processo interrompido, como é o caso dos jovens sujeitos desta pesquisa.

As formas de produzir o “outro” estão cada vez mais brutais e radicais. Segundo Boaventura de Souza Santos e Maria Menezes (2010), é preciso considerar o *pensamento abissal*, resultado da perspectiva moderna, que produz uma análise ainda mais radical que o pensamento da marginalidade, da exclusão, da desigualdade. Trata-se de polarizações mais radicais, que, desde a colonização, são produzidas para inferiorizar os “outros”, operando em um sistema que distingue os visíveis e os invisíveis.

O pensamento abissal desenvolvido por Boaventura de Souza Santos (2010) parte da defesa de que a epistemologia ocidental dominante se estabeleceu com base nas necessidades de dominação colonial e é operacionalizado pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que estão do lado de cá da linha (os úteis, inteligíveis e visíveis) e os que estão do lado de lá (os ininteligíveis, perigosos ou inúteis), objetos de supressão ou esquecimento. A divisão se dá de tal modo que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade, ou seja, é tido como inexistente e, mais ainda, é produzido como inexistente (SANTOS; MENESES, 2010), restando aos “outros” a condição de sub-humanidade.

A partir dessa visão hegemônica, que produz a subalternização dessa parcela das juventudes, é muito fácil enquadrar os/as jovens das camadas populares como os/as desviantes, sem valores, sem cultura. Essa dimensão se agrava ainda mais quando se trata de jovens de MSE. De acordo com Arroyo (2014), essa forma de pensar os/as “outros/as”, jovens, negros/as, indígenas, quilombolas etc., como subalternizados diante da civilização, tem sido incorporada há anos pelas instituições, reforçando a lógica de dominação, na qual “os outros” podem até ser inseridos, porém sempre na condição de subalternizados. “Fica evidente que os padrões culturais, os valores, os comportamentos próprios da história e trajetória de grande parte dos/as jovens das camadas populares tendem a ser negados, a não ser reconhecidos como válidos, quando não desqualificados, inferiorizados, **desvalorizados ou mesmo criminalizados**” (NONATO et al., 2016, p. 256, grifos nossos).

No âmbito da compreensão dos contextos de vida dos jovens sujeitos desta pesquisa, é possível inferir que essa relação de negação é vivida cotidianamente, pois, se comparados com o conjunto de normas, padrões e valores socialmente reconhecidos e valorizados – “o nós” –, esses mesmos jovens são considerados como inferiores – “os outros”. Por essa visão, os jovens com os quais se fez interlocução nesta pesquisa são considerados como incapazes de “ser alguém na vida”, pois, para isso, eles deveriam negar os padrões de origem e assumir aqueles dominantes. Trata-se da reprodução da clássica relação “nós x outros” (SANTOS, 2010; ARROYO, 2019), predominante nas diferentes formas de colonização (territorial, econômica, cultural e epistemológica), que se atualiza na relação com esses jovens envolvidos com as dinâmicas das práticas consideradas ilícitas e que vivem contextos de produção da condição de marginalização e subalternização. Esse aspecto será retomado mais adiante.

Essas reflexões e perspectiva de juventude constituídas na inter-relação com os contextos de precariedade e desigualdades vividos pelos/as jovens, especialmente na realidade

da América Latina e do Brasil, contribuem para seguirmos na busca analítica e empírica de complexificar a compreensão da condição juvenil contemporânea. Nesse sentido, fortalece-se a percepção sobre a não linearidade dos percursos trilhados pelos/as jovens, cujas trajetórias são cada vez mais marcadas pela reversibilidade e pela singularidade, conforme apontam os autores citados. Seguindo essa perspectiva, esta investigação se debruçou sobre as trajetórias de vida de jovens que vivenciaram a experiência de privação de liberdade e são egressos da medida socioeducativa de semiliberdade, na busca por compreender como esses sujeitos vivem hoje. Como eles se constituem como jovens e vivem a sua condição juvenil, após a experiência de privação? Em que contextos? Como esses processos de subalternização interferem na constituição desses jovens como sujeitos e na construção de suas trajetórias?

3.1.1 Olhares sobre os processos de singularização das trajetórias juvenis

No contexto da análise sociológica, especialmente no período entre o séc. XVIII e o XIX, até a segunda guerra mundial, o foco estava mais voltado para compreender o sistema, seu funcionamento e instituições sociais. Os conceitos de comunidade e posteriormente de sociedade, entre outros, foram fortemente desenvolvidos pela Sociologia clássica. Já a dimensão do indivíduo não aparecia como foco das análises. No entanto, todas as transformações da sociedade moderna, especialmente a cisão histórica entre indivíduo e sistema, a qual inaugurou um processo de ruptura entre a sociedade tradicional e sociedade moderna, possibilitou o redirecionamento do olhar para o indivíduo em diferentes instâncias e experiências. Nesse sentido, a relação entre indivíduo e sistema tornou-se mais complexa e, a partir da análise sociológica é possível enxergar outros elementos que vão aparecendo na interseção desses dois polos (Norbert ELIAS, 1994; DUBET, 1994).

De acordo com Alberto Melucci (2004), o cenário da complexidade do sistema global na modernidade deixou o legado da necessidade e da responsabilidade de “existir como indivíduo” (p. 59). Isso significa que, nas sociedades modernas, aos sujeitos é colocada a tarefa de serem indivíduos da ação e se responsabilizarem cada vez mais pelos seus sucessos e/ou fracassos. Sendo assim, a vivência desse legado supõe que o indivíduo enfrente cotidianamente, em seus contextos sociais, um conjunto de desafios para se afirmar.

Nesse sentido, consideramos que, para compreender a condição juvenil diretamente afetada por esse cenário da contemporaneidade, faz-se necessário estabelecer relação com uma perspectiva sociológica que considere os processos de mutações sociais e seus impactos nas trajetórias juvenis, que não mais trilham caminhos lineares. Trata-se de trajetórias cada vez

mais marcadas pela reversibilidade, hipertextualidade (PAIS, 2001; 2003) e transversalidades (Juliana REIS, 2014). A construção das trajetórias de vida na experiência contemporânea se constitui na tessitura de emaranhados de traços interseccionados (PAIS, 2001). Isso quer dizer que as experiências pessoais dos/as jovens são constituídas por vivências múltiplas e atravessadas. As biografias juvenis se inscrevem em redes de hipertextualidade³¹, marcadas pelo princípio da metamorfose, as quais não possuem um centro nem linearidade e estão em constante construção. Nelas se entrecruzam vários centros, caminhos e sentidos. Isso significa que o estudo das biografias de jovens exige a articulação e o entrelaçamento de vivências não lineares.

A incerteza, a não linearidade e os vínculos e pertencimentos fragmentados estão presentes na vida dos jovens sujeitos desta pesquisa de forma ainda mais intensa e diversa. Essas características se entrelaçam nas vidas desses jovens e delineiam cada vez mais trajetórias singulares.

Seguindo essa abordagem em diálogo com Reis (2014), o conceito de socialização se apresenta como elemento que nos permite viabilizar distintas maneiras de analisar teoricamente as dimensões do indivíduo e da sociedade. Esse conceito, que é primordial para a Sociologia desde os clássicos e para a Sociologia da Educação, continua potente para articular diferentes conexões entre indivíduo e sistema. Ora se volta para a perspectiva de imposição social sobre os sujeitos, ora privilegia a autonomia dos indivíduos e suas ações frente às injustiças sociais. Seguindo essa dimensão, buscarei dialogar com o conceito de socialização a fim de compreender as histórias de vida juvenis com base nos processos socializadores e nos processos de singularização, como em um “jogo de escalas que se faz entre o plano geral das estruturas sociais e o ‘zoom’ sociológico que desce aos dramas individuais e singularidades biográficas” (CARRANO, 2011, p. 12).

Continuando o diálogo com Reis (2014), parti da perspectiva relacional para compreender as experiências juvenis em diferentes dimensões socializadoras (família, escola, trabalho, território de moradia e grupo de pares), buscando a transversalidade desses espaços na constituição dos jovens como sujeitos. Diferente da concepção estruturalista ou funcionalista difundida por Durkheim (1955) e de toda uma corrente das teorias sociais que privilegiam o caráter externo e coercitivo da sociedade e a internalização dos modos de comportamento e

³¹ Em oposição ao texto linear, a hipertextualidade está relacionada à noção de hipertexto, que é constituído por outros recursos, referências e linguagens, tais como links, imagens, referências e páginas interligadas.

moralidades sociais, através do processo educativo, no desenvolvimento desta pesquisa, busquei dialogar com outras perspectivas que têm o indivíduo como eixo norteador da análise.

Seguindo no diálogo com abordagens sociológicas mais aproximadas das dinâmicas socializadoras transversais e particulares, Elias (1994) mostra que as relações entre indivíduo e sociedade são alteradas nos diferentes contextos e tempos em que são produzidas e legitimadas. O autor acrescenta, nos estudos sobre as estruturas sociais e os processos de socialização, a dimensão das subjetividades. Ele traz para a análise a dimensão da psicogênese, que diz respeito a entender a construção das subjetividades como parte dos processos sociais. Para Elias (1994), há certa insistência da Sociologia em reforçar a separação entre sujeito e estrutura, indivíduo e sociedade. Como alternativa para superar essa separação, o autor apresenta o conceito de configuração, a partir do qual a sociedade pode ser percebida e compreendida como uma rede formada por sujeitos interdependentes. As pessoas podem estar interligadas de diferentes modos, pois são amplas as possibilidades de entrelaçamento nessas redes de indivíduos. É um conceito que nos ajuda a apreender as contemporâneas e multifacetadas dinâmicas de socialização e singularização juvenis.

Dubet (1994) também problematiza a ideia de socialização como uma reprodução social e vai considerar esse argumento como limitado para explicar os processos socializadores na contemporaneidade. Ao trabalhar com a dimensão da experiência, o autor desenvolve um estudo sobre a noção de experiência a partir de algumas características. Entre elas está a heterogeneidade dos princípios culturais e sociais que organizam as condutas de uma sociedade que não é unificada. Segundo o autor, nas sociedades contemporâneas, vivemos processos de desinstitucionalização de “modos de produção dos indivíduos”, nos quais a formação dos sujeitos depende menos dos modelos impostos pelas instituições e seus papéis e mais das experiências individuais (DUBET, 1998). “O sujeito é definido por um jogo de tensões, por um trabalho e não por um ser” (DUBET, 1994, p. 260). Sendo assim, faz-se necessária uma sociologia que se volte para a experiência de “indivíduos particulares, que constroem seu mundo e sua subjetividade numa história singular” (REIS, 2014, p.30).

Também a sociologia disposicionalista de Lahire (2002) se debruça sobre os processos de singularização das trajetórias. Esse autor propõe que cada indivíduo é um conjunto particular de disposições plurais e que é necessário analisar a gênese das disposições para dar conta dessa pluralidade. Nesse contexto, traz a juventude para ilustrar essa diversidade tendo em vista que a formação do jovem se encontra sob uma tripla coerção: a escola, os pais e o grupo de pares. Assim, essas diferentes instâncias socializadoras produzem figuras de dissonância cultural. De

acordo com o autor, não cabe nessa análise negligenciar as bases individuais do mundo social, que estuda indivíduos atravessados por cenários, contextos e campos de força diferentes. Nesse caminho, a minha busca empírica de articular as múltiplas dimensões das biografias juvenis dos sujeitos desta pesquisa se desenvolveu a partir do ponto de vista desses jovens. Ao mesmo tempo, embasei-me em uma abordagem teórico-metodológica que me permite traçar uma rede de conexões entre as diferentes dimensões da vida que constituem as trajetórias experimentadas pelos jovens interlocutores.

Uma importante perspectiva para esta pesquisa são os estudos contemporâneos das Sociologias do Indivíduo, que apresentam o indivíduo como via relevante para entender as sociedades contemporâneas (REIS, 2014). De acordo com Martuccelli e Singly (2012), o indivíduo não está fora do social, desmistificando um recorrente mal-entendido. Eles propõem que a Sociologia centralize sua análise no processo de individuação para investigar o processo de fabricação do indivíduo. Os autores defendem a especificidade dessa perspectiva analítica de inquirir sobre o tipo de indivíduo que é estruturalmente fabricado por uma sociedade em um período histórico. Em diálogo com Reis (2014), acredito que se torna reducionista uma análise que se proponha a decifrar grandes processos sociais, mas incapaz de compreender “a vida das pessoas, a forma em que vivem, lutam e enfrentam o mundo” (MARTUCCELLI; SINGLY, 2012, p. 11).

Esses mesmos autores, na busca por compreender os processos de individuação nos contextos contemporâneos, desenvolveram o conceito de prova. Eles defendem que “a provação pode ser um importante instrumento analítico para a Sociologia do Indivíduo, na medida em que propõe uma articulação particular entre o ‘ator e o sistema’, diante da crise da ideia mesma de sociedade” (MARTUCCELLI; SINGLY, 2012, p. 72). Em diálogo com as análises de Álida Leal (2017), com base nesses autores, é possível afirmar que a vida social está cada vez mais marcada por provações variadas, sejam escolares, laborais e relacionais, entre outras. Mas, isso não significa que a prova seja um desafio ou problema vivencial qualquer. Trata-se de um conjunto de desafios/problemas estruturais comuns aos indivíduos de um dado contexto histórico e social. No entanto, as respostas dos indivíduos a esses desafios se dão de maneiras variadas. Para Martuccelli (2006), todas as provações são “desafios históricos, socialmente produzidos, culturalmente representados, desigualmente distribuídos que os indivíduos estão obrigados a enfrentar” (MARTUCCELLI, 2006, p. 83).

Nesse sentido, os autores ressaltam que os indivíduos estão submetidos de modos distintos às provações. Essa diferenciação se estabelece devido aos suportes que cada um

possui. De acordo com Martuccelli (2007), o suporte é a primeira dimensão social do indivíduo, ao mesmo tempo em que é a primeira provação com que todo indivíduo se depara: “como o indivíduo é capaz de sustentar-se no mundo?”. Os suportes podem ser variados: materiais, simbólicos, visíveis, invisíveis, conscientes, inconscientes, próximos, distantes, ativamente estruturados ou não, impostos ou não, mas todos têm um aspecto em comum: têm o efeito de apoiar e sustentar os indivíduos. Sendo assim, os suportes só fazem sentido dentro de uma lógica social. Isso significa que não é possível concebê-los previamente, e que não são estáticos, podem se alterar conforme o período da vida do indivíduo.

De acordo com Reis (2014), no entorno de cada um de nós há uma rede de sustentação, composta por relações familiares, profissionais, afetivas, grupais, “nosso verdadeiro mundo”, que nos sustenta, conforme as articulações que vão sendo estabelecidas na experiência de socialização e individuação. Portanto, nenhum indivíduo se sustenta sozinho. Essa ideia produz um falseamento da realidade, a partir de concepções e interesses de um grupo socialmente privilegiado. Sendo assim, é possível afirmar, em diálogo com Leal (2017), que a noção de suporte permite individualizar as experiências de vida. E, desse modo, os suportes de uns podem não ser os suportes para outros. Assim também, a articulação entre os suportes e/ou ausência de suportes se dá de maneira específica, na experiência de cada indivíduo.

Em relação aos/às jovens das classes populares, Martuccelli (2007) aponta a existência de suportes estigmatizantes, como por exemplo, o suporte das políticas sociais de assistência, que acabam por estigmatizar os sujeitos como “assistidos”, como se não tivessem condições de se manterem autônomos, mesmo em situação de tutela. Ao mesmo tempo, aborda que, quanto mais frágil for a situação do indivíduo, mais ele/a se vê na obrigatoriedade de se autossustentar por meio de uma rede de relações de solidariedade, ao invés de contar com direitos sociais.

Contudo, as configurações das tramas socializadoras, nas quais os sujeitos estão inseridos, embasadas por uma perspectiva multidimensional, projetam a percepção de indivíduos singulares não redutíveis a uma lógica única. Afinal,

são os próprios indivíduos que tecem as redes de sentido que os unificam em suas experiências de socialização. É o indivíduo que tem a capacidade de articular as múltiplas dimensões da vida ao longo de sua trajetória. É o sujeito a unidade social na qual se podem efetivar diferentes sentidos de ações, essas últimas derivadas das suas múltiplas esferas de existência. Nele cruzam-se e interagem sentidos particulares e diferentes. Ele não é apenas o único portador efetivo de sentidos, mas a única sede possível de relações entre eles. (SETTON, 2013, p. 200).

Nesse sentido, privilegio um olhar multifacetado, com zoom sociológico sobre os sujeitos, a partir da questão-problema desta investigação, para não cair no perigo de rotulá-los a priori, mas sim compreender o que eles estão vivendo, como estão vivendo, que articulações eles estão fazendo nas suas trajetórias de vida. Faz-se necessário compreender quais são seus suportes e por que motivo se constituem como suportes na vida desses jovens. Até que ponto a experiência da MSE pode ter se constituído como um suporte ou não no contexto de vida pós privação de liberdade? Que outros suportes emergem em seus contextos e experiências juvenis?

Considero ainda que olhar os sujeitos desta pesquisa a partir do diálogo entre autores da Sociologia da Educação, da Sociologia da Juventude e da Sociologia do Indivíduo permitirá construir uma conexão necessária para os estudos sobre condição juvenil, experiência de privação de liberdade e trajetórias de vida.

3.2 Juventudes e diversidade, juventudes e diferença: aproximações com uma perspectiva decolonial

A problematização proposta nesta pesquisa anuncia uma necessária conexão entre juventude, contextos de privação de liberdade e medida socioeducativa. Podemos afirmar que é uma conexão óbvia, que, à princípio, não aponta uma novidade ou um encorajamento inquiridor inédito. Digo isso com base em dois aspectos importantes.

O primeiro se refere à dimensão jurídico- normativa, materializada nos percursos da legalização e institucionalização dos direitos da criança e do adolescente e dos direitos das juventudes, conforme abordo na terceira seção desta tese. Esse percursos, a duras penas, colocou as crianças e as juventudes brasileiras mais amparadas como sujeitos de direitos e, com isso, as juventudes colocadas em “rotas de colisão com a lei” (STECANELA, 2012) são direcionadas para um sistema que abriga órgãos juvenis de controle e que exercem intervenções nas trajetórias dos jovens a quem se atribui o ato infracional, como o ECA, o Sinase, as MSE, entre outros. É possível afirmar que tais avanços normativos impulsionaram a expansão de um campo de estudos com foco na interrelação entre juventudes e medidas socioeducativas na perspectiva do Direito. Nesse sentido, é possível reforçar a importância da mudança de paradigma, compreendendo crianças e juventudes como sujeitos sociais de direito, principalmente, nas pesquisas voltadas para as políticas públicas de socioeducação, conforme apontou o levantamento bibliográfico realizado neste estudo e em estudos anteriores (ALMEIDA, 2017).

Por outro lado, o segundo aspecto é a tendência analítica e educativa de relacionar juventude e medida socioeducativa numa perspectiva mais generalizada e homogeneizante, que

ora coloca os/as jovens como vítimas passivas e/ou carentes, sujeitos da falta, subalternizados, ora como ameaças, delinquentes, infratores/as, sem futuro (STECANELA, 2012). Nesse sentido, em algumas análises e perspectivas, o fato de serem jovens de MSE supõe um determinado contexto e uma determinada imagem que seriam comuns para todos/as os/as jovens. Em outras palavras, é possível perceber que se tem constituído historicamente uma tendência de partir para conclusões e considerações a respeito do que sejam as experiências desses sujeitos, como se fossem algo pré-estabelecido e/ou como se nos fosse autorizado falar sobre as experiências e as trajetórias de vida deles a partir de um único referencial, quase sempre fatalista, compensatório e/ou corretivo. Esse referencial é sempre o dominante, hegemonicamente definido em uma sociedade moderna capitalista e colonial que inferioriza os/as jovens enquanto seres humanos, que os/as criminaliza e os/as invisibiliza de diferentes formas, inclusive exterminando-os/as.

Fiz essa retomada e reforcei esses aspectos para enfatizar que o caminho seguido, as andanças construídas e itinerâncias percebidas, reconhecidas e vividas nesta análise não representam uma conexão tão óbvia assim. Foi preciso encarar uma análise que problematizasse obviedades como essas, tendo como pressuposto a noção de que a relação entre juventudes, privação de liberdade e medidas socioeducativas é muito complexa e portanto não pode ser olhada a partir de visões unidimensionais ou binárias, naturalizadas socio-historicamente. É preciso um caminho desestigmatizante e desfragmentador.

Seguindo essa reflexão, evidencio outros questionamentos: o que tem implicado colocarmos em pauta essa conexão entre juventude e medida socioeducativa/privação de liberdade? De que juventude estamos falando, quando enfocamos esse recorte? A quais jovens estamos nos referindo? Faz-se necessário perguntarmos novamente: a categoria juventude, sociologicamente difundida, consegue abarcar a juventude vivida por esses/as jovens? Esses/as jovens estão fazendo e experimentando uma juventude específica? Os contextos sociais vividos por eles/as fazem as juventudes?

A Sociologia da Juventude, no aprofundamento dos seus estudos, busca romper com a ideia de que há um conceito universal capaz de produzir uma concepção única sobre todos/as os/as jovens que vivem nas mais diversas realidades (MARGULIS; URRESTI, 1986; ABRAMO, 1994, 2005; CARRANO, 2003; DAYRELL, 2003, 2007; 2011; SPOSITO, 1996, 2002, 2003, 2004; LEÃO, 2006a, 2006b, 2011). E, assim, considera a juventude como juventudes, no plural, para enfatizar os diversos “modos de ser jovem” existentes (DAYRELL, 2003). Cada um/a de acordo com a sua história, contexto, percepções sobre o mundo e lutas de

sobrevivência que se tecem a cada dia em suas vidas, enquanto sujeitos que se fazem no e com o mundo, se manifestam, incomodam e, portanto, transformam esse mesmo mundo.

Nesse sentido, esta reflexão adota a perspectiva que demarca a dimensão da diversidade e por isso opera com o conceito de condição juvenil, ampliando a compreensão e a análise das diferentes situações que abarcam as experiências dos/as jovens contemporâneos. Essas situações precisam também se fazer presentes, pois retratam o modo como a condição juvenil é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais de classe, gênero, raça, etnia, território e outros, como apontado anteriormente. Nesse âmbito, torna-se inegável o avanço dos estudos sobre a condição juvenil contemporânea.

Em diálogo com Juliano Pereira e Luiz Gonçalves (2016), que se dedicaram a problematizar o termo juventude negra nos estudos da Sociologia da Juventude, foi possível perceber a necessidade emergente de reconhecer o avanço produzido a partir da perspectiva da diversidade e da pluralidade presentes na constituição da condição juvenil brasileira, como categoria, bem como a importância de aprofundar a noção de juventudes no plural nas análises empreendidas. Isso implica compreender a totalidade das experiências dos/as jovens a partir das realidades múltiplas, heterogêneas e copresentes do seu local social. E, desse modo, viabilizar tratamentos igualitários e justos, condizentes com a diversidade destes sujeitos sociais.

Trazendo essa reflexão para o contexto dos jovens abordados nesta pesquisa, é possível indicar uma demanda também existente nos estudos sobre juventude na sua conexão com a condição e situação juvenil dos/as jovens em contextos de privação de liberdade e/ou práticas ilícitas. É uma demanda relacionada a fortalecer problematizações e indagações acerca dos olhares voltados para jovens nesses contextos, tanto no âmbito das mídias sociais, como das pesquisas científicas e das políticas públicas, que ainda estão muito arraigados em uma visão pautada em referenciais coloniais europeus e norte-americanos, que insistem em subalternizar, vitimizar e/ou reduzir os/as jovens aos contextos de violências. Trata-se de uma reprodução da matriz de poder específica, chamada de “matriz de poder colonial” (Anibal QUIJANO, 2005).

De acordo com Quijano (2005; 2010), a colonialidade é um dos elementos constitutivos de um novo padrão de poder mundial, o poder colonial ou colonialidade do poder. É diferente de colonialismo, embora seja derivado. Para o autor, o colonialismo se refere estritamente a uma estrutura de dominação/exploração na qual o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina a outra de diferente

identidade, como no caso da dominação das nações europeias sobre a América Latina, especialmente, mas também em relação a outros continentes.

A colonialidade é mais profunda e duradoura que o colonialismo, uma vez que se sustenta “na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjetivos, da existência social e cotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2010, p. 84).

Segundo o autor, foram dois processos históricos que convergiram e se estabeleceram como eixos fundamentais do novo padrão de poder.

De um lado, a diferenciação entre “conquistadores” e “conquistados”, pela ideia de raça como suposta estrutura biológica distinta que naturalmente inferiorizava a população fenotipicamente diferente, tornando-se um instrumento de classificação social básico e de intensificação das relações de dominação/exploração e de classificação social da população mundial.

Do outro lado, com a constituição da América, especialmente na América Latina, se expandiu o emergente poder capitalista, tornando-o mundial. Ou seja, uma articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, seus recursos e produtos em função do capital. Trata-se de uma articulação constitutivamente colonial, baseada na distribuição racista de formas de trabalho não remunerados para as raças colonizadas (indígenas, negros e os mestiços de modo mais complexo), enquanto à raça colonizadora (brancos) se estabeleciam relações de trabalho pago, assalariado. Isso foi possível devido à engendrada articulação entre capitalismo, eurocentrismo, colonialidade e modernidade, que se constituíram como eixos do específico padrão de poder mundial (QUIJANO, 2005; 2010).

A evolução das características do novo padrão de poder capitalista/colonial configurou novas identidades societais, e as relações intersubjetivas entre elas foram fundindo as experiências de colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, configurando “um novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada”, denominado como modernidade (QUIJANO, 2010, p. 85). Nessa articulação, vale ressaltar que esse universo intersubjetivo gerou um modo de produzir conhecimento que atendesse às necessidades cognitivas do capitalismo, assumindo o eurocentrismo como única racionalidade válida e como marca da modernidade. Nas palavras de Quijano (2010),

O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominados do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia. E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é a sua fonte principal de sentido. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza as experiências dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, conseqüentemente como dadas, não suscetíveis de ser questionadas (QUIJANO, 2010, p. 86).

Assim, o poder, no eurocentrismo, conforme historicamente o conhecemos, “é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito” (QUIJANO, 2010, p. 88), articulados em torno da disputa pelo controle de determinados meios de existência sociais, quais sejam: o trabalho e seus produtos; da natureza e seus recursos; o sexo, seus produtos e reprodução da espécie; a subjetividade e seus produtos materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; a autoridade e seus instrumentos de coerção para manter e regular esse tipo de padrão de relações sociais. Assim, esse padrão de poder colonial afeta todas as dimensões da experiência social (sexualidade, autoridade, subjetividade, trabalho, dimensão geracional e étnico-racial), e, desse modo, interfere na constituição de representações sociais sobre as juventudes, principalmente as juventudes negras, acauteladas e/ou encarceradas, da favela e/ou periféricas, “do mundo do crime”, entre outras.

Em diálogo com Carla Akotirene (2019), sabemos que é preciso enxergar a matriz de opressão colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos (negros/as, mulheres, jovens, pessoas deficientes, indígenas, entre outras), bem como a heterogeneidade de opressões conectadas por essa modernidade. A autora afasta na sua análise a perspectiva que hierarquiza sofrimentos, “visto que todo sofrimento é interceptado pelas estruturas” (p. 46).

No entanto, a matriz de opressão é responsável por produzir diferenças hierarquizantes, que permitem a produção da subalternidade e de desigualdades, mesmo que na análise ocidental se reconheçam as diferenças como identidades. (AKOTIRENE, 2019). Ao articular o conceito de identidade com a dimensão da diferença, mediados pelas relações de poder, é possível compreender que a constituição de identidades constitui também diferenças. Ao dizer quem é, a pessoa nega tudo aquilo que não é (Tomaz Tadeu da SILVA, 2000), constituindo assim as diferenças e demarcando-as socialmente no jogo da estrutura social.

Na trilha dessa reflexão, considero que seja fundamental, nas pesquisas sobre juventude, a dimensão das diferenças, na qual estão imbricados tanto a diversidade e a pluralidade de experiências, identidades, formas de agir no mundo, quanto as contradições e os processos de desigualdades sociais presentes na vida dos jovens, que vivenciam diferentes modos de ser.

Uma aproximação com a perspectiva decolonial me provocou e instigou a considerar a dimensão das diferenças como ponto de partida e não como ponto de chegada, como uma premissa das análises aqui empreendidas.

Em diálogo com Edla Caldas e Elenice Onofre (2021), concordo com a premissa de que as pesquisas em educação e privação de liberdade precisam se comprometer socialmente com o “rompimento das barreiras da colonialidade e ser capaz[es] de produzir diálogo com os sujeitos colaboradores [interlocutores]” (p. 39).

A produção de diálogo aqui implicada se refere ao conceito de dialogicidade, construído nos estudos de Freire (2005), que busca romper com as vozes silenciadas culturalmente e contesta as relações de dominação, exploração, negação das juventudes em contextos de privação de liberdade e em processos de conflito com a justiça. “Partimos da compreensão de que a condição de jovens em situação de privação de liberdade não está deslocada de suas histórias de exclusão e opressão em nossa sociedade desigual, originadas por processos de exploração e colonialidade inerentes ao modo de produção capitalista” (CALDAS; ONOFRE, 2021, p. 44).

Isso significou olhar de outros ângulos e com lentes descolonizadoras, descortinando a colonialidade do poder, que age como um limitador da análise e da compreensão das juventudes, especialmente as juventudes aqui evidenciadas, no sentido da sua atuação na sociedade. Nessa perspectiva, busquei incorporar a ótica da interseccionalidade, em diálogo com os estudos feministas produzidos por mulheres negras e não brancas (Kimberle CRENSHAW, 1989; AKOTIRENE, 2019). Segundo Crenshaw (1989),

A interseccionalidade é um conceito gerado a partir das experiências e necessidade das mulheres negras (e outras mulheres não brancas) em identificar os elementos e mecanismos que incidiam sobre suas condições de vida e status produzindo e perpetuando as situações de exclusão e desigualdades que têm vivenciado na sociedade. A partir deste conceito, lhes foi possível compreender, qualificar e explicar como estes grupos são impactados por múltiplas formas de discriminação que ocorre no processo de hierarquização baseada em critérios raciais, de gênero, de classe e geração derivado da lógica da sexualidade heteronormativa. Interseccionalidade nos possibilita compreender o entrecruzamento de múltiplas formas de discriminação, processo que tem sido descrito de vários modos na literatura acerca do tema como: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como duplas ou triplas discriminações (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Trata-se de um sistema de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais, isto é, “heterarquias”, que orienta, define e diferencia formas de dominação, discriminação e

exploração –seja política, econômica, sexual, racial, espiritual, epistêmica e linguística – dos indivíduos na sociedade moderna/colonial.

A interseccionalidade, de acordo com Akotirene (2019), é entendida como uma sensibilidade analítica e interpretativa dos processos e efeitos identitários e sua relação com a matriz de poder colonial, que instrumentaliza a inseparabilidade entre raça, gênero e classe. Ela defende a teoria interseccional, com base na densidade do pensamento feminista negro, ao dialogar com Audre Lorde (S.d.), que afirma também que

qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negros, porque milhares de lésbicas e gays são negros. Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. (LORDE, S.d.)

Nessa mesma perspectiva, Patrícia Collins (2017) afirma que a interseccionalidade não é um somatório de identidades, muito menos aforismos matemáticos, hierarquizantes ou comparativos. Essa ideia de jovem + negro + pobre + homem + favelado + gay invalida a proposta teórico-metodológica da interseccionalidade. Trata-se de analisar “quais são as condições estruturais que atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 44).

Nesse sentido, a ótica interseccional foi mais um suporte teórico-metodológico para sustentar o interesse investigativo nesta pesquisa, a fim de alcançar as particularidades das trajetórias de vida dos jovens egressos do sistema socioeducativo, a partir das suas experiências interseccionalizadas e concretas, de jovens homens, pretos e pardos, pertencentes a determinado território, grupos de pares, contexto socioeconômico, entre outros. *Embora o conceito de interseccionalidade tenha sua raiz no feminismo negro e seja adotado prioritariamente pelas intelectuais e ativistas desse campo, a sua utilização aqui buscou abordar o entrecruzamento de diferentes formas de opressão que se faziam presentes na experiências desses jovens.*

Desse modo, enfatizo a necessidade de fortalecer a caminhada e me juntar aos esforços do campo de estudos da Sociologia da Juventude no Brasil, reafirmando a perspectiva da diversidade e da diferença, para me aproximar das experiências juvenis em diferentes territórios, principalmente, das juventudes das camadas populares e marcadas pela experiência da privação de liberdade. A intenção é romper com análises na perspectiva colonial com

referenciais europeus e norte-americanos, que insistem em colocar os/as jovens, majoritariamente negros/as, no lugar social da subalternidade, violência, mortalidade e vitimização.

Nessa mirada decolonial, dialogo também com os estudos de Silvia Cusicanqui Rivera (2010; 2018), que, embora enfoque a história oral andina e os processos coloniais indígenas em contextos rurais e urbanos na Bolívia³², convoca à necessidade de questionarmos sobre quem deve e pode falar pelos “outros”. Esse debate está presente em suas reflexões, bem como a dimensão da diferença. No diálogo com a autora, foi possível compreender que se trata de uma dimensão que demarca a análise, não somente no sentido de indicar a existência de uma pluralidade, mas de avançar na busca por romper com abordagens que pretendem chegar a uma conclusão homogênea ou homogeneizante sobre um ou mais fatos sociais e/ou fenômenos sociais, enfraquecendo assim as contradições existentes na constituição deles.

Para além de assumir a perspectiva da diversidade, os estudos decoloniais propostos por Rivera Cusicanqui (2010) possibilitam radicalizar a análise e questionar: é diverso a partir do quê? Qual é o marcador, posto como subtendido, que define o diverso? Até que ponto continua havendo um marcador que não precisa ser enunciado, pois já está dado como referência e, portanto, repercute a lógica colonial? É nesse sentido que ainda se faz necessário complexificarmos a perspectiva da diversidade no avanço dos estudos sobre a condição juvenil, como acima mencionado, e, nessa investitura analítica, radicalizar a análise e mostrar o que é ser jovem em um determinado contexto, marcado por diferenças sociais estruturantes, identitárias e culturais. Para além de reafirmarmos a diversidade existente na categoria juventudes, compreendermos como essa diversidade se constitui, se estrutura e é vivida pelos jovens em seus diferentes contextos.

³² Silvia Cusicanqui Rivera é uma socióloga de ascendência aymara e europeia, que desenvolve sua trajetória acadêmica e produção intelectual, a partir de seu percurso pessoal como mestiça e da sua militância política, refletindo sobre a reorganização do movimento aymara e lutas políticas indígenas na Bolívia. Cf. Cusicanqui, 2010; 2015.

Ao voltarmos o olhar para a específica situação juvenil marcada pela experiência da privação de liberdade e do conflito com a lei, aponto uma conexão com o conceito “ch’ixi”³³, desenvolvido por Rivera Cusicanqui (2010) em seus estudos sobre práticas e discursos decoloniais dos povos andinos, utilizado no contexto étnico-racial. Esse conceito, constituído na linguagem indígena aymara, retrata uma realidade na qual coexistem, paralelamente, múltiplas e diferentes culturas, que não se fundem, mas, sim, são antagônicas ou se complementam.

Considero potente essa noção para pensar a coexistência de elementos heterogêneos, opostos, que não buscam uma junção harmônica, nem produzem um terceiro elemento ou termo novo, no sentido de superar e englobar algo anterior. Essa categoria decolonial – “ch’ixi” – segundo a autora, é uma forma andina mais adequada para traduzir as formas diversas que convivem no mundo “abigarrado”, isto é, variado, multifacetado, contraditório, cheio de justaposições, que não tem como resultado a fusão ou o hibridismo. E, assim, permite seguir rumo a uma análise que evidencia a possibilidade de não naturalizarmos ou hierarquizarmos modos de vida, cultura, raça, gênero ou nos apoiarmos em análises fatalistas sobre a realidade – perigo de uma análise colonizadora –, que justifica a realidade do mundo atual tal como ela é ao concebê-la como algo natural, inexorável ou intransponível (FREIRE, 1994).

Também Glória Anzaldúa (1987; 2005)³⁴ – entre outras contribuições e provocações com que nos interpela em seus estudos feministas – apresenta uma rica noção: “*la nova mestiza*”, que traz para o centro da análise decolonial, principalmente nas discussões das relações étnico-raciais e de gênero, também a noção de mestiçagem, vista pela autora como potência analítica e não de desqualificação. Desse modo, trata-se de uma perspectiva que não alivia os conflitos, contradições existentes nas experiências, e, sim, demarca as ambivalências

³³ De acordo com Rivera Cusicanqui, “ch’ixi” é a tradução mais adequada na linguagem aymara para dizer sobre a mescla heterogênea (“abigarrada”) que são os chamados mestiços/as. Nas palavras da autora: “La palabra ch’ixi tiene diversas connotaciones: es un color producto de la yuxtaposición, en pequeños puntos o manchas, de dos colores opuestos o contrastados: el blanco y el negro, el rojo y el verde, etc. Es ese gris jaspeado resultante de la mezcla imperceptible del blanco y negro, que se confunden para la percepción sin nunca mezclarse del todo. La noción ch’ixi, obedece a la idea aymara de algo que es y no es a la vez, es decir, a la lógica del tercero incluido. Un color gris ch’ixi es blanco y no es blanco a la vez, es blanco y también es negro, su contrario. [...] lo ch’ixi conjuga el mundo indio con su opuesto, sin mezclarse nunca con el. [...] La noción de ch’ixi, por el contrario, equivale a la de “sociedad abigarrada” de Zavaleta, y plantea la coexistencia em paralelo de múltiples diferencias culturales que no se funden, sino que antagonizan o se complementan (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 69 e 70).

³⁴ Gloria Evangelina Anzaldúa é uma das primeiras autoras americanas de origem mexicana assumidamente lésbicas. Anzaldúa desempenhou um papel de grande relevância na redefinição de identidades *chicanas*, lésbicas e *queer*. Como editora ou coeditora de três antologias multiculturais, ela também desempenhou um papel vital no desenvolvimento de um movimento feminista de inclusão. Nasceu no Vale do Rio Grande, no sul do Texas, em 1942, e faleceu em 15 de maio de 2004.

e ambiguidades existentes. Além de buscar romper com processos de dominação cultural, que podem ser ampliados para os processos de dominação social, político-econômica, identitária e outros.

Para a autora, não se podem manter conceitos ou ideias dentro de limites rígidos. Ao contrário, é preciso mantê-los flexíveis e fora das formações cristalizadas. É necessário movê-los para fora do pensamento convergente, do raciocínio analítico que usa a racionalidade em direção a um objetivo único, de modo ocidental, para um pensamento divergente, isto é, que se afasta de padrões pré-estabelecidos, “rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de excluir” (p. 706).

A noção “*la nova mestiza*” inclui a visibilização das contradições e ambiguidades. Trata-se de uma nova consciência e não uma mera junção de partes, ou um equilíbrio perfeito de forças opostas. Essa nova consciência reforça a ideia de copresença e rompe com a lógica de um único paradigma homogeneizante sempre em oposição a um anterior. Nesse sentido, desmonta a ideia de dualidade e binarismo existente no pensamento sobre o indivíduo e na consciência coletiva, imposto pela modernidade colonial, peculiar ao eurocentrismo (QUIJANO, 2005), a qual constrói um discurso e mecanismos sociais de dominação que definem a inferioridade ao criar a diferença a ser marginalizada e, portanto, eliminada.

Ressaltando o diálogo com Quijano (2005, 2010) e também Arroyo (2015), essa perspectiva binária e dualista ainda é persistente e forte, por derivar de um padrão de poder colonial, capitalista, racista e patriarcal historicamente orquestrado principalmente na América Latina.

Nesse sentido, a categoria juventude, compreendida e analisada no entrelaçamento entre a Sociologia da Juventude e a perspectiva decolonial, possibilita incluir todas as diversidades, diferenças, potencialidades e desigualdades existentes, ao mesmo tempo. Tal movimento reflexivo possibilita seguir questionando: sobre o que essa perspectiva decolonial interroga em nossas pesquisas sobre juventudes?

Os diálogos empreendidos até o momento fortalecem a posição teórico-político-metodológica da urgência de uma análise decolonial, que considere a interseccionalidade nas experiências dos/as jovens.

Assim, busco romper com a perspectiva que compreende, por exemplo, que se for jovem e negro, ele vai ter uma condição mais desigual que se for jovem e branco, como um somatório naturalizado de atributos constituídos socialmente, ao invés de olhar para a perspectiva das relações. Isso exige interrogar: o que significa ser jovem negro em uma

sociedade que tem uma formação e estruturação social como a nossa? Ser jovem negro na periferia é o mesmo que ser jovem negro de classe média? Quais são as inter-relações que se dão entre as diferentes opressões?

Nesse sentido, fica evidente que ainda temos um caminho a ser percorrido na busca por continuar a sensibilizar os estudos sobre juventude, para complexificar o debate, a análise e as nossas práticas em relação às múltiplas formas de dominação e discriminação presentes, pautadas em referências hegemônicas colonizadoras. Como as nossas pesquisas podem desvelar as diferentes juventudes existentes, na perspectiva decolonial? Quais conexões e ampliações ainda são necessárias para rompermos com a “bacia das diversidades” e radicalizarmos mais o nosso posicionamento ético-político nas nossas pesquisas?

Como apontaram Pereira e Gonçalves (2016), trata-se de se voltar para as juventudes com o “olhar de dentro”, para o sujeito da existência real, e descolonizar análises ainda existentes que desfocam os sujeitos jovens e suas experiências da sua centralidade, muito embora se proponham a investigar e refletir sobre sua condição social e seus contextos e vulnerabilidades.

Retomando a análise bibliográfica realizada neste trabalho sobre jovens egressos/as de medidas socioeducativas de acautelamento e suas trajetórias de vida, detalhada na seção anterior, vale ressaltar a constatação de que, no universo pesquisado, ainda se faz presente a demanda por pesquisas que aprofundem análises sobre a condição juvenil de jovens egressos/as e/em situação de privação de liberdade partindo do referencial teórico da Sociologia das Juventudes, compreendendo a condição juvenil como uma construção histórica e cultural diversa e plural.

Isso implica contribuir para a superação – já empreendida pela Sociologia da Juventudes ao longo da produção desenvolvida sobre a condição juvenil contemporânea – da miopia colonial presente nas visões, representações, discursos e práticas sociais e educacionais que insistem em subalternizar as juventudes, especialmente aquelas situadas nos grupos socialmente marginalizados, como as juventudes negras, de classe popular, periféricas e ou faveladas, mulheres, LGBTQIA+, em situação de privação de liberdade ou envolvida com práticas consideradas ilícitas. São perspectivas ainda pautadas nas noções compensatórias, reparatórias e punitivas baseadas em um ideal de ressocialização (MARINHO, 2013). E, nesse sentido, suportada pelo referencial decolonial, é possível afirmar que se faz ainda muito presente nos contextos de políticas de socioeducação brasileira uma noção de ressocialização míope,

colonialmente falando, que se distancia dos diálogos com as juventudes concretas, plurais e singulares.

Faz-se necessário nomear os processos colonizadores que insistem em tornar esses e essas jovens os não humanos, visíveis invisíveis, e que subestimam sua capacidade de receberem e elaborarem as ideias produzidas sobre si e sobre o mundo, de saberem-se, enquanto um direito, sujeitos históricos, pensantes, subalternizados, socialmente pensados como sujeitos inferiores, mas também como sujeitos do conhecimento, de produção de culturas e valores (ARROYO, 2011). Segundo Ribeiro (2017), “se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível (p. 41).

De acordo com Walter Dignolo (2003), subalterno ultrapassa a ideia de categoria e pode ser considerado como uma perspectiva. Para o autor, “[...] a atual versão dos estudos subalternos na América Latina está dentro do arcabouço delineado por Darcy Ribeiro, com sua visão da colonização como uma subalternização de povos e culturas” (MIGNOLO, 2003, p. 259). Em diálogo com Spivak (2010), a partir dos estudos subalternos junto com um grupo de intelectuais que se debruçaram acerca do pós-colonialismo³⁵, subalterno está intrinsecamente ligado às camadas mais baixas da sociedade, construídas pelos processos específicos de exclusão econômica, dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos das classes dominantes. A autora enfatiza que o sujeito subalterno é aquele cuja voz não pode ser ouvida, e, por isso, de fato, não pode falar, mas permanece silenciado. Criam-se “os outros estigmatizados”. Para a autora, o “mais claro exemplo disponível de violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro” (SPIVAK, 2010, p. 47).

Trata-se de uma lógica dominante subalterna, que afeta a estruturação de um pensar crítico sobre os sujeitos na sociedade. E no contexto desta pesquisa, é uma lógica que afeta diretamente a constituição de representações sobre os sujeitos pesquisados, uma vez que, como afirma Arroyo (2012), na nossa sociedade, tem-se incorporado uma forma de pensar “os/as Outros/as”, as infâncias, as adolescências, as juventudes, pobres, negros/as, favelas – como é o

³⁵ Segundo Luciana Ballestrin (2013), o termo pós-colonialismo pode ser entendido primeiramente como o tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do séc. XX. Referindo-se, portanto, à ideia de “independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo” (p.90). Trata-se ainda de um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, a partir da dec. de 80. Os principais autores são Albert Memmi (1920 - 2007); Edward Said (1935 – 2003), Spivak (1942), Mignolo (1941), Franz Fanon (1925 - 1961), Aimé Césaire (1913 – 2008). Na dec. de 80, os estudos subalternos tiveram como principais autores a tríade Partha Chatterjee (1952), Dipesh Chakrabarty (1948) e Gayatri Chakrabarty Spivak (1942). (BALLESTRIN, 2013).

caso dos jovens interlocutores e suas famílias de origem – como subalternizados/as diante da civilização, do conhecimento e da cultura.

Nesse âmbito, faz sentido retomar o diálogo com Mbembe (2016), apontado no início deste trabalho. Segundo o autor, o projeto colonial foi um projeto de terror e violência, no qual o colonizado é relegado a uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto. Vistos como “selvagens”, na condição de seres humanos “naturais”, que não têm o caráter específico de humanidade, da realidade humana, portanto, corpos elimináveis, massacráveis, sem que tal atitude esteja relacionada à dimensão da culpa ou contravenção de uma norma.

Segundo o autor, na ocupação colonial contemporânea ou tardia, há uma complexificação na articulação de outros poderes, tanto o disciplinar, quanto o biopolítico e o necropolítico.

O biopolítico, a partir da referência de Foucault (2014), refere-se ao poder e à capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Trata-se do domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle, dividindo as pessoas entre as que devem viver e as que devem morrer. Nessa lógica, o racismo tem racionalidade própria. “[...] mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros” (MBEMBE, 2016, p. 128).

Nesse sentido, o poder necropolítico está ligado às formas contemporâneas, com novas tecnologias de destruição “mais táteis, mas anatômicas e sensoriais” (p. 141), que, baseadas no biopoder, subjugam a vida ao poder da morte e criam formas específicas de terror, com o objetivo de provocar a destruição de determinados grupos sociais. Trata-se de uma política de extermínio capaz de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é, ou seja, estruturas de Estado a partir das quais o “deixar morrer” (FOUCAULT, 2014) torna-se aceitável, através de um discurso que define determinados corpos como ameaça, insegurança, motivos de violência. Assim, exterminar pessoas pertencentes a esses grupos, que são racialmente construídos, pode ser aceito como um mecanismo de segurança.

O autor demarca que o mais importante é olharmos para o modo como o necropoder opera, e, nesse sentido, ele utiliza o conceito de necropolítica e necropoder para explicar as “várias maneiras pelos quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de mundos de morte, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de mortos-vivos” (MBEMBE, 2003, p. 146).

Essa lógica está diretamente ligada ao modo como os jovens desta pesquisa são vistos na nossa sociedade. São aqueles que nos ameaçam, que nos colocam em risco, e por isso devem ser controlados através do estigma, do terror e da morte. Nesse sentido, essa política de extermínio é fruto de estruturas coloniais que continuam operando na nossa sociedade, que aliam relações de classe e de raça, ou melhor, de racismo estrutural (NILMA; LABORNE, 2018; ALMEIDA, 2019), pois são os/as jovens negros/as, especialmente os/as pobres, que são submetidos/as a essa política de terror e extermínio, ou seja, submetidos/as à necropolítica.

Desse modo, considero fundamental desenvolver o “olhar de dentro”, provocado por Gonçalves e Pereira (2016), descolonizador e interseccional para alcançarmos outras representações sobre os sujeitos jovens que vivenciaram a experiência da privação de liberdade e são egressos da MSE de semiliberdade, a partir das próprias formulações e reinvenções dos sujeitos concretos em seus diferentes contextos, realidades e situações juvenis.

Nesta pesquisa, foi imprescindível utilizar todos os sentidos e conceitos analíticos que nos possibilitaram compreender os jovens e suas trajetórias na perspectiva da diversidade, da diferença, articulada à perspectiva decolonial, antirracista e interseccional que olha para as heterarquias de opressão de gênero, classe, raça, territórios, sexualidade, religião, culturas e subjetividades a partir das intersecções constituídas nas experiências concretas dos jovens.

3.3 Juventudes e medidas socioeducativas: a condição ambígua de ser jovem em contexto de privação de liberdade

Considero pertinente uma breve discussão sobre a temática das medidas socioeducativas, tendo em vista que esta pesquisa foi realizada com jovens egressos da medida socioeducativa de semiliberdade. Parto do pressuposto de que considerar e incorporar esse contexto vivido e os sentidos dessa experiência na vida dos jovens potencializa a tessitura sobre a trama das experiências sociais e trajetórias de vida, que são o foco desta investigação.

As MSEs são regulamentadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990) (BRASIL, 1990) – e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (Lei 12.594/2012) (BRASIL, 2012). Segundo o ECA, art. 112, são medidas socioeducativas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das previstas³⁶ no art. 110, I a VI (BRASIL, 1990). A medida socioeducativa vivenciada pelos jovens desta pesquisa foi a de semiliberdade, na qual o jovem-adolescente tem

³⁶ As medidas previstas no art. 110 são as medidas de proteção. Cf. art. 98 no ECA (BRASIL, 1990).

sua liberdade restrita e deve pernoitar e/ou seguir determinada rotina em instituições especializadas, chamadas de Unidades ou Casas de Semiliberdade.

Segundo Nilda Stecanela (2012), a designação de medidas socioeducativas em substituição de penas pretende respeitar as “definições constitucionais de condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e atribuir à punição um caráter predominantemente educativo” (STECANELA, 2012, p. 49). Supostamente, compreende-se que, nesse momento da vida, a proteção especial poderá reverter mais facilmente comportamentos definidos como crime ou contravenção penal, do que na fase adulta.

O combate à violência e à criminalidade entre a população jovem deveria ter como foco “a promoção dos direitos fundamentais como o direito à vida, e os direitos sociais preconizados na Constituição de 1988 e no ECA, de educação, profissionalização, saúde, esporte, cultura, lazer e viver em família” (SILVA; OLIVEIRA, 2015, p. 12). No entanto, o cenário de vulnerabilidade social vivido pelos jovens, especialmente os que passam pela experiência do sistema de atendimento socioeducativo no Brasil, é marcado por uma situação de desproteção social, cada vez mais secundarizada no debate público, especialmente na atual conjuntura política que deflagra a desconstrução do Estado de Direitos e a retomada do Estado de Exceção³⁷.

O ECA (BRASIL, 1990) contempla, em seu escopo 54, artigos relacionados ao ato infracional, que regulamentam o caráter ressocializador e socioeducativo das medidas destinadas aos jovens em situação de infração. Entretanto, diferentes estudos, como a pesquisa realizada por Stecanela (2012), apontam para representações sociais direcionadas a esse grupo que pouco se distanciam do sistema prisional regular. “Ser privado de liberdade é muito mais um castigo para reparar um erro, do que uma possibilidade de ressocialização” (STECANELLA, 2012, p. 78). O estigma (Erving GOFFMAN, 1980) é de jovens presidiários/as e criminosos/as, remetendo a um atendimento de natureza punitiva, de modo que o caráter socioeducativo parece ficar submerso nas representações sociais, que se aproximam muito mais do processo de identificação do/a jovem com o preso/a e o infrator/a do que como sujeito de direitos.

Esses/as jovens, em sua maioria pobres, vivendo em famílias com renda per capita de até dois salários-mínimos, moradores/as de periferias, negros/as, em defasagem escolar e com

³⁷ Refiro ao desmonte de políticas públicas operado durante o (des)governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que apoiou e estimulou retrocessos em relação à garantia de direitos sociais básicos, bem como à criação de “pacotes anticrimes” (Lei nº 13.964/2019); retomada da proposta de redução da maioria penal; o aumento da letalidade policial, do encarceramento em massa, para mencionar alguns exemplos.

precária e/ou inexistente experiência laboral (ALMEIDA, 2017), excluídos/as de uma participação social plena, “expressam a realidade de uma juventude que se sente frustrada, sem perspectiva de futuro, conflitada e em busca de visibilidade” (STECANELA, 2012, p. 55). Esses sujeitos são inseridos em um perfil de exclusão que insiste em invisibilizá-los e desumanizá-los.

Desse modo, e em contrapartida, não cabe no contexto desta pesquisa entender as medidas socioeducativas e as experiências dos jovens fora do paradigma do jovem como sujeito de direitos em diálogo com os estudos contemporâneos da Sociologia da Juventude, como mencionado. Isso significa construir uma retomada histórica, na qual esse paradigma foi constituído, e o fortalecimento político-teórico da perspectiva de proteção integral e da ética universal do ser humano, em consonância com Freire (1996). É um conceito trabalhado por Paulo Freire no seu livro intitulado “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa”, no qual considera que a ética universal do ser humano é aquela que condena a exploração do trabalho, a ética do mercado, o falseamento da verdade, a aniquilação do sonho e da utopia. “A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, gênero e classe” (FREIRE, 1996, p. 16).

Os anos 90 do século passado foram marcados por acontecimentos históricos muito importantes para a mudança de paradigma da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, principalmente devido à promulgação da Constituição de 1988, que significou a revogação do regime totalitário estabelecido no país durante a ditadura militar (1964 – 1985) e proclamou os direitos do cidadão, incluindo os direitos da criança, do/a adolescente e do/a jovem, acrescentados posteriormente por meio da emenda constitucional (PEC) nº 65 de 2010 (art. 227) (BRASIL, 2010)³⁸. Além disso, vale lembrar que a Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas de 1959 foi transformada em Convenção Internacional em 1989, a qual teve o Brasil como signatário. O novo paradigma acompanhou a evolução da concepção de direitos humanos do século XX, que foi nomeado por Norberto Bobbio (1992) como “Era dos direitos”. Contudo, considerando o atual cenário de retrocessos, especialmente, em relação à efetivação dos direitos humanos e às políticas sociais, realizei uma investigação que corrobora com o questionamento sobre a transgressão da ética universal do

³⁸ “Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 2010).

ser humano e sobre as formas brutais de opressão ocorrida nos dias de hoje, que nos impele a perguntar: direitos humanos para que humanos?

Nessa perspectiva, Freire (2005) nos interpela para o rompimento da dicotomia humano e não humano. Para ele, todo processo histórico de humanização é acompanhado por brutais dinâmicas de desumanização. De acordo com Arroyo (2019), a perspectiva freiriana possibilita compreender que a desumanização é uma realidade histórica, que produz estruturas de sujeitos também históricos. Trata-se de estruturas materiais de classe, raça e gênero para as quais, no âmbito desta pesquisa, buscamos olhar com a ótica da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; AKOTIRENE, 2019). Apontando para uma perspectiva descolonizadora, Freire (2005) enfatizou o mito da inferioridade, desde a chegada dos colonizadores no Brasil, que colocou e coloca povos indígenas, negros, pobres, trabalhadores e outros como seres em estado de natureza, por isso não humano.

E, nesse sentido, é possível afirmar que a ocultação da produção histórica da desumanização responsabiliza os próprios grupos sociais, étnicos, raciais e, acrescento, geracionais, por sua condição de oprimidos, desumanizados. Assim, esses sujeitos são desumanizados e estigmatizados “até como adolescentes em conflito com a lei” (ARROYO, 2019, p.11), uma vez que é a estrutura excludente, opressora e colonizadora que está em conflito com os/as jovens.

Esses/as são vistos como “outros” e, por isso, segregados. Corpos que podem ser descartados, vidas que podem ser ameaçadas, em detrimento daqueles corpos que podem ser humanos. Por que tantos jovens, majoritariamente negros/as, estão privados/as de liberdade ou já passaram por MSE de restrição/privação? Por que os/as mesmos/as jovens são os/as que mais morrem no Brasil? Porque não humanos, e, por isso, extermináveis. Até quando será necessário reverberarmos em nossas pesquisas na área da Educação esse paradigma excludente e colonizador de humano? Até quando esse mesmo paradigma sustentará a inter-relação, aqui proposta, entre juventude, medidas socioeducativas e Educação?

Nesse sentido, importa questionar: em que medida a experiência de privação está também inserida na lógica de relação de poder a partir da noção do extermínio e do não ser? Em que medida essa experiência alimenta a condição de subalternidade desses/as jovens?

A MSE é uma medida de proteção, que visa proteger os corpos, as vidas, mas, ao mesmo tempo, ela opera dentro de um arcabouço jurídico racializado e estruturado em uma necropolítica. Esses/as jovens têm que negociar o tempo todo a sua aceitação em uma sociedade

estruturada racialmente, que dita quais corpos podem viver e quais corpos são passíveis de morrer (MBEMBE, 2003).

Segundo Sandra Costa e Eunice Nonato (2018), após a experiência de privação de liberdade, os/as jovens refletem sobre os atos cometidos e se referem ao tempo do acautelamento como um tempo perdido, durante o qual a juventude também foi perdida. As autoras apontam o seguinte diálogo com Stecanela (2010): “perder a juventude carrega consigo representações da morte do tempo, como se o tempo da vida lá fora fosse volátil, e o tempo da vida dentro da instituição se aproximasse de uma quase ausência de memória na perspectiva de uma não vida” (p. 184). Nesse sentido, para alguns/algumas jovens, o tempo da privação se constitui como um intervalo, um tempo em suspenso na vida, que não pode ser retomado ao viver em liberdade. Isso mostra que a dimensão temporal na relação com a experiência de privação, mesmo em liberdade, continua sendo uma potente dimensão para ser considerada.

Os/as jovens continuam sendo os/as mesmos/as jovens quando são desligados/as do sistema socioeducativo? Quem são esses/as jovens após vivenciarem essa experiência? Como se constroem as relações desses/as jovens com o mundo, a sua experiência social, após a experiência da medida socioeducativa? Quais são os desafios enfrentados por eles/as?

3.3.1 Juventude, privação de liberdade e condição de egresso: apontamentos de produções já existentes

Sobre o tema “adolescentes em processo de exclusão social”, a obra *O Estado da Arte sobre Juventude na Pós-Graduação Brasileira* (SPOSITO, 2009) conclui que o maior interesse das pesquisas do período 1999-2006, nas áreas de Educação, Serviço Social e Ciências Sociais, foram os estudos sobre os/as adolescentes em conflito com a lei, principalmente a problemática das medidas socioeducativas (SPOSITO, 2009). No entanto, aponta também que discutem muito pouco a especificidade da condição juvenil. Esses estudos, no que se refere à área da Educação, se agrupam em três assuntos: as trajetórias, representações e percepções dos/as adolescentes sobre os delitos e as medidas socioeducativas; a experiência dos/as adolescentes nas medidas socioeducativas e a relação entre os/as adolescentes em conflito com a lei e escola.

As principais conclusões a que esses estudos chegam se voltam para a denúncia da ineficácia da medida de internação em relação ao abandono da prática infracional e à possibilidade de reinserção social, como experiência que reforça a exclusão social, sobrepondo o caráter punitivo em relação ao educativo. Parte significativa das pesquisas concluiu sobre a existência de uma debilidade do Estado em cumprir a garantia efetiva do direito à educação e

à proteção integral, apresentando também as diferentes e precárias trajetórias escolares vividas pelos/as jovens em conflito com a lei e suas complexas relações com a escola e seus conteúdos.

Essa análise identificou também um estudo com conclusão contrastante, ao defender um caráter positivo para as medidas socioeducativas de privação de liberdade, pois, apesar de caracterizá-las como limitadas, aponta a sua influência positiva na reinserção social dos/as jovens internos/as. Além disso, alguns estudos enfatizaram os aspectos positivos das atividades corporais e/ou artístico-culturais vivenciadas pelos/as jovens na medida socioeducativa para o processo de ressocialização.

Durante a pesquisa de mestrado entre 2015 e 2017, realizei um levantamento de literatura registrada entre 2007 e 2014 utilizando como principais fontes de busca a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD; o portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e o da Scientific Electronic Library Online – Scielo. Daquele levantamento, selecionei 12 trabalhos relevantes para o contexto desta pesquisa, sendo 2 teses, 8 dissertações e 2 artigos³⁹.

A análise sobre esses trabalhos permitiu concluir que duas das problemáticas mais pesquisadas permanecem em relação à pesquisa do estado da arte, realizada entre 1999 e 2006 (SPOSITO, 2009). Destacam-se as pesquisas que buscam compreender as percepções, representações e subjetivações dos/as jovens sobre a experiência da medida socioeducativa de privação de liberdade. A relação entre jovens em conflito com a lei e a escola é a outra problemática que mais aparece entre os trabalhos analisados. Outro tema também presente trata de questões referentes aos diferentes agentes envolvidos na implementação da medida de semiliberdade e as percepções sobre as suas experiências nas medidas de privação de liberdade.

As principais conclusões apresentadas por esse conjunto de trabalhos reforçam a fragilidade das medidas em garantir processos de socioeducação e reconstrução de vínculos familiares dos/as jovens em conflito com a lei, nas quais as práticas punitivas e segregadoras prevalecem sobre a socializadora. Apesar de um deles apontar um possível avanço no atendimento das medidas socioeducativas, conclui-se que ainda há uma luta emergencial pela

³⁹ Os trabalhos estão citados nas Referências Bibliográficas como Teses, Dissertações e Artigos analisados entre 2007 e 2014. Essa foi ainda uma pesquisa exploratória para a construção desta investigação, na qual utilizei os seguintes descritores: juventude e medidas socioeducativas; juventude e semiliberdade; adolescentes e medidas socioeducativas; adolescentes e semiliberdade; adolescentes em conflito com a lei; medidas socioeducativas. Os 12 trabalhos selecionados seguiram o critério de recorrência dos descritores no título e, especialmente no Banco de Teses e Dissertações, o critério foi a maior porcentagem de vezes que os descritores apareceram ao longo de todo o trabalho. Durante a pesquisa, dá-se continuidade ao processo de revisão de literatura, buscando aprofundá-lo, trazendo outros descritores que emergiram a partir dessas obras e se desdobraram em outras referências.

efetivação da qualidade nessa ação judicial e pelo reconhecimento dos adolescentes como sujeitos de direitos (PRADO, 2012). As pesquisas reforçam também a precariedade e não efetivação do direito à Educação, confirmando tensões entre Educação e segurança e jovens e escola. Em geral, indicam que os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas vêm de um quadro de grave exclusão social e que há uma ausência de políticas públicas para jovens em conflito com a lei, reafirmando o caráter punitivo das medidas em detrimento do seu caráter educativo.

No intuito de continuar o trabalho de revisão de literatura, com foco na temática dos/as jovens egressos/as da MSE e suas trajetórias de vida, busquei construir um novo levantamento bibliográfico, também a partir do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Portal de Periódicos da Capes, além das Bibliotecas de universidades, utilizando os catálogos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de São Paulo (USP). Para tanto, apliquei seis combinações de descritores no processo de busca: jovem, medida socioeducativa, egresso; juventude, medida socioeducativa, egresso; jovem, privação de liberdade, egresso; jovem, semiliberdade, egresso; adolescente, semiliberdade, egresso; adolescente, medida socioeducativa, egresso. Foi possível reunir um conjunto de 28 pesquisas, sendo 5 teses e 23 dissertações.

Foram escolhidas as teses e dissertações que tinham como sujeitos e interlocutores de pesquisa jovens egressos/as de medida socioeducativa, além da própria combinação dos descritores, que afinou a busca para problemáticas que entrecruzavam as categorias juventude, medida socioeducativa e/ou privação de liberdade e condição de egresso. Optei por trabalhar com um recorte temporal mais amplo, abrangendo pesquisas de 2005 a 2022. A análise inicial desse conjunto de trabalhos permitiu apontar alguns elementos que contribuem na delimitação do problema de pesquisa aqui apresentado, evidenciando aspectos que corroboram para as questões levantadas e reforçam algumas lacunas na produção acadêmica acerca dessa temática.

As produções reunidas são de diferentes áreas do conhecimento dentro das Ciências Humanas. Das 28 pesquisas, 9 são da área da Psicologia, 6 das Ciências Sociais, 5 do Serviço Social, 3 do Direito, 2 da área da Educação, outros 2 das Políticas Públicas e 1 pesquisa na área da Linguagem, especificamente Letras e Artes. Há uma concentração maior, portanto, na área da Psicologia, em sua maioria estudos referenciados pelo campo de estudos da Psicologia Social. Chama a atenção o fato de que foram poucas as pesquisas na área da Educação, uma

vez que as ações socioeducativas absorvem um grande número de profissionais desse campo, o que logicamente tenderia a fomentar estudos sobre o tema.

Foram identificadas cinco temáticas principais: a) análises sobre as repercussões das ações e programas de atendimento aos egressos de MSE na vida dos/as jovens egressos/as; b) sentidos do ato infracional atribuídos pelos/as jovens egressos/as; c) sentidos da experiência da MSE atribuídos pelos/as jovens egressos/as; d) experiências juvenis e suas trajetórias após desligamento da MSE e e) projeto de vida de jovens egressos/as.

É importante explicitar que apenas um trabalho se voltou para as jovens mulheres egressas, enquanto todos os demais 27 trabalhos estavam voltados para os jovens egressos do sexo masculino. Isso parece ser a expressão do fato de que os jovens envolvidos em atos infracionais são majoritariamente do sexo masculino, enquanto apenas 4% (1.090) são jovens meninas, do sexo feminino (BRASIL, 2018).

No entanto, a pesquisa que empreende interlocução com as jovens egressas problematiza que os dados sobre jovens meninas são ainda muito imprecisos e deficitários no sistema socioeducativo brasileiro, demarcando a sua invisibilização e a necessidade de investigações que apontem aspectos sobre a realidade das jovens nas políticas de socioeducação, tendo em vista a precariedade e deficiência na aplicação das medidas para essa população (MACHADO, 2020). Cabe ressaltar que, embora haja uma disparidade muito significativa entre jovens do sexo masculino e jovens do sexo feminino, há uma indicação de crescimento de jovens mulheres acauteladas em medidas socioeducativas. O Levantamento Anual do Sinase indicou que o quantitativo de meninas cumprindo medidas socioeducativas de restrição ou privação de liberdade cresceu cerca de 270% nos últimos 6 anos. Ou seja, de 404 jovens em 2010 foi para 1.090 em 2016, enquanto a população masculina cresceu 140%, indo de 18.107 em 2010, para 25.360 (BRASIL, 2018).

Esses dados por si indicam a demanda por análises que enfoquem a intersecção entre juventude e gênero nesse contexto. Não obstante, no conjunto de pesquisas analisadas neste estudo, a questão de gênero e juventudes em situação de privação ou egressas das medidas socioeducativas se colocou mais tangencialmente nas investigações. Isso é, apareceu mais na descrição das características do perfil das juventudes que compõem o contexto da população jovem a quem se atribui o ato infracional e é acautelada. No entanto, é um elemento de pesquisa que evidencia uma questão de gênero, tendo em vista que se trata de uma temática que ainda subdimensiona as especificidades da mulher. Além disso, explicita a noção de que os espaços

de acautelamento também são generificados. Isso é, são considerados “lugar de homem”. E as jovens mulheres que ocupam tal espaço são invisibilizadas até mesmo pela academia.

Sendo assim, dos 28 trabalhos que compõem esse breve levantamento de literatura, 12 deles (Evangelista OLIVEIRA, 2008; Giovana FOPPA, 2011; Lino ALMEIDA, 2014; Maria SANTIAGO, 2014; Érica COSTA, 2015; Augusto VASCONCELOS, 2017; Marília CERQUEIRA, 2018; Danuta MARTINS, 2018; Stephanie BASTOS, 2019; Beatriz SILVA, 2019; Tito MONTEIRO, 2020; Cibele SILVA, 2021) voltaram suas análises para a implementação, execução e repercussão das ações e programas de atendimento ao egresso do sistema socioeducativo, buscando compreender a sua materialização e capacidade de intervir na “reinserção” social dos jovens. Em outros dois trabalhos (Taysa VIEIRA, 2013 e Karin CANEPARO, 2015), a temática estava relacionada aos sentidos atribuídos pelos jovens ao ato infracional na sua história de vida, bem como a questão do envolvimento em práticas ilícitas, através da participação em organizações consideradas criminosas, e as possibilidades de prevenção da infração cometida pelos jovens adolescentes.

A temática dos sentidos da experiência da MSE atribuídos pelos jovens egressos estava presente em três trabalhos pesquisados (Rosangela GONÇALVES, 2006; Lívia BRUM, 2012; Maria NERY, 2015). Dois desses trabalhos abordaram as possibilidades oferecidas pelas experiências de privação de liberdade para a construção de outros projetos de vida pelos jovens que permitissem o acesso a direitos como cidadãos após o desligamento da medida socioeducativa.

Os principais resultados desses trabalhos apontam também avanços legais sinalizados pelo ECA (1990) e pelo Sinase (2012), evidenciando os aspectos que se referem ao atendimento e acompanhamento aos jovens egressos. No entanto, os estudos reforçam a dimensão da fragilidade da materialização desse atendimento, especialmente no âmbito da intersetorialidade e da necessidade de estabelecimento de uma articulação interdisciplinar com a rede social de proteção e garantia de direitos.

Um dos estudos aponta principalmente o contexto de precariedade no atendimento da saúde e da rede comunitária, como elementos que dificultam a efetivação de um programa de atendimento ao jovem egresso (FOPPA, 2011). Ainda sobre esse aspecto, outra pesquisa identificou que os programas de acompanhamento aos/às jovens egressos/as, principalmente de medidas socioeducativas de privação de liberdade, necessitam de maiores investimentos (SILVA, 2021). Esse é um fator determinante para avançar na garantia de acesso e permanência

da oferta por meio de um serviço contínuo na política de socioeducação de acompanhamento ao/à egresso/a.

Outros dois trabalhos abordaram mais enfaticamente a crítica à reprodução da lógica de punição na execução das medidas socioeducativas previstas no ECA (Lei nº 8069/90) e na Lei do Sinase (Lei nº 12.594/2012). Os estudos revelam que a execução da política de socioeducação representa uma reprodução das tradicionais formas autoritárias de repressão, contrárias aos postulados dos Direitos Humanos e da Constituição Federal de 1988, com uma nova roupagem.

Trata-se de um fenômeno social historicamente abordado com descaso e baseado na crença unilateral de que quanto mais severa a punição, mais efetiva, gerando assim a manutenção de processos de exclusão e até de extermínio (MONTEIRO, 2020). Além disso, o estudo de Beatriz Silva (2019) ressalta que a barreira para outros processos de inserção e mobilização social de jovens atendidos na política da socioeducação se consolida também na representação socio-historicamente construída do adolescente egresso como um problema e ou ameaça social.

Por outro lado, duas pesquisas apontaram como resultado positivo a dimensão pedagógica do atendimento socioeducativo. Um primeiro aspecto foi a percepção de que, quando o atendimento e o acompanhamento socioeducativo se estabelecem a partir de uma relação pedagógica mediada por outros meios que não os punitivos, contribuem para construir um novo olhar sobre os socioeducandos e deles sobre si mesmos (SANTIAGO, 2014). O segundo aspecto foi apontado pela pesquisa de Bastos (2019) ao constatar que a experiência em um programa de acompanhamento de egressos contribuiu na mudança da realidade social de jovens egressos no sentido de concorrer positivamente para a não reincidência em situações que poderiam levá-los para outras experiências de cumprimento de medida socioeducativa.

Esse primeiro conjunto de trabalhos aponta de modo relevante que um número significativo das investigações sobre jovem egresso do sistema socioeducativo, aqui apontadas, têm como enfoque o olhar mais voltado para o sistema e sua capacidade de “reinserção”. E, desse modo, revelam a perspectiva do controle social, da punição e da abordagem compensatória presentes nas ações desenvolvidas na MSE, pouco se voltando o olhar para os sujeitos jovens, seus pertencimentos sociais e suas trajetórias de vida.

Algumas pesquisas direcionam suas análises para a dimensão do ato infracional, trazendo-o como aspecto central, e apontam a fragilidade e o risco que os jovens enfrentam no retorno à liberdade, no sentido de viverem sempre em situação de dívida com os grupos aos

quais eram vinculados antes do cumprimento da MSE. Esse aspecto se apresentou mais fortemente entre os grupos de jovens homens, permitindo ressaltar a dimensão da masculinidade hegemônica que é valorizada, muitas vezes almejada e reproduzida nos grupos juvenis ligados às dinâmicas de práticas ilícitas. Nesse sentido, é pertinente colocar em questão: as investigações e análises voltadas para a centralidade da infração ou das ações do sistema socioeducativo nos ajudam a desvelar o fenômeno da privação, repressão e extermínio de jovens no Brasil, especificamente, jovens homens, negros e pobres?

Seguindo essa análise, outros 11 trabalhos, sendo 3 teses (Patrícia BORBA 2012; Andréa PANDOVANI, 2017 e Rejanne MACHADO, 2018) e 8 dissertações (Heloisa BRANDEMARTI. 2009; Toledo SOUZA, 2010; Marcela ANDRADE 2012; Fernanda MARINHO, 2013; Anihelen PRADO, 2014; Fabíola VIEIRA, 2017; Clara CAVALCANTE, 2020 e Polliana MACHADO, 2020) tiveram suas problemáticas focadas nos/as jovens egressos/as e nas suas trajetórias de vida.

Foi possível observar que os recortes do objeto de pesquisa se diversificam. Algumas pesquisas enfocaram as trajetórias de vida no sentido de compreenderem os desafios enfrentados pelos/as jovens no seu retorno à liberdade, as suas relações com acesso ou não às políticas sociais, as limitações e desafios frente ao processo de desinstitucionalização, a relação entre espacialidade, vivências e sentidos na realidade dos/as jovens, os processos de desenvolvimento humano e resiliência dos/as jovens na fronteira do desligamento e os percursos escolares dos/as jovens egressos/as.

Os principais resultados dessas pesquisas reforçaram mais uma vez a escassez de políticas sociais voltadas ao/à jovem no seu retorno à liberdade. Alguns trabalhos evidenciaram aspectos diversos, tais como: os altos índices de reincidência no ato infracional, a baixa instrumentalização dos/as jovens para o mercado de trabalho, a restrição das redes sociais de apoio, a carência de trabalhos desenvolvidos com os/as jovens egressos, bem como a rotulação e a estigmatização enfrentada por eles/as. Essa estigmatização se estende também na relação com os territórios de moradia, considerados como áreas de risco, vinculados às representações sociais sobre violência e criminalidade.

Dois trabalhos evidenciaram mais fortemente as narrativas dos/as jovens sobre a suas experiências juvenis revelando cenas de violações de direitos, racismo, violência e sujeição criminal (CAVALCANTE, 2020) e trajetórias atravessadas por vivências sociais de opressão de gênero, raça e classe (MACHADO, 2020). Essas pesquisas apontaram que as vivências, principalmente de jovens do sexo masculino, são fortemente marcadas por experiências de

conflito territoriais relacionados às disputas entre as facções e as políticas de segurança pública, que são sustentadas pela lógica de guerra e criação de representações de ameaça – isso é, de imagens de jovens como criminosos/as, perigosos/as, “ameaça social” – além de alimentar expectativas negativas sobre os futuros dos/as jovens.

Nesse sentido, segundo Cavalcante (2002), o fenômeno de mortificação das juventudes às quais se atribui o cometimento de ato infracional não se dá apenas pela exposição exacerbada de extermínio da vida, mas também por meio de uma matriz de poder que simbolicamente produz experiências de silenciamento e abandono institucional que inviabilizam perspectivas mínimas de futuro próspero e longo para as juventudes diretamente envolvidas.

Nesse mesmo grupo de pesquisa, a escola, a igreja e o trabalho ainda aparecem nas análises como espaços de circulação nas trajetórias singulares. Especialmente a igreja foi percebida como espaço de pertencimento significativo, e a escola tanto como lugar de descontinuidade e ruptura, quanto de ação protetiva, o que instiga à reflexão sobre os motivos pelos quais a religiosidade provoca aproximações e a escola cria distanciamentos, o que permite a frágil ou efêmera constituição de vínculo com os/as jovens.

Alguns desses trabalhos apontaram que o enfrentamento das adversidades da vida se dava na maioria das vezes através dos arranjos individuais, demarcando a precariedade de suportes formais/estruturais, incluindo a fragilidade da própria MSE em ser uma referência significativa e concreta na constituição e vivências de outras experiências de vida.

Dentro desse segundo conjunto de trabalhos, apenas uma tese centralizou seu objeto de pesquisa em diálogo com a temática de projeto de vida, ao buscar analisar a efetivação do trabalho realizado por programas de acompanhamento de egressos de medida socioeducativa de internação em relação aos projetos de vida de jovens homens, do sexo masculino (SILVA, 2021). Essa pesquisa apontou que há um reconhecimento dos jovens participantes sobre a relevância da intervenção e auxílio dos programas de acompanhamento de jovens egressos de MSE na construção de seus projetos de vida. No entanto, explicita a precariedade e os desafios nos quais os programas desenvolvem seu trabalho, especialmente em relação a buscar a garantia de acesso e permanência dos jovens nas ações e atividades que são disponibilizadas. Ressalta que a construção de projetos de vida pelos jovens é fortalecida na medida em que essas atividades são ofertadas e vividas pelos jovens. Além disso, aponta que a intervenção dos programas de acompanhamento de egressos nos projetos de vida tende a ser mais efetiva quando é possível realizar uma mediação com as políticas sociais para a construção de novos interesses e proporcionando novas situações sociais de desenvolvimento.

Nesse sentido, as pesquisas nesse segundo conjunto de trabalhos, de um modo mais amplo, corroboram a necessidade de superação do “ideal de ressocialização” em um modelo correcional-repressivo, a partir de processos de acautelamento de jovens em instituições que se assemelham com instituições totais (GOFFMAN, 1980), que apostam em práticas de correção que consideram o ser humano como uma máquina que pode ser formatada, modificada. Para Marinho (2013), faz-se necessário levar em conta os processos grupais e de socialização que envolvem tanto o aprisionamento quanto o retorno ao convívio sociofamiliar, a fim de orientar práticas mais adequadas à população jovem.

Em consonância com Caldas e Onofre (2021), compreendo ser fundamental construir práticas de atendimento e acompanhamento de jovens egressos/as de medidas socioeducativas que reconheçam a complexidade da sua condição juvenil e dialoguem mais pertinentemente com suas realidades. Desse modo, acredito ser possível a construção de processos educativos mais sensíveis e conectados com os processos identitários e socioculturais nos quais os/as jovens se inserem e se constituem como sujeitos e que permitam a atribuição de sentido à experiência por parte das juventudes envolvidas.

Desse modo, fica mais evidenciada a necessidade de pesquisas que se voltem para os/as jovens como sujeitos sociais, de direitos e donos da sua própria história. É necessário compreender suas trajetórias de vida, os modos pelos quais eles/as vão se constituindo como jovens nas suas relações identitárias (dimensão de gênero, sexualidade, raça, religião e outros) e nas relações com o contexto social mais amplo (as estruturas de classe e raça, as instâncias socializadoras como a família, a escola, o trabalho e o território de moradia). Como esses/as jovens se constituem como sujeitos na complexidade das relações desumanas postas por uma sociedade que se mantém excludente e colonizadora?

Outro aspecto é que a análise desse conjunto de pesquisas evidencia que ainda são poucos os trabalhos que utilizam como fundamentação teórica a noção de juventude a partir da perspectiva da Sociologia da Juventude, aprofundando análises sobre a condição juvenil vivida pelos/as jovens egressos/as de medida socioeducativa. Embora perceba-se um avanço nas pesquisas que colocam os/as jovens como centro, reconhecidos/as como sujeitos sociais de direitos, é possível ressaltar a necessidade de ampliar a noção de juventude ou de adolescência para além de categorias naturalizadas, definidas somente pelos marcos legais. Trata-se de uma relevante lacuna no campo de estudos sobre juventudes e medida socioeducativa. Isso implica reconhecermos e indicarmos a importância de pesquisas que ainda podem ser empreendidas e

contribuir para complexificar e ampliar a compreensão sobre o fenômeno das juventudes ligadas às dinâmicas de contravenção.

Nesse sentido, é pertinente ponderar a permanência do apontamento presente no Estado da Arte sobre Juventude na Pós-Graduação Brasileira (1999–2006) (SPOSITO, 2009), em relação à existência de poucas investigações na literatura brasileira sobre juventude com recorte nos/as “jovens presos” e nos/as “adolescentes em conflito com a lei” (SPOSITO, 2009, p 160).

Outro ponto percebido durante o estudo dessas referências foi a pouca produção ainda existente sobre a temática de projetos vida, mencionada como objetivo de pesquisa em apenas uma investigação.

Embora existam pesquisas significativas sobre e com jovens na condição de egressos/as das medidas socioeducativas, a maioria dos trabalhos reunidos destaca que necessitam ser desenvolvidas investigações voltadas para jovens em situação de acautelamento e/ou egressos/as do sistema socioeducativo que centralizem o foco nos próprios sujeitos e que problematizem as singularidades das suas trajetórias de vida.

Essas lacunas se transformaram em possibilidades para esta pesquisa e potencializam a sua relevância científica, uma vez que se busca compreender questões que ainda demandam investigação na literatura brasileira à luz da Sociologia da Juventude em diálogo com a Sociologia da Educação e os estudos sobre os processos de singularização das trajetórias jovens na sociedade contemporânea.

O atual contexto – de retomada da descontinuidade de políticas públicas, precariedade na efetivação do sistema de atendimento socioeducativo e da disseminação de compreensões estereotipadas sobre juventude, além de um evidente retrocesso político, rumo a representações e perspectivas punitiva, correcional-repressiva e conservadora, especialmente em relação a essa parcela da população privada de liberdade e/ou que passou por essa experiência na vida – reforça a pertinência de estudos como este.

3.4 Contextualização da condição juvenil brasileira: pano de fundo de um cenário mais amplo

Antes de nos debruçarmos mais profundamente e especificamente nos elementos emersos a partir da empiria produzida com os jovens interlocutores desta pesquisa, dando o zoom sociológico, conforme aponta Paulo Carrano (2011), que esta investigação pretende e se propõe, buscaremos focalizar no pano de fundo de um cenário mais amplo.

Trata-se de um cenário que, de diferentes formas, sustenta os demais panos e planos de fundo das diversas cenas juvenis que são aqui evidenciadas. Nesse sentido, considero que é

fundamental fazermos constantemente o exercício de ampliar e focalizar o zoom sociológico, para construirmos análises mais contextualizadas e situadas no tempo, no social, na história, na conjuntura política, econômica e cultural, na qual as trajetórias de vidas são construídas. Mas isso não significa que as cenas ficam estáticas e fadadas a uma única configuração. Ao contrário, se apresentam em constante movimento e busca de reconfiguração.

Dito isso, faz-se necessário trazermos para esta reflexão alguns elementos componentes desse cenário mais amplo que dialogam mais diretamente com o objeto de análise.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua do IBGE – PNAD Contínua, de 2021, a população jovem no Brasil, entre 15 e 29, corresponde a 23% da população brasileira, totalizando mais de 47 milhões de pessoas. Nesse mesmo ano (2021), a pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2022”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta um crescimento em relação ao ano de 2019 de jovens que não estudavam e não estavam ocupados/as no país, sendo um percentual de 25,8%. Ou seja, um quarto dos/as jovens brasileiros/as (12,7 milhões de jovens) estava nessas condições. O estudo aponta que os primeiros anos de pandemia da COVID-19, 2020 e 2021, tiveram forte impacto negativo no acesso ao mercado de trabalho pela população jovem, o que “pode ter provocado uma transição da escola para o trabalho ainda mais marcada por desigualdades sociais” (BRASIL, 2021, p. 36)

Esse percentual se agrava quando a pesquisa considera os indicadores de gênero e de raça: as mulheres negras (pretas ou pardas) representavam 5,3 milhões dos jovens fora da escola e sem ocupação (41,9%), enquanto as brancas formavam menos da metade desse montante, isto é, 2,6 milhões (20,5%). Os homens negros (pretos ou pardos) nessa situação totalizavam 3,0 milhões (24,3%), e os brancos, 1,6 milhões (12,5%). Esses dados reforçam a manutenção de uma discrepância entre jovens negros/as e brancos/as e jovens mulheres, principalmente mulheres negras, e jovens homens nos processos de desigualdade sociais no Brasil. Isso demarca fortemente a dimensão do racismo estrutural existente no país, articulado com categorias de opressão de gênero, classe e geração.

A pesquisa também evidencia que a população juvenil de 18 a 24 anos de idade é o agrupamento que mais tem pessoas que abandonaram a trajetória escolar e estão desocupadas, apresentando um percentual de 31,1% dos/as jovens em 2021.

Estamos nos referindo a um grupo populacional que vivencia a condição juvenil e a condição de pobreza. São jovens que se enquadram em um perfil de exclusão, cuja maioria é

de negros/as e pobres, vivendo em famílias com renda *per capita* inferior ou com até dois salários-mínimos (Enid SILVA; Raissa OLIVEIRA, 2012). Nesse âmbito, é possível afirmar que, dentro do quadro global de desigualdades sociais, as juventudes são apresentadas como um grupo vulnerável e demandante de políticas públicas comprometidas com a garantia de direitos sociais que foram sonegados historicamente em larga escala no Brasil (DAYRELL; CARRANO, 2003).

Além disso, a experiência juvenil no Brasil, muitas vezes, é fortemente marcada pela violência. Apesar de buscarmos, nesta análise, superar a associação direta estabelecida historicamente entre violência, pobreza e desigualdade social, compreendemos que para isso é preciso radicalizar o posicionamento político, pedagógico e analítico e denunciarmos os altos índices de pobreza e mortalidade que atingem os/as jovens, principalmente jovens negros e negras (Angelina PERALVA, 2000). Nesse sentido, o cenário das violências, aqui abordadas como ausência e/ou violação de direitos, segundo dados estatísticos, atinge mais intensamente alguns grupos específicos, como os jovens, negros, do sexo masculino (Nilma GOMES; Ana LABORNE, 2018).

De acordo com as publicações mais recentes do Atlas da Violência (Daniel CERQUEIRA, 2018; 2019; 2021), a vitimização por homicídio de jovens, sobretudo os homens, é um fenômeno denunciado nas últimas décadas no Brasil ainda sem respostas do ponto de vista das políticas públicas. Uma explicação desse dado está ligada à questão da vulnerabilidade social⁴⁰. As pesquisas referentes ao Mapa da Violência, juntamente com o Atlas da Violência, veem apontando a constatação de que a principal vítima da violência letal no Brasil é a juventude entre 15 e 29 anos, principalmente a juventude negra, do sexo masculino.

De acordo com o Mapa da Violência (Julio WAISELFISZ, 2015), no período entre 1980 e 2013, os homicídios passaram de 0,7% (1.825) para 13,9% (10.522) no total de mortes de crianças e jovens adolescentes de 0 a 19 anos no Brasil. Efetivamente para a faixa etária entre 16 e 17 anos, o crescimento dos homicídios no mesmo período foi de 496,4%, praticamente sextuplicou, tendo em vista que passou de 9,1 (1980) para 54,1 (2013) em 100 mil jovens. Tivemos “cerca de 10,3 adolescentes mortos a cada dia de 2013” (p. 24). O Mapa da Violência, publicado no ano de 2016, mostrou os números alarmantes em relação aos homicídios ocorridos

⁴⁰ Compreende-se vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que proveem do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLI, 2001).

por armas de fogo no país. Segundo o estudo, “95% da utilização letal das armas de fogo no Brasil tem como finalidade o extermínio intencional do próximo” (p. 55). Desse percentual, a população jovem (15 a 29 anos) mais uma vez é a principal vítima, chegando a uma marca de crescimento de 699,5%, entre 1980 e 2014 (WAISELFISZ, 2016).

Considerando a ocorrência de uma sequência histórica de agravamento desse fenômeno, em 2017 foram mortos um total de 35.783 jovens de 15 a 29 anos, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens, recorde nos últimos 10 anos. É alarmante o crescimento da disparidade entre as taxas de homicídios da população negra (pessoas autodeclaradas pretas e pardas) em relação à população branca. Em 2017, 75,5% das vítimas foram indivíduos negros/as, sendo que a taxa de vítimas de homicídio por 100 mil negros/as cresceu 43,1, enquanto a taxa de não negros (brancos, indígenas e amarelos) foi de 16,0 (CERQUEIRA, 2019). Nesse sentido, reverberamos questões que não podem ser silenciadas, tais como: até quando a juventude negra vai continuar sendo o alvo neste país? Até que ponto cultivará a disseminação do racismo em forma de eliminação de jovens negros? Até quando produziremos a desumanização das pessoas negras, especialmente as juventudes negras deste país?

Com base nesses dados, o Atlas da Violência de 2019 aponta mais uma vez para a urgência dessa realidade denominada por “juventude perdida” (CERQUEIRA, 2019). Essa denominação reverbera literalmente o sentido de perda, eliminação e extermínio das juventudes brasileiras pobres, pretas e pardas. Ao mesmo tempo em que reverbera também uma indignação em relação à visão formatadora, discriminatória e colonizadora, que criminaliza e autoriza uma parcela da população a ser eliminada, pois não se enquadra aos preceitos considerados dignos de uma determinada condição humana (Miguel ARROYO, 2012). São os não humanos, os outros invisíveis, destinados a viverem e repercutirem constantes ciclos de marginalização.

[...] são os mesmos vistos como incômodo nas cidades, nas ruas, nas manifestações culturais, até nas famílias. São adolescentes e jovens objeto de reportagens negativas na mídia e das ocorrências policiais. [...]. São *outros* porque sem futuro, sem lugar (ARROYO, 2011, p. 225, grifo meu).

Em 2019, foram um total de “23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país” (CERQUEIRA, 2021, p. 27). Embora se tenha constatado nessa mesma pesquisa uma queda de 24,3% de números absolutos de homicídio de jovens em comparação ao ano de 2018 no Brasil, o estudo adverte para o aumento do índice referente às mortes violentas por causas indeterminadas, o

que pode estar afetando diretamente a verificação dessa queda em 2019⁴¹. Esse elemento reflete o cenário político atual, que fortalece lógicas neoliberais perversas de ocultamento de dados da realidade e, como consequência, de distanciamento e desresponsabilização de garantia de política públicas frente a um cenário de violação de direitos extrema, como o direito à vida de dezenas de milhares de jovens brasileiros/as. Ao contrário, trata-se de uma atuação que alimenta uma lógica de aniquilação e extermínio de determinados grupos sociais, historicamente marcados por uma ação político-econômica e cultural colonizadora, patriarcal, capitalista e racista, que subalterniza e invisibiliza “certas” populações consideradas “problema social” e representadas como “inumanas” (ARROYO, 2019).

As estatísticas nos mostram o que parece ser óbvio: não estamos falando de qualquer grupo juvenil, nem de qualquer jovem. Há uma juventude específica que se tece nesse contexto social marcado por desigualdades de classe, que dizem sobre o lugar de onde vêm esses jovens; por desigualdades de gênero e raça, que dizem sobre os seus pertencimentos socioculturais e identitários; por violações e ausências de direitos básicos, que afetam os seus modos de vida e as suas possibilidades de viver a juventude (ALMEIDA, 2017).

A partir desses dados, é também possível reafirmar que o grupo jovem masculino continua sendo o mais diretamente afetado pelos altos índices de vulnerabilidade social. Faz-se necessário olharmos para esses dados e nos indagarmos: o que eles estão nos dizendo de fato? Que tipo de sociedade esses dados representam e reproduzem? Há um grupo marcado para ser negado, desconsiderado e para viver nesse “não lugar” (Nilma GOMES, 2005). Estamos evidenciando a realidade cruel da maioria dos/as jovens no Brasil, que vive um racismo estrutural, pautado em uma lógica de sociedade marcada pela discriminação racial, privilegiando a população branca e desfavorecendo negros/as e indígenas, principalmente.

De acordo com Silvio de Almeida (2019), é fundamental compreender o racismo para além de questões votadas para o desvio, desarranjo ou anormalidade comportamental de um único indivíduo ou grupo. O autor enfatiza a urgência de aprofundarmos na compreensão do racismo como um conjunto de práticas inconscientes, conscientes e até mesmo institucionalizadas, que se articulam sofisticadamente de modo a normalizar “relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (ALMEIDA, 2019, p. 52).

⁴¹ Outro fator histórico-social relevante no período, que pode também ter influenciado os dados estatísticos existentes, foi a pandemia da Covid-19, que exigiu medidas drásticas de biossegurança incluindo o isolamento social. Embora não tenha sido uma realidade para todas as pessoas, principalmente as pessoas das camadas populares, como é o caso das juventudes em foco e suas famílias. Essas pessoas obtinham poucos recursos e quase nenhuma estrutura de suporte de renda e garantia de empregos e/ ou mesmo condições de moradia que possibilitassem fazerem o isolamento social. Mesmo assim, não podemos desconsiderar essa possibilidade.

Nesse âmbito, focamos em um grupo específico: a população juvenil em situação de conflito com a lei no Brasil. O levantamento realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), referente aos dados do ano de 2016 (BRASIL, 2018), mostrou que a população juvenil em atendimento socioeducativo chegava ao total de 26.450 jovens. Desses, 70% (18.567) encontrava-se em medida de internação, 20% (5.184) em internação provisória e 8% (2.178) em medida de semiliberdade, além de 334 adolescentes jovens em atendimento inicial e 187 em internação sanção⁴². Em relação ao perfil desses jovens, constatou-se que a maior parte – 96% do total – era do sexo masculino, 61,03% foram considerados negros e a maior proporção (57%) estava com faixa etária entre 16 e 17 anos. O levantamento apontou ainda que a maior concentração de jovens em privação de liberdade está na região Sudeste, com 57% (14.952), seguida da seguinte distribuição: Nordeste 20% (5.017), Sul 10% (2.714), Norte 7% (1.901) e Centro-Oeste 6% (1.866). Naquele ano de 2016, o estado de Minas Gerais ocupava o terceiro lugar entre os estados com maior número de jovens em atendimento socioeducativo de privação e restrição de liberdade.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que o debate da redução da maioridade penal, que ganhou mais recentemente destaque na cena pública como pauta prioritária, ainda é uma arena política que precisa ser muito debatida e qualificada no nosso país. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, no ano de 2015, aprovou a admissibilidade da proposta de emenda constitucional (PEC) 171, de 1993, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal de 1988 a respeito da imputabilidade penal do menor de 18 anos, diminuindo de 18 para 16 anos a maioridade penal. Tal pauta continua em tramitação no Congresso Nacional. Essa proposta se coloca na contramão do que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e traz à tona a necessidade de nos debruçarmos em pesquisas e estudos que provoquem a análise crítica sobre um movimento político que retrocede na consolidação dos direitos sociais de jovens adolescentes e que contribuam para a compreensão mais ampla e contextualizada sobre como se constituem juventudes no Brasil.

Corroborando a qualificação do debate e enfrentamento dessa política de redução da maioridade penal, estudos das neurociências têm apontado para a importância de conhecermos mais sobre o processo de desenvolvimento cerebral. Trata-se de um processo que é influenciado por fatores genéticos e ambientais, que leva tempo para ser amadurecido e desenvolvido. Nesse

⁴² É a medida de internação descrita no art. 122, inciso III do ECA (Lei 8069/90), que se refere à aplicação da medida de internação para o caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta judicialmente.

sentido, é preciso levarmos em conta o fato de que o amadurecimento do cérebro só se completa na fase adulta, ou seja, após os 20 anos de idade. De acordo com Fernando Louzada (2018), em diálogo com estudos desenvolvidos por Beth Jo Casey (2008), nos EUA, sobre o desenvolvimento cerebral na adolescência, há conexões neuronais que só são realizadas após esta idade (20 anos), por um processo chamado de mielinização, fundamental para aumentar a velocidade de transmissão do impulso nervoso. No entanto, os seres humanos nascem com apenas parte dos neurônios mielinizados. As áreas pré-frontais do cérebro, responsáveis pelo desenvolvimento de funções executivas, isto é, por tomada de decisões, controle das nossas ações e noção de consequência e futuro, e inibição da impulsividade, só são amadurecidas mais tarde.

Os estudos de Casey; Getz e Galvan (2008) mostraram que o amadurecimento dos sistemas cerebrais é temporalmente desigual, e isso implica em consequências comportamentais, como, por exemplo, maior suscetibilidade de jovens adolescentes a recompensas, ameaças e influências sociais. Constataram que as pessoas adolescentes se expõem muito mais ao risco quando são observadas pelos seus pares, indicando a imaturidade dos sistemas cerebrais envolvidos nessa ação. O estudo apontou ainda que, nessa idade, a capacidade cognitiva, que já está bem desenvolvida de modo geral, é mais sensível à influências emocionais, corroborando para a possibilidade de tomadas de decisões mais arriscadas e impulsivas, especialmente aquelas ligadas à necessidade de autocontrole. Assim, também foi possível relacionar com os significativos índices de atos infracionais cometidos por jovens adolescentes, considerando os altos riscos que tais ações envolvem. Além disso, esses estudos contribuem para acrescentar mais um elemento de análise e argumentação sobre a ineficiência e descontextualização da redução da maioria penal.

Quanto às complexas dinâmicas do tráfico de drogas no nosso país, é necessário considerarmos, em diálogo com Juliana Borges (2018), que a guerra contra o tráfico de drogas se constitui em guerra contra as pessoas na realidade dura das periferias e favelas brasileiras. Essa cena da guerra às drogas é repercutida com o discurso de legitimação da ação genocida do Estado. “Um discurso que, ao longo da história da sociedade brasileira, se materializou de diferentes formas e perspectivas em corpos negros” (BORGES, 2018, p. 23). Concordando com Angela Davis (2009), não podemos acreditar em verdadeira liberdade e democracia enquanto existirem pessoas privadas de direitos e da própria liberdade.

Ainda em relação ao fenômeno das drogas ilícitas no Brasil, vale citar que o 3ª Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, publicado em

parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) em 2017 (Francisco BASTOS, 2017), aponta que os jovens do sexo masculino são os principais usuários de drogas lícitas e ilícitas no Brasil. No ano de 2015, o maior índice de consumo de álcool foi da população jovem, com faixa etária de 18 a 34 anos de idade, além dos altos índices também na faixa etária de 12 a 18 anos. Já para o uso de tabaco, a faixa etária que mais consome se concentrou na população adulta (35 a 44 anos).

O estudo aponta que as substâncias ilícitas mais consumidas no Brasil são a maconha, a cocaína em pó, os solventes⁴³ e as cocaínas fumáveis, respectivamente nessa ordem crescente de consumo. Outro ponto relevante para esta análise é a identificação de que a idade do primeiro uso de alguma substância ilícita durante a vida é de 16 anos em média. Os resultados deste levantamento nacional vão ao encontro das experiências dos jovens participantes desta pesquisa, apontando um reflexo do cenário nacional. É importante evidenciar esse elemento nesta pesquisa, para reforçar o argumento de que a problemática da relação entre jovens e uso de drogas é uma pauta extremamente ampla, que precisa ser encarada como uma questão de exclusão social, violência e violação das pessoas menos favorecidas da nossa sociedade. Essa cena, que também compõe o retrato sociológico dos jovens aqui evidenciados, diz de um cenário de guerra, de violência que é repercutido e perversamente mantido, pois as ações de políticas públicas de segurança e/ou de saúde pública tratam a questão ainda com uma visão muito mais voltada para a criminalização do que para a redução de danos e/ou reparação de violações e negação de direitos historicamente registrados na realidade brasileira.

Todos esses dados significam e retratam contextos vividos por uma parcela específica da população jovem no Brasil, mas também diz respeito a uma política de genocídio instaurada. Em diálogo com o sociólogo camaronês Achile Mbembe (2003), é possível ampliar o olhar sobre as várias formas de manifestação da violência, incluindo toda a experiência de violação de direitos, exclusão, opressão contra os corpos passíveis de morte e/ou de inumanidade, como violências que na contemporaneidade vão se sofisticando e ganhando contornos mais complexos. Essas violências modificam-se, saindo do status de políticas de controle para políticas de extermínio: necropolítica (MBEMBE, 2016). Para Borges (2018), também em conexão com as reflexões de Achile Mbembe, a necropolítica se instaura como:

⁴³ A categoria “solventes” agrega um amplo conjunto de substâncias cuja apresentação habitual ocorre na forma de líquidos (que podem ser macroscopicamente homogêneos, como por exemplo gasolina ou éter, ou emulsões, combinações de líquidos imiscíveis, com mais de uma fase, como em diversos lança-perfumes artesanais), que são voláteis e, assim, de simples e eficiente inalação (BASTOS, 2017).

o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer. É um poder de determinação sobre a vida e a morte ao desprover o status político de sujeitos. A diminuição ao biológico desumaniza e abre espaço para todo o tipo de arbitrariedade e inumanidade. No entanto, para o sociólogo há racionalidade na aparente irracionalidade desse extermínio. Utilizam-se técnicas e desenvolvem-se aparatos meticulosamente planejados para a execução dessa política de desaparecimento e de morte. Ou seja, não há, nessa lógica sistêmica, a intencionalidade de controle de determinados corpos de determinados grupos sociais. O processo de exploração e de ciclo em que se estabelecem as relações neoliberais opera pelo extermínio dos grupos que não têm lugar algum no sistema, uma política que parte da exclusão para o extermínio (BORGES, 2018, p. 23).

Nesse caminho, esta investigação compõe essa problemática mais ampla e faz parte dessa sociedade que se estrutura racialmente e que marca os jovens, especialmente aqui os jovens homens, negros e pobres, como aqueles que podem ou devem ser exterminados.

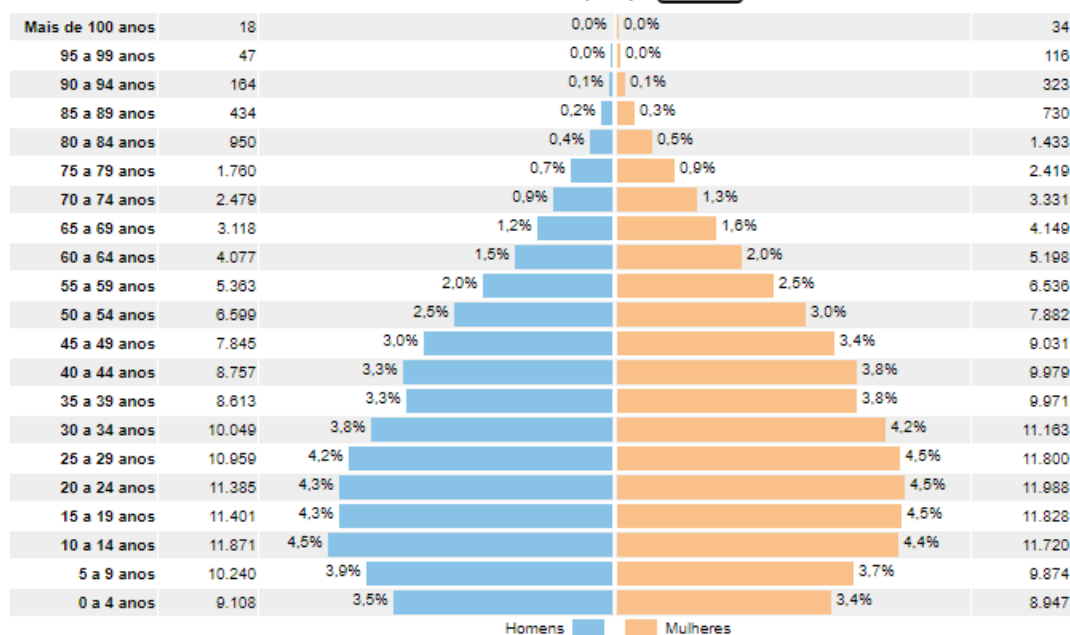
3.4.1 Aspectos do território em foco: juventudes no município de Governador Valadares/MG

Seguindo a caminhada, é importante considerar que a microrregião de Governador Valadares compõe a mesorregião do Vale do Rio Doce, situada no leste de Minas Gerais, ocupando uma área de 2.342,316 km². Sua população atualmente está estimada em 282.164 habitantes, de acordo com o panorama produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2021. No último censo realizado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), era possível quantificar aproximadamente 70.000 jovens entre 15 e 29 anos, cerca de 30% da sua população⁴⁴. A pirâmide etária apontava nitidamente a concentração da população jovem no território de Governador Valadares, como é possível ver no gráfico a seguir.

Gráfico 1– Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Governador Valadares (MG)

⁴⁴ Utilizei esse dado, embora seja mais antigo, devido à ausência de dados mais recentes que detalhem o segmento juvenil da população do município de Governador Valadares .

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade
Governador Valadares (MG) - 2010



Fonte: Pirâmide Etária. Censo Demográfico. IBGE, 2010.

Podemos considerar que esse é um número bastante expressivo, no que tange às demandas de garantia de direitos básicos, bem como à relevância de pesquisas que se voltam para este grupo social na sua concretude e especificidades.

De modo mais geral, o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, publicado em plataforma digital (AtlasBr)⁴⁵, aponta que a renda *per capita* do município era de R\$ R\$ 678,74, em 2010, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,727, o que o posicionava na faixa de alto índice de desenvolvimento humano (IDH entre 0,700 e 0,799). Complementarmente, o Atlas mostrou que, em 2010, o percentual de indivíduos considerados pobres no município (renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 255,00 mensais – ½ salário-mínimo)⁴⁶ era de 29,84% . .

⁴⁵ O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil foi criado pela Fundação João Pinheiro (FJP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), reúne dados a partir de 125 indicadores sociais e econômicos para todos os municípios e estados e regiões metropolitanas brasileiras. Retratam o desenvolvimento humano sustentável e as desigualdades no Brasil, combinando dados de qualidade com formas amigáveis de visualização. Pode ser acessado em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>

⁴⁶ Também optamos em usar esses dados na ausência de localização de dados mais recentes do município de Governador Valadares sobre esses indicadores.

Analisando as informações do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a proporção de pessoas extremamente pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 70,00) inscritas no CadÚnico, após o recebimento do Bolsa Família, passou de 15,65%, em 2014, para 18,53%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 140,00), inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 44,29%, em 2014, e 50,00%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 255,00), também inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 52,89%, em 2014, e 71,01%, em 2017 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2017).

No âmbito do segmento juvenil, o histórico do município é marcado pela exclusão da juventude, com elevados índices de vulnerabilidade juvenil e pelo fenômeno da migração. No que se refere à exclusão juvenil, aponta-se a falta de prioridade e descontinuidade das políticas destinadas à juventude (ALMEIDA, 2010a). Outro aspecto considerado por alguns autores é a sua posição geográfica estratégica, tendo uma ferrovia que liga a área de produção de minérios à capital mineira e a Vitória, no Espírito Santo, e de várias rodovias federais (BR 212 e BR 106) (SIMÃO; AMORIM; GUEDES, 2016). De acordo com esses autores, isso tem contribuído para o município se tornar alvo de uma crescente violência, especialmente entre jovens. “Em 2012, Governador Valadares foi considerada a quinta cidade mais violenta do Brasil entre os jovens de 19 a 24 anos, segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados)” (SIMÃO; AMORIM; GUEDES, 2016).

O Mapa da Violência de 2015 revelou que Governador Valadares ocupava, entre 2011 e 2013, a 41ª posição entre os 100 municípios com mais de 4.000 jovens de 16 e 17 anos de idade com maiores taxas de homicídio. Tal dado reforça a situação de vulnerabilidade juvenil à violência e extermínio da juventude que vêm afetando a cidade, chegando a índices alarmantes desde estudos realizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2009 (BRASIL, 2009) e reforçados em 2014 (BRASIL, 2014).

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-Violência) publicado em 2017, que teve como base os dados do ano de 2015, aponta Governador Valadares entre os 59 municípios, com mais de 100 mil habitantes, com alta e muito alta vulnerabilidade juvenil. Nesse ranking, se considerarmos os municípios com mais de 100 mil habitantes do estado de Minas Gerais, Governador Valadares ocupa a segunda posição, perdendo apenas para o município de Vespasiano, região metropolitana de Belo Horizonte (BRASIL, 2017). Outro dado marcante da vivência da condição juvenil em contexto de vulnerabilidade no município refere-se à pesquisa sobre o Índice de Homicídio na Adolescência (IHA), que analisa a sua evolução entre 2005 e 2014 e mostra um aumento no seu crescimento, especialmente de 2012

a 2014, em Governador Valadares. O estudo chama a atenção para a tendência de aumento da violência letal contra adolescentes (Doriam MELO; Inácio CANO, 2017).

Outro aspecto também muito associado aos jovens do município diz respeito à migração de valadarenses para os Estados Unidos (EUA), como uma característica marcante nas últimas três décadas de história da cidade e um fenômeno presente também no contexto da situação juvenil nessa cidade (SIQUEIRA, 2006; ALVES, 2015).

Sabemos que o uso recorrente da categoria “vulnerabilidade juvenil” precisa ser sempre interrogado, devido ao risco de chegarmos a conclusões generalistas, além de, dependendo da forma como é utilizada, poder fortalecer estigmas sociais sobre as populações de determinados territórios. No entanto, deve-se levar em conta o fato de que os índices comparativos entre as cidades posicionam o município entre aqueles com maiores problemas sociais no que tange à sua juventude. A precariedade, descontinuidade e, muitas vezes, a ausência de políticas específicas de juventude articuladas com ações de intervenção social no campo da educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e trabalho, que dialogam diretamente com as realidades concretas e demandas dessa parcela da população local podem ser consideradas como uma importante hipótese que explicaria tal cenário.

4 TRAJETÓRIAS JUVENIS EM CENAS: COMPOSIÇÃO EM MOVIMENTO

As andanças em busca de responder a questão central proposta – como têm se configurado as trajetórias de vida de jovens egressos da medida socioeducativa de semiliberdade no município de Governador Valadares/MG? – me fizeram seguir rastros e pistas e criar estratégias de reaproximação com os nove jovens interlocutores desta pesquisa. Embora sejamos as mesmas pessoas, nem eu, como pesquisadora, nem os jovens, como interlocutores-sujeitos, somos a mesma e os mesmos. Afinal, estamos falando de vidas que se movem em suas transitoriedades. Vidas em constante movimento, que fazem sentido por sua potência e pelo desafio de serem devir do presente e no futuro, participando de processos, caminhadas, percursos, trajetórias, itinerâncias.

Esta análise teve a intenção teórico-metodológica, a partir da empiria mostrada pelos interlocutores e interlocutoras desta pesquisa, de aprofundar e complexificar o olhar, propondo-se a capturar outras cenas; desafixar imagens; ampliar os planos e dimensões dessas imagens; conseguir mostrar as suas camadas, interposições, nuances de cor, copresenças, articulações, emaranhados, e, assim, compreender como as trajetórias desses jovens se (re)configuram, criando cenas em movimento.

Busquei construir um entrecruzamento mais geral entre as diferentes trajetórias dos jovens com o objetivo de me reaproximar e conhecer os contextos de vida deles após a experiência da medida socioeducativa de semiliberdade em suas diferentes dimensões, como a família, a escola, o trabalho, os territórios de moradia, os grupos de pares, as redes sociais e de apoio, a realidade socioeconômica, entre outras que foi possível identificar nesta investigação. A construção desse entrecruzamento se deu por meio do diálogo entre os elementos identificados e registrados durante o trabalho de campo realizado nesta pesquisa e os resultados registrados na pesquisa de mestrado⁴⁷, sempre que pertinente e necessário.

Assim, o movimento de observar, ver, ouvir, registrar, realizar andanças online e offline, capturar telas, interconectar e estabelecer relações com os/as interlocutores/as deu vida a uma análise que se delineou como uma “composição em movimento”, como diferentes “*frames*” de vídeo, ou um longa-metragem composto por variadas fotografias, imagens, sons, narrativas.

Ou ainda, remete à produção de um artista plástico do início do XX que elabora obras abstratas repletas de muitos elementos que se cruzam e criam diferentes cenas em um mesmo

⁴⁷ Cabe lembrar que não se trata de uma pesquisa longitudinal, por isso não efetuei comparações diretas dos dados, mas saliento elementos quem têm marcado a condição juvenil dos interlocutores da pesquisa desde 2017.

quadro. Refiro-me ao artista Wassily Kandinsky (1866–1944), considerado o precursor do abstracionismo, e suas obras, especialmente as denominadas “Composição” ou “Improvisação”, que eram compostas por muitas cores, curvas, linhas, formas, entrelaçamentos dinâmicos, imagens que se misturam, mas, ao mesmo tempo, mantêm sua presença e identidade na tela. Além de expressarem fortemente a ideia de movimento, que, nesta análise, alude a uma (re)configuração constante.

O próprio artista afirmou que acreditava que a pintura, como arte visual, estava diretamente ligada à composição musical, como se fossem músicas visuais. Ou seja, as cores, as formas, as composições seriam como notas, acordes, sons, orquestrando a ideia de movimento, oscilação, variação rítmica, sonora. Isto é, a imagem impressa no quadro deixa de ser estática. Vai além de uma retratação datada, parada no tempo. Mas, também, se transforma em uma encenação constante, na qual os elementos impressos ganham vida, movimento, sentido, na medida em que se relacionam entre si, com o próprio artista e com os demais sujeitos que com ela se relacionam. Por isso, comparada perspicazmente com uma composição musical, que permite dança, movimentos, relações, sentidos. Compartilho algumas ilustrações de obras do artista a seguir.

Figura 3 – Improvisação IV ou Batalha Cossacos (1910–1911)



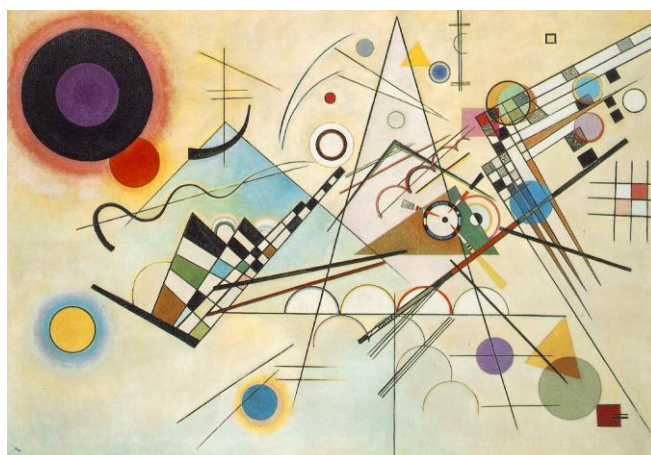
Fonte: Kandinsky, 1911.

Figura 4 – Composição VII (1913)



Fonte: Kandinsky, 1913.

Figura 5 – Composição VIII (1923)



Fonte: Kandinsky, 1923.

Seguindo esta (an)dança investigativa, me deparei com uma animação da obra “Composição VIII” (KANDINSKY, 1923), assim como uma nova versão musical para a animação⁴⁸.

⁴⁸ Para uma compreensão mais explícita da conexão que faço entre as trajetórias de vidas pesquisadas e a obra de Kandinsky (1923), a partir da animação encontrada, cf. BEREZYUK, 2018 e LIU, 2020 (A seguir, QR Code para a segunda obra).



A referência ao movimento artístico abstracionista, a partir das obras de Kandinsky, quis indicar um movimento de análise que precisou extrapolar a representação do real, assim como nas artes figurativas, e olhar para os simbolismos, as subjetividades, as interpretações e suas várias nuances presentes nas experiências sociais vividas pelos jovens.

Assim como no abstracionismo, no qual a representação da realidade é feita de maneira desconstruída, nesta análise foi necessário compreender que, ao me deparar e me envolver nas interlocuções com os jovens e com os elementos que eles e os/as demais interlocutores/as trouxeram, era preciso me distanciar de uma lógica que formata em categoria, ainda muito presente na minha “cabeça” colonizadora em processo de descolonização. Os jovens me permitiram compreender que para escutar e entender o que eles me apresentaram e me contaram sobre suas histórias, na articulação com as narrativas dos/as demais interlocutores/as, era necessário entender que outras lógicas se entrecruzavam nas suas experiências, além de diferentes interpretações e modos de viver que se (re)constituem continuamente.

Nesse sentido, a perspectiva de “composição em movimento” me permitiu atribuir sentidos para as trajetórias de vidas itinerantes experimentadas pelos jovens neste estudo, atravessadas por diversos e semelhantes aspectos sociais, culturais e identitários, bem como diferentes maneiras de se entrecruzarem e articularem e constituírem modos de ser jovem. Eles vivenciam dinâmicas muito frenéticas, com movimentações e circulações intensas e diversificadas no tempo e no espaço. Suas trajetórias estavam sempre se compondo e recompondo e se reconfiguravam conforme as necessidades que surgiam em seus contextos.

Em diálogo com Rivera Cusicanqui (2010) e Anzaldúa (2005) e respectivamente com as noções “*ch'ixi*” e “*la nova mestiza*” que as autoras desenvolveram, acredito que, desse modo, foi possível abrir caminhos no sentido de ampliar os meus olhares sobre as trajetórias juvenis construídas e vivenciadas pelos jovens neste estudo. Permitiu-me mirar na perspectiva de incorporar diferenças, contradições e ambiguidades que coexistem na vivência e constituição da juventude como condição social que os unifica, os assemelha e, ao mesmo tempo, os singulariza e diferencia. Assim sendo, tal perspectiva permitiu construir um movimento analítico, no qual busquei deixar que as contradições, as ambiguidades, as justaposições e composições em movimento se revelassem, me distanciando de processos de fundição, de homogeneização ou de conceituação universalizantes.

Desse modo, essa “composição em movimento” se baseou nas análises dos registros em diário de campo das observações online e offline, nas conversas exploratórias realizadas com representantes da equipe técnica que ainda trabalha na gestão da Casa Semiliberdade em

Governador Valadares e que acompanhou os jovens no seu período de cumprimento de MSE, como também uma representante da equipe de gestão do Programa de Acompanhamento de Egresso Se Liga, que existiu na cidade em um determinado período e que também acompanhou parte dos jovens participantes desta pesquisa. Além disso, pautei-me nas entrevistas e conversações também online e offline realizadas com parte dos jovens que integram o universo dos sujeitos desta investigação, com familiares e educadoras que trabalharam no acompanhamento de egresso de alguns dos jovens no momento após a saída da MSE de semiliberdade e no contato direto e indireto com os jovens ao longo de toda a pesquisa de campo.

Reconheço que essa “composição em movimento” não dá conta de toda a complexidade, diversidade, transversalidade de aspectos e marcadores sociais de diferença que atravessam os contextos de vida e constituem as trajetórias dos jovens interlocutores desta pesquisa. Portanto, essa não é a minha pretensão e nem acredito que isso seja possível. Esta análise representa apenas um recorte, ou melhor, uma composição sociológica composta por diversos e diferentes quadros [*frames*], cenas, nuances da complexidade das trajetórias de vida dos jovens, enfocados na busca por compreender os sujeitos à luz de uma sociologia à escala individual (LAHIRE, 2005).

Assim, à vista da compreensão que tal composição possibilitou, busquei nesta seção e na próxima aprofundar as reflexões acerca das dimensões da condição juvenil vivida por esses jovens em um determinado contexto histórico e sociocultural, a partir dos atravessamentos e entrecruzamentos presentes nas suas trajetórias de vida.

4.1 A família como dimensão que atravessa os diferentes caminhos

Um elemento presente neste quadro de “composição em movimento” [ou “composição itinerante”] se refere ao núcleo familiar e à dimensão da família como aspecto mais geral. Um primeiro ponto que chama a atenção é o fato de que todos os nove jovens, após serem desligados da MSE, retornaram para seus núcleos familiares. Essa é uma informação relevante por no mínimo dois aspectos.

Um deles é pelo fato de que a manutenção ou (re)construção de vínculo familiar é uma das dimensões socioeducativas propostas pelas diretrizes da MSE de semiliberdade, conforme o documento de Metodologia da Medida Socioeducativa de Semiliberdade (MINAS GERAIS, 2012–2013). Nesse sentido, é razoável afirmar que, durante a experiência da semiliberdade, os jovens aqui enfocados conseguiram manter os vínculos familiares, mesmo que frágeis ou

precarizados. Isso indica que a relação familiar e o lugar da família na vida e na trajetória desses jovens têm um significado relevante.

Além disso, a maioria dos jovens saíram já bem próximos de completar a maioridade, o que poderia facilitar uma escolha de não voltarem a morar com seus familiares. Eles poderiam seguir outros caminhos de independência familiar. No entanto, as suas experiências demonstraram o quanto o seio familiar é de alguma maneira um lugar de referência, como também de possibilidade de subsistência e de resistência desses jovens.

O outro aspecto é o fato de que, mais uma vez, a família aparece como uma dimensão que constitui a condição juvenil desses jovens, sendo parte fundamental da estreita rede de suportes existente em suas vidas, apesar de todas as vivências de conflitos, pobreza, subalternização a que eles e seus familiares são submetidos e de outras violências ligadas à prática de atividades ilícitas pelos jovens e do risco de aprisionamento ou de morte.

A família se apresentou como suporte material (MARTUCCELLI, 2007), no sentido de possibilitar um local de moradia, alimentação, cuidados com a higiene pessoal (mesmo que precária para alguns), por exemplo. E também como suporte simbólico, sendo um lugar de afeto, acolhimento, de alguma forma de cuidado e de alguma segurança. Sem incorrer no erro de generalizações, pois a forma como a família foi se constituindo suporte na trajetória de vida desses jovens se deu de maneiras diferentes. Ora como suporte material e simbólico, mais presente e ativamente estruturado. Ora mais distantes, pouco estruturados, e até mesmo estigmatizantes. Mais conscientes ou inconscientes. Mas, todos tinham um aspecto em comum: o efeito de apoiar e sustentar os jovens.

Assim como na pesquisa anterior (ALMEIDA, 2017), a composição familiar dos jovens continuava sendo estendida em relação aos diferentes papéis que compõem o núcleo familiar e ao número de pessoas. Em geral, as famílias são constituídas variavelmente por mãe, avós, tios, irmãos, pai (sendo apenas um jovem com pai presente), madrastas e/ou padrastos, sobrinhos, e agora, mais expressivamente, namoradas e filhos/as. Os núcleos familiares variavam entre 5 e 11 pessoas.

Aqui, vale ressaltar a ausência paterna na experiência familiar desses jovens. Uma realidade que se repete na vida de muitos/as jovens brasileiros/as. De acordo com o Portal da Transparência do Registro Civil, plataforma nacional administrada pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), a realidade da ausência paterna nos registros oficiais é uma crescente no Brasil nos últimos anos. Em 2022 a taxa de recém-nascidos com apenas o nome da mãe nos registros foi a maior, atingindo 6,5%, considerando os sete

primeiros meses do ano. Isto é, 100.717 crianças foram registradas sem o nome do pai em um total de 1.526.664 recém-nascidas (ARPEN BRASIL, 2022).

Sendo assim, a experiência familiar dos jovens pesquisados corrobora a existência do fenômeno de negligência e abandono paterno no país, que se traduz tanto na ausência de registro, quanto na desresponsabilização com o cuidado, o acompanhamento e o cumprimento dos seus deveres como genitores, conforme previsto na legislação brasileira (Constituição Federal de 1988, art. 229; Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, art. 19). Esse fato aponta também para a sobrecarga materna, pois a maioria das famílias, principalmente das camadas populares, são administradas por “mães solo”. Esses elementos reforçam nesta análise a forte reprodução da lógica patriarcal que opera no fortalecimento da desigualdade de gênero, do sexismo e do machismo, que, nesses casos, direcionam para as mulheres a responsabilidade com o cuidado e criação dos/as filhos/as. Isso abre uma enorme brecha para a negligência paterna e sua naturalização em nossa sociedade.

Outro aspecto complementar é a renda familiar desses jovens, que se mantém como uma renda considerada baixa. Das informações dadas ao Sistema Socioeducativo no período em que os jovens estavam em cumprimento de MSE, a renda familiar variou entre um e três salários-mínimos⁴⁹. A partir das observações realizadas online e offline registradas em diário de campo e nas interações realizadas com os/as interlocutores/as da pesquisa, foi possível perceber que a renda das famílias continuava muito precarizada, dependendo de aposentadoria de avós, salários-mínimos das mães, ajuda material de grupos e instituições religiosas, entre outros.

A média da composição do núcleo familiar desses jovens é de oito pessoas. Com esse número, é possível inferir que a renda *per capita* variava entre 130,62 reais e 391,87 reais. Esse é um fator que novamente se apresenta como resultado e reflexo de uma condição socioeconômica desfavorável, principalmente por considerarmos o desafio que essas famílias enfrentavam para administrarem o recurso monetário que possuíam, distribuindo-o de modo a atender minimamente às necessidades básicas de todos/as os/as integrantes do mesmo núcleo familiar. Além disso, esse aspecto evidenciou a marca da pobreza socioeconômica, que pode desencadear outras vivências precárias ou ausência de acesso a mecanismos sociais e bens materiais públicos e/ou privados que garantam uma vida mais digna.

Dialogamos com a pesquisa anterior em relação a outros dois fatores que continuam sendo relevantes nesta cena juvenil. Refiro-me ao nível de escolaridade e ao tipo de ocupação laboral dos pais e/ou responsáveis dos jovens (padrastos e/madrastas, avôs e/ou avós, tios e/ou

⁴⁹ O valor do salário-mínimo é referente ao ano de 2020: R\$ 1.045,00.

tias) que compunham o núcleo familiar. De acordo com a pesquisa realizada no mestrado (ALMEIDA, 2017), a maioria dos pais e /ou responsáveis legais dos jovens possuíam o ensino fundamental incompleto e pouquíssimos tinham o ensino médio incompleto ou completo. Na empiria deste trabalho, foi possível perceber, pelos relatos dos jovens e familiares participantes, que o grau de instrução não evoluiu durante o período entre uma pesquisa e outra, permanecendo assim a indicação de instrução formal básica incompleta.

No que se refere ao trabalho, perpetua-se o cenário da precarização, subalternização e desvalorização no cotidiano dos pais e/ou responsáveis legais dos jovens, além do desemprego. Eles e elas ocupam empregos de baixo prestígio social, com baixos salários, duplas jornadas e jornadas noturnas. Enfrentam também as dificuldades de ter que trabalhar para sustentar seus filhos e filhas e o pouco tempo de estar com eles/as e poder acompanhá-los/as. São atendentes/recepcionistas, diaristas, pedreiros, garçonetes, cozinheiros, padeiros, atendentes de telemarketing, motoristas, operadores de caixa de supermercado, salgadeiras e/ou fazem “bicos”, entre outros. Alguns contam também com algum auxílio do governo, por meio de programas de assistência social, como o Bolsa Família, e com a ajuda do núcleo familiar composto, muitas vezes, por um avô ou avó aposentados ou pela pensão de um pai falecido.

Além desses elementos, foi possível verificar mais fortemente a inconstância no mesmo emprego, na maioria das famílias dos jovens participantes. Essa foi uma questão que se repetiu especialmente nas cinco famílias que nos foi possível acompanhar mais de perto. Isso reforçou o cenário de maior efemeridade e incertezas de permanência nos postos de trabalho; a dimensão da informalidade, especialmente para as funções consideradas autônomas, como no casos das atividades laborais de pedreiro ou diarista/faxineira, por exemplo, e a dimensão da necessidade de auxílios do governo, principalmente em relação às pessoas que compõem o núcleo familiar que já são aposentadas, as pensões de pessoas falecidas, o benefício do Bolsa Família e a necessidade do Auxílio Emergencial (AE) concedido por um período em função da pandemia da Covid-19⁵⁰.

Outro aspecto ligado à dimensão familiar que ficou evidenciado neste quadro sociológico dos jovens foi a experiência da paternidade. Desde a primeira pesquisa realizada com eles (ALMEIDA, 2017), esse aspecto se fazia presente, pois desde o período da experiência

⁵⁰ O Auxílio Emergencial (AE) é um benefício financeiro destinado a trabalhadores(as) informais, Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos(as) e desempregados(as) e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus. Informação disponível no site: [https://www.gov.br/pt-br/servicos/acompanhar-auxilio-emergencial#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial\(AE\)%20%C3%A9,causada%20pela%20pandemia%20do%20Coronav%C3%ADrus](https://www.gov.br/pt-br/servicos/acompanhar-auxilio-emergencial#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial(AE)%20%C3%A9,causada%20pela%20pandemia%20do%20Coronav%C3%ADrus).

da semiliberdade, dois dos jovens já eram pais (Fernando, 22, e Robson, 21). Durante o período de intervalo de três anos, tempo entre uma pesquisa e outra, aumentou a quantidade de jovens pais e também de filhos/as.

Dos nove jovens interlocutores desta pesquisa, quatro deles vivenciavam a paternidade, sendo que dois desses tinham dois filhos (um filho e uma filha cada um).

O jovem Fernando (22 anos) foi pai durante a experiência da privação de liberdade e viveu o desafio de estar longe da sua filha (que em 2017 tinha setes meses de vida) como algo que marcou esse momento da sua vida. Para ele, ficar longe da família, principalmente a sua filha, e ter que lidar com o sentimento de tristeza ao pensar nela eram seus maiores desafios. Quando falava sobre seus planos e sonhos, também evidenciava a presença da sua filha “*Meu sonho é ver minha família bem. Ver minha filha casar, não morrer antes. [...]*” (Fernando, 17 anos) (ALMEIDA, 2017, p. 149).

O jovem Robson (21 anos) vivenciou a experiência da paternidade em dois contextos diferentes, sendo a primeira experiência durante o cumprimento da MSE. A segunda foi após o seu desligamento, em um momento em que estava em liberdade e em outro relacionamento sério com outra moça. Seu filho, atualmente, tem cinco anos de idade, e sua filha, dois. Foi relevante observar e perceber as diferenças no modo como o jovem se relacionou com a condição de pai em cada um dos contextos e temporalidade. No período da semiliberdade, em que o jovem tinha 17 anos de idade, essa situação se apresentava também como um dos maiores desafios a serem enfrentados, pois mexia muito com ele o fato de ter que ficar longe do seu filho.

[...] no dia eu fiquei deprimidão, só nas “jegas⁵¹” lá pensando na vida, pensando no meu moleque. Aí eu subo para oficina, fico conversando com a Lili esses trem. Aí ela falando que tenho vontade de mudar, que não sei o que... Falei com ela que eu tinha vontade de mudar [...]. (Robson, 17 anos) (ALMEIDA, 2017, p. 104).

Essa fala apontava também o quanto a condição de pai também provocava um movimento de reflexão sobre a sua vida, principalmente no sentido de avaliação das suas escolhas, das experiências que vivenciava, do caminho que estava trilhando, com todos os riscos presentes. Fazia-o pensar, se inquietar com o seu contexto de vida. No momento após a privação, com 21 anos de idade, e em um relacionamento mais duradouro, o jovem teve a possibilidade de vivenciar a condição de pai de maneira diferente. Ele pode se assumir como

⁵¹ Nome utilizado pelos jovens para se referirem à cama na linguagem que eles utilizavam dentro da semiliberdade no período de cumprimento da medida socioeducativa.

pai dentro de um núcleo familiar, pois assumiu a mãe da criança com sua companheira. Em nossa primeira conversa (entrevista-conversa o), um dos assuntos pautados pelo jovem sem muito estímulo da minha parte foi a narrativa sobre os seus filhos.

Contou que estava com uma filha de dois anos, e eu perguntei sobre o filho dele, que tinha nascido na época que eu o conheci. Ficamos conversando um pouco sobre filhos. Ele contou que aquele era outro, que já estava com cinco anos, e que agora era uma menina de dois anos. – “A coisa mais linda!”. Comentou que ela era mais apegada a ele (Diário de campo, Outubro, 2020).

O nascimento da segunda filha foi um evento fortemente noticiado nas redes sociais digitais do jovem e sua companheira, demonstrando que foi um momento de muita celebra o e alegria para a família. Robson e a companheira começaram a morar juntos, na casa do pai, podendo, dessa forma, assumir o status de chefe de família. Além disso, ficou implícito que era também uma tentativa de fazer de forma diferente em rela o   experiência com o primeiro filho, que foi marcada por sua ausência, pouco ou quase nenhum comprometimento como pai, tanto socioafetiva, quanto socioeconomicamente falando.

Para o Kleiton (20 anos), a paternidade também apareceu com muita força e centralidade na experiência após a MSE de semiliberdade. A sua filha foi fruto de um relacionamento que se fez mais duradouro, mesmo em contexto de conflito e muitas idas e vindas. Ser pai significou muito na trajetória de vida de Kleiton:

Ser pai foi bom demais! Quando a minha filha nasceu, eu tava preso (já se referindo a outra experiência de priva o após desligamento da semiliberdade), sa  e ela já tava com uns dias já, de vida. Agora que eu t  curtindo ela, daquele jeito! [...]   bom demais, n ! Melhor coisa que aconteceu na minha vida! (Kleiton, 20 – Conversa o em Whatsapp, abril, 2020).

Outro registro da pesquisa reforça a rela o do Kleiton com a paternidade:

Neste mesmo dia [20 de abril de 2020], havia uma postagem na linha do tempo do Kleiton novamente sobre a temática da paternidade. Eles [Kleiton e sua namorada em perfil compartilhado de Facebook] postaram uma foto da sua filha acompanhada de uma frase que afirmava que a filha deles não era um peso, um incômodo ou coisa do tipo nas suas vidas. Demonstrando mais uma vez que a paternidade/maternidade têm uma importância afetiva e central na vida do Kleiton neste momento. Era uma forma de publicar, no sentido de ser uma rede social digital, e ao mesmo tempo reafirmar esta dimensão na sua identidade, sobre quem ele era, incluindo a condi o de pai, o fato de ter uma família e zelar por ela, podemos até inferir sobre o aspecto de poder se afirmar como “chefe de família”. Além de reforçar a rela o com a namorada como também um suporte ou vínculo afetivo importante no seu atual contexto de vida (Diário de campo, abril, 2020).

Marcos Henrique (21 anos) é o outro jovem que é pai, com uma filha de dois anos e um filho de três. Ambos do mesmo relacionamento, que perdurou por diferentes experiências de privação de liberdade. Mesmo nesse período, a temática da paternidade se fez presente em suas redes sociais digitais, através da sua namorada. Ela sempre compartilhava diferentes registros de momentos em que o jovem Marcos Henrique estava com seu filho e sua filha. Eram postagens que transmitiam afeto e carinho entre pais e filho/a. Os dois trechos de registro em diário de campo, sobre as minhas andanças online, mostram manifestações nas redes sociais enquanto o jovem estava em cárcere.

No dia 09/08/2020, Dia dos Pais, a sua namorada postou novamente uma homenagem com uma montagem de fotos de registros de afeto e carinho do Marcos Henrique com seu filho e sua filha ainda bebê. [...] No dia 11/08/2019, tem uma postagem da namorada do Marcos Henrique em sua linha do tempo no Facebook, marcando o jovem com uma fotografia dele com seu filho, que deveria estar com entre um e dois anos de idade. Na legenda dessa postagem, registrava-se uma mensagem de felicitação do Dia dos Pais, agradecendo tudo o que o jovem Marcos Henrique representava, enquanto pai, na vida da companheira e do filho. (Diário de campo – andanças online, 2020).

A condição de pai se colocou na vida desses jovens como uma experiência que marcou a trajetória, reconfigurou o núcleo familiar, apresentou outras preocupações, cobranças e incertezas, mas, principalmente, outra posição social. O jovem passa a ser visto como pai, ou melhor, “pai de família”. Por isso, me questionei sobre o que significou, para os jovens, dar visibilidade à paternidade.

Essa análise parte do pressuposto de que estamos tratando de uma vivência de paternidade em uma sociedade estruturalmente patriarcal, ou seja, que se estrutura a partir de um regime de dominação masculina e de opressão contra mulheres, no qual as mulheres são sujeitadas e os homens têm mais poder político apenas pelo fato de serem homens. (Carole PATEMAN, 1993; Silvia WALBY, 1990). Além de ser uma relação hierárquica presente em todos os espaços sociais como uma estrutura de poder material, principalmente nas relações de trabalho, e ideológica, corporificando os comportamentos de homens e mulheres, reproduzindo o que é “do homem” e “da mulher” (Heleieth SAFFIOTI, 1987).

Nesse sentido, é possível inferir que a visibilidade dada à paternidade nas narrativas dos jovens, incluindo as postagens e manifestações nas redes sociais digitais, estava ligada a um modo de afirmação social masculinizado, hierarquizado dentro das relações de gênero sexistas, machistas, patriarcais. Isso é, os homens são mais valorizados em detrimento das mulheres, bem como o papel social do homem é o de provedor, detentor do poder, de dominação em relação ao papel da mulher, que é de dominada, servidora, subalternizada. No caso específico

desta pesquisa, os jovens na condição de pai ganham um status social diferente, que demarca questões socialmente produzidas como papel do “homem”, do “pai de família”, do “chefe de família”.

Assim sendo, ficou mais evidenciada neste estudo a paternidade em seu aspecto generificado, demarcando o lugar de visibilidade de uma masculinidade hegemônica e romantizada da experiência paterna. Isso enfatizou, de um lado, a importância do status de “pai de família”, principalmente nas trajetórias desviantes no contexto das práticas consideradas ilícitas. E, de outro, uma vivência de afeto, de carinho, de amorosidade, de reconhecimento e reciprocidade amorosa.

Nesse sentido, a temática da família, principalmente a questão específica da paternidade, na relação direta com os/as filhos/as, foi sempre presente nas interlocuções com os jovens pais. Eram momentos de conversação mais leves, tranquilos e fluídos. Esse foi um aspecto da vida que compunha a trajetória como algo satisfatório, do qual se tinha orgulho de falar. Foi se tornando uma representação que, na minha percepção, transportava os jovens para o um lugar de satisfação, bem-estar e status social positivo, que lhes permitia serem mais “aceitos” socialmente. Desse modo, bastava o status de pai, a narrativa da paternidade, a visibilidade nas redes sociais digitais para corporificarem o status patriarcal de “pai de família”.

4.2 No meio do caminho havia a escola, o trabalho e muitas discontinuidades e ressignificados

A escolaridade é outro *frame* que se mostrou presente na composição itinerante das trajetórias dos jovens. Desde a experiência da privação de liberdade, a ausência, inconstância e abandono escolar se faziam presentes na vida deles. Dos nove jovens participantes desta pesquisa, desde o período de cumprimento da semiliberdade, a situação escolar era a seguinte: seis deles abandonaram a escola nos anos finais do Ensino Fundamental e apenas três deles abandonaram na primeira série do Ensino Médio. Se considerarmos a idade prevista pela política pública de Educação Básica, eles deveriam estar cursando o Ensino Médio nesse período. Ficaram, assim, evidenciados a realidade de defasagem entre idade e série e o fenômeno do abandono escolar.

Na experiência após o desligamento, apenas dois jovens tentaram continuar os estudos. Kleiton e Cauã, por meio do suporte do Programa de Acompanhamento de Egresso Se Liga, que viabilizou, junto às famílias, suas matrículas em uma escola da rede estadual de Governador Valadares. No entanto, a experiência foi mais uma vez encurtada e marcada por conflitos e exclusão, seguida de abandono. Os jovens foram várias vezes punidos por comportamento

inadequado, por meio da estratégia de suspensões, acarretando o desestímulo, desistência e, novamente, abandono por parte deles. Os relatos da educadora do Programa Se Liga nos possibilitaram constatar essas informações.

Eu tive alguns trabalhinhos com o Cauã lá na Escola Azul.⁵² Eu tive que assinar um termo de responsabilidade por ele, junto com a avó! Porque eles não queriam que ele estudasse lá porque ele ia acabar com o ... acabar com, com a escola, né? Ia destruir a escola e atrapalhar os alunos! E na Escola Amarela foi a mesma coisa! Ele iria atrapalhar o movimento ali da ... a dinâmica de turma, né? Então, também a gente não conseguiu. (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, entrevista-conversaão, 2020).

É que, na verdade, a própria escola já excluía os meninos! E o Kleiton, e o Cauã, que só entrou na escola porque a diretora falou que tinha que assinar um termo pra ele estudar e depois ela me ligou falando que ele se uniu com o Kleiton e fazia o escarcéu na escola! Eles mandavam na sala! Então, começaram a expulsar, dar uma suspensão de uma semana. Aí, por fim, eles não foram mais na escola! Desistiram no meio do caminho, né? (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, entrevista-conversaão, 2021).

Em relação aos demais jovens, não tive a confirmação sobre algum tipo de experiência de continuidade escolar após o desligamento da semiliberdade, mas, sim, indicações, através dos relatos das educadoras do Programa de Acompanhamento de Egresso e da Diretora da Casa Semiliberdade, de que a tendência era a de que eles não continuaram. Entre esses relatos, destaco outros trechos, especialmente da educadora Daiane, que continuou trazendo essa dimensão para a nossa interlocução.

Ah, fui, tentei, uma vaga! Quando eu ia sozinha, era ótimo! Quando eu ia com o adolescente, eu tinha que escutar, né, com ele “Ah, mas não é pra trazer problema pra cá não...” e tal! Aquelas falas bem preconceituosas e a gente meio que batia de frente! [...] E assim, ficava naquela busca incessante..., “se não der certo nessa escola, vamos em outra”. (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, entrevista-conversaão, 2020).

⁵² Denominei as escolas citadas neste trabalho com nomes de cores para resguardar o sigilo dessas instituições e seus/suas funcionários/as.

Mas, voltando na questão da escola, né, é algo que sempre foi muito difícil no Se Liga, muito difícil. E não é só no Se Liga, no Creas também. Quando o menino não tem problema, é super fácil! Eu acho que o único que eu tinha uma boa relação era com o diretor da Escola Verde. [...] Único diretor que aceitava e apertava os meninos mesmo! Pegava a responsabilidade, falava “Ah não, Daiane, traz aqui que eu vou cuidar!” [...] Era o único! Que, assim, [Governador] Valadares com tantas escolas, é a única escola que a gente ainda conseguia uma articulação boa (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, entrevista-conversaão, 2020).

As cenas relatadas pela educadora apontam as dificuldades de articulação com a rede de proteção através da política de atendimento socioeducativo ao egresso e do sistema educacional escolar. Esse é um aspecto que impacta diretamente no trabalho com o jovem egresso, reforçando a realidade que as educadoras enfrentavam diante das representações negativas e, como Daiane mesmo disse, “preconceituosas” que são atribuídas aos jovens pelo prévio fato de que tratam de jovens egressos da MSE, vistos como jovens “delinquentes”, que vão levar “problemas”, “acabar” com a escola e/ou atrapalhar a dinâmica da turma.

Esse elemento dialoga com as reflexões de Santos (2010) e Arroyo (2015) sobre retomada da segregação social e racial, existente em nossa história desde a colonização até nos dias de hoje, que produz processos de segregação nas relações sociais, nos padrões de poder-dominância, apropriação-expropriação do trabalho, da renda, da justiça, do conhecimento, da saúde, da terra etc. e recompõe os paradigmas epistemológicos abissais e sacrificiais dos “outros”, “os ininteligíveis, perigosos ou inúteis” do outro lado da linha, “os inexistentes” (SANTOS, 2010). Além disso, se reconfigura como uma nova segregação social e racial, que tem como novidade o fato de os segregados como pobres, negros, serem os jovens, adolescentes e crianças, “porque foram assim catalogados pelos representantes do poder, pela mídia, pela justiça e pela opinião pública como violentos, infratores, ameaçadores da ordem. Extermináveis. Entregues à justiça penal” (ARROYO, 2015, p. 23).

Outro ponto desses relatos é o fato de a escola que aceitou a matrícula dos jovens ter uma conduta de exigir que fosse assinado um termo de responsabilidade para com os jovens pela educadora ou por algum responsável da família. Essa foi uma postura explícita de desresponsabilização e ausência de comprometimento com os jovens. Além de condicionar um pré-requisito ao direito básico de educação aos jovens. Esse elemento evidencia os processos de inclusão excludentes, ou, nas palavras de José Martins (1997), de “inclusão precária”, vividos por esses jovens e tantos outros na relação com as políticas públicas, incluindo nesse caso a escola. Para o autor, o capitalismo contemporâneo produz novas formas de pobreza a partir da dualidade exclusão/inclusão, gerando uma nova desigualdade social. Isto é, uma

desigualdade marcada tanto pela exclusão quanto por uma inclusão “precária, instável e marginal” dos pobres. De acordo com Leão (2009),

Os jovens viram o Estado recuar de suas funções reguladoras ao mesmo tempo em que cresceram as incertezas, principalmente para os jovens pobres urbanos. Estes, a partir de suas condições de vida e de inserção social precária, são cada vez mais apontados como potenciais transgressores e público-alvo prioritário da ação repressora e assistencial do Estado (LEÃO, 2009, p. 130).

Nesse sentido, o estigma, em diálogo com Goffman (1980), de jovens difíceis, transgressores, sem limites, violentos, contrários ao estudante idealizado em um modelo culturalmente formatado como “bom aluno”, obediente e adequado às regras sociais e morais definidas no universo escolar, chega primeiro na relação entre escola e jovem egresso de medidas socioeducativas que buscou esse caminho no percurso após desligamento. Há que reforçar também que não defendo uma análise generalizadora, uma vez que o próprio relato da educadora salienta que havia uma escola e, especialmente, um diretor de escola que acolhia e se reconhecia como corresponsável pelos jovens. No entanto, corroboramos a crítica impressa na fala da educadora ao afirmar que em meio a tantas escolas existentes no município de Governador Valadares, apenas uma escola poderia ser considerada parceira dentro da articulação do trabalho em rede que era pretendido.

Outro ponto da relação com a escola no percurso após o desligamento apontado pela educadora e por alguns jovens foi a questão do risco que os jovens corriam ao frequentar uma escola regularmente. Nas palavras de Daiane,

E eles tinham a consciência disso, eles traziam muito disso no atendimento. Eles falavam “Daiane, eu não vou entrar numa escola onde eu vou estar numa sala de aula e eu vou ter o perigo de alguém entrar ali e me matar!! E eu vou colocar as outras pessoas em risco”. (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, entrevista-conversaão, 2020).

A escola, como uma cena da composição itinerante das trajetórias dos jovens, se entrecruzava com a cena das violências e violações de direitos que se fizeram presentes durante todo o percurso de vida deles. Essa articulação gerou diferentes intersecções e contradições, tais como a violação do direito à educação, os processos de inclusão excludentes reproduzidos na própria política da educação básica e a contradição existente na necessidade de abandonar a escola, ou melhor, optar não essar neste lugar como alternativa à demanda elementar de se manter vivo. Ou seja, a escola deixou de ser um lugar social de promoção da vida, de suporte para a construção de projetos de vida, ou até mesmo de preparação para a vida, como uma pretensão das sociedades modernas, especialmente ocidentais, a partir da perspectiva

funcionalista, conforme discutiu Abramo (2005). Ela passa a ser lugar de ameaça, de desproteção, de risco de perder a vida nas experiências dos jovens.

Seguindo as andanças por essa composição em movimento, foi possível perceber que havia uma articulação trágica, perversa, segregadora e violenta entre escola e jovens egressos da MSE a partir das experiências dos jovens interlocutores deste estudo, que escancarou uma realidade na qual determinados corpos são impedidos de exercer seu direito à Educação, “decretados ineducáveis, inviáveis como humanos” (ARROYO, 2015, p. 22). São também negligenciados e condenados a não acessarem determinados espaços-tempos, territórios considerados social, política e culturalmente fundamentais no processo de formação humana, como a escola, principalmente no momento da vivência da condição juvenil. São corpos que não cabem em qualquer escola, em qualquer dinâmica escolar. Estamos falando de jovens que não têm, ou têm pouca, oportunidade de fazer escolhas sustentadas e refletidas a partir dos seus desejos, anseios e perspectivas de vida, principalmente a longo prazo. Jovens que convivem com um imperativo de ter que fazer suas escolhas nos limites mais estreitos de sobrevivência.

Desse modo, foi possível inferir que, na relação com os jovens, a escola não era um investimento que valia a pena, tendo em vista que eles se arriscavam em outras atividades, ligadas às dinâmicas ilícitas, aos “corres” que precisavam fazer, às vezes se submeter, seja porque não tinham outra saída, seja por que era importante para eles naquele momento. Contraditoriamente, a escola poderia não ser um lugar de vivência da condição juvenil, mas sim um lugar que a ameaçava. Ou seja, para determinados jovens, era necessário se distanciar da escola para continuarem vivos e poderem viver a condição juvenil de acordo com seus contextos, realidades e processos subjetivos.

Por outro lado, é possível acessar a reflexão de que esses jovens vivem precocemente experiências sociais tão amadurecidas e/ou mais pertencentes ao mundo adulto, como as cenas de violências e conflitos nos quais estão diretamente inseridos, que a escola perde o sentido socialmente construído de lugar de preparação para a vida adulta, bem como de vivência da condição juvenil em sua pluralidade e singularidades. Assim, contraditoriamente à análise empreendida por Dayrell (2007), no caso dos jovens desta pesquisa, não é a escola que faz juventudes, mas sim os territórios ligados aos conflitos, violações e violências, principalmente dentro das dinâmicas dos grupos/fechamentos ligados ao mundo do tráfico de drogas.

Outro aspecto importante entrecruzado nessas trajetórias é a dimensão do trabalho. As experiências ligadas a alguma atividade laboral vivida por alguns dos jovens após o desligamento da semiliberdade não mudou muito em relação ao período anteriormente

pesquisado, em que os jovens estavam em cumprimento de MSE. Isso quer dizer que todas essas experiências continuaram sendo caracterizadas pela informalidade e precariedade das atividades exercidas.

Na pesquisa de mestrado (ALMEIDA, 2017), foi possível identificar que apenas um jovem, entre os que tiveram alguma experiência de trabalho, exerceu trabalho formal, com contrato assinado, ocupando a função de *office boy*. Porém, foi uma experiência temporária de somente dois meses, não concluindo sequer o período de experiência, exigido formalmente em lei. Todos os demais jovens também tiveram experiências temporárias de trabalho, porém todas informais, exercendo atividades consideradas de baixo prestígio, tais como ajudante de pedreiro, ajudante de marceneiro, serviço de cobrança, chapeiro, ajudante de chaveiro, montador de móveis, ajudante de lanchonete, lavador de carro, ajudante de instalador de antena, além de trabalhos em garagem de bicicleta, lava-jato e loja de artigos de festa.

A partir do relato das gestoras e educadoras interlocutoras nesta pesquisa, foi possível identificar que, após o desligamento da MSE, nenhum dos nove jovens participantes desta investigação tiveram registro de vinculação de trabalho formal e protegido. No entanto, houve relatos sobre alguns dos jovens terem vivido experiência informal ou tentativas de entrada no mercado de trabalho.

Apesar dessa realidade, outro aspecto relevante também ficou evidenciado. Havia sempre um desejo manifestado pelos jovens sobre querer e precisar trabalhar, especialmente os jovens atendidos pelo Programa de Acompanhamento de Egresso. Esse desejo era manifestado, de um lado, atrelado ao desejo de mudar de vida, isto é, de sair das relações ilícitas em que estavam envolvidos e ter outros rumos após desligamento da MSE. Por outro lado, havia a necessidade e a busca por uma atividade remunerada.

Os contextos de precariedade econômica e cultural, no sentido do restrito acesso a bens e serviços básicos de educação formal, qualificação profissional, lazer, entretenimento, consumo de itens da indústria cultural valorizados pelas juventudes – como tênis, celular, internet, uma roupa mais descolada ou que identifique seu estilo etc. –, em que eles viviam, impunham a necessidade de alguma forma de geração de renda. Assim, o trabalho, na experiência concreta dos jovens, se sobressaía como um meio de subsistência, uma necessidade. Ou seja, os jovens tenderam a acentuar o trabalho como “necessidade” (Nadya GUIMARÃES, 2011), tendo em vista o horizonte de possibilidades com os quais se defrontam. Trata-se de um cenário no qual são refletidas duramente em seus cotidianos as hierarquias, opressões e desigualdades geradas por um sistema capitalista neoliberal. Junto com essa reflexão, é possível

afirmar que, mesmo em condições desprotegidas, remunerações baixas e temporárias, “os bicos” estavam sempre presentes no percurso desses jovens, ora mais ora menos.

Além disso, estavam também presentes as práticas ilícitas rentáveis, nesse lugar de busca por subsistência e/ou por algum poder de consumo. Nesse sentido, é necessário ressaltar que a experiência laboral, considerada como um trabalho, sob uma noção mais ampla (formal, informal, temporário, pontual, ilícito), sempre se apresentou na vida desses jovens, embora não de maneira constante e protegida.

A dimensão do trabalho na trajetória de vida desses jovens após o desligamento da medida continuou sendo marcada pela realidade dos “bicos”, da informalidade e da precariedade, com atividades desvalorizadas, com jornadas pesadas de trabalho, com pouquíssima estrutura e proteção mínima de direitos trabalhistas. São atividades laborais de baixa e/ou incerta remuneração, variando de acordo com o dia trabalhado ou a demanda. Os jovens realizavam atividades de ajudantes de pedreiro, auxiliares em serralheria, entregadores de *delivery* de bicicleta (também conhecido por entregador de *bike*, nesse caso específico, fazendo entrega de alimentação), chapeiros, bilheteiros e/ou dançarinos do “Trenzinho da Alegria”, isto é, transporte de entretenimento de passageiros.

Identificamos também, corroborando os achados de Guimarães (2012), que a concretização da viabilidade dessas atividades laborais, mesmo que informais, somente foi possível devido à rede familiar mais próxima desses jovens. Em alguns casos, era um tio ou um conhecido que trabalhava em algum estabelecimento, ou que era pedreiro, ou que conhecia alguém que estava precisando de algum ajudante ou entregador. Em outros momentos, era a rede construída através do vínculo religioso dos familiares, principalmente as mães e avós. .

Trata-se de uma realidade que reforça a lógica de trabalho das sociedades capitalistas, que restringe ao emprego ou ao serviço desprotegido. O trabalho vai sendo vivido e concebido por esses jovens e suas famílias de forma muito utilitarista, extremamente desvinculado dos desejos, dos processos de autoconhecimento e de construção de identidades e de projetos de vida. Sem empolgação e centralidade como instituição social de formação e constituição de sujeitos. Novamente, ressaltando a ideia de trabalho como necessidade e não como espaço de construção e formação sociocultural nas trajetórias vividas e oportunizadas para esses jovens.

Além disso, os jovens enfrentavam o estigma de “jovem que já foi preso”, como ressaltou Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga. Ao abordar as tentativas de efetivar parceria com empresas para ofertar vagas de emprego para os jovens atendidos, ela deixou explícito que a conversa iniciava bem, com expectativa positiva em relação ao interesse dos

possíveis contratantes. Porém, quando eles entendiam que se tratava especificamente de jovens egressos do sistema socioeducativo, a conversa se encaminhava para o fim, tirando de cena o interesse, dando lugar para uma postura de insegurança, desconfiança pautada em um estereótipo socialmente criado e cristalizado como um estigma (GOFFMAN, 1980) de jovens criminosos, ladrões, perigosos, malandros e bandidos. Nas palavras da educadora:

Porque mais desafiador de trabalhar com o jovem infrator, você pega você sozinha com a parceria de poucos parceiros que acreditam na mudança e, um outro lado, 90% que não acredita, que não vai dar emprego. (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, 2021).

Toda essa forma de funcionamento das relações hierárquicas e segregadoras de trabalho demarcam um contexto de perversidades e reproduções sociais de desigualdades, que coloca esses jovens em um lugar de subalternidade, mas, mais do que isso, em um lugar de não serem mais pessoas confiáveis, desapropriando-os da possibilidade de serem dignos para exercer determinado serviço, se relacionar com outras pessoas, cumprir responsabilidades, terem outras chances de socialização. Trata-se de uma lógica de exclusão programada para matar as possibilidades de ser, de existir, de se constituir como sujeito a partir da experiência de trabalho. E, novamente, aponta para a manutenção de um sistema capitalista neoliberal que reduz cada vez mais o trabalho à perspectiva produtiva.

Isso é duplamente perverso, pois, além de minar as possibilidades de se tornar sujeito a partir do trabalho protegido, reforça a ideia de colocar o sujeito como improdutivo. Nesse sentido, esses jovens, dentro desse sistema capitalista neoliberal, não são vistos como produtivos, no sentido de um modelo padrão de jovem empreendedor. É preciso que sejam tematizados como possuidores de uma subjetividade não ideal. Eles precisam ser vistos e tematizados como contraexemplos de jovens empreendedores, com projetos de vida bem sólidos, abnegados etc. Nesse sentido, são negados como sujeitos de cultura, de direitos, sub-humanos (ARROYO, 2019; SANTOS, 2010). E, por isso, podem ser submetidos a trabalhos sub-humanos e/ou serem segregados na engrenagem de produção e acúmulo do capital. Além de serem submetidos a práticas ilícitas de geração de renda, as quais possuem outras lógicas, que, embora não deixem de ser também reprodução da ideologia capitalista, possibilitam que estigmas socialmente produzidos – de bandido, vagabundo, malandro e traficante – caibam nas suas dinâmicas.

Seguindo esse ponto de vista, é razoável indicar e problematizar que, ao mesmo tempo, essas lógicas aceitas nas dinâmicas ilícitas de geração de renda são lógicas contra-hegemônicas que recaem sobre os corpos, os humanos que merecem e são dignos de estarem nos postos de

trabalho lícitos, formais ou informais. São jovens condenados a viver vidas precárias, condenados a viver violências contra a própria vida. Condenados a colocar a própria vida em risco para sobreviverem, ficarem vivos, resistirem e re-existirem.

Outro aspecto é a ausência e/ou precária existência de oportunidades de qualificação profissional. Foi uma realidade vivida desde antes da experiência de cumprimento da MSE de semiliberdade, mas reforçada nela e novamente vivenciada após o desligamento. Ressaltando especialmente a experiência do Programa de Acompanhamento de Egresso, em diálogo nesta pesquisa, foi possível verificar dificuldade, mas principalmente, a precariedade no cumprimento de um dos objetivos do serviço de acompanhamento de egresso, voltado para a inserção dos jovens em processos formativos de qualificação profissional, como alternativa distinta ao ato infracional.

Assim, o Se Liga, ele terminou por, por vários fatores, né? Principalmente aqui em [Governador] Valadares. É, desvio de dinheiro! Estavam desviando dinheiro, então, foi começando a descobrir essas coisas e aí começou a cortar, né? [...] Mas aí se perdeu, se perdeu porque o Se Liga não manteve isso, não sustentou isso. Então, eu vi também que houve uma falha no Se Liga, sabe? O Se Liga, ele afluava muito, fantasiava muito algumas coisas, principalmente de curso nos meninos, e aí quando os meninos falavam assim “Ah, eu quero”, [respondiam] “Ah, não tem dinheiro pra pagar!” (Daiane – ex-educadora do Programa Se Liga, 2021).

O relato da educadora evidenciou a descontinuidade e/ou descumprimento de promessas feitas para os jovens de ofertas de curso, impossibilitando a efetivação da inserção deles nesses processos formativos. Isso influenciava negativamente na ampliação de possibilidades mais concretas de oportunidades no mundo do trabalho. Desse modo, o desemprego também foi um aspecto real na composição de suas trajetórias, corroborando com dados estatísticos mais gerais sobre jovens em situação de desemprego.

Identifiquei também que havia alguma resistência, por parte dos jovens, a se vincularem a alguma relação de trabalho mais formal, rotineira, ou, mesmo que informal, mais fixa. Uma delas se manifestava em uma dualidade entre o discurso de querer um trabalho, mas não conseguir elaborar um currículo, mesmo com ajuda de familiares ou suporte do acompanhamento de egresso para isso. Demonstravam relutância em levar o currículo a estabelecimentos comerciais, por exemplo. Além de uma relutância em manter uma rotina, com carga-horária definida, repetitiva, tendo que cumprir ordens. A partir de relatos e das informações obtidas pelos diferentes sujeitos participantes desta pesquisa, foi possível perceber que havia uma forte dificuldade de fazer vínculos novos e permanecer com eles.

Foi uma questão também recorrente durante o acompanhamento de egresso, o qual alguns dos jovens vivenciaram após o desligamento da MSE. No caso do Programa Se Liga, os jovens não conseguiam manter vínculo com as propostas de curso, oficinas e trabalho que eram oferecidas e indicadas para eles. Uma possível análise desse ponto perpassa por considerar que estamos falando da experiência de jovens que enfrentaram, ao longo de toda a sua trajetória, relações de insegurança, inconstâncias, falsas promessas, laços fluidos, vínculos frágeis em relação a diferentes instâncias das suas vidas, como por exemplo na família, na escola, nos espaços de sociabilidade, nos territórios de moradia, até mesmo em relações de trabalho precário.

Todas essas relações são frutos de uma construção social e histórica que foi sendo naturalizada ao longo de anos e anos e que colocaram esses jovens em determinados lugares sociais. Assim, não cabe nesta análise depositar a responsabilidade da mudança dessa realidade nesses jovens, descolando-se do contexto e da necessidade de ações de suportes coletivos para sustentar possibilidades de rompimento e de rupturas com tais condições.

Estamos falando de jovens que carregam a marca de serem aqueles “que não deram certo” ou “que não tiveram jeito”. Aqueles dos quais “a escola não deu conta”, que as relações de trabalho não absorveram e com os quais o serviço social e as ações sociais não conseguiram criar laços fortes. O que faz com que toda uma estrutura que deveria e poderia ser suporte no processo educativo desses jovens, no sentido de sua formação humana, digna e emancipadora, não conseguir ser assim para esses jovens? A questão-problema está onde, nos jovens ou na estrutura? Estamos falando de uma parcela da população que deveria estar acessando uma educação de qualidade, que possibilitasse processos de construção de identidades e projetos de vida, uma moradia digna, espaços de produção e construção sociocultural, artística, promoção da saúde, lazer, esporte etc.

Por que não vemos esses jovens, que vivenciam um mesmo momento no ciclo da vida, ocupando determinados lugares sociais? E, junto com isso, por que não legitimamos determinados lugares que esses jovens ocupam como também possíveis ou como forma de sobrevivência e principalmente de existência e re-existência? E ainda, por que facilmente naturalizamos que uma determinada parcela de jovens de 15, 16, 17, 18, vinte e poucos anos de idade viva em condições sociais de extrema subalternidade, violência e exploração?

Assim, evidencio a necessidade de informar, nomear e divulgar essas dificuldades, para criar e possibilitar espaços de construções sociais de outros modos (RIBEIRO, 2017). E assim, é preciso evidenciar a ainda atual necessidade de partirmos de outras perspectivas, voltadas para

a construção de relações de confiança, pela luta por acesso a direitos, através de ações políticas e coletivas estruturadas a fim e com capacidade para se fazerem suportes concretos na vida desses jovens.

Outro aspecto dessa resistência em manter vínculos mais duradouros e fixos com alguma atividade laboral se refere aos riscos que estar em um local de trabalho fixo, publicizado ou fácil de ser descoberto por diferentes pessoas, pode oferecer na vida desses jovens. Essa situação foi expressa pelos jovens, mas mais explicitamente apontada pelos relatos das educadoras que atuaram no Programa Se Liga, que reverberaram falas dos próprios jovens.

O Kleiton, infelizmente, eu não consegui, eu não consigo visualizar pra ele um trabalho que não seja, tipo, de ajudante de pedreiro, sabe? Um trabalho que não é fixo! Porque eles têm muita rixa, muita guerra! Eles têm muita guerra! Então, como que eu coloco esse menino pra trabalhar de atendente de uma pizzaria central? Sabe? Infelizmente... E eles sabem disso. Eles me falavam: “Daiane, como que eu vou trabalhar em um local que eu tenho guerra? E se a minha guerra for lá?” (Daiane – ex-educadora do Programa Se Liga, 2021).

O relato aponta para a situação de conflito e de “guerra” que os jovens viviam, uns mais outros menos, mas tratava de uma situação que afetava a todos eles. Demonstra os limites e desafios dos territórios de violência em que esses jovens estavam inseridos, que lhes faziam alvo em vários sentidos. Eram alvo das disputas nas dinâmicas ilícitas nas quais se envolviam, entre seus adversários, suas “guerras”. E também eram alvo do ciclo de marginalização para dentro do qual eram o tempo todo empurrados. Em outras palavras, os jovens mais uma vez ficavam impedidos de acessarem outras experiências e alternativas de subsistência fora da dinâmicas ilícitas, e, quando conseguiam, eram empurrados para os espaços mais precários e subalternizados. E mesmo na experiência de trabalho lícita, que deveria ser uma alternativa, uma saída das dinâmicas de violência e de ameaça, eles continuavam colocando suas vidas em risco.

Apenas um jovem (Cauã, 20) teve experiência de trabalho formal/protegido através de contrato registrado em carteira de trabalho como auxiliar de máquinas pesadas em uma empresa de prensa de material reciclável. Esse mesmo jovem teve experiências de trabalho temporário ainda durante o cumprimento da MSE de semiliberdade, trabalhando em uma campanha eleitoral de um candidato para a prefeitura de Governador Valadares. Apenas para esse jovem é possível afirmar que houve uma experiência de trabalho mais duradoura e positiva, mesmo que informal, após o desligamento da MSE. Esse caso, mais específico, será abordado adiante, a fim de trazer as nuances que essa experiência trouxe para a trajetória desse jovem.

Esses jovens compõem um perfil de exclusão, no qual a maioria deles são negros/as e pobres, vivendo em famílias com baixa renda, em bairros e territórios geográficos desfavorecidos, empobrecidos, com experiências laborais precarizadas, subalternizadas e ou inexistentes.

Neste sentido, a existência de deficiências e barreiras de acesso [e permanência] dos jovens pobres à educação e ao trabalho – os dois principais mecanismos, considerados lícitos, de mobilidade e inclusão social da nossa sociedade – bem como às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, lazer e cultura, contribuem para o agravamento da sua situação de vulnerabilidade social. Sem escola, sem trabalho ou com inserção laboral precária, os jovens ficam mais desprotegidos e, conseqüentemente, mais expostos, por exemplo, à cooptação pelo crime organizado (Enid SILVA; Raissa OLIVEIRA, 2012, p. 15).

Assim sendo, no caso desta pesquisa, é necessário registrar a atividade ilícita de vendas de drogas também ilícitas, ligadas às mais diversas dinâmicas do tráfico no contexto brasileiro, como um tipo de atividade laboral exercida pelos jovens. Todos os jovens participantes desta pesquisa, ao se desligarem da medida socioeducativa, mantiveram alguma ligação com essas dinâmicas do tráfico de drogas, tendo a partir daí acesso a algum tipo de renda. Nesse sentido, foi possível perceber que a dimensão do consumo, no sentido de serem indivíduos consumidores, e a relação que os jovens estabeleciam com ele em uma sociedade neocapitalista que exacerba o consumo, juntamente com a necessidade de ter seu próprio dinheiro, atravessava os percursos dos jovens.

Assim, a continuidade e fortalecimentos de vínculos com as dinâmicas do tráfico era uma porta aberta e já mais encaminhada, favorecida e possibilitada para esses jovens no retorno aos seus territórios. Dessa forma, eles teriam mais condições de viverem uma vida na qual eles exercem o direito ao consumo e podem ostentar, mesmo diante de todos os desafios e riscos que essa vinculação pudesse trazer. Alguns deles não hesitavam em deixarem explícitas em algumas postagens as funções que ocupavam nas dinâmicas do tráfico, mostrando que havia uma organização interna entre o grupo envolvido, como função exercida dentro do cotidiano das transições e vendas de drogas, horários dos plantões nas bocas, hierarquia entre os envolvidos e outros. Além disso, tratava-se da renda que provia parte do sustento de suas famílias, especialmente para os jovens que têm filhos/as. Um registro em diário de campo demarca a relevância dessa questão na empiria:

Neste período desde 2016, mas especialmente entre 2017 e 2019, as postagens indicavam a rotina de plantão para vigia na sua área do tráfico. As postagens geralmente tinham a seguinte legenda: “Td2” (Tudo 2), que, somente após pesquisas na internet através do Google, que me direcionou para vários blogs, dicionários informais, ou páginas de Facebook, eu entendi que significava que ali estava tudo muito bem vigiado, “não passa nada”, ou seja, a área estava controlada, que eles estavam atentos e eram eficientes no que faziam, para não serem surpreendidos por rivais e/ou pela presença de policiais. “Td2” é uma gíria que pode ser traduzida também como tudo em paz, tudo bem (Diário de campo, dezembro de 2020).

Marcos Henrique não atendeu às ligações telefônicas para o número que ele me passou pelo Messenger. Uma das respostas sobre não ter atendido à minha chamada foi a seguinte: “*Eu tô fazendo um serviço aki quando eu acaba aki eu vo te liga*” (Marcos Henrique, 21 anos, mensagem enviada 13 de março de 2020). Mas ele não me ligou. (Diário de campo e Conversação no Facebook com Marcos Henrique, 21 anos, 2020)

[15:37, 01/12/2020] Pesquisadora: Fala Robson!!

[15:37, 01/12/2020] Pesquisadora: Que bom que vc apareceu

[15:37, 01/12/2020] Pesquisadora: Pode te ligar? Tá de boa agora?

[15:39, 01/12/2020] Pesquisadora: Robson?

[15:45, 01/12/2020 ÁUDIO] Robson: Mais tarde um pouquinho dá pro cê ligar. Eu vou ali em cima ali rapidin, fazer um negócio. (Robson, 21 - Conversação no Whatsapp, 2020).

Os trechos das conversas com os jovens Marcos Henrique e Robson indicam que eles estavam em um momento em que não poderiam me atender, justificando que estavam desenvolvendo algum “serviço” ou fazendo “um negócio”. Ao me deparar com esses retornos, logo precisei fazer conexões com o acompanhamento online, no qual estava me dedicando sobre o perfil do Facebook de cada um. Foi possível perceber que, nessa rede, havia diferentes indícios sobre a continuidade dos seus vínculos com algumas dinâmicas ligadas ao mundo do tráfico de drogas. O jovem Marcos Henrique registrava em suas postagens relatos sobre dinâmicas, como, por exemplo, ficar de plantão em pontos de venda ilícita, sobre o receio de ser novamente apreendido, além de postagens ligadas ao seu grupo, seu bonde de parceiros. O jovem Robson, de maneira menos recorrente, também registrava postagens e relatos em torno do universo das dinâmicas do tráfico, englobando assuntos sobre conflitos entre grupos [“as guerras”] e luto por amigos-parceiros assassinados.

A partir desses elementos, logo pude inferir e entender que o “serviço” ao qual o jovem Marcos Henrique se referiria e o “negócio” que o jovem Robson mencionava estavam ligados a alguma atividade a qual eles não poderiam deixar explícita, pois tratava-se de práticas ilícitas; essa compreensão foi possível também por meio das observações das postagens nas redes sociais digitais. Assim como esses exemplos, outros relatos e postagens dos jovens foram indicando essas vinculações com a cena das dinâmicas do tráfico de drogas que se confundiam

ou eram representadas por eles como um compromisso, uma responsabilidade, um serviço que eles precisavam cumprir.

Estou chamando a atenção nesta análise para o fato de haver atividades laborais exercidas por esses jovens, levadas a sério por eles, que não estão nas estatísticas e registros de pesquisas formais sobre o indicador social de trabalho. Esse foi um elemento que se tornou forte e latente nesta pesquisa e ressaltou a importância de mais estudos e desdobramentos sobre esse aspecto.

4.3 Tornar-se “de maior”: movimentos do ciclo da vida

Outro aspecto que compôs e entrecruzou a composição itinerante do quadro sociológico desses jovens foi o indicador da faixa etária, aqui considerado como um elemento importante para analisarmos os momentos dos ciclos da vida, como a juventude. Os jovens tinham entre 17 e 23 anos de idade, considerando o período da pesquisa de campo, tendo como referência o ano de 2020. A faixa etária dos jovens variou na seguinte proporção: apenas um jovem tinha 17 anos (Heitor), dois jovens tinham 20 anos (Cauã e Kleiton), outros dois, 21 (Robson e Marcos Henrique), mais dois com 22 (Fernando e Don Juan) e outros dois últimos com 23 anos de idade (Edson e Leandro).

É importante olhar com mais atenção para as diferenças existentes na vivência das juventudes, conforme as faixas etárias que envolvem essa condição social, como já mencionei anteriormente. No caso desta empiria, os jovens interlocutores já haviam passado da primeira fase da juventude e estavam vivendo a condição de jovem-jovem (18 a 24), já com seus vinte e poucos anos. Retomando a indicação da Abramo (2005), foi possível perceber que as demandas dos jovens e as maneiras de se exporem e se colocarem no mundo eram outras, ou melhor, estavam mais complexificadas. Estava muito mais nítida e reivindicada a noção de “vida de adulto”. “É, rotina tá pesada [...] vida de adulto, né? É assim mesmo. Vida de adulto”, são expressões do jovem Cauã (20 anos), quando se referiu à sua atual rotina em uma interação que tivemos presencialmente. Ele contou sobre a vida corrida que estava tendo para conciliar duas atividades laborais informais e a aula de direção na autoescola que estava fazendo no período noturno.

Outro aspecto que compõe essa noção se refere à vivência da paternidade da maioria dos jovens participantes e a necessidade de assumir o relacionamento mais sério com suas companheiras, e se responsabilizarem com a condição financeira de suas famílias e para a sua própria subsistência e sobrevivência. Foi possível perceber que os jovens demarcavam esse

outro lugar da vivência dessa fase da vida. Esses aspectos são importantes para mostrar como nossas demarcações das fases da vida, especialmente a partir da dimensão etária, são arbitrárias. As experiências desses jovens já indicam uma adultização precoce. Trata-se de experiências muito diferentes dos jovens considerados “comuns” e, ao mesmo tempo, experiências comuns àqueles que compartilham da mesma condição dos jovens desta pesquisa.

Outro aspecto relevante foi identificar que ocorreram mudanças na maneira como os jovens se manifestavam nas suas postagens e interações nas redes sociais digitais, principalmente na mídia e rede social digital do Facebook, ao longo da trajetória observada. Nas minhas andanças online, identifiquei que, no período em que estavam cumprindo a MSE de semiliberdade e logo após o desligamento, a frequência das postagens e a exposição da sua cotidianidade eram bem maiores. A maior parte das postagens e demais interações nos seus perfis estavam voltadas, especialmente, para a exposição da sua imagem, das suas redes de sociabilidade, atividades de lazer, entretenimento, e os registros envolvendo a relação com o uso de drogas. Além de explicitarem mais escancaradamente suas relações com as dinâmicas ilícitas, como o tráfico de drogas, por exemplo.

Mas, as minhas andanças online pelas linhas do tempo dos perfis de Facebook dos jovens me possibilitaram identificar também que, com o passar do tempo, a presença dos jovens nas interações no ciberespaço se alterou, tanto na maneira menos explícita de expor e compartilhar conteúdos e vivências cotidianas, quanto na diminuição da frequência das postagens. Isso incluiu a diminuição significativa da exposição explícita da sua própria imagem e das suas redes de sociabilidade ou de vinculação mais voltadas para as atividades. Vale ressaltar que, nesse mesmo período, os jovens usaram mais o Facebook, pois apenas dois jovens acessavam outras redes sociais digitais, como por exemplo o Instagram.

Isso não significou que as postagens deixaram de existir, mas ocorreram de forma menos explícita, mais codificada, com uso de siglas, gírias mais internas, linguagem mais restritiva e complexificada. Além de postagens propriamente restritas, nas quais os jovens usavam a opção de permissão na ferramenta de privacidade e segurança, limitando quem podia ou não visualizar determinada postagem. Foi interessante perceber também que os conteúdos mais voltados para a família, a vivência da paternidade e a vivência no trabalho, especialmente no perfil do jovem Cauã, que experimentou uma atividade laboral por mais tempo – questão que será aprofundada mais à frente –, foram ganhando espaço nos registros e manifestações online dos jovens.

Outros dois elementos se entrecruzam nesta composição e trajetórias itinerantes na vivência da condição juvenil dos jovens desta pesquisa foram a questão da maioridade civil e a

maioridade penal. Tendo como referência o novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002) , que passou a vigorar no ano de 2003, tomamos como maioridade civil a idade de 18 anos. Em seu artigo 5º, a legislação determina que “a menoridade cessa aos 18 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil” (BRASIL, 2002). Vale ressaltar que o Código Civil de 1916 estabelecia a maioridade aos 21 anos, mas o Código Penal, desde 1940, já estabelecia que a responsabilidade penal se iniciava aos 18 anos de idade. Assim também, na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o marco dos 18 anos de idade foi instituído como idade referência para a obrigatoriedade do voto direto. No caso dos jovens homens, temos ainda a obrigatoriedade do alistamento ao serviço militar ao completar 18 anos. No entanto, do ponto de vista das políticas públicas de juventude, estamos falando de uma parcela da população historicamente negligenciada.

A presença da temática juventude no debate acerca das políticas públicas sociais não é recente. Autores como Helena Abramo (1994, 2005), Paulo Carrano (2003), Juarez Dayrell (2003, 2007, 2011), Geraldo Leão (2006a, 2006b), Marília Sposito (1996, 2002, 2003) e José Pais (2003), que têm como objeto de estudo a temática da juventude, argumentam que tais políticas são marcadas pela desconsideração do jovem como sujeito do seu processo de formação. Perpassam também essas políticas visões de juventude (re)produzidas socialmente e marcadas por estereótipos que consideram o jovem como “problema social”, ou seja, como produtos da criminalidade, da violência, do vandalismo, do consumo exacerbado, do desemprego, entre outros.

É muito recente a promulgação de uma legislação que abrange as juventudes maiores de idade, que é o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de agosto de 2013) (BRASIL, 2013), que trata dos direitos das pessoas jovens de 15 a 29 anos, como já mencionado. A partir do Estatuto, foi possível ampliar a exigência e o amparo legal dos direitos dos/as jovens maiores de idade, complementando o ECA e compondo um conjunto de leis geracionais no Brasil. Além disso, o Estatuto da Juventude dispõe de princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuves. Essa norma determina que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam garantidos para atender às necessidades específicas das juventudes. A estimativa é a de que esse novo estatuto beneficie cerca de 20% da população brasileira que tem de 18 a 29 anos de idade, considerando dados da PNAD de 2018, como apontei em capítulo anterior.

Sendo assim, a cena da maioridade penal se fez muito relevante nesta análise. Para jovens que já vivenciaram a experiência de privação de liberdade no sistema socioeducativo, a

chegada da maioridade significa, também, que agora eles podem ser presos “no cadeião,” isto é, inseridos no sistema prisional, regido pelo Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940) (BRASIL, 1940). Isso não é especificidade dos jovens interlocutores neste estudo. Mas, para eles, esse sentido é muito mais marcante e emergente, pois há de fato uma possibilidade muito iminente de esses jovens vivenciarem a privação de liberdade no sistema prisional. Esse aspecto indica que os jovens sofrem uma mudança brusca no modo como a sociedade e as políticas públicas de segurança os veem. Eles deixam de ser “menores” e são vistos como adultos, no sentido de já serem totalmente capazes de arcarem com as consequências de suas ações, que, quando ilícitas, também deixam de ser tipificadas como ato infracional e passam a ser consideradas como um crime⁵³.

Nesse sentido, no âmbito das juventudes diretamente envolvidas com práticas consideradas ilícitas, especialmente após a sua maioridade, é possível afirmar que a tendência é intensificar ainda mais o não reconhecimento da condição juvenil desses sujeitos. Novamente, lhes é negada a sua própria condição de jovem. Antes, enquanto estavam entre 13 e 18 anos, havia uma concepção mais aceita socialmente e legalmente construída de que são adolescentes. Isso porque houve uma mobilização popular de luta pelos direitos das crianças, dos adolescentes e das juventudes durante algumas décadas no nosso país, culminando nas alterações constantes na Constituição de 1988 e posteriormente no ECA e nas demais declarações em que o Brasil é signatário. Essas referências legais amparam e garantem a condição peculiar de desenvolvimento de jovens adolescentes até 18 anos, conforme já mencionado.

Desse modo, fez-se necessário diferenciar a política pública de atendimento socioeducativo voltada para jovens de até 18 anos – podendo chegar até aos 21, dependendo da entrada do/a jovem ao sistema socioeducativo, cumprindo o tempo máximo de medida socioeducativa de três anos –, da política de segurança pública, para corroborar com toda uma mudança de paradigma que compreende a criança e o adolescentes como sujeitos de direitos. Mas, após os 18 anos de idade, essa política não é mais indicada aos jovens que praticam alguma ação ilícita. De fato, o que muda? Como lidar com a demarcação legal da faixa etária na execução da política de atendimento socioeducativo e da política de segurança pública e, ao mesmo tempo, cumprir e fazer efetivar-se na prática a defesa do paradigma do jovem como sujeito de direitos?

⁵³ De acordo com o ECA (Lei 8069/90), em seu art. 103, o ato infracional é a conduta da criança ou do adolescente que pode ser descrita como crime ou contravenção penal prevista em lei. Se a conduta for praticada por uma pessoa com mais de 18 anos, o termo adequado é crime, ou delito ou contravenção penal. (BRASIL, 1990)

Assim, olhando para o marco etário de forma isolada, entende-se que, a partir de 18 anos, as pessoas jovens deixam de ser pessoas em situação peculiar de desenvolvimento. Isto é, um jovem pode dormir jovem adolescente e acordar menos jovem ou não mais jovem? É a faixa etária que define a capacidade biopsicossocial e cultural de desenvolvimento, deixando de ser uma condição peculiar para uma condição maturada, autônoma, totalmente capaz, no âmbito da tomada de decisões e consciência dos seus atos? A postagem a seguir traz à tona essas questões. Nessa figura o nome do jovem foi desidentificado por questões éticas da pesquisa, assim como em todas as demais que aparecerão neste trabalho.

Figura 6 – Postagem na rede social de Cauã – Felicitação de Aniversário



Fonte: Tela capturada pela autora, 2020.

É possível apontar que a saída da representação social “de menor” para “de maior” é também muito significativa entre os próprios jovens e na relação com as suas famílias. O post na Figura 6 é da mãe do jovem Cauã, parabenizando-o por mais um aniversário, destacando que não se tratava de qualquer idade, mas de uma idade socialmente e subjetivamente considerada como marco representativo de uma mudança de passagem para a vida adulta. “É também a entrada oficial na vida adulta, o que exige maior atenção e responsabilidade” (Raquel – mãe do jovem Cauã, post realizado em 2018).

Essa narrativa reforça uma representação ainda significativamente reproduzida no senso comum, especialmente nas sociedades ocidentais, de que a partir da maioridade civil, no caso brasileiro de 18 anos de idade, os sujeitos sabem muito bem o que querem da vida, as consequências dos seus atos. Isso se intensifica, principalmente, quando se trata de contravenção ou transgressão cometidas por determinados jovens, aqueles cujos corpos foram socialmente marcados para serem presos. Os discursos voltados para a defesa da redução da maioridade penal como pano de fundo desta análise reforçam esta questão.

Foi possível perceber também que os próprios jovens expressavam uma compreensão ou consciência de que precisam estar ainda mais atentos ao risco de serem apreendidos, caso sejam abordados por alguma ação policial, pois sabem que o tratamento, a conduta e a sentença serão de outra ordem. Essas manifestações foram percebidas em algumas das interações que estabelecemos durante a pesquisa, especialmente por se tratar de uma pauta que eu não precisava estimular em suas narrativas. Eles sempre traziam notícias relacionadas ao contexto do aprisionamento dos outros jovens que vivenciaram a MSE de semiliberdade com eles.

O Kleiton tá preso no “cadeião” [...] pode ficar muito tempo preso, porque ele foi pego com muita droga. Acho que não vai ser fácil sair, não. (Cauã – 20 anos, conversaço pelo telefone, 2020).

Vc fico sabendo Marcos Henrique foi preso de novo. (Kleiton – 20 anos, conversaço pelo Messenger, 2020).

Nesse sentido, os jovens são desligados da medida socioeducativa estando em sua maioria com 18 anos de idade ou muito próximos de passar à maioridade. Além de terem que administrar todos os desafios e conflitos sociais de retorno ao território, enfretamento da sua realidade precária e socioeconomicamente desfavorável, têm que lidar com a demarcação e riscos de deixar de ser “de menor” para serem maiores de idade, especialmente relacionados à eminência de serem novamente privados de liberdade.

Além disso, os jovens foram construindo outras lógicas e estratégias para se comportarem no “mundão”, cada vez mais organizada, cautelosa e menos exposta. Eles deixaram pistas sobre essa questão durante nossas interlocuções, especialmente no início das interações estabelecidas. Os trechos das conversaço a seguir retratam esse aspecto.

[16:27, 03/06/2020] Kleiton: Opa.

[16:27, 03/06/2020] Kleiton: Kleiton aq [aqui].

[16:28, 03/06/2020] Pesquisadora: Opa! Blza!? [Beleza]

[16:28, 03/06/2020 - ÁUDIO] Kleiton: Vi cê chamando no messenger lá. Só que eu tinha trocado de número, entendeu Jorddana? O outro número meu já..., já tava lombrado.⁵⁴ (Conversação com Kleiton, 20 anos, via Whatsapp, 2020)

[15:34, 01/12/2020] Pesquisadora: A gente pode ir trocando ideia por telefone mesmo, se você achar melhor. Posso te ligar?

[15:36, 01/12/2020 - ÁUDIO] Robson: E aí Jorddana, boa tarde aí!

[15:36, 01/12/2020 - ÁUDIO] Robson: Tô levando, né vei, como dá. Mas eu to bem graças à Deus e você?

[15:36, 01/12/2020 - ÁUDIO] Robson: Óh, desculpa eu aí qualquer coisa, entendeu? Tinha até marcado com cê, mas, dei pra trás aí... (Conversação com Robson, 21 anos, via Whatsapp, 2020)

[13/03/2020, 13:00] Marcos Henrique: 29999885377⁵⁵

[13/03/2020, 13:00] Marcos Henrique: Meuu numero.

[13/03/2020, 13:00] Pesquisadora: Ótimo! Obrigada!

[13/03/2020, 13:00] Pesquisadora: Mas, vc [você] ainda está morando em GV? E qual é o melhor horário para eu te ligar?

[13/03/2020, 13:00] Marcos Henrique: To.

[13/03/2020, 13:00] Marcos Henrique: Qualquer hr [hora] vc [você] pode.

[13/03/2020, 13:00] Pesquisadora: Massa! Aqui, o ddd do seu telefone é 29 mesmo?

[13/03/2020, 13:00] Marcos Henrique: É sim (Conversação com Marcos Henrique, 21 anos, via Messenger, 2020).

Chamam a atenção nas conversações algumas das estratégias que os jovens utilizavam para se precaverem em relação à sua localização e informações que poderiam ou não serem reveladas. As mudanças de número de telefone, os telefones com registros de outros estados e cidades, o fato de não atenderem o telefone, apesar de falarem que poderia ligar a qualquer hora, e as maneiras de combinar e descombinar encontros, ou melhor, de se esquivarem em vários momentos, demonstram que eles não se arriscavam mais de maneira tão explícita, embora ainda se arriscassem muito. Os jovens manifestam mais medo e receio de serem “pegos” e, conseqüentemente, serem novamente presos, perderem a sua liberdade, não sendo mais menores de idade. Assim, foi possível compreender que a ideia do “cadeião” ficava mais forte e concreta para esses jovens.

Atualmente, existe o amparo legal do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.858/2013), como apontado, que inclusive afirma o direito à segurança pública e o acesso à justiça entre os direitos das juventudes. Reforça também, em seu art. 3º, inciso XI, que entre as diretrizes que devem ser observadas pelos agentes públicos na realização das políticas públicas, consta a seguinte:

⁵⁴ “Lombrado” – expressão utilizada pelos jovens para se referirem às situações ruins, nas quais alguma coisa tinha dado errado, ou atrapalhado algum esquema, bem como quando a situação poderia trazer algum prejuízo para eles. Neste caso, o telefone já estava visado pela polícia.

⁵⁵ Número fictício.

[...] zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o regime semiaberto (BRASIL, 2013, p. 9).

Além disso, em seu art. 38, que indica as diretrizes para as ações de segurança pública, registra os incisos: IV e V:

IV – a priorização de ações voltadas para os jovens em situação de risco, vulnerabilidade social e egressos do sistema penitenciário nacional;
V – a promoção de acesso efetivo dos jovens à Defensoria Pública, considerando as especificidades da condição juvenil [...]. (BRASIL, 2013, p. 34)

Apesar desse avanço jurídico, é possível afirmar que ainda se tem um longo caminho pela frente para disseminar o conhecimento sobre esses direitos e, com isso, aumentar as chances de mobilização e intervenção coletiva. Vale questionarmos em que medida tem se voltado um olhar diferenciado para a população jovem envolvida com alguma prática ilícita após 18 anos, para além da prevalência das políticas de segurança pública que afetam duramente especialmente jovens pobres e negros. Como e com qual estrutura se efetiva a política de acompanhamento de egressos de medida socioeducativa? Os jovens deixam de ser “os menor”, “sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento”? Quais são os suportes, estruturas institucionais, socioculturais, afetivas com que os jovens se deparam para acessar as possibilidades que a sociedade cria após a maioridade? Como se colocam o próprio sistema socioeducativo e a legislação diante dessa situação?

Embora a faixa etária por si só seja um elemento muito restrito e diga pouco sobre a experiência da condição juvenil como fenômeno histórico-social, concordo com Dayrell e Carrano (2014) e compreendo que “a definição de ser jovem através de uma idade é uma maneira de se definir o universo de sujeitos que habitaram o tempo da juventude” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 110). Neste estudo, ela compõe essas cenas juvenis, de maneira articulada, como um aspecto que influencia muito na forma como construímos representações e práticas sociais, culturais e políticas para com esses jovens. Desse modo, é entendida como um dos elementos que demarcam ritos de passagem em cada sociedade.

Com isso, não significa que estamos reduzindo a juventude como fase da vida e categoria sociocultural ao recorte etário. Ao contrário, corroboro com uma perspectiva que amplia a visão cronológica e considera que os sujeitos jovens vivenciam trajetórias diferenciadas mesmo estando na mesma idade. Além disso, a própria vivência da juventude

também se diferencia de acordo com os diferentes marcos etários que essa fase da vida compreende (ABRAMO, 2005).

Assim, para esta pesquisa, o marco da maioridade dos jovens e tudo o que isso desencadeia, como os aparatos jurídicos, a maioridade penal, o desligamento da Política de Atendimento Socioeducativo, os marcos escolares padronizados em relação a idade-série e conclusão da educação básica, entre outras, são dimensões de um possível ritual de passagem. Isso implica uma mudança no modo como a sociedade concebe as juventudes “maiores de idade”, mas não isoladamente. Essa mudança se efetiva na intersecção com diversos marcadores sociais de diferença, como classe, raça, gênero e território.

Assim, as sociedades, especialmente as capitalistas, patriarcais e racistas, vão conceber suas visões de juventude de acordo com os atravessamentos de raça, gênero, classe, geração e território nas experiências juvenis. No caso dos jovens interlocutores desta pesquisa, se tornar maior de idade não significou necessariamente possibilidade de finalização de uma etapa da educação básica, ingresso no Ensino Superior, formalização de atividade laboral no mundo do trabalho, possibilidade de possuir carteira de motorista etc. Os jovens desta pesquisa são capazes de passar por essas experiências. O que enfatizo é que essas experiências de inserção e mobilidade social foram historicamente negadas para esses jovens, conforme os elementos de pesquisa mostrados até aqui. Assim, esses jovens estavam inseridos em um contexto de desigualdade que os coloca à margem desses processos.

Excludentemente e perversamente, nessa estrutura política social segregadora, a faixa etária é evidenciada para esses jovens no âmbito das políticas públicas de controle social e não de acesso a direitos sociais básicos. Isso é, se efetivam com mais celeridade e eficiência as ações de caráter punitivo e repressivo, especialmente por meio da privação de liberdade e/ou encarceramento. A reincidência à privação de liberdade, conjugada com o desemprego ou poucas atividades laborais informais, o abandono escolar e as situações de pobreza foram uma realidade presente neste estudo. É muito significativo que cinco dos jovens interlocutores foram reincidentes e apreendidos no sistema prisional após o desligamento da MSE.

Vale ressaltar também que a tentativa insistente de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade no Brasil é um fato que fortalece esta análise crítica. Ou seja, o aspecto da faixa etária considerado de maneira isolada e restritiva em relação aos aspectos sociais, culturais, psíquicos e biológicos que envolvem a condição juvenil e em favor de apenas um determinado posicionamento político que valoriza o controle social e perpetua as lógicas colonialistas de segregação socioespacial e cultural, hierarquização de povos, corpos e culturas,

compõe um projeto de sociedade que dita quem é digno de ter direitos. Trata-se de uma lógica que dita quem tem direito a ser humano. Essa posição política está atrelada a determinados modos de enxergar as juventudes, que polarizam a representação social, ditando o que é e o que não é socialmente aceito e quais são as juventudes que têm direitos garantidos, incluindo o direito a ser jovem, no sentido do reconhecimento como sujeitos de direitos, no Brasil.

É possível afirmar que há um ideário de jovens, tidos/as como os/as jovens de bem, humanos/as, civilizados/as. São, em geral, aqueles/as que dão conta dos processos de escolarização “na idade certa”, que não “dão trabalho”, que não “mexem” com droga, que em geral são brancos/as ou menos retintos/as racialmente falando. São aqueles/as que moram em bairros de classe média, classe média alta, de elites ou até mesmo de classe média baixa e que se adaptam aos trabalhos formais mesmo que precarizados. Mas, há também uma representação muito forte sobre os/as jovens que não são boa companhia, “os maus elementos”, que não são civilizados e por isso menos humanos, ou talvez, quase humanos, pois precisam ser melhorados, formados, lapidados. Ou seja, existem estereótipos construídos sobre esses jovens, especialmente os/as pobres, favelados/as, pretos/as, que não estão na escola, ou, quando estão, estão em “defasagem” escolar. São os que não trabalham. Os marginais, os malandros/as, delinquentes, perigosos/as.

Nesse sentido, dependendo da faixa etária, principalmente a que agrupa a população jovem no Brasil (15 a 29 anos de idade), e do modo como as representações sociais a significam, é possível ter acesso a algumas experiências e a outras, não. Assim, a faixa etária é um elemento que pode tanto garantir e oportunizar mais acessos, como pode privar, cercear, reprimir, segregar determinados jovens. Por isso, ser jovem com 18 anos de idade ou mais, nesta pesquisa, não tem um único sentido. Além de vivenciar uma determinada idade da vida, que por si só já diz de uma forma de estar no mundo biopsicossocialmente e de como a sociedade encara e rotula e/ou acolhe, aqui especialmente, demarco que há, nas mesmas idades da vida, legitimações de determinadas juventudes e humanidades.

São essas visões de mundo dicotomizadoras, isto é, colonizadoras, que minam possibilidades de humanização e reforçam cada vez mais determinados lugares sociais e modos de enxergar esses jovens, que são também reproduzidas na efetivação de políticas públicas para jovens “fora do padrão”. Essas políticas públicas permitem que jovens de 18 anos que se envolveram em alguma prática ilícita vão para o sistema prisional sem nenhuma ou quase nenhuma consideração da complexidade da sua condição social de jovem em diferentes contextos sociais, atravessados por diferentes formas de opressão social. Elas permitem também

precarizações nas oportunidades de acesso à educação escolar nessa faixa etária, devido à sua descontinuidade.

São políticas que, na maioria das vezes, também desconsideram os territórios complexos e de violência em que esses jovens vivem e/ou não fornecem estrutura e suporte para de fato construir práticas que dialogam mais diretamente com os territórios, os desafios vividos, os desejos dos/as jovens, como por exemplo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e/ou Proejas e outros programas de educação profissional e tecnológica. Além disso, há as juventudes que nem sequer conseguem acessar essas políticas públicas, mas são também parte integrante dessa estrutura de negação de direitos, como é o caso dos jovens desta investigação.

Até aqui foi possível perceber que as experiências juvenis que compõem as trajetórias dos jovens são atravessadas por diferentes dimensões, como a família, os grupos de pares no território de moradia, a escola, o trabalho, as dinâmicas do tráfico de drogas, a privação de liberdade e o sistema socioeducativo. São dimensões comuns, a partir das quais é possível constatar e confirmar os conceitos de condição juvenil e situação juvenil, com a perspectiva da pluralidade que considera a diversidade e as diferenças (DAYRELL, 2003, 2007; ABRAMO, 2005; SPOSITO, 1996, 2002), uma vez que olha para os processos singulares vividos e, desse modo, considera os modos de ser, de viver dos jovens, o que permite ir nas entrelinhas, fugir de homogeneizações e linearidades, que poderiam gerar análises estigmatizantes.

Nesse movimento de criar composições a partir das experiências compartilhadas pelos jovens, buscando ver, ouvir e registrar, criar ângulos, capturar cenas, foi possível enxergar outras nuances e me permitir ver as minúcias, as sutilezas de outras dimensões, categorias sociais de opressão, mas também marcadores de potencialidades que se concretizaram na experiência de cada jovem, e, assim, constituíram diferentes e semelhantes articulações no vivido, nas experiências juvenis.

Na próxima seção, continuaremos o caminho de análise sobre os modos de configuração das trajetórias de vida do jovens, seguindo na construção dessa composição em movimento, transitando por essas outras dimensões, categorias e condições estruturais que atravessam os corpos. Nesse atravessamento, elas se entrecruzam, se articulam e criam e recriam posicionalidades e significados subjetivos no processo de interação entre corpos juvenis e as estruturas sociais.

5 TRAJETÓRIAS JUVENIS ITINERANTES: ENTRECRUZAMENTOS QUE DEMARCAM LUGARES E [RE]EXISTÊNCIAS

Seguindo o movimento analítico de compreender como têm se configurado as trajetórias de vida de jovens egressos da MSE de semiliberdade, nesta seção, dei mais alguns passos e trilhei outros caminhos com os e as interlocutores/as. Esse percurso teórico-metodológico-analítico se concretizou a partir de itinerâncias também teórico-metodológicas que se estabeleceram pelas andanças online-offline, pelas capturas, “*frames*” e narrativas que foram se constituindo composições diversas, múltiplas e em constante possibilidade de recomposições, reconfigurações multifacetadas, multidimensionadas, multicoloridas, sempre em movimento transversalizado, ziguezagueante, multidirecional, multiterritorial.

No prolongamento e aprofundamento dessa caminhada, pude me aproximar um pouco mais dos percursos, experiências transitadas, significadas e ressignificadas dos jovens e constituir uma composição com outras cenas, narrativas e capturas, que me possibilitou enxergar, ouvir e registrar outras dimensões, atravessamentos, entrecruzamentos emergentes das trajetórias dos jovens.

Nesse sentido, embora imbuída de compreensões e perspectivas teóricas (socioculturais, históricas, construídas e produzidas no campo científico e na experiência popular) que me mobilizaram durante as andanças e idas e vindas na busca de reaproximação e de construir diferentes encontros empíricos com os jovens e demais interlocutoras desta pesquisa, procurei escutar e enxergar quais eram as articulações que os jovens estavam me mostrando e indicando como reais e concretas nos seus percursos de vida. Em outras palavras, trata-se de uma análise que primeiro olhou, escutou, interagiu, aproximou dos contextos e condição juvenil vivida pelos jovens para depois elaborar um registro que escutou a voz dos jovens e articulou as categorias sociais e os marcadores de diferença e de potencialidade que eles apontaram na interlocução comigo.

A partir disso, nesta seção articularei com mais ênfase as dimensões de gênero, raça, território, religião e culturas juvenis. Desse modo, foi possível criar mais camadas, interconexões, imbricamentos que só fazem sentido nas experiências concretas e complexas dos sujeitos, inseridos no tempo-espço e contexto histórico, político e sociocultural.

Nesse sentido, foi (e é) urgente e necessário jogar luz para os processos plurais e singulares vividos por esses jovens. Isso implicou (e implica) realizar um exercício analítico de aproximação intencionada e mais aprofundada para compreender e assumir que estamos tratando de uma complexidade muito maior. Estamos olhando para trajetórias de vida marcadas

por traços que são também coletivos – a raça, a classe e a idade/geração especialmente – que os colocam em processos de subalternização e desumanização. Ao mesmo tempo, são dimensões que se articulam e se entrecruzam de diferentes formas nas experiências juvenis, produzindo singularidades.

Seguimos a [an]dança das cenas, dos atravessamentos, entrecruzamentos, das intersecções que dão sentido e embasamento para uma composição sociológica em movimento. Acreditamos que esse movimento constrói conhecimentos, amplia concepções, confronta perspectivas subalternizantes e invisibilizadoras e, principalmente, fortalecem a existência de vidas humanas potentes e resistentes. Desse modo, aprofundarei na compreensão das trajetórias de vidas em itinerâncias que os jovens vão experimentando, constituindo e (re)fazendo. E assim, considero poder contribuir na ampliação da compreensão da condição juvenil por meio do diálogo mais entrelaçado com elementos da Sociologia da Juventude, a Sociologia do Indivíduo, a Sociologia Decolonial e Interseccional.

5.1 A condição de egresso da medida socioeducativa compondo cenas e ditando percursos

Outro elemento que faz parte das cenas juvenis dos jovens na composição itinerante de suas trajetórias é a condição de egresso da MSE de semiliberdade. É uma condição que atravessou todos eles e marcou as suas trajetórias de vida a partir do momento em que eles são desligados da MSE.

Dos nove jovens que compõem a pesquisa, seis foram desligados por cumprimento de medida. Ou seja, cumpriram a semiliberdade sem interrupções e de acordo com o tempo determinado pelo Juizado da Vara da Infância e da Juventude, com base na avaliação semestral que é feita de cada jovem. Os outros três foram desligados por diferentes motivos.

Um deles foi transferido para outra unidade para ficar mais próximo da sua família, pois era o único jovem não residente em Governador Valadares.

Outro foi desligado da MSE por ter sido transferido para o Programa de Proteção aos Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), tendo em vista o risco que ele estava correndo de perder a própria vida se continuasse na Casa Semiliberdade de GV, por conflitos externos que refletiram em conflitos internos.

E o terceiro jovem foi apreendido em flagrante dentro da própria Casa Semiliberdade. Segundo a diretora da Unidade da Semiliberdade de GV, ao retornar de uma visita domiciliar, ele estava com a mochila cheia de drogas ilícitas. No procedimento de revista que era feito sempre que os jovens realizavam alguma saída prevista na rotina da medida socioeducativa, se

houvesse algum tipo de descumprimento de regra ou cometimento de ato infracional, o jovem era levado para a delegacia para realizar ocorrência policial. Dependendo da situação e da idade, poderia ser encaminhado para internação provisória até que fosse novamente julgada a sentença sobre a MSE na qual seria inserido, podendo ser levado para a medida de internação, que é a mais severa. Outra possibilidade era o jovem ser apreendido no sistema prisional, se fosse maior de idade. Esse foi o caso de Don Juan, participante do grupo desta pesquisa, que na época já estava com 18 anos completos.

A saída da MSE e o retorno à liberdade eram entrelaçados com a marca da experiência da privação, que os jovens tinham que carregar e precisaram encarar de alguma forma. Desde a pesquisa anterior, essa questão era mencionada por eles. Em suas palavras, eles eram “os menino da semi” (ALMEIDA, 2017). Isso apontava para o fato de serem socialmente estigmatizados como “ex-presos”, “ladrão”, “bandido”, “criminoso”, “marginal”, entre outros.

Esse aspecto foi mais uma vez percebido e identificado na empiria realizada, especialmente, através das experiências dos jovens que aderiram ao Programa de Acompanhamento de Egresso chamado Se Liga. Dos nove jovens que compuseram o universo desta pesquisa, apenas quatro foram identificados pela equipe de ex-educadoras que atuaram no Programa no período de 2016 (a partir do segundo semestre) a 2018, período no qual os jovens foram desligados. Os demais jovens não foram identificados como participantes do Projeto, o que indicou que não quiseram aderir ao acompanhamento de egresso.

A partir dos relatos das ex-educadoras, foi possível identificar as repercussões e reproduções sociais negativas referentes aos jovens, tanto por parte do próprio jovem em seu processo de construção de identidade e perspectivas de vida, quanto as repercussões externas de descrença, desconfiança, descredibilidade nos jovens após a experiência da privação de liberdade, atreladas à manutenção e reprodução de estereótipos negativos e práticas racistas.

Então, quando você começa a fazer um acompanhamento e trazendo essa realidade do egresso, né, que é seu ponto de pesquisa... O egresso sempre é aquele que comete atos infracionais graves, né? Que a gente fica um pouco assustada de início, a sociedade se assusta muito, e ao invés dos direitos deles começarem ali a serem elaborados, trabalhados, garantidos, eles têm mais uma vez o direito deles violado, né? É uma série de barbárie que a gente vê nesses centros de internação, até mesmo assim na Semi, que não ajuda, né? [...] “Quando você sair daqui vou fazer questão de te denunciar, te dedurar pra polícia, eu sei seu endereço” [se referindo aos Agentes Socioeducativos]. Esses tipos de violações que a gente sabe que existem [...] Uma questão muito punitiva. Então, eles já saem de lá com muita raiva, né? Com esses relatos de não querer mudar, porque o que que adianta? Isso que eles falavam com a gente. **“O que que adianta, Daiane? Eu vou mudar pra onde? Ninguém**

acredita mais em mim.” (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, entrevista-conversação, 2020, grifos meus).

Em outro momento de interação, a educadora deu sequência aos seus relatos e enfatizou que:

Então, assim, a gente tinha que, além de todo direito que ele [jovem egresso] tinha violado aqui fora, não tinha uma rede familiar que o acolhesse, né? A gente de emprego [se referindo a empresários], infelizmente, não acolhe, não dá uma oportunidade de trabalho pra esses meninos, principalmente se ele tiver tatuagem e se for negro. (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, , 2021).

Esses relatos reforçam o que as pesquisas com jovens egressos vêm apontando, que há ainda uma reprodução da lógica punitivista nas políticas de atendimento socioeducativo (SANTIAGO, 2014; BASTOS, 2019; SILVA, 2019; MONTEIRO, 2020). Elas se pautam e repercutem a representação social do jovem como ameaça e/ou problema social, que historicamente vem sendo sustentada nas tradicionais formas autoritárias de repressão presentes desde o processo de colonização e continuadas nas perspectivas eugenistas, higienistas, criminalizadoras, moralistas, capitalistas entre outras, como a lei do Código de Menores (Lei nº 6.697/1979). Essa perspectiva de punição opera através da lógica do apagamento da possibilidade de sujeito histórico, capaz de produzir e criar caminhos, ressignificar a realidade vivida. Trata-se de uma reprodução da política de violação de direitos, totalmente contrária ao Estado de Direito.

Esse aspecto da punição presente nas políticas de socioeducação, incluindo o acompanhamento de egresso, me suscitou a articular com o conceito de *pedagogia da crueldade* que se faz presente na trajetória de egressos dos jovens, conforme se articulam as categorias de opressão de geração, gênero, raça, classe em suas experiências. De acordo com Rita Segato (2018), a pedagogia da crueldade pode ser entendida como todos os atos e práticas que ensinam, habitam e programam os sujeitos a transmutarem de seres vivos para “coisas”.

É um processo que coisifica algumas determinadas humanidades colocando-as na condição de estéreis, inertes, moldáveis, a partir de uma visão que inferioriza. Por isso, as perspectivas e práticas punitivistas para com jovens privados de liberdade ou egressos de medida socioeducativa são exemplos de pedagogia da crueldade nesta pesquisa. Segato (2018) afirma que “a repetição da violência produz um efeito de normalização de uma paisagem de crueldade” (p. 11 – tradução minha). Assim sendo, os jovens egressos precisam continuar sendo punidos, afastados da sua humanidade, segregados socialmente, para permanecerem seres inferiores, sem humanidade, por isso passíveis de violências perversas que os invisibilizam.

Os jovens vão incorporando perversamente uma identidade de subalternos, descredibilizados, inúteis, inviáveis, ineducáveis, sub-humanos. Eles são ensinados a reproduzirem uma visão extremamente inferiorizada de “si” mesmos, pois são vistos como os “outros”, nesse caso, o jovem egresso da medida socioeducativa, o criminoso, o suspeito, a ameaça. É uma visão consubstanciável aos padrões classistas, sexistas, racistas, de poder-dominância-subalternização (QUIJANO, 2005; ARROYO, 2015). O que legitima pensar os jovens como inferiores em racionalidade, moralidade, valores, cultura. Inferiores como sujeitos históricos, indignos de uma vida humana justa.

Os relatos reforçam a compreensão de que esses jovens, em sua maioria pobres, periféricos e negros, são vistos como violentos, delinquentes, por isso, extermináveis, aprisionáveis. Esse aspecto evidencia a existência reticente dentro das políticas públicas de juventudes, especialmente as de atendimento socioeducativo, de uma perspectiva e discurso que culpabiliza os jovens e isenta a sociedade, o Estado, a Justiça, as relações econômicas, as instituições de responsabilidade com a vida humana digna em primeiro lugar. Assim, aos jovens egressos da MSE restam, novamente, a punição, a criminalização, a segregação social e racial.

De acordo com Arroyo (2015), estamos vivendo uma retomada da segregação social e racial que acompanha desde muito tempo a nossa história de colonização e segregação dos coletivos sociais negros/as, indígenas, mulheres, trabalhadores/as empobrecidos/as. Nessa retomada há uma novidade.

A novidade cruel está em que os segregados, como pobres, negros, são jovens, adolescentes e crianças. E ainda mais cruel: segregados porque foram assim catalogados pelos representantes do poder, pela mídia, pela justiça e pela opinião pública como violentos, infratores, ameaçadores da ordem. Extermináveis. Entregues à justiça penal. (ARROYO, 2015, p. 23).

Nesse sentido, fica evidente a dimensão do racismo como estruturante dos processos de violências, segregação e extermínio de jovens, principalmente, articulado com as dimensões de classe, gênero e geração. De acordo com Gomes e Laborne (2018), o racismo como mecanismo de dominação rotula os jovens pobres, periféricos, negros e do sexo masculino como suspeitos número um: perigosos, ameaçadores, que provocam medo e repulsa e, além disso, são vistos como inúteis e descartáveis pela lógica do capital. Segundo as autoras,

A nossa sociedade é capaz de produzir uma série de mecanismos que acobertam e garantem impunidade aos violentadores e aos agressores. E acusam os jovens negros, mesmo que eles não sejam culpados. A cor da pele, quanto mais escura, mais se torna uma marca que estigmatiza. A periferia e a favela como locais de moradia são suficientes para que o extermínio seja decretado. (GOMES; LABORNE, 2018, p. 4).

Assim, o racismo é considerado pelas autoras como a macrocausa de um fenômeno complexo e multicausal que é a violência contra as juventudes negras no Brasil. A partir dessa chave de análise, a imagem do suspeito fica ainda mais explicitada no relato da educadora, associada à cor da pele, e junto com ela a tatuagem, demarcando um corpo jovem visto como inútil, dispensável, descartável pela perspectiva moral, racista e capitalista.

E o extermínio aqui compreendido está ligado à aniquilação das vidas jovens negras, principalmente, expressa em situação alarmante de genocídio. Mas, também no sentido da segregação de diversos acessos, direitos básicos, de violações presentes no cotidiano dos jovens. E, nesse sentido, em diálogo com Arroyo (2017), estamos diante de uma situação perversa que é a produção de um medo mais radical que afeta as juventudes:

[...] perder a vida por ser jovem, por ser negro, pobre, periférico. É o medo mais radical. A cor do medo é negra. O primeiro direito humano, o direito à vida, está ameaçado. Será conveniente ampliar essa condição de juventude do medo. Não só a extermínios, mas a ter de viver o direito à vida ameaçado pelo desemprego, subemprego, pela instabilidade e precarização de seus trabalhos, pela precarização dos espaços de seu viver: sem teto, sem transporte, sem-terra, sem serviços públicos de saúde e educação. Viver uma vida tão precária, sem horizonte, sem prazo é ser obrigado a viver na insegurança, no medo (ARROYO, 2017, p. 236–237).

Assim, é possível inferir que a condição de egresso foi se constituindo na experiências dos jovens também como uma situação perversa de produção do medo mais radical, que é perder a vida no sentido mais amplo, ou seja biológico, social, cultural, afetivo, de perder o seu viver, por ser jovem, negro, pobre, periférico, “ex-presos”. Medo de não ter ninguém que vai acreditar nele. Medo que se traduz em desesperança, descrédito, ausência de horizontes e perspectivas. Além de todas as ameaças citadas por Arroyo (2017). Tomando como referência os/as autores/as com quem dialogo neste estudo, ressalto que se trata de uma condição de egresso atravessada perversamente pelo racismo, que, nas experiências concretas dos jovens, se articula com as dimensões de classe, gênero, geração e território e com a marca da privação de liberdade, gerando assim a condição de egresso das juventudes do medo.

Seguindo as andanças analíticas sobre a condição de egresso, a partir da experiência do Programa Se Liga vivida por alguns dos jovens, evidencio mais um elemento que compõe a trajetória deles e que nos alerta para uma questão que pode atravessar a vida dos demais. Refiro-me à dificuldade que os jovens apresentam de estabelecer e, principalmente, manter vínculos mais fortes e permanentes. Isso pode indicar, a princípio, a baixa adesão dos jovens ao Programa de Acompanhamento de Egresso, apontando que o estabelecimento de relações de confiança precisa iniciar e ser fortalecido antes do processo de desligamento do jovem. E aqui já indica

também uma necessidade de efetivação de uma política de atendimento socioeducativo de maneira sistêmica, construída a partir da perspectiva de rede.

Além disso, havia também a dificuldade em manter vínculo após a adesão ao Programa Se Liga. De acordo com o relato das educadoras que contribuíram com esta pesquisa, os jovens não conseguiam continuar conectados com as propostas de curso, oficinas e trabalho que eram oferecidos e indicados para eles.

Porque quando eles estão lá, eles criam vários cursos, querem estudar, querem trabalhar, querem se capacitar. E o Se Liga pagava cursos caros, só que a gente não pagava pro fogo do adolescente. A gente tinha que ver se ele daria conta disso, entendeu? (Daiane – ex-educadora do Programa Se Liga, 2021)

O Kleiton... [pequena pausa]... O Kleiton, pra mim, ele sempre insinuou quem que ele era no Se Liga. Ele sempre insinuou ser uma pessoa que queria muito, sabe? Ele queria muito! Tanto que ele aderiu, ele falava que queria sair daquela condição, mas ele era muito envolvido. Ele queria, eu acho que era só pra, pra uma parte da consciência dele entender que ele estava mudando. Porque nada que a gente..., é, falava assim, vamos propor algo, ele não conseguia manter esse vínculo. Então, ele é uma pessoa que não consegue manter vínculos com ninguém, entendeu? (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, 2021).

Marcela: O Kleiton?

P: Isso!

Marcela: Não! Ele... Corria muito de mim! [risos] Corria mesmo que até o motorista falava “Ah, você vai lá de novo?” [risos]. “Ele não vai tá lá não!” Eu ia numa casa e ia em outra. Eu ia nas duas.

P: E, em geral, ele não estava em casa?

Marcela: Não!

P: Alguém te atendia? Você era atendida, mas ele não estava, era isso?

Marcela: É, na casa da avó era atendida, mas lá na casa dele, da mãe dele, eu nunca encontrava ninguém lá não! (Marcela, Educadora do Programa Se Liga, 2021).

Eu acho que ele [Kleiton] tem um irmão que tá preso na cadeia, né? A casa dele, toda vez que eu ia lá, tinha umas câmeras... Era um beco, tinha uma câmera naquele beco e lá na rua. E aí ele só atendia quando ele conseguia ver quem era que estava chamando ele. (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, 2021).

O desafio da construção de vínculos com os jovens foi ficando cada vez mais evidente no relato da experiência das educadoras, assim como na própria experiência de realização desta pesquisa. Tornou-se uma questão identificada como uma possível característica de jovens egressos. Nesse sentido, foi necessário assumir e compreender como elemento de pesquisa o fato de que o próprio jovem inserido em seu contexto, em seu território e territorialidades em situação de liberdade, tinha mais possibilidades de dar as coordenadas, ditar alguns ritmos do

processo. Isso influenciou diretamente nas possibilidades ou limites de aproximação do jovem e com o jovem egresso da política de socioeducação.

Esse aspecto indicou também que o retorno ao território vivido em liberdade implicava aos jovens se concentrarem em muitas outras variáveis, especialmente nos círculos de vínculos com as relações ligadas ao tráfico de drogas que eles tinham estabelecido e que eram administradas durante o cumprimento de medida, conforme a pesquisa anterior apontou (ALMEIDA, 2017). Assim, os jovens não perdiam totalmente o contato com seu grupo de pares nas dinâmicas das práticas ilícitas. Mas, vale ressaltar que, enquanto estavam acautelados, havia uma limitação ou uma inibição para continuar envolvidos em ações que pudessem comprometer ainda mais a sua situação de cumprimento da MSE o mais rápido possível.

De acordo com Almeida e Leão (2018), esses jovens enfrentam cotidianamente situações trágicas e limítrofes, estão sempre no limite entre o mundo da medida e o “mundão”, cumprir as regras da medida e continuar se envolvendo com práticas consideradas ilícitas, mudar de vida e continuar na vida do crime, e, assim, enfrentam as provações que tais situações implicam. O fato de não conseguirem sair “dessa vida” não é só no sentido da vida ilícita, é também em relação ao círculo de opressão e exclusão social no qual estão inseridos. Os jovens, nessa realidade, vivem expostos a contextos sociais precários e de violência, na perspectiva da violação de todo e qualquer direito social, inclusive, o direito à vida.

Nesse sentido, foi possível perceber que os jovens, após o desligamento, retomavam seus vínculos com os grupos de pares e as dinâmicas que eles estabeleciam e não tinham mais de estar vinculados a nenhum programa de acompanhamento, pois eles já cumpriram o que tinham que cumprir. Isto é, não “deviam” mais nada para a Justiça. Desse modo, como mantinham o envolvimento com práticas ilícitas, eles precisaram manter a estratégia de não se exporem tanto, especialmente no offline. Não dava para ficar muito disponível, precisavam manter-se menos anunciados e menos visados.

Contudo, se fazem presentes nessa cena da condição de egresso as trajetórias marcadas por experiências ambíguas. O desejo de mudar de condição de vida mostrado pelos jovens na relação estabelecida com as educadoras do Programa Se Liga era representado pelo interesse em participar das oficinas, dos cursos, das capacitações. Eles queriam ter outras oportunidades e aderiam ao Programa com esse discurso. Mas, ao mesmo tempo, os jovens vivenciavam a condição de “envolvidos” e isso tornava o desejo deles um dilema.

A condição de “envolvido”, constatada na pesquisa de mestrado, foi muito utilizada pelos jovens no período da privação e tinha o sentido de uma condição de estar literalmente

“envolvido” e/ou “preso” a práticas ligadas às amizades e parcerias constituídas no contexto do tráfico de drogas, seja no âmbito do uso e/ou na venda de drogas, como também nos diferentes níveis de envolvimento com suas dinâmicas ilícitas circunscritas nesse território. Permanecia a “situação limítrofe” entre querer mudar de condição de vida, mas não conseguir (ALMEIDA, 2017).

Isso significou, na minha percepção, que a dificuldade ou fragilidade no estabelecimento de vínculo com o Programa Se Liga e com as oportunidades alternativas à prática ilícita tornou-se uma estratégia de proteção contra os riscos que poderiam estar correndo, dependendo no nível de exposição a que se submetiam ou permitiam. Após o desligamento da MSE, os jovens retomavam às vivências arriscadas de uma condição de “muito envolvido”. Dito de outro modo, foi possível inferir que eles criavam alternativas de resistência, no sentido de buscarem maneiras de preservarem suas vidas, manterem-se vivos, mesmo que isso significasse não se vincular, se comprometer com determinada instância e/ou prática educativa, laboral, cultural etc.

Desse modo, a condição de egresso foi se desenhando como uma experiência de mais incertezas, riscos, fragilidades, do que de proteção e garantia de direitos. Dependendo do nível de envolvimento e exposição dos jovens às relações e práticas promovidas pela política de acompanhamento de egresso, mais eles poderiam estar em uma situação de vulnerabilidade, desproteção e risco de perder a própria vida, pois teriam suas rotinas, seu trânsito pela cidade e diferentes territórios mais expostos, visados, facilmente identificados por outras pessoas, como por exemplo por seus rivais nos conflitos entre os “fechamentos” ou até mesmo pela polícia.

Esses são aspectos muito importantes de serem identificados e evidenciados, considerando que há uma especificidade na postura, nas perspectivas e visões de mundo dos jovens a partir do momento em que eles estão desligados da MSE. Eles não estão mais na condição de acautelados. Eles agora estão no “mundão”, são “vida loka”, utilizando expressões próprias, e não mais estão na condição de terem que obedecer a regras impostas. Os jovens retomam outros jogos sociais, nos quais eles não somente precisam obedecer ou cumprir regras, mas também ditam as regras, decidem, opinam, estabelecem as jogadas de forma mais explícita. Esse aspecto será retomado no próximo tópico.

Nesse sentido, eles vão escolher se aderem ou não ao Programa de Acompanhamento de Egresso, partindo dos sentidos e dos desejos que mobilizam ou não a sua relação com esse Programa e não mais pelos interesses ligados ao cumprimento da MSE e, especialmente, ao seu desligamento. Assim, cabe a reflexão sobre quais sentidos, desejos e interesses mobilizam os

jovens a seguirem vinculados a uma ação de acompanhamento ou não? Essa questão está, na minha análise, diretamente ligada a dois aspectos.

Um primeiro aspecto se refere aos sentidos, desejos e interesses que foram ou não mobilizados durante a experiência da própria MSE de privação de liberdade. E um segundo aspecto está relacionado ao contexto de vida e de dinâmicas sociais em que os jovens estavam inseridos, que impunham a eles tomarem determinadas decisões, fazerem certas escolhas, criarem ou se adequarem a algumas regras, para permanecerem no jogo social, isto é, para se manterem vivos. Esses aspectos estavam diretamente imbricados com os contextos sociais de desigualdade nos quais os jovens se constituíam como jovens na perspectiva do sujeito social (DAYRELL, 2003).

Estamos nos referindo a jovens que, da noite para o dia, são desligados da medida socioeducativa, passam da condição de acautelados pela política de socioeducação para a condição de egressos e têm que encarar os mesmos contextos sociais precarizados, subalternizados e desprotegidos, marcados pelas categorias de opressão de classe, raça, gênero, território, geração e outros. A condição de egresso foi ganhando destaque no percurso empírico como mais uma experiência na qual os jovens são “proibidos de ser” (DAYRELL, 2003; NONATO, ALMEIDA, FARIA et al., 2016). Ou seja, mesmo em liberdade, eles permanecem experimentando situações em que são privados de desenvolver suas potencialidades, construir relações de outras referências socioculturais, tomar suas decisões em segurança, sem a iminência de colocarem a própria vida em risco. São jovens privados de viver plenamente a juventude como “tempo-espaco-ciclo” (GOMES; LABORNE, 2018) da vida. Portanto, jovens privados do direito fundamental à vida.

E, desse modo, a dimensão do valor à vida se constituiu elemento forte e emergente neste estudo, na medida em que prolongou as andanças teórico-metodológicas. Ampliou meu olhar sobre a complexidade da condição de egresso, de retorno e, ao mesmo tempo, de continuidade no território das experiências vividas nos grupos ligados às práticas do mundo do tráfico de drogas, e de como tudo isso foi (re)criando itinerâncias, idas e vindas, recomeços, retrocessos, fissuras, gretas nas trajetórias de vida desses jovens que lutam o tempo todo por se manterem vivos, por existirem. Nesse sentido, aponto que os jovens precisavam enfrentar inúmeras situações de tomada de decisão, verdadeiras encruzilhadas, para administrarem a vida no “mundão” e a possibilidade de se inserirem e/ou permanecerem em um Programa de Acompanhamento de Egresso, conforme apontado pelas educadoras. Mas, também, em relação a outras experiências, como na escola e nas relações de trabalho apontadas na seção anterior.

Essas nuances da condição de egresso como parte de uma cena sociológica mais ampla da condição juvenil desses jovens permitiu apontar o quanto apenas a ação de um programa de acompanhamento após o desligamento desses jovens da MSE, efetivada de maneira isolada, não é suficiente para servir de suporte para que os jovens se sintam acolhidos, protegidos e amparados diante de tantos processos de violação e violência que eles continuam vivendo após a experiência de privação de liberdade.

5.2 “Então xio a liberdade”: trajetórias juvenis em movimento, em [re]existências

Esta pesquisa faz interlocução com jovens homens do sexo masculino, sendo a grande maioria negros – dois jovens se autodeclararam para a medida socioeducativa como pretos e seis como pardos. Apenas um jovem se autodeclarou branco. Tanto gênero como raça são aspectos sociais que também marcam a vivência da condição juvenil e significativamente atravessam a composição social dos jovens desta pesquisa.

São esses marcadores sociais, articulados com outras dimensões e circunstâncias, que impõem certos limites e/ou possibilidades de se constituir como sujeito de direitos, ter seus direitos negados ou garantidos e de ter ou não acesso a determinados bens e serviços. Torna-se então necessário compreender: ser jovem homem faz diferença? Ser jovem negro faz diferença? As experiências vividas pelos jovens interlocutores desta pesquisa nos apontaram, e reforçaram mais uma vez, que ser jovem homem negro não é a mesma coisa que ser jovem homem branco, que não é a mesma coisa de jovem mulher ou trans. Trata-se de duas categorias que atravessam fortemente a vivência das juventudes desta pesquisa.

Nesta análise, impelida pelos diálogos com Gomes (2017), Gomes e Laborne (2018), Arroyo (2019), Borges (2018) e Akotirene (2019), a pergunta mobilizadora foi voltada para o que implica ser jovem homem negro nas trajetórias de vida desses jovens.

Estamos nos referindo a um grupo específico de jovens, os quais vivenciaram a privação de liberdade, territórios segredados socioespacialmente, demarcados por diversas violências, como a precariedade estrutural, ausência de equipamentos públicos e violação de direitos sociais básicos desde as suas infâncias, além das relações estabelecidas com o tráfico de drogas e suas dinâmicas arriscadas e com a violência letal que assola este país. Estamos falando de jovens homens, negros e pobres.

Nesse sentido, outro marcador que também compõe este retrato sociológico dos jovens se refere ao local de moradia como um território. O sentido de território associado neste estudo se baseia principalmente na articulação entre o conceito de território vivido, desenvolvido por

Milton Santos (2000; 2005), e de multiterritorialidades, aprofundado por Haesbaert (2004; 2007). O diálogo com esses autores me possibilitou entrelaçar esses conceitos aos elementos das trajetórias e experiências dos jovens e assim considerar que o território, muito além de espaço físico, é espaço vivido, no qual os sujeitos estabelecem relações sociais, sentidos, significados, representações simbólicas e afetivas, inseridas em campos de tensão, força, disputas, relações de poder. Território como espaço vivido é lugar em constante renovação de experiências.

“Os lugares, são, pois, o mundo, que eles produzem de modos específicos, individuais e diversos [...] são singulares, mas também são globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares” (SANTOS, 2000, p. 112). Em outras palavras, o território vivido é significado pelos sujeitos na vivência de suas experiências e nos processos de (re)significação dos mesmos espaços, a partir dos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais que se desenvolvem em um determinado tempo histórico e dinâmicas sociais de relações de poder e dominação.

Assim, de acordo com Haesbaert (2004), o território, enquanto “espaço-tempo vivido”, é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, contrário ao território unifuncional proposto e produzido pela lógica capitalista hegemônica de dominação. O território como espaço-processo é socialmente construído, por meio das relações sociais entendidas como relações de poder. Para o autor, sempre vivemos uma multiterritorialidade, uma vez que a compreendemos no sentido de “experimentar vários territórios e/ou territorialidades” ao mesmo tempo e, desse modo, formular uma territorialização efetivamente múltipla. Ou seja, “o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos; toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Todos os jovens participantes desta pesquisa residiam em bairros e regiões, territórios geográficos considerados como periferias e/ou aglomerados subnormais, isto é, favelas. Morando em becos, morros e/ou baixadas. Do grupo geral dos nove jovens que compuseram o universo desta pesquisa, oito eram moradores do município de Governador Valadares e um residia na região metropolitana de Belo Horizonte, mais precisamente em Contagem.

De acordo com o reconhecimento geográfico territorial e socioeconômico, especialmente da cidade de Governador Valadares, identificamos que os bairros em que os jovens residiam eram todos considerados áreas de concentração da população mais pobre e desfavorável sociocultural e economicamente. Alguns chamados de bolsões de pobreza, ou

seja, considerados socioeconomicamente mais pobres do município. Estava incluída também parte da região ribeirinha da cidade, situada nos bairros mais populares. Apenas um bairro, de um dos jovens, estava localizado em uma região de classe média. No entanto, nele coabitavam diferentes classes sociais. Por meio das observações de campo, pelas andanças nesse território, foi possível perceber nitidamente uma discrepância socioeconômica e constatar, sem muito esforço, um retrato da desigualdade social ali presente.

Em diálogo com Regina Novaes (2006), ressalto também nesta pesquisa que o local de moradia pode demarcar diferenças específicas nas possibilidades de inserção social dos/as jovens.

Para as gerações passadas, esse critério poderia ser apenas uma expressão de estratificação social, um indicador de renda ou de pertencimento de classe. Hoje, certos endereços também trazem consigo estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e a corrupção dos traficantes e da polícia – chamadas de favelas, subúrbios, vilas, periferias, conjuntos habitacionais, comunidades (NOVAES, 2006, p.106).

Assim, o local de moradia, como um território vivido, em diálogo com Santos (2012), é também um elemento que influencia diretamente nas possibilidades de acesso ou não a determinados bens e serviços, por exemplo, à moradia mais digna, com estrutura básica de saneamento, pavimentação e outros; a equipamentos de saúde e educação de qualidade; às atividades culturais e de lazer. Sendo assim, o território de moradia pode ser considerado como mais um elemento na trajetória de vida que esses jovens carregam consigo, “tanto por dizer sobre o lugar social de onde eles vêm, dentro da estratificação social mais ampla, quanto pelas representações sobre tais locais, o modo como são concebidos, categorizados e estigmatizados socialmente” (ALMEIDA, 2017, p. 41).

Em uma pesquisa realizada por Andréa Gusmão, Marina Amorin e Gilvan Guedes em 2016, no município de Governador Valadares, com o intuito de analisar a distribuição espacial e a percepção de violência por parte da população residente no município, foi possível identificar que a maioria da população participante da pesquisa considerava a cidade como muito violenta (GUSMÃO; AMORIM; GUEDES, 2016). Entre os bairros com alto índice de percepção da violência, estão especificamente dois bairros os quais são territórios de moradia vividos por dois dos jovens interlocutores nesta pesquisa. Além disso, compõem um conjunto de bairros socioeconomicamente menos favorecidos.

A pesquisa também aponta que a população jovem continua sendo a que mais sofre e é atingida, seja como vítima ou agentes do fenômeno da violência. O estudo reforçou ainda que as mulheres e os grupos mais jovens (homens e mulheres) “são os que percebem e vivenciam

mais intensamente realidades permeadas por violência” (SIMÃO; AMORIM; GUEDES, 2016).

No entanto, dada a complexidade do fenômeno multifacetado da violência, não podemos tratar sua relação com a população jovem do município de Governador Valadares com homogeneidade.

Essa aparente homogeneidade na experiência local com a violência segundo categorias de cor/raça pode esconder heterogeneidades importantes, como o tipo de violência que é experimentada, segundo as categorias. Romio (2010), por exemplo, mostra que a mortalidade por causas externas entre homens negros é significativamente maior (razão 1,38) do que entre homens brancos, e ainda maior entre negros jovens, de 15 a 24 (razão 1,69), o oposto sendo encontrado para as demais causas de morte (maior entre os brancos). Entre as causas externas, as agressões contra negros é especialmente pronunciada, particularmente entre as mulheres negras (razão 1,80). Isso mostra como a homogeneidade na experiência da violência pode esconder diferentes experiências por raça/cor que ficam difusos em análises mais agregadas (SIMÃO; AMORIM; GUEDES, 2016).

Nitidamente os marcadores de raça, gênero, território e geração estão presentes nos dados da pesquisa no município, se entrecruzam e mostram elementos de heterogeneidade que precisam ser considerados. Seguindo esse caminho, os jovens negros têm maior probabilidade de sofrerem crimes violentos, especialmente com arma de fogo e bala perdida. Já os jovens não negros são mais afetados por práticas de assaltos, roubos e *bullying*. (SIMÃO; AMORIM; GUEDES, 2016).

Os elementos apontados por esse estudo corroboram com a análise aqui empreendida no sentido de reforçarem a necessidade de buscarmos desenvolver investigações sobre as experiências com as violências a partir de uma perspectiva plural e interseccional. Ou seja, análises que não homogeneizam as diferentes maneiras e formas nas quais as violências afetam e constituem as experiências das pessoas, especialmente das juventudes a quem se atribui o ato infracional e são atravessadas por experiências de privação de liberdade.

Acredito que a percepção desses marcadores sociais de diferença e identidade – geração, gênero, raça, classe e território – não pode ser apenas, embora seja também, uma indicação e confirmação de elementos que constituem uma condição de vulnerabilidade e desigualdade social no Brasil. O que não significa deixar de entender esses dados como reflexo de um retrato mais amplo da população jovem brasileira dentro de um cenário social maior.

Nesse sentido, além de constatar esses marcos de opressão presentes no perfil dos jovens interlocutores, faz-se necessário criar rupturas, denunciar olhares de compensação e invisibilização e construir formas de subversão às lógicas de subalternização. Se faz emergente

olhar para as vidas que resistem e criam formas concretas de serem humanas em meio a processos de desumanização. Sendo assim, outras questões também emergem: como todos esses elementos atravessaram a vida dos jovens e conformaram ou confrontaram suas identidades e as experiências estruturais vividas? Quais são as intersecções entre os marcadores sociais e ou categorias de opressão na vida dos jovens?

Foi possível perceber e identificar que, ao longo de toda a trajetória desses jovens, seja nos momentos de privação de liberdade ou não, o território de moradia se estabeleceu como um aspecto marcante e, conforme esta empiria reforçou, constituinte de construção de processos socioculturais e identitários, que marcam as maneiras de viver a condição juvenil. Alguns registros dos jovens ressaltaram esse aspecto.

No status do whatsapp do jovem Cauã tinha um *story* com uma imagem também de uma vista que aparecia uma comunidade e tinha a música “Trem bala” (Ana Vilela) de fundo sonoro do post e a legenda com a frase: “a comunidade está na paz”. (Diário de campo, julho de 2020).

Foi uma postagem que chamou a atenção pelo fato de ter sido uma escolha feita pelo jovem para dar visibilidade para a sua “comunidade”, enfatizando que se tratava de uma comunidade que estava em paz. Essa narrativa apontou para um aspecto positivo do seu território, o qual podemos considerar como contra-hegemônico ao que se produz socialmente. Isto é, contra as visões e narrativas que associam e acabam reduzindo a “comunidade” como lugar de violência, guerra, ausência de paz. Essas visões estão, principalmente, embutidas no olhar externo das mídias sociais, nas páginas policiais dos jornais e noticiários diversos, da população não pertencente ao território, bem como de análises macrosociológicas.

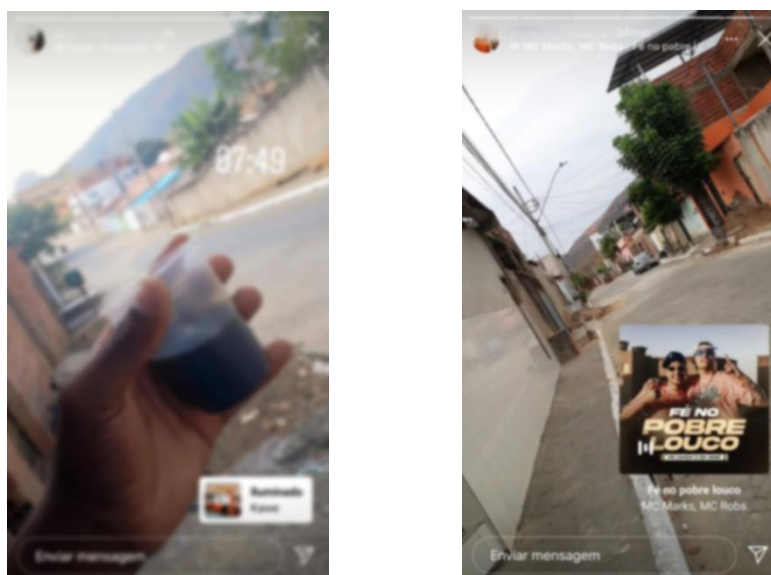
São visões que, arraigadas nos princípios da colonialidade do poder com seus mecanismos de dominação/exploração – raça, gênero, classe, capital (QUIJANO, 2005) –, constituem processos de classificação e segregação social e racial (QUIJANO, 2005; ARROYO, 2019), os quais produzem diferenças hierarquizadas que se concretizam em subalternidade e desigualdade e decretam os lugares (espaços-tempos-vividos) que os jovens pobres, pretos favelados podem ocupar na sociedade.

Diferentemente dessa visão estigmatizante e segregadora, próprias da perspectiva colonizadora, ressalto o diálogo com Gonçalves e Pereira (2016), e considero que o olhar do jovem Cauã é um “olhar de dentro”, que parte da existência concreta do jovem e da produção de sentidos que ele constituiu no decorrer da sua experiência com seus territórios vividos. Isso não significa que a sua comunidade deixou de ser um território enredado pelos contextos de precariedade estrutural, de segregação socioespacial (Pedro HUGUES, 2004), de relações de

disputa e violências brutais nos contextos do tráfico de drogas e dos conflitos policiais, por isso, territórios de violência. Mas elucidou que coabitam outras cenas, experiências, outros sentidos e significados.

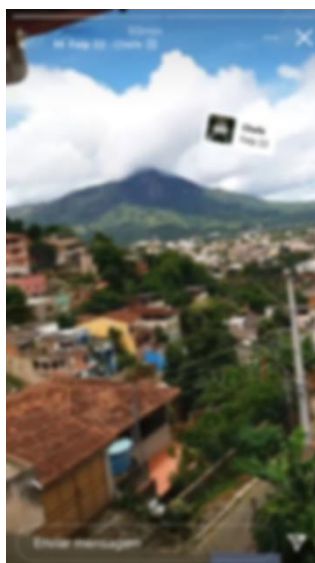
Nessa composição em movimento, o local de moradia foi se constituindo cena viva nas postagens dos jovens no ciberespaço, compondo os assuntos escolhidos para serem expostos em suas redes sociais, ora como tema protagonista dos *posts*, ora como pano de fundo. Sua presença era denotada pelos jovens com os usos das expressões “comunidade”, “a quebrada”, “morro” e, às vezes, “baixada”. Foi interessante perceber que a ênfase nas imagens voltadas para os territórios de moradia foi muito recorrente no formato de *story* tanto na rede social digital do Whatsapp, quanto do Instagram. Esse formato de postagem é significado no mundo digital como uma possibilidade de retratar o cotidiano, as histórias do dia a dia, como um diário volátil, com durabilidade de 24 horas. Ou seja, um registro momentâneo, que captura cenas mais imediatas e, ao mesmo tempo, pode servir para rememorar momentos já vividos, mas que por algum motivo ou sentido se fazem importantes no presente vivido.

Figura 7 – Postagens em rede social de Cauã – Território



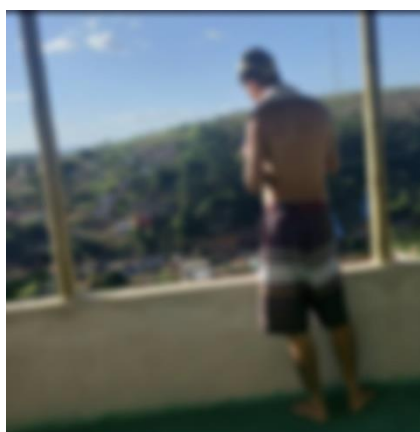
Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 8 – Postagem em rede social de Kleiton – Território



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 9 – Postagem em rede social de Robson – Território



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

As cenas exibidas nas postagens dos jovens demonstram a forte presença e importância do território em seus cotidianos mais recentes, pois todas elas foram postadas durante o período da pesquisa de campo (2020–2021). Eram expressões de uma necessidade de demarcar que estavam no território, e que podiam transitar no território, viver nele. As cenas mostradas, especialmente, remetem a pelo menos dois aspectos, a rotina vivida no território e a vinculação com a ideia de domínio e/ou demarcação de território.

Nesse sentido, nas cenas postadas por Cauã, havia elementos que retratavam parte da sua rotina no “mundão”. A dimensão da hora e o copo de café em um post, mostrando que o dia começava cedo, as letras das músicas de cada *story*, tendo ao fundo recortes de ruas da sua

“comunidade”, articuladas com as interlocuções realizadas com o jovem, indicaram que se tratava de uma rotina de trabalho desenvolvida por ele em seu próprio local de moradia. Nesse período, Cauã fazia o bico de ajudante de pedreiro. Vale ressaltar trechos das letras das músicas que acompanhavam as postagens, para compor sua narrativa.

É, doido, vim do extremo leste, tá ligado?
Independente da quebrada, sonhar em ver a família bem
Os amigos de verdade progredindo, saca?
Mas a vida é uma só, mano, sonhar não custa nada, mano
Então vamo pra cima, que por mais que nossa fé não seja de Jó
Quem tá lá em cima sabe o que nós passou
Pés no chão sempre
“Iluminado” (Rapper KAWE, 2020)

Segue trecho da música do outro post, intitulada “Fé no pobre louco” (MC MARKS; MC ROBS, 2020):

Toda vida correndo atrás
Pra fazer esse jogo virar
Ver a situação melhorar
Mandar toda tristeza embora
[...]
E ver tudo mudando
Na batalha, dia a após dia
Sei que vitória tá chegando
Muito trampo e correria, lá de cima Deus vê o meu esforço
Me daí Proteção, no mundão de maldade
Mais um sonhador nessa grande cidade
Fé no pobre loco

Os elementos presentes e articulados nos mostraram que o território, nessas cenas compartilhadas por Cauã, representava parte integrante do percurso de mudança de rota em relação às dinâmicas ilícitas vividas por ele e, desse modo, foi sendo ressignificado pelo jovem. Vale reforçar que, dos nove jovens participantes da pesquisa, apenas Cauã rompeu com a prática ilícita e se distanciou das dinâmicas ligadas aos grupos de fechamento inseridos nas relações complexas do tráfico de drogas.

O território de origem de Cauã passou a ser significado como lugar de esperança, de poder sonhar, de criar outras expectativas, de “ver a família bem”, ver “os amigos de verdade progredindo”, poder ter “pé no chão sempre”; “pra fazer esse jogo virar”; “ver a situação melhorar”. Assim, na narrativa expressada nos posts do jovem, o território era lugar (tempo-espaco-experiência) de batalhar, de trampo, correria, de esforço rumo a uma mudança de vida.

Esses ressignificados estabelecidos por Cauã na vivência do território após o desligamento da MSE indicou um processo de constituição de outros modos de ser jovem na

sua “comunidade/quebrada”, a partir de outras articulações que vivenciou concretamente na sua experiência, como por exemplo com a dimensão do trabalho. Desse modo, no diálogo empreendido com Haesbaert (2004; 2007), considero que Cauã constituiu outras territorialidades juvenis, vivendo no mesmo território de moradia.

Mas, além dessa representação, foi possível perceber, na interlocução com os outros dois jovens autores dos demais *stories*, que o território foi também representado como dimensão importante nas suas rotinas, porém, a partir de outras articulações. Isso se fez perceptível nas recorrentes postagens, mostrando a ideia de “demarcação”. Ou seja, que ali estava “Td2”, “tudo dominado” pelo jovem, que aquela era a sua área de comando, de atuação, de reconhecimento dentro das disputas pelo domínio do território de tráfico de drogas e da territorialidade dos fechamentos, principalmente.

O *story* de autoria do Kleiton (Figura 8) estava composto por uma música que possibilitou endossar essa percepção; um trecho da letra dizia o seguinte:

Deixa ela chapar até o amanhecer
Deixa se divertir que hoje ela vem com o chefe, uh
Não anda com os playboy, mas comigo se diverte, uh
Hoje ela vem com o chefe, uh; hoje ela vem com o chefe
Eu te dei uma corrente escrita “bandida do Felp”, ayy
Dia de baile ela quer subir, quer brotar na base pra dormir comigo
Munição na mochila, grana na mesa, explana na camisa o pente estendido
Gata, mi casa su casa, na mesa já tem duas taça
Mente gelada, corpo em braza, puxa o beck e me passa
“Chefe” (MC FELP, 2020)

Nessa letra, chamo a atenção para a representação do chefe relacionada com as relações estabelecidas nas dinâmicas de organização dos fechamentos. Isso fica muito explicitado na comparação entre “chefe” e “playboy”, e na frase “Eu te dei uma corrente escrita ‘bandida do Felp’”. São elementos que indicam a referência à dimensão do território do mundo do tráfico e de suas multiterritorialidades, como a de domínio de uma determinada área, ou “base”, como diz a letra da música. Assim, nas trajetórias dos jovens, o território de moradia se constituiu para além dessa representação, mas das múltiplas representações, sentidos e significados, ora concorrentes, ora copresentes, atribuídos por eles através das também múltiplas relações que estabeleciam com o território. Ou seja, se constituiu em multiterritorialidades vividas. (HAESBAERT, 2004)

Esses elementos apontados pelos jovens indicaram e reforçaram o território como dimensão importante no processo de constituição de suas identidades. De acordo com Dayrell (1999), a identidade pode ser compreendida como uma construção que cada indivíduo vai

fazendo através das relações que estabelece com o mundo e com os outros, por meio do contexto familiar, do grupo social a que pertence, das experiências individuais e coletivas. Tudo isso conforme os valores, ideias e normas que organizam a sua visão de mundo.

Nesse sentido, o processo de construção de identidade está diretamente vinculado às relações sociais que os jovens estabelecem com o mundo, que, por sua vez, se constituem em interações estruturadas por relações de poder. Isso significa, no diálogo com Santos (2005) e Haesbaert (2004; 2007), que as identidades juvenis são construídas a partir das territorialidades constituídas por meio das relações estabelecidas pelos jovens no território usado por eles, sujeitos em sua dinamicidade, e constantemente atravessados e sob interferência das relações de poder presentes em seus contextos e realidades. Desse modo, compreendemos que o território faz parte do processo de constituição e reconstituição de quem eles são, do que fazem no mundo, das suas rotinas, do modo como estabelecem relações, constituem vínculos sociais e socioafetivos e atribuem sentidos e significados sobre o agir no presente, interconectado com o passado e o futuro.

Ainda de acordo com Dayrell (2007), e ampliando o diálogo com Pais (1993), o território como lugar do fluir da vida, do vivido, transforma-se em suporte e mediação das relações sociais. Lugar que os jovens investem de sentidos próprios, pois tendem a transformar o espaço físico em espaços sociais, devido à produção de estruturas particulares de significado. Assim, os jovens criam, vivem, convivem com territorialidades em constantes processos relacionais.

Nesse sentido, a periferia, ou melhor, a “comunidade”, a “favela”, a “quebrada” ou o “morro”, não se reduzem, embora sejam questões reais, à precarização, como a ausência de equipamentos públicos básicos, a complexidade da pobreza estrutural que atinge cruel e perversamente as famílias moradoras, e/ou às violências físicas, psicológicas, morais, estruturais, incluindo as violações cotidianas. Mas, sim, emerge como “lugar de interações afetivas e simbólicas” (DAYRELL, 2007, p. 1.112).

Assim sendo, os elementos apontados pelos jovens reforçam a afirmação de que a condição juvenil, além de ser uma construção social, é também espacialmente configurada (PAIS, 1993). Retomando a referências dos estudos de Santos (2012) e Haesbaert (2004; 2007), os elementos identificados nesta pesquisa nos permitem afirmar que a condição juvenil é territorialmente configurada. E, desse modo, uma dimensão importante no processo de criação dos modos de existência, de reconhecimento e resistência no mundo após o desligamento da semiliberdade.

Seguindo o percurso, de modo mais específico, ao capturar a cena do desligamento da MSE de semiliberdade, foi possível perceber outras nuances do território vivido pelos jovens. Ao serem desligados da MSE, todos os jovens participantes vivenciaram a sensação de “dívida paga” para com a sociedade, “pagaram a medida de boa” (ALMEIDA, 2017). Conforme eles falavam anos atrás, durante a pesquisa anterior, esse era um dos seus planos. Cada um cumpriu a sua sentença como havia sido determinado até o momento de avaliação positiva e conclusão do seu desligamento. A partir disso, todos eles viveram a tão almejada e sonhada “lili”, apelido carinhoso dado pelos jovens para liberdade. Em suas palavras, “cantou a liberdade”; “brotou a lili”. Todos eles retornaram para o “mundão”, uns mais rapidamente, outros após longo período de acautelamento e outros viveram curtos períodos de liberdade e novos de aprisionamento.



Figura 10 – Postagem oculta em rede social de Kleiton – Liberdade

Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Nesse sentido, foi possível perceber que o principal movimento de saída que os jovens faziam era retornar para seu território de moradia, que consistia em voltar para as residências, onde estavam os núcleos familiares com os quais tinham mais vínculo e relações de dependência material, principalmente financeira. Além de também retomarem as relações mais diretas com os seus pares, representados principalmente pelos grupos de “fechamentos” e/ou “bondes”.

Nesse retorno ao território de moradia, destacaremos alguns elementos marcantes das trajetórias deles. O primeiro é o acolhimento concomitante e às vezes concorrente da família e dos grupos de parceiros, mais conhecidos como “fechamento” e/ou “bonde”. Em alguns casos, o momento do desligamento foi registrado e divulgado nas redes sociais digitais.

Figura 11 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Liberdade



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

A família era representada nesse reencontro especialmente pelas figuras das mães, avós e namoradas, estas última mais presentes, principalmente quando existia a experiência de maternidade e paternidade. Em outros casos, o anúncio da liberdade foi também divulgado pelas companheiras em suas redes, com frases do tipo: “cantou a liberdade”, “cantou lili”, “Xio a liberdade”. Sobre esse aspecto, é relevante que, em todos os casos, os jovens foram recebidos por familiares, o que indica que os jovens em situação de cumprimento de medida possuem, em geral, um vínculo, mesmo que frágil, com seu núcleo familiar. Nesta análise, considerei que essa é uma dimensão potente para refletirmos sobre a importância de considerar a família no trabalho de atendimento socioeducativo, no sentido de compreender o seu lugar na trajetória de vida dos jovens, uma vez que ela pode ser uma instância de suporte, de diferentes modos, nos percursos vividos pelos jovens após o desligamento.

Os “fechamentos” e/ou “bondes” eram os grupos de jovens parceiros, mais caracterizados e organizados em torno das dinâmicas do tráfico de drogas com que os jovens da pesquisa mantinham vínculo. Vale ressaltar o perfil dos grupos de fechamentos nos quais os jovens estavam inseridos. Eram jovens do sexo masculino, majoritariamente negros, que compartilhavam a vivência no mesmo território de moradia, ou seja, nas mesmas “comunidades”, “quebradas” ou “morro”. Eram grupos que se organizaram, principalmente, em torno das dinâmicas do tráfico de drogas, os quais estabeleciam demarcações e limites territoriais nas disputas da venda de drogas.

Podemos dizer que os “fechamentos e/ou bondes” compunham as geografias do mundo do tráfico de drogas. E, por meio do diálogo com os estudos territoriais, os “fechamentos ou bondes” foram compreendidos nesta análise como territorialidades constituídas dentro do território de violências mais amplo vivido pelos jovens em seus também territórios de moradia com suas multiterritorialidades.

No interior desses grupos, se desenrolavam diversificadas interações, umas mais explícitas, outras menos, mas é razoável afirmar que todas elas eram dinâmicas que construía e possibilitavam diferentes experiências para os jovens. Refiro-me às dinâmicas ligadas às atividades ilícitas, ao retorno financeiro imbricado no tráfico de drogas, que possibilitava o acesso a bens de consumo, ao uso de drogas, à proteção contra grupos rivais, ao reconhecimento como membro fiel dos grupos com os quais estabeleciam relações, mesmo que nem sempre, de confiança e, também, aos momentos de sociabilidade, de lazer e entretenimento.

Há, por exemplo, o caso de dois jovens que, após saírem da MSE, foram recebidos com festa (churrasco) de comemoração por sua liberdade, proporcionada pelo seu grupo de fechamento. “Ele disse que teve um churrasco para comemorar a liberdade dele e tudo mais. Isso foi em agosto de 2017” (Diário de campo – conversa por telefone com jovem Cauã, 2020)⁵⁶. Além das festas privadas, foi possível identificar momentos de lazer em piscinas, viagens para a praia e outros. Alguns desses momentos foram compartilhados também nas redes sociais de alguns dos jovens.

⁵⁶ A interlocução realizada com o jovem Cauã, o qual relatou sobre a recepção realizada pelo fechamento no dia da sua saída da MSE, ocorreu no período da pesquisa de campo, no ano de 2020. Mas o relato se refere ao período da saída da MSE, em 2017.

Figura 12 – Postagem em rede social de Kleiton – Liberdade



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Desse modo, os momentos mais imediatos de saída da semiliberdade e os primeiros instantes de vivência da liberdade se configuraram em um intenso processo de reencontro. De acordo com os relatos das educadoras ouvidas na pesquisa, eles tendiam a insinuar: *“Estou de volta para o território e, novamente, sou eu quem mando, quem tomo as decisões, que caminho com minhas próprias pernas sem obedecer ordens, sem dever nada pra ninguém, sem ter que dar satisfação pra ninguém”* (Daiane, ex-educadora do Programa Se Liga, entrevista-conversa, 2020). Era como se eles retomassem ao domínio do jogo social, no qual estavam inseridos antes do cumprimento da MSE.

Foi possível perceber que, logo após o desligamento da MSE, os jovens utilizaram algumas expressões nas postagens publicadas em suas redes sociais que enfatizavam o retorno ao território e os reencontros vividos. Desse modo, identifiquei uma tendência inicial de os jovens retomarem suas identidades socioculturais mais diretamente ligadas aos seus “fechamentos”. Foi possível compreender que havia um reencontro com uma identidade específica, que nomeei como “vida loka”, conforme os próprios jovens mencionavam em diferentes postagens e comentários, nas interações online, principalmente.

Figura 13 – Postagem oculta em rede social de Kleiton – Vida Loka



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

A expressão “*vida loka*” era presente nas redes sociais dos jovens, seja em textos próprios, nas interações nos comentários, ou em letras de músicas postadas na linha do tempo. No entanto, enfatizei esta postagem do jovem Cauã (Figura 13) para constituir uma interpretação significativa para esta análise. Cauã, ao elaborar essa narrativa nas suas redes sociais, através da frase “*Os playboy ganha dos pais e os vida loka⁵⁷ corre atrás*”, nos indica uma diferenciação entre quem é *playboy* e quem é *vida loka*. Ou seja, ele especifica a existência de duas possibilidades de modos de ser jovem no seu contexto. Há as juventudes que “ganha dos pais” e as que “corre atrás”.

A noção de juventudes *playboy*, significada como “que ganham dos pais”, está diretamente relacionada com uma parcela de jovens pertencente a uma classe social mais favorecida, herdeira das elites, principalmente econômicas, que possuem uma estrutura privilegiada, a qual proporciona processos de inserção e mobilização socioculturais com muito mais garantias, suportes, acessos, experiências diversificadas e campos de possibilidades mais ampliados.

De acordo com Gilberto Velho (2003), o “campo de possibilidades” pode ser entendido como as condições estruturais e conjunturais, balizadas pelo contexto socioeconômico, cultural, territorial e pessoal, nas quais os/as jovens se encontram e que circunscrevem as suas

⁵⁷ Embora no post do jovem Kleiton (Figura 13) esteja escrito “vida loja”, inferi que foi um erro de digitação, pois em outros momentos de postagem, nos comentários registrados pelo jovem nas redes sociais ele utilizou a expressão “vida loka”, grafada dessa maneira. Ademais, a expressão “vida loja” não faz sentido nem num campo semântico geral, nem no contexto dos jovens interlocutores desta pesquisa.

experiências, potencializando-as, como podemos inferir ser o caso das juventudes “*playboy*”, ou limitando-as, conforme constatamos ser o caso das juventudes “*vida loka*”.

Por outro lado, a noção de juventudes “*vida loka*” foi significada como “os que corre atrás”. Isso indicou que se trata de uma parcela da juventude situada em contexto socioeconômicos e culturais desfavorecidos, historicamente precarizados, empobrecidos e subalternizados, como as classes populares. São as juventudes pobres, periféricas, em sua maioria negras. Trata-se da parcela da população jovem na qual os interlocutores desta pesquisa se inserem e com a qual se identificam socialmente.

São as juventudes que precisam “correr atrás”, pois se constituem sujeitos jovens em contexto de ausência de suportes, materiais e simbólicos, de violações de direitos básicos, de processos de inclusão precários e de violências de diferentes ordens. Ou seja, em campos de possibilidades restritas, limitadas, frágeis, incertas. Essa realidade exige dos jovens criar estratégias de sobrevivência, no sentido de uma postura de movimento com base no “se virar”, “no correr atrás”, dentro do campo de possibilidades possível, concreto em suas trajetórias, ainda que possam ser estratégias no âmbito da ruptura, do desvio, da “*vida loka*”.

Assim, as juventudes “*vida loka*” constituem seus modos de ser e existir no mundo a partir do predomínio do princípio da incerteza, em diálogo com Pais (2003). Considero que as experiências dos jovens deste estudo mostraram que esse princípio está fortemente articulado com um campo de possibilidades restrito e restritivo, devido às interferências das categorias de classe, raça, gênero, território, que atravessam, em diferentes intersecções, as experiências dos jovens. Isso significa que aos jovens egressos da MSE são impostos campos de possibilidades limitados pelas implicações da colonialidade do poder no mundo capitalista (QUIJANO, 2010), imersos que estão em perversos “constrangimentos estruturais” (DAYRELL, 2007, p. 1114).

São jovens que se deparam intensamente com encruzilhadas de vida, dados os poucos recursos com os quais podem contar para fazerem suas escolhas, que em sua maioria se esquivam para as saídas do mundo ilícito a eles mais disponíveis. Eles precisam fazer seus próprios “corres” na vida, para conseguirem ter suas próprias coisas (dinheiro, roupa, calçado de marca; moral e respeito na quebrada; lazer, diversão etc.). Nesse sentido, faço referência a outro post compartilhado por Cauã.

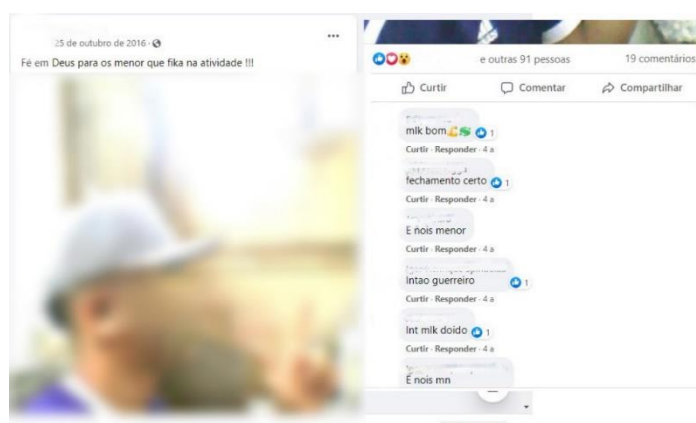
Figura 14 – Postagem oculta em rede social de Kleiton



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Outras postagens na linha do tempo do perfil de Facebook dos jovens indicavam a presença das parcerias “da atividade” no território dos fechamentos, por meio das seguintes expressões: “*MLK doido*” e “*MLK bom*”, que significam “Moleque doido e Moleque bom”. Eram expressões trocadas entre os jovens que compartilham do mesmo território de moradia e grupos de aliados, nas dinâmicas multiterritorializadas dos “fechamentos”. Eram utilizadas para se referirem e se reconhecerem uns aos outros, como parceiros de caminhada⁵⁸. Isso é, aquele que está “na atividade”, “no corre”, “um chegado” com que eles podem contar no território ao qual retornaram.

Figura 15 – Postagem em rede social de Marcos Henrique e comentários de amigos – *Mlk doido*, *Mlk bom*



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

⁵⁸ Caminhada era uma expressão muito comum no diálogo entre os jovens, para se referirem à caminhada no “mundo do crime”, ligado ao tráfico de drogas e nas relações que estabelecem nos seus grupos aliados, os fechamentos ou bondes.

Ao mesmo tempo, os territórios se representaram como um lugar de refúgio, de acolhimento, um lugar para onde podem ir, do “corre” e “da atividade”, nos quais os jovens tinham que criar estratégias de sobrevivência e de possibilidades de contar com alguns recursos, especialmente, financeiros, via dinâmicas rentáveis do tráfico de drogas, para bancar seus desejos e necessidades de consumo ligadas à vivência da condição juvenil em seus contextos de vida. Além disso, foram também fortemente demarcados como lugar de conflito, onde as “guerras”, com as quais os jovens estavam envolvidos, estavam também situadas territorialmente. Dito de outra forma, os jovens também retornaram para os seus territórios de disputas, de “guerras” estruturados nas dinâmicas do tráfico de drogas. *“Porque eles têm muita rixa, muita guerra!”* (Daiane – ex-educadora do Programa Se Liga, 2021).

Nas narrativas presentes nas interações online e offline dos jovens, a dimensão das disputas, das “guerras”, na vivência de suas experiências juvenis no retorno ao território eram recorrentes.

Figura 16 – Postagem em rede social de Cauã – Planos



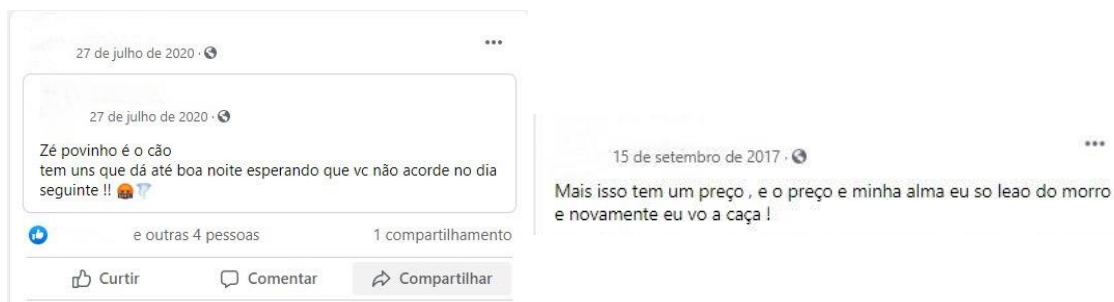
Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 17 – Postagem em rede social de Cauã – “Guerras”



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 18 – Postagens em rede social de Marcos Henrique – “Guerras”



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, ano de 2020.

Figura 19 – Postagem em rede social de Kleiton – Vida do crime



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

Uma das possíveis leituras que se pode fazer é como se pausassem parte de seus conflitos, de suas “guerras”, no período em que estavam privados de liberdade, principalmente aquelas das quais os jovens mais individualmente eram foco, e, ao retornarem ao território, eles eram pressionados a “darem *play*” e continuarem jogando o jogo duro, frio, sem perdão ou esquecimento da guerra pela dominação e manutenção do seu território de domínio no mundo do tráfico, especialmente presente na realidade desses jovens. Desde a pesquisa anterior realizada com os mesmos jovens, eles já apontavam que um dos objetivos após a sua saída da semiliberdade seria resolver seus problemas, acertar contas com quem estava em dívida com eles, e/ou recuperar o prejuízo perdido (ALMEIDA, 2017).

Nesse sentido, a cena das “guerras” articula-se à lógica de gênero presente na trajetória de vida de todos os jovens interlocutores neste estudo, desde antes, durante e após a experiência de cumprimento da MSE de semiliberdade. Era uma dimensão que também compunha as narrativas presentes nas redes sociais dos jovens. Chamo a atenção para duas postagens do jovem Kleiton em diferentes momentos de sua trajetória, sendo uma logo após a saída da semiliberdade, no ano de 2017, e outra no ano de 2020, durante a realização da pesquisa de campo.

Figura 20 – Postagens em rede social de Kleiton – Atitude



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

As narrativas constantes nas postagens explicitam uma lógica que formula a masculinidade, hegemonicamente, em uma perspectiva de disputa de poder, de território, de dominação. Essa reprodução foi fortemente identificada nos grupos de pares – os “fechamentos e/ou bondes” – constituídos nas vivências dos jovens, especialmente ligados às dinâmicas do tráfico e uso de drogas.

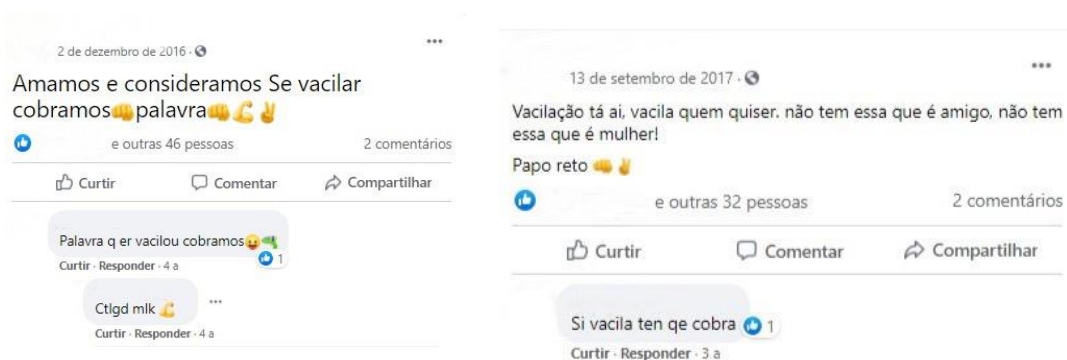
Segundo Gary Barker (2008), a participação nesses grupos é um fenômeno basicamente masculino, e isso implica a projeção ou adesão a uma versão específica de masculinidade, caracterizada pelos seguintes fatores: um senso exagerado de honra masculina e uma propensão a usar a violência, mesmo em pequenas discussões e conflitos; uso de violência armada para alcançar determinado objetivo e atitudes machistas e sexistas com relação às mulheres. Nesse sentido, compreendo como um reforço, por parte desses grupos, de uma versão exagerada e/ou extrema da masculinidade hegemônica ou dominante encontrada nas comunidades brasileiras (ZALUAR, 1994).

Em diálogo com os/as autores/as, é possível afirmar que os jovens das localidades de baixa renda no Brasil (especialmente os jovens homens heterossexuais) buscam autonomia, independência e poder. Esses aspectos são expressos pelos jovens por meio da sua imagem e no modo como os seus pares os percebem, traduzidos no desejo pelo dinheiro, mulheres e respeito. Esses aspectos nada mais são que as determinações principais da masculinidade tradicional, porém reveladas de modo extremo e exagerado da dinâmica social estabelecida nesses grupos (BARKER, 2008, SOUZA; SILVA, URANI, 2002).

Estamos falando de jovens que vivenciam contextos de pobreza, desigualdade social e violação de direitos e que têm que lidar com a dimensão de gênero historicamente estruturada e hierarquizada. Ou seja, eles precisam lidar com a pressão de atender às exigências sociais da masculinidade hegemônica e ainda administrar um contexto de exclusão social, enquanto vivenciam a condição juvenil e toda a complexidade social, psíquica, biológica, afetivo-emocional que a constitui.

E, nesses caminhos e descaminhos, reproduzem lógicas de dominação e conflitos, marcadas pelas relações de opressão de gênero, classe, geração. Desse modo, eles criam determinadas regras e discursos que os fazem imergir ainda mais nesses ciclos de violências e privações. Destaco, logo abaixo, outros dois posts do jovem Kleiton.

Figura 21 – Postagens em rede social de Kleiton – Noções tradicionais de gênero



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

Nesse movimento, articula-se a necessidade de viver sempre em alerta, de ter que ser habilidoso para jogar o jogo do “mundão, o que pressupõe gozar da condição de liberdade, pois não está “preso” institucionalmente. Mas, ao mesmo tempo, não pode transitar livremente. Os jovens se deparam constantemente com a contradição de não poderem tomar suas próprias decisões e mudar de rumos, ou permanecer no mesmo rumo, mas em grupos diferentes, por exemplo, sem que isso esteja implicado ou, de alguma forma, articulado com as decisões que envolvem também os seus grupos de alianças. Quando são decisões que eles não necessariamente precisam definir de forma coletiva e articulada com seu fechamento, no mínimo, eles precisam pensar muito bem nas consequências que podem sofrer. Afinal, a regra é muito explícita: “se vacilar, tem que cobrar”.

Trata-se de um território intensamente constituído por uma lógica interna própria, com regras bem delimitadas, rigorosas e imperdoáveis. Não tem espaço para o talvez, para ficar “em cima do muro”, para quem “vacila”, para quem trai a confiança, para quem não é “*sujeito homem*”. Por isso, não se pode descumprir sua palavra, não se pode abandonar o barco custe o que custar.

As expressões “sujeito homem” e “eu sou guerreiro de atitude” (Figura 22), usadas pelo jovem Kleiton, e também pelos demais jovens interlocutores, deixaram explícitas a categoria de gênero sendo operacionalizada na perspectiva da colonialidade do poder. Isso ficou nítido na análise tanto no sentido de reforçarem que os jovens foram socializados a partir de uma

lógica hegemônica e tóxica de masculinidade, pautada no patriarcado, no machismo, na superioridade da figura masculina em detrimento da feminina, quanto no fato de terem a necessidade de se afirmarem como homens de modo linear, impositivo e restrito a uma perspectiva dualista e hierarquizada. São colocados constantemente em tensão e disputa o “sujeito homem” – aquele que tem atitude, que enfrenta o inimigo – e o “bandido esparro” ou o “zé povinho” – aquele que descumpra as regras, vacila na caminhada, ou aquele que é o inimigo e quer atrapalhar a caminhada (os grupos rivais).

De acordo com Zaluar (2000), há um processo complexo, ambíguo e estigmatizante na constituição da identidade masculinizada nas relações dos grupos juvenis no mundo do crime, que, em seus estudos, foram denominados de “gangues” e aqui são nomeados pelos jovens de “fechamentos” e/ou “bondes”. Concordando com a autora, é possível afirmar que, nas relações entre os fechamentos nas disputas pela posse e dominação de “bocas de fumo”⁵⁹, há uma extensão do “narcisismo masculino que obriga a revidar qualquer provocação ou tentativa de humilhar um homem” (ZALUAR, 2000, p.139). São situações que reforçam a existência de um “ethos masculino”, no qual ser homem parte pressupõe ser reativo, guerreiro, não fugir da luta, da guerra. Assim, a dignidade masculina estava diretamente conectada com a moral, no sentido de que para ser “sujeito homem” tinha que ter moral no território.

Todos esses aspectos articulados na experiência dos jovens apontaram para a compreensão de que ser jovem homem, das camadas populares, majoritariamente negros, envolvidos, principalmente, com as dinâmicas do tráfico de drogas, implica em viver uma linha tênue entre ser livre e continuar preso nas amarras das lógicas que compõem os seus territórios. Trata-se de lógicas histórico, social e politicamente fundamentadas e produzidas nos princípios colonialista, moderno, racista, capitalista e patriarcal, que se perpetuam cada vez mais de maneiras cruéis e perversas na contemporaneidade.

Nesse sentido, outro elemento complementar ao do território como conflito é a nuance percebida de território como lugar de viver a condição de “entocado”. No período de cumprimento da MSE, havia uma preocupação e uma estratégia de ficarem entocados, principalmente nos momentos das saídas externas⁶⁰, seja para a escola ou para os finais de semana, para não piorarem a sua situação de privação de liberdade, pois poderiam ser

⁵⁹ Nome popularmente dado aos pontos de droga, onde é feita a venda ilícita de substâncias tóxicas.

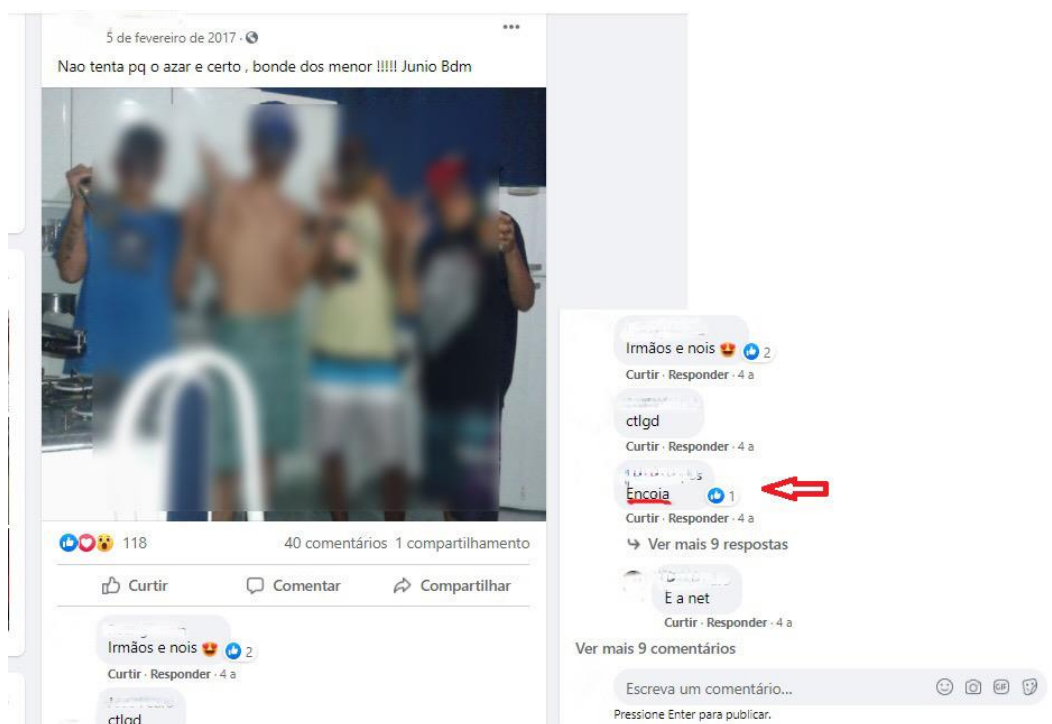
⁶⁰ As saídas externas eram atividades em espaços externos que faziam parte da rotina da medida, coordenadas pela equipe de profissionais da medida socioeducativa de semiliberdade.

sentenciados para a MSE mais grave, que é a de internação. Como dizia o jovem Édson (com 23 anos no momento desta pesquisa):

Aí eu fico só entocado, só entocado... Se a polícia te botar a mão e forjar [colocar drogas em posse deles e/ou acusa-lo de posse de drogas]! Mas graças a Deus, eu estou aqui! Se eu não tivesse aqui, eu estava lá preso [na medida socioeducativa de internação]. Mas, saindo daqui, eu vou firmar o pé mesmo, ficar entocado é a cara, né? (Edson, 18 anos) (ALMEIDA, 2017, p. 139).

No momento pós desligamento, foi possível perceber que esta era mais uma estratégia para [sobre]viver no retorno ao território. Os jovens, ao serem desligados, precisavam continuar vivendo o sentido e a estratégia de se esconder e ficar “mais quieto na minha”, como sempre dizia o jovem Robson (21 anos, conversações, 2020). Mas, não se trata da mesma preocupação de antes. A condição de entocado se torna mais complexa. As preocupações de agora ganham outras nuances, pois os jovens precisam ter todo um cuidado para administrar o seu retorno ao território de moradia e às relações com os grupos e práticas ilícitas com a sua condição de liberdade, para não serem novamente pegos pela polícia em alguma situação de abordagem policial cotidiana vivida, seja em situação real de posse de drogas, seja em situação forjada.

Figura 22 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Condição de entocado



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 23 – Postagens em rede social de Kleiton – Condição de entocado



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

Além disso, precisam utilizar dessa estratégia de ficarem entocados e/ou na “enchoia”, como sugerido nos comentários da postagem de Marcos Henrique (21 anos) (Figura 22), como uma maneira de se protegerem não só da ação policial, mas também da ação dos grupos rivais, especialmente em relação a atentados violentos de disputa dos territórios do tráfico de drogas, conforme implicitamente demonstrado na postagem do jovem Kleiton (20 anos) (Figura 23). Em geral, são disputas marcadas por conflitos de alto risco, com jovens armados e destinados a matar ou morrer se for preciso, nas palavras dos jovens: “*Se nós quer nós corre atrás mete a cara nós conquista e se for preciso até se arrisca*” (CAUÃ, 20 anos, frase postada na linha do tempo do Facebook em 2018 – Registro em diário de campo, 2020). Não se pode deixar de mencionar que, ainda nesse aspecto, a condição de entocado protegia os jovens da ação dos “X9”, gíria muito conhecida nesses contextos que indica uma pessoa que denuncia ou entrega a ação ilícita e/ou que trai o grupo com outro grupo considerado rival, dentro do mesmo jogo. Ou, como os jovens diziam, os “zé ninguém”, isto é, aqueles que servem para atrapalhar a caminhada.

Assim, é possível afirmar que a condição de entocado compunha a cena do território de moradia como uma estratégia utilizada pelos jovens para protegerem a própria vida. Isso não significa que todos os jovens participantes e interlocutores desta pesquisa viviam constantemente essa condição. Uns viviam com mais intensidade, outros com menos, mas, nitidamente, esse era um dos atravessamentos da experiência social desses jovens, mais um aspecto concreto dos processos de invisibilização que marcaram suas trajetórias.

A condição de entocado, na trajetória dos jovens, se constituiu em mais uma territorialidade. Ora mais, ora menos entocados, os jovens estavam continuamente em busca de sobrevivência, de se manterem firmes e vivos nos jogos das territorialidades dos fechamentos, mas também no jogo social concreto, muito complexo e extremamente arriscado no qual se inseriam. Essa busca por sobrevivência, na verdade, era mais uma estratégia de resistência para não serem a próxima vítima, o próximo alvo do crime ou da polícia. A condição de entocado se mostrou como mais uma nuance da condição juvenil vivida em situações de ameaça.

O território de moradia, como um dos elementos na constituição desta composição sociológica dos jovens, foi se mostrando cada vez mais intensamente como um território movediço, instável e demarcado fortemente por ambiguidades; tensionamentos e disputas constantes que acontecem no âmbito externo (nas relações socioculturais estabelecidas por eles, nas condições estruturais de classe, raça, gênero, território e seus limites quanto à inserção e mobilização social, acesso a direitos básicos e vida mais justa) e interno (na construção dos processos identitários mais subjetivos, dos seus saberes, desejos, processos de autoconhecimento e autorreflexões, bem como nas dimensões afetivo e emocionais) da vida desses jovens.

Os jovens foram se constituindo e constituindo suas trajetórias em território ambíguo. Ao mesmo tempo em que é acolhimento e refúgio, é conflito, risco, lugar de vulnerabilidade juvenil. É lugar de liberdade e também de aprisionamento, de limitações para os modos de ser e de agir, do direito de ir e vir, além de delimitações territoriais físicas e estruturais. É onde se pode ser livre e ao mesmo tempo ter que viver “entocado”. É proteção e desproteção. Ao mesmo tempo em que se quer viver, também se paga com a vida; a vida se torna o preço.

5.2.1 A copresença do uso e tráfico de drogas na composição da condição de egresso

Nesse terreno movediço, sempre muito instável, outros aspectos vão se revelando em cenas copresentes que vão compondo o cenário em movimento maior. Como mencionado em mais de um momento deste quadro sociológico, os jovens participantes desta pesquisa mantiveram uma relação com o uso de drogas e com diferentes dinâmicas do tráfico. Desde a primeira experiência de interlocução de pesquisa com os jovens, esse foi um aspecto identificado. Conforme os achados anteriores,

Todos os jovens relatam ser usuários de drogas lícitas como álcool e cigarro (tabaco) e drogas ilícitas de maneira frequente, como prática diária. Os tipos de drogas mais relatadas por eles são maconha, cocaína e solvente (cheirinho/loló), sendo a maconha a mais utilizada. A idade com que os jovens relatam terem iniciado o uso dessas substâncias varia entre 9 e 18 anos, mas a idade mais expressiva é especialmente entre 13 e 15 anos (ALMEIDA, 2017, p. 44).

Após o desligamento da MSE de semiliberdade, a relação com uso da maconha continuava sendo a mais explicitada pelos jovens, por meio das postagens em que o cigarro de maconha ou o “baseado” era muitas vezes exibido: ora a cena de jovens reunidos em um momento de descontração era registrada, e nela era possível identificar que os jovens estavam fumando juntos, ora o próprio “baseado”, ou frasco de solvente, era o protagonista do enquadramento da cena fotografada e publicada.

Em momentos das trocas diretas com os jovens, nas conversações que estabelecemos, algumas vezes esse aspecto apareceu. Seja para mencionar que o jovem estava mais “de boa”, o que queria dizer que ele estava menos envolvido com o uso de drogas e dinâmicas do tráfico, ou para relatar alguma situação em que eles estavam sob efeito das drogas: “chapados”, “daquele jeito” e/ou “aprontando”. Esse assunto também fez parte das interlocuções com a avó, mãe e educadoras.

Nas andanças online do percurso metodológico, por exemplo, umas das capturas realizadas foi de um dos perfis de *Facebook* do jovem Kleiton, que tinha como foto de perfil uma *selfie* em que ele está com um cigarro/baseado de maconha em uma das mãos, compondo a cena capturada. As variadas narrativas dos jovens sobre esse aspecto foram nos mostrando o quanto a relação com uso e abuso de drogas fazia parte de uma das cenas mais presentes ao longo das trajetórias deles, principalmente mediada pelas relações com os “fechamentos”.

Assim, foi possível perceber que o uso, o abuso e o tráfico de drogas eram elementos imbricados na territorialidade dos “fechamentos”. Era uma cena recorrente e cotidiana na vida dos jovens, que exigia muita atuação e comprometimento deles. Eles tinham que, necessariamente, lidar com os riscos e incertezas das experiências ligadas a esse cenário em movimento. Algumas narrativas capturadas durante as minhas andanças online expressam estas e outras questões.

Me deparei com uma postagem na sua linha do tempo [Cauã] indicando sua localização em um lugar denominado “Tudo 2 – Comércio local”. Ao clicar na localização, fui direcionada para uma página de Facebook com esse nome, caracterizada como negócio local. Quando cliquei no link do mapa, vi que o endereço era em Formoso Céu, no centro da cidade, mais precisamente em uma praça. Nessa página, há várias postagens de jovens, predominantemente de meninos, com fotos deles, principalmente *selfies*, marcando a localização como quem esteve no “Trem Bala Tudo 2”. Na legenda do post do jovem Cauã, estava a frase: “FOCO NO PROGRESSO SEM SE PERDER NAS COISAS FÚTEIS DO DIA A DIA. MUITO MENOS SE ATRASA POR GENTE QUE NÃO SOMA.” (Postagem realizada em 14/03/2018 pelo jovem Cauã). (Diário de campo – andanças online, 2020).

A postagem mencionada indica explicitamente um local comum que jovens, especialmente homens, utilizavam para demarcar alguma movimentação voltada para uso e/ou tráfico de drogas. Essa percepção é reforçada pela legenda utilizada pelo jovem Cauã, a qual enfatiza o seu foco no progresso e a importância de não se perder em coisas consideradas fúteis para ele, muito menos com pessoas que podem atrasar a sua caminhada. Esse “foco no progresso” é uma expressão usada entre os jovens para se referirem às dinâmicas do tráfico de drogas ligadas ao comércio rendoso e lucrativo que ele gera.

Outras postagens evidenciam o uso de drogas, como os *stories* destacados a seguir.

Figura 24 – Postagem em rede social de Kleiton – Uso de drogas



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Outro registro do diário de campo também narra elementos da mesma cena:

Durante as minhas andanças online de hoje, me deparei com alguns *stories* do perfil de *instragram* do Kleiton [...] uma foto dele fumando um baseado ouvindo MC Poze, música “Tá fluindo”; um vídeo de um clipe de algum MC que acredito ser o mesmo MC Poze. Nesse vídeo ele balança o braço, acompanhando o ritmo da música, e está segurando um rádio de comunicação, que é muito utilizado entre dinâmicas do tráfico de drogas pelos meninos, jovens das chamadas “bocas”, para comunicação interna e, em geral, para proteção da polícia e organizações rivais. (Diário de campo, 2020).

A letra da música citada compõe a narrativa da cena do uso e envolvimento nas dinâmicas do tráfico de drogas vividas pelo jovem Kleiton (20 anos):

Oi, Jack Daniels e Buchanan's é o que mata nossa sede
 Whisky pra nós é água, nós leva vida de sheik
 Mengão lançou blusa nova, meu piloto vai lá hoje
 Atrás tem que tá o 2, escrito MC Poze
 [...]
 Só perfume dos mais caro, só os das melhores marcas
 Quando nós passa de trem, invejoso olha e baba
 Vocês que falam de mim, grava bem e me escuta
 Pode falar o que for que eu ligo pra porra nenhuma
 [...]
 Tá fluindo, então deixa chover dinheiro
 Tá tranquilo, tudo na vida é passageiro
 Já vivi dias de luta, chegou os dias de festa
 Hoje é chuva de balão, muito lança e xereca
 (MC Poze, Tá fluindo, 2019)

Essas narrativas, e outras, foram demonstrando as diversas relações que os jovens estabeleciam com o uso de drogas, especialmente a maconha, como um hábito comum, cotidiano, que também pode ser visto como um tempo de relaxamento. Ao mesmo tempo, ficou explícita a relação direta com as dinâmicas do tráfico, que passa a ser uma relação de comprometimento, de responsabilidade, com atuação, função definida. O instrumento do rádio de comunicação presente no registro postado pelo jovem Kleiton diz sobre essa experiência, como quem tem um papel social, uma função definida, um objetivo. Ele é quem vigia o território do tráfico de drogas, e por isso é respeitado. Terá um retorno financeiro certo, mesmo com todos os riscos a que está submetido. De acordo com MV Bill e Celso Athayde (2006), diz de jovens que participam da cena urbana e periférica do tráfico de drogas como falcões, “meninos do tráfico”.

Além disso, o trabalho no tráfico é também um meio de subsistência, de ter acesso a experiências de lazer, a bens de consumo considerados parte do imaginário social desses jovens sobre “curtir a vida”, como uma forma de inserção e aceitação social em um contexto socioeconômico capitalista e neoliberal em que a prática de ostentar faz parte de uma construção

identitária sociopolítica de autoafirmação, especialmente para jovens periféricos, empobrecidos e socialmente subalternizados.

O retorno ao território do tráfico e a vinculação forte com as práticas da produção, venda e uso de drogas se mostraram nesta pesquisa com muitas nuances, camadas, ângulos. São relações, na maioria das vezes, ambíguas, contraditórias, mas orquestralmente conjugadas, complementares e interdependentes. É ao mesmo tempo uma contravenção, uma prática ilícita, um risco, um meio de subsistência, de sociabilidade, de construção identitária, de renda, de status social, de resistência.

O conjunto das narrativas também nos mostrou aspectos desta cena que envolve diretamente as famílias, as quais eram constantemente confrontadas e colocadas em uma situação de vulnerabilidade juntamente com os jovens. Elas tinham pouco suporte para lidar com a situação concreta de o filho e/ou neto estar se relacionando com uso abusivo de drogas. A relação com as famílias, nesse aspecto, era exposta a muitos conflitos pelo uso de drogas, pelas variadas cenas de violência física, moral, psicológica a que eram submetidos, além de marcada pelo sentimento de desespero, especialmente das mães e avós. Nas palavras de Dona Zélia: *“Nossa, eu não podia deixar meu quarto aberto porque era só enquanto deixasse, né? Meu dinheiro sumia tudo* (Dona Zélia – Avó do jovem Cauã, 2020).

Outro aspecto percebido foi em relação a um processo de continuidade e reprodução da prática ilícita, quando já era exercida dentro da própria família, por outros familiares, representados nas pessoas de um tio e/ou do irmão, como foram os casos dos jovens Kleiton e Robson.

De acordo com Arroyo (2019), estamos nos referindo a vidas ameaçadas desde as suas infâncias, adolescências e juventudes. Ameaçadas pela fome, pobreza, doenças, trabalhos precarizados nas ruas ou no campo ou pelo desemprego. Ameaçadas pelo aumento das precarizações das vidas, dos lugares de moradia, da sobrevivência. Juventudes ameaçadas porque decretadas em conflito com a lei cujos corpos são criminalizados e passíveis de serem exterminados. Ameaçadas de perder o direito primordial à vida e à liberdade.

Trata-se de uma longa história de negação do direito à vida humana justa, que decretou determinados corpos como inumanos, a partir da lente da colonialidade do poder. São jovens que estão do outro lado da linha abissal (SANTOS, 2010), rotulados como os “outros”, violentos, infratores, ameaçadores da ordem, posteriormente, segregados social e racialmente e, portanto, extermináveis, uma vez que não são reconhecidos como humanos dignos. Reproduz-se a concepção de inumano, reduzindo os jovens a “menores infratores”,

“delinquentes”, “incapazes” de participar da produção intelectual, cultural, moral da humanidade (QUIJANO, 2010).

Na busca por romper com a reprodução dessas lógicas que insistem em manter os jovens em contextos injustos se sobrevivência, compreendi suas experiências, em diálogo com Arroyo (2019), vinculadas às dinâmicas dos “fechamentos”, dentro do mundo de envolvimento com práticas ilícitas, como um ato de resistência. Estar nas dinâmicas ilícitas e arriscadas do mundo do tráfico de drogas, constituindo territorialidades nos fechamentos, era uma necessidade imediata de tentar sobreviver, diante das variadas e perversas ameaças sofridas. Mas, era também uma saída para viver, para ter acesso a experiências de lazer, diversão, consumo de itens culturais, tecnológicos, do mundo da moda que circulavam o universo juvenil, como o tênis, a “beca”⁶¹ de marca, o cordão de prata, o celular etc. Sendo assim, é possível afirmar que os jovens criaram estratégias de sobrevivência, de resistência e [re]existências no território vivido.

Nesse sentido, segundo Pais (2003), os jovens produzem territorialidades transitórias, a partir das quais afirmam o seu lugar em uma cidade e sociedade que os excluem. Os jovens precisam improvisar, ora são guerreiros, ora ficam entocados, ora estão com um fechamento, ora com outro; ora está “Td2”, ora estão em guerra. Essas territorialidades transitórias foram compreendidas neste estudo como itinerâncias, diferentes trânsitos, movimentações, articulações, caminhos que os jovens foram experimentando e aos quais foram sendo expostos na medida em que seguiam suas trajetórias, mesmo dentro de um campo de possibilidades cada vez mais limitado.

Foi possível identificar também que, nessas itinerâncias, havia um fio condutor, marcado pelo desejo e a meta de proteção e manutenção da vida nos territórios. Esse fio condutor era mobilizado de modo ambíguo e interseccionado. A partir de uma perspectiva relacional, o desejo de viver, de existir no mundo, era tensionado pelos contextos perversos e brutalmente constituídos, por meio da lógica de poder colonial, de exploração/dominação/conflito, que ameaçava a vida de jovens, negros, periféricos, a quem se atribuiu o status de conflito com a lei, culpabilizando o indivíduo de modo isolado, descaracterizando a sua condição de sujeito social. E, desse modo, de acordo com o referencial da Sociologia do Indivíduo, em diálogo com Martuccelli (2006), é possível afirmar que os jovens vivenciavam um desafio comum, qual seja, sair da medida socioeducativa de

⁶¹ Expressão utilizada pelos jovens para se referirem a roupa em ocasião em que eles se definem como bem vestidos. Em outros momentos, se usou também a expressão “bem trajado” ou “boy trajado”.

semiliberdade e se suportarem no mundo vivo, passando pela prova de lutarem por sobreviver, viver, existir.

Assim, a luta por viver e existir no mundo se faz presente especificamente na vida dos jovens por eles terem suas trajetórias atravessadas pelos marcadores de diferença e opressão que colocam a suas vidas em risco cotidianamente. E, ao mesmo tempo, por não se contentarem e/ou se reafirmarem no lugar silenciado, subalternizado, invisibilizado de jovens inumanos, incapazes, sujeitos “menores”, mas sim, por serem resistência, por lutarem pela vida, pela visibilidade, pela possibilidade de humanidade em um contexto que cruelmente os desumaniza. Assim, os caminhos desviantes, ilícitos, conflituosos, arriscados dos jovens são também caminhos de luta, de resistência para continuarem existindo. As suas trajetórias são compostas por marcadores de diferença e opressão, ao mesmo tempo que produzem marcadores de potencialidade.

Por que não ver seus conflitos com a lei como resistências, como um basta a serem condenados a um injusto sobreviver? Interpretar essas “violências adolescentes [juvenis]” como resistências às violências sociais que sofrem levará a pedagogia, a política a repensar nas injustiças históricas contra as [juventudes], adolescências, infâncias pobres, negras (ARROYO, 2019).

5.2.2 *Jovem egressos em liberdade e/ou sob ameaça?*

A masculinidade reforçada, produzida e reproduzida dentro da lógica hegemônica, tóxica e violenta, coloca esses jovens em lugar de disputa, crueldade, força bruta, impedindo-os de demonstrar fraqueza, sentimentos, afetos. Ou, colocando-os na “enchoira”, porque são corpo-alvos, vidas ameaçadas. Mas, além de serem corpos masculinos e jovens, qual é a outra marca que esses corpos carregam? Estamos falando de um corpo que é negro. Ou melhor, são corpos negros marcados pelo racismo.

Esses corpos são aqueles mais visados pelos policiais; aqueles que, em quase todas as situações, serão os corpos submetidos a abordagem policial, mais conhecida como “tomar geral”. São os corpos delineados para serem vistos como bandidos, malandros, assaltantes, “maus elementos”. São os corpos considerados menos humanos, portanto anuláveis, descartáveis, passíveis de privação de direitos e de liberdade (NILMA; LABORNE, 2018; ARROYO, 2019).

Considerando esse entrecruzamento articulado nas experiências juvenis aqui em foco, foi preciso considerar neste quadro sociológico o aspecto da segunda experiência de privação de liberdade. Dos nove jovens que compõem esta pesquisa, cinco deles foram novamente apreendidos e levados para o presídio do município de Governador Valadares, no sistema

prisional, pois todos já tinham atingido a maioria penal; foram eles Marcos Henrique (21 anos); Kleiton (20 anos); Cauã (20 anos); Leandro (23 anos) e Don Juan (22 anos).

Entre eles, três jovens tiveram suas trajetórias após desligamento da MSE marcadas por duas experiências de privação de liberdade, apontando para uma situação de reincidência; foram os jovens Kleiton; Marcos Henrique e Leandro. Esses três jovens somaram um total de três experiências de privação contando com a semiliberdade. A terceira e última experiência de privação observada ocorreu durante o período de realização da pesquisa, sendo duas situações durante a pesquisa de campo entre o segundo semestre de 2020 e início de 2021, e outra situação após o período delimitado da pesquisa de campo, início de 2022, em que manteve interações não formais com os jovens que me permitiram essa continuidade.

Outros dois jovens, o Robson (21 anos) e o Edson (23 anos), não foram apreendidos após a MSE, mas eram jovens que se expunham menos, seja offline ou online. Eles viviam mais intensamente e disciplinadamente a condição de “entocado”. Não chamavam muito a atenção, não faziam alarde, para não serem (ainda mais) visados e, segundo a minha interpretação, não serem pegos pela polícia. Eles não transitavam pela cidade e, quando transitavam, era de maneira bem limitada em determinados lugares dentro do seu território. Interagiam muito pouco nas redes sociais digitais, com postagens muito esporádicas.

É razoável interpretar que eram jovens que viviam um tipo de privação de liberdade socioespacial e sociocultural. Contraditoriamente, eles precisaram se submeter à condição de “entocado” para viverem em liberdade e, junto com isso, precisaram lançar mão dessa estratégia para continuarem vivos, pois viviam na fronteira entre continuar ou não livres, permanecerem ou não vivos. A ameaça vinha de diferentes lados, ora pelas dinâmicas do próprio tráfico de drogas, ora pela própria polícia, e ainda pela conjuntura política, econômica e social, que não proporcionava possibilidades de rompimento com essa realidade.

Embora não se trate de mais uma experiência de privação de liberdade, vale ressaltar que um dos jovens precisou sair do território para se esconder em outro município, pois estava sofrendo ameaças de morte por consequência de “guerra” dentro das dinâmicas do tráfico de drogas em que estava envolvido. Infelizmente, a trajetória de vida desse jovem foi brutalmente interrompida por mais uma cena de violência. Durante a pesquisa, Heitor (17 anos) foi assassinado. Mais um corpo passível de extermínio, mais um corpo decretado à morte. A notícia desse acontecimento foi me dada pelo jovem Cauã da seguinte forma:

Hoje começo o meu dia e trabalho e estudo ouvindo o áudio do Cauã, me enviado na madrugada, por volta das 03:30, me contando que o Heitor tinha acabado de ser assassinado, na porta da sua casa. *“E aí, Jorddana, tudo bem? Cê lembra do Heitor? Aquele pequeninim, que chama ele de [falou o apelido do jovem]? Mataram ele agora, lá na porta da casa dele...”*. Que notícia triste, que imediatamente apertou o meu peito e me deu até um pouco de falta de ar, por instantes. Mais uma morte, mais um jovem morto, mais uma vida não digna de viver, mais uma vida ilutável, porque sem direito, sem reconhecimento, sem importância. É impossível não relacionar essa vida matada com as outras vidas vítimas das ações do Estado, através da política de segurança pública que autoriza, veladamente, matar, se fazendo concreta nas ações dos policiais militares, especialmente, porque na dia de ontem (19/05/2020) foram registradas duas mortes de dois jovens negros, na periferia do RJ por ações de policiais militares, que inclusive estavam em casa e foram totalmente vítimas dessa ação violenta e truculenta de uma política assassina (Diário de campo, maio de 2020).

Em diálogo com Judith Butler (2018), reforço a questão: quais vidas são passíveis de luto? Os “enquadramentos normativos” estabelecem de antemão que tipo de vida será digna de ser vivida, que vida será digna de ser preservada e que vida será digna de ser lamentada. Essas formas de encarar a vida permeiam e justificam implicitamente as guerras contemporâneas. Refiro-me às “guerras” contemporâneas a que são submetidas as juventudes periféricas, pobres, em sua maioria negras, que vivem nos territórios urbanos e rurais, precários e subumanos brasileiros, ao serem expostas (e se exporem) ao mundo da infração e, especialmente, das dinâmicas do tráfico de drogas.

Os jovens dessa pesquisa, vivenciam cotidianamente essa realidade. Eles não sabem se estarão vivos no dia seguinte. São jovens que aprendem a lidar com o medo da morte e com o constante risco de perderem a própria vida. A própria vida torna-se o preço que se paga nesse cenário de “guerra”. Paga-se com não viver, não usufruir o seu direito primeiro. Jovens que são vítimas da violação de direitos mais graves, vítimas da violação da própria vida.

Assim, determinados corpos negros são aceitos, dependendo de se submeterem a determinadas lógicas de dominação ou normatização euro/norte americana e/ou dependendo do contexto sociocultural e econômico no qual estão inseridos. Esses jovens têm que provar, a todo tempo, que a sua cor não é um problema para eles, que não vai levá-los ao crime, à privação, ao terror. Eles vivem em constante dívida com essa sociedade colonizadora, racista e patriarcal. Nesse caminho, não podemos deixar de considerar o aspecto das estruturas raciais de poder que operam radicalmente no contexto da contemporaneidade impondo e normatizando os corpos desses jovens.

Em diálogo com Gomes e Laborne (2018), com o movimento negro, além dos dados apontados das pesquisas do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016) e Atlas da Violência

(CERQUEIRA, 2018; 2019; 2021), mencionados anteriormente, e as experiências dos jovens interlocutores, reforço a denúncia da cruel e brutal realidade do genocídio das juventudes brasileiras, que vem sendo transformada em luta por direitos. Mais do que extermínio, também nomeio de genocídio, tendo em vista que estamos falando de um fenômeno com números proporcionais a números de guerra que assola a população juvenil brasileira, principalmente negra, ao longo de décadas.

Novamente a categoria de opressão raça atravessa a trajetória dos jovens, demarcando a macrocausa do racismo em seus corpos. Segundo Gomes e Laborne (2018),

A morte letal de jovens negros não é causada apenas devido ao fato de serem na sua maioria pobres e viverem em situação de maior vulnerabilidade. Ela é atravessada fortemente pela raça. Ou seja, ser negro é um determinante para que a violência incida com mais força sobre essa parcela da população. Essa constatação não é nada mais do que a afirmação da existência do racismo, mesmo tendo este sido considerado como um crime inafiançável e imprescritível, desde a Constituição Federal de 1988 (p. 6).

Corroborando com as autoras, reforço a necessidade urgente e fundamental de colocarmos o racismo em suas diferentes facetas no foco da compreensão da luta contra a violência e vulnerabilidade juvenil. Sem considerarmos os dados de raça/cor e os imbricamentos vividos por meio da operacionalização da opressão pelo racismo – interseccionado com raça, vulnerabilidade social, desigualdade social, segregação socioespacial, gênero, geração –, não conseguiremos avançar nas políticas sociais de combate ao genocídio e violências contra as juventudes.

Trata-se de uma gravidade social. Isto é, uma sentença de morte decretada às juventudes brasileiras, que, consideradas como uma parcela da população que vive uma condição social e um “ciclo importante na trajetória social e identitária da nossa sociedade” (GOMES; LABORNE, 2018, p. 7), deveria estar sendo cuidada, integralmente protegida pela sociedade e seus adultos, e pelo Estado. O que vemos se repetir são processos estruturais e estruturantes de necropoder, que determina o controle sobre a vida, reduzindo o sujeito ao biológico, desprovendo-o como sujeito histórico, político de direito (MBEMBE, 2003). Ou seja, desumanizando-o, e, com isso, naturalizando o extermínio de determinados corpos, a partir do mecanismo de dominação da raça, operacionalizado pela colonialidade da classificação social no mundo capitalista (QUIJANO, 2005; 2010).

Assim, o extermínio e genocídio das juventudes, especialmente as negras, no Brasil, articulados às demais vulnerabilidades juvenis (considerando também os marcadores de educação, trabalho, renda e outros), são perversamente causados pelo racismo. Segundo Gomes

e Laborne (2018), a perversidade está na suposta invisibilidade e negação da existência do racismo no Brasil. Questão também aprofundada por Kabemgele Munanga (1996), o qual afirma que o racismo brasileiro é ambíguo e age de maneira sutil e perversa. Trata-se de um discurso repercutido historicamente, desde os tempos coloniais. É preciso, principalmente em tempos de retrocessos políticos e reforço aos paradigmas de repressão vividos no período de realização desta pesquisa, assumir e enxergar o racismo sendo ele próprio violento e produtor de violência.

À vista disso, é fundamental acionar o conceito de branquitude, também trabalhado pelas autoras, para suportar a nossa compreensão de que o acirramento da violência racista está diretamente pautado na articulação entre branquitude, racismo, desigualdades sociais e relações de poder. De acordo com Schucman e Cardoso (2014):

A branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não-brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais (p. 5).

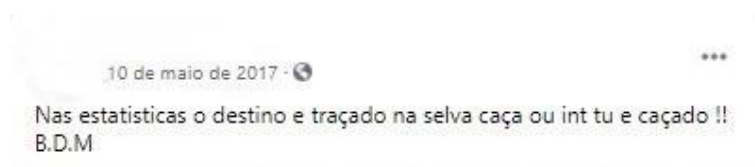
Isso implica em compreender que o processo de segregação social racial, historicamente orquestrado pela classificação social a partir da raça, sendo uma das implicações da colonialidade do poder, produz a branquitude como pertencimento étnico-racial superior. Isso desencadeia outros processos racistas, violentos e patologizantes. Coloca a pessoa negra no lugar de ameaça social, produzindo-a como um problema, ou seja, fora do padrão estético branco, mesmo se tratando de uma sociedade majoritariamente negra e mestiça. Além disso, grande parte da população detentora de poder econômico, político, midiático, através dos meios de comunicação em massa, das igrejas fundamentalistas, de seus representantes políticos, reproduzem também o medo. Elas disseminam o discurso e a representação social racista e segregadora dos coletivos sociais tidos como ameaçadores da ordem, quais sejam, os negros, pobres, a população LGBTQIA+, os sem teto, sem terra, quilombolas, indígenas, entre outros (GOMES; LABORNE, 2018).

Nesse sentido, as autoras apontam para a articulação sofisticada de novas formas de eugenia do século XXI, uma vez que, a partir da supremacia branca, o/a negro/o é visto como ameaça, “exterminá-lo também pode significar impedir a continuidade de toda uma geração de uma raça considerada inferior” (GOMES; LABORNE, 2018, p. 15). Assim sendo, as autoras ressaltam que,

A população pobre e majoritariamente negra (preta e parda) se vê encurralada pela desigualdade, milícia, polícia, tráfico, racismo. As armas chegam às periferias na mesma velocidade em que chegam as drogas. As balas perdidas se multiplicam. Essa ebulição só produz mais violência e morte. E os jovens negros e pobres se tornam as principais vítimas. [...] A situação é dramática: eles são exterminados pelo Estado e pelos diferentes grupos de disputas de poder no asfalto e no morro. Situação essa que leva uma parcela dessa juventude a também matar uns aos outros. **São vítimas se matando entre si.** A autoexterminação é um dos produtos de uma situação da perversa articulação entre desigualdade, racismo e violência estruturais que não foi inventada por eles (p. 19, grifos nossos).

O jovem Marcos Henrique expressa essa situação em uma postagem (Figura 25).

Figura 25 – Postagem em rede social de Marcos Henrique - Insegurança



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Nesse contexto de busca de compreensão sobre as vidas ameaçadas de jovens homem empobrecidos, moradores das camadas populares, negros, não se pode falar em iminência de morte sem considerar a morte social, para além da física, a qual os jovens vão vivenciando cotidianamente (ARROYO, 2019).

Os jovens desta pesquisa vão sendo mortos aos poucos, na medida em que são violados os seus direitos desde antes de nascerem, após o nascimento e ao longo da sua trajetória. São vidas ameaçadas, que sofrem as consequências de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, que insiste em colocar esses jovens na condição de excluídos, marginalizados, em contextos desfavoráveis, de desvantagem.

Intencionalmente nesta análise, o elemento do assassinato do jovem Heitor (17 anos) apareceu aqui conectado com o aspecto da nova experiência de privação de liberdade. A intenção foi demarcar que os territórios de violências às quais os jovens são submetidos os levam a acreditar nessa triste sina de que para eles restam apenas duas possibilidades: ou serão novamente presos ou serão mortos. Robson já dizia isso para mim desde o período de cumprimento da semiliberdade, em suas palavras: *“Essa vida todo mundo já sabe qual é a saída: ou é cadeia ou é caixão, mas agora já está nela o que pode fazer?”* (Robson, 17 anos) (ALMEIDA, 2017, p. 146).

Trata-se de uma cena real que insiste em aprisionar e/ou interromper esses jovens e determiná-los em uma imagem socialmente produzida para permanecer estática, fixa, acabada: do “menor infrator”, delinquente, ameaças, em situação irregular, desde o “Código de Menores” de 1927 até os dias atuais com a proposta de redução da maioridade penal (STECANELA, 2012; CRAIDY, 2012; ARROYO, 2019). Como afirmou Mbembe (2016), são jovens que vivem o status de “mortos-vivos”.

No entanto, esta pesquisa quis desenquadrar essa cena, ou melhor, enxergar junto com os jovens e suas trajetórias outras possibilidades de enquadramento, que possam dar visibilidade para todo o cenário e os panos e planos de fundo e as outras cenas dentro do mesmo quadro que se complementam e (re)criam uma composição em movimento. Configurando, assim, suas trajetórias de vida, também passíveis de mudança, reconfigurações.

Até quando as vidas de jovens como os desta pesquisa serão interrompidas enquanto assistimos a cena como se fôssemos meros telespectadores das multitelas que fazem parte do nosso cotidiano?

Contudo, faz-se necessário reafirmar que a vivência digna e plena da condição juvenil desses jovens está constantemente ameaçada. Eles têm que conviver com esses riscos, como se estivessem sempre na iminência de serem pegos e apreendidos novamente ou terem suas trajetórias de vida interrompidas. É como um fantasma na vida dos jovens, no sentido de estar sempre os rondando. A experiência de viver escapando disso e, ao mesmo tempo, ver seus colegas e parceiros de fechamento sendo aprisionados por práticas com que eles conjuntamente se envolvem ou ver seus parceiros sendo assassinados por outros jovens ou pela polícia, é como um constante dilema na vida do jovem.

Retomando o diálogo com Martuccelli (2006), trata-se de uma constante prova que os jovens têm que enfrentar, pois precisam conviver com essa iminência de perderem sua liberdade e/ou sua própria vida. Trata-se do desafio comum, que vai ser enfrentado de diferentes e singulares formas, de acordo com os suportes presentes ou não em suas trajetórias.

Algumas postagens que eles fizeram no Facebook chamam a atenção para esta reflexão. Destaco a seguir uma cena registrada por Kleiton, referente ao aprisionamento de um de seus companheiros de “fechamento”.

Os *story* [do jovem Kleiton] do dia 04/02/2021 teve outras duas postagens que chamaram a atenção da minha observação. Uma delas se tratava de uma fotografia dele com outro jovem, ambos sentados em alguma calçada, com uma bicicleta estacionada atrás deles e os dois exibindo cigarros (baseados de maconha). No post tinha a *hashtag* #XIAXIALC, com emoji triste e uma música, um rap do grupo 509-E chamada “Saudades mil”. A postagem remete que um de seus parceiros, um de seus fechamentos que está aprisionado e a música indicava a saudade que ele sentia e o desejo que seu parceiro “xia liberdade”. A letra desse rap é na verdade uma carta de um homem em cárcere que responde a carta recebida de uma amiga, na qual conta as notícias do mundão, das perdas e das lembranças, saudades, sobre amizade e camaradagem, também sobre fé, confiança em dias melhores; sobre aliados no crime, inveja e, ao mesmo tempo, a ideia de crime como doença, junto com as drogas, que levam apenas a cadeia, velório, decepção, destruição, tristeza em família. É uma letra muito impactante, uma narrativa potente sobre os dilemas, mazelas, pressão de uma vida que pulsa forte, que quer sobreviver, precisa se manter firme. (Diário de campo, 2021).

A seguir transcrevo alguns trechos da letra da música que compõem e complementam a breve, mas muito significativa, narrativa do jovem Kleiton (20 anos).

Eu recebi a carta que você mandou
 Fiquei desnordeado, aí abalou
 Não acredito que mataram seu marido, o Amarildo
 era meu amigo
 Sempre chegou comigo em várias fitas, difícil de entender as
 surpresas da vida
 Ontem tudo bem com a família inteira
 Hoje um a menos parece brincadeira
 Meu aliado respeitado no crime
 A inveja é uma merda, conheço esse filme
 [...]

Aí amiga hoje eu não tô legal
 Afetaram o meu lado espiritual
 Vi um maluquinho me olhando diferente
 Com a maldade nos olhos entende?
 A cabreragem tomou conta de mim
 Eu tô esperto, ligeiro enfim
 Quero saber o porquê daquele olhar
 Eu tô na dele aí, vou enquadrar
 O que ele quiser comigo eu quero em dobro
 Tô no veneno, tô disposto
 Aqui nessa porra é assim
 O demônio te atenta, planeja seu fim
 Que Deus me proteja espero que não seja nada
 Mas se for topo qualquer parada
 Aí amiga este lugar é o inferno
 "- Aí Dexter, caiu mais um no pátio interno"
 [...]

No escadão se escuta vários tiros
 E logo em seguida a mãe que chora por seu filho
 Roberto, que Deus o tenha mano

Quem me contou a fita foi o Luciano
 Ele também tá por aqui
 Me disse que na Vila agora tá assim
 Quem sabe quando eu sair
 Tudo já esteja bem melhor por aí
 Que sabe os irmãos um dia compreendam
 Que o crime, as drogas não passam de doenças
 É só cadeia, velório, destruição
 Tristezas em família só decepção
 É necessário corrigir a postura
 Amor, justiça é a cura
 Bem acho que já falei demais
 (Saudades Mil, 509-E, 2000)

As narrativas do jovem a partir da postagem e da letra da música citada deixam explícito o sentimento ambíguo de estar na vida “do crime” sabendo quais são suas sentenças, como a de ser submetido à privação de liberdade a qualquer momento. A #XIAXIALC junto com a música escolhida por Kleiton em seu post indica que ele estava retratando que seu parceiro, “chegado”, estava privado de liberdade e que ele estava lamentando e desejando a sua liberdade. Ao mesmo tempo, aponta o anseio de não estar ou permanecer nessa vida, “é necessário corrigir a postura”. Mas, na mesma intensidade, é possível perceber a necessidade de reforçarem sua capacidade de resistência e de luta por sobrevivência, mesmo que isso seja através da relação com as dinâmicas ilícitas a que eles se vinculam.

Além disso, foi possível compreender que todo o risco que correm e todas as ambiguidades e contradições existentes em suas trajetórias são também maneiras de reivindicarem a sua liberdade de existir, de serem vistos como “alguém na vida”. Mas, mais do que isso, foi se intensificando nesta análise a percepção de que os jovens lutavam e buscavam ser “alguém COM vida”. O desejo de querer viver é sobre viver dignamente, com garantidas de direito sociais básicos, e não “sobreviver”.

Apesar das incertezas e inseguranças em viver em liberdade e permanecerem vivos, os jovens reforçavam mais de uma vez sobre a necessidade de se manterem firmes. Isso significava criar estratégias para lidar com as contradições, violências, violações com as quais eles conviviam desde a primeira infância em seus territórios precarizados e empobrecidos. “Manter-se firme” se mostrava também, nesta análise, como uma forma de não se deixar levar, não se silenciar, e/ou se “enquadrar” na condição de subalternizado. Era preciso “ser ligeiro na quebrada”, como os jovens diziam, para saber levar a vida sem ser “preso” e sem morrer. No caso específico dos jovens, uma saída para isso era o envolvimento direto ou indireto com práticas ligadas ao “mundo do crime”. Que, embora consideradas ilícitas, eram rentáveis e capazes de acolher os jovens e dar espaço de reconhecimento sociocultural.

Não é por acaso ou mera coincidência que jovens homens, do sexo masculino principalmente negros e periféricos ou favelados, estejam protagonizando as cenas de genocídio, homicídio, de práticas ilícitas voltadas para as dinâmicas do tráfico de drogas. Assim como são os mesmos corpos mais atingidos diretamente com experiências de ausências e descontinuidade no percurso escolar, índices de desemprego e ou de atividade laboral informal, com baixa renda, inseridos em famílias empobrecidas, com condições sociais precárias e desiguais. Não é sobre ser jovem homem negro, mas, sim, sobre ser jovem homem negro em uma sociedade racista, neoliberal, patriarcal e colonial. (GOMES; LABORNE, 2018; BORGES, 2018). São os corpos passíveis de serem elimináveis, que vivem na pele o racismo em seus diversos mecanismos e estruturas de poder e violação.

5.2.3 Religião, fé e práticas ilícitas: outros entrecruzamentos

Outro atravessamento que se mostrou como mais um elemento de configuração das trajetórias de vidas dos jovens desta pesquisa foi a dimensão da religiosidade. Na medida em que ia me aproximando um pouco mais do cotidiano vivido pelos jovens, considerando os percursos desde a sua saída da semiliberdade até o momento da realização da pesquisa de campo, a religiosidade foi ficando mais presente e, em vários momentos, mais recorrente nas suas múltiplas narrativas. É importante apontar que a religiosidade aqui é compreendida de maneira mais ampla, considerando as diversas formas de estabelecer relação com a fé em uma ação divina e espiritual, incluindo as manifestações religiosas institucionais, como uma das dimensões da vida social.

A antropóloga Regina Novaes (2012), embora tenha desenvolvido um estudo voltado para juventude, religião e espaço público, nos possibilitou refletir e perceber alguns aspectos importantes ao nos depararmos com esta cena, na qual os jovens se encontram e são atravessados pela dimensão da religiosidade, seja pela manifestação da fé individual ou pela inserção ou participação em alguma instituição religiosa.

Segundo a autora, uma sociedade cada vez mais modificada, complexificada, policêntrica com profundas mudanças mundiais das relações entre público e privado, sociedade e Estado, relações de trabalho, velocidade das novas tecnologias e informação e comunicação entre outros, em seus diferentes territórios, modifica também as relações estabelecidas com a religião. Assim, valores culturais classificados como religiosos (e vice-versa) se entrecruzam no campo da convivência civil, modificando o modo como fé, religião, experiências de vida, política, território vão se entrelaçando, bem como chegando a serem incorporados na

formulação de políticas públicas e nas próprias instituições religiosas, especialmente as religiões cristãs (Eliana ANDRADE, 2010; NOVAES, 2012).

No caso específico deste estudo, argumento que esses valores se entrecruzam nas experiências dos jovens egressos da MSE vividas, principalmente, na relação com as práticas consideradas ilícitas, interligadas às dinâmicas do tráfico de drogas, e foi possível enxergar a emergência de diferentes intersecções.

Um primeiro ponto que chama a atenção é o fato de que, após o desligamento da MSE, a maioria dos jovens frequentavam, não na mesma intensidade, os cultos de final de semana de uma instituição religiosa evangélica, classificada na literatura específica como protestante pentecostal (Nina ROSAS, 2009; NOVAES, 2011). Essa informação foi concedida durante a investigação tanto pelos jovens, especialmente Cauã (20 anos) e Robson (21 anos), que trouxeram mais diretamente esse aspecto nas nossas interações e nas suas interações nas redes sociais. Mas, foi apresentada também pelas ex-educadoras do Programa de acompanhamento de Egresso Se Liga, e pelos familiares mais presentes (a mãe do jovem Robson e a avó do jovem Cauã). Segundo as ex-educadoras, mesmo antes de serem desligados, muitos jovens começaram a frequentar a igreja e, depois do desligamento, muitos continuaram.

Daiane: O recurso deles era a igreja, mesmo! Eles iam na [nome da igreja protestante] aqui, no sábado que era só pra jovens. Eles gostam muito disso. Eles gostavam. Todos eles! Todos os adolescentes. Então, era um recurso deles, era esse sábado na igreja.

P: E eles contavam isso pra você? Pra vocês?

Daiane: Contava! A gente via também, por exemplo, quando eu passava pra ir pra casa na época do meu noivo, eu via eles! Né? [...]. Eu ia pra casa do meu sogro e passava pela igreja e é uma igreja muito grande e eu via eles sentados. (Daiane – ex-educadora do Programa Se Liga, 2021)

Além do relato da educadora, que afirma que a participação dos jovens era mais focada nos cultos de sábado e/ou domingo, voltados para jovens, os jovens também me deram indicativos de que a sua presença física e assídua na igreja não era uma característica forte desta dimensão. Destaco um trecho dos registros das minhas andanças online que menciona uma narrativa do Marcos Henrique (21 anos):

Pude observar também que a maioria das postagens mais recentes, considerando junho, julho e agosto/2020, estão relacionadas com a dimensão da fé espiritual. Sempre com frases ou imagens/reposts com mensagens sobre ter fé em Deus, não se preocupar e acreditar na providência Divina, como por exemplo “*Eu posso não viver dentro da igreja, mais jamais deixarei de acreditar em Deus*” (Postagem do dia 29 de junho de 2020 – repostagem da página MC Bó do Catarina (um cantor e compositor de funk). (Diário de campo, agosto, 2020)

De acordo com Novaes (2012), podemos considerar que os jovens se assemelhavam mais com um grupo denominado de “evangélico genérico”, isto é, um segmento juvenil que não tem necessariamente pertencimento exclusivo a uma igreja e/ou seja assíduo nos cultos. Guardados os limites deste estudo, vale ressaltar que a percepção dessa denominação nas experiências dos jovens interlocutores não implica em confirmar evidências sobre uma modificação em relação ao peso da autoridade religiosa nas ações, comportamentos, decisões etc. para com seus fiéis. Ao mesmo tempo, esse apontamento indica possíveis modificações nessas relações.

No entanto, tudo indicou que havia algum tipo de clima nessa igreja evangélica, pensada especialmente para esse público, que motivava a participação dos jovens, no sentido de buscar algum tipo de “recurso”, como disse a educadora. Talvez se tratasse de um acalento afetivo-emocional, paz interior/espiritual, ou seja, algum tipo de acolhimento socioafetivo.

Sobre esse aspecto, vale mencionar o crescimento da igreja evangélica no Brasil. Segundo Novaes (2011), foram as denominações pentecostais, com sua diversidade de instituições, que alavancaram o crescimento evangélico brasileiro. Esse crescimento foi mais significativo, principalmente, nas regiões metropolitanas e interioranas, do que nas capitais, e entre as populações das camadas populares.

Nesse processo, que podemos chamar de expansão do segmento protestante pentecostalista ou movimento pentecostal, acelerado no final do século XX no Brasil, houve modificações e renovações significativas que geraram um processo de diversificação nas práticas protestantes. De acordo com Andrade (2010),

os protestantes destes novos tempos adotaram uma postura de flexibilização dos tradicionais usos e costumes. Tornaram-se mais agressivos e incisivos na adoção de estratégias de crescimento e participação na sociedade, inserindo-se mais na cultura nacional, aproximando-se e identificando-se mais com a sociedade circundante. (ANDRADE, 2010, p. 52).

As principais ênfases doutrinárias que diferenciam os protestantes pentecostais dos evangélicos históricos⁶² são: “ênfaticam a urgência na conversão como caminho de salvação ante os desmandos do mundo e acreditam ter acesso, no dia a dia, aos dons e carismas do Espírito Santo para as curas dos males do corpo e da alma” (NOVAES, 2011, p. 269). Além disso, segundo Andrade (2010), “os pentecostais se diferenciam dos [protestantes] históricos,

⁶² Trata-se de uma distinção historicamente definida para diferenciar os evangélicos históricos, que seriam os evangélicos de origem e procedência geográfica da Europa e a partir da Reforma Protestante do século XVI. Para aprofundamento, indicamos os estudos de ROSAS (2009) e QUEIROZ (2019);

em termos gerais, pela ênfase no batismo com o Espírito Santo como prova evidente da conversão de um indivíduo [...], pelo uso de profecias, visões, sonhos e a crença na cura divina” (p. 14).

Em diálogo com essas autoras, observo que há um movimento de renovação e flexibilização constante dessas instituições, atentas à incorporação de métodos e estratégias que envolvem a presença de líderes carismáticos/as, apelo excessivo às questões socioemocionais e à perspectiva da prosperidade⁶³, com o objetivo de convencimento e evangelização a partir das verdades protestantes sobre o que é ser um/uma cristão. Nesse contexto, as pesquisas desenvolvidas com as juventudes, como por exemplo a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” (ABRAMO; BRANCO, 2011), vêm mostrando que essa parcela da população é um público potente para ser evidenciado e priorizado por esse movimento pentecostal e neopentecostal no país.

Nesse sentido, Andrade (2010) organizou algumas características neopentecostais e elegeu algumas mais visíveis, tais como:

a ênfase na Teologia da Prosperidade, a exacerbação da chamada Guerra Espiritual contra o diabo, as práticas de exorcismo, a liberalização dos tradicionais usos e costumes de santidade do fiel, o antiecumenismo, a presença de líderes fortes e carismáticos, o uso dos meios de comunicação de massa, o estímulo à expressividade emocional e a participação na política partidária (ANDRADE, 2010, p. 15).

Seguindo a análise, dos jovens participantes nesta pesquisa, havia um entre eles que foi estabelecendo um vínculo mais forte com essa igreja. Refiro-me ao jovem Cauã. Logo que foi desligado da MSE, ele participava mais assiduamente nos cultos de domingo, mas, ao longo do tempo e diante de determinadas circunstâncias de vida, foi possível perceber uma aproximação maior com a religião, como uma alternativa de mudança de vida, no sentido do seu rompimento com as práticas e dinâmicas nos grupos de fechamentos. Identificamos sua participação em ações solidárias, campanhas e encontros promovidos pelo grupo de jovens dessa mesma igreja. Essas experiências, a partir de um determinado momento, fizeram parte significativa das suas narrativas nas redes sociais digitais. Esse elemento mais específico na trajetória de Cauã será mais explorado em seção mais adiante.

Mas a trajetória dos jovens de um modo mais geral foi atravessada pela dimensão da religião desde a infância através do vínculo das suas famílias. Majoritariamente, as famílias dos

⁶³ Segundo Almeida (2019), a Teoria da Prosperidade está ligada ao discurso da prosperidade material, resultante de sacrifícios rituais monetários e de atitude individual empreendedora. É um discurso valorizado pela religião e adotado como ética econômica.

jovens tinham algum vínculo com alguma igreja de denominação evangélica ou protestante, sendo a maioria do segmento pentecostal. Foi possível perceber que, no momento dos relatos das mães e avós, essa questão sempre aparecia com certa centralidade.

Júlia: Sim, ele [Robson] sabe que pode contar com a família dele. Que somos todas servas de Deus e que ele também é um servo de Deus. Ele também é um servo de Deus também! Ele tá afastado, mas ele não deixou de ser um servo de Deus. A gente não deixa de ser um servo de Deus, entendeu?

P: Humrum...

Júlia: E ele saiu do caminho, mas, eu sei que Deus tem o plano dele e... e, vai me dar no momento certo... no tempo certo Deus vai fazer todas as coisas, né? Basta ele, o Robson aceitar. [voz mais firme nesta afirmação]. Aceitar ajuda, né... (Júlia, mãe do Robson, entrevista-conversaão, 2020)

O relato da Senhora Júlia (mãe do Robson) representa o aspecto da valorização da dimensão religiosa na vida das famílias e da forma como elas lidavam com as experiências contraditórias e de rompimento com “o caminho certo”, que, no caso, era diretamente ligado ao caminho cristão, de acordo com a busca pela conversão e salvação da alma. Inferi que também era uma forma de explicitarem que, embora seus filhos e netos estivessem em um caminho “ruim” ou “no mal caminho”, como elas se referiam (para explicitar o envolvimento com práticas ilícitas), não significava que tinha sido sempre assim. Elas enfatizavam que, naquilo que dependia delas, os filhos e netos seriam sempre “criados na igreja”.

Outro relato, agora da Dona Zélia (avó do Cauã), reforça essa valorização e traz mais elementos:

Dona Zélia: Ah, tinha vez que eles chegava aqui [se referindo aos amigos do “fechamento” do Cauã], eu falava com eles: “Ô, menino, escuta aqui, cês ficam incomodando o Cauã, por que cês num vai pra igreja? Aceita Jesus!” “Ah, tia, pode deixar que uma hora nós vão!”. Eu falei: “Uma hora? Uma hora que cês já tiver com os olhos fechado cês vão querer ficar lá dentro da igreja! Cês têm que ir agora que o Jesus ama vocês!”. Tinha hora que eu pegava uns que, eu não brigava não, mas falava assim com eles, falava rindo né?

P: Uhum!

Dona Zélia: Às vezes eles temia, tinha hora que eles ainda vinha “Ô, tia, põe a mão na minha cabeça aqui, ora pra eu”. Eu falei “Então, eu vou orar pra expulsar esse demônio docê!”. (Entrevista-conversaão, 2020)

A partir desse relato, a dimensão da valorização moral na relação com a religião foi uma das cenas também capturadas. Nesse sentido, foi possível perceber o sentimento de pesar das famílias diante do comportamento desviante dos jovens ao se envolverem com “coisas erradas”, ou seja, ao estarem cometendo um “pecado”. Elas acreditavam que eles tinham que “aceitar Jesus” para ser libertos do “demônio”. Desse modo, foi possível perceber que expressavam um sentimento de decepção ao ver seu filho ou neto se tornar um jovem desviante do “caminho”.

E, conjuntamente, uma convicção de que o caminho para tirar os jovens daquela situação de envolvido com as práticas ilícitas era a conversão, o caminho da igreja, no caso, protestante pentecostal.

Sobre esse aspecto, outro ponto foi identificado, especialmente pela manifestação mais direta do jovem Robson (21 anos). Ele também explicitou um sentimento de pesar, no sentido de ser uma decepção para a sua família, especialmente representada pela figura da mãe. Em um momento específico da nossa interlocução, Robson (21 anos) comentou sobre o “pesar da sua mãe pelo fato de ele não ter voltado para a igreja. Comentou também que a mãe dele fica doida querendo que ele voltasse para a igreja. Relatou: *‘eu já fui de igreja e tudo mais, mas tô mais sossegado com isso agora, tô de boa’*”. (Conversação com Robson por telefone, 21 anos, Diário de campo, 2020).

Essa fala sucinta de Robson deu a entender que ele não se vinculava com a igreja da mesma maneira que antes, como esteve presente no relato de sua mãe, e que ele tinha consciência de que isso a desapontava.

Nesse sentido, é possível afirmar que há uma pressão social muito grande em cima desses jovens para mudarem de vida e, para isso, a condição quase que imprescindível de se evangelizar. Representava fortemente um efeito moralizante, de uma sociedade moderna colonial que dita as regras sociais para ser aceito como ser humano digno, “pessoa de bem”, “cidadão de bem”, que, em ligação estreita com determinados discursos religiosos, está imbricado em determinada conversão religiosa.

Essa questão, de modo mais amplo, está atrelada a uma política de Estado que se pauta por imperativos de segregação social e racial (QUIJANO, 2005, 2010; ARROYO, 2015; 2019), decretando vidas mais humanas que outras. Sendo as vidas menos humanas aquelas naturalizadas como incapazes, menores em cultura, intelectualidade, racialmente inferiorizados, menores em humanidade (pobres, negros/as, jovens, periféricos, favelados, “infratores etc.). Estamos falando também de políticas de Estado menor que fortalece o paradigma abissal (SANTOS; MENEZES, 2010) de reconhecer alguns como humanos, merecedores de viver, de ter suas vidas protegidas; e outros como não humanos, não merecedores de viver, ameaçadores da vida, da ordem, do padrão político econômico, de classe, etnia, raça, gênero e outros.

Esse cenário político complexo e de refinamento do padrão colonial de poder incorporado nas relações políticas, econômicas e sociais foi também fortalecido por um

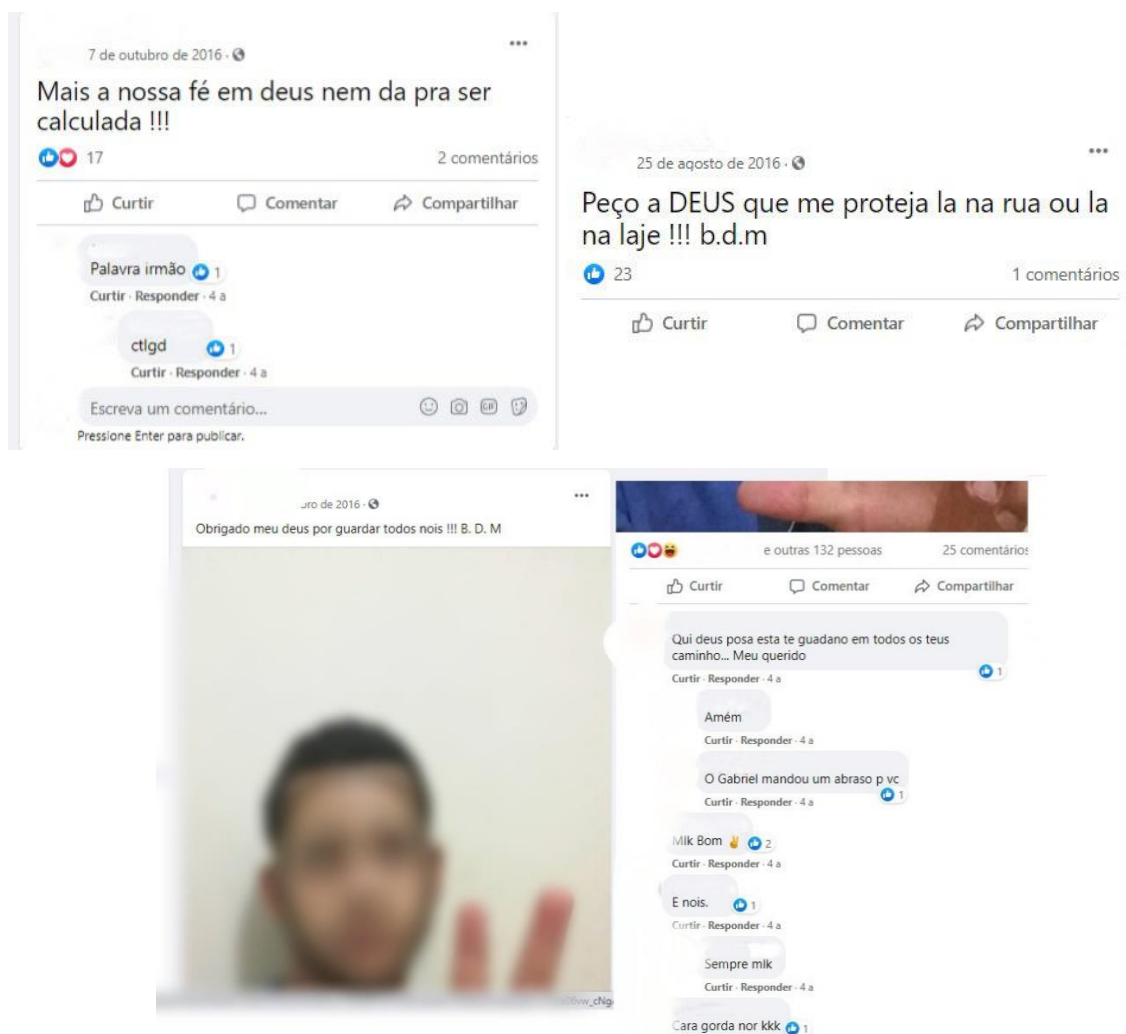
determinado discurso voltado para a moralidade pública e os costumes em articulação com dimensões das religiões cristãs. Segundo Ronaldo de Almeida (2019),

O Brasil, principalmente com a redemocratização, experimentou mudanças consideradas progressistas em termos de direitos reprodutivos e sexuais. Em contraposição, recrudescer a reação para conter a secularização, de um lado, e os comportamentos e os valores mais liberais, de outro. Esse contexto tem resultado na disputa pela moralidade pública, que encontrou nas religiões cristãs os principais promotores da sacralização da família e da reprodução da vida. Família tradicional é, sem dúvida, o signo mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários. Atualmente, no Brasil e na América Latina, o que se destaca são setores religiosos, à direita, com ênfase em temas como aborto, sexualidade, gênero, casamento, técnicas reprodutivas e adoção de crianças por casais do mesmo sexo. De um lado, um movimento de manutenção da tradição cristã fortemente marcada pelo catolicismo, de outro, um movimento mais proativo e transformador dos comportamentos feito pelo evangelismo. (ALMEIDA, 2019, p. 2.010).

No contexto desta investigação, ressalto que a fronteira tênue entre a religião, a política e a criminalização de determinados corpos, no caso os jovens negros pobres periféricos, ficam cada vez mais acirradas quando consideramos e colocamos luz na articulação entre religião e política pautada por concepções conservadoras no sentido de serem forças de poder que favorecem a manutenção do padrão de poder colonial, capitalista, racista, patriarcal no contexto histórico de constituição da sociedade brasileira. É nesse caminho moralizante, pleno de contradições, discursos de ódio, intolerância, vingança e fobias à diversidade sexual e de gênero, que os jovens desta pesquisa vão sendo decretados “infratores”, inumanos, sem história, sem direitos, sem valores, por isso passíveis de privação de liberdade, e até de extermínios

Além desse “*frame*”, havia também a captura da relação que os jovens estabeleciam entre fé religiosa e dinâmicas ilícitas, principalmente as voltadas para o universo do tráfico de drogas. Esta conexão era sempre presente nas narrativas dos jovens através de seus posts nas redes sociais e exploravam “a fragilidade das fronteiras que separam o sagrado e o profano” (NOVAES, 2012).

Figura 26 – Postagens em rede social de Marcos Henrique – Fé



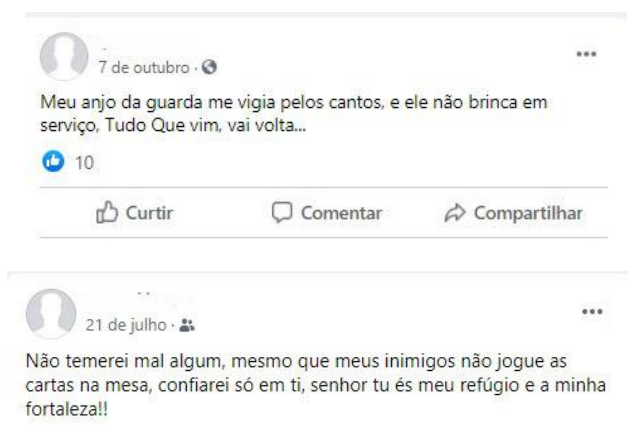
Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 27 – Postagem em rede social de Cauã – Fé



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 28 – Postagem em rede social de Kleiton – Fé



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

A presença desse tema nos posts possibilitou compreender que existe uma construção de crença na proteção divina por parte dos jovens, tendo em vista que a dimensão da religiosidade estava sempre posta na relação direta com os riscos que os jovens vivenciavam no seu cotidiano arriscado. A proteção divina diante de uma vida de muitos riscos, perigo e ameaças parecia se configurar como uma maneira de buscar confiança e autoconfiança para as ações e relações de violência às quais os jovens estavam quase sempre submetidos e/ou provocando.

Assim, para uns mais intensamente que outros, a relação com a religiosidade se mostrou fortemente como parte da trajetória dos jovens desta pesquisa e seus familiares. A tal ponto que foi possível perceber que a conexão com a religiosidade e com a religião era uma alternativa real, concreta, possível para construir formas de eles e elas lidarem com as adversidades de uma vida tão precarizada, duramente vivida, com diferentes experiências de violação de direitos e violências.

Nesse aspecto, retomo o diálogo com Novaes (2012), que, ao analisar as relações existentes entre a cultura hip-hop, especialmente o rap, e a religião, cita o exemplo do grupo Racionais MC's para compreender o fato de que, ao fazer referências bíblicas em suas letras, embora tenham sido interpretados como "ideias fora de lugar", também são expressão de buscarem em Deus um "sentido para suportarem as mazelas da sociedade" (p. 193). Esse é um exemplo que também se conecta com as experiências vividas pelos jovens, no contexto dos grupos de fechamentos com suas guerras, disputas e vulnerabilidades. Nesse sentido, destaco o trecho da vinheta falada na faixa "Gênesis", do álbum "Sobrevivendo no inferno" (RACIONAIS MC's, 1997): "Deus fez o mar, as árvores, as crianças e o amor/ O homem lhe

deu favela, o crack, as armas, a bebida, as putas/ Eu tenho a Bíblia e a pistola automática. Estou tentando sair desse inferno”.

Os versos dessa música se conectam analogamente com as experiências dos jovens ao expressar significativamente as contraditórias, mas reais, conexões que implicam suas trajetórias tortuosas, difíceis e contraventoras, atravessadas por diferentes categorias de opressão e desigualdades. Entre elas, a forte inter-relação entre o caminho de Deus e caminho do homem, mas, ao mesmo tempo, a compreensão de que suas vidas estão ambigualmente atravessadas por ambos, “a Bíblia e a pistola”, bem como cruelmente marcadas pela tentativa, na maioria das vezes frustrada, de sair dessa situação de vulnerabilidade e precariedade social extrema. Uma situação trágica por não ter muitas alternativas com as quais se pode contar concretamente para sobreviverem, viverem, a não ser as ligadas às dinâmicas ilícitas às quais se submetem. Por isso, comparadas à ideia de viver no inferno.

Assim, a dimensão religiosa, ter fé em Deus, também era uma fonte de referência para lidar com as situações de injustiça vividas. As premissas “Deus sabe o que faz” e “Deus usa alguns dos seus filhos para serem exemplos para outros”, são frases ouvidas da mãe do jovem Robson e da avó do jovem Cauã durante nossas interlocuções, por exemplo. Sendo a primeira delas (“Deus sabe o que faz”) também significativamente reproduzida pelos jovens, de diferentes maneiras. Nesse sentido, havia também uma manifestação explícita sobre a confiança “no tempo de Deus”, principalmente quando as coisas não aconteciam conforme suas expectativas e/ou quando passavam por experiências fortes de conflito, atentados contra a vida, traição.

Figura 29 – Postagens em rede social de Marcos Henrique – Fé



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

Esses discursos pareciam indicar que, no momento certo, “no tempo de Deus”, eles iriam se reerguer, recuperar “o tempo perdido” no âmbito das relações de disputa estabelecidas nas vivências territoriais do tráfico de drogas. Isso incluía, até mesmo, planos de vingança, “guerras” declaradas para com os grupos rivais. Esse aspecto reforça o apontamento de que a

ideia de Deus ligada ao sentido de “livramento”, de proteção divina era muito acionada pelos jovens diante dos vários conflitos nos quais precisavam se envolver para não se “entregarem à morte”. Isto é, para se manterem vivos.

Assim sendo, em diálogo com Martuccelli (2015), a conexão com alguma forma de religiosidade se mostrou como um suporte que possibilitou aos jovens se “suportarem” no mundo diante de uma realidade de ausência de outros suportes mais concretos, como inserção no mundo do trabalho, renda digna, acesso e permanência na educação formal, orientação socioeducativa e emocional mais duráveis e menos frágeis, informações básicas para ter acesso a serviços sociais, de saúde e de políticas públicas como um todo.

Em articulação com a perspectiva interseccional, compreendo que a relação que os jovens estabeleciam com a dimensão religiosa se intensificou como um suporte, devido aos demais entrecruzamentos existentes nas vivências de suas experiências juvenis. Ou seja, as intersecções entre as dimensões de desigualdade social, desigualdade regional, masculinidade hegemônica, racismo, que impõem aos jovens a sentença de morte (social, histórica, epistêmica, biológica) cotidianamente.

Desse modo, a religião foi se tornando uma alternativa de amparo, acolhimento e confiança na ação divina para melhorar as realidades de vida. Foi se mostrando como uma alternativa para cultivarem alguma esperança e darem conta de lidar com uma situação que extrapolava muito as possibilidades e recursos concretos de que dispunham.

Além disso, a religião, aqui mais institucionalmente falando, foi apontada por parte das famílias como uma das formas mais viáveis de possibilitar a saída do jovem do “mundo das drogas”, ou seja, sair da vida ilícita em que os jovens estavam inseridos. Ela foi posta praticamente como uma condição para mudar de vida. Esse foi especialmente o caso do jovem Cauã, que foi o único jovem interlocutor desta pesquisa que, após um tempo de desligamento da MSE e de uma experiência de privação em sistema prisional, rompeu com a continuidade do ato infracional. Nas palavras de Dona Zélia, avó materna do jovem:

Irmã, foi muitos livramento que o Senhor deu na vida, a história dele é muito bonita, muito assim ver, porque o agir de Deus foi tremendo na vida desse menino, né? Então, eu tenho mais é que louvar a Deus pela vida do Cauã! (Diário de campo – relato da Dona Zélia, 2020).

No caso do jovem Cauã, foi possível identificar que a dimensão da religião em formato institucionalizado, especificamente através da igreja protestante pentecostal, se tornou um suporte na sua vida, na medida em que outros suportes, como por exemplo a família e o trabalho, foram também se concretizando nos seus percursos e possibilitando a construção do

rompimento com as práticas especificamente relacionadas ao tráfico de drogas e os grupos de fechamento.

Todos esses elementos me possibilitaram apontar para a compreensão de que as relações e conexões que os jovens foram fazendo com a dimensão da religião e da fé, a partir das experiências vividas nos contextos em que estavam inseridos, extrapolavam a relação tradicional, isto é, aquela pensada como caminho da salvação, da conversão, saída do mundo profano para o mundo santo/cristão – o que é certo ou errado, o que é santo ou profano. Não obstante, e sim concomitantemente, os jovens apontaram para um entrecruzamento que permite relacionar, interseccionar fé, religião, juventude e mundo do crime. Permite se relacionarem com a religião de modo ambíguo, no sentido de poder andarem juntas as coisas do mundo e as coisas de Deus, o certo e o errado, a ação divina e a ação do diabo etc.

Isso implicou compreender que, a partir das suas experiências complexas, não cabia apenas análise restrita e fixada em uma única e linear relação com a dimensão religiosa, através das suas manifestações de fé e crença. Essa é uma perspectiva que reproduz resquício de uma lógica colonizadora, que nos impõe visões eurocêtricas de dicotomias, dualismos em que ou se é uma coisa ou outra. Em diálogo com Quijano (2010), considero que a dimensão da religião, vista desse modo, pode ser considerada como um mecanismo de dominação, formatação/doutrinação dos corpos, especialmente no contexto desta pesquisa baseada nas vidas dos jovens, corpos condenados ao pecado. Assim, a religião não deixou de se manifestar aqui como uma implicação da colonialidade do poder no mundo capitalista.

Nesse sentido, foi preciso uma análise que pudesse reverberar as inconstantes, oscilantes, transitórias, arriscadas, itinerantes e contraditórias experiências, bem como, relações com a dimensão religiosa que compunha também as suas trajetórias juvenis. Como Novaes (2012) já havia apontado,

Trata-se agora de dialogar e se reapropriar do legado da literatura sociológica e antropológica que identificou clássicos pares de oposição (sagrado/profano; religioso/civil; público/privado; individual/coletivo), buscando identificar os fluxos comunicacionais entre esses polos. Bem como, trata-se também de buscar outras categorias e costuras explicativas que nos aproximem um pouco mais da experiência social dos jovens desta geração (p. 204).

Assim sendo, os jovens nos mostraram que, na vivência de suas experiências, as quais constituíram trajetórias plurais, semelhantes e também singulares, a dimensão religiosa foi mais uma dimensão articulada de maneiras ambíguas, ora complementares, ora opostas, todas elas coexistentes na condição juvenil por eles vivida. Nesse sentido, para um jovem, a relação com

a religião se concretizou com a vinculação assídua institucional, para os outros, não. Mas, para todos, ela se constitui como um suporte.

Desse modo, a religião era acionada como busca por uma crença tanto no sentido de ser uma forma de pedir proteção, de fortalecer a confiança diante das situações que colocam suas vidas em risco, quanto como uma forma de darem conta de conviver com todas as mazelas e precariedades sociais. Além disso, a linha que separa os preceitos cristãos e o mundo profano se mostraram cada vez mais tênues e/ou com tendência mais para linhas que se cruzavam e/ou coexistiam. Assim, em diálogo com Rivera Cusicanqui (2010), foi possível enxergar que, na experiência dos jovens, os opostos certo/errado; santo/profano; caminho de Deus/Caminho do pedado; conversão/crime; cristão/mundano, coexistem sem se misturar, pois ainda permaneciam presentes e com sentido nas experiências sociais dos jovens, mas, conviviam e criavam formas diversas e intercambiantes em um mundo “abigarrado”, complexo, cheios de justaposições que não deveria delinear formas únicas ou fundidas de viver, nesse caso específico, a relação com a religião.

5.2.4 *“Nóis é pika do bagulho. Tesouro da favela” (Cauã e Kleiton, 2017): corpos-narrativas, corpos-[re]existência*

Nesse cenário complexo e em constante movimentação de jovens egressos de MSE, é preciso explicitar mais um plano de fundo que se destaca, ressaltando mais elementos: quem são esses jovens, do que eles gostam, o que eles produzem, o que eles consomem, sobre o que eles pensam, falam, o que eles fazem? Para onde apontam seus interesses, desejos? Mirando em compreender como eles vivem essa condição juvenil, configurando suas trajetórias de vida, ou como a configuração das suas trajetórias de vida vão constituindo condição juvenil. Assim, até o momento desta análise, tudo o que já foi levantado nesses diferentes aspectos e elementos de configuração das trajetórias desses jovens ajuda a elaborar algumas respostas provisórias sobre todas essas questões. Mas, é necessário incluir aqui a dimensão das culturas juvenis.

Em diálogo com Peralva (1997), Sposito (2000) e Dayrell (2005), parti da compreensão de que há uma pluralidade de maneiras e símbolos que representam e expressam as juventudes, que também são plurais e se constituem em espaços, tempos, lugares e relações variadas. Assim, ao consideramos as culturas juvenis, estamos falando sobre as diferentes maneiras de construção de identidades juvenis.

As semelhanças e diferenças de identidades e culturas juvenis vão variar de acordo com as experiências vividas pelos jovens em seus contextos sociais e os significados que eles atribuem a elas. Ou seja, “as dimensões simbólicas e expressivas da vida dos jovens precisam

ser observadas como maneiras de comunicação, sociabilidade e identidade entre eles” (Juliana REIS; Rodrigo JESUS, 2014, p. 15). Nesta pesquisa, essa é também uma das maneiras de serem vistos e reconhecidos como jovens que têm direito de viver a sua condição e situação juvenil (SPOSITO, 2003; ABRAMO, 2005).

Nesse sentido, corroboro com o conceito de culturas juvenis, que, de acordo com Pais (1993), se refere aos “modos de vida específicos e práticas cotidianas dos jovens, que expressam certos significados e valores não tanto no âmbito das instituições como no âmbito da própria vida cotidiana” (p. 20). Nesse sentido, em diálogo com Dayrell (2001), concordo com a noção de culturas juvenis no plural, pois expressa um conjunto de significados compartilhados e de símbolos específicos que manifestam o pertencimento a um determinado grupo, uma linguagem e seus usos específicos, além de particulares rituais e eventos, através dos quais a vida adquire um sentido. De acordo com Reis e Jesus (2014), acrescento que se referem a “práticas e espaços que possibilitam a demarcação de identidades entre os jovens, diferenciando-os, enquanto jovens, das crianças e dos adultos e, ainda, expressando adesão a um determinado estilo” (p. 15).

O sentido de estilo que aciono nesta análise está em diálogo com os estudos de Dayrell (2001), para quem estilo pode ser considerado como uma manifestação simbólica das culturas juvenis. Ele se “expressa em um conjunto mais ou menos coerente de elementos materiais e imateriais, que os jovens consideram representativos da sua identidade individual e coletiva” (p. 25). Desse modo, não se trata de uma conjunção ou apropriação aleatória de artefatos, mas, sim, implica uma seleção intencional, reorganização e modificação de objetos que serão ressignificados, atribuindo novos valores que se articulam com a identidade do grupo e podem gerar um processo de diferenciação em relação a padrões de estilos dominantes (FEIXA, 1998).

Assim sendo, é possível compreender que estamos falando de modos de vida específicos, hábitos, práticas, formas de expressão que dizem dos significados sobre as experiências que determinado grupo de jovens vivencia em sua trajetória de vida. E é nesses contextos que se criam e se constituem os mais variados agrupamentos em torno dos mais diversos temas, questões, estilos. É nesses agrupamentos que as juventudes compartilham sentidos e significados, pertencimentos e afirmação coletiva, entrelaçando as dimensões afetiva, simbólica e estética. As culturas juvenis podem ser compreendidas como expressões simbólicas da vivência da condição juvenil.

Nesse sentido, é possível perceber, com os estudos dos/as autores/as já citados/as, que o corpo e o visual imprimem as marcas mais distintas das culturas juvenis. E, no caso desta

pesquisa, esses aspectos foram fortemente percebidos.. O corte e a cor de cabelo, o tipo de roupa, o tipo de chinelo, o cordão, o boné, as tatuagens, o jeito de andar, a pose de quebrada, o dialeto (e não gíria, conforme Racionais MC's na letra da música "Negro Drama") com expressões de uma linguagem específica são elementos simbólicos que representam e indicam uma determinada cultura juvenil que se diferencia de outras, indicam um estilo próprio de um agrupamento de jovens.

Nas palavras dos próprios jovens, esses elementos indicam um estilo "chavoso", qual seja, jovens que geralmente se identificam com roupas que evidenciam algumas marcas, como Nike, Oakley, Ferrari, Puma, Lacoste, Mizuno, independente de ser original ou não. Geralmente usam camisetas, bermudas tadel, óculos de um modelo específico, conhecido como "lupas da Oakley", do modelo juliet. Além de cordão de prata ou de ouro, relógios grandes, bem vistosos, bonés, chinelo da marca Kenner, principalmente, ou tênis de marcas famosas. Essa tendência surgiu a partir do estilo musical funk e se espalhou para além desse nicho, saindo dos morros, favelas e periferias, ganhando também o asfalto, as ruas, as classes mais favorecidas.

Esse estilo também é conhecido e reproduzido socialmente, de modo mais amplo, como "chave de cadeia". Não se trata de estilos distintos, pois têm as mesmas referências, como as já citadas aqui. A diferença está na visão externa, histórica e socialmente produzida a partir das lógicas capitalistas, colonialistas, classistas e racistas interseccionadas na experiência dos jovens. Desse modo, "chave de cadeia", sob o olhar de fora e não com o "olhar de dentro" (PEREIRA; GONÇALVES, 2016), é um estilo que chama mais a atenção dos policiais. Esse estilo caracteriza-se, assim, como um conjunto de elementos que compõem um olhar preconceituoso e negativo para um determinado grupo de jovens, os pobres, favelados, periféricos, majoritariamente negros (pardos e pretos). Ou seja, se reproduz a representação social dos malandros, vagabundos, "maus elementos", "mal encarados" etc., os "chave de cadeia".

Esse aspecto apareceu na empiria também a partir da expressão "estilo pixado", quando entre os próprios jovens havia o reconhecimento de que eles estavam chamando muita atenção externa, especialmente de policiais. Um exemplo forte na pesquisa se referia ao corte de cabelo baixo com um fecho ou mecha de cabelo maior na região da nuca e com tingimento colorido. Ou, somente quando o cabelo, geralmente cortado mais baixo, quase raspado, era tingido de cor mais chamativa. No caso dos jovens desta pesquisa, é possível afirmar que eles são vistos do ponto de vista externo, produzido socioculturalmente, massificado e preconceituoso, mais como "chave de cadeia" e menos como "chavoso".

No entanto, vale ressaltar que estilo “chavoso” tem sido muito disseminado e mais aceito pelos jovens de classes mais favorecidas, principalmente os jovens não negros, que curtem o estilo funk (DAYRELL, 2001). Isso se tornou perceptível pela minha observação em relação ao crescimento e expansão do estilo funk com suas variações e diversidades na grande mídia, nas principais plataformas digitais de música, entre outros.

E aqui é necessário mais uma vez demarcar o atravessamento do racismo intervindo na trajetória de vida dos jovens desta investigação. Os corpos desses jovens, principalmente os corpos pretos e pardos, chegam primeiro que suas trajetórias de vida, seus contextos, seus dilemas, seus pensamentos, sentimentos, desejos e sonhos. Somente pelo fato de existirem em seus corpos, esses jovens já expressam um tipo de representação juvenil que é vivida ou, mais adequadamente nesta pesquisa, que é enfrentada, reivindicada. Refiro-me ao estereótipo de “suspeito número um”, vistos como ameaças à sociedade, porque são rotulados como “bandidos”, “violentos”, “marginais”, “criminosos”. Ou como incapazes, vidas “menos humanas” e/ou vítimas passivas dos processos de opressão historicamente reproduzidos na história brasileira de colonização e racialização das estruturas e relações. (PEREIRA; GONÇALVES, 2016; GOMES; LABORNE, 2018; ARROYO, 2019)

Em algumas manifestações nas redes sociais digitais, essa dimensão do estilo de vestir, se apresentar e compor sua imagem corporal era bem evidenciada, como nas postagens a seguir.

Figura 30 – Postagem em rede social de Cauã – Estilo



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 31 – Postagem na rede social de Cauã e Kleiton – Estilo



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

As narrativas (Figura 30e Figura 31) apontam elementos que dizem sobre os estilos expressos pelos jovens no cotidiano dos territórios nos quais eles circulavam. Nesse sentido, chamo a atenção para a frase que compõe o post do jovem Cauã (20 anos): “*confundido como Boy Trajado*”, que ganha ainda mais sentido com a fotografia em forma de selfie, na qual Cauã está vestido com roupa de marca, usa um cordão de ouro, um relógio vistoso e óculos modelo juliete.

A sua narrativa, embora seja uma afirmação, é registrada de maneira provocativa e contraditória, indicando que, apesar de não ser um “boy trajado”, ele pode ser confundido com um, tendo em vista que está se vestindo desse estilo determinado. A que estilo ele está se referindo? Trata-se nitidamente de um estilo voltado para jovens de classe média, ou classe média alta, que aqui é possível nomear de “playboy”. A construção desse estilo está diretamente relacionada ao acesso aos produtos de vestuário, moda e de tecnologia provenientes de marcas bem conceituadas e famosas no mercado da indústria cultural. Assim sendo, a provocação de Cauã demarcou uma separação de estilos juvenis que está diretamente relacionada à dimensão das relações de classe. Ou seja, o estilo “boy trajado” não pertence às classe populares; estas precisam buscar meios de alcançar esse estilo, a partir da posse de determinados artefatos e produtos que identificam a classe dominante, detentora de poder econômico.

Ao mesmo tempo, a narrativa do jovem aponta para uma dimensão positiva de autoafirmação e visibilidade atrelada à referência ao estilo “boy trajado”. Essa ambiguidade na forma como o jovem se expressa permite, de um lado, em diálogo com Dayrell (2001), compreender a perversidade existente nos sistemas de controle cultural, delineado pelas classes dominantes que ditam os “padrões” de estilos,. E, de outro, perceber que existe um movimento de resistência, através de um processo de construção de “subculturas” e/ou “estilos subculturais”.

De acordo com o autor, são elaborações de respostas culturais diante de contradições enfrentadas nas classes de origem, no caso deste estudo, as classes populares. Em suas palavras, os estilos subculturais são “produzidos pela apropriação de elementos materiais e imateriais heterogêneos, providos pelo mercado e pela indústria cultural, imprimindo neles novos significados” (DAYRELL, 2001, p. 19). Assim, é possível afirmar que Cauã ressignificou os artefatos que configuram o estilo padronizado das classes dominantes – popularmente disseminado como “playboy” – e criou uma resposta, que, nesta análise, considero como uma postura de resistência, ao se afirmar também como um “boy trajado”.

Seguindo essa linha de pensamento, conecto a narrativa expressa no post conjunto dos jovens Kleiton (20 anos) e Cauã (20 anos), no qual destaco a seguinte frase: “Nois é pika do bagulho. Tesouro da favela”, também associada a uma fotografia que explicita a dimensão do estilo de vestir dos jovens, novamente evidenciando elementos que constituem o estilo dos jovens. A partir desse post, foi possível compreender que, entre os sentidos que os jovens atribuíam aos seus estilos de vida, que compõem as culturas juvenis, a dimensão do reconhecimento positivo sobre quem eles eram, o modo como se expressavam e a relação direta com seu território era muito importante para eles. O fato de se autoafirmarem como “tesouros da favela” tinha um valor que também interpretei como uma postura de resistência. Essa interpretação é possível a partir da perspectiva de que as culturas juvenis são construídas levando em consideração os contextos sociais vividos. Nesse sentido, os jovens estavam se posicionando, criando formas de enfrentamento às representações colonizadoras que os subalternizam e os reduzem ao lugar de “favelado” em uma visão negativa, como algo “menor”, desfavorecido, inferior, fora do “padrão” estético eurocentrado. Além da redução como marginal, bandido, infrator, “menó favelado”, para não somente inferiorizar, mas conjuntamente criminalizar, invisibilizar como humanos dignos e justificar ações de violência contra esses jovens.

Nesse mesmo post, não posso deixar de apontar o entrecruzamento com a questão de gênero constante na expressão “*nóis é pika do bagulho*”, utilizada pelos jovens. “Bagulho” parece se referir ao contexto geral dos jovens, ao território. Analisada separadamente, a expressão “pika” está diretamente relacionada à imagem do homem viril, serve para fazer referência ao órgão sexual masculino. Porém, considerando o contexto da frase e do post, é possível interpretar e compreender a expressão no sentido de enfatizar que os jovens são muito bons, de enaltecer a sua autoestima, a sua imagem. Poderia ser substituída pela expressão “nóis é foda” ou “nóis é top”. No entanto, vale ressaltar que a escolha da expressão “pika do bagulho” evidencia elementos do contexto vivido pelos jovens. Diz dos territórios e territorialidades circunscritos nas dinâmicas dos tráfico de drogas e das relações de masculinidade hegemônica reproduzida nos grupos de “fechamentos”.

A interconexão dessas narrativas que representam outras, contidas, principalmente, nas narrativas das redes sociais dos interlocutores, me permitiram compreender que os jovens estavam dizendo que eles se sabem inferiorizados e estão atentos à sua própria situação. De acordo com Gomes e Laborne (2018), são juventudes negras que “sabem muito bem interpretar a complexidade e a perversa articulação entre raça e classe [acrescento gênero, território e geração] na construção de desigualdades sociorraciais que aprofundam o seu extermínio.” (p. 19). No contexto deste estudo, é possível ampliar a ideia de extermínio e considerá-lo também no âmbito das culturas juvenis, ou seja, o extermínio dos modos de vida específicos, a partir das expressões simbólicas e dos processos identitários construídos pelos jovens.

Além de se saberem inferiorizados, eles não se contentam com a imposição, formatação e deformação passiva enquanto subalternos, invisibilizados. Ao contrário, eles querem ser vistos, reconhecidos positivamente, para além do estereótipo de suspeito e/ou de ameaça. Os jovens desta pesquisa precisam ser reconhecidos primeiramente como sujeitos sociais de direitos, de desejos, históricos, plurais, singulares, ativos (CHARLOT, 2000; DAYRELL, 2003), possuidores de culturas, estilos, saberes, experiências legítimas.

Seguindo a conexão com a leitura de mundo dos jovens (FREIRE, 2011), orientada pelo olhar de dentro e instrumentalizada pela interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), foi possível compreender a dimensão do corpo como um elemento que expressa uma cultura juvenil, uma identidade entre as juventudes interlocutoras. Esse foi mais um forte elemento que atravessou e compôs as suas experiências e trajetórias vividas. Os corpos dos jovens participantes desta pesquisa foram percebidos e ressignificados, a partir do olhar atento, inquieto e que buscou tentar enxergar as minúcias dentro de uma investigação empírica, como **corpos-narrativas**. Os

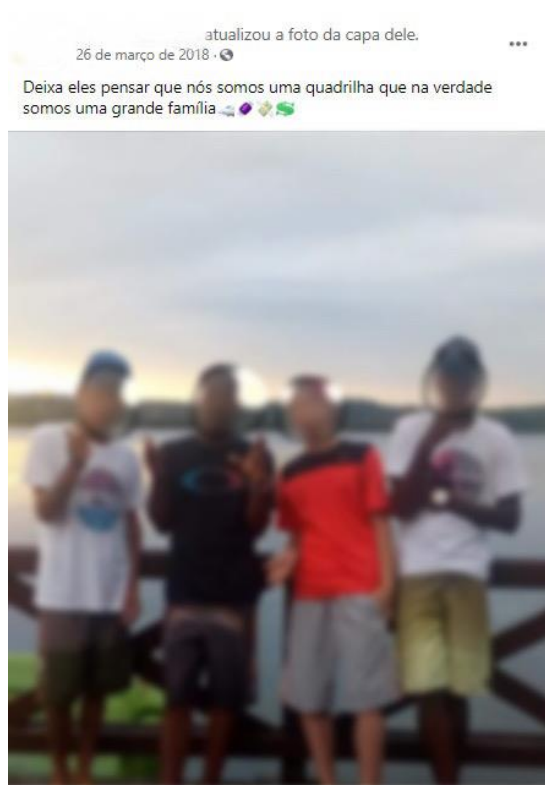
jovens desta pesquisa falavam com o corpo que manifestava e/ou imprimia as identidades, estilos, linguagens e comportamentos.

Nesse sentido, foi preciso apurar a ação investigativa do ouvir conectado com o olhar para perceber que, muito mais do que palavras ditas, o corpo é uma linguagem que diz muitas coisas. Esteja ele presente em relações offline ou online. Assim, os corpos dos jovens nesta pesquisa são textos que só fazem sentido em um contexto (NONATO, 2019), expressam lugares no mundo, visões de mundo, posicionamento diante das realidades vividas e marcas de trajetórias duras, cheias de necessidade de se afirmarem gente, pessoas dignas de humanidade. Corpos que precisam a cada dia se colocar em lutas, em resistências para permanecerem corpos vivos e não apenas corpos alvos. Corpos-narrativas; corpos-movimento; corpos em constante (re)construção, rebento; corpos-[re]existências.

Desse modo, o olhar decolonial contribui para fortalecer e aprofundar o entendimento das juventudes com suas extensas, plurais e singulares experiências. Compreendemos que é um caminho para retirar dos corpos jovens empobrecidos, majoritariamente negros, masculinos, periféricos, a marca da condenação de viver criminalizados, estigmatizados, ser alvo de comparações injustas e/ou invisibilizados, proibidos de ser refletidos em suas verdadeiras histórias e realidades. Conforme salienta Quijano (2005), “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida” (p. 139).

Esse aspecto se fez muito presente nas postagens dos jovens que enfatizavam o estilo “chavoso”, principalmente por meio de *selfies* e fotografias com algum grupo de jovens, todos exibindo o mesmo estilo, já indicado nas imagens (Figura 30 e Figura 31) e ressaltado também na imagem a seguir.

Figura 32 – Postagem oculta em rede social de Kleiton - Estilo



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Os registros dos jovens em suas postagens no universo online estavam compostos por momentos de ostentação ligados ao consumo de roupas ou calçados; registros em barbearia cortando o cabelo em determinado estilo, momentos de lazer e curtidão, como já apontei. Foi significativo perceber que essa era uma questão importante para os jovens, que eles tinham como parte das metas e dos interesses cotidianos. Ter acesso a determinados bens de consumo que marcavam um estilo de vida era uma demanda dos jovens. Eles precisavam buscar meios para conseguirem consumir tais bens, incluindo também itens de tecnologia digitais, principalmente o celular. Possuir esses produtos era nitidamente uma forma de se afirmar no mundo como jovem, como cidadão, e, assim, provar para a sociedade que compõem o mesmo mundo, que eles também podem ter acesso a determinadas marcas, vestir determinadas roupas, calçados, acessórios. Era uma forma de explicitar que eles também poderiam se apresentar como “*boy trajado*”, e ser até confundidos por algum deles, como afirmou Cauã em seu post.

Nesta análise, identifiquei que a marca da cultura juvenil, a partir de um estilo presente no modo de vestir e de se comportar diante do mundo, era mais uma das formas que esses jovens utilizavam para se posicionarem com uma postura de resistência perante uma sociedade que quer colocá-los, insistentemente, em situação de subalternização e desprestígio social. Os

jovens, ao se vestirem impondo estilo específico na sua presença no mundo, nos mostraram a sua capacidade de ressignificação de um estereótipo negativo que se criou sobre eles, assumindo-o como sua identidade na vivência de sua experiência de ser jovem.

O corpo-narrativa dos jovens estava nos dizendo todo o tempo que eles eram corpos-vivos, corpos-gente, corpos-seres humanos da maneira como eles eram e que não precisaram mudar para continuarem sendo, existindo, re-existindo. Eles expressavam uma luta pelo direito de ser, de existir, de ser aceitos e, dessa forma, enfrentavam as práticas de opressão e de violência que diminuía o valor dos seus corpos e seus estilos, como menos dignos, como uma ameaça à sociedade. Eles nos mostraram a resistência frente às lógicas perversas e violentas que delineiam seus corpos como corpos que podem ser anulados, aprisionados, segregados, minados físico-dignamente e historicamente falando. Corpos matáveis. A corporeidade desses jovens nos narra mais uma vez a cena ambígua da violência e da [re]existência, na qual as trajetórias de vida desses jovens são construídas.

Outra marca muito expressiva desses jovens é a música, sempre presente nas postagens da linha do tempo do Facebook, no registro de trechos das suas letras, e no pano de fundo dos *stories* postados nos perfis do Instagram e/ou status do Whatsapp. Em geral, os estilos musicais que mais apareciam no cotidiano observado dos jovens eram o funk e o rap.

As letras de rap privilegiadas pelos jovens eram, especialmente, as que retratavam cenas cotidianas da vida nas diversas dinâmicas do tráfico, que falavam abertamente sobre o uso de drogas. Além de letras melódicas sobre desilusões amorosas e sobre o sofrimento do tempo de privação de liberdade. Apareciam também, em menor intensidade, letras que abordavam frustrações sociais, injustiças com as pessoas pobres, pretas e periféricas, que denunciavam as desigualdades sociais e as violências que essas pessoas sofrem. Entre os artistas que os jovens mencionaram estavam MV Bill, Racionais MC's, Snoop Dogg, Orochi, RZO e Sabotage, 509-E e outros.

As músicas de funk estavam mais voltadas para o estilo funk proibidão, principalmente as letras que falam mais explicitamente sobre sexo e drogas e que enalteciam a masculinidade hegemônica, machista e sexista dos homens, sempre na posição do macho viril, “*os pika do bagulho*”. Vale ressaltar aqui novamente a dimensão de gênero se fazendo explícita na tessitura dessas trajetórias. Nas narrativas dos jovens, mencionaram artista como, por exemplo, MC Poze, MC Marks, MC Marcelly, MC Maneirinho e L7nnon, MC Kauan, MC Juninho, MC Bó do Catarina.

O encontro com as músicas, letras e melodias que os jovens curtiam e utilizavam como recurso discursivo foi um achado empírico no percurso metodológico itinerante online aqui empreendido. Foi possível compreender que a música era mais uma possibilidade de narrativa que os jovens acionavam para falarem e expressarem os sentidos das suas experiências, suas visões de mundo, suas alegrias, tristezas, incertezas, medos, indignações, revoltas. Foi potente perceber o quanto a cena musical, embora não fosse um lugar que os jovens acessavam como protagonistas, no sentido de ser uma via de produção artística e cultural, como projeto de vida, era uma possibilidade de expressão da construção de identidades, de afirmação em um determinado grupo social. Era uma forma de expressar sobre o seu pertencimento social, territorial e sobre suas experiências de sociabilidade (DAYRELL, 2001).

Os estilo musical não só estava presente como narrativas simbólicas sobre o cotidiano e trajetória de vida dos jovens, mas representava também a cena cultural na qual esses jovens se inseriam e ao qual se sentiam pertencentes. Embora não tenha sido tão recorrente nas narrativas deles, foi possível observar e identificar que espaços de festas com estilo baile funk, que ocorriam no território da própria “quebrada”, eram mais um espaço de sociabilidade e expressão da cultura juvenil compartilhada por eles.

Outro momento de lazer e sociabilidade identificado foram os registros e relatos de festas particulares compartilhadas com os parceiros de “fechamentos” e/ou “bondes”, com os quais os jovens permaneciam vinculados. Geralmente, eram cenas descontraídas contadas sempre com alegria e curtição, nas quais encontrávamos registros de churrasco, muita bebida alcóolica, muito som (funk e rap) e uso de drogas etc. Ora ocorriam nas próprias casas dos jovens, ora em clubes ou casas com piscina, provavelmente alugadas ou emprestadas.

Além dessas festas, foi possível identificar alguns momentos de viagem para o litoral brasileiro, os quais, parece, foram também proporcionados pela renda vinda a partir da venda de drogas, especialmente pelos vínculos com os grupos de “fechamentos”. Eram momentos reais de interstícios entre as obrigações, seriedade e apreensão presentes nas dinâmicas do tráfico que eles também compartilhavam, demarcando novamente a forte dimensão de sociabilidade presente nas suas experiências juvenis. Alguns registros foram capturados durante as observações e andanças online, como as imagens a seguir.

Figura 33 – Postagens em rede social de Kleiton – Lazer



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 34 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Lazer



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Outo elemento que, no meu entendimento, também compõe a cena das culturas juvenis desses jovens são seus relacionamentos amorosos. Foi possível perceber que, entre os temas evidenciados pelos jovens ao narrar, de diversas formas, sobre suas vidas, estavam bastante presentes histórias, momentos vividos, o namoro, o compromisso sério com uma pessoa, que eram valorizados pelos jovens. Diferentemente da ideia do “ficar” (DAYRELL, 2007), ou mais recentemente ressignificada na ideia do “pegar”, que remete a relações amorosas sem compromisso, rápidas, às vezes de apenas um encontro, os jovens verbalizavam e insinuavam que tinham o desejo de terem uma “mina”, isso é, um relacionamento estável.

Figura 35 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Relacionamento



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 36 – Postagens em rede social de Kleiton – Relacionamento



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

É nesse sentido que compreendemos que estar com uma mulher significava que havia uma conexão e atração afetivo-sexual, mas indicava também outras nuances. Uma dessas nuances é a indicação de poder, de ser visto como homem na perspectiva da masculinidade hegemônica. Retomando o diálogo com Barker (2008), para os jovens inseridos nos

agrupamentos específicos do tráfico de drogas, “ter uma mulher” e constituir uma família era um das determinações-chave para alcançar a masculinidade dentro de uma normatização estruturada em hierarquias, discriminações e/ou rotulações de gênero violentas. Articulada a isso, estava presente também a questão da virilidade e da perspectiva machista de ter a mulher como um troféu. Trata-se de mais um elemento que compõe um cenário mais amplo de disputa de poder, que indica superioridade masculina, importante no conjunto de relações de poder, de disputa e de manutenção do “ethos masculino” (ZALUAR, 2000).

Em outras palavras, não estamos falando de qualquer relacionamento afetivo-sexual, estamos nos referindo ao relacionamento heteroafetivo, monogâmico, centralizado na cultura machista e patriarcal, na qual assumir uma relação com uma mulher é sinônimo de poder. Compõe a cena da masculinidade hegemônica como um código na cena maior das culturas juvenis nas dinâmicas socioculturais vividas pelos jovens.

Não obstante, outra nuance foi revelada nessa observação. O namoro como elemento das culturas juvenis desses jovens significou também um imperativo em reproduzir uma lógica social mais ampla. Qual seja, uma lógica que se refere à valorização de uma representação moralizante e machista que indica a necessidade de ter uma mulher para construir uma família, como sinônimo de responsabilidade e de mudança de vida. Na minha leitura, a partir dos elementos de pesquisa inter-relacionados, isso significou um código de acesso e aceitação, em alguma medida, de um olhar externo, no qual os jovens poderiam ser vistos externamente como sujeitos mais dignos, com uma vida mais honrada. Isso diz de uma visão socialmente produzida a partir da perspectiva patriarcal, classista, machista, sexista que hierarquiza papéis sociais e padroniza estruturas, a partir de seus “valores” preconceituosos e discriminatórios.

Outro elemento evidenciado nesta empiria como um todo, mas que também compõe o atravessamento das culturas juvenis, é a presença dos jovens nas interações com as redes sociais digitais. O que não significou que esse tenha sido um aspecto generalizante e acionado na mesma intensidade por todos os jovens. Nitidamente foi possível perceber que, de acordo com a forma como as suas trajetórias de vida eram configuradas, a relação com as redes sociais digitais era mais ou menos presente. No entanto, esse é mais um elemento relevante de manifestação das experiências juvenis desses jovens.

Foi possível compreender que as redes sociais digitais eram mais um recurso discursivo utilizado pelos jovens para se relacionarem, se expressarem, fazerem seus desabafos, compartilharem seus pensamentos, desejos, seus “corres”, elementos do seu cotidiano que contribuía na construção e afirmação de uma determinada identidade. O universo das mídias

e redes digitais foi mais um achado empírico e mais uma possibilidade de encontro com os jovens interlocutores desta pesquisa.

As redes sociais digitais eram uma forma de os jovens serem vistos e reconhecidos por um grupo de pessoas que fazia parte do seu território socioespacial e simbólico, e, também, por pessoas que o extrapolavam. De certa forma, era um espaço de visibilidade mais ampliado e percebido de maneira menos arriscada, pois os jovens podiam brincar com os códigos e recursos de linguagem que não deixavam suas “ideias” e experiências tão explícitas a ponto de os colocarem em situação de muito risco.

Mas, ao mesmo tempo, era um lugar de exposição e imposição desse cenário ligado ao mundo ilícito, para alguns. Somente pessoas muito desapercibidas e desconectadas com um mínimo que fosse do universo desses jovens não perceberiam e/ou logo notariam que ali era um território muito bem demarcado, identificado, posicionado. Assim, inferi que era um espaço-lugar possível de exercício de liberdade de expressão, mais ou menos escancarada. Essa percepção foi reafirmada na experiência de alguns jovens que vivenciaram novamente a privação de liberdade, após o desligamento da MSE, e conseguiram articular dentro dos presídios alguma alternativa, autorizada ou não, para terem acesso às suas redes sociais digitais, reforçando fortemente esse lugar do exercício da liberdade, tão significativo para esses jovens, mesmo que de forma online.

Era também um lugar de (re)construção de identidades, com possibilidades de os jovens expressarem e constituírem múltiplas identidades. Nesse sentido, foi possível identificar que os jovens deste estudo construíram uma ou mais personas para as suas redes sociais digitais. Isso foi percebido durante as andanças online em busca de escutar e compreender as narrativas ali contidas e suas entrelinhas. As multitelas, repletas de hipertextos narrativos, eram compostas por mais de um pano de fundo, que se entrelaçavam em várias camadas e dimensões.

Assim, identifiquei que todos os jovens, uns mais outros menos, que acessavam a redes sociais do Facebook e do Instagram, deixaram de alguma maneira demarcada a identidade de jovens ligados às dinâmicas ilícitas, mais voltadas para a relação com o tráfico de drogas, com toda a sua complexidade. Essa demarcação era manifestada pela valorização dos grupos de “fechamos e/ou bondes”, sempre explicitados por meio dos nomes que os identificavam, como por exemplo “BDM – Bonde dos Muleque”; “BDL – Bonde dos Lili”⁶⁴; ou eram referidos a partir das expressões “Família”; “os Cria” e/ou “sempre fiel”.

⁶⁴ De acordo com o código de ética adotado nesta pesquisa, os nomes são fictícios.

Essa identidade era demarcada também pela exposição de registros ligados ao uso e venda de drogas, como fotografias de muitas notas de dinheiro, processo de fabricação de drogas, armas de fogo. Além de post de frases, jargões e/ou letras de músicas mencionando assuntos referentes à cena das relações com o tráfico de drogas.

Foi possível identificar também uma reafirmação do estigma de jovem “preso”, ou seja, uma identidade, pautada por um lugar social de pertencimento de quem já passou pela experiência da privação de liberdade. As imagens a seguir mostram um pouco como estas questões foram sendo registradas e narradas pelos jovens.

Figura 37 – Postagens em rede social de Marcos Henrique – Valorização do “bonde”



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 38 – Postagem em rede social de Marcos Henrique – Estigma de “preso”



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 39 – Postagem na rede social de Cauã – Demarcação da experiência de privação



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

Identifiquei também perfis que foram sendo modificados na medida em que os jovens reconfiguravam suas trajetórias de vida. Isso ocorreu com os jovens que ficaram mais “entocados” a partir de um determinado momento após o desligamento da MSE de semiliberdade, por estarem vivendo muitos conflitos e risco de serem novamente apreendidos; jovens que foram novamente apreendidos e, por isso, se distanciaram mais das redes sociais digitais, devido ao acesso restrito à internet; jovens que estavam passando por dificuldades econômicas mais acentuadas e literalmente não tinham acesso, ou acessavam muito limitadamente a internet privada.

Além desses casos, me deparei com as alterações de perfis de Facebook e Instagram de um dos jovens, o Cauã. Como vimos, em um determinado momento de sua trajetória, ele rompeu com as dinâmicas infracionais e teve suas redes sociais digitais nitidamente modificadas, com exclusão de imagens, fotografias e postagens mais antigas. Ele transformou não só o layout dos seus perfis digitais, mas também a sua forma de interação com essas redes. Detalharemos esse percurso mais adiante, em outra seção.

Outro jovem, o Kleiton (20 anos), que particularmente interagiu muito nas redes sociais, administrava três diferentes perfis no Facebook. Durante o percurso investigativo, o jovem criou outros dois perfis de Instagram. Apesar de todos os perfis terem muitas semelhanças, esse elemento nos mostrou as multipersonas que ele precisava criar para lidar com sua própria realidade.

Foi interessante pensar que em cada perfil havia uma persona em evidência, mesmo que em todos o Kleiton reproduzia postagens parecidas. Ao visitar os perfis, navegar por eles, interagir com as narrativas e hipertextos, foi possível perceber a grosso modo que

existia o Kleiton “menino do crime”/ “envolvido”/ “com identidade de bandido mais assumida” em um perfil “A”. Existia o Kleiton “pai de família”, que tem uma família, companheira, filha. Um perfil mais amoroso, afetuoso, compartilhado com sua namorada – perfil “B”. E existia o Kleiton mais maduro, jovem-adulto, mais contido nas postagens em relação às questões ligadas ao “mundo do crime”. Mas, não deixava de expressar seu foco firme no propósito, ainda ligado às práticas ilícitas bem explicitamente, também nesse perfil “C”. (Diário de campo, novembro, 2020)

Tratava-se de um processo de construção identitária em meio a um território movediço, arriscado, transitório das relações com o tráfico de drogas, que incluía as multiterritorialidades dos “fechamentos”, a cena das disputas e guerras pela posse de “bocas de fumo”, e, com isso, mais poder, dinheiro e respeito na sua quebrada. Além das itinerâncias que o levavam a transitar

nas relações com a polícia, com os grupos rivais, com a sua família. O jovem Kleiton constituiu suas itinerâncias on-offline

Todos esses elementos apontaram para a resposta que os jovens estavam nos dando sobre não enquadrá-los em apenas um retrato ou uma única persona, e/ou principalmente, uma única história (CHIMANDA, 2009). As suas interações e manifestações na internet mostraram o quanto as suas variadas formas de se apresentarem, de escolherem o que falavam e o que não falavam, o que mostravam e o que escondiam, o que registravam em códigos e o que falavam mais diretamente e explicitamente, diziam respeito às suas próprias maneiras de se colocarem no mundo e de se afirmarem em seus processos identitários e socioculturais.

Essas formas e estratégias de lidarem com as interações online me provocaram a refletir sobre as interconexões amalgamadas entre o online e o offline presentes nas trajetórias desses jovens (Shirlei SALLES, 2010). Mais do que presentes, essas interconexões nos dizem sobre as formas como vão configurando suas trajetórias de vida. Especificamente, são trajetórias marcadas por alternativas imprevisíveis, múltiplas, plurais e singulares, que são sustentadas por constantes idas e vindas, desacertos, vínculos muito frágeis e muitas incertezas e ambiguidades. Trata-se de trajetórias marcadas por constantes recomeços, instabilidade, tensão, variabilidade, mas, raramente em estagnação, sempre em movimento, sempre “ligeiro” e “sagaz”. Portanto, estamos falando o tempo todo sobre dinâmicas online e offline de trajetórias itinerantes.

A empiria mostrou também o quanto a cena das culturas juvenis é uma dimensão basilar da vivência da condição juvenil desses jovens, pois mesmo fora da cena mais geral e evidenciada das culturas juvenis, como os grupos musicais, de dança, teatro, grupos políticos, coletivas, grupos religiosos, estudantis etc., os jovens desta pesquisa demarcam uma identidade juvenil que é construída no contexto das dinâmicas ilícitas, que se entrelaçam com os contextos de pobreza, subalternização, racismo, machismo, sexismo, violação de direitos em territórios de multifacetadas violências.

Com esta seção, construímos uma análise mais panorâmica das trajetórias dos jovens. Foi fundamental para este estudo construir primeiro uma composição em movimento que evidenciou os elementos, as dimensões e categorias mais latentes nas trajetórias analisadas, bem como o modo como elas foram se entrecruzando nas experiências dos jovens. E, dessa forma, foi possível compreender as interseccionalidades que as atravessam a partir das categorias

de classe, gênero, raça, idade, território e as instâncias da família, da escola, do trabalho, da condição de egresso, da religião, da cultura, da luta pela vida e pela existência.

Assim sendo, defendo a perspectiva de que estamos falando de jovens que vivenciam o desafio comum de se sustentarem no mundo com vida, após serem desligados da medida socioeducativa de semiliberdade. E, no enfrentamento dessa prova cotidiana, na luta por viver e existir, eles vão construindo suas trajetórias, demonstrando as diferenças que os oprimem e geram desigualdades sociais na medida em que se entrecruzam na experiência, a partir dos suportes com que podem – ou não contar. Assim, foram apontando a pluralidade, composta por singularidades, da condição juvenil vivida.

A análise sociológica das trajetórias juvenis, a partir desta composição em movimento, mostrou que os jovens se constituem como sujeitos, humanidades viáveis (ARROYO, 2015) em resistências e [re]existências. É uma cena sociológica que se desdobra em várias outras cenas que acontecem ao mesmo tempo nos semelhantes e também diferentes territórios vividos. São cenas concomitantes, transitórias, que se atravessam nos aspectos comuns e singulares que marcam as vidas e as interrupções das vidas desses jovens e, assim, compõem um grande cenário em movimento, que se (re)faz em tensionamentos e constantes reconstruções e (re)configurações. Os jovens desta pesquisa trilham caminhos itinerantes em busca de realização do desejo de viver. Estamos falando de uma condição juvenil composta por jovens que lutam o tempo todo para ficarem vivos, para sobreviverem, para se suportarem no mundo COM vida.

É mais do que lutar por uma sobrevivência, embora essa seja também um imperativo na trajetória de vida precária desses jovens. O que está em jogo é a luta por existir. Isso significa que, mesmo em um contexto estrutural que limita a existência em vários sentidos e de várias formas (social, racial, econômica, emocional, existencial, cultural, afetiva, cidadã), os jovens se erguem, estão em busca, cavam possibilidades, insurgem, resistem para [re]existirem.

Para isso, são jovens que [re]existem, além de resistirem, ou seja, constroem modos de resistência e autoafirmação diante de um contexto de desumanização, de violações de direitos e reprodução social da marginalidade. São jovens que criam o tempo todo brechas, lastros, rastos, identidades, personas, estilos, grupos de pares. Ora mais expostos, ora mais entocados. Eles querem ser vistos, reconhecidos, querem fazer seus corres, ser legitimados de alguma forma dentro e fora das dinâmicas ilícitas, em seu território. Tendo em vista os contextos de violações, opressões e violências nos quais os jovens estão inseridos, a eles é imposta a necessidade de todo os dias criarem estratégias de existência, sempre lutando com a iminência

de perderem a vida ou a liberdade. Diante disso, eles constroem um novo existir. Por isso, vivenciam um ciclo de [re]existência.

Contudo, estamos nos referindo a trajetórias juvenis itinerantes em buscas de re-existências. São itinerantes, porque não lineares, nem duais/dicotômicas, predeterminadas, fatalistas, não dadas hegemonicamente, unidirecional ou unidimensionalmente. Mas, sim, trajetórias errantes, cheias de idas e vindas, de caminhos ziguezagueantes, ora mais largos ora mais estreitos, cheios de encruzilhadas, às vezes becos sem saídas que exigem ficar mais “*entocado*”. São trajetórias o tempo todo ameaçadas e recomeçadas/reiniciadas; portanto, trajetórias itinerantes. Ora mais arriscadas, tensionadas, “*lombradas*”, exigindo que os jovens enfrentem as “muitas guerras” nas quais estão inseridos nos territórios e territorialidades das dinâmicas ilícitas, principalmente do complexo mundo do tráfico de drogas. Assim, se constituem em trajetórias (re)configuradas em contextos de ameaças, de riscos, de violência física, psicológica e social, no sentido de violação de direitos e desigualdades sociais.

6 ROBSON EM ITINERÂNCIA... “LEVANDO A VIDA DO JEITO QUE DÁ”

Com o peso dos dias nas costas
 Brindamos com fel
 Num silêncio que permite ouvir
 As nuvens raspar no céu [...]
 E a cena triste insiste em te dar um papel
 Em algum lugar entre a rua e a minha alma
 Estampido e a libido trepa, entre gritos de calma
 Bem louco de like brisa
 Porque nada é sólido, nada
 Beijos cálidos, fadas
 Tudo insólito, cara
 Sente o hálito, afaga
 Rosto pálido, foda
 Eu quero um bálsamo, para
 Esse tempo sádico, encara
 Puta sonho inválido, acorda
 Ansiedade corrói como ferrugem
 O passeio dá vertigem
 Ver que os monstros que surgem
 Tem origem na fuligem do vale
 Quem diria, a pobreza de espírito aqui
 Fez a de grana se tornar um detalhe
 Dizem os jornais: calma, rapaz
 Espere e verás, tudo está em paz
 (“Paisagem”, EMICIDA, 2019)

Parafrazeando Reis (2014): como escapar da itinerância da vida ao narrar uma trajetória biográfica? “A composição das experiências não é necessariamente sequencial. A escrita das vidas juvenis marcadas pela singularidade expõe um jogo de se compor, decompor e recompor” (p. 98). Assim sendo, busco apresentar o jovem Robson como sujeito que é autor da sua própria história, sujeito singular e, ao mesmo tempo, plural, diretamente em constante entrelaçamento com o social, considerando os processos globais que configuram a vida contemporânea. Estou ciente do desafio teórico-metodológico que é construir um adensamento biográfico. No entanto, me senti desafiada pelos próprios interlocutores desta pesquisa, por suas trajetórias itinerantes, transbordantes de idas e vindas, recomeços, reconfigurações, multiterritorializações sempre em enfrentamento diante de um contexto de tensão, disputas, contradições e violações que demarcam a presença de cada um no mundo.

A análise aqui empreendida compreende a necessidade de recuperarmos, em diálogo com a empiria construída com os/as interlocutores/as participantes desta pesquisa, elementos que nos ajudaram a compor os percursos e as experiências vividas e sentidas por Robson. O objetivo é chegarmos em um nível mais aprofundado de percepção analítica e compreensão da

sua trajetória de vida após o desligamento da medida socioeducativa. Nesse caminho, a trajetória percorrida pelo jovem se constrói desde os seus coletivos de origem, principalmente do seu contexto familiar e do território no qual estabeleceu relações sociais primárias e secundárias.

Esse percurso analítico somente foi possível por ter buscado realizar uma triangulação dos dados (FLICK, 2009) articulando os elementos trazidos pelos relatos da mãe do Robson, senhora Júlia, das ex-educadoras do Programa de Acompanhamento de Egresso Se Liga, que o acompanharam durante o tempo em que ele esteve vinculado ao Programa, com os relatos e postagens nas redes sociais digitais, nas quais o jovem também estava inserido. É importante destacar a importância da presença da narrativa de Júlia, assumindo que o seu olhar e percepções de mãe contribuíram significativamente com as articulações e entrelaçamentos necessários para compreender as (re)configurações da trajetória de vida de Robson nesta pesquisa.

Assim, reunimos elementos que se cruzam, se complementam e abrem caminhos, camadas, possibilitando enxergar nuances, brechas, a partir do olhar da mãe, das educadoras, do próprio jovem na relação com suas redes sociais digitais ou pessoalmente e do meu olhar como pesquisadora que buscou se colocar em diálogo, mas, principalmente, em escuta ativa e ética.

6.1 Quem é o jovem Robson?

Robson estava com 21 anos completos durante a realização da pesquisa de campo. Perseguir seus rastros, localizar o seu paradeiro e reencontrá-lo não foi tarefa fácil. Muito embora Robson tenha sempre estado no mesmo território, moradia, bairro, casa em que morou antes e durante o período de cumprimento de medida socioeducativa. Vivia de modo tão reservado, escondido, “entocado” – conforme expressão usada pelos jovens desde a vivência da semiliberdade –, que as pistas e caminhos para ter certeza de encontrá-lo nesse mesmo local, bem como as formas de reestabelecer contato com ele me exigiram persistência e paciência de quem está à procura, disposta a fazer uma pesquisa em andarilhagem.

Robson é alto, forte, negro de pele clara, muito bonito aos meus olhos. Sorriso tímido e olhar profundo. Mantinha o cabelo cortado em formato de moicano com as pontas do moicano cacheadas e descoloridas. Ou, tinha o cabelo quase todo raspado, deixando apenas um pouco de cabelo maior na nuca, também descolorido. Esse último corte foi bastante usado por muitos jovens que compartilhavam os territórios das vilas, favelas e periferias em Governador

Valadares durante a pesquisa. Geralmente, usava boné, bermuda de tãctel estampada, camisa de time de futebol, cordão de prata e chinelo da marca Kenner.

A maioria das fotografias utilizadas pelo jovem em suas redes sociais remetia muito às suas características e postura mais discreta, tímida e menos expansiva, como quem não queria chamar muita atenção pra si. Era um jovem sempre muito educado, respeitoso, demonstrava muita atenção nas interações que mantínhamos. Sempre havia um cuidado de perguntar como eu estava, desejar bom dia, bom trabalho etc.

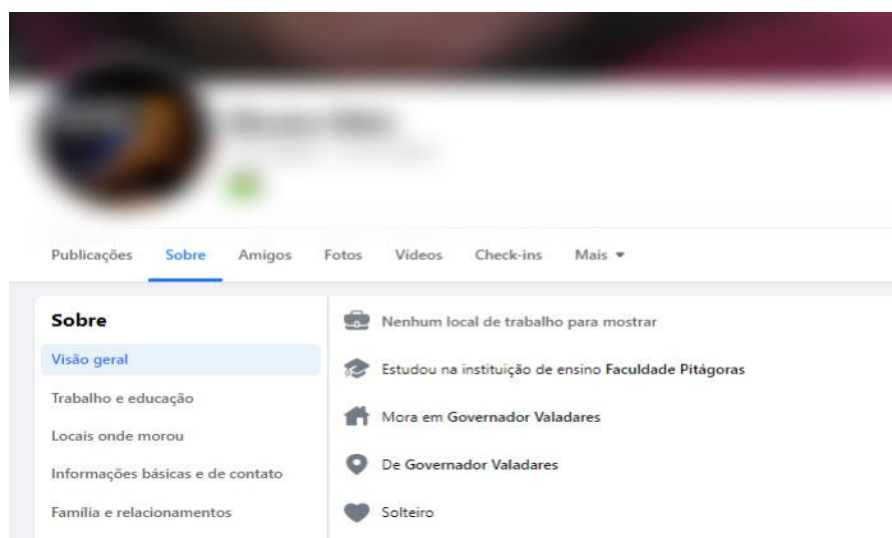
Robson cumpriu medida socioeducativa de semiliberdade por um período de um ano e três meses. Foi desligado em 2017, logo depois que completou a maioridade. Ele não deu continuidade aos estudos após o desligamento.

Apesar de ter tido um suporte inicial do Programa de Acompanhamento de Egresso Se Liga logo que se desligou da semiliberdade, Robson teve dificuldade de aderir e se vincular a uma escola e não conseguiu efetivar uma experiência de trabalho formal. Teve oportunidades informais como ajudante de pedreiro e ajudante em uma serralheria de uma pessoa conhecida no seu território de moradia. Além disso, ele estava envolvido em outras atividades, as quais não foram explicitadas por ele, mas foram mencionadas, em diferentes momentos das nossas interações, como algum ou “*uns negócios*” (Robson, 21 anos, 2020) que ele tinha que fazer.

Outro aspecto que marcou o seu desligamento foi o nascimento da sua segunda filha, que ele pôde acompanhar mais de perto por estar em liberdade e se tratar de um relacionamento mais duradouro que se iniciou ainda no período de cumprimento da MSE. Sendo assim, foi possível perceber que Robson assumiu mais diretamente a experiência de ser pai, vivenciando a paternidade a partir da constituição de uma família. Uma das primeiras informações registradas no período exploratório da pesquisa de campo foi sobre essa questão. A diretora da Casa Semiliberdade relatou que havia encontrado com o Robson no pronto atendimento pediátrico do município com sua filha, que estava com um ano de idade.

Outros elementos nos ajudaram a compor a apresentação de Robson, como, por exemplo, o seu perfil nas redes sociais, especificamente no Facebook. Embora aparecesse pouco nas redes sociais, foi possível verificar alguns elementos. Nessa rede social digital, Robson se apresentava com o próprio nome e um único sobrenome, que é o do seu pai.

Figura 40 – Página do perfil na rede social de Robson



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

A sua página inicial do perfil no Facebook mostrava algumas informações sobre ele. O Facebook tem uma ferramenta para mostrar a visão geral do perfil ou as informações separadas por categorias pré-estabelecidas pela plataforma. No caso de Robson, estavam explicitados o local de moradia, especificando apenas a cidade de Governador Valadares como cidade natal e cidade onde reside atualmente; a escola estadual por onde passou algum tempo, especialmente no período em que estava cumprindo MSE, na qual ingressou na primeira série do ensino médio, série em que parou de estudar. Além disso havia a informação de que frequentou a Faculdade Pitágoras, no entanto, essa é uma informação que não é confirmada ao longo desta investigação. Parece indicar mais uma determinada imagem que ele gostaria de passar para as pessoas que tivessem acesso ao seu perfil do que uma realidade.

Essa é uma característica que pode ser considerada muito presente no contexto do ciberespaço, principalmente das interações nas redes sociais digitais. O que eu quero passar para as pessoas? Que tipo de imagem sobre mim eu quero que seja vista nesse espaço? Nesse sentido, infiro que esse aspecto presente no perfil do Robson indicou que a dimensão da educação era um elemento importante para ele, uma vez que estava presente, de forma positiva, na composição da sua imagem diante das pessoas. Ou seja, falar que passou por uma determinada escola e que depois estudou em uma faculdade tinha algum peso significativo para

o jovem, mesmo que tenha sido em tom de “zueira”, para “gastar”⁶⁵ na internet, mas estava presente e explícito nas informações sobre Robson.

Por outro lado, a dimensão do trabalho não foi mencionada em nenhum momento da sua apresentação no Facebook, nem mesmo com alguma zuação ou trocadilho voltados para as ligações mantidas com as dinâmicas do tráfico de drogas, como no caso de outros jovens que registravam “trabalha na firma milionária” (Marcos Vinícius, 21 anos, perfil de Facebook); “gerente na empresa tráfico de drogas” (Kleitton, 20 anos, perfil de Facebook). Robson, por algum motivo, não quis explicitar essa questão em sua rede social digital.

Outro elemento explícito nas informações do seu perfil foi o status de relacionamento, que se alterou entre “estar em um relacionamento sério” e “solteiro” ao longo do período de observação da pesquisa de campo. Foi um movimento que chamou a minha atenção por dois motivos. O primeiro se refere ao fato de que, apesar de Robson acessar menos as redes sociais em relação aos outros cinco jovens interlocutores, com os quais pude realizar observações e andanças online, isso não significava que ele não estava ativo nesse espaço social. Apenas era mais seletivo. Aponta também que, na trajetória de Robson, mais uma vez, em diálogo com Reis (2014), o ciberespaço foi também um lugar de construção de identidade juvenil, mesmo que no caso desse jovem, e de maneira semelhante com os demais jovens interlocutores, seja também habitado em meio a demarcações implícitas sobre as regras do que podem ou não mostrar, expor sobre suas vidas.

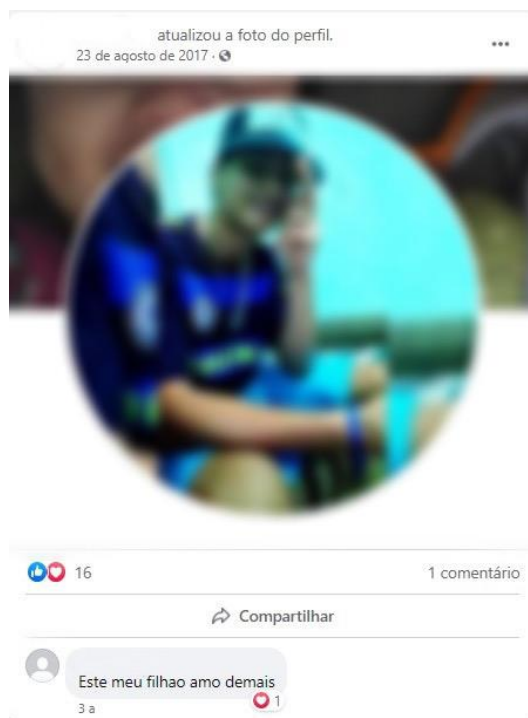
Trata-se de um perfil meticulosamente controlado em relação ao que expõe ou não. Esse é um aspecto presente no percurso trilhado por Robson que ficou muito forte nesta análise. De diferentes maneiras, Robson soube expressar os limites necessários para ele se manter presente no ciberespaço, assim como nesta pesquisa. Essa parece ter sido também sua postura diante da vida, por meio dos caminhos percorridos, das estratégias que precisou construir e sustentar. Ao longo desta seção retomaremos com mais aprofundamento esse aspecto.

As suas fotos de perfil nessa mesma rede social digital foram alteradas com pouca frequência por ele – em comparação com uma “média” de trocas que as pessoas geralmente fazem. Mas, variavam entre fotografias e/ou *selfies* dele sozinho ou com a namorada. Por se tratar de fotos de perfil, considero que eram imagens que representavam algum significado para ele e traziam elementos que compunham a sua identidade. Entre elas, a imagem composta por

⁶⁵ A expressão “gastar” era muito usada pelos jovens, principalmente nas redes sociais digitais, para indicar que estavam zuando, brincando em relação a alguma coisa ou assunto. Encontrei variações na forma da escrita como, “gastando onda”, “gastando” e “gastar” ou “gastação”.

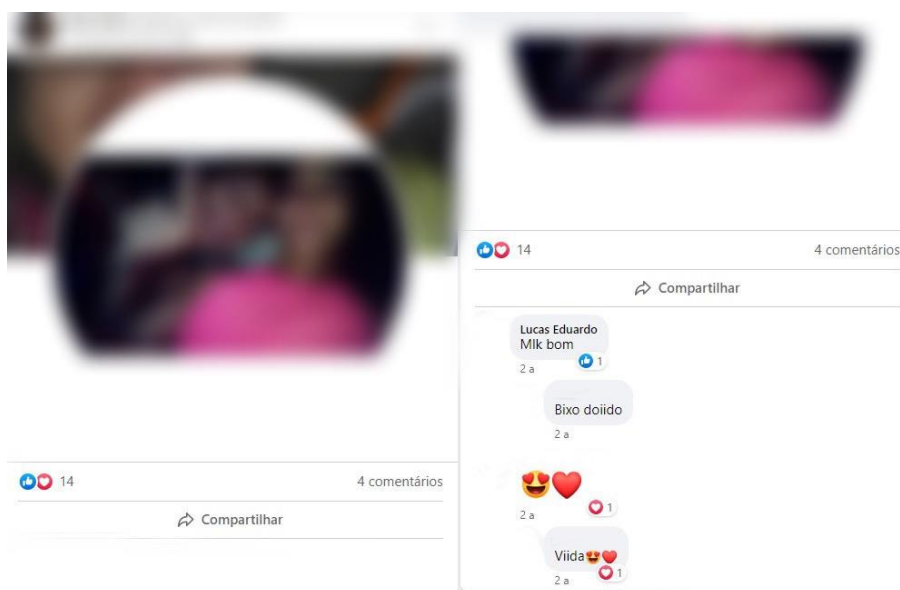
uma foto do MC Mano Brown e uma imagem com a palavra “luto”. As fotos de capa variaram pouco entre fotografias do Robson com a namorada e fotos da sua filha mais nova, fruto do relacionamento que manteve após o seu desligamento da MSE.

Figura 41 – Foto de perfil de rede social de Robson



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 42 – Foto de perfil de rede social de Robson



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Uma das imagens de perfil, na qual Robson está sozinho (Figura 41), ilustra também as características do modo como Robson se apresentava corporalmente falando. Trata-se da sua primeira postagem após o desligamento da MSE de semiliberdade, mais precisamente, um dia depois. O post era uma atualização da sua foto de perfil. Uma foto dele sentado em um sofá, possivelmente na sua residência. Robson fazia um gesto de “arminha” com uma das mãos, próximo ao rosto, e a outra estava apoiada em uma das pernas, parecia que estava segurando alguma coisa (algum copo), estava com um sorriso no rosto. Usava uma camisa de algum time de futebol, bermuda tãctel estampada, boné aba reta e cordão de prata. Aos olhos desta pesquisa, era uma imagem de um jovem feliz, celebrando a transição para um outro momento em sua trajetória, sendo quem ele era nas suas características mais espontâneas e livres.

O registro dessa imagem, memorando o momento da liberdade do Robson e escolhido por ele para ser sua foto de perfil, diz muito para esta análise. Aponta sobre estarmos falando de um jovem que está além de ato infracional atribuído a ele, ou um jovem que estava acautelado, ou nas palavras deles, “preso”. Mas, diz de um jovem que tem seu próprio modo de ser e estar no mundo, identificado aqui pela sua “beca”, que representa um determinado grupo de jovens que se expressa culturalmente através de uma imagem e de algumas linguagens corporais, como a roupa, o cordão de prata, o corte de cabelo, o gesto nas mãos. Retratando um jovem das periferias urbanas, do “morro”, como dizia Robson, que quer ser também representado, notado. Isso reforçou a compreensão de que é um jovem que se identifica com um coletivo maior, socialmente concreto na sua vivência juvenil, que lhe permite se concretizar como jovem também (ABRAMO, 1994; DAYRELL, 2001; DIÓGENES, 1998).

Até aqui, identificamos que Robson considerou importante deixar explícitas as dimensões do território, da escolarização e da família, especialmente sobre a família que ele constituiu após o desligamento, reforçando mais fortemente o relacionamento com a namorada. Esses elementos reunidos em seu perfil representam significativamente quem ele era naquele momento.

Outros elementos contribuem para ampliarmos o zoom sobre o jovem Robson, como sujeito, nos ajudando a situá-lo um pouco mais em relação a suas andanças após o desligamento da semiliberdade. Tanto em sua infância, quanto durante a MSE e depois do desligamento da medida, Robson morou com o pai no mesmo bairro periférico, considerado como favela e conhecido como o “morro São Sebastião”⁶⁶.

⁶⁶ Este nome e os demais nomes de bairros que aparecem no texto são fictícios, para preservar a identidade do jovem.

Ao mesmo tempo em que era o seu local de moradia, sua residência de referência, era também o mesmo território no qual mantinha muitas “guerras”, ou seja, conflitos entre grupos ligados às dinâmicas do tráfico de drogas. Era considerado como um dos bairros mais perigosos da cidade, devido à sensação de insegurança que transmitia, de acordo com pesquisa realizada no município (SIMÃO; AMORIM; GUEDES, 2016). Além disso, é um bairro recorrente nas páginas policiais dos noticiários locais, devido às várias situações como homicídios, conflitos entre grupos organizados nas dinâmicas do tráfico de drogas, além de ser um território visado pela ação policial.

Os pais do Robson são separados e por isso ele morava apenas com o pai em uma residência cedida pela família da mãe de Robson, tendo em vista as precárias condições socioeconômicas do seu genitor, que estava sem recurso financeiro para pagar aluguel, conta de água, luz etc. Pouco tempo depois do seu desligamento, Robson levou a sua namorada, que estava grávida, para a mesma residência.

O pai do Robson sofria havia muitos anos com o alcoolismo. E a sua mãe, desde a separação, voltou a morar com a avó, as tias e os outros dois irmãos de Robson, um mais novo e um mais velho, em uma casa alugada, em outro bairro da cidade, considerado de classe média. Além disso, no momento da pesquisa de campo, ela estava passando por um tratamento oncológico, e esse motivo intensificou a necessidade de ter alguns suportes nos cuidados com os demais filhos.

Robson não tinha uma renda fixa, dependia da renda do seu pai, que era autônomo, fazia alguns bicos em padarias como padeiro, mas passava mais tempo em situação de desemprego. Havia alguma renda vinda dos esforços do próprio jovem, que tentava alguns trabalhos informais ou atividades ilícitas para garantir algum sustento, o que gerava uma situação financeira precária. Assim sendo, ele podia contar com um teto para morar, cedido pela família da sua mãe e com o que aparecia através dos seus “corres”, lícitos ou não, e o que o seu pai também conseguia. Em uma conversa com Robson, essa dimensão ficou ainda mais evidenciada, conforme relatei em diário de campo:

Aproveitei e retornei à ideia de marcar de encontrar com ele e ele sugeriu que a gente fosse conversando por “zap”. Comentou, em meio a risos contidos, que ele tinha que arrumar a casa para eu ir, porque não tinha como eu chegar lá do jeito que estava. Mesmo que eu tenha falado que ele não tinha que se preocupar com isso, que eu não queria atrapalhar nem dar nenhum trabalho para ele, não fez muita diferença. Ao final da conversa, Robson comentou que, quando atendeu minha ligação, achou logo que era cobrança. Ele contou que estava devendo [o pagamento de] um celular que deu pra namorada. Nós rimos e brincamos um pouco com isso. A conversa terminou de forma leve e alegre. (Conversação com Robson, 21 anos, Diário de campo, 2020).

Esse relato, embora mencione questões trazidas por Robson que não necessariamente definem uma condição de precariedade e pobreza, acrescenta elementos que, na correlação com as demais informações sobre sua condição de moradia e familiar, nos possibilitam compreender que se trata de um contexto mais vulnerável no âmbito socioeconômico, no qual a manutenção da sobrevivência se apresenta como mais relevante.

6.1.1 *Reencontrando e reconectando com Robson e sua presença no mundo e nesta pesquisa*

Após descrever uma visão mais panorâmica dos elementos que ajudam a compor uma imagem sobre quem é o jovem Robson, resalto a seguir elementos que constituem a minha visão como pesquisadora sobre ele que foi se revelando na interlocução estabelecida nos caminhos desta pesquisa. Para isso, iniciei a seção destacando uma música-poema que diz muito sobre ele.

O trecho citado, pertencente à música “Paisagem” (EMICIDA, 2019), representa o Robson na minha percepção e sentimentos como pesquisadora com relação à sua trajetória e história pessoal. Nesse sentido, os versos dessa música-poesia foram se encaixando como uma trilha sonora que tem a função de representar alguma história, personagem, situação, cena e tem a capacidade de ampliar as possibilidades de interação, conexão, abertura para com o que é apresentado.

Na medida em que ia me aproximando mais de Robson, tanto pelas andanças online, pelas interações trocadas, nas tentativas de nos encontrarmos pessoalmente, ou mesmo através dos relatos da sua mãe e/ou das educadoras que trabalharam e o acompanharam por meio do Programa Se Liga, foi possível perceber que ele havia assumido mais radicalmente um modo de interação social cada vez mais restrito tanto no sentido dos grupos sociais, das pessoas com que se relacionava, quanto no aspecto territorial. “*Depois que saí da semi fiquei mais na minha, mesmo*”. (Robson, 21 anos, conversação por telefone, 2020).

Robson transitava e permanecia mais tempo no seu território de moradia, especificamente na residência onde moravam e nos lugares próximos que frequentava no

“morro”. Relacionava-se mais diretamente com sua família nuclear, considerando a sua companheira, filha e seu pai, e com o grupo de “fechamento” com o qual ele mantinha contato. Na medida em que ia me aproximando um pouco mais, ficou nítida a percepção de que essa limitação socioespacial vivida por Robson não era uma questão simples de escolha do jovem, mas, sim, uma estratégia de sobrevivência, que, em diálogo com Haesbaert (2007), compreendi como um processo de construção de uma territorialidade, intensificado após o desligamento da MSE.

Nesse sentido, ao me deparar com a obra artística da letra da música-poesia “Paisagem”, não conseguia pensar em outra pessoa a não ser no Robson e na sua desafiadora trajetória de vida. Os primeiros versos representaram com muita potência sentidos trágicos do seu caminho, da sua trilha, quando dizem: “Com o peso dos dias nas costas. Brindamos com fel. Num silêncio que permite ouvir as nuvens raspar no céu [...]. E a cena triste insiste em te dar um papel. Em algum lugar entre a rua e a minha alma. Estampido e a libido trepa, entre gritos de calma [...]” (EMICIDA, 2019).

São versos que ajudam a ilustrar o movimento pulsante e, ao mesmo tempo, limitador de busca por parte de Robson de dar sentido para o seu viver. Eles dizem sobre um jovem que carrega consigo um “peso nas costas”, um silêncio silenciador, um hiato entre a rua (seu território mais concreto e restrito na mesma intensidade) e a sua alma. Pareceu-me, em cada interação concretizada, ser um jovem que tinha consciência de que a “a cena triste insiste em te dar um papel”. E, nesse movimento ambíguo entre o pulsar e o limitar da trajetória percorrida por Robson, os versos seguem representando:

Porque nada é sólido, nada
Beijos cálidos, fadas
Tudo insólito, cara
Sente o hálito, afaga
Rosto pálido, foda
Eu quero um bálsamo, para
Esse tempo sádico, encara (EMICIDA, 2019).

Outro ponto em que a referência da música se destacou foi a conexão com dois conjuntos de sentimento presentes na postura de Robson. De um lado, a decepção e a revolta e do outro, a resistência em forma de persistência e crença em um horizonte de continuidade reveladas pelo Robson e demais interlocutores/as sobre a sua trajetória de vida. Quando os versos dizem “puta sonho inválido, acorda”, “Ansiedade corrói como ferrugem [...]”, e os versos finais encerram “Dizem os jornais: calma, rapaz. Espere e verás, tudo está em paz”, logo vinha na minha mente reflexiva o Robson dizendo “*Esse mundo está cheio de covardia!*” (Robson, 21 anos,

conversação por telefone, 2020); “*Sem luta não há vitória!*” (Robson, 21 anos, conversação por telefone, 2020), “*Eu tô bem moça Eu tô bem, acontece uns trem no dia a dia aí, mas tá de boa. É coisa da vida mesmo. Mas, é..., nós tamo aí, é nós!*” (Robson, 21 anos, conversação por Whatsapp, 2021).

Nesse sentido, pude ampliar o meu olhar e enxergar os elementos de **decepção-revolta** e **resistência-persistência** que se articulavam no movimento da trilha percorrida e vivida por Robson.

Seguindo esta estratégia de me deixar ser guiada pelos elementos que Robson foi me permitindo ver, percebi outro aspecto forte presente no modo como ele dava seguimento para sua vida. Ao mesmo tempo que Robson operacionalizava decepção-revolta, resistência-persistência, havia um terceiro elemento quase que em disputa com os demais. Robson mantinha uma postura tímida, mais retraída e reservada.

Sua voz sempre soava tristonha, como se estivesse com um pouco de vergonha ou com algum pesar. A sensação foi de conversar com uma pessoa que estava conformada com uma situação sem saída. Como se fosse tarde demais para fazer alguma coisa para mudar de rumo. Foi ficando nítida uma postura diante do mundo de alguém que estava “*levando a vida do jeito que dá*” (Robson, 21 anos, 2020). essa frase esteve repetidamente presente nos diálogos com Robson, via Whatsapp ou chamada telefônica, e apontou para o elemento **conformidade-ativa**, que será retomado mais adiante, nesta análise.

Nessa investidura caminhante de me reconectar com o jovem Robson, pude identificar que o seu caminho foi atravessado por um movimento ambíguo, variado e flexível, que permitiu articulações e entrecruzamentos de acordo com as dinâmicas impostas a ele, sem muitas oportunidades de escolha. Trata-se de uma ambiguidade desconcertante em um percurso que se (re)fez também de forma errante, improvisada, incerta, muitas vezes até encurralada (PAIS, 2003).

É uma trajetória itinerante, marcada por circunstâncias que acabam desembocando em “situações trágicas” (ALMEIDA; LEÃO, 2018), nas quais ao mesmo tempo vibram a necessidade do prazer, da liberdade, do desejo de viver e a tristeza, o desânimo, o “morro” sem saída, o medo da privação de liberdade, de perder a própria vida. Em outras palavras, um jovem que está em liberdade (isto é, não privado institucionalmente), que tem uma família constituída, uma pessoa para amar, e ao mesmo tempo, um jovem que não consegue se desvincular do aprisionamento, de ter que viver se escondendo, se protegendo, com vergonha e medo de perder a vida, que é moeda para pagar suas “guerras”, conflitos, e/ou de perder sua liberdade, moeda

para pagar sua dívida com uma sociedade criminalizadora que lhe atribui um ato infracional ou criminoso.

Essas questões se fizeram presentes no modo como a trajetória de vida do Robson foi se constituindo e serão retomadas ao longo desta seção.

6.2 Terreno pisado por Robson desde a infância: caminhos, deslocamentos e becos sem saída

A família materna de Robson morou muitos anos no mesmo bairro em que o jovem residia no momento da pesquisa. O “morro São Sebastião”, assim conhecido, foi lócus de socialização e sociabilidade de Robson desde a sua primeira infância e permaneceu durante grande parte da sua trajetória de vida. Trata-se de um bairro localizado em uma região periférica da cidade. É um morro que se localiza geograficamente entre outros dois “morros” também considerados como conglomerados populacionais. São territórios urbanos precários, com baixa infraestrutura, conhecidos no restante da cidade por sua grande população e pelos noticiários nas páginas policiais sobre concentração de demarcações do tráfico de drogas e rivalidades.

Estamos falando de um espaço sociogeográfico com estrutura urbana extremamente precária, com demanda de pavimentação, saneamento básico, equipamentos e praças públicas ; casas com estruturas muito simples e/ou sem acabamento, construções por terminar, entre outros. Há uma presença ostensiva da Polícia Militar. Assim como há sempre pessoas nas ruas, nas calçadas, crianças correndo, bares/botecos, forte presença de pequenas igrejas evangélicas e/ou protestantes. Uma mistura de clima alegre, vivo e, ao mesmo tempo, tenso. Foi possível perceber as coexistências de climas, de tensões, dificuldades e disputas no e pelo território.

A mãe de Robson relata sobre a dificuldade de morar no morro. Nas suas palavras,

Júlia: Aí a gente morou um tempo lá [no morro], mas a gente nunca gostou de morar muito lá não, viu? É morro... ai, pelo amor de Deus! Era tão difícil... Agora a gente mora no Vila Serafim mas a gente paga aluguel. A gente não mora em casa própria, não, entendeu?

P: Humhum, sei...

Júlia: Mas é até melhor. Nossa, lá era morro, era tão difícil... ai, é difícil, né?

Na continuidade do diálogo com Júlia, ela relata que a principal dificuldade era com o acesso ao bairro e a pouca infraestrutura da região, enfatizando que foi ficando cada vez mais difícil para ela e sua mãe, que era mais idosa e tinha algumas limitações para transitar no bairro e na cidade. Isso reforçou a decisão da família de mudar de residência.

Mas, antes disso, houve um momento em que Júlia saiu da casa de sua mãe para morar com o pai de Robson em outra cidade, na qual constituíram uma família e tiveram o primeiro

filho. Pouco tempo depois, devido às condições de desemprego, conflitos no relacionamento e muita dificuldade financeira, eles retornaram para Governador Valadares. No entanto, o relacionamento dos dois passou por desentendimentos que geraram repetidas separações e reconciliações ao longo do tempo, até o seu rompimento definitivo.

Esse aspecto das tentativas frustradas de constituição de uma família com relacionamento mais duradouro foi o aspecto mais enfatizado nos relatos de Júlia. Para ela, a família, que era uma instituição sagrada, muito mais que uma instituição social, tinha um valor fundamental. E a partir disso ela narra a história de Robson:

Então, assim, as coisas têm que começar é do começo. Uma casa começa do alicerce, né? Então, quando você vive com alguém, tem que começar do alicerce, né? [...] A família... os planos de Deus é a família. Destruindo uma família, destrói tudo. A partir do momento que você destrói uma família, você destrói tudo, destrói os filhos, destrói os netos, destrói... tudo. Foi isso, foi isso que aconteceu. Não tem outras palavras, não, não tem outra história não [breve silêncio]. (Júlia, 2020)

A mãe parte do pressuposto de que na origem de tudo está a “desestruturação familiar”. Ou seja, a história da trajetória de vida de Robson é tragicamente associada a um enredo de “destruição”. Esse aspecto nos possibilitou perceber que a dimensão da família era muito forte na visão de mundo dela e da avó, a partir de uma perspectiva moral religiosa. Tal narrativa também se mostrou como uma dimensão muito forte para o próprio jovem. Isso ficou evidenciado no sentido de ser uma das dimensões que ajudam a compor a sua trajetória juvenil após o desligamento da MSE, principalmente na necessidade de construir, ele próprio, uma família.

Esse é um elemento que reforça uma visão muito conservadora, marcada por um fatalismo que tende a justificar a situação em que se encontram e com o qual as ações, projetos e políticas públicas têm dificuldade em lidar, pois é muito difícil conseguir a adesão das famílias quando elas não acreditam nas possibilidades de mudar uma determinada situação. Além disso, as ações e “agentes públicos” também têm dificuldade de compreender e dialogar com as concepções e valores que as próprias famílias constituem em seus contextos e relações (SARTI, 2004).

Assim, elas se tornam um público acessível ao discurso salvacionista e conservador de instituições privadas, como igrejas e organizações sociais (OS), que conseguem acenar com algum espaço de compartilhamento coletivo de suas necessidades. Mesmo que a intervenção seja sempre acentuando a responsabilização individual (“Se você for obediente, temente a Deus

e disciplinado, você será escolhido”), essas instituições promovem a possibilidade de que suas experiências sejam reconhecidas em histórias semelhantes.

Por outro lado, a família é evidenciada na trajetória de vida de Robson a partir da perspectiva da frustração e do conflito. Ele vivenciou, desde a sua infância, um contexto familiar muito instável e pouco funcional. A principal questão que gerou tantos conflitos foi a dimensão da pobreza vivida por sua família. A única renda era do trabalho instável do pai de Robson como padeiro. Além disso, o pai tinha problemas com o alcoolismo e isso restringia as condições para suprir as necessidades básicas de sobrevivência da família. Segundo Júlia,

Sempre foi assim, toda as vezes que eu separei dele foi assim [...] [Nome do pai do Robson] não conseguia parar num trabalho, não conseguia pagar aluguel, água, luz, não conseguia comprar comida [...] deixava a gente passar fome mesmo. Não tinha arroz nem feijão dentro de casa pra eu e os menino. Aí eu separei dele. (Júlia, 2020)

Destaco outro trecho de entrevista:

Júlia: É, não queria ir na igreja, não queria casar, não conseguia pagar o aluguel, não conseguia comprar comida... Aí eu pensava assim, “nossa, mas o quê que o [Nome do pai do Robson] fazia com o dinheiro dele?”, não sei gente, não sei!

P: Hum, entendi. Mas, ele continuou no trabalho aqui em [Governador] Valadares?

Júlia: Aí ele continuou no trabalho, depois ficava desempregado, conseguia trabalho, ficava desempregado. Foi assim muitas vezes, né? Ficou desempregado, conseguia trabalho... Não sei o que ele... conseguia trabalho, ficava desempregado, não sei, não entendo ele não.

Os relatos de Júlia escancaram que eles viviam uma situação social muito precarizada, marcadas pela condição de miséria e pobreza pelo desemprego, pouquíssima renda, fome, moradia precária e incerta, muitas vezes sem água e luz. Além de o pai do Robson ser uma pessoa acometida pela doença do alcoolismo, que, na visão de Júlia, era entendido como descompromisso da parte dele. Em seu relato, por várias vezes ela expressou sentimentos de tristeza, insatisfação e frustração por não ter conseguido manter um bom relacionamento com o companheiro e por tudo que eles passaram.

A condição dessa família expressa a história de muitas outras. Embora seja possível afirmar que houve um avanço nas políticas sociais na primeira década dos anos 2000, o contexto desta investigação se circunscreve no período político e econômico de desmonte dessas políticas, marcado pela desproteção e violências de Estado, ações que ameaçam o Estado de Direitos e se aproximam mais de um Estado de Exceção (ARROYO, 2019; Luís SOUZA; Carlos SERRA, 2020). Nesse sentido, as experiências familiares vividas pelos jovens

interlocutores, enfatizadas pela singularidade da experiência de Robson, se concretizam na instabilidade.

De acordo com Sarti (1999) e Nonato (2019), são famílias que se viam responsabilizadas por garantir o sustento de seus membros não dispondo de quem as pudesse “ajudar a se ajudar”. Trata-se de uma relação que se constitui em uma vivência complexa de violências, pautada pela lógica capitalista, patriarcal, racista que assola muitas famílias, especialmente as periféricas e empobrecidas, colocando, na maioria das vezes, as mulheres e seus filhos em situação de risco social.

Além disso, a questão da relação com o alcoolismo do companheiro esbarrava nas questões religiosas de Júlia e todo o conjunto de situações vividas desembocava em separações. Porém, essa situação foi sendo mantida, e, a cada separação e reconciliação, Júlia engravidava de mais um filho. “*Eu separei e voltei, separei e voltei, aí cada vez que separava dele e voltava eu ganhava um menino [risos contidos], entendeu? Cada vez que eu separei veio um menino [mais risos]* (Júlia, 2020).

Diante de uma situação de extrema dificuldade financeira para se sustentar e sustentar seus filhos, Júlia precisou começar a trabalhar como ajudante de cozinha em lanchonetes ou pizzarias. Mas, para isso, ela precisaria dividir a responsabilidade de cuidado com os filhos. Assim, a partir da iniciativa da avó, Robson e seus irmãos passaram a ser cuidados durante a semana por ela e suas tias e nos finais de semana pelos pais. A condição imposta pela avó foi que Júlia trabalhasse e ajudasse financeiramente.

Júlia: Mas, o que acontece, eu fui voltando né, aí eu fui, minha mãe pegou e falou – “ah, eu vou pegar os meninos e vou cuidar dos meninos”. A proposta foi essa, “eu vou pegar os meninos, vou cuidar deles e você trabalha e ajuda”.

P: Hum, entendi.

Júlia: [nome do pai de Robson] não tá dando conta, né, das compras... E eu achei uma proposta boa, né? Eles vão estar seguros lá na minha mãe, né?

[...]

Júlia: Foi. Foi uma decisão, porque, como que eu ia fazer, ficar com o [nome do pai de Robson] passando fome, passando dificuldade, passando falta das coisas, na verdade passando tudo, né? Não tinha como eu ficar com os meninos e sair pra trabalhar... como que eu ia deixar três menino dentro de casa sozinhos e sair pra trabalhar? E se eu não saísse pra trabalhar, eu, eu não tinha as coisas, não tinha comida, não tinha nada, né, aí eu tive que deixar.

E assim aconteceu:

[...] Eu pegava os meninos final de semana, porque minha mãe ficava com eles na semana, porque eu trabalhava né? Eu pegava eles final de semana. Teve uma época que foi assim. Aí, quando eu estava de folga, eu pegava os meninos. Sexta, sábado e domingo os meninos ficavam com a gente. Eu estava trabalhando e falava com ele, “Ó, [nome do pai de Robson], vamos pra igreja, batizar, vamos educar os meninos na igreja, vamos casar”, e ele [pai do Robson] não queria nada! (Exclamou mais fortemente) (Júlia, 2020).

Robson e seus irmãos tiveram que ser afastados parcialmente do convívio da mãe e do pai para terem uma condição de vida um pouco melhor e conseguirem se desenvolver com mais saúde e qualidade. Compreendo que esse foi um processo de abandono vivido por Robson e seus irmãos. Não um abandono proposital, mas sim configurado a partir das circunstâncias de precarização gerada pela extrema pobreza vivida. Desse modo, considero que essa é uma experiência marcante e muito significativa para a compreensão da trajetória de vida de Robson.

O contexto dessa cena é trágico pelo fato de sua mãe estar em uma situação que não tinha muitas saídas. Mesmo não sendo o seu desejo, ela precisou aceitar a proposta da sua mãe, entendendo, naquele momento, que era a melhor forma de poder reverter a situação de extrema vulnerabilidade em que ela e os filhos estavam inseridos. Embora fosse também uma decisão que causaria e causou outros sofrimentos e vulnerabilidades, especialmente do ponto de vista afetivo-emocional. Mas, a permanência dos filhos com ela e o companheiro implicaria também danos afetivo-emocionais, físicos, biológicos, sociais, entre outros. A balança da vida precária pesou mais para deixar seus filhos em um lugar que ela considerava mais seguro para eles.

Esse episódio na trajetória de Robson mostrou a presença de uma família mais estendida que se constituiu como um suporte essencial, de aspecto mais estrutural e material, que garantisse alguma forma de sobrevivência, na vida dele e de seus irmãos (MARTUCCELLI, 2006). Sendo assim, a avó e tias de Robson dividiram e assumiram a maior parte dos cuidados e das responsabilidades socioculturais que envolvem a criação e acompanhamento do desenvolvimento de crianças e jovens. Aqui destacamos as condições básicas de alimentação, moradia, saúde e duas dimensões socioculturais que extrapolavam a socialização primária, restrita ao âmbito da família, quais sejam a escola e a igreja.

Segundo Júlia, Robson gostava de estudar, de ir para a escola durante esse período. Quando dialogamos sobre esse aspecto, ela fez as seguintes afirmações:

P: [...] E me conta dessa parte da escola do Robson.

Júlia: É, o Robson só fez, começou o ensino médio e parou.

P: E como que ele era na escola?

Júlia: Nô, muito inteligente! Nossa! Muito, uma pessoa muito inteligente. Graças a Deus meus menino são inteligente, né?

P: Humhum. E o Robson ele estudava e ele gostava? Como que era o comportamento dele?

Júlia: Ele gostava! [...] Ele gostava da escola, de estudar, de fazer dever de casa e tudo.

Em relação à vinculação religiosa, o caso do jovem Robson se deu a partir do envolvimento da sua avó e suas tias em uma igreja evangélica. Ir à igreja fazia parte dos princípios socioculturais e morais da sua família materna estendida. Nesse sentido, foi possível afirmar juntamente com a senhora Júlia que Robson e seus demais filhos foram “criados na igreja”.

Júlia: Ah, era a minha irmã que levava ele na igreja, não é a minha igreja não, minha irmã que levava ele. Então eles iam direto na escola bíblica né. E assim, ele ia direitinho lá na igreja, né. Na igreja da minha irmã.

P: Humhum. E qual que é esta igreja?

Júlia: Era uma igreja lá no bairro Santo Antônio. Eu não lembrava o nome da igreja não, sabe, a denominação. Era a minha irmã que ia, eu não ia nessa não, entendeu?

[...]

Júlia: Ele conhece a palavra de Deus, ele num... ele conhece... Ele num é, tá sem conhecer não. Ele sabe.

P: É, ele me falou que já chegou a tocar na igreja, é isso?

Júlia: Foi! Era ele e o irmão dele mais velho. Ele até participou do concurso, no dia eu não fui não, mas ele tinha. Minha mãe falou que ele tinha poucos meses que tinha aprendido tocar violão e aí eles ganharam lá, no concurso da igreja lá, o primeiro lugar, tocando e cantando.

No entanto, foi possível perceber que essa experiência de morarem com a avós e tias e serem criados por elas a maior parte do tempo foi mais uma situação ambígua e desafiadora vivida por Robson. Ao mesmo tempo, a família materna estendida foi um suporte e uma violência na experiência de vida do jovem. De acordo com o relato de Júlia, Robson e seus irmãos passaram por diversas situações de exposição, humilhação, constrangimentos, inferiorização, devido à precarizada e “mal vista” realidade de seus pais. A narrativa de Júlia deixou essa questão muito explicitada:

Se você tivesse uma avó e umas tias que fala que seu pai não presta pra nada e que sua mãe é uma vagabunda, uma piranha, né? Então a pessoa tem que ficar revoltada mesmo! Você não quer que ninguém... a gente não admite que ninguém xinga a mãe da gente né? Eu não admito. Ainda mais cê ouvir da sua avó isso. E você sabe que sua mãe não é, que sua mãe vai pra igreja, né... você não está com sua mãe, mas você sabe que sua mãe não é uma vagabunda, que sua mãe vai na igreja. Mas aí você escuta dos outros, só porque eu deixei eles com ela, eu tava trabalhando e eu dava o dinheiro. [...] Você sabe que você não é, e você leva nome... “sua mãe é vagabunda, seu pai é vagabundo”. É muito difícil. Então, é por isso mesmo que as pessoas partem para as drogas (Júlia, 2020).

E ela continua:

Quê que acontece, se ele [se ferindo ao Robson], se ele tivesse perto de mim, de mim e do pai dele era diferente, né? Muito diferente, do que ficar perto da avó e das tias. E as tia direto falava com... eu escutava - “aqui não é a sua casa!” Quantas vezes eu escutei, imagina as vezes que eu não escutei, né? – “Aqui não é a sua casa; é sua avó e não sua mãe” [...] Cada um reage de uma forma, né? Cada um reage de uma forma. Tem gente que é mais durona, né, e então não leva muito à sério, assim, não se importam pro que as pessoas dizem, né? [...]. Eu queria ficar com eles! Se eles tivessem ficado perto de mim, se o Robson tivesse ficado perto de mim, quê que acontece, né? [...] Talvez ele não ia usar droga, chegar ao ponto de usar droga, né? Talvez.... (Júlia, 2020)

A convivência ambígua com a avó e tias maternas, entre acolhimento e cuidado e momentos de violência psicológica com constrangimentos, humilhações e julgamentos, se revelou nesta análise como outro percalço no caminho de Robson. Experiências que deixaram marcas nos processos de socialização e de vivência da condição juvenil, momentos das fases da vida em que as referências positivas são fundamentais e que, nesse caso, faltavam.

Em diálogo com Sarti (1999) e Dayrell (2003), as relações que se estabelecem no seio familiar, os arranjos necessários e existentes para garantir alguma sobrevivência, bem como os valores predominantes nas dinâmicas familiares são dimensões que marcam a vida de cada pessoa e criam um “filtro” através do qual enxergam o mundo social e o seu lugar neste mundo. Assim sendo, de acordo com Sarti (1999), considero a família como uma referência simbólica fundamental, principalmente para a população empobrecida. Ela ordena o lugar dos indivíduos no mundo social como um todo, dentro e fora da família.

O relato de Júlia enfatiza o fato de essa experiência ter sido mais fortemente sofrida e sentida por Robson. Ela faz uma relação direta entre toda essa situação e o fato de o Robson ter ido para o “mundo das drogas” ou chegado até esse ponto de “usar drogas”. Para ela, os motivos de Robson ter seguido esse caminho foram as experiências de ter sido afastado da mãe e do pai e ser criado pela avó e as tias em um ambiente de conflito e de ausência e/ou frágeis referências positivas. Percebi que, para Júlia, Robson chegou em um ponto máximo de decadência, conforme a sua premissa da “destruição da família”.

A articulação entre esses elementos nos permitiu, mais uma vez, dialogar com a noção de suporte desenvolvido nas análises de Martuccelli (2006; 2007). Reforço que, para o autor, todos os indivíduos têm suportes, mas nem todos os suportes têm a mesma legitimidade social. Ou seja, de acordo com a lógica social em que o indivíduo está inserido, considerando também a dimensão temporal, os suportes vão se constituindo, se alterando e singularizando as trajetórias.

Nesse sentido, em um determinado momento, a família materna estendida de Robson, enfocando especialmente as relações com a sua avó e tias, como um suporte que permitiu a sua mínima sobrevivência, se fragilizou e contribuiu no processo de desestabilização do “mundo” do Robson, parafraseando Martuccelli (2006). Ou seja, das suas formas de se suportar no mundo. A relação ambígua com a avó e as tias afetou negativamente o apoio emocional que Robson necessitava naquele momento, desapontando e desconstruindo suas referências familiares primárias e positivas ao construir uma imagem negativa da mãe e do pai e estigmatizar a condição do jovem e seus irmãos, deixando bem explícito que não era “a sua casa”, ou seja, que ele estava ali “de favor”, sinalizando para uma situação de incerteza e insegurança.

Assim, considero, em diálogo com Martuccelli (2006), que a família estendida de Robson se constituiu como um suporte frágil e trágico, diante da percepção de que a avó e as tias de Robson o estigmatizaram nesse sentido de o colocar em posição de quem não tem condições de se sustentar autonomamente e depende de “morar de favor”. Além das diferentes experiências de violência física, moral, psicológica e simbólica vividas nesta relação.

Seguindo esta análise, baseada na Sociologia do Indivíduo e na dimensão do suporte como a primeira dimensão social do indivíduo (MARTUCCELLI, 2006), é possível complementar que o que a mãe de Robson nomeia de “*chegar ao ponto de usar drogas*” e/ou “*parte para o mundo das drogas*”, nesta análise é compreendido como uma necessidade imperativa de (re)configuração da trajetória, a partir da busca por se sustentar no mundo, diante de um contexto de precarização, fragilidade e desestabilização no âmbito familiar. Isso significa que “o mundo das drogas” se transformou em uma alternativa para o Robson, um suporte, mesmo que patológico⁶⁷, uma resposta diante de uma “provação-desafio” (MARTUCCELLI, 2015) que se desenhou nas relações familiares inseridas em um contexto sócio-histórico das camadas populares.

O cenário de violência vivido por Robson, seus irmãos e seus pais foi também marcado por outra cena forte de violência doméstica. Após as tentativas de reconciliação fracassadas de Júlia com o pai de Robson, ela decidiu se separar definitivamente dele (“*Ai eu cansei, cansei!*” – Júlia, 2020), indo morar também na casa de sua mãe, avó de Robson, junto com seus filhos.

⁶⁷ Suporte patológico, para Martuccelli (2007), se refere aos suportes que causam algum tipo de dependência e são vistos socialmente “como doentios ou excessivos e, por isso, indesejáveis” (REIS, 2014, p.32).

Porém, foi uma separação extremamente conflituosa e arriscada, pois o pai de Robson não aceitou. Depois de um tempo de separação, ele reagiu de maneira muito violenta, colocando Robson e toda a família em situação de ameaça. A cena foi relatada por Júlia da seguinte maneira:

Júlia: Não, aí ele não aceitou, não. Ele achou que eu ia voltar pra ele! Aí quando tinha um ano e meio, mais ou menos, que tinha separado dele, ele foi lá em casa com um amigo dele de moto. Aí, nessa época eu estava morando com a minha mãe. Eu separei dele e estava morando com a minha mãe.

P: Humhum.

Júlia: Aí, ele foi de moto lá em casa, só que eu não estava em casa, não. Ele foi de moto com um amigo dele e foi armado pra me matar.

P: Hum?

Júlia: Aí ele veio com um revólver pra me matar. Aí minha mãe falou que ia chamar a polícia pra ele e ele falou que chamar a polícia era pior. Aí ele ficou lá em casa, com o revólver, me esperando chegar, pra me matar. [...] Minha mãe fala que os meninos estavam na mesa, os meninos eram pequenos né, estavam os três menino na mesa, acho que jantando, não sei, e ele estava com o revólver assim ó [provavelmente ela fez um gesto com as mãos que eu não pude ver, por ser uma chamada apenas de áudio], falando que ia levar meus menino de refém. Estava bem assim ó, com o revólver em cima da cabeça dos meninos, falando que ia levar os meninos de refém. Aí minha mãe falou assim: “Meus netos você não toca, não”. Minha irmã entrou no meio... Em tempo dele machucar eles, né?

Júlia segue contando mais detalhes de outra cena violenta, trágica e muito complexa vivida por toda a família de Robson. Destaquei apenas parte do seu relato, tendo em vista o enfoque desta investigação, para mostrar mais um episódio desafiador, complexo, um beco sem saída a que Robson foi exposto. Novamente a sua vida e a vida das pessoas que constituíam seus vínculos mais fortes, suas referências sociais e afetivas e que lhe davam algum tipo de suporte, mesmo com todas as precariedades existentes, estavam em perigo.

São vidas, histórias, trajetórias que, entre uma cena e outra, um beco sem saída e outro, são ameaçadas e precarizadas. Felizmente, na continuidade do relato dessa cena, não se registrou nenhuma tragédia maior, pois a mãe de Robson conseguiu fazer uma proposta de encontrar com o seu ex-companheiro, em outro lugar, para tentar resolver a situação sem ter que colocar seus filhos novamente sob ameaça.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que o contexto familiar vivido por Robson foi marcado por situações diversas de violências, desde as violações de direitos sociais básicos a que Robson e sua família foram constantemente expostos dentro de um cenário mais amplo de pobreza. Cenário produzido e mantido por um sistema socioeconômico capitalista, neoliberal que visa o acúmulo de capital por meio de processos de exploração, opressão e desproteção humana, hierarquizando as relações e as condições de vida. Além dos processos de abandono, de humilhação, de vergonha diante de uma situação de vulnerabilidade que colocam Robson e

sua família em becos sem saídas. E processos de violência física, violência psicológica, violência doméstica vividos pela mãe do Robson, mas também, e com muita intensidade, pelo próprio Robson e seus irmãos.

Assim, até aqui é possível dizer que a trajetória de vida de Robson desde muito cedo foi marcada por processos profundos e articulados de opressões de gênero, classe, raça, território e geração. Essas opressões se concretizaram nas lógicas patriarcais, machistas e sexistas vividas na relação entre os pais de Robson, bem como se entrecruzam com as lógicas capitalistas, racistas e neoliberais que atravessaram a vida precária dessa família. Na sua experiência, esses marcadores se articulam nas relações familiares fragilizadas pela ausência de suportes materiais, psicológicos e emocionais, que desembocam na fluidez, insegurança e rompimento dos laços primários, nos conflitos geracionais, nos processos de abandono e desproteção que Robson e sua família vivem.

Na trajetória de vida de Robson, a condição de extrema pobreza é um marcador social de diferença muito forte e está imbricada com a condição de violências. Mas, rompamos com a visão de violência como resultado de um cenário social de pobreza, em diálogo com Peralva (1997). Ela se concretiza e se configura como pobreza em territórios historicamente produzidos por processos de segregação socioespacial, exploração e expropriação econômica, cultural, racial, patriarcal e colonial (QUIJANO, 2005).

Assim, também as opressões territoriais são pautadas nas lógicas de segregação socioespacial, que estão diretamente ligadas, ou melhor, são produzidas na medida em que se tem mais precarização do mercado de trabalho e desemprego. São processos que afetam principalmente as pessoas mais empobrecidas, menos escolarizadas e que tiveram menos acesso àquilo que podemos chamar de “diáspora da classe trabalhadora” (Pedro HUGHES, 2004). Além das opressões ligadas à questão geracional, que invisibilizam e desprotegem as crianças e jovens como sujeitos sociais de direitos, saberes e desejos e em situação peculiar de desenvolvimento. Isso implicou compreender que a trajetória de vida de Robson foi sendo trilhada e formada por itinerários de opressão que se articularam, entrecruzaram e se intensificaram no caminho percorrido por ele.

Outro aspecto que se ressaltou na empiria foi a relação de Robson com a mãe. Foi possível perceber que era uma relação de vínculo afetivo diante de todas as circunstâncias impostas e experiências vividas, entre caminhos tortos, desviantes, de encontros e abandonos, ausências e presença efetivada de diferentes formas, mesmo mais distanciadas, mas que

permanecia ainda significativa. Alguns trechos da entrevista-conversa o com Júlia apontam informa es que desvelam esse aspecto e se constituem elementos desta análise.

P: Sim. Então quer dizer que o Robson foi o que sempre sentou mais para conversar com a senhora...

Júlia:  . E ele foi o que mais teve, assim, ele sempre foi o mais apegado, n ? Dos três ele foi apegado.

P: Hummm...

Júlia: Conversa... O mais velho, o mais velho   muito fechado.

P: Ah t , humrum! E a senhora acha que ele   mais apegado por que, assim, além de conversar?

Júlia: Ah, ele presta aten o em tudo em mim, assim, se eu cortasse um dedo do meu cabelo ele falava assim “mamãe, a senhora cortou o cabelo”. [...] Tem ciúmes.

P: Ah, tem ciúmes? [risos contidos]

Júlia: Tem... ele presta muita aten o nos detalhes, entendeu? Na roupa, ele chega... e   de todo mundo também, da minha mãe. Ele   assim, muito atencioso. Da minha irmã também. Ele   muito atencioso, sabe? [...] Nossa, o Robson gosta demais de mim... Todo filho gosta da mãe, n ?

Os elementos apontados na narrativa de Júlia mostram que há uma rela o afetiva constituída entre mãe e filho e apontam também que a presença da mãe ocupou um lugar importante na vida do Robson na primeira infância, marcado pelo apego   mãe. Isso nos possibilitou inferir que o distanciamento do convívio com a mãe, devido   situa o imperativa de sobrevivência da família, foi uma experiência muito desafiadora e sofrida que ele precisou encarar logo cedo.

Identifiquei também que Robson buscava alternativas para manter-se próximo de sua mãe, mesmo vivendo uma rela o mais distanciada. Segundo Júlia, ele “prestava aten o em tudo” nela, focando nas sutilezas da sua aparência, no tempo em que compartilhavam juntos. Outro aspecto que ressaltado nesse relato diz sobre a característica dele de ser um jovem muito atencioso e, em diálogo com Júlia, foi possível reforçar que essa era uma forma que Robson utilizava para demonstrar algum sentimento de apreço, de afeto amoroso para com as pessoas que ele considerasse.

Esses elementos nos mostraram que, na constitui o da trajetória de Robson, a presença da mãe, bem como a rela o estabelecida com ela, apesar de todos desafios e conflitos que enfrentaram, são aspectos valorizados e considerados importantes por ele. Essa   mais uma constata o de que a dimensão familiar, principalmente a rela o com as mães e/ou figuras femininas que cumprem esse papel de mãe, cuidadora, genitora ou tutora   fundamental na constru o da condi o juvenil de jovens, especialmente, jovens de camadas populares,

conforme outras pesquisas já nos mostraram. (DAYRELL, 2003; ALMEIDA, 2017; NONATO, 2019).

6.2.1 *A complexa relação com a família: idas e vindas e outros rumos na caminhada*

O processo de transição entre a infância e a juventude vivido por Robson foi marcado por alguns aspectos que se fizeram potentes na compreensão sobre a sua trajetória e que refletem características consideradas típicas da vivência dessa fase do tempo da vida (ABRAMO, 2005; SPOSITO, 2003). Principalmente a narrativa de sua mãe permitiu enxergar esses aspectos e elementos de pesquisa. Desse modo, o primeiro aspecto a ressaltar se refere à necessidade de expansão do seu ciclo de referência e aprendizagem sociocultural e/ou processos de socialização primários vividos no contexto familiar, na igreja, na escola e no território, próprios desse momento da vida, no qual se intensifica o desejo de autoafirmação e de construção identitária (DAYRELL, 2003; SARTI, 2007).

Foi possível compreender que houve um momento específico da experiência de Robson em que ele demarca o seu processo de transição entre a infância e a juventude. O trecho a seguir da entrevista-conversa com a mãe dele deixou bem explícita essa questão.

[...]

Júlia: Foi quando ele começou ter os colegas dele. Minha mãe fala que, porque eu não estava com ele, quem acompanhava mais era ela...

P: Aham.

Júlia: Tinha uns treze anos quando ele começou [a se relacionar com um grupo de amigos no contexto do uso e tráfico de drogas]...

P: Como? Treze anos?

Júlia: É, treze. Com treze anos ele começou com uns amigos, começou a desobedecer...

P: Hummm...

Júlia: Antes dos treze anos, ele era uma pessoa, depois do treze ele era outra pessoa.

P: Ah sim. Humhum...

[Breve silêncio]

P: E aí, como que foi isso?

[Outro breve silêncio]

Júlia: Aí minha mãe fala que ele começou a desobedecer, começou a sair. Aí, começou a ficar adolescente, né? Os hormônios mudam mesmo, né?

P: Sim...

Júlia: Os hormônios de todo mundo muda... e, **a situação que ele... vivia, né, que a gente vivia. Cada um tem uma reação, né?** É, o mais esperado era isso mesmo, né? O mais esperado é isso.

O relato de Júlia evidencia quatro elementos importantes neste estudo, que se articulam e constituem um momento marcante da trajetória de vida de Robson.

O primeiro é a demarcação de um grupo de amigos, o segundo é a dimensão etária atrelada à ideia de adolescência, o terceiro é a questão da desobediência ligada à transição da fase da vida e ao contexto familiar vivido por Robson, que evidencia um quarto elemento, a questão da previsibilidade que Júlia aponta sobre os caminhos percorridos por Robson, ao afirmar que era “o mais esperado” para ele. Nitidamente a narrativa da mãe de Robson assinala uma articulação complexa entre os quatro elementos que, nesta análise, consideramos um movimento interseccional que configurou, em grande medida, a cena da entrada na vida juvenil vivida por Robson.

Segundo a percepção de Julia, também confirmada nos relatos de Robson, ele expandiu o seu campo de sociabilidade através da integração em um grupo de amigos em seu território de moradia. Esse movimento aconteceu em um determinado tempo de vida, isto é, em uma idade específica, aos 13 anos. Simbolicamente, mas também biopsicossocialmente, é uma idade marcada por transformações biológicas e físicas no corpo, como também nas emoções e nos modos de interação social. Ao mesmo tempo em que é uma idade vista e embutida de representações sociais ligadas à fase da adolescência na perspectiva negativa e majoritariamente limitante como fase difícil, de conflitos e crises, de desobediência (DAYRELL, 2003; CORTI; SOUZA, 2004).

Nesse sentido, há uma articulação entre a ideia de adolescência como fase mais difícil, das transformações biológicas e psicológicas dessa idade e o fato de Robson ter começado a se envolver com um grupo de amigos fora do controle, da moral e dos valores que sua família estabelecia para si. Com isso, Robson passou a ser “outra pessoa”, uma pessoa que “desobedece”, ou seja, que de alguma forma reage de maneira contrária ao que era esperado por sua família, principalmente, por sua avó e tias que compartilhavam a criação dele e de seus irmãos. Em diálogo com Sarti (1999; 2007), tais questões traduziam características próprias dessa fase da vida, na qual há uma tendência de intensificar o desejo de autoafirmação e construção identitária e, ao mesmo tempo, intensificar a afirmação, por meio de outros referenciais fora da família, como parte do processo de individuação.

Por outro lado, a conexão que Júlia fez apontou que há um contexto mobilizador dessa transformação e do tipo de reação causada no Robson. Ou seja, foi interessante perceber e corroborar com a perspectiva da mãe do Robson de que não se tratava exclusivamente de uma escolha isolada dele. No final do trecho destacado, Júlia ressalta que havia uma situação em que o Robson vivia juntamente com ela e toda a família. Uma situação que se refere a todas as estratégias de funcionamento que ela, junto com a sua mãe e demais familiares, precisaram

assumir diante das condições de precariedade e pobreza vividas. Além da condição fragilizada e também extremamente precarizada do pai de Robson.

Desse modo, compreendo que se trata de três dimensões importantes que compõem a condição juvenil, quais sejam, a dimensão etária, a dimensão da sociabilidade e o contexto sociocultural. No entanto, o emergente aqui é perceber que o modo como essas dimensões atravessaram a experiência juvenil de Robson, a partir da intersecção entre elas na relação com a sua experiência, geraram uma configuração singular. Sendo assim, a demarcação geracional, evidenciada aqui pela dimensão da faixa etária, caracterizou a entrada na juventude de maneira contextualizada socioculturalmente, através dos territórios e multiterritorialidades da família, do território de moradia e dos grupos de pares. Nesse sentido, enfatizo como o atravessamento dessas dimensões imbricadas com a experiência do Robson foi desembocando, construindo e estabelecendo rumos, caminhos possíveis para ele naquele momento, dentro de um contexto específico e de uma condição social também específica.

Os grupos de pares, representados pelo grupo de amigos fora do recorte escolar e religioso a que até então Robson se limitava, ganharam destaque e mais sentido na sua experiência. A partir do depoimento da mãe, é possível concluir que ela também atribuía à influência dos amigos essas mudanças na postura de Robson.

A interlocução com Júlia e Robson permitiu perceber que esse rumo de vida foi também mobilizado por um sentimento de revolta. Essa palavra foi ouvida por mim mais de uma vez nos diferentes diálogos com a mãe. Atentei à narrativa de Júlia, com seu olhar de mãe, que evidenciou que a fase da adolescência de Robson foi muito difícil, de muita revolta.

Em uma conversa, ela me disse: *“na fase da adolescência foi muito difícil para o Robson, ele ficou muito revoltado”* (Júlia, Diário de campo, 2020). Para Júlia, o sentido da revolta de Robson estava diretamente ligado à situação familiar em que estavam inseridos/as. Destacou o fato de ele morar com sua avó e tias e conviver com os julgamentos e situações de constrangimento provocados por elas, embora elas fossem também o amparo e acolhimento com os quais podia contar. A partir disso, Júlia fez as seguintes afirmações:

Júlia: Assim, que ela [a avó de Robson] sempre me xingava com os meninos, né? Ela sempre me xingou perto dos meninos. Uns baixa a cabeça. O mais velho baixa a cabeça, mas ele sempre enfrentou, um dos motivos né, sempre enfrentou...

P: Quem?

Júlia: O Robson. O Robson sempre enfrentou, entendeu? Ele num baixa a cabeça. “Vai ficar xingando a minha mãe? Xinga a minha mãe não!” [como se fosse o Robson exclamando].

Na continuidade desse relato, ela chega à seguinte conclusão:

Júlia: Eu acho que o mais esperado é isso, porque, não é porque eu quero o mal de alguém. Uma criança, né? Que como eu não estava com ele, não tinha condições financeira e nem psicológica, né, de ficar com ele. [...] Aí na cabeça deles [se referindo ao Robson e irmãos], eles sabiam o que falavam [se referindo à avó e tias do Robson] com eles, né, que o pai dele não prestava nada, que a mãe deles não presta pra nada, né? Então, era isso que eles ouvia, né. Então uma pessoa dessa cresce revoltada mesmo, né? Entra no uso da droga, agora, quando não usa é Deus mesmo, né? Então uma criança ouvir isso, isso é até normal. Não digo normal não, é..., cê entendeu?

P: Humhum... entendi...

Júlia: A situação leva a pessoa a isso. As pessoas mais fracas, né? É triste.

A partir desses relatos, foi possível compreender que o sentido de revolta empregado pela mãe do Robson estava ligado a uma resposta, uma reação que o Robson teve em relação à situação conturbada que estava vivendo. Ele precisava elaborar o distanciamento impositivo da mãe e do pai, rompendo assim um vínculo afetivo forte no processo de desenvolvimento social, psicológico e afetivo de uma criança. Além disso, precisou lidar com um outro discurso e representação sobre sua mãe e seu pai, a partir da visão negativa e de julgamento e repreensão da avó e das tias.

Embora existissem um contexto socioeconômico extremamente precário e uma relação afetiva complexa entre os pais de Robson, ficou perceptível que havia uma construção de uma visão moral pela avó e as tias que colocava os pais de Robson contra os valores constituídos, principalmente, com base na moral religiosa que a família adotava para si. E, com isso, transformou a posição social da mãe e do pai do Robson de “pessoas boas”, “de bem”, para pessoas que “não prestavam”, que eram “vagabundas”, pessoas imorais, pouco dignas. Esse aspecto reforça a compreensão de que há conflitos familiares que se expressam em culpabilizações entre eles. Isso demarca a fragilidade das relações e a ausência de alguma estrutura de apoio para contribuir com algum processo de mediação. Novamente, a visão conservadora e fatalista presente no modo como essa família se organiza e se constitui como um coletivo social ficou predominante.

Júlia é enfática ao afirmar que Robson não aceitava essa situação, isto é, não “abaixava a cabeça” para os xingamentos da avó e das tias, mas, sim, reagia, rebatia, enfrentava. Isso indica que Robson vivia um contexto de conflito, de embate, de insatisfação constante. Levando à construção de uma postura de revolta frente à sua realidade.

Assim, o sentimento e a postura de revolta de Robson foram se concretizando nas mudanças de atitudes, comportamentos e maneiras de se relacionar com a família, ficando cada

vez mais distante e “rebelde”, como indicou Júlia. Nesse mesmo movimento de revolta e mudança de rumos, ficou mais nítido o fortalecimento das relações de Robson com um outro grupo de pares, que estavam voltados para as dinâmicas ilícitas de abuso de drogas, como também ressaltou sua mãe. De acordo com Diógenes (1998), “a condição de pobreza, o sentimento de exclusão, são experiências dolorosas e, embora atuem como anti-referentes, mobilizam a formação de turmas” (p. 163).

Era um grupo de jovens que compartilhava do mesmo território do “morro” onde Robson morava, porém, com características contrárias ao que esperava e impunha sua família, principalmente sua avó e tias. Era um grupo de jovens que se relacionava com práticas de envolvimento com uso de drogas e atividades consideradas ilícitas. Tudo indicou que era um grupo ligado às dinâmicas do tráfico de drogas naquela periferia, um “bonde” ou um “fechamento”.

Outro aspecto que compôs esse movimento de mudança de Robson foi a relação com a escola. Nesse mesmo período, Robson se posicionou contrário à permanência na escola e iniciou o seu rompimento com a trajetória escolar. Ele estava com idade entre 15 e 16 anos. O relato de Júlia apontou elementos desse processo de abandono escolar.

Júlia: Depois ele parou. Começou envolver com outro amigos, né?

P: Mas, quando ele tinha 13 anos, nesta época que ele estava morando com a avó dele, ele ainda ia para a escola?

MP: Ia. Ele foi até..., é, foi até o primeiro, ensino médio, né? Começou o ensino médio. Para o ensino médio é quantos anos, não sei quantos anos...

P: Sei... é 15, 16, por aí...

MP: É, aí depois ele parou. Não quis ir mais.

[...]

Júlia: “Tem que estudar!” [se referindo às repreensões dela e da avó de Robson]. Mas nada adiantava mais, nada, ele não obedecia mais, nada. Ele não obedecia ninguém mais. A gente falava, entrava no ouvido e saía no outro. Não ouvia a gente, mais, não.

A partir do relato, é importante ressaltar que esse movimento de revolta, conforme nomeou sua mãe, não se constituiu, na trajetória de Robson, de forma isolada ou mesmo por uma livre escolha dele. Mas, sim, foi um processo que durou um certo tempo de vivências de violação e violências, desencadeando a produção de um sentimento de revolta. Foi possível compreender que dos 13 aos 16 anos de idade o Robson foi experimentando situações em circunstâncias adversas que se expressaram em um sentimento de revolta e injustiça.

Não obstante, esse movimento de mudança de postura de Robson se constituiu nesta análise como um movimento de resistência diante do contexto no qual ele e sua família estavam inseridos. Trata-se de um processo de busca por apoio e sustentação no mundo de modo mais

autônomo, uma vez que se depara com a desestabilização do suporte da família não somente voltado para o aspecto estrutural e material de sobrevivência, mas também socioemocional.

Isso implicou criar formas alternativas de dar uma resposta à mesma “provação-desafio” dos conflitos familiares vividos em um contexto histórico e socialmente produzido de precarização e subalternização das camadas populares (MARTUCELLI, 2006; 2015). Trata-se de uma provação-desafio que se configurou comum aos coletivos de jovens desta pesquisa, marcados pelo fato de serem egressos de medida socioeducativas. Mas, conforme ressalta o autor, as respostas dos indivíduos a esses desafios se dão de maneiras variadas.

Nesse sentido, é possível afirmar que Robson foi se constituindo como sujeito social ativo, que precisava se manifestar e não ser passivo diante dos atravessamentos articulados durante as mudanças causadas pelo período de transição para a juventude, quais sejam, os conflitos familiares profundamente marcantes, condição de pobreza, precariedade e instabilidade socioeconômica e afetiva em que vivia. Assim, Robson criou rumos, saídas, modos de socialização diferentes. Ele se vinculou a outras sociabilidades. De um lado, ele abandona a escola e a igreja, o que indica uma restrição nos processos de socialização e sociabilidade nesse momento da vida. De outro, ele transita por um grupo ligado ao tráfico, se enveredando por outro universo.

Mas, em todo esse processo, é importante ressaltar que a família, de uma maneira ou de outra, se fazia presente. Ora como suporte material, garantindo a duras penas necessidades básicas de sobrevivência e atuando na inserção social de Robson, seja acompanhando o seu processo de escolarização, seja incentivando a dimensão religiosa como parte do processo de criação da família. Ora como lugar de conflito, insegurança e instabilidade, uma vez que, para lidar com as extremas situações de precariedade e violências impostas socialmente, a família nuclear e estendida de Robson precisou também impor para ele determinadas ações de rupturas de vínculos, imposição de outros vínculos, até mesmo de mudança de território.

Júlia: É, foi, teve o ... Não sei... Quanto anos ele tinha? 16 anos. Aí eu fui e morei com ele durante um ano mais ou menos. Tava morando eu e ele lá no bairro Santa Maria.

P: A senhora e o Robson, sozinhos?

Júlia: É, nós dois. É, a gente resolveu morar junto, né, pra ver se dava, pra ver se conseguia, fazer alguma coisa, né?

P: Tá. Por quê?

Júlia: Porque ele já estava mexendo com uns amigos e tudo, né? Aí foi morar nós dois.

O relato de Julia descreve uma estratégia familiar para tentar lidar com esse momento vivido por Robson que pode significar uma busca de contornar os conflitos gerados na

convivência diária. Pelo relato da mãe, havia uma expectativa de que assim pudesse controlar um comportamento considerado desagradável, inadequado e errante. Ou seja, alguma coisa precisava ser feita para “dar um jeito” no Robson. Isso reforçou mais uma vez a relação ambígua vivida pelo jovem, uma vez que a família era ao mesmo tempo o lugar de acolhimento e de recusa, de suporte e de abandono, de afeto e desafeto e de segurança e de insegurança.

Isso não significa que não seja legítima a tentativa da A família buscava alguma alternativa para intervir positivamente na situação de ainda mais vulnerabilidade e violência em que Robson se inseria. Tratava-se das possibilidades que cabiam no momento e na conjuntura social e também moral em que a família se constituía. No entanto, vale ressaltar que, a partir do momento em que o Robson não estava se adequando aos modos de criação e de obediência determinados pela sua avó materna, a responsabilidade foi devolvida totalmente para a sua mãe. Porém, é preciso ponderar que a mãe de Robson vivia igualmente uma condição social precarizada e empobrecida, na qual precisava se dedicar muito ao trabalho, também precarizado, para conseguir garantir sozinha alguma renda para sustento de toda a família.

Através da interlocução apreendida e das interpretações que me foram possíveis construir, compreendi que todas essas experiências familiares intensas, vividas em um contexto socioeconômico e cultural de profundas mazelas, desigualdades sociais e violências, se constituíram como um ciclo de abandono e subalternização da existência de Robson no mundo. Isso implicou na complexificação do seu processo de vivência da condição juvenil, de testar seus limites e potencialidades, de construir processos de autoconhecimento e de reconhecimento do seu lugar no mundo (PAIS, 2003). E, desse modo, a partir dos depoimentos da mãe, considero que Robson complexificou seus processos de resistência diante de uma conjuntura socioemocional, e também histórica, de subalternização da sua condição de jovem, pobre, negro, periférico (ARROYO, 2015; 2019).

O bairro Santa Maria, para o qual Robson se mudou para viver com a mãe, é considerado também um bairro periférico e popular da cidade. Em seu histórico e representação social, são associadas diversas cenas de violência geradas por conflitos e “guerras” entre grupos rivais no domínio do território do tráfico de drogas, bem como conflitos com a polícia. Não se trata de um morro, pois boa parte geográfica do bairro era plana, por ser um bairro ribeirinho ao Rio Doce, que inclusive é fortemente impactado pelas enchentes. Mas, é um bairro com muitos becos e vielas e tem parte do seu território muito bem demarcado pelas fronteiras invisíveis, embora muito eficientes, das dinâmicas do tráfico de drogas.

Assim sendo, Robson complexificou também as suas relações com o mundo das dinâmicas do tráfico de drogas, ampliando a sua relação com outros grupos de “fechamentos” e/ou “bondes” no novo território em que passou a morar com a mãe. Isso afetou fortemente a relação entre eles. Destaquei dois trechos dos impactantes relatos de Júlia sobre esse período.

Júlia: Aí... só que aí, ele começou a encher minha casa de maconheiro, de gente esquisita, né? Tava fumando maconha dentro de casa! Eu não ia dar conta daquilo não, entendeu? Tava demais aquilo ali, entendeu? Eu lembro direitinho, foi numa quarta-feira, eu falei com ele assim, “oh, Robson, vamos na igreja?”, “ah não, não quero ir hoje não” [resposta do Robson]. Aí eu arrumei, peguei minha Bíblia e fui na igreja né, que eu sou, frequento a Igreja Adventista do 7º dia, aquela ali na [nome da rua], conhecida, né? Foi numa quarta-feira... ai como é a vida, né?! Quando eu cheguei em casa, saí do culto e cheguei em casa, minha casa estava cheia de, uns home horrível, umas três mulher lá, umas três piranha, três piriguete. Tinha duas mulher na sala e tinha uma mulher pelada e tinha um monte de homem transando com ela no quarto lá, cê acredita? Era um quarto só, né, porque era só nós dois, né? Aí tinha lá, maconha, meu Deus do céu, o quê que os vizinhos vão pensar, vai pensar que sou perigosa também, né? E nisso, eu falei assim, não, não tem como ficar assim não. Ele tinha a chave de casa, aí eu tirei a chave dele (Júlia, 2020).

Júlia: Eu ia começar a trabalhar. Aí, nisso, o Robson ainda ficou comigo, eu tirei a chave, não deixei a chave com ele, mas ele ficou comigo ainda. Eu comecei a trabalhar e ele ficava lá. Aí, sempre que eu chegava lá em casa, tinha gente lá, aquele monte de gente, aquele monte de homem, lá...

P: Hum...

Júlia: E eu falava “Robson, pára com isso Robson, não faz isso não”.

P: E o quê que ele falava?

Júlia: - “Ah, meus amigo”. Amigo? Aí, teve um dia que eu tava saindo do trabalho, de sábado pra domingo... é, de sexta pra sábado e de sábado pra domingo eu saía três horas da manhã. Aí teve um dia que eu tava saindo três e pouco da manhã, de sexta pra sábado, e tava indo pra casa, aí eu encontrei com o Robson no final da rua [nome da rua]. [...] Tem um lugar lá, que eles, é, tráfico, né, que o pessoal vende droga ali. Eu não sabia, não, mas aí eu fiquei sabendo que tem um traficante que mora ali. Aí eu saía da lanchonete e passava por ali pra eu ir pra casa, né? Ali era meu caminho de ir pra casa. Aí três horas da manhã, eu vi o Robson na porta de uma pessoa lá, que eu não sabia que era traficante. Aí eu falei “Robson, vamos pra casa agora”. Aí, quando ele me viu, ele entrou lá pra dentro da casa desse pessoal. E falei “Robson, vamos pra casa agora”. Estava ele e um amigo dele lá, uns amigos esquisitos dele lá que... eu não sabia que era traficante. Aí eu falei “Robson, se você não sair daí agora eu vou chamar a polícia pra você, sai daí”. Em tempo de eu tomar um tiro no meio da minha cara, né? Falei que ia chamar a polícia, né?

As cenas narradas por Júlia possibilitam enxergar a complexidade das experiências de tensão, enfrentamento, ao mesmo tempo, de vulnerabilidade e muito risco e, portanto, de muitas violências vividas por Robson e sua mãe. As narrativas mostram também a intensidade da

inserção do Robson com as dinâmicas ligadas ao território do tráfico de drogas e tudo o que ele envolve.

Essa experiência de Robson reforçou a análise de alguns aspectos que marcam as dinâmicas do tráfico. No tocante a esta pesquisa, assinalamos principalmente a demarcação territorial e consolidação de um território simbólico muito potente nas dinâmicas do tráfico de drogas, a reprodução de uma masculinidade hegemônica, de acordo com os estudos desenvolvidos por Baker (2008), e da sociedade de consumo exacerbado.

A reprodução de uma masculinidade hegemônica se refere à concepção de masculinidade que emprega o “ethos masculino” ligado à ideia de se ter uma moral, principalmente entre os grupos de jovens homens no complexo mundo do tráfico de drogas (ZALUAR, 2000). No caso da cena relatada pela mãe de Robson, a construção dessa moral masculinizada estava diretamente relacionada à dimensão da sexualidade, no sentido da prática do sexo vista pela ótica machista de objetificação da mulher e do homem como o protagonista, “o pegador”.

Outro aspecto é a questão da independência financeira que possibilitava exercer o papel de provedor de festas, zueiras e, assim, poder ser consumidor daquilo que fazia parte do seu desejo, interesse individual e do grupo em que estava inserido, como acesso a drogas lícitas e ilícitas. Segundo Baker (2008), a independência financeira pode ser considerada como uma das determinação-chave para se alcançar a masculinidade. De acordo com o autor, os jovens das localidades de baixa renda no Brasil (especialmente os jovens homens heterossexuais), que estão envolvidos em grupos ligados a práticas ilícitas, como é o caso de Robson e seus “fechamentos”, estão em busca de autonomia, independência e poder. Trata-se de exigências sociais pautadas em uma reprodução de uma masculinidade hegemonicamente construída.

Essa busca está imbricada nos processos de reprodução de uma estrutura de gênero, entendida em diálogo com Butler (2014), como um “mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas” (p. 253). Essa estrutura se (re)produz e se hierarquiza a partir da lógica heteronormativa, a qual culturalmente constrói normas rigidamente coerentes com o sexo biológico e desejo heterossexual (Guacira LOURO, 2012). Nesse sentido, os aspectos expressos pelos jovens através de sua imagem, comportamentos e dos modos como os seus pares os percebem, traduzidos pelos desejos voltados para o dinheiro, mulheres e respeito ou “moral”, se conectam diretamente (e não somente) na reprodução exagerada de determinações principais da masculinidade tradicional nos grupos,

majoritariamente masculinos, caracterizados nesta pesquisa como “fechamentos” (BAKER, 2008).

A necessidade por independência financeira, além de ser um aspecto da reprodução de uma masculinidade hegemônica, está diretamente ligada à dimensão do consumo exacerbado, da ideia de ostentação. Refiro-me ao consumo disseminado e alimentado por um cenário mais amplo da sociedade de consumo e do espetáculo em que vivemos, com a valorização do ter, do consumir; a competição entre quem possui mais bens materiais e acessa mais bens de consumo, e, assim, é mais valorizado, deturpando a noção de cidadania e de dignidade e atrelando-a à ideia de consumo (SANTOS, 2013).

Nesse sentido, foi possível enxergar e compreender o modo como esses aspectos vão atravessando a trajetória de Robson, se articulando entre si e constituindo a vivência da sua condição juvenil. Isso implicou compreender que o movimento de construção da sua trajetória como jovem, homem, periférico, negro, configurou-se como um processo de entrecruzamento entre o contexto sociofamiliar, os territórios do tráfico de drogas nas periferias vividas, a reprodução de uma masculinidade hegemônica e de uma sociedade de consumo.

Ou seja, o tempo todo em seus itinerários juvenis foram se interseccionando as categorias de opressão de classe, gênero, raça e território. E o modo como essas intersecções se constituíram, na experiência concreta de Robson, desembocou em situações de envolvimento com grupos de pares ligados à cena das práticas consideradas ilícitas e arriscadas do mundo tido e reconhecido, como também reproduzido, pelos jovens e sociedade mais ampla como mundo do crime.

Além disso, essas relações e envolvimento com os grupos de pares contribuíram fortemente para os enfrentamentos e conflitos ocorridos na relação de Robson com sua mãe. Novamente, Robson tensionou os afetos, os valores morais e sociais, comprometendo assim a reputação da sua mãe para com os vizinhos e pessoas com as quais ela convivia. Tudo isso interferiu drasticamente no vínculo que cultivava com a mãe, fragilizando-o. E, assim, mais um laço afetivo, um suporte que ele tinha, se desestabilizou.

Nesse percurso, Robson também trilhou itinerários de privação institucional constantes que se configuraram em idas e vindas à delegacia, por meio de apreensão policial, principalmente por porte de drogas, como vemos neste relato de Júlia.

Júlia: Não sei se era de sábado pra domingo... eu estava... eu cheguei do trabalho, né, eu tinha acabado de chegar em casa [...]. Aí a viatura parou lá em casa e falou “Você que é a mãe do Robson?”. “É, sou eu sim a mãe do Robson” [referindo-se à sua resposta]. “O Robson está lá na delegacia lá, foi pego com droga. A senhora vai ter que ir lá agora”. “Meu Deus! Sangue de Jesus tem poder! Meu Deus do céu!”. Aí eu fiquei lá a noite toda lá...

P: Humhum.

Júlia: Aí ele estava com, diz o pessoal que ele estava com droga. Aí eu fiquei a noite toda lá. Fiquei a noite toda e o dia todo, até que ele saiu. [...] Até aí tudo bem, foi o primeiro final de semana. Aí...

P: Ele foi liberado neste dia?

Júlia: Foi liberado né, depois foi liberado. Ficou lá a noite toda e o dia todo. Aí depois, foi no outro final de semana, de novo, de sexta pra sábado, o Robson foi pra delegacia de novo. Aí vai uma viatura lá em casa, de novo, e passei a noite toda e o dia todo na delegacia, sem comer, sem dormir, sem nada. Aí trabalhei no outro dia até de madrugada, eu tive que ir para o trabalho sem dormir, de novo. Aí no terceiro final [de semana], de novo, eles falaram que ele estava com crack...

Aqui é importante ressaltar o fato de que, durante esse período da vida, Robson se mantinha na afirmação e autoafirmação da postura de revolta. Isso pode ser considerado como um forte elemento que impulsionou a intensificação da sua identificação e integração com os grupos de “fechamentos” e o conjunto de experiências ambíguas e complexas que essa vinculação oferece. Ou seja, ao mesmo tempo, Robson experimentava relaxamento e tensão; liberdade e privação; construção de uma identidade mais ampliada e independente e reprodução de lógicas sociais de subalternização e violência, entre outros.

Desse modo, a tentativa de morar com a mãe com o intuito de “*dar um jeito*” no Robson, fazê-lo retomar ao rumo de vida que a família enxergava como adequado, bem como tentar construir outros caminhos fora do contexto das práticas ilícitas, não teve muito sucesso, e outra cena trágica se configurou e compôs a caminhada de Robson. Sua mãe novamente toma a decisão de não ficar mais com o filho e convoca o pai para essa responsabilidade. Em suas palavras:

[...] Aí, depois disso, eu não tava aguentando mais, ele tava enchendo minha casa de gente esquisita, aí eu fui e falei para o pai dele, ficar com ele... Aí o pai dele pegou ele (Júlia, 2020).

Assim, novamente a trajetória de Robson é marcada por um situação-limite na relação com a família em que ficaram demarcados os limites de sua mãe, dentro de um contexto socialmente precário e vulnerável, o qual desembocou em mais um processo de “abandono” e fragilização de laços afetivos primários. Novamente ao Robson foi imposta a condição de rejeitado, de “peso” para a família e de mudança de rumo. Robson teve que lidar com os desafios de voltar a morar com o pai em condições ainda mais precárias, se desvincular de um território

de moradia e se articular em outro. Robson se deparou novamente com a instabilidade das suas referências familiares e precisou ir dando o seu jeito de seguir em frente e sobreviver. Por outro lado, vale ressaltar que houve também a reação por parte do Robson de não aceitar as regras de convivência com a mãe, que se esforçou para isso.

Trata-se de uma situação trágica uma vez que, mesmo com todo o esforço desempenhado por essa mãe ao se submeter a subempregos, para prover sozinha o sustento dos filhos, não foi possível concretizar uma organização familiar que permitisse estar de fato mais próxima de Robson e suas demandas. É trágica também pelo fato de, mesmo com a mudança geográfica de território, Robson continuar se integrando a outros “fechamentos” e/ou “bondes” ligados ao tráfico de drogas, o que acabou gerando experiências de apreensão e o levando para a privação de liberdade, primeiro ficando em medida de internação provisória e depois cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade.

Isso apontou para a compreensão de que os “fechamentos”, os “bondes”, as dinâmicas e práticas do tráfico de drogas, em sua complexidade, extrapolam as barreiras geográficas e se constituem em territórios muito potentes, que, de uma maneira ou de outra, compuseram a constituição da condição juvenil dele. Em diálogo com Martuccelli (2006; 2007), compreendo que os grupos de “fechamentos”, durante um determinado tempo, se constituíram como suportes na trajetória itinerante de Robson. Entre idas e vindas, conflitos familiares e precariedades, havia um grupo de “fechamento” que de alguma maneira acolhia e tinha a adesão de Robson.

Diante de um contexto de desestabilização na família, fragilidade na construção de referências positivas e seguras e na manutenção dos laços afetivos, relações conflituosas e tensionadas, distanciamento das instituições formais da escola e da igreja, o “fechamento”, como um grupo de pares, que representa a dimensão da sociabilidade, tão cara à vivência da juventude (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2011), se constituiu como um suporte concreto em sua vida. Um espaço-tempo-relações com os quais o jovem podia contar e de alguma maneira suprir a sua busca por se “suportar” no mundo com algum sentido, apoio, “certeza”. Mais uma vez, os imperativos da ambiguidade e complexidade se fazem presentes. O “fechamento”, embora seja uma territorialidade constituída por relações de extrema tensão, disputa, conflito, risco, violências, nesse momento na vida de Robson se manifestou como possibilidade viável de apoio, referência, de autoafirmação como sujeito.

Nesse sentido, foi possível compreender o quanto Robson vivenciou a sua condição de jovem em situações de muitas tensões, inseguranças, fragilidades, que levaram inclusive a

rompimentos com a família, principalmente com a mãe. São situações que colocaram o tempo todo a sua vida, a sua dignidade e a sua liberdade em risco. No entanto, não o impediram de vivenciar a juventude ao seu modo mesmo sendo a partir itinerários desviantes, de ruptura e contravenção (DAYRELL, 2007; PAIS, 2001).

Esse último ponto é paradoxal para esta análise, pois as experiências de Robson, interconectadas com as experiências dos demais jovens, interlocutores neste estudo, apontam para outra lógica de compreensão de jovens em situação de envolvimento com práticas atribuídas como ato infracional. O que quero ressaltar com isso é que eles nos mostram que uma das visões histórico e socialmente reproduzidas sobre eles os rotula a partir da perspectiva reducionista de que eles são estritamente vítimas, até dignos de piedade e passivamente submetidos a situações de vulnerabilidade e opressão.

Ancorada nas perspectiva da diversidade e pluralidade da condição juvenil, de acordo com os estudos mais contemporâneos da Sociologia da Juventude (ABRAMO, 2005; SPOSITO, 2003; DAYRELL, 2005; LEÃO, 2006) articulada à perspectiva decolonial (PEREIRA; GONÇALVES, 2016), acrescento que essa visão vitimizadora, que enxerga o/a jovem com o olhar da falta, além de reducionista é também uma visão colonizadora, que insiste em colocar determinadas juventudes, determinados corpos em condição de subumanidade, inferioridade, passividade e/ou de invisibilidade.

A perpetuação dessas lógicas colonizadoras gera e reproduz compreensões e ações compensatórias, regulatórias, muitas vezes distantes das experiências concretas vividas e constituídas em diferentes situações juvenis. Além de minarem possibilidades de percepção e compreensão das potencialidades e processos de resistências vividos por jovens que se constituem em contextos trágicos e perversos de desumanização.

Ressalto que, em diálogo com Pereira e Gonçalves (2016), as experiências e narrativas de Robson, e dos demais jovens interlocutores neste estudo, estão apontando, fortemente, para a necessidade de desenvolvermos compreensões analíticas com um olhar descolonizador e interseccional que nos permita enxergar as articulações, estratégias e movimentos de resistência que eles vão criando para resistirem e [re]existirem diante dos contextos que os subalternizam. Como mencionado a partir das palavras dos autores, me refiro ao “olhar de dentro”. E, desse modo, construirmos outras representações sobre os sujeitos jovens, periféricos, empobrecidos, majoritariamente negros, homens, egressos de medida socioeducativa.

Em outras palavras, o que Robson e os demais jovens estavam escancarando, direta ou indiretamente, era que, embora estivessem inseridos em contextos de extrema opressão,

desigualdade, subalternização e desumanização, eles resistiam. Isso é, encontravam formas, alternativas, modos para se virarem, para escoarem modos de ser, de existir, mesmo em brechas muito estreitas, ou em “morros e becos sem saída” que coadunam com a organização social existente. Eles vão ziguezagueando entre um território e outro, em um caminho e outro, um “fechamento” e outro, em constantes multiterritorializações (HAESBAERT, 2007). Eles encontram maneiras, atalhos, travessias, criam itinerários para resistirem e existirem, ainda que sejam possibilidades ligadas às dinâmicas socioculturais e econômicas ilícitas.

É pertinente inferir ainda que o processo de construção de um outro rumo contrário ao esperado e ensinado por sua família é uma resposta subjetiva e sociocultural dele aos processos de violação que o invisibilizavam, negligenciavam e/ou colocavam-no como um “ponto de conflito” desde a sua primeira infância. Longe de fazer julgamento à sua família, ao contrário, na busca por esta compreensão ficou nítido que a família faz parte de um cenário de violação, negligência e violência estrutural muito mais amplo. Na medida em que foi possível refletir e tentar escutar o que Robson e Júlia me diziam e me mostravam, percebi que, de alguma maneira, ele queria ser visto, percebido e receber atenção. Ambigualmente, pude também entender que era uma maneira de se autoafirmar como um problema, uma “*ovelha negra da família*” (Robson, 2020), para fazer jus ao rótulo que ganhara e se reconhecia.

6.3 Caminhos, descaminhos e encruzilhadas no território entocado da liberdade. Da liberdade?

Após vivenciar o período de um ano e três meses em restrição de liberdade, Robson é desligado da semiliberdade e volta a morar com o seu pai, na casa cedida pela família de sua mãe, no bairro São Sebastião, onde permaneceu até o momento da pesquisa de campo desenvolvida (período janeiro de 2020 até março de 2021). Durante o cumprimento da semiliberdade, ele manteve a relação com o pai, que era o responsável legal por ele, e com o território de moradia ou seu “morro”, como ele se referia.

O retorno ao seu território em liberdade foi marcado pela permanência da condição de pobreza e precariedade na qual continuava vivendo com seu pai.

Sua narrativa sobre esse período de saída da semiliberdade e retorno à liberdade foi a seguinte: “*Depois que saí da semi fiquei mais na minha, mesmo*” (Robson, 21 anos, Diário de campo, 2020). Essa breve afirmação foi em resposta às minhas perguntas sobre como foi depois que ele saiu da semi, o que ele fez, o que aconteceu. Sem muitos detalhes, ele logo quis demonstrar que estava com uma outra rotina e postura diante das interações e dinâmicas nas

quais se inseria. Em seu depoimento sobre esse momento de sua vida, ele parecia querer dar a entender que houve uma mudança da sua maneira de se colocar no mundo e nas relações.

Robson não era mais o jovem que se expunha com facilidade e transitava em diferentes territórios. Ao contrário, era um jovem que “ficava mais na dele”, mais quieto, precavido, mais “entocado”, para utilizar uma expressão que ele e os demais jovens já utilizavam. Sendo assim, logo foi possível inferir que Robson tinha outras preocupações e elementos que o mobilizavam a adotar a condição de entocado como uma estratégia de sobrevivência.

A mãe de Robson também relatou suas percepções sobre o desligamento e experiência da MSE de semiliberdade. De acordo com ela,

Depois é, que ele [Robson] estava lá [na semiliberdade], ele voltou, assim, mais querendo fazer a coisa certa, ele falava que queria trabalhar é ... foi bom. É o jeito dele, ficar menos rebelde, estava mais, estava ficando um menino mais velho, né, querendo trabalhar, querendo que... ele falava de estudar, mas não voltou a estudar, não, não quis voltar pra escola, não. (Júlia – mãe de Robson, 2020).

Júlia aponta uma percepção positiva sobre possíveis repercussões da experiência da medida socioeducativa para Robson. Ela elenca alguns adjetivos para Robson após seu desligamento, entre eles estar “menos rebelde” e se tornando “um menino mais velho”. Além disso, ela mencionou sobre expectativas de futuro que o Robson dizia para ela, nas quais o trabalho e a escola estavam em seu horizonte, muito embora em relação à escola a mãe destaca que ele não voltou a estudar, mas isso mostra que a escola se mantém como uma referência importante de construção social. São aspectos que ressaltam nesta análise por serem elementos que nos permitem perceber a condição juvenil vivida por Robson em seus contínuos processos de mutação.

Ser jovem com 13 anos não é o mesmo que ser jovem aos 17 anos, e nem aos 18 anos em diante. A saída da semiliberdade está diretamente ligada à completude da maior idade e tudo o que ela carrega socialmente, principalmente para jovens que experimentaram a privação de liberdade. Mas, também se relaciona ao amadurecimento do seu processo de desenvolvimento biopsicossocial. Isso significa que outras conexões neuronais são alcançáveis, além de outras habilidades sociais, conforme apontado anteriormente. Como ele mesmo me afirmou: “*Na época da semi, eu não tinha visão das coisas*” (Robson, 2020), indicando que, depois da experiência da semi, ele melhorou a sua visão sobre as coisas, se referindo ao seu contexto de relacionamento com grupos de fechamento, por exemplo.

Mas esse apontamento reflexivo de Robson chamou a minha atenção para o impacto que a experiência de privação teve na vida dele e de outros jovens, bem como a saída e retorno

ao seu território, com toda a complexidade e mudanças ocorridas. Esse movimento exige uma reconstituição de quem ele é, com quem ele “fecha”, para onde ele retorna ou para que outro rumo, caminho ele vai seguir. Trata-se de um processo emergente e articulado de (re)conhecimento de si (STECANELA, 2012) e de reterritorialização constante (HAESBAERT, 2007). Ou seja, um processo em que se interseccionam (re)afirmações e/ou (re)construções das mesmas ou de outras multiterritorialidades que (re)configuram a sua condição juvenil.

Nesse sentido, ficou nítido, por exemplo, o movimento de se distanciar da postura e sentimento de revolta, sustentado antes da privação de liberdade, e de se aproximar de uma maneira de se colocar no mundo de forma mais entocada, “sossegada”, “quieto na dele”.

Desse modo, é possível considerar que, em um primeiro momento de reflexão sobre os percursos de Robson após o desligamento, podemos relacionar de um lado algumas implicações positivas da experiência de privação na sua vida, segundo as percepções de sua mãe. E, por outro lado, refletir sobre a indicação da fala de Robson me levou a entender que ele está vivendo uma outra fase, mais “sabido”, “esperto”, como ele mesmo disse, “*com mais visão das coisas*”. Ele mesmo se nomeia como uma pessoa que está mais quieto “na dele”, que vive mais “entocado”. Interessa-nos aqui compreender o significado disso para ele e como isso se constituiu na sua trajetória, tornando-se uma posição social, embasada na condição de entocado.

Outra questão marcante após a experiência da semi foi a mudança em relação à família. Robson se mostrou mais atencioso à sua família materna. Mesmo não morando com a mãe, ele manteve contato com ela e também com a avó. A dimensão da família foi ganhando novos contornos e seguindo outros caminhos, como abordarei na sequência.

6.3.1 *Reencontrando à família e abrindo novos caminhos*

Ser feliz pra mim não custa caro
Se você tá do lado, eu me sinto tão bem
Você sempre me ganha na manha
Que mistério cê tem?

Arrumei a mala há mais de uma semana
Só falta você me chamar pra eu fugir com você
Mudei meu status, já tô namorando
Antes de você aceitar, já te assumi pro Brasil
Por que te amo, eu não sei
Mas quero te amar cada vez mais
O que na vida ninguém fez
Você fez em menos de um mês

(“Te assumi para o Brasil”, MATHEUS e KAUAN, 2016)

Outro aspecto que chamou a atenção na observação das andanças online foi que somente após o desligamento da MSE Robson iniciou uma trajetória nas redes sociais digitais através da criação de um perfil no Facebook. E a primeira postagem que aparece em sua linha do tempo, que também marcou os registros da minha observação, foi o compartilhamento do status de namoro no perfil de uma jovem em que registrava estar em um relacionamento sério com Robson.

Figura 43 – Status de relacionamento de uma jovem compartilhado na rede social de Robson



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Na medida em que me aproximava mais das suas narrativas nas redes sociais, com seu tímido perfil no Facebook, entrelaçadas às nossas interações ao longo da pesquisa, a dimensão da família foi ganhando outro significado. Ou melhor, outro rumo na trajetória de Robson com novas territorialidades. Essa percepção foi evidenciada na empiria principalmente pelas narrativas sobre o seu relacionamento amoroso com sua nova companheira. O post (Figura 43) me levantou um ponto de atenção no meu movimento de ver-ouvir-registrar sobre a valorização da família nos percursos de Robson após o desligamento da semiliberdade.

Nesse caminho, percebi que esse valor estava demarcado para Robson através do relacionamento mais estável que estava assumindo. Era uma importante decisão na sua vida, que ele quis dar publicidade. Isso implicou refletirmos que se referia a uma dimensão da sua vida diretamente ligada à representação social de estar cumprindo o papel de construir uma família. Foi possível inferir que se tratava da busca de um desejo de longa data, demonstrado desde o período de privação de liberdade, quando relatou para mim sobre suas expectativas para o “mundão”. Na época, ele manifestou o projeto de “ter uma mulher” e, assim, poder ter uma família.

Robson também se mostrou um jovem muito apaixonado, romântico e feliz por “estar em um relacionamento sério” com uma jovem, conforme postado na sua linha do tempo no Facebook. Havia uma sequência de narrativas em formato de post na linha do tempo do

Facebook de Robson que fortaleceu esse aspecto da valorização da família e me permitiu reunir elementos importantes para a nossa análise sobre sua trajetória. Destaco dois deles:

Figura 44 – Postagens na rede social de Robson – Relacionamento amoroso



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

O conjunto desses posts apontou para a centralidade dada por Robson aos sentidos e sentimentos emergidos a partir do seu relacionamento amoroso, bem como aos momentos vividos com sua companheira. Os posts registraram momentos românticos e felizes vividos por Robson e sua namorada. Expõem momentos íntimos e declarações de afeto entre eles.

No primeiro post, destaco a legenda com um trecho da música “Te assumi para o Brasil” da dupla sertaneja Matheus e Kauan. Ela se refere a uma das poucas postagens realizadas por Robson em sua linha do tempo no Facebook, retratando a forte e significativa dimensão do namoro e da constituição de uma família. Por mais de uma vez, ele fez questão de mencionar sobre o seu relacionamento amoroso. Sendo assim, a música no post, também utilizada na epígrafe deste tópico, representou essa outra nuance da sua experiência juvenil, as relações socioafetivas e sexuais. Robson deixava explícita a intensidade do seu sentimento por sua companheira e reconhecimento da importância dela em sua vida, quando posta o seguinte trecho da música: “O que na vida ninguém fez. Você fez em menos de um mês”.

O outro post evidenciou um momento de lazer em que ambos estão na “prainha do Rio Doce”, uma região ribeirinha onde moradores/as se banham. Vale ressaltar que essa fotografia

do casal com a linda vista do pico do Ibituruna com o rio passando aos seus pés foi colocada como foto de capa do Facebook de Robson com uma legenda ilustrada por um emoji de coração e de uma família.

São elementos que mostram um itinerário importante e muito valorizado por Robson. Apontam também a interpretação de que se trata de uma imagem que Robson faz questão de mostrar em seu perfil das redes sociais digitais. E nos fazem compreender que para ele é muito importante ser reconhecido, visto, associado como um jovem que ama, que tem uma companheira, que curte a vida, que constituiu uma família.

A partir desse aspecto da trajetória de Robson, é pertinente considerarmos também que a dimensão da família nos percursos após o desligamento da medida socioeducativa se (re)significa como uma alternativa concreta de viver uma vida mais digna, mais respeitada, mais valorizada e aceita social e moralmente.

Foi interessante perceber os diferentes lugares que a família ocupou na vida do Robson, após o desligamento. Ela esteve mais ligada à necessidade de reconstrução da sua imagem social e moral, como também foi importante como lugar de (re)construção de pertencimento sociocultural, afetivo e identitário. Foi também importante no processo de (re)constituição de experiências de sociabilidade. Apesar de todas as dificuldades financeiras, os conflitos e certo distanciamento da mãe e de parentes, a família foi lugar de suporte estrutural e material concreto na vida de Robson. Além de ter se constituído também suporte afetivo, principalmente em relação ao novo relacionamento com sua namorada e com a experiência de paternidade.

Seguindo esse caminho, ressaltamos a dimensão da paternidade, que ficou evidenciada em sua trajetória por alguns motivos. Primeiramente foi um tema que surgiu logo nos primeiros contatos que estabeleci com Robson, pois era um assunto que “rendia” mais a conversação. Falar das experiências com os filhos era sempre algo leve, alegre, satisfatório para Robson. E, especialmente no contexto desta pesquisa, tratava-se de um assunto sem “proibições” ou restrições necessárias – o que não acontecia ao se referir a alguma prática ilícita. Foi possível perceber nitidamente que Robson compartilhava suas narrativas sem preocupação, sem pudores, com menos “entrelinhas” e subentendidos nas falas. Essa mesma situação de interação ocorreu também com outros jovens interlocutores deste estudo, como com o Kleiton (20 anos) e o Marcos Henrique (21 anos), que também vivenciavam a paternidade.

Outro motivo foi o fato de Robson já ser pai, através de uma experiência vivida antes do tempo do acautelamento, da qual eu já tinha conhecimento e pude perguntar sobre esse assunto, conforme registrei em Diário de Campo:

Senti que a conversa estava leve, perguntei sobre como era o contato dele com o outro filho, e ele contou que era o primeiro filho dele, que mora na rua do lado da rua dele [rua de cima] e que de vez em quando ele ia lá. Comentou que o menino é bonitinho e que sempre que passava por ele pedia “bença” e tal. Mas não rendeu sobre a relação com a mãe desse primeiro filho (Diário de campo, 2020).

A relação com a primeira mulher não era mais muito próxima por situações de conflito vividas anteriormente com a família dela. Foram situações relacionadas às tensões que as circunstâncias de risco e envolvimento de Robson com práticas ilícitas poderiam causar na vida da ex-namorada e sua família. Nesse contexto, a vivência da primeira paternidade foi interrompida a partir da intervenção da família da ex-namorada e em seguida pela situação de acautelamento na semiliberdade. Apesar de ainda existir uma ligação, foi possível perceber que se tratava de mais um vínculo que foi quebrado, desestabilizado, e, portanto, se mantém fragilmente na vida de Robson.

A trajetória de Robson se complementa com mais um a experiência de paternidade após o seu desligamento. Foi uma experiência de paternidade bem diferente da primeira. Entre as diferenças, a mais marcante foi o fato de ele poder vivenciar o processo de gestação da companheira e chegada de sua filha em liberdade. Robson fez questão de compartilhar essa informação logo nos nossos primeiros contatos. “Comentou que a segunda filha, que se chamava [nome da filha], nasceu depois que ele saiu da semi. [...] contou que agora era uma menina, que já estava com 2 anos de idade e exclamou: “*A coisa mais linda!*” (Diário de campo, 2020).

As minhas andanças online pela linha do tempo do Facebook de Robson me possibilitaram percorrer junto com ele, através dos registros postados, mesmo que em outro tempo, as vivências do tempo da gestação de sua segunda filha. Os posts ilustravam parte dos registros desse momento, como, por exemplo, cenas do “chá de bebê”. Eram majoritariamente postagens realizadas por sua companheira, nas quais Robson era sempre “marcado”, a partir do recurso da própria rede social que pode indicar (“marcar”) outros perfis em uma postagem.

Embora o Robson não apareça diretamente nas fotografias postadas, o registro está na sua linha do tempo e tem interações dele com comentários e curtidas dos comentários de outros perfis, variando entre pessoas da família dele, da namorada e de amigos. Foi possível identificar a presença de “chegados” de Robson que eram também parceiros nos grupos de “fechamentos”. Os registros transmitiam alegria, felicidade e satisfação de sua namorada e demais pessoas presentes, por estarem em comemoração pela chegada da filha de Robson. Em destaque na

minha observação também foi a percepção com o cuidado com toda a preparação e ornamentação do ambiente da comemoração.

Seguindo as minhas andanças, pude observar o registro do nascimento da sua filha, compondo de maneira forte a linha do tempo do seu perfil. Deparei-me com outra postagem de sua namorada, marcando o perfil de Robson, com uma fotografia da sua filha recém-nascida, conforme relatei em diário de campo:

Em 25/06/2018 há uma postagem da namorada, marcando o Robson, com foto da filha recém-nascida. Há muitos comentários carinhosos de felicitações. Entre eles havia comentários do Robson, nos quais se manifestava ora com agradecimento a alguma pessoa próxima da namorada, indicando ser algum familiar; ora respondia algum amigo, que indicava ser mais “chegado” dele, pois o tratou através da sigla “Mlk” [moleção] e era tratado por Robson de “mlk doido” [moleque doido]. [...] Durante os meses de junho, julho, agosto e setembro de 2018, a linha do tempo do Robson fica mais movimentada com os posts da namorada com fotos da filha recém-nascida. Sempre com muitos comentários. E o Robson se mantinha presente, por meio de comentários tanto elogiando a filha, demonstrando muito carinho, quanto respondendo os comentários, especialmente de perfis de amigos “chegados” dele. (Diário de campo, 2020).

A vivência da segunda paternidade evidentemente foi um fato marcante nos percursos vividos por Robson após o desligamento. Foi possível compreender que essa foi uma experiência central na vida dele. Robson apareceu e se manifestou de forma significativa nas postagens referentes à sua filha, demonstrando que estava envolvido com esse acontecimento. Isso nos indicou que a experiência da paternidade, ligada à dimensão da família constituída após o desligamento e ao papel de chefe de família, tinha um contorno importante na vida de Robson. Assim também na constituição de seu modo de ser jovem. Pude perceber e identificar que outras nuances estavam presentes nessa experiência de paternidade, tanto em relação ao próprio jovem, quanto em relação às famílias envolvidas.

De um ângulo, tratava-se de outra narrativa, na qual Robson estava também sendo reconhecido e se reconhecendo. Uma narrativa que o colocava em outro lugar social, o de “pai de família”. Isto é, no lugar de quem tem uma família para zelar, de quem tem responsabilidade pois assume a paternidade e, portanto, no lugar de um jovem homem socialmente adequado aos princípios e preceitos morais construídos em torno de uma concepção de família.

No caso de Robson, o conceito moral de família ligado ao contexto religioso de pessoa de bem e digna de “receber a salvação divina” era forte, devido ao valor que a sua família, especialmente a materna, dava para a narrativa religiosa neopentecostal, principalmente

(ANDRADE, 2010; NOVAES, 2011). Mas também era baseado no conceito de família mais amplo, voltado para a ideia de vida em comunidade, em solidariedade, que é respeitada como instituição social.

Ainda sobre essa dimensão da valorização da família, ressalto que a empiria nitidamente apontou um reforço por parte os seus grupos de “fechamentos” que se fizeram presentes pelos jovens mais “chegados” de Robson. Eles “curtiram”, “comentaram”, ou seja, interagiram socialmente de maneira positiva e afetuosa com esse momento da vida dele. Nesse sentido, identifiquei um potente entrecruzamento de rotas trilhadas por Robson, como uma encruzilhada onde Robson estava, o ponto de ligação entre dois caminhos. O caminho dos “fechamentos”, ligados às dinâmicas arriscadas do tráfico de drogas, e o caminho da família, ou melhor, de exercer a função de “pai de família”. Na trajetória de Robson, não se apresentavam como caminhos paralelos, mas, sim, se entrecruzavam com toda a complexidade existente nessas interrelações. E isso nos direcionou para outro ângulo.

Foi possível enxergar que há uma experiência que extrapola a dimensão da sociabilidade vivida nas dinâmicas do grupo de “fechamentos” em que Robson estava inserido, como até aqui foi elaborado. Ou seja, há uma vivência coletiva com características de interações familiares entre os jovens do “fechamento”, no qual Robson estava inserido, como se fosse uma extensão da sua família. Isso era fortalecido mutuamente por Robson e seus “chegados”, também chamados de “irmãos”. Misturava-se uma relação de amizade, de parceria no negócio do tráfico de drogas e de família.

Assim, foi possível compreender uma conexão forte entre família e “fechamento” na composição da condição juvenil e na configuração da sua trajetória de vida. Tratava-se de dois vínculos basilares na vida dele, embora fossem também vínculos instáveis, em constante movimentação. Ora mais fortes, ora muito frágeis, seguro e inseguro, ora amoroso, ora violento, de acordo com as itinerâncias vividas por Robson. Assim, sua trajetória itinerante foi se desvelando e se apresentando com ambiguidades também itinerantes.

Enxergamos ainda o ângulo da paternidade e da família como um espaço-tempo de reconhecimento afetivo, de poder viver mais livremente seus anseios, desejos, afetos mais amorosos. Percebi e compreendi que era uma dimensão da vida em que Robson parecia estar mais livre para se expor, para ser visto de maneira menos limitada, menos entocada. Era um lado da sua persona, da sua vida que não precisava ficar tão camuflado. Assim, a experiência de viver a paternidade se apresentou na pesquisa como uma possibilidade de Robson se colocar diante do mundo e da sua realidade de maneira diferente das vividas até então.

O papel social da paternidade possibilitava outra representação e leitura da sua imagem, que o deslocava da imagem e rótulo associados à cena da criminalidade, do “caminho errado”. Mas, essa era uma leitura externa, da sua família e outros, direcionada para Robson, porque, no desenrolar do seu cotidiano, ser pai, chefe de família e ser envolvido com as dinâmicas do tráfico de drogas e outras práticas ligadas a esse mundo complexo faziam parte de um jogo social entrelaçado. Esse jogo configurava a trilha da sua trajetória itinerante, na qual essas dimensões da vida se articulavam e compunham a sua condição juvenil.

6.3.2 *Encruzilhadas na vida arriscada do morro: “estou de luto por um amigo”*

Se algum sonho ousa correr, cê para ele
E manda eles debater com a bala que vara eles, mano
Infelizmente onde se sente o sol mais quente
O laque ainda tá presente só no caixão dos adolescente
(“Ismália”, EMICIDA, 2019)

Outro ponto de encruzilhada se fez presente no percurso de Robson. O território de violências do tráfico de drogas e a continuidade com as práticas ilícitas de um lado. Do outro, a vida e a liberdade em constante risco e a necessidade de preservá-las, vivendo cada vez mais entocado.

Nesse caminho, a preocupação com a privação de liberdade, especialmente pela maioridade atingida, era uma questão que logo se fez presente nas minhas interações com o Robson. Foi um dos pontos das nossas primeiras interações. *“Ele perguntou se eu lembrava do João⁶⁸ e eu confirmei que sim, e relatou que ele tinha sido preso de novo”* (Diário de campo, 2020). Na sequência dessa interlocução, ele me perguntou se eu sabia de notícias de outros jovens do tempo do cumprimento da semi, mas, em sigilo e postura ética para com ou outros jovens, eu preferi restringir a minha resposta dizendo que ainda estava tentando fazer contato com outros jovens. Isso me permitiu perceber que se tratava de uma informação importante para o Robson. Afinal, eram jovens que viviam percursos semelhantes aos dele e compartilhavam do mesmo receio de serem privados de liberdade novamente. Assim, a reincidência na privação também era uma preocupação significativa e presente na trajetória de Robson.

⁶⁸ Utilizei o mesmo nome fictício usado para este jovem durante a pesquisa de mestrado realizada no período de 2015 a 2017.

Outra cena em evidência na trajetória de Robson foi a ocorrência trágica, violenta e sangrenta de homicídio de jovens parceiros da “caminhada”⁶⁹.

Figura 45 – Imagem de perfil da rede social de Robson – Luto



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

O post da troca de imagem do perfil (Figura 45), em que se lê “Estou de luto por um amigo” e se vê o desenho de uma lágrima sobre um fundo preto, mostra o quanto esse cenário de violência e vulnerabilidade juvenil por homicídios de jovens atravessa diretamente a experiência de Robson. Mesmo sendo uma pessoa de pouca incidência nas redes sociais digitais, ele fez questão de mudar a imagem do seu perfil no Facebook, deixando de ser identificado por uma fotografia que retratava a sua própria imagem, para declarar abertamente o seu luto. Pude inferir que essa escolha evidenciou o quanto esse foi um episódio forte, importante e marcante na sua trajetória.

Esse post trata especificamente de um jovem, mas, na verdade, é um retrato de um cenário muito mais amplo e cruel que compõe a história do Brasil (ARROYO, 2015; 2019; GOMES; LABORNE, 2019; BORGES, 2018; CERQUEIRA, 2019; 2021). Trata-se de milhares de jovens pobres, favelados ou periféricos, em sua maioria negros, que tentam resistir no contexto violento dos morros, das quebradas, que convivem e sobrevivem em meio a um cenário de guerra constituído em cima da narrativa nacional do combate ao tráfico de drogas e

⁶⁹ A expressão “caminhada” era utilizada pelos jovens para se referirem à trajetória que cada um vivia no “mundo do crime”, como eles também se referiam. Significava também o conjunto de regras, lógicas sobre o funcionamento das dinâmicas nos grupos de “fechamento”, que em geral estavam ligadas ao complexo contexto do tráfico de drogas.

ao crime organizado. Mas as duras realidades vividas, como essa compartilhada por Robson, nos apontam que se trata de uma guerra contra as pessoas, contra aos corpos indignos de humanidade, de vida justa e digna.

Estamos falando de um corpo passível de ser eliminado de maneira socialmente naturalizada. Ou seja, é mais um corpo que cai, que se estende no chão das favelas e periferias deste país, como se fosse um castigo individual, um fim perseguido pelo jovem morto, que escolheu viver o caminho pré-determinado da vida do crime. Como já dizia Robson, durante o cumprimento da MSE de semiliberdade, “*essa vida é caixão ou é cadeia*” (Robson, 2017). No entanto, esta pesquisa, na interlocução com Robson, e os demais jovens participantes e outros/as em diálogo com outras pesquisas (ZALUAR, 2000; STECANELA, 2012; NONATO, 2010; CRAYDE, 2012; ALMEIDA, 2017; CAVALCANTE, 2020; MACHADO, 2020; CALDAS; ONOFRE, 2021, entre outros/as) corrobora com outra perspectiva.

Para nós, essa cena revela as mazelas e desigualdades sociais em que vivem as juventudes empobrecidas, principalmente negras, que transitam nos territórios segregados dos centros urbanos e também do campo. São juventudes que se constituem em contextos de violências estruturais de raça, classe, gênero e território, que geram e sustentam ciclos constantes e perversos de outras violências. Nesse labirinto de violações e escassez de oportunidades de acesso e garantia de direitos, vão emergindo cenas de brutalidade e de aniquilação das possibilidades de se preservar uma vida e garantir vida humana justa, principalmente, vida humana jovem.

Outra dimensão que se conecta na constituição da trajetória de vida de Robson é a experiência de lidar com a iminência de morte cotidianamente, que também se mostrou nesta análise como outra territorialidade vivida. Uma realidade muito dura, tensa, arriscada e amedrontadora, que é imposta na experiência de ser jovem vivida por Robson e milhares de outros jovens. Robson é mais um jovem que vive na pele a condição de risco constante de perder a própria vida (GOMES; LABORNE, 2018; ALMEIDA, 2017).

Não estou me referindo a um fato isolado, ao contrário, trata-se de um fenômeno social que precisa ser reconhecido como genocídio das juventudes que tentam resistir em corpos que são marcados como alvo (GOMES; LABORNE, 2018; BORGES, 2019). Isto é, corpos passíveis de viver em condições mínimas de sobrevivência, na precariedade da miséria e pobreza econômica e sociocultural. Corpos considerados inferiores, menos humanos que outros humanos, por isso, indignos de vida longa e abundante, negados como seres históricos, sociais, cheios de desejos, saberes e direitos.

A trajetória de Robson, interconectada com todos os jovens interlocutores desta pesquisa, nos aponta para a compreensão de que a condição juvenil constituída e vivida por eles é uma condição juvenil ameaçada, de jovens que vivem vidas ameaçadas (ARROYO, 2019). Isso significa que uma parcela considerável da população jovem brasileira precisa constituir maneiras, formas, alternativas para existir e poder viver a sua condição juvenil, mesmo em realidades hostis de desigualdades sociais, construídas através de uma lógica capitalista de exploração de muitos para acúmulo de riqueza por poucos, articulada e interseccionada com as lógicas presentes na matriz de poder colonial (QUIJANO, 2005; 2010) que acionam raça, classe, gênero, território, geração como categorias e mecanismos de opressão e discriminação.

A pobreza, a misérias, a invisibilização e eliminação de determinados corpos são mecanismos de manutenção do próprio sistema capitalista, colonial, racista e patriarcal, que opera com lógicas de negação e violação de direitos que podem se materializar na violação do direito mais básico e primordial da vida, ou seja, em genocídios. Esse é o caso da condição social das juventudes empobrecidas, majoritariamente negras, periféricas e faveladas no Brasil. Nesse caminho de análise, é possível afirmar que há uma juventude marcada para morrer, para ser genocidada.

De acordo com Mbembe (2016), é possível afirmar que se trata de juventudes constituídas em meio a um projeto colonizador, que operacionaliza diferentes poderes, entre eles o necropoder, que, articulado ao biopoder (FOUCAULT, 2014), ao capitalismo, ao racismo, ao patriarcalismo, gera sistemas de opressão extremamente complexos que validam formas de vida muito precarizadas, subalternizadas, desumanizadas. São sistemas que deixam ou ditam quem importa, quem é digno de viver ou morrer e permite políticas de extermínio e genocídios de determinados corpos, que se tornam **copos-matáveis** dentro desse sistema segregador.

6.3.3 *Vidas que se (re)fazem ameaçadas: condição juvenil em itinerância*

Em territórios de violências compostos por um cenário de vidas ameaças, Robson vai criando formas, traçando alternativas e itinerários ora arriscados, ora entocados para se manter vivo. Essas estratégias vão atravessando o seu percurso e interrompendo ou limitando alguns caminhos possíveis e de direito, dentre eles estão a escola, a qualificação profissional, o direito à cidade. As narrativas de uma das educadoras do Programa Se Liga que acompanhou a trajetória de Robson no primeiro ano após o seu desligamento demarcaram esse aspecto.

P: E o Robson, teve, ele ia em alguma escola? Você lembra?

Daiane: Não me recordo, não me recordo do Robson ir em escola. **Eu sei que o Robson ele tinha muita guerra! Muita guerra! Muita guerra mesmo!** Dele já ter verbalizado isso no, quando ele tava lá na semi, de que ele não queria estudar porque ele não tinha coragem de manter, de colocar a vida das pessoas em risco! Né? Era estudar e colocar a vida da pessoa em risco. Eu me recordo dele falando isso!

A dimensão da escola na trajetória de vida de Robson após o desligamento se manteve interrompida diante de um contexto de extrema violência, que ameaçava fortemente a manutenção da vida. Dado o limite territorial imposto pelas “muitas guerras”, nas quais o jovem se inseriu em meio às dinâmicas ligadas ao tráfico de drogas, a escola foi ressignificada em sua trajetória juvenil. Ela se tornou lugar de ameaça para ele e outras pessoas que partilhavam o mesmo ambiente. Assim, na trajetória de Robson, a escola poderia ser um lugar de risco de perder a própria vida e colocar a vida de outras pessoas em risco. A escola se tornou um limite territorial na vida desse jovem.

A perspectiva na qual compreendo essa situação é através da ótica da garantia de direitos. Sendo assim, mais uma vez a sua trajetória é atravessada pela violação de um direito básico, como à educação. O fato de abandonar a escola não era uma escolha unilateral, mas fruto de um contexto de violências muito mais amplo. As condições sociais, econômicas e culturais baseadas em um processo de produção de desigualdades sociais e de marginalização dele e de seus coletivos de origem (como a sua família e demais jovens que compartilham do seu contexto social) são estruturadas e orquestradas por lógicas de violências historicamente construídas e perpetuadas.

Dito isso, ressalto a análise de que há uma intenção ora explícita, ora sutil de manter um projeto de sociedade baseado na necropolítica, que gera negligências constantes e que deixa morrer (MBEMBE, 2016). Em outras palavras, o abandono escolar de Robson é justificado por um cenário de violências construído por uma lógica perversa de opressão e manutenção de poder, hoje neoliberal, que, para se manter viva e coerente, invisibiliza, negligencia e elimina determinados corpos. Nessa conjuntura política, econômica e sociocultural, se configuram os cenários de pobreza, segregação socioespacial, de violação de direitos e produção social da marginalidade.

Dentro desse complexo cenário, coexistem o tráfico de drogas – com suas dinâmicas internas – e a guerra que se estabelece contra ele – que, na verdade, como os elementos desta pesquisa vêm reforçando, se trata de uma guerra contra as pessoas, contra as juventudes. E, entre as várias consequências dessa guerra declarada, no caso de Robson, se fez presente a necessidade do abandono escolar, como estratégia para se manter vivo. Ou seja, a escola deixa

de ser um suporte para o desenvolvimento e/ou construção de projetos de vida na experiência de Robson e passa a ser um risco.

Além da escola, as possibilidades de inserção em processos formativos voltados para a qualificação profissional, durante a vinculação de Robson com o Programa de Acompanhamento de Egresso Se Liga, também foram inviabilizadas pelas “guerras”, ameaças e pelo risco de perder a vida. Assim, a dimensão da qualificação profissional atravessou fragilmente a trajetória de Robson. Segundo a educadora Daiane,

[...] É, aí eles falavam “Olha, no centro eu não posso”, “ah, mas o curso é lá na ilha”, “ah, na ilha eu posso”. Que a Ilha é um bairro nobre, eles não têm guerra na Ilha. Esse curso da R2 Treinamentos, ele [se referindo ao Robson] falava que ele dava conta de fazer lá na Ilha. [...] (Daiane – ex-educadora do Programa Se Liga, entrevista-conversaão, 2021)

Mais uma situação limite se configurou na vida do Robson colocando-o diante de outra encruzilhada com caminhos muito encurtados. De um lado existia a oportunidade arriscada de se inserir em um processo formativo novo, pelo qual Robson manifestou interesse. Acredito que a experiência de inserção em um processo de formação ou qualificação profissional poderia ser um caminho de ampliação da visão de mundo e perspectivas de futuro de Robson. Ao mesmo tempo, era uma situação que colocaria a vida dele em risco.

De outro lado, havia a inviabilidade de se inserir em um curso pertencente a algum território de guerra de Robson, como estratégia para se manter vivo. Os dois caminhos são atravessados pela violação de direitos que colocava Robson diante do desafio de abrir mão de acessar um direito para garantir outro. Mas, não estamos falando de qualquer direito. O que sobressai é uma luta por proteger a sua vida, portanto, prevalece, em detrimento de outros, a busca por garantir o direito à vida, mesmo sendo uma sobrevida.

Essas situações-limite na vida de Robson evidenciam que seu campo de possibilidades se desenhava de modo muito restrito (VELHO, 2003). Embora existissem algumas possibilidades de ampliação e inserção em outras oportunidades, experiências e trocas sociais, o imperativo da encruzilhada do risco e da preservação da vida era mais forte. Nesse sentido, seu campo de possibilidades se apresentava como um labirinto cheio de obstáculos, caminhos curtos, inseguros e interrompidos, sendo todos atravessados pela necessidade de se proteger, saber viver “mais sossegado”, “quieto na dele”, “entocado”, o que aponta para uma estratégia de sobrevivência imbricada na busca pela [re]existência.

Esses elementos empíricos da trajetória de vida de Robson fortaleceram o argumento de que os jovens em interlocução neste estudo vivem uma condição juvenil ameaçada e, por esse

motivo, precisam, como estratégia de sobrevivência, construir maneiras de vida – lícitas e/ou ilícitas – para se manterem vivos. Nesse sentido, são jovens que precisavam constituir seus modos de ser jovem em itinerâncias. Isso significou que, na vivência de suas trajetórias, eles estão nos apontando que há um processo de ressignificação de algumas dimensões que compõem a condição juvenil, como as dimensões tradicionais da escola e do trabalho, como também do território, apontadas no percurso do Robson. Elas deixam de ser centrais na experiência do jovem Robson e também dos outros jovens interlocutores e passam a ser opções muito arriscadas e até mesmo inviáveis para eles. Assim, essas dimensões passaram a ocupar outro lugar em sua trajetória. A centralidade estava na dimensão da vida.

Primeiramente, Robson precisava se manter vivo, e, para isso, ele precisou estabelecer uma relação de distanciamento com a escola e a qualificação profissional. Esse elemento de pesquisa nos reforçou fortemente a compreensão de que Robson precisou constituir seus modos de ser jovem em um movimento de deslocamento, ressignificações, idas e vindas constantes, na busca de brechas, becos estreitos e/ou becos sem saída que possibilitassem alternativas de continuar existindo.

Nesse sentido, Robson constitui **itinerâncias juvenis**. Isto é, um processo de constante movimento estratégico e mais concretamente viável para se manter vivo e poder viver a sua condição juvenil. No caso específico dele, entre outras coisas, foi preciso se distanciar da escola, não se vincular a outros processos formativos e se manter “mais na dele”, “mais entocado”. Desse modo, a sua itinerância juvenil foi se constituindo na medida em que ele foi se limitando territorialmente, uma vez que se deparava, o tempo todo, com a ameaça de perder a vida e, com isso, a condição juvenil.

Não ter acesso a espaços de qualificação profissional pelo fato de ter que circular por territórios em que não era bem-vindo ou só poder acessá-los em territórios em que não haja “guerra” diz muito sobre a violação de outro direito que é o direito à cidade (LEAL; LIMA, 2021).

Após o desligamento da MSE, Robson retornou para o convívio com os territórios de violências latentes e recorrentes no contexto do seu “morro” e de “morros e quebradas vizinhas”, diretamente ligados aos territórios do tráfico de drogas. Isso contribuiu fortemente para mantê-lo em situação exposta aos conflitos, rixas e guerras também territoriais, alimentando um ciclo de marginalização e minimização de possibilidades de ampliação da mobilidade social do jovem.

Nesse percurso desafiador, marcado por tensões, disputas, ameaças e limitações, foi se constituindo e se configurando uma trajetória juvenil entocada. Assim sendo, foi possível enxergar e identificar que, a partir das experiências vividas por Robson em interconexão com as experiências dos demais jovens interlocutores, tratava-se de um modo de viver a juventude, um modo de ser jovem em contextos de extremas violências e violações.

6.3.4 Caminhos e descaminhos percorridos em territórios de guerras: uma condição juvenil entocada?

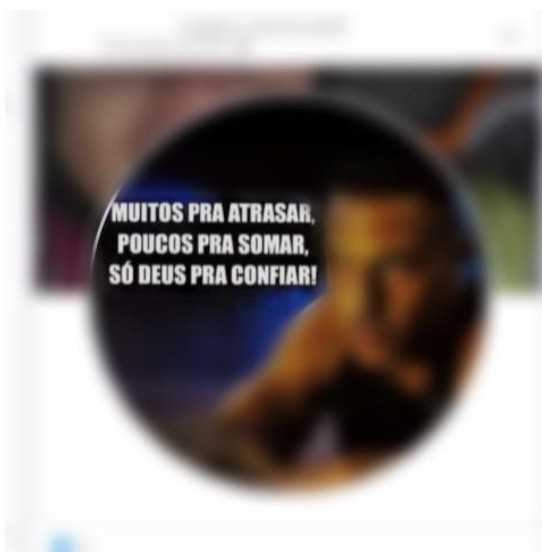
A dimensão territorial na trajetória de vida de Robson foi fortemente demarcada por multiterritorialidades (HAESBAERT, 2007). Entre elas, uma territorialidade forte é a presença dos conflitos e disputas nas dinâmicas de funcionamento do tráfico de drogas nas periferias, vilas e favelas, que aqui estamos identificando como territórios de guerras. Essa realidade levou Robson a constituir a territorialidade da condição de entocado, na medida em que precisou limitar cada vez mais o seu perímetro de circulação e o alcance da sua exposição nas cenas das relações sociais, nas dinâmicas socioespaciais e no ciberespaço.

A territorialidade dos conflitos e disputas ficou cada vez mais explícita no percurso metodológico itinerante por mim empreendido, na medida em que pude conectar os elementos vindos das narrativas das educadoras que acompanharam parte de suas experiências após desligamento, especialmente as referentes ao cenário de guerra entre os grupos de “fechamentos”, e das narrativas do próprio Robson através de postagens e dos relatos durante as nossas interações.

Apesar de as postagens de Robson não serem frequentes, elas eram muito significativas. Nesse sentido, pude inferir que as postagens que iam para a linha do tempo do Facebook tinham sentidos e significados atribuídos por Robson com um peso maior e, por isso, eram escolhidas para serem expostas e compostas em seu perfil nas redes sociais digitais. Esse aspecto não poderia passar despercebido nesta pesquisa que se propõe a se aproximar e escutar os jovens em sua multiplicidade de formas de expressão de seus saberes, desejos, emoções, com suas narrativas faladas, postadas, corporalizadas e também silenciadas.

Nesse sentido, me deparei com a seguinte postagem:

Figura 46 – Imagem de perfil na rede social de Robson – Sobre conflitos nos “fechamentos”



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Depois de um longo período, mais de nove meses, sem nenhuma postagem na sua linha do tempo, Robson reapareceu no Facebook com um post de atualização de sua foto de perfil. Novamente, ele faz a escolha por retirar a imagem anterior sobre o luto por um amigo, para se identificar com outra imagem. Era uma imagem composta pela fotografia do Rapper Mano Brown, um dos integrantes do grupo Racionais MC's, e a frase “muitos para atrasar, poucos pra somar, só Deus pra confiar!”. Ao me deparar com esse post, pude perceber que estava diante de uma potente narrativa sobre determinada realidade vivida por Robson. Ele estava “passando a visão”, expressando seu “papo reto”.

Assim, a narrativa presente nesse post, no conjunto da expressão contida na imagem do Mano Brown e na frase, indicava fortemente a percepção de Robson sobre os conflitos vividos no seu contexto, ligadas às disputas, tensões e traições que constituíam os territórios dos grupos de “fechamentos” organizados nas dinâmicas do tráfico de drogas nos quais estava inserido. Dizia respeito à premissa de que não se podia confiar em muita gente, ou melhor, em todos os “fechamentos”. Eram poucos aqueles em quem se podia confiar e muitos os que atrasavam a “caminhada”. Isso indicou que havia muita disputa e rivalidade nas interações estabelecidas entre os grupos de “fechamentos” presentes nos seus percursos.

Essa disputa é fortemente operacionalizada pelas lógicas masculinizadas, de guerra, de dominação do território, especificamente do tráfico de drogas, envolvendo dinheiro, fama e poder. São processos de reprodução do “ethos guerreiro” e/ou “ethos masculino”, compreendidos como uma reprodução excessiva de um narcisismo masculino que valida relações de rivalidade, de disputa pelo poder. São relações mobilizadas pela ideia de jogo de

ganhar ou perder, articuladas às concepções de que o “homem tem que reagir”, tem que se posicionar, marcar seu território (ZALUAR, 2000). Assim sendo, a postagem de Robson pode ser considerada como uma reação, um posicionamento de marcação de território, uma postura de não fugir do jogo, de marcar presença e deixar explícita sua percepção e atenção à realidade de disputa e de guerra em que estava envolvido.

Nesse sentido, foi possível perceber que Robson narrou um recorte das cenas latentes das interações sociais que são estabelecidas entre os grupos de “fechamento” e/ou “bondes” organizados nas dinâmicas do tráfico de drogas. E, a partir disso, compreender que se tratava de uma territorialidade construída partir de um jogo de relações tensas, constantemente constituídas e reconstituídas nas cenas de guerras entre esses grupos.

Essas experiências marcaram fortemente os percursos de Robson após o desligamento e afetaram também as relações dentro do seu próprio “fechamento”, entre seus parceiros, gerando rixas e disputas internas. Esse aspecto apontou um elemento importante referente às fronteiras estabelecidas e rompidas nos percursos de Robson. Isso significou que a fronteira de guerra demarcada entre os “fechamentos” rivais foi complexificada e deixou de ser a única. Outras fronteiras foram erguidas internamente nos “fechamentos” de Robson, entre os seus “chegados”.

Desde os primeiros contatos e interações que estabelecemos, foi possível perceber o quanto esse cenário de guerra afetava Robson e fazia parte da sua narrativa, suas emoções, seus modos de ser e estar no mundo. Além disso, na medida em que a interlocução foi crescendo, pude compreender o quanto esse contexto influenciava e pressionava o jovem a fazer determinadas escolhas. O trecho a seguir evidencia esses aspectos.

[...] Em seguida, ele começou a falar sobre suas amizades de uma maneira bastante revoltada, demonstrando decepção e frustração. Ele exclamou: - **“Esse mundo está cheio de covardia!”**. Comentou que **“é melhor ficar sozinho que ficar com amigo cobra”**. Afirmou, **“tenho vários amigos cobras, só querendo me afundar”**. Eu fui interagindo nesse momento apenas com intervenções de incentivo para ele continuar sua narrativa, por exemplo: “Entendi”; “Mas como assim?”, “O que aconteceu?” etc. A ligação ficava ruim em alguns momentos, a sua voz ficara mais embolada, mais fui registrando tudo o que foi possível entender, na medida que ele ia me contando algumas situações. E ele contou, sem muita lógica cronológica, que tinha um amigo lhe devendo três mil reais e que quando ele foi cobrar o **“cara foi pagando de doido pro meu lado!”**. [Falou Robson com muita indignação]. E ainda afirmou, **“conheci desde pequeno, sempre ajudei”**. Foi me relatando que abrigava os meninos quando eles precisavam, ajudava, dava dinheiro, pagou coisas para eles. **“O pior que eu ajudei os meninos com dinheiro, pagava ‘trem’ pra eles”**. Em um determinado momento da conversa, ele afirmou categoricamente: **“Não dá mais pra mim não, melhor coisa que eu fiz”**, se referindo a ter “cortado essas amizades” e ressaltou, **“melhor coisa ficar sozinho!”** (Robson, 21 anos) (Diário de campo, 2020).

O relato é parte de uma conversação que nós tivemos por telefone motivada pelo meu questionamento sobre como ele estava e o que ele estava “arrumando” da vida. Entre os assuntos abordados por Robson, como trabalho/bicos/desemprego, família, notícias referentes à prisão de outros jovens da época da semiliberdade, ele escolheu também relatar, com mais ênfase, sobre as experiências vividas nas relações com o seu grupo de “fechamento”.

Sua narrativa fluiu sem exigir muito o meu estímulo, embora tenha ficado explícito que alguns detalhes das situações apontadas não davam para ser revelados tão abertamente. Logo percebi esse limite, imposto sutilmente pelo jovem, e mantive uma postura de respeito e compreensão. Ao mesmo tempo, me exigiu ficar muito atenta às “frases-chave”, assim intituladas por mim, do seu relato, uma vez que havia entendido a necessidade de conseguir ler também nas entrelinhas, nas fissuras que Robson ia deixando pelo caminho e compreender as frases impregnadas de sentido para o jovem.

No breve relato, Robson apresentou importantes elementos de análise. A começar pelo modo como ele contou as situações vividas. Sua fala, impregnada de indignação, misturada com decepção, frustração e revolta, evidenciou a intensidade com que as situações de traição vividas com seus parceiros, ou em suas palavras, “amigos cobra”, ocupavam os seus percursos de vida. Assim, os amigos se deslocaram para outra classificação nas dinâmicas das interações sociais, passaram a ser “amigos cobra”, na concepção de Robson. Ou seja, amigos que traíram a sua confiança, que queriam também fazer a disputa do território de dominação do tráfico de drogas com ele, em detrimento da parceria do “fechamento”. Para Robson, eles agiram com covardia.

Faz-se pertinente refletir sobre o sentido de covardia contido na narrativa de Robson. Ele afirma que o mundo está cheio de covardia para introduzir o relato sobre as traições e decepções na relação com os seus amigos, pertencentes ao seu grupo de “fechamento”. Para esta análise, isso é um ponto que merece atenção. Trata-se de um sentido que Robson estava atribuindo à sua experiência com seus parceiros. Ele se sentia traído e adjetivava seus amigos como covardes. Isso disse muito sobre um determinado momento pouco favorável que estava vivendo, no qual não pôde contar com o apoio dos seus parceiros. Ao contrário, ele foi traído. Transformaram-se em rivais um para o outro. Mais uma vez, Robson se deparou com um processo de abandono e vínculos fragilizados. Viu-se diante de mais um “beco sem saída”, que lhe impôs dar passos para trás, refazer caminhos. Emerge o aspecto da fragilidade dos “fechamentos”, da transitoriedade dos interesses que agregam determinado grupo e a própria condição da relação social que é fluida e muda frequentemente.

Ficou nítido, nesta análise, que o cenário de guerra que incidia nas disputas por poder entre os grupos de “fechamentos”, conforme os territórios de violências do tráfico de drogas, se reproduziu nas dinâmicas internas do “fechamento” no qual Robson estava inserido. Sendo assim, a relação entre Robson e seus amigos de “fechamento” foi se tornando uma relação também ténue, arriscada e muito tensionada.

Nesse jogo de contradições, idas e vindas, o “fechamento” ganhou outro sentido na trajetória de Robson. Tornou-se um território de guerra dentro de outro território de guerra, no qual imperou o clima de disputa em que *“um queria afundar o outro”*, como afirmou Robson. Além disso, foi uma experiência que causou muito sofrimento, decepção, frustração e, novamente, revolta em Robson. Ele expressa mais de uma vez sua indignação em relação ao fato de ter sido amigo, parceiro, ter ajudado seus amigos nos momentos em que eles precisaram e não ter tido isso em troca. Foi um vínculo que se enfraqueceu a ponto de ser rompido e se transformou em mais um descaminho na trajetória de Robson.

Nesse sentido, houve uma (re)configuração em relação às dinâmicas de “fechamento” nas quais se inseria. O que era seu lugar de segurança, confiança, passou a ser lugar de conflito, disputa, desconfiança. Sendo assim, novamente o sentimento e a postura de revolta se fizeram presentes na experiência de Robson e na maneira como ele conseguiu lidar com os processos contraditórios e ambíguos que compõem suas experiências. Ele mudou de pensamento, de concepção e de postura em relação ao modo como se colocava no mundo, qual seja, pertencente a um “fechamento”.

Diante da sua realidade mais concreta, em meio às suas microrrelações de poder, primeiramente, ele tinha o “fechamento” como um de seus pilares, dimensionado na mesma instância da família. Porém, a lógica de disputa que sustentava o território de guerra imperou e foi também reproduzida na relação entre seus parceiros, amigos, dentro do seu próprio grupo de “fechamento”. Isso exigiu uma mudança drástica de rumo. Uma necessidade de se deslocar, se movimentar e construir outras saídas, outros itinerários, no limitado território vivido por ele.

Robson partiu para um caminho mais solitário e ainda mais entocado. Ele chegou à conclusão: “*não dá mais pra mim não*” (Robson, 21 anos, 2020). Ou seja, ele havia chegado a um limite de decepção, de traição, de ser novamente abandonado no momento em que precisava de apoio. E acrescentou: “*foi a melhor coisa que eu fiz*”. Assim dizendo, a sua percepção foi a de que o melhor para ele era se desvincular de um grupo de “fechamento” específico. E, na minha compreensão, ele tomou a decisão de seguir seu caminho sozinho, mesmo mantendo relações com as dinâmicas do tráfico de drogas.

Seguindo a interlocução com Robson,

Perguntei o que mais tinha acontecido depois que ele saiu da semi. Ele relatou: “*Na época da semi eu não tinha visão das coisas*”, se referindo ainda aos conflitos dentro do fechamento. Comentou que estava tendo “*olho grande*” por parte dos amigos. Falou muito rapidamente de uma briga no bar, que não deu pra entender muito bem e exclamou: “***Estou na pior, mas vou levantar***”. “***Sem luta não há vitória!***” (Robson, 21 anos, 2022). Ele não contou as situações em detalhes, mas em síntese ele disse muitas coisas para quem quiser e sabe entender. [...] Durante a nossa interação, busquei dar retorno de ânimo e afeto dizendo que ele ia ficar bem, que tudo isso ia passar etc., e que ele podia contar comigo para conversar. (Diário de campo, 2020).

O relato reforçou a situação de conflito e traição dentro do seu “fechamento”, demonstrando mais uma vez que estava intensamente afetado por tudo isso. Seu relato reafirmou sua nova percepção sobre as relações que ocorriam no seu grupo de “fechamento” e acrescentou a sua visão mais ampliada após o desligamento da semiliberdade, momento em que ele pôde ter mais “*visão das coisas*” e enxergar os processos de disputa, nomeados por ele de “*olho grande*” por parte dos seus “*amigos/amigos cobra*”. Esse aspecto também foi identificado como mais um processo de territorialização vivido em meio às multiterritorialidades dos “fechamentos”.

Outros dois aspectos se ressaltaram no movimento empírico e analítico deste estudo. O primeiro é a expressão “*estou na pior, mas vou levantar*” dita por Robson como uma autoafirmação e, ao mesmo tempo, um reconhecimento do seu lugar na dinâmica social na qual ele estava diretamente envolvido e pela qual estava sendo afetado. Isso implicou compreender

que, para Robson, o rompimento com seu “fechamento” foi, de um lado, compulsório. Ou seja, imposto para ele, diante de um processo conflituoso, de muito tensionamento, envolvendo traição e disputas. E, do outro lado, um posicionamento de reação, pautado na raiva, na frustração, na revolta de se ver em uma situação menos favorável e não poder ter apoio de seu grupo de suporte nas dinâmicas arriscadas e complexas do mundo do tráfico de drogas, principalmente. Não obstante, ambos os processos vividos nos dois lados foram engendrados com base no “ethos masculino” e nas lógicas violentas de guerra.

Esse rompimento gerou consequências ainda mais drásticas na vida de Robson, colocando-o em uma situação mais precarizada e vulnerável. Além do seu contexto de extrema pobreza, lidando com desemprego, insegurança alimentar, baixíssima renda, impossibilidade de transitar em qualquer lugar da cidade por risco de morte e, com isso, ter seu campo de possibilidades ainda mais limitado, foi possível constatar que Robson perdeu, dentro do seu próprio território socioespacial, geográfico e simbólico, um pouco mais de mobilidade e suporte.

Desse modo, a desvinculação com o seu “fechamento” e, ao mesmo tempo, a (re)configuração das relações com ele, passando a ser uma relação de disputa, levaram Robson a perceber que estava “*na pior*”. Isso mostra a força da vinculação, mesmo muito frágil e tensa, com os grupos de “fechamento” nos territórios do tráfico de drogas nas periferias. Somente no momento em que se viu sem esse vínculo é que Robson conseguiu reconhecer a sua condição fragilizada, precarizada e subalternizada.

Junto com o sentimento de derrota e reconhecimento da sua condição de vulnerabilidade, estava enfatizado um movimento de resiliência mobilizado por Robson não somente aqui, mas ao longo de toda a sua trajetória de vida em diferentes percursos vividos. Ele afirmou “*vou levantar*” e acrescentou “*sem luta não há vitória*”. Foi muito significativo e instigante me deparar com a certeza dessas afirmações e o reconhecimento da luta para ser vitorioso. Foi possível perceber que tudo indicava que havia um propósito, algo que o mobilizava, com o qual ele se envolvia e assumia para si, para a sua vida, que delineava seus percursos dentro das dinâmicas das relações com as práticas sociais dos fechamentos.

No entanto, considerando o contexto de disputa nos territórios de guerra em que Robson estava inserido, foi possível compreender também que se tratava de um movimento mobilizado pelo clima de enfrentamento em busca de fazer valer a sua honra. Ou seja, é possível afirmar que havia uma reprodução, no contexto de Robson, de uma lógica de relações de poder em que imperava o código de honra do *ethos* masculino novamente sendo evidenciada. Isso reforçou o

quanto a categoria de opressão de gênero, a partir da dominação masculina (BOURDIEU, 2012), dos processos de violência do imperativo da masculinidade hegemônica, atravessava e se interseccionava nas experiências que compõem a sua trajetória juvenil.

Foi interessante também perceber que Robson, nesse momento da vida, não se posicionou de maneira impulsiva, isto é, ele não partiu rapidamente para a disputa, ou melhor, para a “guerra declarada”⁷⁰ com seu ex-fechamento. Ao contrário, ele se posicionou como quem estava esperando o momento certo para agir, como quem planejava suas ações e reconhecia a existência de um processo, uma trilha para caminhar, uma luta para enfrentar e depois chegar a uma vitória.

Trata-se de uma racionalidade estratégica, no sentido de ser um conhecimento adquirido nos anos de sua relação com o tráfico. Em diálogo com Dubet (1994), trata-se de uma lógica de ação estratégica. Para o autor, a lógica estratégica está interligada a uma relação de utilidade, de modo que os esforços dispostos pelo indivíduo em determinada ação devem resultar em alguns benefícios pretendidos. Nesse caso, foi possível compreender que, fortemente, na trajetória de Robson, ser entocado também era esperar o momento certo para agir.

Destaco outro trecho de conversação com Robson, no qual ele acrescenta mais elementos sobre a vivência no território de disputa e guerras entre os “fechamentos”:

[15:21, 22/02/2021 ÁUDIO] Robson: E aê, Jorddana. Que bom uê! Fico feliz que cê ta bem, uê! É isso aí, não pode parar não, né véi, se para enferruja. **Sem luta não há vitória, cê ta ligado, né!?** Eu to bem moço! Eu to bem, acontece uns trem no dia a dia aí, mas ta de boa. É coisa da vida mesmo. Mas, é..., nós tamo aí, é nós!

[15:28, 22/02/2021 ÁUDIO] P: É isso aí, Robson. [...] Mas, que bom ter notícia sua! E, me conta uma coisa, que trem é esse que tem acontecido no dia a dia, é coisa que você pode falar?

[15:30, 22/02/2021 ÁUDIO] Robson: **São as coisas que acontecem aqui no morro aqui, pá, entendeu? Os cara aqui, não tem?**

[15:31, 22/02/2021 ÁUDIO] Robson: Não repara não que o meu telefone tá meio ruim aqui e tá indo esse tanto de áudio aí. **Mas eu tô de boa, moço! Suave. Tô mais quietinho no meu canto mesmo, de boa. Levando a vida, né, do jeito que dá.**

A minhas andanças on/offline no percurso metodológico itinerante pelo acompanhamento da trajetória de Robson me possibilitaram compreender com mais concretude que Robson vivia outro momento da condição juvenil. Vale ressaltar o aspecto da maioridade,

⁷⁰ A expressão “guerra declarada” era utilizada pelos jovens para se referirem às disputas anunciadas abertamente entre grupos rivais. Assim, as disputas e as tensões eram constantes e marcadas por confrontos físicos, arriscados, violentos, sempre pautados pelos tempos e estratégias coerentes com o código de ética que existia entre eles.

do desligamento da medida, da vida em liberdade institucional, no sentido de não dever nada para a sociedade, e da constituição de uma família, com a experiência da segunda paternidade, exercendo os papéis de pai e chefe de família com mais compromisso. Tudo isso fortalecia a sua busca constante de se manter vivo e não voltar à condição de privado de liberdade. Muito embora permanecessem aspectos combinados com o contexto arriscado, tensionado e ameaçador dos territórios de guerras, “das coisas que aconteciam no morro”, todos esses aspectos compunham também o seu cenário e contexto social e, de diferentes maneiras, afetavam suas visões, leituras da realidade, posicionamentos e modos de ser jovem em territórios de guerra, elucidados nas frases “*Tô mais quietinho no meu canto mesmo, de boa. Levando a vida, né, do jeito que dá*” (Robson, 21 anos, 2021).

Os relatos também permitiram trazer à tona novamente a identificação da territorialidade das guerras nas dinâmicas dos “fechamentos”. Esse movimento analítico me levou a perceber as ambiguidades dos grupos de “fechamento” na trajetória do Robson e, com isso, problematizar a dimensão de sociabilidade atrelada a eles.

A análise da trajetória de vida de Robson até aqui empreendida apontou que a sua relação com o grupo de “fechamento” era um aspecto forte que constitui a vivência da sua condição juvenil. Demonstrou que se tratava de um espaço-tempo de viver a dimensão da sociabilidade, se mostrando como um grupo de amigos e uma possibilidade de vivenciar a socialização humana de maneira mais gratuita com o objetivo focado na interação em si (SIMMEL, 1983). Era uma forma de interação na qual os sujeitos (Robson e seus “chegados/parceiros/amigos” de “fechamentos”) interagem pelo prazer de estarem associados, juntos. Ou seja, “entendemos que a sociabilidade se refere às relações de amizade, de coleguismo, do estar junto, marcadas pela gratuidade na qual o fim é a própria relação e pela natureza democrática, cimentada pelo compromisso e pela confiança” (NONATO; ALMEIDA; FARIA, 2016).

Nesse sentido, a sociabilidade como uma expressão da dinâmica das relações, em diferentes nuances, que define aqueles que são mais próximos, os mais “chegados”, os “fechamentos” e aqueles que são mais distantes – no caso da trajetória de Robson, podemos afirmar que são os rivais, os que “atrasam a caminhada”, os “caras lá do morro” e/ou os “amigos cobra”. Assim sendo, as relações estabelecidas entre os “fechamentos” e dentro do próprio “fechamento” são a expressão viva, pulsante, intensa da dimensão da sociabilidade e suas dinâmicas na vida de Robson. Em outras palavras, são a expressão do “movimento constante

de aproximações e afastamentos, numa mobilidade entre diferentes turmas ou galeras” (DAYRELL, 2007, p. 1111), ou ainda, “bondes” e “fechamentos”.

Contudo, a empiria mostrou também que as relações com o “fechamento” extrapolavam as dimensões do tempo livre, do lazer, da “zueira”, do encontro, da amizade. Elas se estabeleceram a partir de regras bem definidas, como uma espécie de código de ética, que explicita critérios de fidelidade para com os ideais do grupo, de honra, bem como de regras relacionadas à atividade laboral que envolve o tráfico de drogas com funções, plantões, divisão de lucro e renda etc. Havia também as regras ligadas às consequências de quem “vacila”, “lombra a caminhada” e/ou trai “o bonde”. Mas, tudo isso, sem deixar de ser um espaço-tempo de sociabilidade. Ao contrário, se fortaleceu, especialmente após o desligamento da MSE.

Seu grupo de “fechamento” passou a ser significado por ele como extensão da sua família, indicando que havia um vínculo mais forte e complexo de relações que eram de sociabilidade, de trocas afetivas, de suporte social, material, moral, relações de alianças nos territórios de guerra.

É importante considerar também que corroboro com o argumento de que fazer amigos não é uma escolha tão livre e puramente pessoal como parece. Isso significa que a amizade não é uma questão apenas dependente de afinidade ou eleição livre. Ela também necessita da localização física e da inserção dos indivíduos na estrutura social. Esses aspectos vão interferir na possibilidade de fazer amigos/as que se limita ou se expande, de acordo com o contexto sociocultural, econômico, territorial (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2011).

Outro aspecto fundamental a ser considerado são as expressões de conflito e violência vividas em torno dos grupos de pares e a partir deles, principalmente os grupos masculinos de jovens periféricos. Nesse sentido, é necessário levar em conta que são grupos constituídos em um contexto semelhante de violência multifacetada e estrutural que assola a sociedade brasileira. Mas, também, é preciso incluir o reconhecimento de que há uma reprodução de uma representação masculina associada à virilidade e à coragem, muito reforçada popularmente. Tornou-se um valor perseguido por muitos jovens que, aliado à disputa, cumpre uma função na construção da sociabilidade juvenil (DAYRELL, 2007).

Seguindo esta análise, apontamos para o modo como a dimensão da sociabilidade articulada com a dimensão da territorialidade se interseccionam na experiência de Robson e indicam uma outra interpretação de sociabilidade, diferente da clássica. Isto é, a interação social com os “fechamentos” se estabeleceu no entrecruzamento entre a necessidade do encontro com os pares, da constituição da turma de amigos, ou melhor, do “bonde”/“fechamento”, a

necessidade de entrar no jogo da disputa e, com isso, obedecer, incorporar e reproduzir regras e código de ética dentro da dinâmica das interações nos “fechamentos”. Por um tempo, tornou-se um laço de pacto, de morrer pelo outro, virou uma família. Mas, depois, o laço se desfez e se transformou em fronteira, disputa, rivalidade.

Esse último aspecto apontou para a necessidade de Robson ser “ligeiro”, ou seja, ter que construir alternativas em curto prazo, para administrar esse jogo de tensões entre as relações com os “fechamentos” e, ao mesmo tempo, de (re)configuração dessas relações que pareciam, até certo ponto, seguras. No entanto, foram facilmente desfeitas. Transformaram-se em relações muito frágeis, fluidas, transitórias, incertas, sem laços de confiança duradouros. Nesse sentido, vale ponderar que, até por ocasião da privação de liberdade e mesmo após seu desligamento, ele não compreendeu que as relações humanas, incluindo as relações nos “fechamentos”, são permeadas por tensões. Elas não têm uma linearidade na convivência social tal qual deu a entender que ele acreditou ou idealizou (SIMMEL, 1986; CARVALHO, 2007).

Esses elementos possibilitaram fortalecer a compreensão dos aspectos ambíguos e itinerantes presentes na trajetória de vida de Robson, ao mesmo tempo que o “fechamento” se mostrou como um espaço de construção de caminhos possíveis nos percursos após o desligamento, bem como espaço e território de vivência da dimensão da sociabilidade. Extrapolou a noção de grupo de pares, de amizade para o sentido de família, como um suporte material, moral, emocional, em alguns momentos até protetivo, entre outros. Mas, também, o “fechamento” se concretizou como um território de incerteza, insegurança, abandono e risco. Desse modo, (re)configurou-se em descaminho, exigindo outros rumos, outros entrecruzamentos na itinerância de Robson.

Nesse empreendimento, foi possível compreender como os conflitos, as “muitas guerras” entre e dentro dos “fechamentos” e a necessidade de se proteger da morte eram elementos que atravessavam e ditavam itinerários, ausências e/ou estreitamentos de possibilidades na trajetória de Robson. Assim, sua itinerância foi marcada mais fortemente pela condição de entocado. Diante das “*coisas que acontecem no morro*”, dos conflitos com os “*caras*”, articulados com as guerras que Robson tinha em diferentes territórios periféricos da cidade, foi necessário ser mais precavido.

A condição de entocado se mostrou neste estudo como uma outra forma de territorialidade constituída na vida de Robson, no sentido de que interfere diretamente na maneira como as experiências de Robson, principalmente as situações juvenis, são vividas na relação com o tempo-espaço. Viver entocado era uma forma de administrar o risco e uma

possibilidade de constituir um modo de existência. Isto significa que era uma forma de [re]existência.

Embora o sentido de entocado estivesse também ligado à ideia de restrição, limitação, encurralamento até mesmo dentro dos grupos de “fechamento”, paradoxalmente, é uma condição que cria espaço-tempo de construção de itinerâncias juvenis possíveis no contexto de Robson e de muitos outros/as jovens que vivem situações semelhantes. Nesse sentido, estar entocado diz respeito a um modo de sociabilidade e territorialidade limitado, mas não menos movimentado. Robson, mesmo em um território limitado, precisou fazer diferentes e concomitantes trânsitos, (re)configurações de rumos, (re)definição de caminhos, se deparou com descaminhos, encruzilhadas, “morros sem saída”.

Desse modo, compreendo que se trata de uma territorialidade que se constituiu como um labirinto (PAIS, 2003), no qual muitos caminhos, fronteiras, encruzilhadas são colocadas diante de Robson e dos jovens interlocutores. São vidas e trajetórias labirínticas que obrigam os jovens a trilharem buscas incessantes de articular, de acordo com Pais (2003), os princípios de realidade (o que posso fazer), do dever (o que devo fazer), do querer (o que quero fazer). Mas, de acordo com as experiências de Robson e demais interlocutores, identificamos outros princípios que precisam ser também articulados.

Ao princípio de realidade se articula o de proteção (o que posso fazer para me manter vivo); ao do dever se articula o da honra (o que devo fazer para manter a minha honra masculina prevalecida, inabalada); e ao do querer se articula o da conformidade-ativa (o que quero fazer na medida em que dá para fazer – “do jeito que dá”). Esse movimento de articulação de uma forma ou de outra coloca os jovens diante de diferentes encruzilhadas onde jogam a vida e o futuro. Desse modo, Robson vivia a sua condição juvenil de modo entocado e, ao mesmo tempo, em constante movimento, dentro de um labirinto de situações, tensões, relações, desafios, riscos etc. E, assim, se constituía de uma itinerância labiríntica entocada, apontando para um modo de ser jovem, COM vida e [re]existir.

Outro ponto pertinente nesta análise é que a condição de entocado estava também diretamente entrecruzada com a condição de privação de liberdade, mesmo em liberdade, e com a realidade de viver uma vida constantemente ameaçada. Desse modo, foi possível compreender que a condição de liberdade se concretizava na trajetória de Robson de modo ambíguo e contraditório, pois ele estava livre, no sentido institucional, mas era também violado em seu direito à liberdade.

Para garantir o direito à vida e à liberdade, Robson precisava viver mais “na dele”, de maneira entocada no seu território limitado e socioespacialmente segregado. Assim, era privado do direito à cidade, do direito de ir e vir, de gozar da sua liberdade, sendo cada vez mais limitado o acesso a condições sociais básicas como a educação, o trabalho, a cultura, o lazer, a saúde e outros. Desse modo, Robson ia “*levando a vida do jeito que dá*” (Robson, 21 anos, 2020), diante de um contexto de violação de direitos permanente e complexificado em sua trajetória após o desligamento.

Nesse sentido, ele foi constituindo estratégias de viver-sobreviver em um território que se apresentava cada vez mais arriscado e limitado. Ao mesmo tempo, nos ensinou que, a partir de uma condição juvenil ameaçada, limitada, entocada, emerge um processo potente de modos de (re)existências juvenis, um processo de (re)criar em meio a um cenário contextualizado por círculos históricos e permanentes de violências perversamente exploradoras, opressoras e aniquiladoras de culturas e modos de existir, que se complexificam cada vez mais nas sociedades contemporâneas.

Trata-se de uma condição juvenil resistente e (re)existente, isto é, de jovens que, ao resistirem em contextos que insistem em desumanizar, empreendem uma busca diária de formas de existência. Dito de outro modo, são jovens que (re)inventam maneiras de poder existir de novo, tendo em vista que a cada dia são as mesmas juventudes que são ameaçadas, limitadas, encurraladas em condições de subalternização e invisibilização, bem como exterminadas.

6.4 Vida improvisada, trajetórias ziguezagueantes, que se fazem “do jeito que dá”

Eu perguntei como ele estava levando a vida e ele respondeu: “**estou levando a vida do jeito que dá**” (Conversa por telefone com Robson, 2020 – Diário de campo)

[13:05, 11/11/2020] Robson: **Tô levando** mais tô bem.

[15:36, 01/12/2020 ÁUDIO] Robson: **Tô levando, né vei, como dá.** Mas eu tô bem graças a Deus e você?

[15:31, 22/02/2021 ÁUDIO] Robson: [...]. **Levando a vida, né, do jeito que dá.** [...]

Essas falas se fizeram muito presentes nos relatos de Robson e me chamaram a atenção desde o primeiro contato com ele. Por que Robson sempre me respondia dizendo que estava “levando a vida do jeito que dá”? Todas as vezes que ele se referiu ao seu estado diante da vida, sua predisposição sobre o seu fazer no mundo, ele não respondia apenas que estava bem ou que estava mal. Havia, quase sempre, o complemento de que estava “*levando a vida do jeito que*

dava”. A partir da interlocução com Robson, essa expressão foi ganhando força e me instigou a refletir sobre o sentido ambíguo que se encontra presente nela.

De um lado, percebi um certo conformismo diante da sua realidade e condição de jovem, como se não tivesse muito o que fazer diante da sua realidade. Por outro lado, percebi um sentido mais esperançoso, demarcado no forte gerúndio presente na frase repetida por Robson. Isso indicou que ele estava “levando”, buscando, fazendo algum movimento para algo, apontando para um caminho em continuidade para chegar em algum estado de bem-estar, melhor do que o vivido até ali, apesar de ter sido um movimento muito restrito, dadas as circunstâncias em que ele se encontrava. Desse modo, retomo o elemento **conformidade-ativa**, a que me referi no início desta seção.

O movimento analítico me levou a inferir que essa postura reforçada por Robson diante da própria realidade se configurava em outro movimento de resistência. Embora parecesse, à primeira vista, uma postura de passividade, no caso de Robson, foi possível compreender que se tratava de um modo de enfrentamento de uma realidade muito improvisada, bamba, precarizada e, principalmente, desprotegida e arriscada. Levar a vida do jeito que dava era o contrário de “entregar os pontos”, ou, nas palavras mais usadas pelos jovens, “lombrear a caminhada”. Isto é, atrapalhar o jogo de disputa das dinâmicas envolvendo o tráfico de drogas e/ou de “dar mole”, se render, demarcando sua linha de chegada na trilha tensa vivida em meio a muitas “guerras” declaradas. Mas, sim, apontava para outro movimento, o de ser estratégico, se manter firme, saber o momento certo de reagir, de se “levantar”, como ele mesmo enfatizou em outros relatos.

No entanto, esse movimento de resistência, de viver a vida “do jeito que dá”, se potencializou para além da continuidade de Robson com as dinâmicas do tráfico de drogas, após o desligamento da medida socioeducativa. O que quero ressaltar é que esse movimento está também imbricado na realidade socioeconômica muito precarizada e empobrecida em que Robson continuava inserido. O que exigiu que a sua narrativa apontasse diretamente para a dimensão do presente. Do viver a vida no agora, focada no hoje. Como quem acorda e pensa: “o que tem pra hoje?”. Isso aprofunda um pouco mais a ideia de presentificação do tempo (LECCARDI, 2005), pois ela é acrescida de mais uma camada, ou seja, o paradoxo da escolha, que, segundo Melucci (2004), inclui a ausência de possibilidade de escolha.

Ao reproduzir essa afirmativa – “*estou levando a vida do jeito que dá*” (Robson, 21 anos, 2020) –, geralmente em resposta às minhas perguntas sobre como ele estava, como estava a sua vida, o que estava arrumando da vida, Robson reforçou o discurso de que não havia muito

o que fazer a não ser viver a vida no tempo presente, com os poucos recursos, meios, possibilidades que ele possuía. Por isso, foi se mostrando um jovem que estava pouco mobilizado em direção a projetos longínquos, que saíam muito fora da sua realidade mais concreta.

Sendo assim, estar pouco mobilizado significa, nesta análise, que Robson, sua família e seus coletivos de origem viviam em um contexto sociocultural, econômico, político de extrema desigualdade social, com escassas oportunidades de acessar bens e serviços que garantissem seus direitos básicos e dessem suportes concretos para a construção de outros rumos possíveis para sobreviver, ter renda, moradia, alimentação, algum poder de consumo etc. E, com isso, poder viver, acessar experiências de promoção da vida humana digna, como educação, cultura, lazer, trabalho, liberdade, fruir a cidade, sem ter que ser o tempo todo estratégico para administrar a pobreza, as “tretas”, as “guerras”, para garantir o seu bem mais precioso, que é a vida.

Esse aspecto foi evidenciado nas narrativas de uma das ex-educadoras do Programa Se Liga sobre situações vividas na relação de acompanhamento de Robson logo após o seu desligamento da semiliberdade.

O Robson, eu tive contato com ele nas oficinas, ele fez uns cursos lá na UaiTec, né? Foi, foi muito bacana, ele mostrava interesse e tudo mais. Mas, na fala do Robson, assim, tudo que eu me lembro, era sempre voltada ao mundo do crime, né? **“Ai, Daiane, olha só, tô fazendo esse curso aqui, mas eu vou trabalhar de quê? Cê acha que alguém vai me dar emprego?”** Aí falei assim: “Vai, se você se capacitar, se você correr atrás, você vai ter emprego! É claro que não vai ter o emprego que você quer nesse momento, mas é uma construção!”. Só que ele, ele não dava conta! Ele aderiu ao Se Liga, só que também não aderiu ao cronograma que a gente criava de acordo com aquilo que ele colocou enquanto ele estava cumprindo a medida de semi, né? Porque quando eles estão lá, eles criam vários cursos, querem estudar, querem trabalhar, querem se capacitar. E o Se Liga pagava cursos caros, só que a gente não pagava pro fogo do adolescente. A gente tinha que ver se ele daria conta disso, entendeu? (Daiane – ex-educadora do Programa Se Liga, Entrevista-conversa, 2021)

O relato aponta a dificuldade que Robson apresentou em se enxergar fora do contexto do “mundo do crime”, como disse a educadora Daiane. Isso reforça a compreensão de que essa era a sua realidade mais palpável, um caminho mais concreto para projetar. Conectado a essa compreensão, o relato apresenta outro aspecto importante nesta análise. A partir do momento em que Robson acessou e viveu a experiência de fazer um curso de qualificação profissional oportunizado pelo Se Liga, ele elaborou e apresentou sua reflexão sobre essa experiência para

a educadora. Esse movimento diz sobre o processo educativo ativo que experiências de formação podem estimular e, de fato, estimulou em Robson.

A reflexão trazida pelo jovem a partir do questionamento feito aponta para a sua preocupação em relação ao sentido mais concreto do curso que estava fazendo. Era um curso que iria qualificá-lo para trabalhar em quê? O que mostra a necessidade de oportunizar espaços-tempos de reflexão e construção de perspectivas de futuro mais diversificadas e contextualizada com as realidades juvenis, possibilitando a construção de sentido por parte do jovem. E, com isso, serem experiências capazes de contribuir na elaboração subjetiva, sociocultural e identitária do jovem sobre o seu papel no mundo, de modo que ele se perceba protagonista dos seus desejos, das suas reflexões, do seu campo de possibilidades.

A lacuna está na ausência de estrutura, suporte, campo de possibilidades mais concretos e confiáveis para dar-lhe condições de enxergar a médio e longo prazo. Aprendemos a enxergar de maneira mais ampla, ao invés de somente ver o que está a curtíssimo prazo, quando existe um contexto social, cultural, econômico, afetivo-emocional que nos possibilita ir além das estratégias de sobrevivência e amplia nosso campo de possibilidades.

No entanto, a fragilidade desse processo educativo, ou melhor, sua ausência na trajetória de Robson, cria espaço para outros processos, tais como o sentimento de não pertencimento a determinados lugares sociais e experiências que extrapolem os estigmas imputados a ele. E/ou ainda, o próprio fortalecimento desses estigmas que o marcam como marginal, bandido, vagabundo etc. Além da fragilidade no processo de construção e percepção do autoconhecimento e do reconhecimento de si (DIÓGENES, 1998).

O segundo questionamento apresentado por Robson, no relato da educadora, indicou dois elementos potentes para esta investigação. Robson questionava a possibilidade de alguém dar emprego para ele, e, na minha percepção isso estava atrelado também à possibilidade de alguém acreditar nele, na sua capacidade e/ou potencial.

Nesse sentido, foi possível perceber que Robson tinha um olhar lúcido para a realidade em que vivia e, por isso, ele colocava em questão o fato de se dedicar a um curso o qual ele não sabia se lhe daria alguma garantia de inserção no trabalho, apontando a ausência de concretude desse investimento no presente vivido. Desse modo, é possível inferir que Robson, e também os demais interlocutores desta pesquisa, tinham bastante lucidez sobre o contexto de exploração no mercado do trabalho e não aderiam ao discurso da empregabilidade.

Por outro lado, considero que os jovens vivenciavam processos socioculturais marcados, entre outras coisas, pela lacuna no reconhecimento da dimensão histórica como sujeito. Ou seja,

os jovens são sujeitos que têm uma história, um contexto, um lugar social, uma cultura, que constroem seu próprio processo identitário nas relações que estabelecem. Sujeitos que vivenciam processos de diferenciação socioculturais e de desigualdades sociais. E, principalmente, de acordo com Freire (2005), são seres capazes de refletir, pensar sobre sua realidade e ser pertencentes à sua história e ao seu processo de conscientização nela, dela, com ela e com o mundo.

Nesse sentido, Robson nos indicou explicitamente a perversa experiência que ele vivencia de ser despotencializado como sujeito histórico (ONOFRE, 2021). Ele escancara mais um processo de violência que carrega em suas andarilhagens.

Conectada à dimensão histórica do sujeito em articulação com a experiência de despotencialização vivida por Robson, faz-se presente também a perspectiva do epistemicídio. De acordo com Boaventura de Souza Santos (1995), o epistemicídio é um dos instrumentos mais eficazes de dominação étnica/racial, que se refere à eliminação de povos, conhecimentos, culturas de grupos dominados, pautando-se no reconhecimento da legitimidade do conhecimento somente dos grupos dominantes. Assim, epistemicídio está diretamente ligado ao empreendimento colonial, da visão civilizatória eurocentrada como seu *modus operandi*. O autor também articula o epistemicídio ao genocídio. Para ele,

o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais). (SANTOS, 1995, p. 328).

Em diálogo com Sueli Carneiro (2005), corroboro com outra articulação fundamental e pertinente neste estudo. A autora adverte que o epistemicídio é também um processo constante de indigência cultural. Ela explica que

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Nesse sentido, imerso em percursos de vida que minam de diferentes formas as possibilidades de ser reconhecido e se reconhecer como sujeito histórico de saberes, desejos e direitos, Robson mais uma vez resiste. Pois, ao longo de sua trajetória, não enxergamos um jovem sem potencial histórico, ou subalterno, carente ou desqualificado. E, sim, um jovem que vivenciava processos que o despotencializavam como sujeito, o subalternizavam, negavam seus desejos, saberes, interesses, capacidade intelectual, bem como suas mazelas e contexto socioeconômico e cultural. Para além dessa visão, que considero distorcida, colonial, racista, classista, vimos um jovem que criava outros caminhos, outras travessias, becos, ruelas, atalhos que possibilitavam a sua potencialização como sujeito histórico, mesmo que fosse no percurso da ilicitude.

Não se apresentam tais alternativas como humanas, justas, tendo em vista que surgem de processos de violências, opressões, explorações e violações de direitos humanos e sociais básicos. Mas são, sim, caminhos viáveis para jovens que estão constantemente em busca de serem “alguém”, notados e reconhecidos, de existirem no mundo em que se inserem e não apenas sobreviverem (ALVES, 2021). São caminhos trilhados diante de uma estrutura social restritiva de direitos, de oportunidades que potencializem a pessoa para exercer outros papéis sociais, que lhe deem dignidade, condições de autorrealização, de encontro consigo e com seus dilemas. No caso de Robson, e outros jovens interlocutores, o caminho mais concreto para eles se projetarem e se perceberem foi manter as suas relações com as dinâmicas e práticas ilícitas do “mundo do crime”.

Não obstante, Robson não deixou de manifestar o desejo de experimentar outros caminhos, como a formação profissional e outras atividades do Programa Se Liga. Mas, atrelada ao desejo estava a dificuldade de manter vínculo e dar prosseguimento na vida fora das dinâmicas do tráfico de drogas. Assim, mesmo depois do desligamento da MSE, para Robson,

era mais concreto, plausível e tinha mais sentido pensar o seu projeto de vida dentro do contexto do território dos “fechamentos”.

Foi mais uma encruzilhada que se concretizou na vida de Robson, colocando-o diante de dois caminhos opostos, dicotômicos para o jovem, uma vez que ele não conseguia administrá-los ao mesmo tempo. Impelindo-o novamente a seguir a trilha que envolvia todo o contexto das práticas ilícitas, que, embora fossem muito arriscadas, precarizadas e violentas, na circunstância vivida por Robson, eram mais factíveis para ele, com retorno mais imediato do que a trilha da qualificação profissional. Essa última se apresentava mais como uma promessa de futuro que não tinha muitas chances de realização. Além disso, manter as práticas ilícitas significava não se rebaixar como “jovem bem comportado”, “trabalhador honesto”, visto por muitos jovens como “otários”, que se rendem ao sistema capitalista de exploração do trabalhador (ZALUAR, 2000).

Ou seja, a trilha fora do “crime” deixava Robson em situação de mais vulnerabilidade, tanto em relação ao risco de morte, sem proteção de outros jovens no jogo social de disputas, especialmente das “guerras”, quanto na perspectiva da fragilidade da sua moral, honra e *ethos* masculino e de alguma fonte de renda mais rápida e garantida. Além disso, entre os jovens, desde o período do cumprimento da MSE de semiliberdade, prevalecia a concepção de que era possível esquecer uma guerra, sair dela, mas era muito difícil a guerra esquecer de alguém.

Outro aspecto evidenciado na interlocução com a educadora Daiane compõe esta análise. Ela mencionou a dificuldade do próprio Programa de Acompanhamento de Egresso de oportunizar aos jovens cursos de capacitação/qualificação profissional. No seu relato, ela aponta elementos da lógica sob a qual as ações do Programa Se Liga se desenvolvem. Ficou perceptível a intenção de colocar na “conta” do jovem a responsabilidade de acessar ou não um curso, tendo em vista que não pagava para “o fogo do adolescente”.

Desse modo, ficou explícita a precariedade e “atraso” na perspectiva da política de atendimento ao jovem egresso. Parte-se do pressuposto que o jovem não é capaz de dar conta. Ao invés de dedicar tempo e investimento humano, intelectual e financeiro no processo socioeducativo. Isto é, na construção de pertencimento, autoconhecimento, oportunização de acessos concretos às experiências de formação, profissionalização, ampliando referenciais sociais, culturais e científicos.

Em outro relato, ela reforça a questão da precariedade da política de atendimento socioeducativo, como já foi evidenciado por outras pesquisas. (FOPPA, 2011; SILVA, 2021).

Daiane: [...] o Robson, ele queria fazer um curso. Ele queria fazer um curso na... aí gente... R2 Treinamentos, era aquelas, aquelas escola técnicas que dava cursos de, de... Bombeiro Civil, de incêndio, de retroescavadeira, de poda de árvore... Aí ele queria fazer esse curso. O Robson queria fazer esse aí, mas o Se Liga não tava pagando.

P: Mas por quê? Porque não tinha recurso ou porque os meninos...

Daiane: Assim, o Se Liga, ele terminou por, por vários fatores, né? Principalmente aqui em [Governador] Valadares. É, desvio de dinheiro! Estavam desviando dinheiro, então, foi começando a descobrir essas coisas e aí começou a cortar, né? [...].

Esse é um aspecto que se repete na história de lutas e execução de políticas públicas para as juventudes no Brasil e que tem se intensificado no contexto político e econômico dos últimos anos, com governos de centro direita ou extrema direita, elitistas, conservadores. A partir desses governos, foi possível verificar com nitidez os retrocessos sem precedentes no que se refere à efetivação de um uma gama de direitos sociais que deveriam ser garantidos pelo Estado.

Ao contrário, vimos voltar a crescer a noção de um Estado mínimo, pautado nas lógicas neoliberais, patriarcais, racistas, fascistas, que corta investimento na Educação, na Segurança Pública, na Saúde, que arma a população, que propõe a redução da maioridade penal, cria pacote anticrime⁷¹, que valoriza uma polícia que mata, que cria ainda mais guerras contra as pessoas camufladas de guerras contra o tráfico de drogas. Vivemos altos índices de desemprego, de fome, de desesperança. São “violências de Estado que deixa de ser protetor das vidas para ser gestor de mortes” (ARROYO, 2019). E, nesta análise, a morte representa a ausência de vida biológica e, também, de vida digna, vivida e não de sobrevida, de vida justa, de ser mais (FREIRE, 1996), de bem-viver.

As formas históricas, os padrões de poder sobre os **Outros** têm sido e continuam sendo o padrão de negação, precarização de seu viver e de sua educação. Do Estado optar por não educá-los, mas criminalizá-los por resistir, ameaçar suas vidas. As formas, o padrão de exceção, criminalização repostos nestes tempos não é um acidente, mas uma reafirmação do padrão autoritário, criminalizador que acompanha nossa história no administrar os **Outros**, mantendo-os em Estado de Exceção. No administrar sua educação. No desvalorizar a educação pública e no desvalorizar o trabalho dos seus profissionais-docentes-educadores. (ARROYO, 2019, p. 47 – grifos meus).

O exemplo do que aconteceu com o Programa Se Liga no município de Governador Valadares, entre outras coisas, escancara um Estado de desproteção e, mais do isso, um Estado que se fortalece em agente de falsas promessas, se transforma em agente de destruição, de

⁷¹ Nome dado à Lei nº 13.964 de dezembro de 2019 que alterou a legislação do Código Penal e do Código Processual Penal.

insegurança e de ameaça às vidas juvenis periféricas, negras, empobrecidas. Estas, “a partir de suas condições de vida e de inserção social precária, são cada vez mais apontados como potenciais transgressores e público-alvo prioritário da ação repressora e assistencial do Estado” (LEÃO, 2004, p. 130).

Em diálogo com Leão (2004), compreendo que se trata de uma experiência de política pública precarizada, ancorada na lógica de que para pobre qualquer coisa serve. Repete-se uma velha matriz das políticas sociais destinadas para jovens e crianças das camadas populares no Brasil. Inclui-se uma formação empobrecedora para jovens pobres e uma ação desvalorizada, desacreditada, abrindo espaços para processos desprezíveis de corrupção. Concordo com o autor e reafirmo que se reproduzem pedagogias da precariedade, no plural, tendo em vista as diversificadas e cada vez mais perversas formas de se fazerem concretas nas vidas das juventudes subalternizadas e rotuladas como transgressoras, sempre em potencial. Nas palavras do autor:

Uma pedagogia da precariedade, posto que contribui para ensinar aos jovens a se contentarem com o pouco. Tal pedagogia deverá ensiná-los a administrar a parte irrisória que lhes cabe nos resultados da riqueza social, a admirar a abundância dos outros e a gerir criativamente a “escassez” do local onde moram, a se contentar com um lugar “marginal” nas bordas do mercado de trabalho e a conviver com as incertezas quanto ao futuro. Os jovens devem aprender a “estar à deriva” (CATTANI, 2000) ou a levar uma vida “suspensa por um fio” (BOURDIEU, 1997). (LEÃO, 2004, p. 249).

O relato da ex-educadora nos permite colocar também a política de socioeducação no lugar de incerteza, de mais uma falsa promessa na vida de Robson. A experiência precária com o Programa Se Liga tornou-se nesta análise outra experiência que se conecta pouco com a concretude da dura realidade vivida pelos jovens nos seus territórios de violências, composta e atravessadas pelas vidas ameaçadas, as “tretas no morro”, as “guerras”, as “encruzilhadas”, os “becos sem saída”.

Desse modo, esse elemento da precariedade da concretude de cursos de formação e qualificação no Programa aponta também a dificuldade da política de socioeducação de se efetivar como um suporte na vida dos jovens em contexto de desigualdades sociais e de risco de morte extremos. Ao contrário, na trajetória de Robson, tornou-se mais uma instância que reproduziu o ritmo do improviso, incerteza, fragilidade e insegurança. Ainda de acordo com Arroyo (2019), trata-se de um Estado que muda e causa mudanças nas políticas públicas, sociais, educativas de proteção, para espaços de controle, de desproteção e até de extermínio de vidas. Espaços-tempos de despotencialização de sujeitos históricos de direitos.

A empiria foi desvelando que era muito complexo, se não inviável ou improvável, para Robson se mostrar disposto para repensar ou buscar algo além do que já estava vivendo, pois não se tratava de uma decisão individual e isolada, mas, sim, de uma trajetória de vida constituída em um determinado contexto entrecruzado de desigualdades, opressões, necessidades básicas de sobrevivência, de construção de identidade, de tensões, desafios, disputas, riscos. Isso envolvia muitas pessoas, outras vidas também fragilizadas, ameaçadas.

Além de ter que proteger a sua vida, ele tinha uma família para cuidar e se mostrava sempre muito preocupado em colocar a vida de outras pessoas, que não tinham envolvimento direto com suas guerras, também em risco. Com isso, se entrecruzava toda a dimensão da subjetividade articulada com as experiências vividas e representações socioculturais e identitárias dos territórios dos “fechamentos”, como a sua honra, seu pertencimento de gênero dentro do código de ética do “ethos masculino” (ZALUAR, 2000).

Contudo, enfatizamos o elemento **conformidade-ativa**, que se constituiu na análise como mais um ponto de intersecção e embasamento e/ou sustentação da caminhada de Robson como jovem, negro, periférico, pobre, pai de família, em situação de envolvimento com práticas consideradas como ilícitas. É mais um elemento que compõe os movimentos de resistência que Robson foi empreendendo para se manter vivo, isto é, continuar existindo no sentido mais antropológico e sociológico do viver.

6.4.1 Desacertos no entrecruzamento família, trabalho-desemprego e religião

O percurso trilhado por Robson foi também atravessado pela dimensão do trabalho. Na verdade, foram vários atravessamentos em torno dessa experiência que apontaram para uma dimensão também muito incerta, inconstante, conflituosa e até mesmo arriscada. As experiências de trabalho lícito pouco se fortaleceram como caminho possível, mas, sim, como descaminhos. Um primeiro aspecto que compõe essa compreensão se refere às inconstâncias, informalidades e ausências de perspectivas pelas quais as experiências laborais vividas por Robson, fora do contexto do tráfico de drogas, eram permeadas. Foram atividades de trabalho informal, de curto período e muito instáveis. Ele trabalhou em uma serralheria no seu bairro de moradia e foi ajudante de pedreiro em alguns momentos.

O trabalho na serralheria foi mencionado por Robson e sua mãe durante nossas interações.

Perguntei novamente como ele [Robson] estava, o que estava “arrumando”, e ele comentou que estava trabalhando em uma serralheria de vez em quando e que estava “mais de boa”. Sobre o trabalho na serralheria, comentou que tinha dia que ele conseguia ir, tinha dia que não conseguia e que já tinha um tempo que ele não ia. Que estava mais “sossegado”, “só mais em casa mesmo”. (Diário de campo – conversação por contato telefônico com Robson, 2020)

Entre as vezes que perguntei para Robson o que ele estava “arrumando”, se ele estava trabalhando ou se tinha alguma expectativa sobre trabalhar, ele me respondia dizendo sobre as experiências de trabalho consideradas lícitas, como o trabalho na serralheria. Tratava-se de uma experiência de trabalho informal, ou seja, de um “bico” que ele fazia de vez em quando. Tudo indicou que era uma serralheria de uma pessoa conhecida, que aceitava ele ir de vez esporadicamente. Isso indicava que havia alguma rede de contato do jovem, mesmo que limitada e restrita aos círculos domésticos, ou seja, às pessoas mais próximas do convívio social (GUIMARÃES, 2012). Ao mencionar que não conseguia ir todos os dias, o seu relato indicou também que era uma vinculação frágil de Robson com essa possibilidade de suporte.

O trabalho como ajudante de pedreiro foi mencionado por sua mãe e também apresentado como uma possibilidade a partir da indicação de um amigo:

Júlia: Eu sei que o Robson tá trabalhando, quando ele teve aqui um dia desses, de ajudante de pedreiro.

P: O Robson? Ah, que bom! Ele contou isso pra senhora?

Júlia: Falou, que tava trabalhando.

[..] Júlia: Foi um amigo dele que é pedreiro que chamou ele pra trabalhar, um negócio assim.

P: Humm. E ele estava falando bem desse trabalho? O quê que ele falou?

Júlia: É... que é bom né, que ele vai ter o dinheiro dele né. Ele tinha comentado com a minha mãe que ele ia ganhar 70 reais por dia. Então é, é um trabalho pesado mas..., não sei se ele tá trabalhando ainda, porque ele teve aqui já tem uns dias, mas, sempre que tiver trabalho, esse amigo dele que é pedreiro vai chamar ele.

Embora o relato de Júlia enfatize que Robson tenha afirmado a ela que todas as vezes que tivesse um serviço o amigo ia chamá-lo, é possível constatar que também é uma experiência muito incerta, precária, com pouca oportunidade de construção de perspectiva de médio e longo prazo. Era um bico, com todas as suas características de informalidade, baixos retornos financeiros, instável e totalmente desprotegido. Ambas as experiências laborais que Robson vivenciou reforçaram que o seu campo de possibilidades relacionado à dimensão do trabalho era extremamente limitado ao seu curto perímetro territorial permitido, tendo em vista o contexto de “muitas guerras” que vivia.

Além disso, mostraram a presença da dificuldade de estabelecer uma rotina de compromisso, horários e dias de trabalho, que lhe permitisse a construção de alguma constância

em sua trajetória. Refiro-me tanto a uma renda, que só era paga de acordo com o dia trabalhado, quanto à construção de algum processo identitário e/ou de perspectiva de futuro a partir do caminho do trabalho como uma instância de socialização, subsistência e mobilidade social. Ao contrário, percebi distanciamento de um processo de identificação com esse lugar social do jovem trabalhador (NONATO, 2019).

Robson, em seus relatos, enfatizou que ele estava “*mais de boa*”, “*mais sossegado*”, “*só mais em casa mesmo*”. Isso, novamente, me fez considerar que ele apontou para a sua condição mais limitada e restritiva de entocado e, por isso, não poder transitar livremente no território, mesmo sendo um trajeto que o levaria para o trabalho, socialmente aceito. Nesse sentido, esse movimento me fez compreender que existia uma conexão entre o trabalho lícito e a condição de entocado, na qual o jovem estava inserido, dentro dos territórios de violências do tráfico de drogas. Essa conexão constituiu o lugar distanciado do trabalho na trajetória de Robson, como uma estratégia, ou melhor, uma lacuna existente na sua experiência, que estava diretamente ligada à necessidade de se proteger, não ficar muito exposto, correndo risco de morte.

Sendo assim, tratava-se de um outro movimento empreendido pelo jovem, no qual o trabalho era significado como um lugar de insegurança. Isso é, um espaço-tempo social ao qual Robson não se via pertencente, bem como não traçava como um caminho possível. Ele repreendia essa possibilidade com sua explicação obscurecida nas expressões já citadas, sempre dizendo que ele estava mais quieto em casa, como se isso fosse uma justificativa de uma escolha. No entanto, compreendemos que se refere a uma estratégia pautada pelo entrecruzamento das lógicas da sobrevivência, da busca por permanecer vivo, de enfrentamento das “guerras” nas quais estava inserido, que são relacionadas às violências no território do tráfico de drogas, mas são também desdobramentos de contextos históricos violentos orquestrados pelas lógicas que compõem a matriz de poder colonial – racismo, capitalismo, patriarcalismo, eurocentrismo.

Assim sendo, foi possível compreender que a relação com o trabalho na trajetória de vida de Robson foi significada de outra maneira, como um risco, uma insegurança, uma instabilidade, portanto, um descaminho. Por outro lado, foi possível inferir também que as oportunidades de trabalho mais viáveis em sua trajetória eram precárias, desqualificadas e de baixa remuneração. Portanto, não eram atividades atraentes para ele. Nesse sentido, dizer que estava “entocado” era também dizer que, para esse tipo de trabalho ele preferia ficar em casa.

E, mais uma vez, a condição de entocado prevalece nas itinerâncias ziguezagueantes e encurtadas de Robson, tendo em vista o seu campo de possibilidades limitado nessa condição.

O que nos fez inferir que as experiências de trabalho considerado lícito, embora desprotegido, informal, precário, são atravessadas também pelas lógicas rentáveis do mercado do tráfico de drogas e tudo que ele envolve, incluindo, no caso de Robson, a necessidade de se territorializar e viver a condição juvenil de modo mais entocado, para se proteger e se manter firme no jogo social marcado pelas muitas disputas e guerras em que estava inserido, o que era mais atraente e concreto para o jovem.

Ao mesmo tempo, o atravessamento da condição de pobreza se escancara novamente na trajetória de Robson, apontando o forte entrecruzamento dessas dimensões nas vivências concretas do jovem. Sobre esse aspecto, sua mãe, em outro momento de interlocução, registrou suas preocupações e lamentações em relação à realidade de trabalho informal do filho:

Comentou que estava tentando ajudar o Robson a arrumar um emprego. Eles combinaram de o Robson levar um currículo pra ela nesta semana para ela entregar para uma pessoa conhecida que estava precisando de gente para trabalhar, mas não falou qual era o ramo, tipo de emprego. Reforçou muito que a situação deles estava muito difícil sem emprego, sem ter onde morar sozinho com a família. [...] Ela lamentou muito o fato de ele estar só fazendo bico, na serralheria perto da casa dele. Ela quer muito que ele tenha trabalho fixo. (Relato de Júlia - mãe de Robson - Diário de campo, 2020).

O relato da mãe de Robson, além de expressar as suas preocupações com a dificuldade de conseguir um trabalho, principalmente uma ocupação mais estável e protegida, evidenciou também a dura realidade social em que Robson permanecia vivendo, não somente com o pai, mas com a sua própria família. Era um contexto muito precário, com baixa renda, residência com muito pouca estrutura, faltava mobília, dinheiro para pagar conta de água, luz, insegurança alimentar, continuavam morando de favor na casa cedida pela família da mãe etc. Era um cenário de escassez de condições básicas de sobrevivência e de ampliação de inserção social.

Outro ponto apontado no relato de Júlia foi a tentativa dela, como mãe, com o apoio da avó e tias de Robson, de se fazerem presentes como um suporte no processo de inserir o Robson em uma atividade laboral mais segura. Sobre esse aspecto, foi possível perceber algumas nuances presentes na relação de Robson com sua família materna e na relação tanto dele, quanto da sua família, com a dimensão do trabalho. Tratava-se de relações compostas de diferentes tensionamentos.

Um primeiro ponto pertinente nesta análise foi compreender o duplo sentido que a família atribuía para com a busca por um trabalho para o Robson. De um lado, o sentido estava diretamente ligado à ideia utilitarista do emprego. Ou melhor, de acordo com Guimarães (2011), ao sentido e centralidade do trabalho como uma necessidade e não como um valor ético, isto é,

ligado à ideia de dedicação e ética, buscando satisfação pelo dever cumprido. Tratava-se do trabalho mais voltado para a ideia de necessidade para o curso da própria vida, relacionado à noção de emprego, especialmente para os/as jovens mais vulneráveis, como os “ocupados no mercado informal”; desempregados; que tiveram a primeira experiência no trabalho informal; menos escolarizados, de menor renda e jovens-adultos (com idade mais avançada entre 21 e 24 anos) (GUIMARÃES, 2011).

Outro ponto é articulado com o sentido de necessidade na trajetória de Robson, uma vez que sua família materna evidenciava o sentido de trabalho como uma saída, um itinerário de mudança de vida. O trabalho formal de carteira assinada era a principal aposta da mãe para que Robson melhorasse de vida. Como um passo importante para que Robson levasse uma vida mais digna e independente com a sua nova família. Nesse sentido, o trabalho também tinha um sentido moral. Desse modo, o sentido de trabalho como um valor moral estava também atrelado à ideia de futuro. Ou seja, é o caminho para possibilitar o sustento de Robson e sua família, bem como a sua mudança de vida.

Nesse caso, a centralidade estava mais direcionada para Robson conseguir um trabalho, mais especificamente, um emprego, seja pela necessidade ou pelo valor moral atrelado à mudança de vida, e menos na identificação, realização ou satisfação de Robson no exercício de determinada atividade laboral. Assim sendo, foram se desvelando conflitos entre Robson e sua família. Robson não correspondia às expectativas da família e se posicionava com resistência em relação às tentativas de suporte que a mãe, as tias e até mesmo a sua namorada buscavam e ofereciam para ele.

Os relatos a seguir explicitam esses descompassos:

Igual eu falei pra ele, teve uns lugares que o pessoal indicaram para ele ir, né, levar o currículo e tudo, para ele conseguir um trabalho. Só que o quê que acontece, ele não levou o currículo. Igual eu falei que tinha a [falou o nome do estabelecimento] que estava contratando pessoas, que ia abrir uma outra loja e ia contratar pessoas. Só que ele não levou o currículo lá. Em outros lugares também, eu falei “vai lá, meu filho”. Então não deu nada certo. A minha irmã que está nos Estados Unidos até ia também ajudar ele a comprar umas coisas de casa, eu ia ajudar ele comprar algumas coisas. Ele poderia, ele tinha que arrumar um trabalho, né? Mas, ele desistiu.... (Júlia, 2020)

Júlia: Aí foi até o, cunhado dele, irmão da namorada dele. Diz ela que ele conseguiu um trabalho pra ele, numa loja, pra levar o currículo né, pra ver se ele conseguia trabalho. Aí ela falou assim que ficou chateada porque o irmão dela conseguiu um trabalho pra ele e ele não foi.

P: Humhum... Então ele não comenta mais nada? Ele simplesmente não vai e depois ele não fala nada. Ele te visita e nem toca no assunto?

Júlia: Não. Aí eu pergunto: “Robson você foi lá?” – “Ah não, é que eu não fiz o currículo ainda, eu vou ainda”. Aí é isso...

P: Mas ele tem como fazer esse currículo, Dona Júlia?

Júlia: Ah não, é ele não quer levar mesmo, entendeu? Ele que não quer levar, não quer, simplesmente não quer.

P: Mas ele já tinha o currículo pronto?

Júlia: Tem, é fácil, ele tem o currículo pronto e também é só ir no lugar aí fazer o currículo. É a coisa mais simples, né? Vai na lan house lá e pede pra fazer o currículo. Tá com o currículo na mão e vai e leva lá e conversa. “Eu estou precisando de trabalhar, eu quero trabalhar”. E aí depois espera a pessoa chamar. Mas não quer, né?

Foi possível identificar uma dificuldade e/ou uma resistência manifestada por Robson em relação às tentativas e incentivos da mãe e da namorada em mediar uma atividade laboral formal. Essa postura de Robson, incluindo o seu silenciamento sobre o assunto quando a mãe o questiona, pode nos dizer muitas coisas.

Entre elas, destaco a inferência de que a maneira com a qual Robson lida com essa questão nos indica uma conexão com a condição de entocado que ele precisa viver para sobreviver. Ou seja, mais uma vez, a inserção em uma rotina de trabalho fixa, demarcada e formalizada, ao contrário da lógica de ascensão, mobilidade, reconhecimento, direito social, na trajetória de Robson, pode ser um caminho muito arriscado de exposição, desproteção e risco para Robson e demais pessoas, tendo em vista as outras lógicas que operam no seu percurso. Ficou explícita a ambiguidade presente na formalidade e/ou o suporte do trabalho que pode ser, ao mesmo tempo, um risco, uma ameaça para sua vida.

Além disso, vale ressaltar a percepção de que há uma resistência por parte do Robson de não ceder ao discurso da empregabilidade, articulado à ideia de um futuro distante, abstrato de “falsas promessas”.

Outro aspecto é a predominância de uma visão individualista que tende a culpabilizar ou responsabilizar isoladamente o Robson. Essa visão se fazia presente nos discursos da mãe e da namorada, uma vez que elas estavam diante de uma situação extremamente complexa e tinham poucos recursos e condições para intervir. Trata-se de uma situação muito concreta que era resolver o problema do “desvio” do Robson, que estava envolvido com uso de drogas e práticas ilícitas, sem trabalho, afastado da igreja. Nesse sentido, diante da indiferença de Robson para com as alternativas que a família lhe oferecia, restava se apegar no discurso de que ele não queria ser ajudado.

Diante da concretude dessa realidade, e nos limites desta investigação, cabe incluir nesta análise outras questões: até que ponto Robson não quer ser ajudado? Até que ponto essa postura

de afronta e indiferença não está apontando para atitudes de resistência diante de um contexto de fragilidades, de precarização e de controle ao qual Robson não quer aderir?

Nesse sentido, essas problematizações me permitem evidenciar e apontar para a urgência de complexificação da compreensão e do debate acerca dos contextos e trajetórias de vida dos jovens como o Robson e rompimento de visões simplificadas que se constituem a partir de um movimento de não envolvimento com o problema mais amplo de processos de violência e violação de direitos, nos quais jovens estão envolvidos/as. Isso não significa que estamos culpabilizando a mãe, a namorada e outras pessoas da família do Robson, mas, sim, que elas estão inseridas em um contexto que direciona e propaga esses discursos e reproduz essa lógica, socialmente construída, de segregação e criminalização dos corpos juvenis negros/as, periféricos, pouco escolarizados, pobres e estereotipados como bandidos (FELTRAN, 2017).

Em outros momentos das interlocuções, esse discurso é ressaltado:

Não foi. Não foi. Pelo jeito, ele não queria. Tem que correr atrás. Eu falei “vai lá meu filho em tal lugar, que lá vai contratar?”. Mas ele não foi, não. Parece que ele prefere trabalhar sem carteira assinada. Quando a gente não quer um trabalho de carteira assinada, é porque a gente prefere trabalhar informal, né? Trabalhar de pedreiro, essas coisas assim. Porque como que eu vou conseguir um trabalho se ele não quer ir lá, não tem como, né? (Júlia, 2020)

Quando começamos a falar sobre o Robson, ela se posicionou de forma mais franca e aberta, dizendo que ele não estava muito responsável, pois não tinha levado o currículo dele para uma empresa de autopeças que o pessoal da igreja dela tinha ajudado a olhar. Pelo que entendi, um moço da igreja trabalha nesta empresa e ia indicá-lo. Ela parecia bastante chateada com isso e foi dizendo que estava muito difícil de ajudar o Robson, que ele parecia não querer ter compromisso com horário todos os dias, lamentou que ele só tem o ensino médio incompleto, está bebendo e que ainda está usando droga. [...] Relatou que uma irmã dela e sua mãe falaram pra pagar uma clínica para ele parar de usar drogas. (Relato de Júlia - Diário de campo, 2020).

Esses relatos também reforçam a frustração da mãe por não conseguir concretizar uma alternativa de vida diferente daquela que seu filho estava vivenciando, mesmo acionando a sua rede de apoio através da vinculação com a igreja de denominação adventista, que ela frequentava, e/ou evangélica pentecostal, frequentada pela avó e tias do Robson. Ela explicitou a dificuldade com a qual se deparava ao tentar ajudar Robson. Por outro lado, foi possível perceber nas entrelinhas das narrativas que não havia um diálogo mais aberto e direto com Robson sobre as suas expectativas de vida, sobre as percepções da mãe e família materna em relação ao contexto de vida de Robson e, menos ainda, uma abertura para entender quais eram as questões que impediam o jovem de tentar outras vias. Estava nítida a dificuldade de Robson em iniciar e permanecer em vínculos mais formais e contínuos, pautados no modo como a

família materna concebia. Ao mesmo tempo, não havia um envolvimento mais profundo sobre essa dificuldade do jovem, sobre o que realmente o impedia.

Diante desse contexto complexo, emaranhados de caminhos, descaminhos e encruzilhadas, seria possível que Robson construísse o sentido do reconhecimento para com as tentativas de suporte da família? Diante dos elementos de pesquisa que nos foi possível ver, ouvir, registrar e analisar, compreendo que havia uma distância significativa entre as tentativas de suporte da família materna e a adesão de Robson para com elas, como as alternativas de busca de emprego, especialmente, como suportes concretos em sua vida. Mais uma encruzilhada que se desvelou no caminho ziguezagueante de Robson.

Neste percurso analítico, resalto mais um ponto dessas nuances nas relações com a dimensão do trabalho. Identifiquei a presença de uma relação direta entre a possibilidade de apoio, ajuda e construção de suporte, principalmente material, através da rede de apoio da família materna e a dimensão religiosa. Destaco a seguir dois trechos de interlocuções com a senhora Júlia:

Ao mesmo tempo, ela se coloca como impotente ao dizer que está tentando ajudar de todo o jeito, mas parece que é o Robson que não quer. Ela ressaltou de forma frustrada que ele foi criado na igreja, que na casa dela todo mundo é evangélico. (Relato de Júlia - Diário de campo, 2020).

Júlia: Sim, ele sabe que pode contar com a família dele. Que somos todas servas de Deus e que ele também é um servo de Deus. Ele também é um servo de Deus também! Ele tá afastado, mas ele não deixou de ser um servo de Deus. A gente não deixa de ser um servo de Deus, entendeu?

P: Humrum...

Júlia: E ele saiu do caminho, mas, eu sei que Deus tem o plano dele e... e, vai me dar no momento certo... no tempo certo Deus vai fazer todas as coisas, né? Basta ele, o Robson aceitar [voz mais firme nesta afirmação]. Aceitar ajuda, né...

Robson apontou esse aspecto no seguinte relato:

Comentou também que a mãe dele fica doida querendo que ele volta pra Igreja. Relatou que já tinha sido da igreja e tudo mais. Disse que agora estava mais sossegado com isso, “estou de boa” (Robson, 21 anos - Diário de campo – conversa por chamada telefônica, 2020).

Esses relatos mostram que a forma como a família materna de Robson articula a dimensão do suporte no âmbito de buscar alternativas de mudança de vida para o jovem está diretamente ligada à dimensão religiosa. Isso significou nesta análise uma intersecção entre família, religião e trabalho que a experiência do Robson articulou de modo singular na medida em que, para receber alguma ajuda e concretizar um determinado suporte mediado pela família

e rede de apoio da igreja, Robson precisava novamente ser “*servo de Deus*”, voltar para a igreja e ser um “servo” ativo, para ser “digno” de receber ajuda. Esse discurso estava diretamente conectado com os princípios e doutrinas pentecostais baseadas na ideia de conversão como o único caminho de salvação diante os “desvios” mundanos (ANDRADE, 2010; NOVAES, 2011) e na ideia de prosperidade que fortalece o discurso da ação empreendedora individual (ALMEIDA, 2019).

Além disso, esse aspecto reforça a compreensão de que o trabalho e a religião são instituições disciplinadoras, que formatam e controlam os corpos e a mente. Nesse sentido, a expectativa da família era de que o trabalho e a igreja pudessem combater os vícios e a indisciplina de Robson. Assim, o discurso que a família, naquele momento, dava conta de elaborar era que o jovem parecia não querer ser ajudado, tendo em vista a não concretização da sua vinculação com a igreja e com o trabalho lícito.

Outra questão emergente e percebida nesse aspecto, em diálogo com Gabriel Feltran (2017), foi que ter um filho no “mundo das drogas”, afastado da igreja, da escola, sem trabalho, mas envolvido nas práticas rentáveis do mundo ilícito, era sinal de derrota, destruição para o projeto família-gênero-religião-moral hegemônico que emerge na experiência coletiva em que Júlia se socializou. Nesse sentido, foi possível compreender que o Robson se tornou uma fronteira, um ponto de conflito na relação com a família, ou seja, ele representava aquilo que confrontava com o ideal de família, que sua mãe e demais familiares maternos elegiam como norma, valor, bem como as possibilidades, tentativas e esforços que a sua família, especialmente a sua mãe, buscava para possibilitar o rompimento com o mundo extremamente vulnerável e donoso nas dinâmicas do tráfico de drogas.

Ao mesmo tempo, é também mobilizada a crença de que há um tempo certo, o tempo de Deus agir na vida de Robson. Sobre esse aspecto, vale considerar a percepção de que a ausência e outros recursos, instâncias, instituições e equipamentos públicos eficazes e concretos, bem como de outros grupos e coletivos para além da igreja e de instruções e informações efetivas e orientadoras sobre como buscar ajuda, apoio e suportes, levam essas famílias a se assegurarem no caminho que lhes resta (SARTI, 1999). Ou seja, na fé e crenças religiosas que confortam as angústias diante de tantas mazelas sociais, a partir da concepção de que é preciso confiar no “tempo de Deus”. Assim, a fé, vinculada a uma determinada religião, se torna uma saída predominante para lidar com situações tão precárias, violentas, abandonadas pelo Estado e complexas como as vividas por Robson e seus coletivos de origem.

Todas essas questões e dimensões emergiram na empiria e nos permitiram entender que tratavam de situações que acabavam desgastando a relação entre Robson e sua família materna, muito embora a família tenha tentado se fazer presente com algum apoio, se constituindo como um suporte essencial na sua vida, do qual ele dependia, no sentido de, mesmo com os poucos recursos que ela possuía, era quem garantia um mínimo de sua sobrevivência (como moradia com água e luz). No entanto, ela não se constituiu como referência para outros suportes que possibilitassem outras alternativas, outros caminhos na trajetória de Robson.

Ao contrário de se fortalecer e se constituir como uma referência de suporte através do apoio da igreja e do caminho do trabalho, a relação entre Robson e sua família materna, principalmente, permaneceu conflituosa, tensionada, com laços frágeis, quando não rompidos.

Ainda sobre essa relação frágil e em constante movimentação, redirecionamento e alteração de itinerários com a dimensão familiar de Robson, acrescenta-se um elemento que se refere às tensões também presentes na relação do jovem com sua namorada. Foi uma relação composta por situações de conflitos e inconstâncias. Robson relatou que:

[...] eles não estavam passando por um bom momento: “*Estamos tendo uns desacertos*”. Ele me contou que brigou muito com ela, que ele estava “chapado” na hora e ela saiu de casa. Não está mais morando com ele e levou a filha junto (Relato de Robson, 21 anos, Diário de campo, 2020).

Segundo sua mãe,

Recentemente, houve um desentendimento entre ela e o pai do Robson, pelo que deu para entender, e ela junto com a filha voltou para a casa de alguns parentes. (Relato de Júlia – mãe de Robson, Diário de campo, 2020).

Durante uma conversa via Whatsapp, voltei a falar sobre essa questão com Robson, perguntei:

[17:37, 24/12/2020] P: Melhorou os desacertos com você e sua mulher? Espero que sim...

[17:40, 24/12/2020 ÁUDIO] Robson: Ah, tipo assim, não tá aquelas coisas, mas tá melhozin, tá de boa. Mas tá normal, não dá nada não.

Os relatos indicam que os conflitos no relacionamento de Robson também se estendiam para a relação da sua companheira com o seu pai, complexificando um pouco mais as relações familiares que eram estabelecidas. Além disso, faz-se necessário reforçar que, embora não tenha sido mencionado por Robson nos seus relatos, é possível inferir que os conflitos entre ele e sua companheira eram atravessados pelo contexto de vida constituído nos vínculos do jovem com as dinâmicas ilícitas experimentadas nos territórios dos “fechamentos”, do tráfico de drogas,

das “guerras” e todas as demais consequências desses itinerários arriscados. Os territórios dos “fechamentos” e suas dinâmicas se faziam mais concretamente como suportes na trajetória de Robson, mesmo se estabelecendo como suportes patológicos como o uso de drogas. (MARTUCCELLI, 2006).

O entrecruzamento de diferentes caminhos, territorialidades, itinerâncias, dimensões, encruzilhadas da vida de Robson, incluindo o relacionamento amoroso, se mostrou novamente como um processo gravemente frágil, com laços que são facilmente desfeitos, cheio de rupturas que geram muitas lacunas no âmbito social, afetivo, econômico, psicológico. Ao mesmo tempo, isso evidenciou a compreensão de que a trajetória de vida de Robson foi constituída pela territorialidade de entocado imposta dentro dos territórios de violências constituídos nas articulações entre as violações de direitos, as interações no morro, os processos de abandono do Estado e frustração desde a infância, nas precariedades do contexto familiar, sociocultural, econômico, identitário, psíquico, nas dinâmicas do tráfico de drogas e outras. Tudo isso compôs o labirinto extremamente limitado, arriscado, demarcado por muitas encruzilhadas e desacertos de diferentes ordens, no qual Robson persiste, resiste, cria [re]existências.

7 CAUÃ EM ITINERÂNCIA... “CABEÇA ERGUIDA, OLHAR SINCERO. TÁ COM MEDO DE QUÊ? NUNCA FOI FÁCIL”

Bença, mãe [Bença, vó]
 Vamo acordar, vamo acordar
 Porque o Sol não espera. Demorô
 Vamo acordar, o tempo não cansa
 Ontem à noite você pediu, você pediu
 Uma oportunidade, mais uma chance
 Como Deus é bom, né não, nego?
 Olha aí, mais um dia todo seu
 [...]

Não vou te enganar, o bagulho tá doido
 Ninguém confia em ninguém, nem em você
 E os inimigos vêm de graça
 É a selva de pedra,
 ela esmaga os humildes demais
 Você é do tamanho do seu sonho
 Faz o certo, faz a sua
 Vamo acordar, vamo acordar
 Cabeça erguida, olhar sincero
 Tá com medo de quê? Nunca foi fácil
 [...]

(“Sou mais você”, RACIONAIS MC’s, 2002)

Na sequência da itinerância das trajetórias de vida, do percurso metodológico e dos caminhos enveredados na análise, sigo o desafio de narrar outra trajetória biográfica, buscando o adensamento necessário e coerente com a complexidade da pergunta que esta pesquisa implica, mas, principalmente, pela complexidade das vidas envolvidas. São jovens, sujeitos sociais de direitos, muito além de egresso de medida socioeducativa ou “ex-cautelado” ou “ex-prisioneiro”, conformam identidades, modos de ser, itinerâncias sociais múltiplas, coletivas e singulares. São sujeitos concretos que nos emprestam suas palavras, seus corpos, seus pensamentos, suas experiências à nossa interpretação.

Nesta seção, busco as (re)configurações da trajetória de vida de Cauã, a partir das aproximações e interlocuções com ele e demais sujeitos que compuseram o percurso metodológico itinerante. Ao apresentá-lo, busco as (re)configurações da sua trajetória de vida. Primeiramente, apresento quem é o jovem Cauã no contexto desta pesquisa e um panorama sobre o seu percurso desde o período de desligamento da semiliberdade. Em seguida, seguirei a trilha analítica recuperando alguns elementos da sua trajetória biográfica. Busco retomar situações e fatos vividos nas suas experiências desde a infância à juventude, que me foram apresentados pelo jovem nos espaços e interações on/offline e na interlocução com sua principal referência familiar, Dona Zélia. Assim, considerarei seus processos de socialização e sociabilidades nas vivências familiares, as relações com a escola, o território de moradia, os

grupos de pares, as experiências de trabalho e a religião.

Vale ressaltar que esta recomposição foi movimentada a partir das andanças percorridas durante a pesquisa de campo, na busca dos rastros do jovem Cauã, atenta às pistas que ele ia deixando na sua itinerância, respeitando os limites que foram impostos e aproveitando as brechas, as entrelinhas, os hiatos e as narrativas variadas e escancaradas do jovem nos seus perfis das redes sociais digitais, nas conversações que mantivemos e nos nossos encontros presenciais.

Mas, também atentei aos depoimentos falados e/ou postados dos/as sujeitos/as que compõem, junto com o jovem, os seus percursos, e, neste caso, foram fundamentais para que Cauã fosse (re)configurando sua trajetória de vida. Esses/as sujeitos/as fazem parte da família, da Política de Atendimento Socioeducativo e dos próprios grupos juvenis do local de moradia e dos territórios dos “fechamentos”, a partir das interações no ciberespaço. Esses/as sujeitos/as, direta ou indiretamente, contribuíram para a empiria desta pesquisa, que foi tecida a várias mãos, corpos, vozes. Assim como também foi se configurando a trajetória de vida do jovem Cauã. Destaco aqui, também, a participação da Dona Zélia, avó de Cauã. Ela foi uma interlocutora muito importante que contribuiu com elementos biográficos fundamentais no processo de triangulação dos elementos de pesquisa que compõem esta análise, ao mesmo tempo que assumo os limites dessa narrativa, uma vez que se refere à sua percepção sobre as experiências vividas por Cauã.

7.1 Quem é o jovem Cauã? De onde ele vem, quais caminhos tem trilhado?

Cauã estava com 21 anos completados durante a pesquisa. É um jovem alto, magro, mas forte, negro de pele retinta, com corte de cabelo sempre impecável e personalizado com discretos desenhos de lâmina, sempre “na régua”. Assim, se apresentava para mim como um jovem de beleza imponente, de acordo com a minha percepção de beleza, no sentido subjetivamente construído. Mantinha-se sempre com postura de corpo ereto, “cabeça erguida”. Era um jovem que se preocupava em estar sempre “na beca”, no estilo “pivete alinhado” ou “confundido como boy trajado” ou “simplesmente preto”⁷². Em uma troca de conversa mais informal que tivemos, esse aspecto foi abordado. Percebi que ele havia trocado a sua foto de

⁷² As expressões mencionadas neste trecho são expressões descritivas que compõem o dialeto dos jovens desta pesquisa. Cortar “na régua” significa um tipo de corte de cabelo cortado de forma simétrica, milimetricamente aparado; “cabeça erguida” é sobre manter uma postura de vencedor, de atitude, contrária à postura de humilhado ou subalternizado; “na beca” significa estar bem vestido de acordo com um determinado estilo; “simplesmente preto” significa um estilo próprio de se vestir, valorizando a identidade de raça, e/ou “pivete alinhado”, que também se refere ao modo de se vestir bem, com roupas de marca.

perfil do *Whatsapp* e fiz um comentário, pois de fato observei e admirei a camisa que ele estava vestindo.

[...] E logo após, eu escrevi uma mensagem me referindo à nova foto de perfil de *Whatsapp* dele, fiz o seguinte comentário: [17:23, 23/07/2020] Jorddana: “Sua foto está muito bonita! Gostei do look! Camisa linda! Amo flores!”. [...] Em seguida enviou outro áudio, específico em relação ao elogio que tinha feito. Respondeu com um certo sorrisinho na voz (sabe quando a gente consegue perceber que a pessoa está falando sorrindo?!). Disse assim: [17:44, 23/07/2020] Cauã: “Gostou Jorddana? Ficou bonito mesmo! Coloquei até foto de perfil!” (Diário de campo, 2020).

Em agosto, Cauã faz outro post na sua linha do tempo no Facebook. Novamente uma foto dele, posando para a foto, em pé, sem camisa, de óculos de sol, bermuda jeans (e não mais de tãel), com a beirada da cueca aparecendo com o nome da marca Calvin Klein, de chinelo Kener. Ele estava em uma calçada em frente a um muro atijolado com pouco reboco, como se fosse uma obra, uma construção. Na legenda, a seguinte frase: “Simplesmente Preto...”. (Diário de campo, 2020).

Esses aspectos dos modos como Cauã se apresentava esteticamente ressaltam um elemento forte da vivência da condição juvenil que se refere aos processos identitários voltados para a construção da imagem de si, a partir dos referenciais acessados em seu contexto, que contribuem para a construção da sua autoafirmação. E também diz respeito aos processos de aceitação e afirmação coletiva, se fazendo pertencente ao um determinado grupo social juvenil (ABRAMO, 1994; DAYRELL, 2001). As expressões “na beca”; “pivete alinhado” e “confundido como boy trajado” utilizadas nas narrativas construídas no ciberespaço das redes sociais digitais apontam para a necessidade de Cauã de se afirmar como um jovem que também sabe se vestir, que também pode ter estilo próprio. A junção contraditória das noções de “pivete” e “alinhado” diz de um processo de resistência frente a uma lógica que designa o jovem favelado ou de periferia, pobre, egresso da MSE e negro como “pivete”.

Nessa mesma linha de raciocínio, ao se apresentar e se expor publicamente em seu perfil de Facebook, Cauã aponta também para outro processo de resistência que ele enfrentou e enfrenta cotidianamente pelo fato de ser um jovem preto vivendo em uma sociedade racista. A legenda curta, mas muito significativa, que descrevia “*simplesmente preto*” nos indicou uma busca também por rompimento e ressignificação sobre si, seu corpo, sua imagem no mundo. Cauã deixa explícita sua postura de valorização da sua cor de pele, da sua identidade racial e seu processo de pertencimento racial. (CARNEIRO, 2005).

A maneira pela qual Cauã se expõe e se expressa nos fez perceber a ininterseccionalidade entre raça, classe e geração que é explicitamente presente na sua experiência. Isso implica

perceber a condição juvenil de Cauã, principalmente em relação ao aspecto da sua afirmação no mundo como sujeito social (DAYRELL, 2003). Nesse sentido, foi possível compreender que se refere a um processo no qual as dimensões raça e classe estão implicadas uma na outra. A ênfase na narrativa do jovem aqui está no processo de resistência que ele empreende ao ressignificar a articulação das categorias de opressão raça e classe, que insistem em colocá-lo como subalterno, vítima ou suspeito (GOMES; LABORNE, 2018; ARROYO, 2019). Cauã resiste e vai se reconstruindo como sujeito, como humano, vai se afirmando como corpo vivo, valorizado. Desse modo, compreendo que se trata de um atravessamento ressignificado, visto nesta análise como processos de resistências e [re]existências juvenis.

Nesse sentido, a narrativa de Cauã nos aponta para a necessidade de aprofundar o nosso olhar para com ele e outros jovens que vivenciam experiências semelhantes, enxergando para além das marcas de violências que também atravessaram a sua trajetória. Sendo assim, é necessário operacionalizarmos nossas análises com outras lógicas de observação e percepção. Refiro-me à perspectiva decolonial, que nos permite olhar e estabelecer o encontro epistemológico com os interlocutores buscando os sentidos, significados, conhecimentos e lógicas vividas e estabelecidas por eles em suas experiências. O que é muito diferente de uma lógica fatalista que nega o sujeito ou o limita a uma determinada lógica dominante (PEREIRA; GONÇALVEZ, 2016; CALDAS; ONOFRE, 2021).

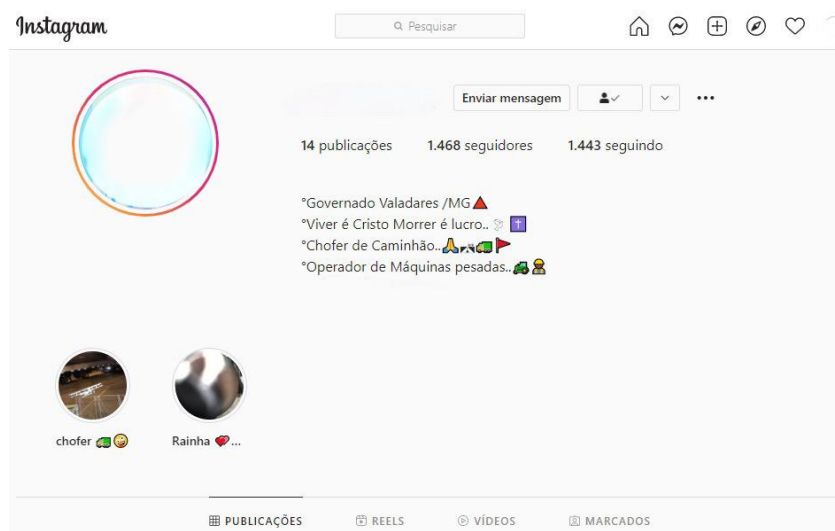
Outros elementos foram compondo a apresentação de Cauã nesta empiria através das observações online dos seus perfis das redes sociais digitais de Facebook e Instagram. Vejamos os elementos que aparecem nas páginas principais de seus perfis.

Figura 47 – Página inicial do perfil em rede de Cauã



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 48 – Página inicial de perfil de rede social de Cauã



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

No Facebook, ele se apresenta com seu próprio nome e um sobrenome e acrescenta, entre parêntese, a característica de “humilde”, que se atribui. Outro elemento que o jovem deixa exposto no seu perfil do Facebook é o status de solteiro. E no Instagram ele se apresenta apenas com nome e um sobrenome. O jovem também se apresenta nos seus perfis como caminhoneiro: “caminhoneiro me tornei” (frase do perfil de Facebook) e como “chofer de caminhão” (descrição do seu perfil de Instagram). Embora não o seja na prática, foi possível constatar através das várias postagens sobre esse assunto e dos momentos de diálogos com o jovem e sua avó, que esse era um desejo alimentado por ele e uma meta de vida mais a longo prazo. Mais adiante, retomarei esse aspecto na relação com a profissão do pai, que era caminhoneiro. Na descrição do seu perfil de Instagram, aparece outra profissão: “operador de máquinas pesadas”. Trata-se de uma atualização no seu perfil bem mais recente, que foi possível acompanhar mais no final do período da pesquisa de campo, por ter sido também uma experiência de trabalho vivida mais recentemente. Abordarei mais elementos dessa experiência mais à frente.

Ele demarca em ambos os perfis o seu território, deixando explícita a informação de que mora em Governador Valadares/MG. No Facebook, ele deixou registrada a informação de uma das escolas em que estudou. Já no Instagram, ele não menciona essa dimensão. No entanto, no Instagram ele deixa explicitada na descrição do perfil a dimensão religiosa com a frase “Viver é Cristo, morrer é lucro”. É possível verificar ainda que o jovem tem dois destaques de *story* no Instagram, um intitulado “chofer”, no qual ele salva os conteúdos que reposta ou produz relacionados a caminhões, registros de caminhoneiros e suas rotinas nas estradas. E no outro,

intitulado “rainha”, ele mantém em destaque registros com a sua avó materna.

É possível compreender que Cauã é um jovem que se percebe como uma pessoa humilde, que se preocupa em mostrar informações relacionadas ao trabalho e à sua profissão, privilegiando aquelas que são seus sonhos, desejos, mesmo não sendo um projeto de vida mais concreto, palpável no presente vivido (DAYRELL; REIS; LEÃO, 2011; LECCARDI, 2005). Escolhe também demarcar uma posição relacionada à sua crença religiosa, apesar de ser de forma sutil; expor a importância que tem a sua avó como a referência materna e explicitar seu território. Nesse sentido, é possível afirmar que, para o jovem Cauã, o seu nome como marca de várias territorialidades, sua identidade, o trabalho, a família, a religião, manifestada pela fé cristã, como parte de seu projeto de vida e o território onde vive são elementos fundamentais para representar parte significativa de quem ele é.

É importante ressaltar que o seu perfil do Facebook nem sempre foi assim. Ao longo do acompanhamento e observações online realizadas, foi possível perceber atualizações à medida em que os acontecimentos da sua trajetória de vida foram também sendo alterados. Isso foi perceptível, especialmente, através das fotos de perfil que o jovem foi alterando desde o seu desligamento da medida socioeducativa até o período da pesquisa. Aqui, neste momento, escolhi priorizar os perfis expostos no momento de desenvolvimento da pesquisa de campo. Assim, incluí o Instagram, pois foi um perfil criado no mesmo período.

De maneira mais panorâmica, reúno logo a seguir elementos que também nos informam sobre quem é o jovem Cauã no sentido de situá-lo um pouco mais em seus percursos após o desligamento da MSE de semiliberdade.

Cauã morava com a avó materna e o segundo marido dela, que ele considerava também como seu avô, residindo em um bairro popular, considerado uma região periférica da cidade, por ser mais afastado do centro e por ter uma estrutura ainda precária e com poucos equipamentos públicos. Está entre os bairros considerados como aglomerados subnormais/favelas do município de Governador Valadares. Uma pesquisa realizada no município entre 2013 e 2015 sobre distribuição espacial e percepção da violência na cidade aponta que o bairro onde o jovem e sua família residem está entre os considerados mais violentos. (Andrea SIMÃO; Marina AMORIM; Gilvan GUEDES, 2016).

A avó e o avô são pessoas aposentadas e atuam como pastores de uma igreja evangélica. O avô do Cauã, Sr. José, era pedreiro e ainda trabalhava tanto na reforma da própria casa em que eles moravam, como em trabalhos externos. A avó, Dona Zélia, se dedicava apenas à atuação como pastora, com todas as atribuições que essa atividade demandava, como gerir a

congregação, ministrar os cultos, fazer palestras e pregações e outras. A renda principal da casa então era dessas aposentadorias e muito provavelmente dessa atividade na igreja.

A mãe morava em outro estado com seus outros filhos: uma moça um pouco mais nova que Cauã e o caçula dos irmãos. A mãe se mudou em busca de trabalho e estabeleceu um relacionamento mais duradouro com o atual padrasto de Cauã. A formalização dessa união ocorreu no período da pesquisa. O pai do jovem faleceu quando ele tinha 13 anos de idade. Ele era caminhoneiro e morreu tragicamente em um acidente. Eles nunca moraram juntos, pois o relacionamento entre o pai e a mãe foi muito conturbado. No entanto, foi possível perceber que havia uma relação de afeto, embora distanciada, entre o jovem Cauã e seu pai biológico. Atualmente, o jovem não tem relação próxima com a família paterna, mas até o momento da pesquisa, Cauã recebia a pensão do pai, que o jovem dividia com sua mãe. Foi possível perceber que a sua parte era usada por ele mais autonomamente.

Cauã, segundo as informações da diretora da Casa Semiliberdade de Governador Valadares, cumpriu a medida socioeducativa por cerca de dois anos e meio, de dezembro de 2015 a agosto do ano de 2017, data em que foi desligado por cumprimento da medida. Ele continuou os estudos logo após o desligamento e teve uma experiência de trabalho durante a campanha eleitoral para a prefeitura e outros empregos informais, não detalhados. Após o desligamento da medida socioeducativa, Cauã aderiu ao Programa de Acompanhamento de Egresso Se Liga e teve alguns momentos em contato com as educadoras de referência, que, entre outras ações de acompanhamento, mediarão o processo de inserção escolar. Essa experiência de continuidade dos estudos durou muito pouco tempo, pois o jovem foi suspenso algumas vezes até ser expulso da escola. Cauã também passou por outra experiência de privação de liberdade, já no sistema prisional, uma vez que já estava na condição de maioridade. Ele foi apreendido e levado para o presídio do município, durante um curto, mas muito intenso e violento período de uma semana.

Após o desligamento da medida socioeducativa de semiliberdade e do sistema prisional, o jovem passou um ano fora do município de Governador Valadares para trabalhar em um emprego informal na bilheteria de um transporte de entretenimento conhecido como “Trenzinho da Alegria”, viajando pelo estado da Bahia. No entanto, devido à pandemia da Covid-19, que exigiu o fechamento de muitos estabelecimentos e, principalmente, atividades que geravam aglomeração, o jovem Cauã ficou sem trabalho e retornou para Governador Valadares. Desde então, ficou à procura de outros “serviços”, como ele mesmo dizia.

Durante a pesquisa, ele não estava vinculado a nenhuma escola, tendo abandonado o

ensino fundamental pouco tempo depois de ser desligado da semiliberdade. Mas, no retorno a Governador Valadares, mesmo em período de isolamento social, devido ao contexto de pandemia, ele começou a fazer aulas em uma autoescola para realizar o sonho de tirar a carteira de motorista. Foi possível perceber também que, nesse retorno, o jovem se vinculou de maneira mais assídua a uma igreja evangélica.

Em resumo, a rotina do jovem Cauã durante a pesquisa era trabalhar em empregos informais e temporários que conseguia, frequentar as aulas na autoescola e ir para as atividades da igreja, especialmente nos finais de semana, além dos momentos com a família, mais especificamente com os avós, e os amigos mais novos do seu território de moradia

Seguindo o caminho, na medida em que Cauã ia me permitindo aproximar das suas itinerâncias on/offline, fui construindo o percurso metodológico itinerante com ele. E, desse modo, meu olhar se voltou para as (re)configurações da sua trajetória de vida após desligamento da medida socioeducativa de semiliberdade, o que me possibilitou construir um caminho de análise sobre quem ele era e estava se tornando e sobre sua trajetória de vida.

Nesse sentido, buscando responder a pergunta sobre quem é o jovem Cauã, é preciso, neste momento da escrita da tese, dizer sobre esse jovem que se apresentou para mim e para a pesquisa neste novo encontro como um jovem que se (re)faz no presente vivido e que nitidamente tem outros olhares, visões e posturas no/com o mundo que lhe é oportunizado. É, portanto, necessário dizer da sua presença na relação social (re)construída comigo, do seu percurso de vida que me foi possível observar, acessar, dialogar, compreender.

O jovem Cauã foi muito presente durante esta pesquisa, mesmo mantendo a característica comportamental de ser mais reservado. Continuava muito observador. Apesar de ao meu olhar se apresentar como um jovem muito mais aberto ao mundo se comparado ao contato anterior que tivemos (durante a pesquisa de mestrado), mantinha a característica de ser pouco expansivo e falante. Ele precisava de tempo para analisar se o terreno era de confiança e se a pessoa ou situação traria alguma coisa de interessante para ele, se valeria à pena investir em determinada interação social, diferente da ideia pré-concebida de carência para esses jovens, muito propagada.

Cauã possibilitou reforçar uma das hipóteses e intenções desta pesquisa, e constatar a necessidade de ainda rompermos com a ideia do sujeito da falta, da ausência, da carência, que necessita de ações e políticas públicas que se concretizam em intervenções compensatórias e salvacionistas, dadas as suas condições de vulnerabilidade social, ameaça e inadequação social e/ou desvio moral. Essas condições correspondem a uma perspectiva de humanidade histórica,

social e culturalmente construída por uma visão de mundo dominante, pautada na perspectiva colonialista, capitalista, patriarcal e racista, na qual ser humano não é um direito de todas as pessoas, mas, sim, um privilégio para aquelas pessoas que acessam, compactuam e repercutem essa mesma lógica de sociedade (QUIJANO, 2005; ARROYO, 2012; 2019).

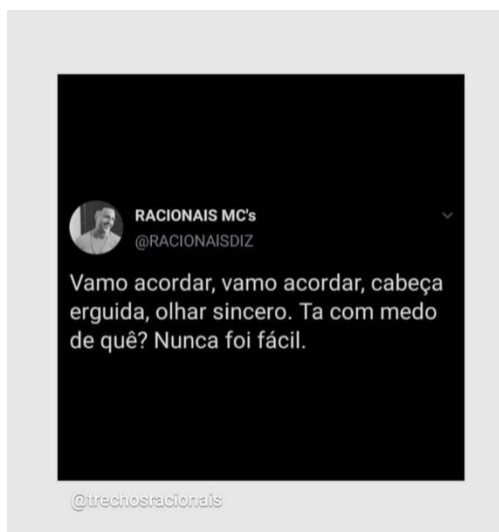
Desde o primeiro contato estabelecido mais diretamente, tanto através do aplicativo de bate-papo Messenger, da rede social digital do Facebook, do primeiro contato telefônico e depois dos encontros presenciais e conversações continuadas por outros aplicativos e mídias digitais, foi possível perceber uma nova postura frente à sua realidade atual, em relação aos contatos que tínhamos durante minha pesquisa de mestrado (ALMEIDA, 2017). Uma postura de peito aberto, de quem se sente orgulhoso e tem o prazer e a alegria de compartilhar isso, de contar isso para o mundo.

Entre as primeiras palavras que o jovem Cauã pronunciou a mim, ele disse “[...] *Mudei de vida graças a Deus!*” (Cauã, 20 anos, março de 2020 – conversação via Messenger). Nessa mesma mensagem, o jovem logo me passou o novo contato telefônico, pediu o meu contato, e em seguida nós nos falamos por telefone. E, sem muito esforço, ele foi me contando suas histórias, dando ênfase sobre a experiência atual, onde ele estava e o que ele andava fazendo. A partir da minha intervenção, ele disse o que tinha acontecido após a saída da semiliberdade, de uma forma sintética (detalharei mais adiante), como quem queria falar rapidamente desse assunto para voltar ao que realmente interessava: falar da sua vida hoje, no presente.

Essa percepção de mudança de postura por parte do jovem após o desligamento também ocorreu através das observações online que me permitiram identificar alterações nas dinâmicas de postagem do jovem. A partir de um determinado momento, após o seu desligamento da MSE e após a segunda experiência de prisão, Cauã se distanciou das suas redes sociais digitais, no sentido de não registrar nenhuma postagem na sua linha do tempo em intervalos de dois ou mais meses no ano de 2019, além dos registros de postagens restritas, por exemplo.

Seguindo essa trilha, iniciei este capítulo com trechos da música-poema-rap intitulada “Sou mais Você” (RACIONAIS MC’s, 2002), porque ela diz muito sobre quem é o jovem Cauã, a partir da minha percepção em diálogo com a narrativa do próprio jovem. Foi uma letra que marcou as suas postagens nas redes sociais digitais e, por isso, me fez ler e interpretar que ela o representa de maneira mais significativa, na sua própria percepção, no momento em que a pesquisa decorreu. Cauã destaca principalmente o seguinte trecho: “*Vamo acordar, vamo acordar. Cabeça erguida, olhar sincero. Tá com medo de quê? Nunca foi fácil*”.

Figura 49 – Story em rede social de Cauã – Letra de música



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Ao me deparar com esse trecho postado pelo jovem mais de uma vez na sua rede social, entendi que se tratava de uma mensagem, uma narrativa, uma forma de representação, em formato de *post*, à qual eu deveria dar mais atenção. Assim, logo fui fazer uma busca na internet pela letra completa e, na medida em que eu fui lendo e ouvindo a narração de um dos vocalistas do grupo de hip hop Racionais MC's, foi como se ouvisse o próprio jovem Cauã me narrando sobre seus sentimentos, sentidos e representações sobre a sua vida hoje, “*no mundão*”. Foi muito potente perceber e interpretar que, de alguma maneira, aquela letra fazia muito sentido para o jovem e representava algumas ideologias, premissas de vida que o faziam se mobilizar, se movimentar, buscar por algo.

Inicialmente, deparar deparar-me com essa letra me fez paralisar diante da tela, de cada uma das frases: “Vamos acordar, o tempo não cansa”; “Ontem à noite você pediu, você pediu uma oportunidade, mais uma chance. Como Deus é bom, né não, nego?”; “Olha aí, mais um dia todo seu”; “Sou mais você nessa guerra”; “A preguiça é inimiga da vitória”; “O fraco não tem espaço e o covarde morre sem tentar”; “Não vou te enganar, o bagulho tá doido”; “Ninguém confia em ninguém, nem em você e os inimigos vêm de graça”; “É a selva de pedra, ela esmaga os humildes demais”; “Você é do tamanho do seu sonho”; “Faz o certo, faz a sua”; “Cabeça erguida, olhar sincero. Tá com medo de quê? Nunca foi fácil”; “Junta os seus pedaços e desce pra arena”; “Nada como um dia após o outro dia” (RACIONAIS MC's, 2002).

Depois, veio o movimento do pensamento, da reflexão e do *insight*, algo bem próximo da tradução simples dessa palavra: “clareza súbita na mente, no intelecto de um indivíduo;

iluminação, estalo, luz (Google tradutor), que me fez enxergar que, mesmo sem falar diretamente para mim, o jovem estava ali, naquele espaço da rede social digital, se expondo, expondo sua voz, sua narrativa sobre a sua própria vida e presença no mundo (REIS, 2014). Assim, pude compor mais uma camada, textura e ver mais uma parte de quem é esse jovem.

Cauã se coloca no mundo como um jovem que tem pressa e que quer fazer as coisas acontecerem para ele. Como se não pudesse mais perder tempo. Mostra-se muito certo do que ele quer e usa as redes sociais digitais para registrar e falar mais abertamente sobre isso. Tem necessidade de mostrar esse “novo” jovem para as pessoas, para o mundo. Como se o que valesse é o que está acontecendo agora, quem ele é hoje, valorizando o tempo presente. Ele olha pra frente. “*Vamo acorda, vamo acorda*” (RACIONAIS MC’s, 2002).

A música “Sou mais você”, dos Racionais MC’s, a partir dos *posts* do jovem, foi uma narrativa explícita sobre suas premissas mais atuais, sua nova visão de mundo, após o desligamento da medida socioeducativa e experiências vividas desde então. Somada ao conjunto de todos os demais registros, falas, comportamentos, experiências vividas pelo jovem e observadas por mim durante a pesquisa, me possibilitaram compreender que Cauã ia deixando explícito que ele desejava e precisava viver, fazer sua trajetória e, assim, compor sua narrativa em movimento, em busca, em itinerância. Mostrou-me que o seu foco era fazer seus “corres”, viver a sua “nova” vida.

Esse aspecto do interesse maior do jovem em enfatizar mais o seu momento presente me chamou a atenção e me permitiu considerar como um elemento de pesquisa. De acordo com Norbert Elias (1986), compreendo que o modo de conceber e viver o tempo não se resume a uma experiência biológica ou metafísica, sendo uma dimensão sociocultural que se modifica conforme a sucessão das gerações, com os contextos sociais e históricos vividos por cada grupo social.

Nesse sentido, em diálogo com Leccardi (2005), o presente é o tempo mais evocado e significado pelos/as jovens na contemporaneidade, dadas as profundas mudanças ocorridas na sociedade ocidental a partir de meados do séc. XX (“intensificação da globalização e dos mercados globais, o pluralismo dos valores e das autoridades, o individualismo institucionalizado” (p.13), a velocidade das inovações tecnológicas, os riscos globais e outros), que afetam as relações sociais e institucionais na “modernidade complexa”, como afirma Melucci (2004). Além disso, “interfere diretamente na produção social dos jovens e na forma como se relacionam com o tempo” (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2011, p. 1073). Assim, a noção de futuro na modernidade contemporânea passa a ser indeterminada e indeterminável,

governada pelo risco. Isso significa que o futuro foge do controle e está associado a um sentimento difuso de alarme associado à sensação de impotência.

Assim sendo, grande parte das juventudes, em resposta às condições sociais de intensa insegurança e de risco, tende a encontrar refúgio no “presente estendido”, como a dimensão temporal de referência. Para Leccardi (2005), o presente torna-se a dimensão do tempo acessada, vivida sem muito desconforto e sobre a qual é possível deter mais atenção. Desse modo, a autora define o presente estendido como o espaço temporal que bordejia o presente, sendo tanto curto, a ponto de não fugir do controle humano e social, quanto suficientemente amplo, para dar alguma possibilidade de projeção para além no tempo. Nas palavras da autora, “o tempo presente (ora mais, ora menos estendido) aparece como a única dimensão temporal disponível para a efetivação das escolhas, um verdadeiro horizonte existencial que, em certo sentido, inclui e substitui futuro e passado” (LECCARDI, 2005, p. 46).

Partindo dessa reflexão, a trajetória de Cauã, inter-relacionada com as trajetórias dos demais jovens interlocutores, permitiu acrescentar mais uma camada nessas análises sobre as relações temporais nas vivências das juventudes que ressalta a valorização do presente. Os jovens desta pesquisa, especialmente a partir desse apontamento de Cauã, também se refugiam no tempo presente, diante de todos os riscos globais e locais que enfrentam nas suas trajetórias. Mas isso se dava principalmente no sentido de buscarem uma forma de “anular”, “apagar” ou se distanciar do passado, tanto mais longínquo, que se refere ao tempo do cumprimento de MSE, quanto mais recente, após seu desligamento.

No caso de Cauã, ficou explícita a necessidade de se distanciar cada vez mais, e de diferentes formas, do seu passado e evidenciar o seu presente vivido. Para ele, falar do passado não era algo simples, “*pesava a mente*” (Cauã, 21 anos, 2020). Isso aponta para uma alternativa, um modo de conseguir criar brechas, saídas, escapes, espaços de reinvenção de si, da sua imagem, do seu modo de estar no mundo, seus processos de reconstrução de identidade, de reconhecimento e de rumos, itinerários. Havia uma necessidade de focar no hoje, viver o agora, mirando para futuros mais presentificados, sem ter que pensar muito no que aconteceu anteriormente, principalmente.

7.1.1 Vidas precárias e ameaçadas desde os seus coletivos de origem: trajetória que se tece em provisoriedade

O primeiro contato presencial com Cauã aconteceu na sua residência, acompanhando pela sua avó, Dona Zélia. Ambos me receberam com muita atenção, acolhimento, respeito e afeto. Foi possível perceber no clima do momento que houve uma preparação entre eles para a

minha visita, no sentido de organizarem esse tempo para me receber e sentar comigo para conversar.

[...] Durante esse momento do nosso diálogo, Dona Zélia acabou contando o “testemunho” do Cauã. Novamente ela pediu autorização para ele. Achei muito respeitoso da parte dela. Foi bem bonito perceber a relação de respeito entre os dois! Ela disse mais ou menos assim. “Cauã, conta pra ela como foi o seu testemunho [...]”. “Foi muito bonito! A gente tem que te contar para ajudar no seu trabalho aí”. E, com o consentimento contido do Cauã (apenas confirmou com a cabeça que poderia contar), Dona Zélia disparou a narrar! (Diário de campo, 2020 – Momento de entrevista-conversa o realizado na casa do jovem Cauã).

Dona Zélia, avó materna do jovem Cauã, é uma exímia narradora. Ela foi uma das interlocutoras que contribuíram muito para a minha reaproxima o com o jovem e seu contexto. Através dela, foi possível localizar e compor com mais precisão os elementos da trajetória do jovem e compreender como foram se constituindo suas experiências de vida e se configurando seus percursos em sua trajetória. Durante as narrativas da avó, Cauã permaneceu ao lado, acenando com a cabeça, em alguns momentos sorrindo, ora ficava sério com o semblante pensativo, ora confirmava as situações contadas e/ou complementara a fala da avó. De um modo geral, a sua postura foi de consentimento.

Mas, antes de entrarmos em mais elementos da trajetória de vida do jovem Cauã, faz-se necessário e coerente incluir nesta análise alguns elementos que me ajudam a conhecer e saber um pouco mais sobre o seu contexto familiar, a partir das experiências de vida de Dona Zélia.

Dona Zélia é uma mulher forte. Desde o primeiro momento em que nos falamos e nos encontramos, foi possível notar que ela era a principal referência da família do jovem Cauã. Na mesma intensidade, foi possível notar, desde o seu semblante até a sua forma de falar, de narrar e expressar seu olhar sobre a vida, especialmente sobre a vida do neto, que a força que ela transmitia vinha de uma vida dura, de uma mulher trabalhadora.

De maneira breve, mas certa, Dona Zélia relatou que passou por muitas adversidades na vida para cuidar da família e se constituir como mulher, esposa, mãe e como pastora há 33 anos em uma igreja protestante neopentecostal, tornando-se referência para o grupo pertencente à comunidade com a qual se congregava. Sua trajetória de vida foi marcada por violações de direitos e por violências domésticas, experiências de opressão de gênero, classe e raça que se fizeram reais através de processos violentos como misoginia, sexismo e machismo, gerando processos fortes de sobrevivência e resistência.

Foi nítida a compreensão de que, diante de tantas situações adversas, vivenciando dificuldades de várias ordens – social, econômica e psicológica –, Dona Zélia conseguiu se

encontrar, buscar e construir sentidos para a vida na relação com a religião e com sua espiritualidade. É possível inferir que a sua busca pela formação religiosa e a possibilidade de se constituir como uma líder religiosa foram suportes importantes para a sua sobrevivência, considerada aqui de forma mais ampla, isto é, no âmbito sociocultural, econômico, psicológico. Foram suportes, na perspectiva de Martuccelli (2007), que possibilitaram a sua constituição e reconhecimento como sujeito, como humana, como gente. Assim, a partir dos relatos da Dona Zélia sobre sua história, a história do Cauã e do contexto da família, foi possível perceber também o quanto a dimensão religiosa foi se constituindo como central na configuração e experiência deles/as.

Dona Zélia me fez refletir sobre ser e tornar-se mulher nas camadas populares, experimentando diversas formas de violência, de exploração. Ela também me fez refletir sobre ter coragem e ter que lidar com todo o peso de ser arrimo de família. Dona Zélia se constituiu como uma interlocutora essencial para esta pesquisa. Assim, sem muito esforço da minha parte, ela já foi logo me perguntando “posso começar do começo?”, se referindo à história da vida do Cauã, que, para ela, era também um verdadeiro “testemunho de vida”.

Foi possível perceber que a trajetória de vida do jovem Cauã foi marcada fortemente pela dimensão da família, descrita por Dona Zélia a partir das suas variadas formas de organização e funcionamento. Isso incluía a participação de outros parentes na criação do jovem, como tios/as, avós maternos e paternos, padrasto. Mas, foi nitidamente revelado o vínculo forte estabelecido entre o jovem e Dona Zélia, sua avó materna. Isso não substituíu a figura da mãe, mas se constituiu no laço materno mais forte do jovem (DAYRELL, 2003).

O contexto de vivência familiar foi marcado por diversas dificuldades experimentadas tanto no sentido material, financeiro, como em relação a ausências de garantia de direitos básicos como moradia, educação, saúde, trabalho formal. Além de ausência de instruções básicas sobre serviços e equipamentos públicos existentes para também dar suporte no processo de desenvolvimento do jovem Cauã, especialmente na infância, no momento em que ele apresentava sintomas de adoecimento mental e precisava de cuidados e orientações mais específicas e especializadas.

A família é adjetivada pela avó como complicada, em suas palavras: “*É complicada essa família, cada um tem um problema*” (Dona Zélia, outubro de 2020), reforçando a ideia de família “problemática”, ou seja, contrária à ideia de família tida como “ideal”, aquela com pai e mãe biológicos juntos, casados, preferencialmente no religioso, com trabalho e renda estáveis, que cuidam dos filhos/as sem precisar da família estendida.

Em diálogo com Sarti (2003; 2004), é possível considerar que se trata de um padrão e uma normatividade socialmente dominante e ainda muito repercutida no discurso moral para com as famílias que se organizam e se estruturam de formas diferentes, principalmente as famílias das classes populares. Sarti (2004) ressalta a necessidade persistente de rompermos com essa tendência nos modos de conceber e compreender a família, que, na maioria das vezes, antecipa a realidade. Faz-se urgente compreender a família como uma realidade que se constitui pelo discurso de si própria. Para a autora,

Nesse jogo entre o mundo exterior e o mundo subjetivo, as construções simbólicas operam numa relação especular. Assim acontece na família. O discurso social sobre a família se reflete nas diferentes famílias, como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, que, por sua vez, devolverá ao mundo social sua imagem, filtrada pela singularidade das experiências vividas. Assim, cada família constrói seus mitos a partir do que ouve sobre si, do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si que contém também sua própria elaboração, objetivando sua experiência subjetiva (SARTI, 2004, p. 14-15).

Desde a gestação, Cauã, sua mãe e sua avó passaram por momentos extremamente delicados e arriscados. O trecho da entrevista-conversaçoão a seguir destaca essas questões:

Zélia: Antes dele nascer, com oito meses a mãe dele tava grávida, deu um relâmpago muito grande, nós morávamos no bairro São Geraldo, deu um relâmpago muito grande e a faísca do relâmpago entrou, passou por nós assim e bateu na televisão e acendeu um fogão! Aí ela tava com a toalha molhada, minha filha, e ela foi e passou perto do ventilador, a toalha garrou lá, quase pega fogo, quase mata ela!

P: [espanto]

Zélia: Aí ela tomou um choque na barriga! Tomou choque e ele parou de mexer. Ele ficou sete dias sem mexer nela. Aí quando foi outro dia ela falou “Mãe, o menino num tá mexendo mais não!”. Eu falei “Ah, num tá mexendo por quê?”. “Tá não, mãe, tem dias que ele num tá mexendo.” Aí eu falei “Ah, então nós tem que ir no médico!” [...]

Esse relato nos aponta alguns elementos importantes para esta análise. Entre eles, mostra que se trata de uma família que morava em uma residência com uma estrutura precária, que permite que, em situações como a relatada, as pessoas fiquem mais expostas a fatalidades como essa. Isso indica também que estamos falando de uma família de classe popular, que vivencia a condição de pobreza, em relação à dimensão socioeconômica. Nesse sentido, é possível afirmar que, desde a gestação, Cauã e suas referências maternas vivenciaram situações precárias de vida. E, especialmente o Cauã, já muito cedo, lidou com o fato de ter a vida ameaçada. Além disso, essa situação vivida aponta também a precariedade no sentido do direito e acesso à saúde, em relação à demora da família em procurar uma avaliação médica logo após o ocorrido.

Após o nascimento do Cauã, a presença e o suporte da avó não saíram de cena. Assim, desde a infância do Cauã, a mãe e a avó dividiam os cuidados e a criação. Seus pais não mantiveram a relação e não chegaram a morar juntos. Então, o jovem e sua mãe moraram na mesma casa que a avó durante um período. Depois de certo tempo, sua mãe foi morar sozinha, mas Cauã continuou com a avó.

[...] Eu ficava direto no Conselho Tutelar [pigarro] com ele. E ele não conseguia, assim, ele não conseguiu crescer ao lado da mãe dele. Praticamente ele, toda vida ele ficou comigo, mesmo. Quando ele estava um pouquinho mais novo, ele começou a caminhar com a mãe dele, mas depois ele num [pigarro], o jeito dele agitava demais, ela num aguentava aquilo, pegava e me entregava ele. E acabando, eu acabei adotando ele mesmo como filho, né? (Dona Zélia, outubro de 2020).

A relação estabelecida entre Cauã e sua mãe, senhora Jéssica, foi marcada por alguns percalços, conflitos e abandonos. A jovem mãe do Cauã sempre trabalhou muito, tendo o ensino médio incompleto. Segundo Dona Zélia, após o nascimento do Cauã, ela teve outro relacionamento, no qual teve outros quatro filhos. Esse relacionamento era muito conturbado. O seu companheiro era uma pessoa violenta, que fazia uso de drogas lícitas e ilícitas. Nas palavras de Dona Zélia, “*ele mexia com droga e batia muito nela*” (Dona Zélia, outubro de 2020). Durante um longo período, Jéssica sofreu violência doméstica, tanto física, quanto psicológica, e vivenciou episódios de adoecimento mental.

Seguindo esse rastro, identificamos que Cauã era uma criança muito agitada. Segundo a avó, ele se comportava de maneira muito irritada, às vezes, agressiva ou muito acuada. Esses comportamentos eram manifestados em todos os contextos em que ele convivia, seja em casa, com a mãe, com o pai, na escola etc. Dona Zélia relatou:

[...] E aí quando eu levei lá [CERSAM (Centro de Referência em Saúde Mental)], a moça falou assim “Olha, nós vamos colocar ele na AVADDE [Associação Valadareense de Assistência e Defesa dos Direitos dos Excepcionais] pra vê se, se ele tá com algum distúrbio, alguma coisa assim, né? Pra ter uma melhoria”. [...] O Cauã teve que ir pra AVADDE, estudar na AVADDE, porque não conseguia fazer nada na escola (Dona Zélia, 2020).

Os relatos da avó materna vão nos apontando que o processo de desenvolvimento físico, psíquico e social do jovem apresentou necessidades específicas de estímulo, cuidado, mediação e compreensão. Desde muito pequeno, com oito anos de idade, Cauã recebe o diagnóstico de depressão. Além disso, desde os dados acessados no primeiro contexto de pesquisa realizada com o jovem, durante a sua experiência de cumprimento de medida socioeducativa, em seus registros constava a informação de que o jovem já era atendido e acompanhado pela rede pública

de saúde com o diagnóstico de TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, antes do período de cumprimento da MSE (ALMEIDA, 2017).

E Dona Zélia seguiu relatando:

Então, tinha vez que eu tinha que ir duas, três vezes no Conselho Tutelar com Cauã, né? De umas arte que ele fazia, na escola, era muita luta que a gente passou. (Dona Zélia, 2020)

[...] É... O Cauã, ele deu muito trabalho pra gente quando o Cauã estava mais novo. O Cauã teve uma depressão com oito anos... [pigarro]... E nós tivemos uma luta muito grande com ele. Eu tive que levar o Cauã pro CERSAM, teve que tratar no CERSAM (Centro de Referência em Saúde Mental). Às vezes, o Cauã tinha que, nós tinha que levar ele pro CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). [...] (Dona Zélia, 2020)

[...] Deu [se referindo ao diagnóstico], psiquiatra, até com psiquiatra, né? E o Cauã quebrava tudo aqui dentro de casa. Quebrava aqui, quebrava na mãe dele. Ele com oito aninho. Quebrava as coisa tudo, tinha uma força terrível! [...] Ele chegou a tomar o... [pausa]... tegretol, ele tomou ritalina, acho que é ritalina. Ele tomou neuleptil, são remédios bravos que o CERSAM dá. Até entanto, que depois com o tempo a psiquiatra lá tirou o Cauã de lá e mandou eu levar ele pro CREAS [Centro de Referência Especializado em Saúde Mental], né?

Outro elemento importante na experiência da primeira infância do jovem Cauã foi a escola, que se apresentou como um suporte, porém, de maneira ambígua. É possível apontar que, de um lado, a escola colaborou diretamente com a articulação e orientação para a família sobre como acessar a rede pública de serviço social e de saúde no acompanhamento do jovem. Isso possibilitou que o jovem vivenciasse um atendimento mais amplo, multiprofissional e com condições de investigar mais detalhadamente as demandas de seu desenvolvimento.

Por outro lado, e ao mesmo tempo, a escola e a rede de serviço social, na qual Cauã estava inserido, contribuíram para o afastamento e posteriormente abandono do jovem da própria escola e processo educativo mais formal, quando foi transferido para a AVADDE.

Conforme o relato da avó, o jovem é encaminhado para AVADDE, uma instituição com enfoque no trabalho com pessoas com deficiência, por não conseguir cumprir com as atividades requeridas pela escola. Essa conduta mostra o quanto o jovem Cauã passou por uma experiência escolar excludente, pelo fato de a escola não contar com uma estrutura e uma prática que se articula com a rede social de proteção, não acompanhando, assim, o atendimento dele na outra instituição e transferindo a ela a responsabilidade pelo jovem.

Nesse sentido, durante a experiência escolar do Cauã na primeira infância, o que imperou foi a perspectiva da segregação, que, embora o incluísse em um atendimento especializado, o excluía da educação regular. Isso significa que a relação com a escola na

trajetória do Cauã, desde muito cedo, foi marcada por processo tensos, conflitantes, estressantes, excludentes e, por isso tudo, violentos. É possível inferir que a experiência pedagógica escolarizada vivenciada pelo jovem contribuiu com a reprodução da lógica da exclusão ao rotular as pessoas e colocar sobre elas todo o peso e justificativa pelo fracasso (LAHIRE, 1997).

Assim, o jovem é decretado como incapaz, como limitado, não adequado para permanecer na instituição de ensino e acessar um processo de escolarização que é seu direito. É possível afirmar que, desde criança, o jovem Cauã vivenciou processos de inclusão excludente, ou inclusão precária (MARTINS, 1997). Especificamente, de acordo com Cecília Collares e Marta Moysés (1992), houve um processo de exclusão produzido pela escola com base na justificativa pautada pela deficiência mental e ou comportamental de Cauã. Esse elemento enfatiza os impactos dessa postura das instituições ao produzir a exclusão de pobres e negros.

Há uma reprodução de uma lógica de sociedade e de escolarização que foi pensada para um tipo ideal e por isso ainda se mostra muito limitada e com muitas dificuldades – sejam elas materiais, de infraestrutura, intelectuais, formativas, socioculturais e afetivas – para se rever, se repensar, se adaptar e, principalmente, ter como centralidade os sujeitos que acessam as instituições de ensino e suas demandas e realidades, para construir projetos pedagógicos com eles e elas. E, assim, produzir processos educativos que façam sentido na vida das pessoas e que permitam que elas produzam sentidos para suas próprias vidas.

A partir da experiência escolar de Cauã, é pertinente para esta pesquisa destacar que, na execução das políticas públicas de educação, saúde, serviço social e de segurança pública, é ainda existente, embora não de forma generalizada, a tendência de reprodução da lógica individualista, de valorização meritocrática e de responsabilização apenas do indivíduo sobre seu sucesso ou fracasso para com situações que são estruturais e sistêmicas. É possível inferir que os diagnósticos dados ao jovem Cauã, os tratamentos com medicalização e as indicações de serviços especializados que o distanciaram da experiência escolar regular, por exemplo, partem do pressuposto de tratar o transtorno restritamente como uma doença e não como parte do processo, como mais um elemento que compõe o processo de desenvolvimento pessoal e que precisa ser considerado no trabalho de acompanhamento e orientação destinado a ele, seja no contexto familiar, educacional formal, sociocultural mais amplo como espaços e vivência culturais de interação social, de sociabilidade, de lazer e outros.

Todos esses aspectos que compõem a trajetória escolar de Cauã vão nos mostrando e

nos ajudando a perceber como vai se construindo uma trama social, ou melhor, como vai se produzindo um lugar social, desde a infância, que desemboca na criminalização do jovem.

Nesse sentido, esses elementos nos permitem refletir sobre a necessidade emergente de nos pautarmos por outras lógicas e pressupostos que considerem as demandas específicas que as pessoas venham a ter nos seus percursos formativos. A partir de uma perspectiva decolonial (PEREIRA; GONÇAVES, 2016), considero que não é o jovem que tem que ser controlado, rotulado, medicalizado, encaminhado para um serviço segregado que lhe impossibilita o contato com os serviços regulares e/ou institucionalizados. Mas, sim, a escola, a rede de serviço social, a rede de segurança pública, incluindo a política de atendimento socioeducativo e demais instituições, grupos e pessoas que participam do processo de desenvolvimento humano e integral do jovem, os suportes concretos de orientação, amparo e garantia de direitos e de desenvolvimento humano é que deveriam ser repensados, reformulados.

Com isso, não estou aqui defendendo a ideia de que a medicalização e o diagnóstico de saúde que indique alguma necessidade educacional específica não devam existir e que não possam contribuir com o processo de desenvolvimento integral do jovem e/ou da criança. O que ressalto é a necessidade de rompermos com a ideia de limitação e controle dos sujeitos, principalmente em seus processos educativos, seja na escola, nos demais equipamentos públicos de serviço social e psicológico, seja no atendimento socioeducativo.

Sabemos que essas ideias ainda são muito recorrentes e utilizadas para criarem rótulos sobre determinados corpos, especialmente de crianças e jovens. O que defendo é a garantia dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal/1988, no ECA (1990), no Estatuto da Juventude (2013). Além do direito à diferença e à diversidade no processo de desenvolvimento (SANTOS, 1999), especialmente nas infâncias e juventudes compreendidas como processos peculiares, plurais e singulares. E, assim, esta análise olha para essa experiência escolar do jovem Cauã a partir do pressuposto da luta por justiça social e por equidade no acesso e permanência das pessoas nos espaços e processos que lhe pertencem de direito, como a escola e uma educação digna e de qualidade.

No entanto, todo o percurso vivido por Cauã e sua família aponta para a tendência, que ainda é muito forte nas políticas públicas, de culpabilizar e responsabilizar o/a jovem pelos acontecimentos, processos e realidades, especialmente quando se trata de jovens oriundos/as das camadas mais empobrecidas e subalternizadas social e historicamente. Esses/as jovens têm suas vidas, com toda sua complexidade de ordem, social, econômica, cultural e/ou psicológica, menosprezadas, anuladas ou tidas como pouco importantes. Sócio-historicamente ,foram

construídos discursos de culpabilização, de delinquência, de criminalização, de exclusão, que geraram e continuam gerando discursos de opressão que eliminam e aniquilam vidas, que impedem vidas de serem vividas plenamente. Trata-se de processos de reprodução de desigualdades sociais que nascem e desembocam na lógica de decidir sobre quem pode ou não ser humano e ter direito de viver uma vida digna (ARROYO, 2015; 2019).

Estamos falando de uma lógica muito maior e poderosa, que opera vetores de força de relação de poder dominantes. Trata-se da lógica colonial-capitalista-eurocêntrica, um novo padrão de poder colonialista, que operou com dominação suas hierarquias e dualismos, como razão/emoção; corpo/não corpo; corpo/alma; superior/inferior; primitivo/civilizado; humano/inumano etc., tendo a Europa Ocidental como o marco zero, original e superior (QUIJANO, 2005).

Além disso, o percurso de Cauã, desde a sua primeira infância, foi atravessado por situações de descontinuidade, marcadas pelas idas e vindas na relação com a mãe, que ora pegava o filho para morar com ela e ser a genitora em tempo integral, ora não “aguentava” mais, como afirmou Dona Zélia, e voltava com Cauã, ainda criança, para a casa da avó. A descontinuidade se deu também na relação com a escola, no acompanhamento especializado em saúde mental e serviço social da rede pública municipal. Isso demarca a imprevisibilidade, o princípio da incerteza e da reversibilidade que, em diálogo com Pais (2003) e Dayrell (2007), são marcos da vivência da condição juvenil contemporânea e, no caso de Cauã, são concretizados pelas transições vividas desde a infância, constantes “vai e vem” entre uma referência familiar e outra, entre uma instituição de ensino e outra, ou entre uma política social e outra.

Além disso, evidencio que nesses processos “zigzagueantes” (DAYRELL, 2007), sem rumos fixos ou predeterminados em que a trajetória de Cauã foi se constituindo, a descontinuidade e a incerteza também foram demarcadas em relação aos suportes e às redes de apoio com as quais o jovem e sua família ora podiam, ora não podiam contar para se suportarem no mundo em busca do direito à vida digna (MARTUCCELLI, 2007).

Contudo, esses elementos encenam situações sobre o início da trajetória de vida de Cauã, mas, mais do que isso, apontam para a precarização do viver-sobreviver (ARROYO, 2019) que constitui a experiência dos coletivos populares que originam a vida de jovens populares. Coletivos historicamente empobrecidos, constituídos de vidas ameaçadas e violentadas pelo Estado, marcadas pela ausência de recursos materiais e financeiros, pelas violações de direitos básicos a moradia, alimentação, saúde e outros, pelos sofrimentos,

múltiplas violências (ARROYO, 2019).

Entre as violações sofridas, aqui ficou explícita a violência de gênero que marca a vida das mulheres, mãe e avó, referências na vida de Cauã.

Em diálogo com Butler (2018; 2020), as vidas precárias, ameaçadas repõem o direito à vida como o primeiro direito, apontando que, para ser vivível, é preciso ter condições, ou seja, “condições sociais e econômicas [...] para ser mantida como uma vida” (BUTLER, 2018, p. 31). A autora levanta um questionamento também muito pertinente para este estudo, que se refere a quais vidas contam como vidas vivíveis e quais vidas não. Segundo Butler (2020), alguns corpos, como os corpos das mulheres e de outras minorias⁷³, são sujeitados à violência e expostos à sua possibilidade.

A autora afirma que isso significa que, politicamente, uma parte da constituição humana se dá a partir da vulnerabilidade social dos corpos, na qual alguns corpos são socialmente produzidos como mais humanos que outros. Em outras palavras, alguns corpos têm acesso e garantia a condições para vidas vivíveis, suportes básicos que minimizam a precariedade como alimentação, abrigo, trabalho, cuidados médicos, educação, direito de ir e vir e direito de expressão, proteção contra os maus-tratos e contra a opressão; outros corpos são passíveis de serem vidas precárias.

7.1.1.1 O pai, cenas de morte e sofrimento: elementos que reconfiguram sua trajetória

Outro aspecto marcante na vida de Cauã é a relação com o pai. Apesar de ser um assunto pouco apontado pelo jovem durante toda a pesquisa, sempre que ele vinha à tona, era acompanhado de alguma tensão, ou pausa, e alguns momentos de tristeza e saudosismo. Falar sobre o seu pai era sempre uma questão delicada, nas palavras de Cauã:

Porque, tipo assim, eu não, assim, não falo disso muito não. Quando eu perdi ele eu tinha 13 anos (Conversa via Whatsapp, áudio, março de 2020).

Através da interlocução com sua avó, foi possível entender um pouco mais sobre essa relação.

Zélia: Não! O pai dele nunca morou com a mãe dele, nunca morou.

P: Ahhh, entendi.

Zélia: Aí, às vezes, quando eu falava com o pai dele como ele estava, de vez em quando ele ia lá, mas o menino não reagia, pois tava muito dependente da

⁷³ Escolhi usar a palavra minorias por considerar dimensão sociológica das minorias sociais, que na realidade são grupos grandes de pessoas que são marginalizadas, invisibilizadas e violadas dos seus direitos básicos, tendo em vista os recortes de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia e outros.

crise, né? Então, era aquela luta, sofria muito, quebrava as coisa da gente tudo, quebrava as coisa da mãe dele. (Entrevista-conversa o, 2020)

O relato mostra que, desde o momento da primeira infância de Cau , o seu pai não participou ativamente da cria o e forma o do jovem, mesmo tendo ciência das questões que envolviam a saúde emocional e neurobiológica do jovem quando criança e das dificuldades que a família da mãe estava passando para acompanhar o seu desenvolvimento e dar algum suporte para ele sair da situa o de crise, como relatado pela av . Mas, mesmo de maneira mais distante, ele esteve presente na vida de Cauã.

Dona Zélia também relatou que o pai de Cauã trabalhava viajando, era caminhoneiro e infelizmente faleceu em um trágico acidente. Foi toda a informa o sobre o trabalho que me foi possível acessar durante a pesquisa.

No entanto, foi possível perceber que esse fato marcou fortemente a trajetória de Cauã. Essa percep o foi constatada através da triangula o entre o relato da avó, as narrativas de Cauã nas redes sociais que explicitavam o seu desejo de se tornar caminhoneiro, como mencionado nas suas apresenta es em ambas as suas redes sociais digitais. Nesses perfis digitais, esse aspecto estava em destaque e, além disso, ganhou também destaque nesta análise, a partir da conexão intrínseca   presença/ausência do pai na sua história.

Nesse sentido, a forma como Cauã lidava com o episódio da morte do pai deixou explícito que a presença e as ausências do pai na sua vida, tanto quando era vivo, quanto a experiência da sua morte, marcaram fortemente a sua trajetória, mostrando-se como uma questão ainda muito dolorosa, possivelmente pouco elaborada pelo jovem, com a qual ele tem dificuldade de lidar, mesmo que já tenham passado alguns anos do ocorrido.

No mesmo período do falecimento do pai, Cauã, aos 13 anos, teve que lidar também com a morte da bisav , ex-sogra da Dona Zélia. Foram duas perdas seguidas que causaram muito impacto na vida do jovem, segundo Dona Zélia. Esses dois fortes episódios intensificaram de maneira muito significativa a entrada de Cauã na adolescência, o que já trazia por si só alguns desafios dessa fase da vida. Entre os fortes episódios vividos, Cauã já tinha tido uma experiência com a política de atendimento socioeducativo. O relato de Dona Zélia me permitiu entender e inter-relacionar todas essas circunstâncias.

P: O pai dele morreu antes dele ir a primeira vez l  pro Centro [estava me referindo ao Centro Socioeducativo], num foi?

Zélia: Foi! O pai dele morreu primeiro.

P: E aí, aí foi o pai dele e depois a av ?

Zélia: Daí cinco dias a vó dele morreu. [...] E o Cauã revoltado e deu que o pai dele morreu numa quinta-feira, a bisavó dele morreu no domingo, deu pro menino revoltar. Ficou revoltado da morte do pai e da vó... [...] Aí [pigarro] foi aquela luta. Aí o Cauã, o menino “desbuiô” mesmo na droga e droga e droga... Tinha dia que o Cauã saía daqui de manhã, chegava no outro dia aqui e eu orava e eu orava “ô, meu Deus, tem misericórdia! Cadê aquele menino?”. Eu não dormia, eu não tinha paz. (Entrevista-conversaão, 2020).

A morte do pai, associada à da bisavó, foi evidenciada nesta análise como um aspecto que marcou a trajetória de vida do jovem Cauã. Foi tão impactante para ele, que é possível inferir que foi uma experiência de provação que o impulsionou e intensificou suas experiências no caminho da transgressão social, como uma saída para a sua dor, para a sua revolta. A ideia de revolta foi enfatizada na fala da Dona Zélia e de fato é uma dimensão que precisa ser também destacada nesta análise.

O relato da avó enfatiza o aspecto que ela nomeia de “revolta” do Cauã diante de uma situação muito dura, difícil de lidar, que, na minha interpretação e percepção, pode ser considerada como uma situação que colocou o jovem sem rumo, em meio aos seus sentimentos, suas emoções, principalmente seu sofrimento. Foi possível inferir que Cauã se deparou com um momento de muita incerteza, marcado pela perda, pela ausência de pessoas que de algum modo ocupavam algum lugar de referência em sua vida. Ou compunham um conjunto de suportes, em sua trajetória de vida, que possibilitavam sua sustentação no mundo (MARTUCCELLI, 2006; 2007). Além disso, o mundo já se apresentava e se relacionava com ele em meio a variadas outras incertezas (PAIS, 2003; DAYRELL, 2007).

Em diálogo com Martuccelli (2015), interpreto essa experiência social e existencial vivida por Cauã como uma “provação-desafio”. O autor indica que, entre as possíveis variações dessa noção, está a associada à “análise existencial”, principalmente baseada no campo da Filosofia, na qual uma das possíveis leituras indica que a natureza das provações-desafio está ligada ao modo como a existência humana se estrutura. Isso implica considerar as situações-limite da existência, aquelas as quais a pessoa humana está sujeita a viver sem possibilidades de escapar, como a morte, o sofrimento, o acaso, a luta, a doença, entre outras.

No entanto, esta análise articulada à perspectiva sociológica (MARTUCCELLI, 2015), o que nos possibilita compreender que se trata de grandes provações da condição humana que não estão isoladas e/ou restritas como determinismos existenciais, ao contrário, estão interligadas às relações sociais e históricas que o indivíduo e seu coletivo enfrentam. No caso específico do Cauã, está localizada nas relações familiares, vividas em contextos de famílias de camadas populares.

Nesse sentido, a morte do pai e da avó são provações-desafio que estão imbricadas em um contexto no qual se estruturam relações familiares marcadas pela precariedade de viverem em condições de pobreza material e financeira, terem restritos acessos a serviços sociais de direito básico, inconstâncias e fragilidades socioafetivas. Contexto esse delineado por discontinuidades, incertezas, idas e vindas nas relações de socialização frágeis em que o jovem estava inserido desde a sua primeira infância.

É nesse contexto que compreendo que a morte do pai e em seguida a morte de uma das avós presentes no contexto histórico-social de Cauã se constituíram como uma “provação-desafio” em sua trajetória de vida, como jovem, na qual vive a condição juvenil atravessada por uma lógica de opressão ditada pelo poder colonial moderno (QUIJANO, 2005; 2010) que é articulada, de diferentes maneiras, por categorias de gênero, raça, classe e território. Todas essas dimensões se imbricam, ora se entrecruzam, ora se confrontam, mas se fazem presentes na “experiência social” de Cauã. Em diálogo com Dubet (1994), é pertinente olhar e considerar como essas dimensões interferem nos modos como ele, enquanto indivíduo, confrontou e criou formas de enfrentamento, bem como reagiu subjetivamente, incluindo os seus sentimentos, emoções e a relação que ele constrói consigo mesmo. Além de compreender como tudo isso contribuiu na construção do seu processo de produção como sujeito (DUBET, 1994).

Seguindo a análise, a partir do diálogo proposto por Martuccelli e Singly (2012) com Dubet (1994), considero que, tendo em vista a heterogeneidade da vida social, o indivíduo se torna “obrigado a combinar e hierarquizar as diferentes lógicas” da ação propostas por Dubet (1994): a integração (que corresponde ao pertencimento a uma comunidade), a estratégia (que diz respeito à defesa de seus interesses) e a subjetivação (que concerne ao desenvolvimento de uma atividade crítica). Hoje, em função de uma “crise da ideia de sociedade” e de “uma explosão estrutural das lógicas da ação”, antes indicados, o indivíduo é obrigado a combinar e hierarquizar as diferentes lógicas, a fim de fabricar-se como autor de sua experiência (LEAL, 2017. p. 127). Isso significa que as provações são a “explicação das tensões resultantes da combinação das três lógicas estruturadas da ação”. Assim, “a experiência consiste em tentar sua articulação [...]. A única provação consiste, no fundo, em dotar-se de uma experiência articulada” (MARTUCCELLI; SINGLY, 2012, p. 75).

Nesse sentido, ao enfrentar, ou melhor, se defrontar com seus sofrimentos e limites, Cauã se enveredou por “caminhos de ruptura, de desvio” (DAYRELL, 2007), por meio do que a avó nomeou de “desbuiô na droga”. A partir das observações, identifiquei que esse processo se deu através das relações estabelecidas com os grupos de pares presentes nas dinâmicas do

“mundo das drogas”, explicitados pelos jovens como os seus “fechamentos”. Assim, foi possível compreender que o caminho de ruptura através do envolvimento com drogas e com a territorialidade dos fechamentos se constituiu na trajetória de vida de Cauã como um suporte.

Seguindo o diálogo com Martuccelli (2006; 2007), a articulação constituída na experiência de Cauã apresenta o “fechamento” como um suporte no sentido de que, naquele momento, foi uma “marca ativa”, como nomeia o autor, capaz de transmitir um sentimento de “suspensão social”. “Se vocês ‘tocarem’ nos suportes de alguém, é provável que o mundo, ‘seu’ mundo, se desestabilize” (MARTUCCELLI, 2006, p. 32). Desse modo, diante de uma desestabilização causada no suporte das relações familiares que o jovem possuía, foi possível compreender o grupo de “fechamento” como uma forma de apoio e sustentação, principalmente nos aspectos relacionais, de construção de referências socioafetivas.

Além desse tipo de suporte, a provação-desafio vivida por Cauã articula um suporte de tipo patológico, a partir da vinculação do jovem com o uso de drogas, sendo uma prática social que leva à dependência (MARTUCCELLI, 2007). De acordo com Reis (2014), esse suporte é assim denominado por estar relacionado às visões socialmente (e biologicamente) construídas sobre o que é doentio ou excessivo e, por isso, não desejáveis. Nesse sentido, percebe-se uma dimensão de ambiguidade, na qual um suporte –no caso o uso de drogas –se constituiu como uma forma de se sustentar no mundo, mas também se tornou uma dependência, devido à ausência de outros suportes que lhe possibilitassem se sustentar como indivíduo autônomo, independente.

Na sequência, busco ampliar a reflexão acerca das vivências no território e territorialidades dos grupos de fechamento nas dinâmicas sociais em que Cauã esteve imerso por um significativo período em sua trajetória de vida.

7.2 Desafios da prática ilícita e da privação: modos de resistir entrecruzados nos territórios

Neste tópico evidencio as vivências que, no contexto e na realidade social de Cauã, marcaram a sua entrada na fase da juventude, no seu sentido mais amplo – de acordo com os estudos da Sociologia da Juventude –, como uma condição social na qual indivíduos compartilham as experiências de uma mesma geração de modo heterogêneo, plural, singular. Nesse sentido, diferentes transformações, de diversas ordens, marcam esse tempo da vida. Desse modo, abordarei, a partir da empiria realizada, as situações que demonstram a vivência da primeira fase da juventude, a adolescência, e o modo como ele e sua família foram

vivenciando e enfrentando os desafios existentes.

Um primeiro aspecto está ligado à vivência no território. O território, como território socioespacial e como multiterritorialidades (SANTOS, 2002; HAESBAERT, 2007), na relação com o jovem Cauã, foi recorrentemente significado pela avó, Dona Zélia, como espaço-tempo de constituição de territorialidades voltadas para as práticas ilícitas, concretizadas na organização dos grupos de “fechamentos” ou “bondes”. Nas palavras dela,

E depois o Cauã já com 12 anos, acho que é com 12 anos, o Cauã já começou a entrar na droga. Quando eu fui descobrir, né? O menino já tava aprendendo a mexer com esse troço e foi uma luta pra nós, foi muito difícil, e o Cauã acabando fazendo as arte dele! (Dona Zélia, entrevista-conversaão, 2020)

Entre os desdobramentos da vivência dessas experiências ligadas às dinâmicas ilícitas de “mexer” com droga, rapidamente a experiência de privação de liberdade tornou-se um itinerário. Cauã teve uma primeira apreensão aos 13 anos de idade. Ele passou alguns meses (Cauã e Dona Zélia não souberam precisar o tempo) cumprindo medida de internação provisória, prevista no ECA, em seu art. 108 (Lei nº 8069/90) (BRASIL, 1990), que é um período de internação em Centro Socioeducativo antes da sentença sobre a MSE que deverá ser cumprida. Essa medida deve ter um prazo máximo de 45 dias e somente ser executada para os casos em que o ato infracional cometido seja considerado grave ou com grande repercussão social. Tal medida se justifica pela necessidade de manter o jovem acautelado com o intuito de garantir a sua segurança pessoal ou a manutenção da ordem pública, conforme o art. 174 da mesma lei.

Seguindo o relato de Dona Zélia:

É, lá no Centro Educativo lá. Aí ficou lá esse tempo, tudo. Aí depois eles liberaram, falou que ele não ia precisar ficar lá mais, tudo. Aí o Cauã saiu! Quando o Cauã saiu, o Cauã ficou aqui uns meses, ainda ficou bom, ficou dentro de casa, ficou bom. Depois, minha filha, começou a juntar com os meninos de volta, a turminha, ah pra quê!! Aí o Cauã caiu mesmo no capinado da droga! Aí o Cauã começou a infiltrar mesmo, mexendo com porcaria. Eu falava com ele: “Cauã, meu filho, ocê já foi pego, pra que você vai fazer isso de novo?” (Dona Zélia, entrevista-conversaão 2020).

O relato nos informa diferentes e fortes aspectos da trajetória de Cauã. O primeiro deles é sobre a medida socioeducativa de internação. A partir dessa experiência, é possível constatar quão forte é a experiência da medida de internação provisória na vida dos jovens, principalmente de jovens-adolescentes (demarcando aqui a faixa etária referente a 13 anos), como no caso de Cauã, pois trata-se mais de uma medida punitiva do que protetiva, no sentido de resguardar a segurança do jovem. Ao ser internado, mesmo que provisoriamente, o jovem

fica totalmente recluso, privado de sua liberdade. Ele vivenciou a experiência de estar preso, com todo o estigma social que significa estar ou ser preso na nossa sociedade (STECANELA, 2012). Ele tem que lidar também com toda a repercussão que essa situação pode causar individual e coletivamente, nos âmbitos subjetivo, moral e social, na sua trajetória de vida.

Além de tudo isso, o jovem é a priori privado de liberdade sem saber o que vai ou pode acontecer com ele, pois é o momento em que se espera a sentença. Qual é ou qual seria, de fato, o sentido dessa internação provisória, se não um castigo social, uma forma de dar algum retorno para essa sociedade violenta que tem a cultura de julgar, punir, ditar quem é ou não merecedor de dignidade humana e, assim, justificar o argumento hipócrita da delinquência? Qual é ou qual seria, de fato, o sentido dessa internação provisória, em uma sociedade que primeiro hierarquiza, discrimina, exclui, para depois apurar os fatos? É preciso ainda perguntar: quem são os/as jovens que cumprem a medida de internação provisória, como são seus corpos, onde eles/as vivem, quais são suas rendas, quais são suas dores e suas potencialidades? Quem são eles e elas?

Estamos falando de uma experiência tão forte socialmente, capaz de marcar o jovem Cauã de tal maneira que, ao sair, liberado sem sentença de cumprimento de outra MSE, ele muda imediatamente de comportamento. De acordo com Dona Zélia, “*Quando o Cauã saiu, o Cauã ficou aqui uns meses, ainda ficou bom, ficou dentro de casa, ficou bom*” (Dona Zélia, 2020). Em outras palavras, o jovem ficou acuado, reprimido, muito provavelmente com medo e, também, cheio de reflexões internas e outros sentimentos, que de alguma forma vão buscar maneiras de serem expressos e significados. Mas esse movimento dura pouco tempo, é vivenciado pelo jovem de forma provisória também. Nesse sentido, é possível dizer que a MSE de internação provisória é pouco ou quase nada eficaz, uma vez que carece de continuidade em termos de atendimento ao adolescente (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

O jovem volta para a sua realidade e para o seu território compostos por diferentes violências e atravessamentos, no sentido da precariedade de suporte estrutural para acessar concretamente outras possibilidades e de suporte socioafetivo e relacional (MARTUCCELLI, 2007), especialmente ligado às relações e referências familiares, que, no caso do jovem Cauã, era fundamental, devido à experiência sequencial da morte do pai e da bisavó (avó de seu pai). Ou seja, Cauã demandaria suporte socioemocional para se sustentar diante das perdas familiares.

No entanto, essa dimensão do suporte socioemocional pode ser vista de uma forma ambígua. Ao mesmo tempo em que o jovem se encontrava em um território de vínculos frágeis

e precariedade familiar, ele tinha uma saída, uma brecha. Cauã foi encontrar esse suporte no seu grupo de pares, especificamente no seu “fechamento/bonde”, “a turminha”, como se referiu Dona Zélia. Tratava-se também de um grupo de relações frágeis, com grande propensão para tensionamentos e conflitos complexos e violentos.

Por outro lado, é possível afirmar que, através do “fechamento” em que se inseria, o jovem tinha suporte emocional, social e também estrutural, no âmbito da garantia de renda, de acesso a bens de consumo tão importantes e priorizados por Cauã e outros jovens nesse momento da vida, como roupas, calçados, relógio, celular etc. Nesse cenário, inclui-se a intensificação do uso de drogas ilícitas, como um apoio, uma válvula de escape para lidar com sua realidade trágica, compondo parte desse suporte dos fechamentos.

Sendo assim, a primeira privação de liberdade, através da internação provisória, e as mortes do pai e da bisavó, articuladas com o contexto familiar, sociocultural e territorial foram marcos na vida do Cauã. Eles influenciaram e afetaram diretamente a transformação da sua rotina, que passou a se movimentar estritamente em torno da dinâmica do tráfico de drogas, a partir da relação com seu grupo de “fechamento”.

Foi possível compreender também que, a partir desse momento, houve um fortalecimento da vinculação do jovem Cauã com os outros jovens pertencentes a esse grupo, bem como um fortalecimento com as rotinas e dinâmicas que um fechamento exige. Isto é, uso e tráfico de drogas, defesa de um território específico, compromisso com as regras estabelecidas, incluindo o compartilhamento de riscos constantes de serem “pegos” (pela polícia) e/ou serem alvos (da polícia, de outros “fechamentos”). Além da possibilidade iminente de entrarem em um conflito com outros “fechamentos”, de estarem em guerra a qualquer momento. Assim, a vida do jovem Cauã se transformou em viver a dinâmica e rotina dos territórios dos “fechamentos”. Esse se tornou o seu foco, seu objetivo de vida, sua forma de ser no mundo.

Trata-se de uma realidade vivida em constante tensão e sofrimento para o jovem e sua família. A família, especialmente no caso de Cauã, representada pela sua avó, vivenciava o sentimento de impotência, de não ter controle das ações do jovem, mas, principalmente, pela insegurança de ter pouca estrutura para sustentar e dar algum direcionamento, orientação e suporte efetivo para lidar com tal situação. *“Quando o Cauã chegava, chegava com os ‘zoim pequininim’, com os pés ‘pretin’, todo sujo!” “Cauã, por onde você andou? Cauã, pelo amor de Deus, você vai morrer”* (Dona Zélia, 2020).

O jovem e a família que estão em contextos de violação relacionada ao uso, abuso e

tráfico de drogas e outras práticas consideradas ilícitas são vistos socialmente como grupos isolados da sociedade, que têm que arcar com as consequências dos seus atos, como se a responsabilidade fosse total e somente deles, e toda a realidade em que estão inseridos não fizessem parte de um contexto mais amplo, de uma sociedade que (re)produz as violências e gera situações de violações, como as vividas por Cauã, sua família e demais jovens com quem ele se relacionava.

Nesse sentido, retomando o diálogo com Abramo (1994), compreendo que há uma manutenção da reprodução social da marginalização das juventudes como problema social, que só se tornam visíveis a partir dos seus comportamentos tidos como “anormais” em relação aos padrões de socialização aos quais são submetidos, protagonizados pelos grupos de jovens “delinquentes” ou ligados à criminalidade das “classes baixas”.

De acordo com a autora, esses agrupamentos juvenis suscitaram “o tema do desvio no processo de integração dos jovens à vida social” (ABRAMO, 1994, p. 10) e se constituíram no foco dos estudos realizados nos anos 20 e 30, do século XX, pela Escola de Chicago, tornando-se uma das mais importantes séries de pesquisas sociológicas sobre juventude. A noção básica dessa perspectiva estava baseada na Escola Funcionalista, a partir da qual os/as jovens a quem se atribui a prática de delitos e que são atraídos pelo universo da marginalidade e criminalização são jovens pobres e majoritariamente negros, que estariam vivendo uma condição de anomia, por estarem vivendo em contextos de desorganização e, por isso, não conseguiriam se integrar adequadamente à vida social predefinida pelas normas dominantes adultocêntricas. Assim, a condição juvenil se associava a “condições sociais anômalas” e o desajuste, o desvio e a ideia de “violência juvenil” se alastravam e se generalizavam (ABRAMO, 1994).

No contexto deste estudo, foi possível compreender que a manutenção e a sofisticação dessa visão do “desvio” e da “delinquência” estão, de modo complexo, articuladas aos processos de segregação social e racial que, de acordo com Arroyo (2015), são retomados na contemporaneidade e no contexto brasileiro mais atual. É uma retomada pois se trata de uma história de segregação que nos acompanha desde a colonização, estruturada nas relações sociais pautadas pelas lógicas de padrões de poder-dominância, apropriação-expropriação do trabalho, da cultura, dos valores, da justiça, da saúde, da renda, da terra e dos conhecimentos. (QUIJANO, 2010; ARROYO 2015). E nessa retomada, Arroyo (2015) aponta dois argumentos como centrais. O autor afirma uma primeira visão voltada para a extrema inferioridade dos “outros”: jovens, negros, pobres, como também indígenas, trabalhadores, mulheres, os quais são inferiorizados em racionalidade, valores, moralidade. Um processo de segregação pautado nos

padrões classistas, sexistas, racistas, de poder-dominância-subalternização, que condenam, reduzem, naturalizam como inferiores as “classes perigosas”, “ameaçadoras”, “violentas” e fundamentam os argumentos da delinquência, do extermínio, da redução da maioria penal, da necropolítica sobre as vidas jovens negras e pobres (MBEMBE, 2016; GOMES; LABORNE, 2018). Argumentos esses que culpabilizam os/as jovens e isentam a sociedade, o Estado, as políticas públicas, a Justiça e outros. São os/as jovens delinquentes, por isso aprisionáveis e extermináveis.

7.2.1 Vida por um fio, corpo matável, corpo passível de aprisionamento

De acordo com Santos (2002), o território vivido inclui o espaço geográfico, as relações estabelecidas, as representações e sentidos construídos, principalmente as relações de poder, geradoras de processos complexos de desigualdades sociais. Nesse território, se constituem múltiplas territorialidades, que, segundo Haesbaert (2007), podem ser compreendidas como as experiências vividas pelos sujeitos na relação com o tempo e o espaço. No caso da trajetória de Cauã, trata-se de territorialidades também construídas em cenários de violações e, portanto, violências.

Esse aspecto das multiterritorialidades é evidenciado e interseccionalizado nesta análise por estarmos olhando e refletindo, especialmente, para o momento do ciclo da vida juvenil, no qual se ampliam as percepções de mundo e se intensificam os processos de construção de identidade, de afirmação como sujeito, de reflexões socioculturais mais alargadas e de processos de construção de projetos de vida (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2011).

Momento propício para vivências de possibilidades de construção de sentidos de vida mais concretos, que referenciem percursos de vida, de reconhecimento afetivo, subjetivo e sociocultural. No caso do jovem Cauã, todo esse processo é atravessado por situações de ameaça e riscos constantes, que o afetam direta ou indiretamente. Trata-se de uma condição juvenil constituída por territorialidades que se estabelecem em territórios de violências.

As experiências de vida que compuseram a trajetória do jovem Cauã foram fortemente marcadas por cenários de violências, aqui nesta análise reconhecidos como cenários de guerra. Desde a sua primeira infância, até a sua juventude, Cauã vivenciou na pele e/ou presenciou cenas violentas, que colocaram repetidas vezes a sua vida em constante ameaça. A precariedade vivida por ele e sua família desde a sua gestação se perpetuou na entrada da juventude, no período complexo e intenso da adolescência, no qual se intensifica também a experiência com o território vivido. São cenas que mostram a precariedade da condição juvenil constituída em

meio a episódios sangrentos de genocídios, como é possível perceber na narrativa a seguir.

Zélia: [...] Mas, alguns morreram! Alguns morreram aqui no meio da rua aí. Morreu na praça, morreu, morreu aqui na porta aqui, morreu.

P: Nossa!! E o Cauã viu tudo?

Zélia: Tudo!! Tudo era deles, é!! E, minha filha, eu falo com cê, a oração faz efeito, irmã! Porque ocê vai orar diante de Deus, chorar, chorar, Deus dá o livramento! Então, eu orava, eu orava, punha esses menino na mão de Deus. Aqueles que não quis nada com Deus, o diabo carregou! (Dona Zélia, 2020)

As cenas relatadas por Dona Zélia deixam explícitas as experiências de violência e de risco de perder a própria vida que eram enfrentadas pelo jovem Cauã na vivência cotidiana de seu território. A primeira fala é enfática ao apontar que não se tratava de uma cena esporádica. Ao contrário, ela faz referência a muitos jovens que tiveram suas vidas interrompidas pelas situações de violências muito reproduzidas nos territórios mais empobrecidos, precarizados, principalmente, nas periferias, vilas e favelas, nas quais as dinâmicas do tráfico de drogas e da guerra contra o tráfico são na verdade uma guerra contra as vidas (BORGES, 2018; SOUZA; SERRA, 2020).

O local de moradia vivenciado pelo jovem desde a sua infância se constitui como um espaço geográfico considerado periférico, por ser fisicamente longe do centro, e também socioeconomicamente empobrecido. Além de socialmente segregado, com poucos investimentos em equipamentos públicos de saúde, cultura, esporte, lazer, assistência social, apresentando uma precariedade de infraestrutura básica. De acordo com Rafael Borges, Robson Nascimento, Denise Vieira et al. (2016), trata-se de um território que se constitui nos processos de violência institucional, a partir de um ciclo constante de abandono do poder público, com pouco investimento em políticas públicas voltadas para a garantia de direitos básicos, incluindo o direito à cidade.

Ainda de acordo com os/as autores, por outro lado, estamos nos referindo a um território que é marcado socialmente como *locus* de violências, ou seja, como um lugar no qual as violências, especialmente as físicas e de atentado contra a vida, são naturalizadas, permitidas, esperadas no imaginário e discurso sócio historicamente (re)produzido. Junto com isso, trata-se de um território habitado por corpos também considerados, marcados, representados ambigualmente como corpos violentos, perigosos, capazes de atrocidades, aqueles dos quais é preciso se proteger, com os quais se precisa ter atenção, cuidado, pois são corpos maus, “os maus elementos” (GOMES; LABORNE, 2018). Menos dignos? Menos humanos? Corpos matáveis. Corpos “não passíveis de luto” (BUTLER, 2018). Assim, o corpo jovem, negro, masculino de Cauã vivenciou situações de violências explícitas, conforme segue o trecho de

entrevista-conversa o com Dona Zélia:

Zélia: Ele tomou um tiro aqui no meio da rua aqui, acertou na poupa [poupança, nádegas] dele, sabe?

P: Nossa!

Zélia: Fomos ter que levar [para o hospital, ela quis dizer]. Deus guardou, irmã, se pega na coluna dele, ele tava aleijado.

P: Não acertou nele então? Pegou na roupa?

Zélia: Não, ia matar um outro cara, mas como ele tava sentado perto do rapaz, o tiro passou no rapaz e passou pegou na poupa [poupança/nádegas] dele e bateu na parede. Foi Deus! Aí teve que levar ele pro hospital, foi são um rasp o são, n ? Mas ele passou a noite no hospital, no outro dia ele veio embora. (Dona Zélia, 2020)

Cenas sangrentas de genocídio de jovens foram assistidas e sentidas por Cauã repetidas vezes, a ponto de podermos considerar que são situa es que compuseram e constituíram suas experiências, seus processos de constitui o como sujeito jovem e, portanto, os sentidos e rumos da sua trajetória de vida. Não estamos falando de qualquer juventude e, sim, de uma juventude específica, singular, que se tece, se manifesta, se cria em meio a processos de extrema desumaniza o, isto  , de aniquila o da vida e/ou de ef mera condi o de permanência da vida.

Estamos nos referindo a juventudes que precisam travar lutas e passar por prova es diárias para permanecerem vivas. E, mesmo assim, resistem, insistem e querem ser vistas com alguma dignidade humana e/ou como dignas de humanidade. Nesse sentido, os elementos que atravessam a trajetória de Cauã nos provocam a questionar: como   ser jovem, habitante de um corpo preto, que reside em um território periférico, passível das mais diversas e absurdas violências que deslegitimam esse corpo como humano? Como   se constituir jovem diante de um cenário de violência permanente?

O corpo do jovem Cau  e dos jovens que compartilhavam do mesmo território e interferiam na constru o das territorialidades por eles vividas são “**corpos-matáveis**”. Corpos que podem ser eliminados facilmente, banalmente, com pouca como o social. Trata-se de menos um ou mais um jovem que   vítima de um processo violento cada vez mais naturalizado socialmente. Refere-se a um fato que   tratado como parte da vida e da trajetória de jovens favelados, periféricos, principalmente jovens negros e, no caso desta pesquisa e da trajetória de Cauã, jovens a quem se atribui o ato infracional.

O relato mostra uma violência que   reproduzida entre os jovens com os quais Cauã convivia, reflexo de um cenário mais amplo de violência fatal das juventudes menos favorecidas. Mas, não podemos nesta análise correr o risco de insinuar que o fenômeno da

violência por homicídio de jovens se justifica por cenas como essa. Por isso, é fundamental ressaltarmos que o genocídio das juventudes, principalmente as negras e pobres no Brasil, é resultado de um projeto violento que começa desde as violações de direitos básicos e descaso com a dignidade das pessoas das classes populares, e vai até a sua criminalização, condenação e, em alguns casos, sua morte. Processos violentos praticados também pela ausência das instituições e políticas públicas – ou até diretamente praticados justamente por agentes de segurança pública (GOMES; LABORNE, 2018).

O jovem Cauã, assim como os jovens em seu território e tantos outros no país, vivenciam e se constituem em um ciclo constante de reprodução de cenários de violências brutais, arquitetados por um projeto de necropolítica (MBEMBE, 2016), cada vez mais fortalecido no Brasil, principalmente no atual (des)governo e conjuntura política que estamos enfrentando.

De acordo com Arroyo (2019), estamos vivenciando tempos de violências de Estado, que deixa de ser protetor para ser ameaçador de vidas desprotegidas, gestor de mortes, principalmente em relação às políticas públicas que afetam as vidas juvenis. É possível citar como exemplo os pacotes anticrime, a proposta de redução da maioridade penal, o elogio ao discurso e à ideologia de militarização da educação e às contrarreformas educacionais, entre outras, que, reunidas e articuladas, mais uma vez retomam, sofisticadamente, o paradigma da tutela, da punição, da “situação irregular”, e reforçam o lugar de subalternização, inferiorização, invisibilidade e até extermínio de jovens pobres, negros/as e periféricos.

A trajetória de vida de Cauã, foi sendo constituída nesse contexto e nos apontou sobre as mazelas, as ausências de direitos, as violações nas quais essas juventudes, tidas como desviantes, delinquentes, criminosas, por uma perspectiva colonizadora de subalternização de determinados corpos, vão se constituindo, buscando garantir algum meio de sobrevivência, resistência e existência.

No caso do Cauã, a saída, por certo tempo, para alguma forma de sobrevivência foi estabelecer relação com grupos de jovens que davam para ele alguma garantia de vida menos sofrida, mesmo que para isso ele tivesse que correr o risco de pagar com a própria vida. Aqui chamo a atenção à ambiguidade que atravessava a trajetória de vida de Cauã. O jovem foi criando meios de viver sua vida e sua condição juvenil em um contexto no qual ele estava se sentindo reconhecido, mesmo que para isso ele tivesse que se submeter a práticas e situações arriscadas, que valiam a própria vida. Assim, o território do tráfico de drogas e toda sua complexidade tornaram-se contexto para a trajetória de vida do Cauã, nesse momento da entrada da juventude de forma mais intensificada. Com isso, o uso de drogas e o envolvimento

de Cauã com práticas consideradas ilícitas também se intensificou.

Contudo, Cauã foi apreendido e encaminhado para a medida socioeducativa de semiliberdade. O jovem cumpriu MSE durante o período de mais de dois anos, como mencionado anteriormente. Ele foi desligado por cumprimento de medida, isto é, pelo tempo determinado pelo juizado da Vara da Infância e da Juventude, de acordo com as avaliações semestrais que eram realizadas pela equipe técnica da unidade de semiliberdade, onde estava inserido, conforme relatado pela Diretora da semiliberdade. O que significou que o jovem não evadiu e manteve um comportamento que evitou o prolongamento do seu tempo de cumprimento de medida. Esse aspecto significa também que estamos falando de um **corpo passível de aprisionamento**, de isolamento social, de mais uma vez viver uma experiência de segregação e exclusão.

Estamos falando de um corpo jovem cuja liberdade de ir e vir é autorizado retirar, mas, principalmente, a liberdade de serem humanos, jovens e viverem vidas dignas e justas. Nesse sentido, faz-se pertinente reforçar que a trajetória de Cauã foi marcada por essa experiência de restrição e privação de liberdade, que também interferiu para a sua constituição como jovem e sujeito social.

7.3 Ser jovem, livre, vivo: entre o descaminho da privação e alguns deslocamentos vividos

O desligamento do jovem Cauã da MSE de semiliberdade foi marcado pela presença da família, especificamente da sua mãe, que foi encontrar e acompanhar o jovem na sua saída. Esse momento foi registrado e postado na rede social da mãe, através do seu perfil de Facebook. Foi possível verificar esse registro a partir da andança pela linha do tempo do perfil do Facebook de Cauã. Ao realizar o processo de observação online e recuperar as suas postagens começando pela data de desligamento da MSE (agosto de 2017), me deparei com a postagem da sua mãe, na qual o jovem foi *marcado*, datada no mesmo dia do seu desligamento.

Figura 50 – Postagem na rede social de Cauã – Liberdade



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

A postagem é composta com uma fotografia de Cauã e sua mãe, em formato de selfie. Pelo ângulo da imagem, tudo indica que foi o próprio Cauã quem fez o registro. Na legenda do post, havia a seguinte frase: “*Xio Xio graças a Deus*”⁷⁴ (com emojis de dois smiles e um cadeado aberto). Ambos estavam com semblantes de felicidade e serenidade na fotografia. Esse post marca a presença da família no retorno do jovem Cauã à sua liberdade, apontando que a relação com a família durante e após o período de cumprimento da MSE esteve, de alguma maneira, estabelecida e mantida. Além de demonstrar também que o jovem tinha para onde ir e que, de algum modo, poderia contar com o apoio da sua família.

A felicidade e o sentimento de gratidão manifestados pela mãe no registro da postagem reforçaram essa dimensão do apoio e presença da família na vida de Cauã. Sobre esse aspecto, vale ressaltar que a família, na trajetória do Cauã, apesar de todos os percalços, precarizações e conflitos vividos, não deixou de ser apoio, presença, lugar de proteção e segurança nos momentos de grandes desafios, como o desafio de estar acautelado, e nos momentos da alegria de sair dessa condição. Corroborando com os estudos de Dayrell (2001; 2003), ao contrário da

⁷⁴ A expressão “xio, xio” esteve presente em várias postagens dos jovens participantes da pesquisa. Trata-se de uma expressão que estava sendo muito usada pelas juventudes, especialmente no contexto e linguagem das redes sociais digitais. Seu significado variou entre manifestar entusiasmo, alegria com alguma coisa, mostrar que está animado, feliz com algo que aconteceu ou chamar para fazer alguma coisa. No caso específico de Cauã e demais jovens, se refere diretamente “xiar a liberdade” da MSE ou do sistema prisional.

imagem de juventude como momento de crise, caracterizado, entre outros aspectos, pelo distanciamento da família, na trajetória de Cauã essa se manteve próxima e valorizada pelo jovem.

Observei que foi uma postagem muito curtida e comentada pelas pessoas que compartilhavam da mesma rede social, tanto as vinculadas ao perfil da mãe, quanto ao perfil de Cauã. Entre elas, verifiquei que havia um comentário de um perfil pertencente a um dos jovens também interlocutores nesta pesquisa, o jovem Kleiton. Seu comentário era composto pela seguinte frase: “*Amém mlk (moleque) da moli mais não deus vai ilumina sua caminhada a que fora*” (provavelmente querendo dizer “não dá mole mais, não [...] caminhada aqui fora”), com emoji de coração, sinal de ok com os dedos e folhas (Kleiton, 20 anos – comentário em postagem de Facebook, 2017).

Esse comentário indica que os jovens mantiveram algum tipo de contato e vinculação, mesmo após a experiência da MSE de semiliberdade. Além de sugerir que a relação é positiva, ou seja, que se trata de jovens que têm a tendência de serem aliados e não rivais. Esse é um elemento relevante, uma vez que, conforme registros anteriores, acumulados no banco de dados da pesquisa anterior (ALMEIDA, 2017), os dois jovens se conheceram e se aproximaram durante a experiência da semiliberdade. Isso indicou que eles não compartilhavam do mesmo espaço geográfico de moradia e socialização. Mas foi possível afirmar que eles compartilhavam do mesmo território dos “fechamentos”, nas dinâmicas do tráfico de drogas, e, assim, poderiam se identificar em territorialidades semelhantes, a partir das quais reproduziam e/ou incorporavam modos de ser jovem.

A presença do jovem Kleiton e outros jovens que compunham as redes de socialização e sociabilidades dos territórios de violências do “mundo das drogas”, por assim dizer, nessa postagem que demarca a liberdade de Cauã, reforça o elemento da ambiguidade no apoio e acolhimento do jovem em sua saída da semiliberdade. Ou seja, houve tanto um acolhimento por parte da família, quanto por parte dos grupos de “fechamentos”, vinculados às dinâmicas do tráfico de drogas na quais estavam envolvidos, conforme mencionado na Seção 5 deste trabalho.

O seu relato apontou que, logo após o desligamento, ele foi recebido com festa, promovida pelo seu fechamento, demonstrando uma preocupação e organização, por parte do seu grupo, em manifestar alegria com o retorno do jovem. Reforçou também a dimensão do fortalecimento da aliança com o “fechamento”, bem como o apoio que esse grupo poderia lhe oferecer.

Em seu relato, surgem outros elementos que compuseram a sua trajetória após o desligamento da MSE. Em suas palavras: “*Quando eu saí [da semi], saí aprontando*” (Cauã, 20 anos, 2020). Para continuar o relato, recorro ao diário de campo.

Continuando na narrativa do Cauã, ele seguiu relatando que ficou aprontando, traficou, tentou matar “os outro”, ficou na rua, só aprontando. Repetiu aprontando algumas vezes, dando ênfase nessa informação. Quando foi dia 04/12/2018, ele foi preso de novo, só que agora ele foi para o “cadeião”, para a penitenciária Santos Dumont, pois já estava com 18 anos. O motivo da apreensão foi tráfico de drogas. No dia 09/12/2018, ele teve a primeira audiência e ganhou a custódia e foi liberado. A partir dessa situação, **Cauã falou que ficou pensando que não queria isso para a vida dele não, que não queria o cadeião.** (Diário de campo – registro de conversação pelo telefone, 2020)

De forma breve, objetiva e direta, Cauã falou sobre a sucessão de acontecimentos que ele vivenciou depois do desligamento da MSE, acentuando a continuidade da sua vinculação com os grupos de jovens em seu local de moradia, ou seja, seus “fechamentos”, e a sua segunda experiência de privação de liberdade.

Sendo assim, Cauã foi muito enfático quando repetiu várias vezes que ele ficou só “aprontando”, e, ao explicar o significado dessa palavra, ele afirma que esteve envolvido em práticas de tráfico de drogas, tentativas de homicídio, muito provavelmente se referindo a conflitos armados com jovens ligados a outros grupos envolvidos nas disputas do território do tráfico.

Esses elementos, articulados com as narrativas por meio das postagens no Facebook realizadas por Cauã no período logo após a sua saída da semi, apontaram explicitamente que, logo no seu retorno mais imediato à liberdade, Cauã reestabeleceu e manteve vinculação com o território dos fechamentos e com as práticas nas quais estavam diretamente envolvidos. Isso mostrou que a trajetória do Cauã após o desligamento da MSE foi primeiramente marcada pela continuidade da experiência com o mundo ilícito.

Os posts a seguir revelaram, por meio de trechos de música (Figura 51) e da marcação territorial (Figura 52), o enfoque das suas experiências e perspectivas no retorno ao território da sua “quebrada”, em liberdade.

Figura 51 – Postagem em rede social de Cauã – Retorno ao território



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 52 – Postagem em rede social de Cauã – Território



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Essa marca se evidenciou também nos meus registros de diário de campo.

É muito forte a questão da continuidade com as relações ligadas aos grupos e fechamentos desde o período da semiliberdade e, especialmente logo após o seu desligamento. Isso foi percebido nos posts tanto com fotos, selfies com seus parceiros/fechamentos, quanto nas frases que ele postava na linha do tempo, que são ora frases prontas de outros perfis da internet ou trechos de músicas (funks especialmente). Por exemplo: postagem do dia 05/02/2018: “*Ja perdi muito tempo agora eu quero e somar to fechado com jesus ele vai me ajudar*” (Diário de campo – registro específico das observações online, 2020).

O conjunto dessas narrativas demarca que, ao retornar para o seu território de moradia, Cauã se depara novamente com o cenário de violência, delineado pela precariedade estrutural, financeira, cultural, de violações de direitos básicos vividos por seus coletivos de origem e seus grupos de pares, bem como com as práticas consideradas ilícitas em contínua “atividade”. Todas essas dimensões e questões socioculturais são novamente colocadas como imperativo na vida do jovem, no sentido de serem sua realidade concreta, com a qual o jovem tinha para contar, para criar meios, brechas, saídas, rumos diante das encruzilhadas presente em sua trajetória. Assim, a continuidade da vinculação nos grupos de “fechamento” se apresentou como

uma possibilidade de “sustentação” no seu mundo, de acordo com a noção de suporte em Martuccelli (2006; 2007).

A relação com os “fechamentos” após o desligamento de Cauã se configurou como um caminho viável tanto no sentido afetivo, como foi percebido através da recepção e acolhimento ao jovem, quanto no sentido sociocultural de pertencimento e reconhecimento social, como um indivíduo que faz parte de um grupo e de uma territorialidade específica e articulada com outras. A percepção era a de que Cauã cumpriu a sua sentença e voltou para dar continuidade ao “tempo perdido”, e, assim, pôde manter, de maneira articulada, as suas estratégias de sobrevivência, obtenção de renda e de alguma autonomia. Além disso, ficou explícita a dimensão relacional entre os grupos de “fechamento” e as estratégias de sobrevivência do jovem, demonstrando a presença nessa relação das atitudes de afeto e reconhecimento do jovem naquele grupo e, ao mesmo tempo, de continuidade de um percurso arriscado, consolidado em relações de conflito, violência e disputa, ou seja, de insegurança, incerteza, ameaças.

Além disso, ao explicar sobre o significado do sentido de ter ficado “aprontando”, Cauã citou também o fato de ficar na rua. Aqui é relevante chamar a atenção para o fato de que, para esses jovens, a rua se constitui também como um território vivido, de construção de experiências, de enfrentamento de desafios, de riscos. A rua é também um espaço-tempo de construção de identidades e de afirmação no mundo (SPOSITO, 1993; DIÓGENES, 1998; CARRANO, 2011). Nesse sentido, foi possível inferir que o percurso do jovem Cauã no ano que se seguiu após a sua saída da semiliberdade foi fortemente marcado pelas experiências incertas e arriscadas ligadas à relação com o seu “bonde/fechamento” em meio às dinâmicas complexas dos territórios da rua vividas na relação com o tráfico de drogas.

Assim sendo, é possível afirmar também que o jovem continuou inserido em um ciclo de violações e violências que fortalece e perpetua o ciclo de acautelamento, ou melhor, de aprisionamento, uma vez que, na segunda experiência de privação de liberdade relatada por Cauã, ele já estava com seus 18 anos de idade completos e, por isso, não foi mais assistido pelo Sistema de Atendimento Socioeducativo e, sim, pelo Sistema Prisional.

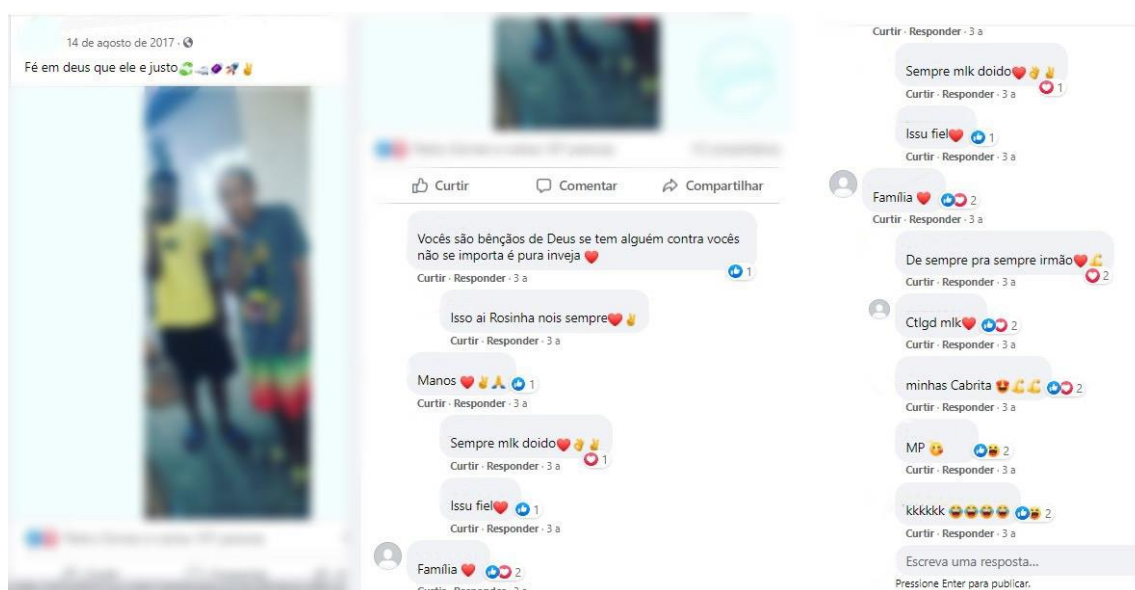
Nesse sentido, se evidenciou o peso da maioridade na vida desses jovens, incluindo o Cauã. Foi possível perceber que a experiência do “cadeião” foi um dos mais difíceis desafios que o jovem passou nos percursos de vida após o desligamento da MSE. Na fala de Cauã, ficou nitidamente expresso o quanto essa experiência (que será abordada à frente) foi forte, difícil e muito desafiadora para ele. Nela ficou reforçada o sentimento e a ideia de não querer mais “aquilo” para a sua vida.

Voltando à questão dos vínculos após seu desligamento, outros elementos empíricos foram nos mostrando o quanto as relações com o seu bonde/grupo de fechamento permaneceram fortes. Além disso, foi sendo evidenciada a presença forte da relação entre Cauã e Kleiton, e inclusive Cauã estabeleceu aliança com o “fechamento” de Kleiton, após se desligar da medida. Isso apontou que Cauã não ficou vinculado apenas a um único “fechamento”, pertencente somente ao seu território antes do cumprimento da MSE. Mas, sim, ele extrapolou as possibilidades de conexões em diferentes territórios, tanto físicos, quanto socioculturais, no sentido de se conectar com outro grupo socialmente também demarcado como um “bonde/fechamento”.

Cauã aumentou suas fronteiras, ampliando suas interrelações em um território extremamente arriscado, incerto, mostrando o quanto esse território pode ser complexo, múltiplo e com possibilidades de (re)configurações e territorializações constantes, como aponta Haesbaert (2004; 2007). Sobre esse aspecto, vale ressaltar a compreensão empreendida sobre a relação entre a vinculação com outros grupos ligados às dinâmicas ilícitas como um possível desdobramento da experiência da MSE. Esse desdobramento está conectado aos laços, interrelações e processos de sociabilidades voltados para os vínculos de amizade que permanecem após o desligamento da MSE.

Todo esse percurso de fortalecimento das vinculações com os bondes em que Cauã transitava estava recorrentemente sendo explicitado em sua rede social do Facebook.

Figura 53 – Postagem em rede social de Kleiton – parceria com Cauã



Fonte: Capturas de tela pela pesquisadora, 2020.

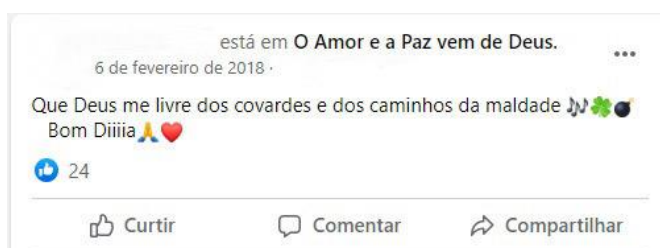
Além das postagens junto com o jovem Kleiton, havia postagens com outros jovens, sempre com registro de comentários entre eles. Nesses comentários, era possível reforçar a nossa percepção da dimensão de vínculo de confiança, mesmo que frágil, e de reconhecimento dos grupos de “fechamentos” em suas trajetórias. Havia manifestações de afeto, por meio de comentários com emojis de coração etc., a palavra “família” e/ou expressões como “*De sempre pra sempre irmão*” (Kleiton, 21 anos, 2017).

Outra experiência que se fez presente no percurso do jovem Cauã foi a vivência de momentos de lazer proporcionados por meio de recursos ligados aos seus “fechamentos” no complexo contexto do tráfico de drogas. Havia postagens de Cauã e Kleiton registrando um momento de viagem para a praia, por exemplo. Nesse sentido, mais uma vez, a empiria reforça a ambiguidade que constitui a trajetória desses jovens, que, nesse caso, se refere à experiência nos territórios dos “fechamentos”, que também proporciona a vivência do lazer, poder viajar, passear, ostentar uma vida de menos sofrimento e tensão.

É possível inferir que os “fechamentos” eram, em determinados momentos, espaços de sociabilidade juvenis, mas eram também uma referência para o estabelecimento de processos de socialização ligados à construção identitária e ao sentido de ser, se fazer presença reconhecida e plural no mundo (SETTON, 2013; REIS, 2014). Era um lugar de reconhecimento, de suporte, que possibilitava algum retorno mais direto e concreto para realização de desejos mais presentes e imediatos da condição juvenil. Assim, nesse momento da vida do jovem Cauã, os seus grupos de “fechamentos” eram muito importantes para a constituição da sua vivência como jovem, sujeito social.

Assim, a partir das andanças online em busca dos rastros de Cauã, fui me deparando com outras postagens que deram ainda mais sustentação para as experiências vividas na dinâmica dos “fechamentos”, após seu desligamento da MSE de semiliberdade, como este a seguir:

Figura 54 – Postagem na rede social de Cauã – Dinâmicas dos fechamentos



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Nesses registros e narrativas do jovem Cauã, através de seus posts, como o exemplo na Figura 54, identificamos outras nuances dessa relação com os “fechamentos” e com as dinâmicas e práticas que isso envolve, como a dimensão da desconfiança, do risco e das disputas e/ou rixas entre grupos/bondes/fechamentos. São dimensões que – ora mais, ora menos – estavam sempre presentes. Trata-se de uma experiência de tensão constante. Nas palavras de Cauã: “*Se Eu Cair Vários Filho Da Pt.. Vai Sorrir, Tô Ligeiro Com Os Bote*⁷⁵, *Tô Firme e Forte Quem Me Protege Não Dorme* \$2⁷⁶” (Post em 2018). Ou seja, era preciso estar em alerta o tempo todo, ser “*ligeiro*”, pois havia sempre o risco de ser traído e atingido pelo seu “*inimigo*”. A relação com os “fechamentos” era também uma experiência de insegurança. Vive-se em um clima de guerra, de risco, demarcando a permanência em viver “no fio da navalha” (ALMEIDA; LEÃO, 2018).

Outra nuance é revelada nesse percurso e experiência, quando Cauã faz referência à sua crença em uma proteção divina como a única força e possibilidade de o livrar dos riscos que ele corre cotidianamente. Sobre essa questão, foi muito instigante perceber e identificar que, nesse momento da trajetória de Cauã, não havia outra saída a não ser encarar as consequências arriscadas dos seus vínculos e práticas sociais, ilícitas, acreditando que ele poderia contar pelo menos com a proteção de uma divindade que guardaria a sua vida. É como se fosse uma premissa, que conecta três ideias repetidamente em uma tríade de pensamento, de foco, de propósito para estar nesta dinâmica de vida: “foco na atividade/no “correr” (referindo às práticas consideradas ilícitas) – atenção com a “traíção”/risco de ser traído – fé em Deus.” (Diário de campo, 2020). Esses elementos nos ajudam a compreender o quanto a experiência de Cauã, e dos demais jovens interlocutores desta pesquisa, foi marcada por fortes ambiguidades e intersecções.

Havia ambiguidade na relação com os fechamentos, que eram tanto uma possibilidade de existência enquanto sujeito, jovem, inserido em um contexto de pertencimento e reconhecimento, quanto uma situação de risco e ameaça contra a própria vida. Ao mesmo tempo que mantinha o envolvimento com práticas ilícitas, consideradas imorais e pecadoras do ponto de vista religioso, mantinha também forte a sua crença na proteção divina. Assim, a trajetória

⁷⁵ Ligeiro, expressão utilizada pelos jovens para indicar que estava rápido, esperto, ágil com alguma coisa ou situação. Bote, expressão usada para fazer referência ao cigarro ou baseado de maconha.

⁷⁶ Expressão utilizada na linguagem digital da internet que significa a figura de um coração (S2). No entanto, aqui é uma variação no formato da escrita, utilizando o sifão e não a letra “s”, o que indica uma resignificação do código, sugerindo a ideia de amor pelo dinheiro, uma vez que podemos identificar como um coração formado pelo símbolo do cifrão.

de Cauã foi se mostrando uma trajetória que se (re)faz em constantes ambiguidades, idas e vindas e atravessamentos de diferentes instâncias, ordens, lugares.

Nesta análise, isso implica compreender a trajetória do jovem Cauã como uma trajetória constantemente interseccionada, ou seja, atravessada por diferentes dimensões sociais e/ou situações de opressão que vão conjecturando experiências (COLLINS, 2017; AKOTIRENE, 2019). Em diálogo com Pais (2003), é possível afirmar que são trajetórias não lineares, a partir das quais os jovens afirmam seu direito de existir.

Outro ponto muito potente nessas narrativas é a dimensão da relação com o tempo, especialmente “o tempo perdido”. Nesse momento da trajetória de Cauã que demarca as experiências logo após o desligamento da MSE de semiliberdade, o desejo, a meta, o intuito do jovem é “recuperar o tempo perdido”. Ou seja, ele precisa fazer valer todo o tempo que ele “perdeu” durante a restrição de liberdade, no sentido de não estar lidando diretamente com as práticas rentáveis em que seu fechamento estava envolvido, principalmente as dinâmicas do tráfico de drogas.

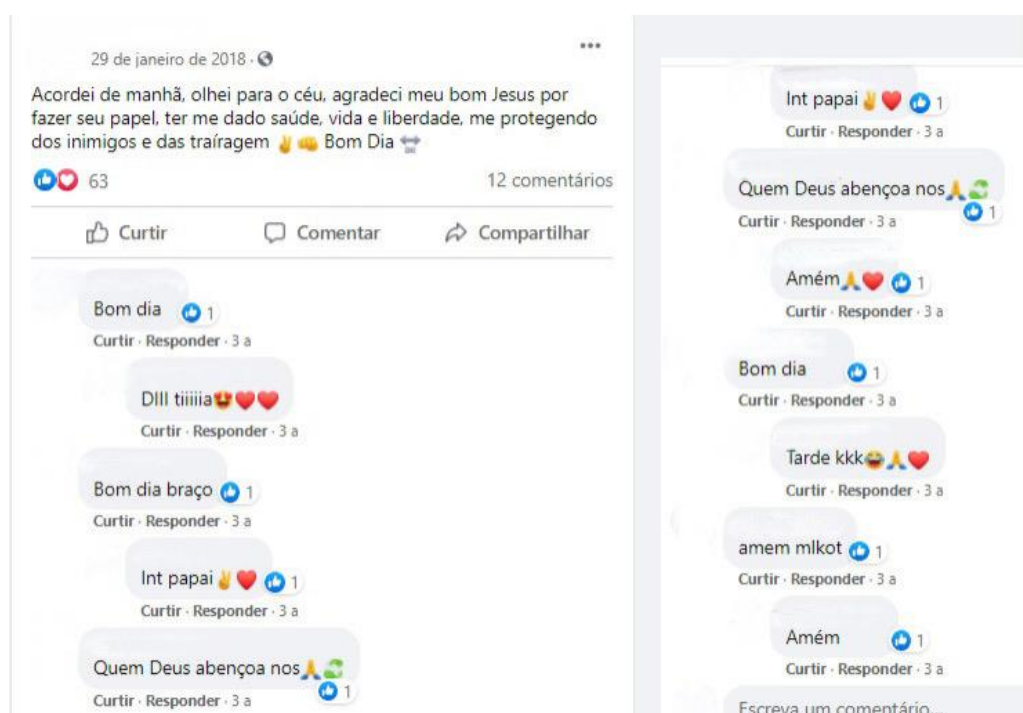
Podemos dizer também que há uma diversidade em relação ao modo como o jovem lida com a dimensão temporal. O tempo aqui é o “tempo perdido”, tanto no sentido de que ele precisa “recuperar tudo o que ele perdeu” não estando na “lida”, no “corre” do território ocupado pelo seu “bonde/fechamento”, como também é o tempo “perdido” na experiência da MSE de semiliberdade. O que nos indica e nos provoca a refletir sobre a pouca vinculação com o tempo vivido durante o cumprimento da MSE, como também apontaram os estudos de Costa e Nonato (2018).

Nesse sentido, a minha percepção foi a de que a materialização do tempo na experiência desses jovens durante o cumprimento da medida estava mais voltada para as experiências do “mundão”, isto é, das relações, vivências e experiências externas, dos contextos socioculturais nos quais se inseriam. Nesse aspecto, a mobilização para a saída da MSE se fortalecia na possibilidade de recuperarem o tempo perdido e não de buscarem outros rumos e possibilidade de percursos de vida a partir da experiência da medida socioeducativa. O sentido do tempo da semiliberdade na experiência de Cauã é expresso como um tempo que foi perdido e, após o seu desligamento, precisava ser recuperado.

Desse modo, considero a privação de liberdade como outro território (Eunice NONATO; Ana LEMOS; Celeste SOUZA e outros, 2021) configurado na trajetória de vida do jovem Cauã, no qual as experiências de privação foram se constituindo como marcos definitivos para as mudanças de percursos vividas.

Além disso, foi possível perceber que o jovem valorizava recorrentemente a sua condição de liberdade. Uma das postagens citadas (Figura 55) deixou essa questão bem explícita e outras narrativas de Cauã também reforçam o seu sentimento de agradecimento por estar livre. Para o jovem Cauã, essa era uma questão muito importante e essencial. Foi possível perceber que o desejo de ser livre e o medo e/ou desafio de ser “preso” estavam mais latentes na sua trajetória após o desligamento.

Figura 55 – Postagem na rede social de Cauã – Valorização da liberdade



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Outro elemento que tece mais uma trilha nos percursos do jovem após o desligamento da semiliberdade é a valorização do dinheiro e do consumo.

Figura 56 – Postagem em rede social de Cauã – Consumo



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Figura 57 – Postagem em rede social de Cauã – Tráfico de drogas e dinheiro



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

A relação com o dinheiro foi outro forte elemento que de certa forma justificou e mobilizou a permanência de jovens nas dinâmicas ilícitas. Esse é um dos objetivos de vida que eles têm, como fica explícito nesta pesquisa. Assim, o jovem Cauã e seus parceiros de “fechamentos” seguem uma busca constante para atingir a meta de ter acesso ao dinheiro e às práticas de consumo que ele pode proporcionar. Essa é uma questão coerentemente contextualizada com a sociedade capitalista que valoriza o consumo exacerbado como forma de constituição legítima como sujeito, na qual os jovens – e nós – estamos inseridos. A busca pelo dinheiro, aqui representada pelo Cauã como a busca pelo “progresso”, possibilitada pelas dinâmicas ilícitas, vai se tornando uma saída para que ele e seus parceiros de “fechamento” se sintam parte ativa dessa sociedade, reconhecidos nela.

Dialogando com a Seção 5, reforço que, no percurso singular do jovem Cauã, identifiquei a necessidade de poder acessar itens e bens de consumo que lhe possibilitavam ser identificado em um determinado estilo, ligado aos seus grupos de pares e experiências vividas

em seu cotidiano e relações sociais. Para isso, era preciso algum acesso à cultura do consumo em uma sociedade na qual a imagem que se transmite diz muito mais do que a história que se vive por trás dessa imagem. Sendo assim, ficou também evidenciada a tentativa de Cauã em se fazer pertencente a um grupo social com o qual se identificava e, assim, se sentir pertencente a uma determinada identidade juvenil coletiva.

Ainda em diálogo com as análises da Seção 5, o próprio jovem afirmou, ele é “*tesouro da favela*” (Cauã, postagem do Facebook, 2017). Isso significou que ele representava um determinado território, com estilo, visões de mundo e práticas sociais específicas (DAYRELL, 2001). Além disso, é razoável inferir que esse aspecto reforça uma questão muito cara para esta análise, que se refere à narrativa que esses jovens ecoam através dos seus corpos.

Nesse sentido, a necessidade de acessar a possibilidade de se caracterizar com um determinado estilo através do consumo de roupas, calçados, acessórios, tecnologias, diz muito também sobre a capacidade de ser uma juventude que resiste. Em outras palavras, o jovem Cauã, assim como os demais jovens interlocutores desta pesquisa, se tornam **corpo-narrativa** na medida em que vão ressignificando os olhares, os rótulos e os julgamentos que seus corpos recebem e com os quais são marcados socialmente.

No lugar de aceitar as condições de corpos subalternos, inferiores, incapazes e/ou, corpos perigosos e criminosos (ARROYO, 2019; GOMES; LABORNE, 2018), eles ressignificam esses rótulos e assumem um estilo de jovens favelados, periféricos. Mas, não se refere a qualquer estilo de jovem favelado e periférico, pois a expressão diz explicitamente que eles são “tesouro da favela”. O adjetivo tesouro é muito significativo nesta análise pelo fato de apontar que há uma ressignificação do rótulo favelado, utilizado e disseminado a partir da reprodução da lógica colonizadora que inferioriza e subalterniza os corpos favelados, periféricos, empobrecidos, que no Brasil são, em maioria, corpos negros. Uma lógica que subalterniza os corpos e suas culturas, suas experiências, seus conhecimentos, sua capacidade intelectual, sociocultural (SANTOS, 2010).

Cauã e Kleiton estão nos apontando que eles se (re)afirmam como jovens que também têm seu próprio estilo, a partir de uma determinada cultura juvenil, que também têm presença no mundo. E, desse modo, nos informam, nos ensinam e nos possibilitam enxergar que a sua presença no mundo, como corpo-narrativa, é um processo potente de resistência. Isto é, de romper através da pele, da postura corporal, do modo como o corpo se apresenta com uma lógica colonizadora, presente nos diversos espaços nos quais esses corpos transitam ou aos quais são destinados, sejam eles espaços institucionais (escola, trabalho, MSE, sistema prisional

etc.) ou não (ruas, praças, família, coletivos juvenis etc.).

Os jovens nos mostram que seus corpos, como corpo-narrativa, estão buscando formas de se apresentarem e serem visto a partir de outras lógicas. Lógicas que os representam, que os enxergam, que constroem espaços de pertencimento, de desenvolvimento humano digno. Eles nos apontam sobre a necessidade de construirmos lógicas decoloniais.

De acordo com Pereira e Gonçalves (2016), é urgente estabelecer um avanço teórico-metodológico que nos permite o exercício do “olhar de dentro”, ou seja, reconhecer os processos de opressão e subalternização junto com as experiências vividas pelos sujeitos e todos os desdobramentos que elas geram nas suas trajetórias de vida. Desse modo, podemos, a partir dos apontamentos vindo da existência dos sujeitos, potencializar espaços de construção de outras lógicas, que deem conta de reconhecer os marcadores sociais da diferença, que operam e se articulam pela lógica histórica e colonizadora de desumanização; mas que também reconheçam e mirem para os marcadores sociais de potência, que nos instrumentalizam com a lente que permite enxergar os processos de humanização, trilhados através da constante luta por processos de (re)existência.

7.3.1 *Corpo marcado, corpo criminalizado: segunda experiência de privação de liberdade*

Aí quando é um dia, minha filha, o Cauã inventou pintar o cabelo de amarelo, e eu falei com ele, ele chegou aqui com o cabelo vermelhão, bem amarelo mesmo. Falei: “Cauã o, ocê pintando esse cabelo assim a polícia te vê e vai achar que você tá manjado, Cauã”. Aí ele brincou comigo assim: “Não, vó, eu tô pintando o cabelo, mas é pra curtir.” Eu não sei se aquela palavra foi Deus que me deu ou se eu mesma que falei procê, mas na hora eu olhei pra ele e falei com ele assim: “É, menino, cuidado que você vai poder até curtir dentro da cadeia com esse cabelo.” Quando foi no outro dia o Cauã foi preso”. (Dona Zélia, entrevista-conversaão, 2020)

Deus usou minha boca na hora pra alertar ele! Quando foi no outro dia, irmã, ele saiu daqui, é atrás ali, a mulher tem um mercadinho. Juntou ele mais uns outros menino, os menino queria roubar maçã, chamou ele e ele foi pro mercadinho. Só, ele talvez nem ia ser preso, mas como ele também deu cobertura os menino, ele ficou como preso, porque ele ficou na porta e os menino entrou pra poder roubar. Só que eles acionaram a polícia, a polícia chegou, pegou o Cauã e pegou o menino e achou o menino com a faca na mão. Aí o Cauã foi preso, que aí o Cauã já tava com 18 anos. (Dona Zélia, entrevista-conversaão, 2020)

As cenas narradas por Dona Zélia revelaram, mais uma vez, as duras violências que determinados corpos, como o corpo do jovem Cauã, vivenciam no cotidiano das periferias, especialmente dos centros urbanos, nas relações sociais que reforçam ações de discriminação, rotulação e julgamento e geram ciclos de marginalização e de desigualdades. Aqui, vale

ressaltar a relação com a polícia que, especialmente no caso dos jovens interlocutores desta pesquisa, tratava-se de uma relação em grande maioria violenta e de abuso de poder. O corpo de Cauã não era qualquer corpo, mas um corpo preconcebido, produzido e disseminado como suspeito, violento, criminoso e/ou de malandro, vagabundo, “meliante” (Dyane REIS, 2002; GOMES; LABORNE, 2018).

As palavras da avó ao ver o seu neto com o cabelo pintado de determinada cor retratavam a preocupação em saber que não era uma aparência que seria “bem-vista” socialmente, mas, sim, que reforçaria ainda mais o estereótipo de “suspeito número um”, “elemento perigoso”, “visado” pela polícia, principalmente (que é o que ela quis dizer com “vão achar que você tá manjado”) (GOMES; LABORNE, 2018). E, mais do que isso, colocaria o jovem em situação de risco e de violência racista. Isso significa que se referia a um corpo que precisava pensar, ponderar e considerar elementos do contexto para tomar uma decisão que, em outro contexto, poderia ser considerada simples, corriqueira, que era pintar o cabelo de cor colorida.

Porém, ao analisar esse ato de pintar o cabelo dentro de uma cena mais ampla que se compunha de um corpo jovem, negro, periférico, egresso de medida socioeducativa, era possível considerar que se tratava de uma ação complexa. A complexidade a que me refiro aqui é no sentido de que uma simples ação estética poderia causar desdobramentos danosos e intensamente violentos na experiência social vivida por um jovem concreto. Porque não se trata de uma simples ação estética, mas, sim, do modo como ela compõe uma representação social, cultural e politicamente violenta, orquestrada por mecanismos de opressão racista e colonial. Mais uma vez, a vida e a liberdade de Cauã são ameaçadas (ARROYO, 2019).

A cena revela uma situação na qual Cauã é o jovem tido como principal suspeito, se não o autor do ato ilícito na visão dos policiais presentes na autuação. Foi o único jovem levado para a delegacia e apreendido por meio dos trâmites do Sistema Prisional, pois já tinha 18 anos, ou seja, a maioridade penal. Essa cena reforçou que Cauã carrega em seu corpo traços, marcas, estereótipos e estigmas que o expõem em uma sociedade racista, que se baliza predominantemente por uma lógica de opressão. Novamente, a trajetória de vida do jovem Cauã vai sendo duramente marcada pela matriz de poder colonial, classista e racista (QUIJANO, 2005).

Articulada a isso, há também o peso da maioridade, pois foi mais um elemento que definiu a apreensão do jovem. Isso aponta para a dimensão geracional, principalmente, e indica o modo como o jovem Cauã deixa de ser considerado jovem para as políticas de segurança

pública, no momento em que completa a maioria penal e é tratado imediatamente como adulto. Essa mudança pareceu mais atrelada à perspectiva perversa da punição, ou seja, a partir do momento em que o jovem se torna maior de idade, autoriza-se (no caso os agentes de segurança pública) a autuação, cumprindo o dever de apreensão em massa.

Segundo Borges (2018), a prisão, como entendemos hoje, é fruto da concepção desse instrumento como espaço de correção. Contudo, historicamente as prisões não se mostraram capazes de materializar tal concepção. Ao contrário, percebe-se uma distorção em sua finalidade. O foco punitivo, de tortura física e psicológica, compõe na prática o significado da prisão e aponta para sua incapacidade de corrigir os atos delituosos ou criminosos. Trata-se de um processo que se efetiva em determinados corpos, os negros, jovens, que compõem a maioria da população brasileira que está privada de liberdade. Desse modo, “a figura do criminoso abre espaço para todo o tipo de discriminação e reprovação com total respaldo social para isso” (BORGES, 2018, p. 17).

Seguindo o relato de Dona Zélia sobre a segunda apreensão de Cauã:

Aí o Cauã foi preso! Cauã sofreu [...]. E aí, eles levaram ele lá pro, aqui pra cadeia velha, né? Ficou dois dias ali! Sem descer lá pra baixo [se referindo a uma penitenciária da cidade]! Dois dias sem comer. Teve um dia que a Jéssica [mãe de Cauã] foi levar umas coisa lá, minha filha, o homi [policial ou delegado] não deixou a Jéssica entregar de jeito nenhum! Diz ela que o menino chegava a tá amarelo. Diz ela que tinha uns 14 menino dentro de uma salinha pequenininha lá, chegava tava amarelo, só bebendo água quente, o sol tava quente, bebendo só água quente lá. Não deixou! Veio embora! Ficou dois dia ali. Aí depois desceu com Cauã pro cadeião. [...] (Dona Zélia, entrevista-conversaão, 2020)

A continuidade do relato da experiência da segunda privação de liberdade de Cauã vai ganhando mais nuances e ângulos em cada novo elemento da narrativa, compondo com mais detalhes essa cena. No relato, é possível nitidamente identificar o ciclo de perpetuação de situações de violências a partir do momento em que o jovem é apreendido e levado para a delegacia e se junta à condição precária e de violação na qual já se encontram outras pessoas, especialmente outros jovens homens. Condição demarcada pela superlotação, insalubridade, ausência de alimentação e hidratação e pela total ausência de acolhimento e escuta do jovem e da família. Diz sobre a lógica de desumanidade que impera nos espaços das delegacias, celas e prisões e afirmam a condição de menos humanidade dos corpos que ali estão (FOUCAULT, 2014; BORGES, 2018; ONOFRE, 2021).

Assim sendo, Cauã vivenciou novamente a experiência de privação de liberdade após o desligamento da MSE, no final do ano de 2018, depois de quase um ano e meio de liberdade.

Porém, nessa segunda experiência de privação, as condições foram outras, ainda mais precarizadas e desumanas, pautadas na política de segurança pública e do Sistema Prisional. Foram cinco dias em privação de liberdade, de muito desespero por parte da família e por parte de Cauã. A mãe foi a presença mais atuante na relação e enfrentamento na delegacia com os/as delegados/as de polícia nos dois primeiros dias, antes de ser encaminhado à prisão. Sem advogado e com pouca instrução e orientação sobre o que e como ela poderia agir, mas, mesmos assim, ela esteve presente na delegacia e no presídio, pedindo explicações e orientações para entender a situação do filho e os motivos da apreensão. Ela ficou noites sem dormir, esperando ser atendida na delegacia e depois no presídio, como explicita Dona Zélia:

Aí ela [mãe de Cauã] saiu, saiu de lá e ela pegou e foi lá pra, lá pra baixo! [no presídio]. Quando ela chegou lá, ela até passou mal porque quando ela chegou chorando, ela começou a passar mal lá. A agente deu uma água ela, mandou ela sentar e ela acalmar, né? Pra depois conversar. Aí a mulher vai, depois perguntou pra ela o que que é que ela queria lá. Ela falou “**Não, é que meu filho tá preso aí e eu nem sei por que ele tá preso, porque eles não falaram lá na hora do julgamento, não falou o que que era dele, só falou que ele também tava descendo.**” [...] Aí a mulher falou assim: “Tá, então peraí um pouco que a gente vai ver a pasta dele”. Aí, ela ficou lá até nove horas da noite. Quando a mulher... – passou muito tempo –, a mulher voltou, a agente voltou, aí ela foi e falou com ela: “Ó, mãe, aqui na pasta num tá falando nada sobre o Cauã, **porém o Cauã foi pegado enganado** porque era outro Cauã do bairro São Paulo”. (Dona Zélia – entrevista-conversa – 2020)

E Dona Zélia, complementa:

[...] Aí que que aconteceu? Aí a mulher falou assim com ela assim ó, falou com ela assim: “Ó, mãe, a gente podia soltar ele agora, mas acontece, nós não vamos soltar ele agora não, vão deixar passar pra amanhã que já tá ficando de noite, amanhã seis hora a gente solta ele.” (Dona Zélia – entrevista-conversa – 2020)

A cena da segunda privação de Cauã revela outros duros e perversos processos de violências que o jovem e sua família sofreram, principalmente pela violência policial que se fez também presente no ato de acusar, apreender e expor o jovem a situação de extrema vulnerabilidade de forma injusta. Esse ângulo da cena possibilita aprofundar e reforçar um elemento central na experiência de Cauã. Estamos nos deparando com diferentes formas com as quais o racismo vai atravessando a vida do jovem, como dimensão estrutural e estruturante (GOMES, 2005; GOMES; LABORNE, 2018; BORGES, 2018; ALMEIDA, 2019).

Mais uma vez, estamos nos referindo a um jovem negro, que carrega no seu corpo o peso de ser um corpo marcado e autorizado para ser violentado, rotulado como ameaça social e criminalizado. Bastou ter características fenotípicas semelhantes e o mesmo nome para se

tornar responsável por crime. Vale ressaltar a violência no descaso na forma como a mãe do jovem também é tratada, deixando explícito o modo como a política de segurança pública atua regida pela reprodução das lógicas racistas de segregação e marginalização de determinados jovens e suas famílias, vindos de determinado território, classe, raça.

Essa cena nos possibilita refletir mais profundamente sobre como a intersecção entre raça, classe e gênero afeta duramente a vida de Cauã, que é vivida no contexto de uma sociedade que o oprime, de diferentes formas e mecanismos sociais, desde os seus coletivos de origem até os dias atuais da sua existência. Todo esse contexto de opressão histórica vai desembocando em processos de desumanização do jovem, que experimenta com muita intensidade uma humanidade violada, desprotegida, sem condições mínimas de dignidade para lutar por sua existência. Nesta análise, trata-se de um processo que é arquitetado, projetado para manter alguns corpos vivos e outros “vivos mortos” (MBEMBE, 2016; ARROYO, 2019).

Foi possível observar nas andanças online que essa cena foi também registrada na rede social do Facebook, especialmente por seus fechamentos, entre eles, o jovem Kleiton. Em seu perfil, Kleiton fez uma postagem na sua linha do tempo expressando o seu sentimento de tristeza e pesar em saber da notícia da apreensão de Cauã. Na mensagem postada, ele relatou que sonhou com a sua liberdade e fez referência a Deus, afirmando sua crença de que “Deus sabe das necessidades de cada um”. Nesse post, tem uma *selfie* dos dois e muitos comentários (um total de 10), todos demonstrando tristeza e pedindo a liberdade de Cauã.

Ficou em destaque também a forma como Cauã é mencionado nos comentários, várias vezes como “*Mlkão*” (molecão), “*mano*”, indicando a relação de irmandade e de parceria que o jovem estabelecia com seus “*chegados*” – outra expressão utilizada pelos jovens para se referirem aos que eram próximos, parceiros dentro dos grupos em que estavam inseridos – nas dinâmicas dos fechamentos. Aqui também chamou a atenção que, a partir das observações online, foi possível perceber uma relação de amizade entre Cauã e Kleiton, como um elemento a mais da interação que mantinham. Isso significa que, para além das relações organizadas dentro das dinâmicas dos fechamentos, que obedeciam a regras implicadas no jogo do mundo ilícito, especialmente do tráfico de drogas, eles construíram uma relação de aproximação mais forte, expressa por momentos de afeto, em que estavam diretamente envolvidos.

Em geral, os posts evidenciavam a comoção pela liberdade do jovem, incluindo a presença da mãe de Cauã também nas redes sociais digitais, reforçando o desejo de liberdade do filho. Além disso, reforçavam a realidade concreta na vida dos jovens em relação a dois caminhos muito iminentes que são a prisão ou a morte. A frase em um dos posts indica

nitidamente esse aspecto: “*Vi vários cria partir vários espera Lili*” (Kleitton, em um de seus perfis, postado em dezembro de 2018 – Diário de campo, 2020).

Outro elemento que compôs a cena da segunda apreensão de Cauã foi a fé, muito presente na narrativa da avó e na forma como o jovem foi lidando com toda a situação de estar novamente “preso”. Recorro ao diário de campo, primeiro para ressaltar elementos da visão da Dona Zélia sobre essa experiência de nova apreensão do jovem e depois sobre o modo como Cauã reagiu a ela.

Dona Zélia disse que ficou em oração pedindo muito a Deus para dar um livramento para o Cauã e que se fosse para o Cauã ser inocente, que Deus mostrasse o caminho certo para ele. Ela frisou bastante a dimensão religiosa e crença espiritual nesse momento, reforçando que conversou muito com a filha dela [mãe de Cauã] para ela entender que tudo isso que estava acontecendo poderia ser a mão de Deus fazendo o Cauã viver essa experiência para melhorar. No sentido mesmo de mudar de vida, através da fé, da aceitação de Deus na vida dele. (Diário de campo, 2020)

Segundo a Dona Zélia, que continuou a narrativa, e Cauã, que foi concordando com tudo, quando o policial ou agente penitenciário foi chamá-lo na sela, ele estava de joelhos, orando e chorando. Disseram que ele ficou assim desde o momento em que chegou na sela até a hora que foi chamado. Dona Zélia disse que inclusive um dos presos que estava lá chegou a comentar com ele assim: “Nossa, mas Deus já ouviu sua oração?! Eu estou aqui tem muito mais tempo, orando e pedindo a Deus, e não fui atendido e você já foi?!”. Nesse momento, Cauã sorriu, eu e Dona Zélia também. (Diário de campo, 2020)

Os relatos apontam fortemente para a dimensão da fé em uma divindade como saída e/ou mecanismo para lidar com uma situação extremamente complexa e vulnerável, no sentido de haver poucos recursos e condições estruturais, suporte e amparo jurídicos, socioemocionais e econômicos. Além de ser uma situação invasiva, violenta por si só, e agravada pela forma com a qual ela foi conduzida pela ação policial, fortemente demarcada pelo racismo e violência estrutural (MINAYO, 1994)⁷⁷, física, psicológica (Cynara HAYECK, 2009), que envolveu diretamente o Cauã, mas, também sua família, principalmente pelo descaso e ausência de informações referentes à acusação do jovem.

Considerando especialmente a postura de Cauã, durante esse tempo em que esteve em cárcere, foi possível perceber também o quanto o sentimento de arrependimento, a culpa e o desejo de querer sair logo daquela situação estavam vinculados diretamente com a dimensão da

⁷⁷ Entende-se [violência estrutural] como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (MINAYO, 1994, p. 8).

religiosidade, manifestada por sua fé e necessidade de pedir perdão a Deus. O jovem manifestou sua crença em uma ação divina como alternativa para a resolução da situação em que se encontrava.

Ao mesmo tempo, a dimensão da fé manifestada por Cauã se apresentou nesta análise como também uma forma de criar um espaço de reflexão mais subjetiva sobre a situação por que estava passando, suas intenções, seus medos, seus desejos. É razoável e pertinente nesta análise considerar também que essa atitude do jovem diz sobre alguém que estava muito incomodado, pesaroso, desesperado por estar naquela situação. Diferente de alguém que naturaliza ou aceita determinada condição.

7.3.2 *Ponto de virada: “Me ajuda a sair dessa vida, vó, arranja um emprego pra mim” (Cauã, 21 anos)*

Nesse sentido, ressalto a cena da saída do presídio e do encontro de Cauã com sua avó, destacando dois trechos da narrativa de Dona Zélia.

Aí, minha filha, quando passou umas hora, Cauã chegou aqui em casa, o menino chorava e chorava e chorava me pedindo perdão. E quando eu olhava pra cara dele, aquele menino com aquele cabelo amarelo mais feio... [...] E eu olhava pra ele assim, e aquela roupa horrorosa, a calça assim dobrada assim e fez assim pra ficar nele que não dava. E eu falei “Mas que roupa estranha é essa?”, “Aí, vó, é porque eu não tinha minha roupa, sumiu lá, o rapaz mandou eu vestir essa aqui. **Ô, vó, cê me perdoa, vó? Cê me perdoa, vó? Me ajuda a sair dessa vida, vó, arranja um emprego pra mim**”. E vi e o menino ficou doido! Então a história do Cauã até terminou muito bonita num final triste, né? Porque não precisava disso, né? (Dona Zélia, Entrevista-conversaão, 2020)

Seguindo o relato:

Aí, pra glória de Deus, irmã, eu falei com ele “Vai tomar um banhozinho, vai cortar esse cabelo e pinta esse cabelo, compra uma tintazinha e pinta esse cabelo de novo [do jeito] que ele era, vai tomar um banho pra cê almoçar. Vai deitar, amanhã nós vamos começar uma campanha aqui e eu vou começar e vou orar a Deus pra Deus abrir uma porta de emprego pro cê”. Aí ele fez do jeito que eu falei, tomou banho, cortou o cabelo, pintou, aí almoçou, deitou, coitado, dormiu a tarde inteira até tardão. Aí depois levantou, levantou mais calmo, né? Aí já tava tudo tranquilo, aí eu fui e no outro dia nós começou uma campanha. Comecei uma campanha da rosa, falei com ele: “Nós vão começar a campanha da rosa e vou começar com ela dentro do seu quarto, com um copo d’água e a rosa”. Aí eu falei “Vou pedir ao Senhor pra Deus abrir uma porta pro cê”. Aí quando foi noutro dia, eu li o Salmo parece, não, eu li Mateus, Mateus 7: “Pedi, pedi, dar-se-vos-á.” Tudo que pede recebe, né? Aí eu falei com ele “Vamos lendo esse texto que aqui Deus ta falando pra pedir! Então nós vamos pedir e Deus vai abrir as porta pro cê. (Dona Zélia, Entrevista-conversaão, 2020)

A saída de Cauã da segunda experiência de privação ficou muito marcada pela sua vontade e necessidade de colocar um “basta” em situações como aquela na sua vida. Nesse sentido, vale ressaltar que, desde a minha primeira experiência de interlocução de pesquisa com o jovem Cauã (ALMEIDA, 2017), ele me afirmava que o seu maior desafio era estar preso. A cena relatada, mais uma vez, reforça esse aspecto. Cauã “implora” para “sair dessa vida”, apontando fortemente para o desejo de não querer voltar para a prisão.

Minha inferência, de acordo com o conjunto das trajetórias dos jovens interlocutores e enfatizada pela trajetória de Cauã, é que a privação de liberdade para eles é comparada à ideia de morte. É o tempo do “sofrimento” ou do “sufoco”, como eles nomeiam. Em diálogo com Arroyo (2019), podemos considerar que é uma morte social no contexto de vida dos jovens. Assim sendo, a cena da segunda privação de Cauã e as nuances de violência que ela carrega se constituem dentro da “provação-desafio” comum que os jovens enfrentam (MARTUCCELLI, 2006, 2007): o desafio de se suportar no mundo COM vida, após o desligamento da semiliberdade.

O relato de Dona Zélia sobre a experiência vivida com o Cauã mostra o quanto foi significativo para ele voltar ao encontro da avó, pedir e ter o seu perdão. Reforçando, nesta análise, que ela era a principal pessoa, o principal vínculo, no qual ele poderia ter a certeza do amparo. Esse vínculo foi se apresentando de forma crescente como um vínculo sustentador para o jovem, ou seja, o seu suporte mais concreto e viável. Nesse sentido, Cauã, além de valorizar o perdão da avó e com isso reestabelecer seu laço com ela, faz um pedido de ajuda para mudar de vida, apontando a necessidade de um emprego para concretizar essa mudança. A avó é o suporte para ele conseguir trilhar outro percurso de vida.

Outro aspecto que se sobressai nessa cena se refere a todo o processo de humilhação do jovem, que pode ser também considerado um mecanismo de violência muito bem operacionalizado na reprodução da lógica de subalternização de jovens pobres, periféricos, em sua maioria negros, em situação de cometimento de ato infracional ou crime. O detalhe da roupa com a qual o jovem estava vestido junto com o espanto da avó e a reação do jovem em seguida nos mostra, novamente, o quanto os processos de privação de liberdade são enraizadamente pensados e elaborados para a destituição da dignidade humana, do reconhecimento como sujeito histórico (ONOFRE, 2021).

Esse elemento da cena ilustrou com muito sentido essa dimensão, reforçando a ideia de privação do direito de ser, de existir com identidade, com pertencimento social, com história, com dignidade. Uma privação, mesmo estando em liberdade, que pode gerar, e no caso do Cauã

gerou, outra experiência de privação de liberdade, aquela estabelecida de maneira institucionalizada, através dos presídios, instituições totais de cárcere (GOFFMAN, 1987).

A partir da experiência de Cauã, é possível compreender o sentido de privação mais amplo. Ou seja, a privação extrapolou os muros das instituições totais e foi também percebida e enxergada nos processos de vivência do jovem mesmo estando na condição de liberdade. Essa percepção pode ampliar e complexificar a nossa compreensão sobre viver processos de privação de liberdade na condição de egresso, uma vez que a conquista da liberdade não está restrita apenas ao fato de o jovem ter cumprido a sua medida socioeducativa, e/ou cumprido a sua pena e ser liberado do acautelamento e/ou cárcere. Mas, sim, envolve e perpassa por diferentes atravessamentos sociais, econômicos, raciais, territoriais, geracionais que vão se articulando na experiência concreta do indivíduo, de acordo como o modo como esses atravessamentos vão afetando suas experiências como sujeito social, que pensa, sente, se relaciona, deseja, se projeta no e com o mundo.

Nesse sentido, foi possível compreender que a cena da segunda apreensão e saída da prisão foi um fato muito forte e mobilizador de outros movimentos na trajetória do jovem Cauã. A partir da empiria observada e registrada no percurso metodológico itinerante empreendido com Cauã e sua avó, foi possível perceber quatro elementos que se articularam e foram fundamentais na vida de Cauã nesse momento tão desafiador e trágico da sua experiência após cumprimento de medida socioeducativa. São eles a experiência de apreensão no sistema prisional; o apoio e a referência da família, nas pessoas da mãe e da avó, principalmente da avó como vínculo mais forte, e a fé, junto com o desejo de não querer mais passar por aquela situação, que se constituíram como um conjunto de elementos que possibilitaram uma mobilização no jovem.

O modo como esses fatores se articularam e se interseccionaram na experiência de Cauã permitiu novos hiatos, reconfigurações e recomeços em seu caminho, em sua itinerância. Ele também precisou constituir processos de elaboração de toda essa forte, violenta e dolorosa experiência, acionando as possibilidades com as quais podia contar, como a família, atrelada à religião, que se configurou como uma rede de apoio de modo articulado em torno de possibilidades de rompimento com aquela situação de extrema vulnerabilidade e desamparo em que vivia.

Seguindo esse caminho analítico em diálogo com Martuccelli (2006), considero esse

episódio na sua experiência como um “choque com a realidade”⁷⁸ ou, em outras palavras, como um ponto de virada. Isto é, a experiência de privação no sistema prisional pode ser compreendida nesta análise como um ponto forte, marcador de mudança, de virada de chave, de tomada de consciência na trajetória de vida do jovem Cauã. Foi um ponto de mutação, de virada, de reflexão, que foi fortalecido pela presença de uma família, especialmente na figura da avó, e do vínculo com uma fé, no caso a cristã, como suportes que possibilitaram um espaço-tempo também de reflexão, de elaboração da ideia de mudança, de transformação.

Nesse sentido, mantendo o diálogo com Martuccelli (2006), vale reforçar que considero que a experiência de privação de liberdade no sistema prisional vivida em meio à extrema violência por si só não se configura em um “choque com a realidade” na vida de Cauã, mas, sim, a articulação desse fato com a rede de apoio em torno dele, operacionalizada pelos suportes que se concretizaram em sua trajetória naquele momento. Esse movimento articulado possibilitou que Cauã construísse uma consciência sobre a importância decisiva de um determinado “evento” em sua vida. Cauã teve “uma tomada de consciência particular”. Nas palavras de Martuccelli (2006):

Se deu de cara com a realidade. O que opera de maneira ordinária, lenta e insidiosa se transforma em um *leitmotiv* de uma tomada de consciência de outro tipo, quando o indivíduo reconhece até que ponto sua vida, e portanto o resultado de suas provas, estava fortemente condicionado por oportunidades estruturais (p. 107).

Assim sendo, vale ressaltar a importância crucial, principalmente, da atuação da família como um suporte concreto na trajetória de Cauã, que acionou outras possibilidades de suportes, como a rede de apoio ligada à dimensão religiosa, na qual a avó de Cauã estava inserida.

Na minha compreensão, essa conjuntura permitiu abrir possibilidades para que o jovem olhasse para outro horizonte e buscasse outros rumos. Com isso, não estamos minimizando toda a dor, sofrimento, violações pelas quais Cauã e sua família precisaram passar. Ao contrário, é nítido e ressaltado nesta análise que o próprio processo que causa alguma mudança de rumo e

⁷⁸ “Para o sociólogo, no trabalho de interpretação da realidade investigada, é preciso dar um sentido à tríade de ‘eventos’, ‘momentos’ e ‘choques com a realidade’ narrados pelo indivíduo. Martuccelli indica que, quando solicitamos aos indivíduos que eles nos contem suas experiências, inevitavelmente é relatada uma série de ‘eventos ou acidentes’ que compõem toda e qualquer vida humana. [...] O estudioso também enfatiza que, quando o ator possui consciência da importância de um determinado ‘evento’ ou do papel insidioso de alguns ‘momentos’ em sua vida, muitas vezes os relatos são organizados em torno de determinados ‘choques com a realidade’. [...] Martuccelli (2006) salienta que os atores individuais revelam distintos graus de consciência dessas questões. Assim, entre indivíduos de uma mesma geração, por exemplo, determinado aspecto pode ser vivido por um sujeito como ‘choque de realidade’, por outro como um ‘momento’ e, por outro, como apenas um ‘evento’ qualquer”. (LEAL, 2017, p. 131)

abre novas itinerâncias nas vidas desses jovens, especialmente a partir da experiência de Cauã, é atravessado e marcado por violências diversas, que continuam imperando nos processos de desumanização de Cauã, e também de outros jovens e, contraditoriamente, podem servir também como molas propulsoras para produzir resistências.

Outro ponto fundamental é o quanto a instituição presídio e a lógica de encarceramento pautada na ideia de punição, de isolamento da vida social, de descontextualização das trajetórias dos sujeitos a quem se atribui o ato infracional estão, dependendo da perspectiva, falidas ou muito bem-sucedidas. Para esta análise, que parte da perspectiva do jovem como sujeito de direitos e da necessidade de garantia de políticas públicas que mirem na garantia de direitos sociais básicos, a começar pelo direito à vida humana justa, trata-se de uma lógica que está falida. Ou seja, uma lógica de negação da humanidade, pois desumaniza tendo como referencial de humanidade uma perspectiva que hierarquiza os corpos que podem ser considerados humanos de direitos. Que dita quem tem direito a ser humano e, portanto, quem tem direito a existir de forma digna, justa e livre (ARROYO, 2015; 2019; MBEMBE, 2016).

Mas, em uma perspectiva colonial, capitalista, patriarcal, racista, trata-se de uma lógica bem-sucedida, que efetiva, historicamente e dia após dia, um cenário de segregação e aniquilação de corpos, culturas, experiências, humanidades negligenciadas, despotencializadas, negadas, ceifadas. De acordo com Mbembe (2016), trata-se de um projeto de nação pautado pela necropolítica. E, nesse sentido, a política de encarceramento em massa (BORGES, 2018) e as prisões com suas estruturas físicas, normativas, ideológicas e violentas se constituem como formas de operacionalização do necropoder.

Seguindo o caminho analítico, ficou muito evidenciado nessa cena o elemento da fé no sentido da crença de que uma ação divina iria conduzir todas as possibilidades de mudança de vida para o jovem, ressaltando a ideia de que “Deus irá abrir as portas” e a necessidade de “pedir”, pois será atendido. Sobre esse elemento, fez-se relevante nesta análise refletir sobre pelo menos dois aspectos.

Foi possível perceber que, em um território marcado pela ausência de recursos mínimos e suportes no processo de desenvolvimento das pessoas como sujeitos de direitos, a vinculação religiosa vai se configurando como uma potente alternativa. Essa alternativa se constitui, tendo em vista a dimensão da fé, ligada à espiritualidade e, também, ao fato de que o acesso à igreja, no caso de Cauã, possibilitou contar com uma rede de apoio mais ampla e concreta.

Muitas vezes, as relações religiosas e a fé cristã foram as últimas e/ou única saída com a qual Cauã podia contar, como ficou evidenciado na sua trajetória de vida, principalmente na

relação com a sua família, que se mostrou como um suporte forte na vida do jovem. Por conseguinte, ela acionava a religião como outro suporte sustentador das tomadas de decisão e maneiras de interpretar e criar sentido para os acontecimentos.

Nesse sentido, para Cauã e sua família, a religiosidade foi uma das principais referências na qual se pôde agarrar para continuar sobrevivendo e produzindo sentidos para a vida. Essa vinculação a uma crença religiosa foi se mostrando como um suporte que possibilitou uma oportunidade de criar uma intenção, ou seja, criar um desejo, um sentido, um objetivo de vida (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2011). Isso foi demonstrado pelo jovem como desejo de sair da vida em que ele corria o risco de ser novamente apreendido e o desejo de ter um emprego, um trabalho no qual ele pudesse criar outros sentidos de vida.

Assim, segue o relato de Dona Zélia:

E Deus foi maravilhoso! Nós fizemos sete dias da campanha da rosa e pedindo ali a Deus e eu orei a Deus. Falei com Deus: “Senhor, perdoa esse menino, abra uma porta pra ele nem que seja longe daqui pra tirar ele desses colegas, Senhor. Afasta o Cauã dos colegas”. Aí eu fiz aquela oração. No dia que fez o sétimo dia, na outra sexta-feira, nós terminou a campanha nove hora da manhã, quando foi seis hora da tarde Deus abriu a porta pro Cauã. Veio um moço aqui, o vizinho da minha vizinha, amigo da minha vizinha, tava precisando de um rapaz pra ir embora pra Bahia pra trabalhar no Trenzinho na Bahia. Aí ela [a vizinha] veio falar pra ele. Esse menino [o Cauã] endoidou. “Vó, deixa eu ir! Vó, deixa eu ir!”. Falei: “Não, tem que falar com sua mãe!” (Dona Zélia, entrevista-conversaão, 2020).

A continuidade da cena após a segunda privação de liberdade mais uma vez reforça a dimensão religiosa de modo articulado. Isto é, ligada a uma rede de apoio na qual a família de Cauã estava inserida, e possibilitou a sua inserção também. Desse modo, em diálogo com Martuccelli e Singly (2012), Dubet (1998) e Leal (2017), compreendo que a vinculação religiosa de Cauã se deu a partir de um movimento de articulação das diferentes lógicas de ação, tanto a estratégica (que se refere à defesa de seus interesses); a da integração (que diz respeito ao pertencimento em uma comunidade) e a da subjetivação (que concerne ao desenvolvimento de uma atividade crítica), em busca de se firmar, se sustentar no mundo sem ter que passar novamente pela situação de privação, que se tornou uma situação-limite para Cauã.

Nesse sentido, aqui também cabe uma análise para ampliar a compreensão acerca da dimensão religiosa, que ultrapassa o aspecto da espiritualidade mais restrita à crença em uma entidade divina, espiritual, sobrenatural. A dimensão religiosa foi também compreendida como uma possibilidade de suporte que pode compor e/ou contribuir com movimentos de articulação de uma rede de apoio nas trajetórias de jovens como o Cauã. Portanto, não se tratava de uma

vinculação isolada na trajetória do jovem, mas, sim, entrecruzada com outras dimensões e suportes na vida dele. A empiria nos mostrou que a religião na trajetória de Cauã era mais uma nuance no plano de fundo que abre para outras dimensões de uma mesma cena.

Aqui, estamos nos referindo à existência de uma rede de apoio que o jovem Cauã, a partir da sua família, tem no seu território de moradia, para além das territorialidades dos fechamentos. Por exemplo, o relato indicou a presença de uma vizinha que, de alguma forma, sabia e estava acompanhando o percurso do jovem Cauã e da busca da sua família para ajudá-lo a encontrar uma oportunidade de emprego. Essa vizinha se tornou, nesta análise, um elo de interconexão de Cauã com outra pessoa que poderia oportunizar-lhe uma experiência de trabalho, mesmo que informal.

Nesse sentido, é possível afirmar que, na experiência do jovem Cauã, a inserção no mercado de trabalho após seu desligamento da MSE fez-se concreta a partir da presença dos círculos domésticos. De acordo com Guimarães (2012), os “círculos domésticos” são um dos mecanismos de procura por trabalho que podem ser entendidos como aqueles em que as informações de trabalho provêm dos indivíduos mais próximos. Isso mostra que as possibilidades de inserção no mundo do trabalho para o jovem Cauã e demais jovens que vivem trajetórias semelhantes ainda se encontram em um campo muito restrito, com ausência de referenciais mais amplos, o que dificulta e limita o conhecimento e acesso a outras redes, outros círculos existentes.

Outro ponto relevante se refere à ideia de mudança apresentada no relato e na prece da avó diretamente ligada à saída do território, especialmente ao afastamento dos territórios das “amizades”, que foi lida nesta análise como “território/territorialidade dos fechamentos”, constituídos a partir das relações estabelecidas nas dinâmicas ilícitas do tráfico de drogas, principalmente.

Na perspectiva da avó, a saída para realizar o desejo e pedido de Cauã para mudar de vida (“*Me ajuda a sair dessa vida, vó, arranja um emprego pra mim*”), só seria possível se ele pudesse sair do convívio com os jovens que, junto com ele, estavam ligados ao tráfico e ao uso de drogas. Dona Zélia se referia aos demais jovens como “ameaças” para o Cauã. Como se fosse um livramento, uma libertação para o seu neto. Sobre esse aspecto, foi possível compreender que o modo como a avó de Cauã buscava alternativas para a situação desafiadora e limítrofe que o neto estava vivendo, bem como as justificativas e argumentos utilizados em seu relato, operavam em outra lógica. Ou seja, Dona Zélia operava com a lógica de afeto, amor, proteção, laço de vínculo com o neto e de busca por justificar seu caminho em outra perspectiva.

Aí eu corri depressa, lavei as roupa dele tudo, lavei coberta, arrumei a malinha pra ele. Quando foi no sábado [segunda quinzena de dezembro de 2018], dez e meia da noite o Cauã foi embora pra Bahia. O Cauã ficou lá quase dois ano na Bahia e uma coisa que eu achei linda, irmã, porque o homi pegou o Cauã assim sabendo que o Cauã tava sendo preso, né? E o Cauã mexia com droga. Uma coisa que eu achei lindo! O homi chamou o Cauã pro Cauã trabalhar no caixa pra mexer com dinheiro. [...] O Cauã não mexia com pouco dinheiro do homi, não. O menino fazia as conta direitinho. O homi gostou demais do Cauã. O Cauã fazia a, recebia o dinheiro todo que entrava e o Cauã que depositava no banco pro homi! Eu achei assim, eu vi assim um agente de Deus pondo a confiança nele. [...] Eu achei assim, irmã, eu vi assim o agente de Deus, a confiança, irmã, porque se a pessoa saber que cê ta numa coisa dessa cê não vai confiar, né, irmã? (Dona Zélia, entrevista-conversaão, 2020)

A alternativa colocada para Cauã ir trabalhar fora do local de moradia, mesmo que arriscada e sem qualquer segurança ou amparo trabalhista, foi uma saída para a família, especialmente na pessoa da Dona Zélia, para possibilitar que o jovem pudesse mudar de vida e se afastar do território e suas territorialidades ligadas ao mundo ilícito, também arriscado e inseguro. Apesar de ser uma condição precarizada de inserção no mundo e mercado trabalho, era também a única saída mais concreta e rápida que a família e o jovem tiveram para se apegarem.

Além disso, estava presente também o desespero da avó e da mãe de criar formas de retirar Cauã das relações com os fechamentos. Nesse aspecto, vale ressaltar a força e a potência dos processos de territorialização (HAESBAERT 2004) constituídos nas trajetórias de vida dos jovens, no sentido de evidenciar a importância de possibilitar o contato com outros e diversificados espaços-tempos-relações de vivência da condição juvenil, que permitam ampliar as trocas, provocar tensões e reflexões sobre diferentes visões de mundo. Evidencia-se a necessidade de ampliar os referenciais socioculturais, criar condições mais amparadas e seguras de constituição de processos identitários e de projeção para o futuro (DAYRELL, 2007; DAYRELL; LEÃO; REIS, 2011), e, ainda, de abrir portas mais concretas e mais justas diante de um labirinto de incertezas, encruzilhadas, através do qual os jovens precisam jogar a vida e o futuro (PAIS, 2001; 2003).

Havia ainda o peso da questão religiosa como uma “porta” que estava sendo aberta para o jovem. Essa experiência de Cauã mostrou o quanto o trabalho lícito, mesmo que desprotegido e precário, é um mecanismo de ressignificação social e moral ainda muito forte.

Nesse sentido, chama a atenção também o valor que a avó dá ao fato de “o homem” não ter negado a oportunidade de trabalho pelo fato de o jovem ser “ex-presos” e ter envolvimento com as dinâmicas do tráfico de drogas. A fala de Dona Zélia evidencia o seu espanto e admiração em relação à confiança que esse homem depositou em Cauã, chamando-o para

trabalhar na bilheteria, justamente mexendo com dinheiro. Assim, é possível reforçar o quanto é enraizada socialmente a reprodução dos rótulos negativos, segregadores e violentos que esses jovens recebem, ao ponto de colocá-los como sujeitos não mais merecedores de confiança.

Essa mesma cena referente à oportunidade de trabalho e de mudança do território após a sua segunda apreensão foi relatada pelo próprio Cauã com outros elementos pertinentes para esta análise. De acordo com meus registros em caderno de campo, segundo Cauã,

[no dia] 12/12/2018 [data aproximada, segundo o jovem], ele recebeu a proposta de trabalho, para trabalhar na bilheteria do Trenzinho da Alegria. Um rapaz, conhecido dele que trabalhava nesse mesmo emprego, comentou com ele que estavam precisando de um menino para trabalhar na bilheteria e que ia olhar com o dono/ chefe. Esse moço [dono/chefe] perguntou se ele sabia fazer conta direitinho e ele respondeu que sim. E como ele queria mudar de vida, achou que era bom aceitar. Eu perguntei se ele estava gostando. Ele respondeu que sim, que ele recebe 700 reais mensais e que a alimentação, moradia e transporte era por conta deles [da empresa]. Ele explicou que o pessoal alugou uma casa na cidade em que eles iam ficar uma temporada e que eles moravam todos juntos nessa casa. São todos homens, em sua maioria jovens. E nos dias marcados, eles saem com o trenzinho para trabalhar e ele fica na bilheteria vendendo os ingressos. Segundo ele, o clima de trabalho é bom, pois os meninos na sua maioria têm entre 17 e 18 anos, tirando o motorista que é o mais velho. (Diário de campo – registro de conversação por telefone com Cauã, 2020)

É possível afirmar que essa cena do trabalho após a segunda privação de liberdade foi uma experiência marcante na trajetória de vida de Cauã, que permitiu um hiato, uma encruzilhada, que apontou para outros caminhos possíveis. E, como o próprio Cauã afirmou, como queria mudar de vida, ia ser bom ele aceitar a oportunidade. Assim, Cauã foi percorrer sua trajetória por outro caminho.

Vale ressaltar um aspecto intrigante contido no seu relato. Cauã não narrou a cena da oportunidade do trabalho da mesma maneira que a avó. Ele acionou outros sujeitos envolvidos, por exemplo, ele não mencionou a existência da “vizinha” que a vó mencionou e evidenciou como um possível suporte na articulação da rede de apoio do jovem e sua família. Cauã destacou a presença de outro jovem, que, segundo ele, era seu conhecido do bairro e trabalhava no Trenzinho, indicando que Cauã, de alguma maneira, transitava em diferentes territorialidades e vínculos de sociabilidade além dos “fechamentos”. Mas, ele não quis, de modo mais ou menos consciente, mencionar a rede de apoio ligada à família e à igreja. A sua narrativa foi de outra ordem. Ele colocou em evidência a sua própria rede de comunicação e apoio, indicando que ele conseguiu a oportunidade do trabalho de maneira mais autônoma e independente. Ou seja, ele não mencionou que por trás havia uma rede de apoio maior de sustentação ligada a sua avó,

principalmente. Esse aspecto provocou uma outra reflexão sobre a noção de suporte como estigmatizante.

Segundo Martuccelli (2006; 2007), os “suportes estigmatizantes” estão muito presentes na vida das pessoas das classes populares, como é o caso daquelas que dependem da ajuda pública, como as políticas públicas, e por isso são estigmatizados como incapazes de terem seu sustento e/ou “assistidos”, como se não pudessem se manterem de forma autônoma. No entanto, o “autor demonstra que, pelo contrário, quanto mais frágil é a situação dos indivíduos, mais ele se vê obrigado a se autossustentar por uma rede de relações de solidariedade e muito pouco pelos direitos sociais” (REIS, 2014, p. 32). Nas palavras de Martuccelli (2006), “os pobres são indivíduos que se sustentam desde o interior em doses muito maiores que as do indivíduo “exitoso” (classes mais favorecidas, que são compostas por indivíduos mais “sustentados” exteriormente). Para os pobres, “o peso da existência é particularmente forte, são os sujeitos que mais se aproximam do modelo de um indivíduo que se sustenta desde o interior, e curiosamente são os mais estigmatizados em sentido contrário” (p. 35).

Outro ponto se mostrou potente nessa cena e diz respeito ao fato de Cauã ter tido a oportunidade de ser visto como alguém em que se pode confiar fora das dinâmicas dos fechamentos, nas quais ele estava mais inserido. Esse aspecto sinaliza a importância de oportunidades que contribuem para o alargamento de possibilidades na vida dos jovens e rompimento com o estigma de “marginal”, “criminoso”, “ex-presidiário” com os quais os jovens desta pesquisa são socialmente marcados e produzidos. Tratam de possibilidades de criar espaços-tempo-relações de construção de outras referências e modos de ser como sujeitos. Entre elas, a cena vivida por Cauã nos possibilita refletir e evidenciar sobre a construção de reconhecimento como alguém em quem se pode confiar; como alguém capaz de exercer uma função, um trabalho, que tem um conhecimento a ser valorizado. Nesse sentido, trago para a reflexão a perspectiva de que os processos de identidades são constituídos através do reconhecimento intersubjetivo, no qual os sujeitos garantem a realização plena de suas capacidades e constroem uma relação positiva consigo mesmos (HONNETH, 2003).

De acordo com o que afirma Honneth (2003), essa experiência de Cauã pode ser considerada como uma experiência de reconhecimento, uma vez que os relatos indicam que Cauã foi aceito para a vaga de trabalho. Isso significa que o jovem foi aceito, ou melhor, respeitado nas relações comunitárias, que, para o autor, é uma das formas de reconhecimento intersubjetivo. Nela, o indivíduo é reconhecido por suas realizações, ou pelo seu caráter, ou ainda por possuir capacidades que são valorizadas pelos demais membros da sociedade em que

está inserido. Esse processo de reconhecimento se dá por meio da “estima social”, que permite a construção do sentimento de autoestima. Honneth (2003) considera esse tipo de reconhecimento também como solidariedade.

A partir dessa perspectiva, é possível refletir que Cauã, assim como os outros jovens interlocutores, passaram por processos de negação dessa dimensão de reconhecimento, tendo em vista que, dentro de uma hierarquia social de valores pertencentes à classe dominante, os modos de vida, as realizações e capacidades produzidas fora do horizonte de valores hegemonicamente definidos serão renegados, degradados, considerados de menor valor, deficientes. Isso significa a negação do sujeito no processo de produção de estima social e, por conseguinte, de autoestima.

Mais uma vez, estamos falando de jovens que experimentam o desrespeito, a degradação do próprio processo de entender a si mesmos. São os corpos inferiorizados, invisibilizados, do outro lado da linha, “os outros”, decretados como menos humanos, por isso negados em sua demanda de reconhecimento (QUIJANO, 2010; SANTOS; MENESES, 2010; ARROYO, 2019).

Seguindo a itinerância analítica, foi possível observar e identificar por meio das andanças online em observação do perfil de Facebook de Cauã que, nesse período em que ele se mudou para Bahia a trabalho, mudaram também a sua postura e modos de se expor e se relacionar nas redes sociais. Logo após a sua saída de GV, Cauã passou um período significativo de mais de dois meses sem registrar nenhuma postagem no seu perfil de Facebook. Foi notável o seu distanciamento nas interações do ciberespaço no período em que não estava na casa da avó e ficou trabalhando viajando com o Trenzinho. Uma possível explicação seria o fato de ter ficado com pouco acesso à internet e provavelmente depender de dados móveis para ter acesso no celular. Outra explicação possível seria o fato de ele ter mudado o rumo da sua vida, rotina, outros convívios e relações de sociabilidade e isso ter mexido muito intimamente com ele, causando mudança de comportamento, incluindo seus modos de inter-relacionar on e offline, bem como as maneiras de expor suas experiências.

Após um tempo em que estava vivendo na Bahia e já havia se distanciado mais dos territórios vinculados em GV, Cauã retorna a fazer postagens no seu perfil de Facebook, privilegiando agora a cena do novo território, exibindo especialmente o cenário do litoral baiano onde estava residindo de acordo com a itinerância do seu trabalho, entre uma cidade e outra. Ora protagonizava o cenário do trabalho com cenas voltadas para cotidianos da atividade, como fotografias do próprio carro do Trenzinho da Alegria (que é uma carreta toda iluminada, pintada

de cores variadas), das fantasias que eram vestidas por outros jovens que faziam parte da sua equipe de trabalho etc.

Nesse sentido, outro elemento presente e relevante nesta análise foi a dimensão da sociabilidade (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2011). No caso específico de Cauã, a experiência foi atravessada por outros processos de sociabilidade para além dos grupos no território dos fechamentos. Podemos afirmar que essas experiências foram desdobramentos das experiências de trabalho vividas pelo jovem, bem como do vínculo estabelecido com o grupo de jovens da igreja que ele frequentava. Em diferentes postagens, como narrativas do momento mais atual da vida de Cauã, considerando a cronologia do tempo da pesquisa de campo realizada, foi possível perceber a importância e valorização que Cauã dava para expor e publicizar e/ou anunciar as suas novas relações. Recorro a um registro de diário de campo que relata sobre uma postagem no status do Whatsapp do jovem.

Uma fotografia, na verdade uma selfie, que ele [Cauã] tirou dele com os amigos, provavelmente os colegas de trabalho do trenzinho da alegria com a legenda registrando um “tbt” (throwback Thursday), isto é, uma lembrança, se referindo ao lugar em que estavam: sentados no banco de alguma praça de alguma cidade com praia. Interessante observar o quanto as lembranças desse trabalho, mas também desses momentos de sociabilidade com os colegas desse trabalho, são sempre mencionadas, retomadas e socializadas pelo Cauã como algo bom, as quais ele tem prazer e (talvez) orgulho de se lembrar, de mostrar aos outros, de afirmar. Até o momento, foi possível perceber que se trata de uma experiência que tem marcado sua trajetória mais recente (Diário de campo, 2020).

Outro registro em diário de campo ressalta essa questão das relações de sociabilidade vividas e mantidas por Cauã com seu grupo de pares construído a partir da experiência de trabalho mais duradoura que ele vivenciou, no Trenzinho da Alegria.

O post do Cauã no dia 22/08/2020 me chamou muito a atenção. Ele postou uma foto com seus dois colegas do trenzinho (os mesmos que aparecem em outros post anteriores, no tempo em que ele estava pra Bahia trabalhando no trenzinho). Todos os três estavam bem vestidos, com “looks” de festa, resenha, mais descontraídos. Fui logo batendo o olho e percebendo as “novas” semelhanças presentes no jeito de vestir do Cauã, pois todos estavam de bermudas jeans (não mais tadel), inclusive o Cauã e seus amigos estavam com bermudas jeans brancas rasgadas e camisa de botão de manga curta, sendo que o Cauã e outro amigo com camisas floridas e também de tênis. A legenda deste post estava assim: **“Os cria sempre na função... #PazTerrível...”** A legenda tem a frase da música “Balão”, do rapper Orochi, que tem uma letra muito impactante e significativa para a trajetória do Cauã. Fiquei muito feliz e grata por ele ter se manifestado desta forma e me oportunizado a deparar com esta sutil, mas potente e ao mesmo tempo nítida expressão dos seus novos rumos de vida... (Diário de campo, 2020).

A vivência da condição juvenil reforçada na marca da sociabilidade é muito presente no

contexto mais atual do jovem Cauã. Chamam a atenção as novas relações e ciclos de amizade e parcerias que ele foi constituindo através das novas experiências de trabalho que ele viveu após a segunda experiência de privação de liberdade. Outro ponto relevante no registro é sobre as novas características identitárias com as quais Cauã se apresentava. Trata-se de outra forma de se vestir, se apresentar, que também era muito voltada para a valorização da questão da aparência, da identidade de grupo a partir de um estilo que representa um pertencimento sociocultural, demarcando também a dimensão das culturas juvenis (PAIS, 1993; SPOSITO, 2003; ABRAMO, 2005; DAYRELL, 2001).

E, além disso, a hashtag “*#PazTerrível*”, uma potente narrativa, que enunciava e reverberava sobre a possibilidade de experimentar outro rumo de vida, diferente dos rumos de “guerras”. Cauã afirmou que estava em paz e enfatizou esse aspecto ao adjetivar que era uma paz terrível.

Ao mesmo tempo, havia muitas postagem de conteúdo indisponível. Isto é, um recurso da própria plataforma do Facebook que permite fazer uma postagem restrita a alguns perfis que a pessoa escolhe. E, nesse caso, eu não tinha acesso como pesquisadora. Isso apontou para uma outra forma de lidar com as interações sociais digitais. Cauã de certa maneira passou a controlar mais o conteúdo que ele deixava ou não exposto no ciberespaço.

Ainda sobre esse aspecto, destaco o seguinte registro de diário de campo:

Observei que em Janeiro e Fevereiro de 2019, Cauã não postou nada na linha do tempo. [...] Somente em março de 2019 (02/03/2019) ele faz um post com sua localização em Farol da Barra/BA [localizado em Salvador]. Depois disso, ele faz mais dois posts com conteúdo indisponível, que não têm registro de nenhuma curtida e/ou comentário. Depois, dia 14/03/2019, ele faz outro post de localização no farol da Barra (Diário de campo, 2020).

O jovem deixa explícito que não quer expor sua nova vida para todas as pessoas que têm acesso ao seu perfil de Facebook. É possível perceber que se trata de um momento de transição na vida de Cauã e isso foi se refletindo nas suas relações online/offline. Assim, também foi possível identificar que ocorreu um esvaziamento da presença dos fechamentos do seu território, situados na sua quebrada em GV, nas sua linha do tempo do Facebook. Não houve mais registros de comentários, repostagens e compartilhamentos explícitos em seu perfil.

Nesse sentido, é possível inferir que houve mudanças e a necessidade de se reposicionar no território online, no sentido que a mudança de território na trajetória de Cauã contemplava o on/offline, já que o ciberespaço é também um território ou uma territorialidade experimentada por Cauã (REIS, 2014). Assim, a sua trajetória foi nos mostrando a sua itinerância de acordo com as multiterritorialidades nas quais a sua experiência foi se dando, se reconfigurando.

Além disso, a mudança de território, e com isso a inserção em novos territórios e em novo coletivo juvenil com outras perspectivas e visões de mundo, possibilitou recomeços e reconstruções sobre si, sua identidade, suas próprias visões de mundo e novos pertencimentos sociais. A experiência de trabalho do Trenzinho da Alegria teve uma significativa duração na sua vida, criando, assim, espaço para novos processos de socialização e sociabilidade (NONATO, 2019).

A saída para a Bahia em busca de vivenciar uma oportunidade de trabalho pode ser entendida também nesta análise como uma certa fuga e/ou um momento de “respiro”, ou seja, de poder ter espaço-tempo de reflexão, de viver outras experiências, de conhecer outras pessoas, de ampliar seus vínculos, seus territórios, suas visões e percepções sobre sua própria trajetória. Poder construir outras territorialidades (HAESBAERT, 2007). É possível afirmar que essa experiência foi um processo educativo forte no percurso de vida de Cauã, através do qual ele precisou recomeçar, se reconfigurar, criar outras ramificações dentro do novo cenário no qual estava inserido.

7.4 De volta à sua “comunidade”: “Tô aí copio...” (Cauã, 21 anos)

Devido ao contexto de pandemia da Covid-19, Cauã precisou retornar para GV. Entre as repercussões, atrocidades e desafios colocados pela pandemia da Covid-19 na vida de todas as pessoas, de acordo com cada realidade, necessidade e condições sociais, econômicas, sanitárias, psicológicas etc., na vida do jovem Cauã significou quase que imediatamente a perda do seu emprego. A partir do momento em que se decretou o distanciamento social no país, com uma política de *lockdown* como parte dos protocolos de quarentena para controle do vírus SARS-CoV-2, todos os estabelecimentos e atividades que não estavam entre aquelas consideradas emergenciais tiveram a ordem de serem paralisadas. Assim, as atividades do Trenzinho da Alegria, que configuravam um entretenimento com aglomeração de pessoas, foram também paralisadas. Com isso, depois dos primeiros 15 dias de isolamento, Cauã e todos os demais jovens que trabalhavam juntos foram dispensados pelo patrão. Assim, tiveram que, quase sem muita opção, retornar para GV, para suas residências, devido também à ausência de retorno financeiro por não poderem manter suas atividades.

Além de saber do retorno de Cauã por meio das nossas interações via contato telefônico e Whatsapp, foi possível acompanhar a sua postagem no seu perfil do Facebook, na qual Cauã atualizou a sua foto de perfil informando seu retorno, utilizando a linguagem de emojis que indicavam tanto a demarcação do território (uma bandeira) quanto um símbolo de paz (uma

pomba).

Figura 58 – Imagem de perfil na rede social de Cauã – Retorno ao território



Fonte: Captura de tela da pesquisadora, 2020.

Essa postagem revela uma narrativa acerca da dimensão do território como, novamente, uma marca importante e forte na trajetória de Cauã. Nesse sentido, foi possível perceber que retornar ao território de origem não era um movimento despretensioso ou corriqueiro na vida de Cauã. Ao publicizar a notícia do seu retorno usando os recursos de linguagem das redes sociais digitais, Cauã demonstrou a relevância dessa informação, que, por um lado, diz de uma necessidade de declarar que estava de novo “na área”, como quem anuncia a chegada e, de certo modo, pode ser compreendido como uma atitude de quem pede licença para retornar. Além disso, Cauã deixou explícito em sua breve narrativa no ciberespaço que ele retornou para o território de forma diferente, pois ele agora declarava paz e não guerra ou disputa por território, ao ilustrar seu post com o emoji de uma pomba branca.

Isso apontou para a dimensão do território para um jovem que lidava com o território de origem e suas territorialidades de uma forma específica. Ou seja, ele mantinha o reconhecimento de que existem regras delimitadas e relações de poder fortemente definidas, mesmo tendo estado ausente por um período. Assim, ao anunciar o seu retorno, Cauã indicou que a forma como ele se (re)posicionaria no território poderia causar interpretações e repercussões variadas.

Nesse sentido, foi potente nesta análise ter atenção aos modos como Cauã, na relação

com outros jovens e com o seu território, foi constituindo saídas e alternativas para lidar e conciliar diferentes lógicas por ele vividas. Refiro-me às lógicas de pertencimento ao território, às lógicas ligadas às dinâmicas ilícitas vividas por ele em momento anterior à saída para outro estado. Além da lógica de produção de novos sentidos para o mesmo território de moradia, que se movimentou novamente na trajetória de Cauã, se constituiu como outra territorialidade e apontou para uma nova maneira de estar no território.

Esse movimento reforçou a perspectiva de Haesbeart (2007), de que “o que existe de fato é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios” (p. 20). Isso se configura em uma multiterritorialidade e/ou a territorialização no e pelo movimento. Assim sendo, implica considerar as estratégias constituídas, encontradas pelos sujeitos para viver o cotidiano.

Dialogando com Charlot (2000) e Freire (2007), ao compreender o jovem como sujeito, estamos pensando na sua condição social, cultural, histórica, singular, subjetiva e na sua condição de sujeito presença no mundo, capaz de intervir e transformar. A trajetória de Cauã aponta a necessidade de rupturas com a lógica de subalternização de jovens egressos das MSE, especialmente no aspecto que insiste em colocar os/as jovens em situação de inferioridade, ou de fatalismos ligados à ideia de que são jovens “perdidos/as”, que “não têm mais jeito”, entre outros. A itinerância vivida e articulada nos percursos de Cauã se configura como saídas, brechas, escapes encontrados por ele para construir sua busca por se manter vivo e por existir no mundo. Reforçando nesta análise a dimensão da (re)existência, que se concretiza no movimento constante empreendido pelos jovens, como no caso de Cauã, de criarem outras formas de existência.

Nas dinâmicas sociais vividas no mundo do tráfico de drogas, as regras são claras e os códigos não são por acaso. Assim sendo, demarcar que não está em guerra, mas em paz, significa que não está mais na disputa pelo território de dominação do jogo do tráfico. E isso possibilitou compreender que o Cauã retorna para o território de origem se posicionando de maneira diferente, não mais ligado aos grupos de “fechamentos” anteriores. São outras lógicas que se mostraram em operação no seu cotidiano, gerando outros processos de construção de outras territorialidades, acionando outras dimensões da condição juvenil.

Cauã retorna então para a casa dos avós sem trabalho e novamente contando com apenas a renda que ainda recebia da aposentadoria do pai falecido. Diante disso, o seu retorno a GV foi fortemente marcado pela busca de outro emprego para complementar a sua renda, passando por diferentes experiências de bico, trabalho informal e uma breve experiência de trabalho

formal. Assim, pouco tempo depois que Cauã estava novamente em GV, começou a trabalhar de ajudante de pedreiro em uma obra no seu próprio bairro, emprego indicado pelo marido da avó, que ele considerava como avô. Além de se ocupar ajudando o avô na obra que estavam realizando na própria residência.

Cauã relatou também que estava ajudando amigos próximos e vizinhos em obras particulares sempre que era chamado para ajudar. Isso mostrou que seu retorno foi marcado por algumas formas de ocupação e/ou experiência laboral e de interações de sociabilidade que ele estava (re)estabelecendo em GV, além da própria família.

Todo esse contexto de desemprego, agravado pelo cenário de pandemia em que estávamos – e ainda estamos – vivendo no Brasil e no mundo, afetou diretamente a rotina de vida do jovem Cauã. Foi possível perceber e constatar a sua preocupação em relação à ausência de uma atividade laboral com a qual pudesse contar e, com isso, diminuição da sua renda, que, nesse momento, era garantida apenas pela pensão que recebia do pai e dividia com sua mãe.

Durante as interações que mantivemos nesse período, esses assuntos se fizeram presentes nas narrativas do jovem, incluindo a possibilidade de ele ter acesso ao auxílio emergencial liberado pelo governo no período mais crítico de isolamento social da pandemia. Cauã fez seu cadastro, mas infelizmente não foi beneficiado, pelo fato de já receber a pensão do pai. O registro a seguir relata um pouco sobre essas conversações via Whatsapp.

Tenho mantido contato com o Cauã por Whatsapp, conversamos ontem (dia 23/04/2020) e hoje (24/04/2020) sobre a questão do auxílio emergencial do governo nesse momento de isolamento social. Ele me explicou que os avós dele não podem pedir porque já recebem aposentadoria, e a mãe dele também não, pois está recebendo o benefício do seguro-desemprego. E que ele está olhando o dele todo dia para ver se sai algum resultado, porque até o momento consta em análise. (Diário de campo, 2020)

Na sequência das conversações, Cauã me relatou o retorno negativo que obteve sobre o pedido do auxílio emergencial. Essa foi uma situação que reforçou minha análise sobre os profundos impactos causados pela pandemia da Covid-19 no nosso país, especialmente do ponto de vista das desigualdades sociais. Ao longo desta pesquisa, foi possível constatar a percepção de que a pandemia escancarou as desigualdades e mazelas sociais que já se faziam presentes na condição de milhares de pessoas no território brasileiro. A experiência específica do jovem Cauã confirmou esse argumento que, infelizmente, também refletiu nas experiências de muitos outros/as jovens.

Assim, corroboro as análises e perspectivas que apontam que o cenário pandêmico foi vivido de maneiras diferentes por diferentes grupos populacionais no Brasil. As camadas mais

empobrecidas e já negadas historicamente no âmbito de políticas públicas de garantia de direitos básicos foram as que mais sofreram, tanto no sentido do desemprego, da diminuição da renda, da precariedade estrutural dos seus locais de moradia, do retorno da miséria e com isso da fome, quanto na perda de pessoas com o alto índice de mortes pela Covid-19.

Nesse sentido, seu retorno a GV foi também marcado por momentos de ociosidade, conforme relatado pelo próprio jovem.

Perguntei se ele [Cauã] continuava ajudando o avô dele e ele primeiro falou que eles pararam um pouco, que deram um tempo. Depois acrescentou que a ajuda dele era só mais no básico e que agora o avô continuava sozinho. A conversa continuou e eu perguntei novamente sobre a rotina dele. E ele respondeu, sem render muito, mas respondeu dizendo: “Ah..., tá..., tá de boa né? Ficando só dentro de casa mesmo, dormindo, comendo, assistindo filme, série, e é isso”. [...] afirmou que ajuda a “passar o tempo, distrair a mente um pouco”. (Diário de campo – conversa via Whatsapp com Cauã, 21 anos, 2020)

O relato de Cauã aponta para uma rotina de tempo livre, enquanto não aparecia nenhum trabalho, pois se tratava de um tempo “parado” por causa da pandemia, que agravou muito a ausência de oportunidades de empregabilidade, especialmente para as juventudes (BRASIL, 2021). Muito diferente do tempo anterior vivido antes da sua experiência de trabalho na Bahia. Cauã relatou uma rotina de tempo ocioso na qual ele estava ficando mais em casa e experimentando momentos de lazer como ver filmes e séries. Ao mesmo tempo, o jovem afirma que a experiência dessas atividades de lazer estava ligada à ideia de “ocupação da mente” e de “passar o tempo” e não necessariamente como uma atividade que tinha sentido em si mesma.

A afirmação de Cauã ao justificar seu momento de ociosidade, dizendo que é um momento para “distrair a mente um pouco” (Cauã, 2020), chamou a atenção nesta análise por percebermos que ainda se mantém presente na experiência dele a reprodução de uma lógica de controle social, a partir do controle do corpo. Isso implica a necessidade de o tempo todo ter que “ocupar a mente”, para não gerar um espaço-tempo de produção de pensamentos “vazios”. Isto é, de produções negativas que podem levar a comportamentos negativos, como o envolvimento com “coisa errada”, e/ou correr o risco de retomar com as práticas consideradas ilícitas anteriores.

Estamos nos referindo a um processo de socialização no qual o jovem Cauã, assim como a maioria dos/as jovens das periferias, favelas e camadas populares, bem como jovens que experimentaram as MSE e as prisões, vivenciam desde as suas infâncias, mas, principalmente, no momento da vida juvenil, marcado por lógicas opressoras e violentas que apontam para o controle e formatação dos corpos, das mentes, das existências (FOUCAULT, 2014).

Esse é um aspecto muito relevante nesta análise, tendo em vista a necessidade de problematizarmos a conexão entre a mudança de vida de Cauã, no sentido de ele ter (re)configurado a sua trajetória rompendo com o ato infracional/cometimento de crime e a necessidade de se controlar. Isto é, de ter controle sobre o seu corpo e mente, reproduzindo a mesma lógica na qual foi socializado, qual seja, manter sua mente e corpo ocupado para garantir a sua mudança e aceitação social; para ser digno de humanidade. Por outro lado, esse aspecto reforça que Cauã está focado em sair da “condição de envolvido”, na qual estava inserido; e, diante de uma realidade com poucos recursos, essas atividades de ocupação do tempo livre se tornam possibilidades mais concretas de ele se distanciar um pouco do cenário das dinâmicas ilícitas. Cauã estava lidando com a situação a partir dos recursos que ele tinha.

7.4.1 Idas e vindas incessantes: a busca por “um serviço”, entre bicos e corres, uma rede de apoio

Diante da dura realidade que Cauã vivia, impunha-se tomar um novo rumo, encarar sua itinerância e [re]azer novos movimentos de idas e vindas incessantes. Ele foi percorrer a sua busca por um “serviço”, como ele sempre se referia. Esse momento foi marcante no contexto da pesquisa de campo, pois foi o primeiro movimento empreendido pelo jovem de iniciar uma interação comigo, na condição de pesquisadora. A motivação dessa iniciativa se deu pela expectativa de Cauã de eu ter o contato de uma educadora do Programa Se Liga de acompanhamento de egresso e/ou o contato da advogada que atuava na MSE de semiliberdade em GV, e, com isso, ele poder fazer contato com elas para pedir ajuda para “arrumar um serviço”. Em suas palavras:

[17:40, 29/05/2020 ÁUDIO] Cauã: Se tipo, não é que, eu precisava de conversar com a Daiane, véi. Ela ia me ajudar bastante, véi...

[18:07, 29/05/2020 ÁUDIO] Pesquisadora: É, você acha que ela pode te arrumar um serviço, um trabalho? É nesse sentido, né? Mas, por quê? Ela indicava algum lugar? Como é que era isso?

[18:11, 29/05/2020 ÁUDIO] Cauã -: Sim, a Daiane é... eu acredito nela. Eu tenho certeza que ela ajuda, sim.

[18:18, 29/05/2020 ÁUDIO] Cauã: Pode deixar Jorddana, já consegui o número dela. Minha vó tinha aqui, já consegui já.

[18:20, 29/05/2020 ÁUDIO] Pesquisadora: Oi, Cauã! Uai que bom que sua vó já conseguiu. Qualquer coisa você fala, se esse número não for mais o mesmo, quem sabe a [nome da diretora da semi] tem algum mais atualizado, né? Aí cê me fala que eu tento olhar pra você. Mas, que bom que você acredita nela, né, que bom que ela é uma pessoa que você pode procurar e que pode te ajudar. Depois você me conta como é que foi a conversa com ela. Vou ficar torcendo aqui, tá! Um abração pra você!

[18:21, 29/05/2020] Cauã: Tá bom.

[18:21, 29/05/2020] Cauã: Tô vendo se eu arrumo um trabalho.

[19:15, 29/05/2020] Pesquisadora: Entendo demais.

[19:16, 29/05/2020] Pesquisadora: Entra em contato com ela sim.

[19:16, 29/05/2020] Pesquisadora: E entre em contato com mais gente q possa te ajudar também

[19:17, 29/05/2020] Pesquisadora: Espalhe todas as pessoas que vc acha que podem te ajudar, para aumentar as possibilidades.

[16:16, 03/06/2020] Pesquisadora: Ei, Cauã! Boa tarde! Como você está?

[16:16, 03/06/2020] Pesquisadora: Conseguiu fala com a Daniele?

[16:27, 03/06/2020 ÁUDIO] Cauã: Boa tarde! Tô bem, Jorddana! Consegui falar com ela sim. Ela vai olhar pra mim e vai me dar a resposta.

Nesse sentido, é possível afirmar que Cauã, após ter que retornar para GV e seu local de moradia de forma impositiva, devido ao contexto da pandemia da Covid-19, continua buscando trilhar o caminho de rompimento com o envolvimento com "o mundo do crime", mesmo diante de um momento de preocupação e aflição demonstrados na busca por um trabalho. Retomando o diálogo com Martuccelli (2006), foi importante perceber que Cauã passou a reconhecer e acionar outros suportes em sua trajetória e, desse modo, ele criou estratégias de recorrer a esses suportes, os quais ele tem condições de acessar como a família articulada à rede de apoio religiosa, mas lembra e aponta os serviços de atendimento socioeducativo, como a MSE de semiliberdade e o Programa de Acompanhamento de Egresso, como referências e possibilidades de apoio e ajuda na sua busca por trabalho.

Nesse sentido, reforço a compreensão de que essas políticas públicas se constituíram como suporte, a partir de um determinado momento, o qual podemos considerar o "choque de realidade" vivido (MARTUCCELLI, 2006), em que Cauã as reconheceu como parte de uma rede de apoio. Além disso, considero também que esse reconhecimento se tornou mais nítido e possível na medida em que essa rede foi também sendo movimentada e articulada pelo jovem com seus esforços de criar outros rumos de vida.

No seguimento do acompanhamento da trajetória de Cauã, foi possível identificar que ele acabou conseguindo novamente um trabalho informal a partir de indicações do seu círculo doméstico. E, a partir disso, Cauã seguiu sua itinerância atravessada por diferentes experiências informais de trabalho; como ele mesmo mencionava, seguiu seu "corre", nos vários "bicos" e trabalhos temporários que ia arrumando.

Assim, é possível afirmar que Cauã se torna "nômade" no percurso de busca por "sair da vida" ilícita, a partir da busca por um "serviço". Essa metáfora, utilizada por Melucci (2004), contribui para compreendermos que, diante de um contexto sócio-histórico muito complexo e desigual, articulado com as nuances, mazelas e atravessamentos do contexto sociocultural no qual Cauã estava inserido, sua busca por um trabalho não se dava como uma meta

predeterminada e desenvolvida, a longo prazo, a partir de referenciais incorporados em processos de construção de identidade pessoal e coletiva. Tratava-se, sim, de um percurso que prosseguia pelo imperativo do provisório.

Isso implica compreender também que, embora Melucci (2004) reforce a dimensão do “paradoxo da escolha” – isto é, de um lado, se ampliam as possibilidades de autonomia individual expressas pela escolha, do outro, torna-se inevitável a necessidade de escolher, incluindo até mesmo a não escolha – Cauã precisava enfrentar muito mais uma realidade na qual a possibilidade de escolha continuava muito limitada.

Assim sendo e diante de um contexto de desigualdades sociais, mais uma vez, o jovem precisou ser escolhido, ou seja, se contentar e se agarrar às possibilidades de trabalho que iam aparecendo para ele. Além disso, pelo imperativo da pandemia, teve sua experiência no trabalho do Trenzinho da Alegria interrompida abruptamente e se deparou com a impossibilidade de cumprir o distanciamento social. Ele precisava fazer seu “corre” de trabalho mesmo em um contexto de pandemia ainda muito arriscado. Vale ressaltar que o jovem Cauã, assim como muitos/as outros/as jovens empobrecidos/as no Brasil, não tiveram o direito de preservar suas vidas, podendo cumprir o distanciamento, com algum suporte mínimo de garantia de sobrevivência e alguma qualidade de vida. Ao contrário, Cauã, foi mais uma vez um corpo destinado para ser exposto a mais um risco de vida, sem nenhum poder de escolha justa e digna.

A cada nova interação online e/ou encontro presencial com Cauã e/ou com sua avó, era possível registrar uma informação nova sobre um novo trabalho em que o jovem estava inserido. Foi um período em que Cauã começou a vivenciar uma rotina intensa e cansativa para conciliar todas as suas atividades laborais, que em geral eram atividades braçais, como ajudante de pedreiro e carregador/chapeiro em empresa de transporte de galões de água mineral. Como se tratava de duas atividades informais, que também podemos considerar como “bicos”, ora estava em apenas um desses serviços, ora estava nos dois. Assim, a renda do jovem estava diretamente atrelada ao dia de trabalho. Se tinha trabalho naquele dia, tinha sua diária a receber. Se não tinha demanda de trabalho, não tinha dinheiro. Nas palavras de Cauã:

[21:31, 23/06/2020 ÁUDIO] Cauã: É, olá Jorddana, boa noite! É, eu tô respondendo você agora porque eu dormi véi! Eu cheguei cinco horas e tava cansado, quebrado. Comecei hoje também, aí eu tava dormindo. Levantei agora mesmo só pra mim jantar e voltar a dormir.

[14:49, 24/06/2020] Pesquisadora: Ah sim, Cauã! Começar uma nova rotina é difícil! A gente cansa mesmo no início. Mas daqui a pouco vc já pegou o ritmo!

[14:50, 24/06/2020] Pesquisadora: Quando puder, me conta sobre esse serviço. É no quê? Vc vai trabalhar o dia todo? Todos os dias?

[18:08, 24/06/2020 ÁUDIO] Cauã: Eu, runrun [raspou a garganta ante de falar], cheguei um pouco agora, aí vou tomar um banho aqui. Tô cansado! Eu tô trabalhando de ajudante de pedreiro. Tá bom... [exclamou com tom de voz expressando um pouco de decepção, algo do tipo “tá ruim, mas tá bom”], pelo menos faz alguma coisa, ganhando um dinheiro extra, né?... Num ficar parado não. Mas tá tudo bem graças a Deus.

[17:17, 23/07/2020] Pesquisadora: E aí trabalhando muito?

[17:18, 23/07/2020] Pesquisadora: Espero que esteja tudo indo bem... fiquei muito preocupada com a questão da covid 19 em GV. Os casos aumentaram muito né?

[17:19, 23/07/2020] Cauã: “Ei Jorddana! Acabei de chegar do serviço. Tô, tô trabalhando ainda! Três semana que tô lá já. Acabei de chegar. Tomar um banho aqui e descansar um pouco. Graças a Deus nós tá todo mundo bem, família tá bem. GV aqui, a coisa tá feia! Os casos só tá aumentando, viu? Mas nós tá prevenindo, né, porque todo cuidado é pouco, né? Mas, graças a Deus tá tudo bem.”

[17:44, 23/07/2020 ÁUDIO] Cauã: É, eu acredito que até setembro assim, até o final do ano as coisas já, dê uma melhorada. Mas, esse ano tá perdido, esse ano num existe mais não.

Destaco também alguns registros de diário de campo que compõem essa cena do “corre” de Cauã.

A primeira coisa que ele me disse foi que ele só estava me respondendo nessa data, pois ele teve uma semana muito cansativa (inclusive bocejou durante o áudio). Em continuidade, na mesma mensagem, ele comentou um pouquinho sobre como está a sua nova rotina.[...]. Ele disse que inicia o trabalho cedo, às 7h00 e sai às 17h00, mas na sexta-feira sai às 16h e não trabalha no final de semana. É uma rotina comum de um pedreiro ou ajudante de pedreiro. Ao final ele apenas registrou que está tudo bem. (Diário de campo, 2020)

Antes de começar a gravar, ela (Dona Zélia) comentou que o Cauã havia mudado de serviço, perguntando se ele tinha me contado, eu respondi que ainda não, que ele só tinha falado que estava **na correria**. Ela me explicou que um conhecido deles, que morava perto que tinha indicado ele para trabalhar em uma distribuidora de água mineral da cidade, pra fazer um serviço lá, que não era carteira assinada, mas que era melhor que o outro serviço de ajudante de pedreiro que é muito pesado. E comentou que ele está acordando muito cedo para eles irem buscar os galões de água na mina, para a distribuidora aqui. Tem dias que eles vão de manhã e de tarde e tem dia que é só pela manhã e que eles recebem o dia. Ela fala com entusiasmo por ele **não estar parado**, mas ao mesmo tempo com certo pesar de ainda ser um “bico” (Diário de campo, 2020)

Ainda sobre a sua rotina,

Dona Zélia: Tem dia que ele sai aqui 5:30, 6 horas. Vai, tem vez que fica lá o dia inteirinho, chega aqui já tá dando 6 horas. Ou tem dia que ele fica até uma, chega uma e meia aqui. Aí também num volta mais não.

P: Mas aí ele descansa e vai pra autoescola?

Dona Zélia: Aí ele deita e dorme a tarde toda, deita e dorme a tarde toda, aí quando vai na escola, o horário dele ir, ele vai e volta de novo e deita de novo.

Nossa, minha fia, eu vou falar com cê, é só vitória! (Dona Zélia – Entrevista-conversaço, 2020)

Entre um corre e outro, Cauã também estava fazendo aulas na autoescola, pois era um desejo que ele tinha, saber dirigir e ter um carro. Dona Zélia relatou também que Cauã juntou parte do dinheiro que ele recebeu durante o tempo em que esteve trabalhando na Bahia, no Trenzinho da Alegria, e deu de entrada nas aulas de autoescola. Sobre esse aspecto, foi importante perceber a relação que Cauã estava estabelecendo entre seus sonhos, desejos e estratégias mais concretas de realização, pautado nas possibilidades que a sua realidade disponibilizava. Isso mostrou que o jovem estava criando meios de (re)construir seus projetos de vida, transformando seus desejos e fantasias em objetivos passíveis de serem alcançados, dentro do seu campo de possibilidades (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2011). Apesar de estarmos nos referindo a um campo de possibilidades instável e/ou labiríntico, ora mais alargado, ora muito limitado, ora mais concreto, ora abstrato, ora mais nítido, ora obscuro.

Todo esse movimento e experiência nova foram se traduzindo na vida de Cauã como um processo de transição que ele mesmo chamou de “*vida de adulto*” (Cauã, 20 anos, 2020), como mencionado na Seção 4. A trajetória do Cauã mostrou a realidade da condição juvenil vivida por ele e por centenas de outros/as jovens brasileiros/as, que impõe um processo de adultização precoce, muito demarcada pela necessidade de inserção no mercado de trabalho. Especialmente, nesse caso, trata-se de uma inserção extremamente precarizada, com rotinas laborais muito “pesadas”, sem garantia de direitos mínimos (CORROCHANO, 2014; NONATO, 2019). Assim, Cauã foi seguindo a sua itinerância ziguezagueante entre um bico e outro, para garantir sua renda e com isso possibilitar a realização de desejos, vontades, interesses e projetos de vida.

Foi possível identificar e acompanhar muitas oscilações, imprevisibilidades, transitoriedades na cena do trabalho que compunha em grande parte a trajetória de vida mais recente de Cauã. Entre as já mencionadas, destaco também que, à medida que o cenário da pandemia foi se alterando, permitindo reaberturas e flexibilizações nos protocolos de biossegurança, o Trenzinho da Alegria voltou a circular, e Cauã reestabeleceu seu vínculo com esse trabalho. Assim, ele novamente saiu por um tempo da casa dos avós para ir para o estado de São Paulo, rodar com a nova equipe. Essa cena foi narrada pelo jovem da seguinte forma:

[...] até esqueci de falar com você. Eu vim cá pra São Paulo. Tô em São Paulo aqui em Pindamonhangaba trabalhando em outra empresa de trenzinho, de carteira assinada e tudo mais. Até esqueci de falar com cê! Eu ia falar com cê, mas esqueci... (Cauã, 20 anos, Conversaço de Whatsapp, 20/12/2020) (Diário de campo, 2020)

O relato de Cauã acrescenta o elemento da regularização ao dizer que era “carteira assinada e tudo mais”. Essa ênfase dada na informação da nova condição de trabalho indica a importância que o jovem dava para essa conquista na sua trajetória cheia de incertezas, provisoriedade, vínculos frágeis e precários. No entanto, esse período foi mais uma vez interrompido de maneira abrupta, devido ao contexto político econômico em que se encontrava o país em plena pandemia, que gerou muitas precarizações e provocou enfrentamentos diversos por diferentes categorias de trabalhadores. Entre elas, a categoria de caminhoneiros, que entrou em um período de greve, tendo significativa adesão no estado de São Paulo. Foi um período muito difícil para Cauã, no qual mais uma vez se deparou com um presente e um futuro incertos, com poucas perspectivas e saídas. Essa questão ficou nítida nos seus registros e narrativas através de postagens em outra rede social, o Instagram, na qual ele passou a interagir durante a pesquisa de campo. Foi possível capturar durante as observações e andanças online algumas dessas narrativas, por meio de postagem em *story*.

Em seguida, outro *story*, que trazia uma imagem da greve dos caminhoneiros atual, que estava ganhando repercussão nacional e tinha também pontos relacionados ao contexto de pandemia. E como neste período o Cauã estava na estrada, novamente trabalhando com o trenzinho, esse tema se fez também presente. Ao ver o post eu reagi com o emoji de palminhas e logo em seguida o Cauã respondeu em áudio no bate-papo conhecido como o *direct* do *Instagram*: - “É Jorddana, os trem parou mesmo heim...”. Trocamos uma conversa sobre este assunto, busquei aproveitar atentamente por essas interações pontuais, mais concretas. Assim eu correspondi e perguntei se ele estava parado também e ele confirmou que sim, que já tinha um mês. [...] Neste mesmo dia (02/02/2021) ele postou mais um *story* com outra frase do Racionais MC’s, de um perfil de *Instagram* que ele estava seguindo: “Madrugada é foda, te faz lembrar das coisas que deveria esquecer...”. (Diário de campo, 2021).

Tudo isso afetou diretamente a continuidade do trabalho do trenzinho, e Cauã, outra vez, se viu retornando para seu território de origem em GV. Esse retorno foi novamente marcado pela sua busca constante por se manter em algum “serviço” e/ou em mais de um. Uma cena observada aponta para esse movimento.

No acompanhamento online via Instagram que estava fazendo hoje, me deparei com dois *stories* do Cauã, que retratavam mais a rotina diária dele e percebi que está fazendo mais “correr” de trabalho. No primeiro *story* ele estava se filmando com a câmera em *selfie*. Na cena aparecia ele (seu rosto) e ao fundo as ruas de algum bairro da cidade (indicando que muito possivelmente era ruas da sua região). Ele estava em movimento, pedalando enquanto filmava e dizia o seguinte: “Cê tá doido, vida de entregador de motoca já é difícil na chuva e pra quem tá de bicicleta à pé, subindo morro é girado” (ou irado não ficou muito nítido)... Óh, e tem mais morro ainda pra subir!”. No segundo *story*, a cena se repete, Cauã continua pedalando, com

uma dessas mochilas de entregador de delivery, que deu pra ver em um dos movimentos que ele faz na filmagem, e continua sua fala “*Crem Deus Pai!* (Creio em Deus Pai) (pausa para respiração ofegante) *Mas é o trem, não para não*”. Pela iluminação das ruas e do próprio vídeo, com a constatação da quantidade de horas registradas da postagem deu pra ver que estava à noite e portanto a noite do dia anterior, sábado (06/03/21) (Diário de campo, 2021).

Nesse segundo retorno a GV, Cauã seguiu conciliando os seus vários “corres” de trabalho, à medida que iam aparecendo oportunidades ligadas às experiências anteriores, como um bico na distribuidora de água mineral, no Trenzinho da Alegria em Governador Valadares e/ou distritos e municípios próximos, entregador de *delivery* e outros. O conjunto dessas cenas em movimentos de “vaivém”, dos percursos e percalços zigzagueantes (PAIS, 2003; DAYRELL, 2007) que Cauã vivia na mira de “outros rumos de vida”, para se manter vivo e livre, tendo o trabalho como alternativa, evidencia nesta análise a realidade perversa e dura das juventudes empobrecidas, periféricas e, principalmente, negras no Brasil. Escancara a intensa precariedade na qual os/as jovens criam possibilidades, brechas, alternativas para se sustentarem no mundo, mesmo prevalecendo o imperativo da informalidade, de experiências desprotegidas (NONATO, 2019).

Nesse sentido, o movimento itinerante, frenético, “labiríntico”, exaustivo física e psicologicamente, com o qual Cauã reconfigura sua trajetória de vida, se constituiu como movimentos concomitantes de resistência e (re)existência.

Resistência no sentido mais direto, com a necessidade de sobrevivência, de ter sua própria renda e manter suas necessidades básicas e de consumo. (Re)existência no sentido de reconstruir uma nova existência a cada dia diante de um mundo que se coloca com muitas incertezas e dificuldade de se projetar, a não ser em espaços-tempos extremamente curtos, limitados e inseguros. De acordo com Pais (2001), “no labirinto da vida alguns jovens querem (princípio do desejo), mas não podem (princípio da realidade) vencer os desafios que se colocam a si mesmos” (p. 409).

Além disso, especificamente na itinerância de Cauã, a (re)existência se faz concreta no sentido de reconstruir uma nova maneira de estar no mundo, fora dos territórios do “mundo do tráfico” e suas práticas.

Nesse percurso, durante todo esse período de realização da pesquisa de campo, foi possível identificar apenas uma experiência formal de trabalho um pouco mais duradoura que a experiência de carteira assinada no Trenzinho, mencionada. Cauã conseguiu um emprego formal em uma empresa de prensa de lixo reciclável no bairro Distrito Industrial de GV. Em suas palavras:

Cauã: Oi Jorddana, agora estou trabalhando fichado graças a Deus, lá no Distrito. Um negócio lá... não tem quando esses litro, latinha, esses lixo fica tudo imprensado? Então, é com isso. Essa máquina aí é que imprensa os litros e tudo.

P: Ei Cauã! Que notícia maravilhosa! É uma empresa que faz prensa? Lá mexe com lixo reciclável? Que legal! O que está achando do trabalho?

Cauã: É lá mexe com lixo reciclável, tipo assim, eles recicla lá, né, separa, né? Aí já vem tudo separado e nós só prensa eles. Achei bom, né... serviço legal! (Conversação via *direct* do Instagram, 2021)

O relato de Cauã demonstra a sua satisfação em estar trabalhando “fichado”, demarcando a sua reconquista em estar novamente em um trabalho registrado. O aspecto da grande expectativa de ter um trabalho formal perpassa a vida de muitos/as jovens das camadas populares. Na experiência de Cauã, ela é evidenciada como uma maneira e um símbolo significativo de legitimidade social, principalmente em relação aos seus deslocamentos rumo a outros caminhos de vida, fora das práticas ilícitas. Nesse sentido, além de ser uma “necessidade”, “uma demanda social”, foi possível perceber também que a dimensão do trabalho “fichado” como um valor, principalmente moral, se fez presente na trajetória de Cauã (GUIMARÃES, 2011).

Mas, infelizmente, depois de poucos meses o jovem foi mandando embora. Ao que tudo indicou, os motivos foram corte de gastos da empresa e necessidade de diminuir funcionário. Com isso, Cauã se vê novamente obrigado a retomar sua “correria” de estar entre um “bico” e outro, de acordo com as possibilidades que vão surgindo para ele em GV. Mais uma vez sua trajetória é marcada pela itinerância como modo de estar no mundo, vivo, sobrevivendo, mesmo impedido de fazer muitas escolhas, pois o imperativo social da ausência de oportunidades de trabalho formal, protegido, o leva a retomar seus “corres” de trabalho informal. Há, mais uma vez, o imperativo do trabalho mais pelo sentido de utilidade e menos pelo sentido do desejo e da realização (GUIMARÃES, 2011).

Os bicos que Cauã retomava eram a sua possibilidade de fonte de renda, que também lhe permitiam viver experiências e ter acesso a bens e serviços que se fazem muito presentes na vivência da condição juvenil e marcaram também a experiência de Cauã. Nesse sentido, destaco uma situação mostrada pelo jovem durante o período em que ele transitava entre um “corre” e outro de trabalho, no qual esse aspecto foi nitidamente explícito, conforme os registros a seguir:

Figura 59 – Postagem em rede social de Cauã – Tênis de marca



Fonte: Captura de tela pesquisadora, 2021.

Uma sequência de *stories* foi observada e registrada também em diário de campo, conforme a transcrição seguinte:

Neste mesmo dia (28/01), outros stories foram postados simultaneamente no Instagram e no status do WPP, esta é uma prática comum dele (Cauã). Alguns posts são postados nas duas redes ao mesmo tempo. Neste dia eu vi primeiro no status do WPP e depois conferi no stories do Instagram. O post era o seguinte, primeiro no story de um vídeo autoral que mostrava a vitrine de uma loja de calçados focando o tênis da Nike com uma legenda escrita com a seguinte pergunta “qual que eu lanço?”. Depois na sequência, um segundo story de também um vídeo autoral, filmando dentro de um armário, no caso, um guarda-roupa, uma prateleira com dois tênis da Nike. Um deles era mais antigo. Pude identificar porque ele já fez outros posts desse tênis, com esse tênis. O outro tênis era o novo, um dos que apareceu no post anterior. O tênis novo era vermelho e com molas. No áudio do vídeo, a sua narração dizia assim: “O pai tá forte nos Nikes. É um 12 molas porra! É um 12 molas carai!” (Diário de campo, 2021).

Durante o percurso metodológico itinerante, foi possível perceber mais elementos e ângulos sobre essa nova rotina, postura e pertencimento do jovem Cauã. Chamo a atenção para um momento de interação presencial com o jovem e sua avó.

Nesse momento [da visita à casa do Cauã e interação com ele e sua avó], o Cauã foi dialogando comigo e confirmando as informações que eu estava dizendo. A avó logo foi elogiando o Cauã, me perguntando/exclamando mais ou menos

assim: “*Viu como ele está grande?! Tomou juízo também!*” [...] Sem muito estímulo meu, a Dona Zélia já foi relatando várias informações: que o Cauã estava trabalhando, tinha tomado juízo, estava indo à igreja demarcando que não era a mesma igreja que ela ia, mas que era uma igreja perto de casa e pelo seu tom de voz deixou explícito que era de seu agrado; que estava bem mais calmo e tinha mudado muito o comportamento, deixado algumas amizades [pelo gesto com as mãos e o semblante do rosto, ela estava se referindo aos amigos que estavam ligados e envolvidos às práticas ilícitas]. Ela ressaltou que o Cauã estava cuidando do seu dinheiro, foi logo falando que ele ia fazer autoescola. Nesse momento ela virou para o Cauã e falou assim: “vou contar pra ela”, como se tivesse pedindo a autorização dele, mas ao mesmo tempo, não se contentando com o orgulho de poder contar as coisas boas e as mudanças para melhor que o neto estava vivendo (Diário de campo, 2020).

O relato da Dona Zélia reforçou algumas dimensões que para ela caracterizavam um momento de mudança de vida na trajetória do jovem Cauã. Entre elas foi possível perceber uma ênfase nas dimensões do trabalho, da igreja e do afastamento de algumas amizades como caminhos para “tomar juízo”. Nesse aspecto, é razoável nesta análise chamar a atenção para o fato de ser ainda muito predominante no discurso de Dona Zélia a perspectiva de responsabilização individual do jovem Cauã sobre seus atos e/ou circunstâncias de vida desfavoráveis que, de uma maneira ou de outra, o levaram para experiências junto ao mundo do crime.

Em outras palavras, a fala da Dona Zélia me levou a refletir como ainda é muito forte a reprodução de uma lógica social mais ampla que elabora e dissemina uma representação social estereotipada e moralizante sobre um perfil de jovem ideal. Isto é, um jovem que é socialmente e moralmente aceito em uma sociedade ocidental republicana, colonialista e patriarcal, fortemente embasada pelo discurso religioso moralista e pelos processos violentos de desumanização de determinados humanos, vistos como pouco dignos ou negados de sua humanidade.

São as juventudes de classes mais favorecidas que têm direito à moratória social, de acordo com Margullis e Urestis (1986). Ou seja, que têm o direito ao tempo da experimentação de erros e acertos, de ampliar seus referenciais e se conhecer melhor para fazer escolhas mais concretas, acertadas e suportadas dos seus projetos de vida e perspectivas de futuros, principalmente ligadas ao alargamento dos estudos e carreira no mundo do trabalho.

Além disso, existe também a ideia de jovem ideal na perspectiva moralizante do jovem “certinho”, que estuda, ou estuda e trabalha, vai à igreja, não mexe com “coisa errada”. E nesse sentido, se cria um parâmetro de hierarquização das juventudes, muito arraigado no resquício colonizador com o qual se operam as relações sociais brasileiras. No âmbito mais específico deste contexto de pesquisa, é possível exemplificar as seguintes dicotomias: jovem X

delinquentes; jovem X menor; jovem X malandro; adolescente X marginal.

Assim, em diálogo com os estudos da Sociologia das Juventudes, esta pesquisa aponta a necessidade ainda muito presente de ampliarmos a noção de juventudes para conseguirmos compreender a condição juvenil vivida por jovens como o Cauã. O jovem Cauã, pelo fato de não ter seguido uma trajetória juvenil considerada linear, mas, sim, ter se construído através de uma trajetória desviante (PAIS, 2001; 2003), deixa de ser considerado jovem? A resposta desse questionamento, no contexto desta análise, é não. Mas não se trata de uma única ou isolada resposta.

Estou corroborando um conjunto de pesquisas produzidas em diálogo com a Sociologia das Juventudes que propõem uma análise mais ampla e complexa da condição juvenil contemporânea, que considera a pluralidade e diversidade de modos de ser jovens, a partir das diferentes maneiras nas quais a experiência social se constitui, ou também, nos diferentes modos de viver as juventudes em suas singularidades.

Assim, a busca desta análise foi indicar e reforçar a necessidade de rompermos tanto com análises e discursos que universalizam a condição juvenil e, com isso, hierarquizam e dicotomizam modos de viver e ser jovem, gerando discursos de fatalismos (FREIRE, 2007), quanto com aqueles que responsabilizam individualmente determinados/as jovens pelos seus atos, vivências, consequências etc., gerando ações segregadoras, injustas e o tempo todo violentas, além de serem um meio de manutenção de uma sociedade capitalista, colonial, racista, opressora.

De acordo com Abramo (1994), Sposito (1996), Dayrell (2001; 2003), Leão (2006a; 2006b) e Reis (2014), há que se considerar o contexto sociocultural no qual o/a jovem está inserido/a, sua realidade concreta e a presença ou ausência de suportes materiais e simbólicos que possibilitam escolhas conscientes, inserções sociais justas e dignas, bem como a garantia de direitos básicos.

Ser jovem trabalhador, que vai à igreja, que tem juízo e não se envolve com “amizades erradas” não pode ser uma condição individual e exigida única e exclusivamente ao jovem. É preciso que se tenha garantia de direitos básicos, a começar pelo direito a permanecer vivo, sem ser constantemente e de diferentes formas ameaçado, direito à moradia, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, ao trabalho, à segurança pública, aos direitos individuais, aos direitos humanos, para que, assim, seja possível existir em liberdade e com dignidade. E, desse modo, ter tempo-espaco para se constituir como humano, como sujeito social, como jovem em suas multiterritorialidades e em seus múltiplos corpos-narrativas.

A questão aqui nesta análise diz respeito à compreensão e à defesa de uma perspectiva que considere as juventudes egressas da MSE, seus desafios e especificidades, articulando as singularidades na pluralidade. Incluindo, assim, seus modos de se defrontarem com uma sociedade que já estava pronta, na qual eles vão trilhar e construir processos de experiências, pertencimentos e práticas sociais e culturais.

Não tenho a pretensão de indicar que o discurso da avó seja descabido, pelo contrário, trata-se de uma reprodução a partir de um processo de socialização que ela também experimentou ao longo da vida. E, nesse sentido, sobressaiu uma visão ainda muito pautada por um viés moralizante em relação à possibilidade de mudança de vida de um jovem egresso da semiliberdade a quem se atribuiu um ato infracional.

No entanto, e de maneira ambígua, o relato nos aponta também sobre um processo vivido pelo jovem e sua família de possibilidade de se enxergar e concretizar outros rumos de vida. Isso ficou explícito no orgulho, satisfação e alívio de Dona Zélia e de Cauã ao poderem dizer que agora a vida dele estava diferente, não permaneceu como era antes: “*Mudei de vida, graças a Deus*” (Cauã, 2020). Ficou nítido também na questão da inserção laboral e, com isso, a garantia de uma renda própria, para investir em coisas que faziam parte do interesse do jovem, como o exemplo da autoescola, seu próprio consumo etc.

Evidenciou também e fortemente a experiência de trabalho – mesmo que informal, atribulada por tantas idas e vindas, descontinuidades, em condições precarizadas e totalmente desprotegidas – como uma alternativa às dinâmicas ilícitas e como uma possibilidade de Cauã viver a sua condição juvenil, acessando experiências, serviços e bens com a renda e as relações estabelecidas pelo trabalho.

A dimensão do trabalho como possibilidade de transformação de vida, de pertencimento social e rumos na trajetória foi muito marcante. É possível afirmar que o trabalho foi um dos principais suportes articulados junto com a família, especialmente na figura da avó materna, e a igreja, que acionou outras pessoas e estruturas, possibilitando o alargamento do campo de possibilidades, caminhos e interconexões, na itinerância da trajetória de Cauã. Nesse sentido, foi possível identificar uma experiência articulada que movimentou uma outra rede de suportes na trajetória de vida de Cauã.

Vale, ainda, ressaltar o fortalecimento da dimensão religiosa no percurso de Cauã ligada aos novos rumos de vida. Embora se tratasse de uma dimensão que atravessou a trajetória do jovem de diferentes formas e em diversos momentos, foi possível identificar que, após o retorno para GV, depois do período em que morou em outro estado, Cauã se vinculou mais

concretamente a uma igreja de denominação evangélica pentecostal, especialmente em um grupo de jovens que se reúne nessa igreja e desenvolve alguns trabalhos comunitários, além de atividades de culto religioso.

Durante o período da pesquisa de campo, em um momento em que eu já estava encerrando os trabalhos de observação mais sistematizados, mas mantendo contato com os jovens, Cauã me relatou por áudio, via aplicativo de bate-papo do Instagram, que ele tinha se batizado. Na mensagem, ele disse: “... *aceitei Jesus na minha vida...*” (Cauã, 2020).

Nas andanças online, pude observar e registrar uma certa frequência de repostagens em suas redes sociais de perfis religiosos, com trechos bíblicos, pregações e postagens de momentos vividos com o grupo de jovens da igreja a que estava mais vinculado. Registre essas capturas no diário de campo:

Nos dias 01 e 02 de fevereiro, a sequência de *story* do Cauã foi marcante para o meu olhar de pesquisadora. Mais uma vez ele segue postando posts ligados a religião, com versículos bíblicos. Neste, o versículo estava em uma fotografia de uma página bíblica com um trecho marcado. O trecho trazia uma breve e conhecida reflexão cristã de que somos o barro e Deus/Jesus é o nosso oleiro. Ou seja, somos todos obra nas mãos de Deus. No repost não apareceu a fonte/referência bíblica. (Diário de campo, 2021)

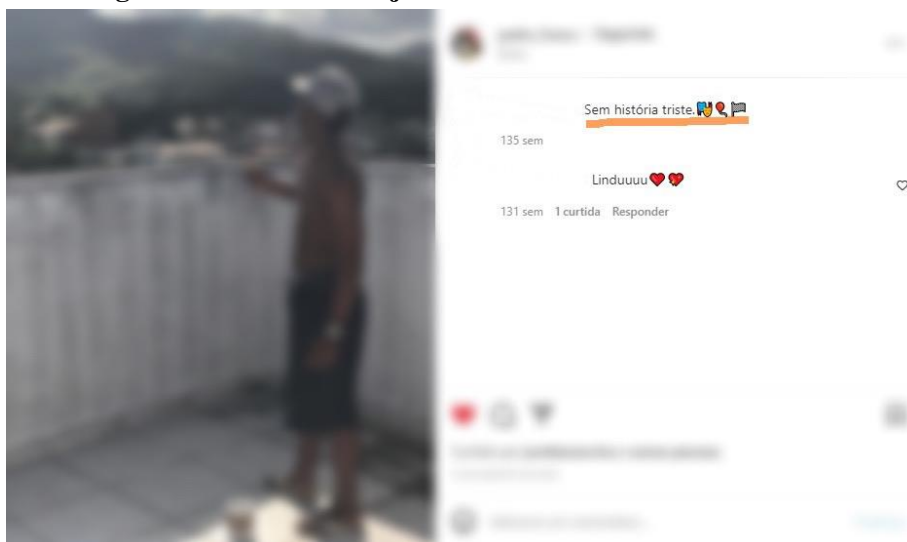
A cena da religião na trajetória de Cauã foi se alterando e ganhando outras nuances e significados. Passou de suporte emocional, concretizado na crença da proteção divina e no sentido de suportar as mazelas da sociedade em que estava inserido (NOVAES, 2012), quando mais vinculada à territorialidade dos “fechamentos” e dinâmicas do tráfico de drogas, para a dimensão que compunha sua condição de não mais jovem envolvido. Isso mostra a importância da religião como um valor moral fundamental para uma pessoa que se propõe a “mudar de vida”, ou seja, ir para o “caminho certo”, que pressupõe o caminho da conversão, da igreja, no caso, a protestante neopentecostal. Essa é uma perspectiva que se fortaleceu muito no discurso conservador e neoliberal no Brasil, que, a partir da religião, operacionaliza os discursos de moralidade e costumes produzidos pelas classes dominantes, pautados no padrão de poder colonial (QUIJANO, 2010).

Contudo, a religião passa a ser um suporte também emocional, mas não somente, que sustentava o jovem nos seus diferentes rumos, experiências e significados socioculturais para a sua trajetória de vida. Além de se configurar como um ponto forte na rede de apoio de Cauã, permitindo acessar outras referências, relações sociais e oportunidades através dos vínculos que são criados (MARTUCCELLI, 2006).

Compreendo que a trajetória de vida de Cauã se configurou em itinerâncias, que é, ao mesmo tempo, um modo de lidar com os desafios e também, muitas vezes, uma condição dada. Diante de ameaças, da necessidade de preservar a vida, a liberdade e da possibilidade de ter um emprego, foi necessário fazer deslocamentos. E/ou um modo de ser, mantendo vínculos com diferentes territórios.

Nesse sentido, a itinerância de Cauã se configurou em constantes idas e vindas, corres, bicos, buscas incessantes de saída dos territórios de violência ligados às dinâmicas do tráfico. Saída tanto no sentido de se distanciar geograficamente do seu território de moradia e do território dos fechamentos e tudo o que ele envolvia: risco de morte, prisão, conflitos e guerras; quanto no sentido de busca por outras vias de se manter vivo, ter renda, de realizar desejos e sonhos pessoais, de ser reconhecido de outra forma; busca por romper estigmas, recontar a sua história, subverter a lógica da subalternização, criar outros vínculos, referências, territorialidades, ressignificar seu território de origem, como o próprio Cauã expressou: “*sem história triste*”, no post a seguir.

Figura 60 – Postagem na rede social do jovem Cauã – “Sem história triste”



Fonte: Captura de tela pela pesquisadora, 2020.

Além disso, sua trajetória tem se configurado também a partir da articulação de uma forte, eficaz e potente rede de apoio que se concretizou em suportes que possibilitaram enfrentar o desafio comum de se sustentar no mundo como alguém COM vida após o desligamento da MSE. Mais do que ser alguém na vida (ALVES, 2021), Cauã trilhava caminhos, buscava alternativas para se manter vivo e poder viver uma vida mais digna, justa e reconhecida como

uma vida que importa, que precisa ser valorizada.

Finalizo esta seção retomando o trecho de uma música mencionada anteriormente que também me foi apresentada por Cauã, como um “presente”, uma narrativa que fala por si, em meio a um de seus posts que a tinha como pano de fundo:

Minha mente segue blindada
Minhas lágrimas já caíram
Foram mares de desespero
Que afogaram meus inimigos
Agora tudo tranquilizou
Aquela nuvem negra passou
Aquele jovem negro vingou
Mas foi por pouco
Quase que eu caio na ilusão, na ilusão
Mas vi que aquilo lá não era pra mim
Tão invejando meu cordão, mó pingentão
Mas se quiser ter um liga pro Fabinho
Os cria sempre na função, na contenção
Cuspindo fogo igual o Charizard
Fazendo papo de milhão, de milhão
Igual balão não paro mais de subir
Eu não paro mais de subir
(“Balão”. Orochi, 2019, grifos meus)

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que serve a utopia?

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

(Fernando Birri citado por Eduardo Galeano, 1994)

Neste momento de considerações finais, busco reforçar os “achados” que foi possível evidenciar no tempo desta pesquisa, as lacunas identificadas e as “utopias” que permaneceram comigo durante todo o caminho percorrido em busca de compreender as trajetórias de vida de jovens egressos da medida socioeducativa (MSE), e, também, acenar para outras “utopias” que emergiram no movimento da caminhada. Mas, “*para que serve a utopia*” no contexto desta pesquisa, neste ponto específico das considerações finais? Parafraseando livremente o poeta, serve para isto, para que os passos dados rumo aos encontros dos achados preciosos não se enganem como acabados, esgotados, ou caiam nas fatalidades e/ou homogeneidade dos consensos, mas, sim, para que eu[nós] não tenhamos deixado de caminhar atrás e com os jovens em busca de ouvi-los, evidenciar e potencializar as suas narrativas e os seus modos de ser, mirando no reconhecimento da condição juvenil contemporânea com seus processos plurais e singulares.

Compreendo a utopia como perspectiva e ação, que anuncia e denuncia especialmente processos de desumanização, bem como processos de humanização, que, no caso desta pesquisa, se fizeram presentes na trajetória de vida de jovens egressos da medida socioeducativa, constituídas em contextos que insistiam em desumanizá-los. Refiro-me à percepção de se movimentar, buscar, ir atrás ou levar adiante, mirar para o encontro com o outro na sua inteireza, complexidades, diferenças, possibilidades e contradições, reconfigurações. Nesse sentido, refiro-me ainda a uma atitude utópica frente aos fatalismos, às invisibilizações, às generalizações, às subalternizações e despotencializações do indivíduo como sujeito histórico.

Ao caminhar com os jovens ou seguindo os seus passos, rastros, pistas, me aproximei das utopias que me movem como pesquisadora-gente e moveram esta pesquisa como uma pesquisa qualitativa em Educação, que se fez a partir e na diferença, na imprevisibilidade e na potência das vidas humanas. São utopias que reconhecem os jovens nos contextos de privação de liberdade e/ou envolvimento com práticas consideradas ilícitas como vidas que importam e que têm o direito de serem vidas vivíveis (não sobreviventes) e se constituírem no e com o mundo como sujeitos de direitos, de desejos, de saberes.

São utopias que nos possibilitaram evidenciar que esta pesquisa analisou jovens que lutam para viver a condição juvenil mesmo em contextos que os subalternizam e os rotulam como “menores”, “infratores”, “criminosos”. Através dessas utopias, foi possível enxergar e constatar que são vidas em constante busca por humanização, mesmo (sobre)vivendo em processos históricos de desumanização.

De um modo geral, procurei ao longo da tese evidenciar como têm se configurado as trajetórias de vidas de jovens após o desligamento da MSE de semiliberdade, a partir de uma perspectiva sociológica que compreende as trajetórias juvenis em seus percursos não lineares, mas sim ziguezagueantes, labirínticos, em constante vai-e-vem diante dos complexos processos de mutações sociais na sociedade atual. Assim, me pautei nos pressupostos que analisam as trajetórias de vida na experiência contemporânea considerando as marcas de reversibilidade e os emaranhados de traços interseccionados que não se configuram de modo fixo ou seguindo um único eixo centralizado.

É importante ressaltar que esse era o ponto de partida da investigação, no entanto, no decorrer da pesquisa, esse intento mais amplo foi se desdobrando em outros. Alguns deles ficaram pelo caminho, mas foram devidamente anotados para seguir trilhas futuras. Outros objetivos foram se alterando, ganhando robustez e paulatinamente alcançados. Nesse percurso, o contexto estorrecedor da pandemia da Covid-19 interferiu fortemente nesses ajustes e delineamento dos enfoques teórico-metodológicos que eu havia privilegiado.

Ao retomar algumas questões e inquietações, destaco que a diversificação metodológica, assumindo o seu caráter multimetodológico e multissituado, foi fruto dos desdobramentos das indagações postas desde o início. Eu e os orientadores desta pesquisa queríamos olhar para os jovens como sujeitos sociais, singulares, com trajetórias de vida também singulares e plurais, na sua condição de egresso, de medida socioeducativa: como eles estão? Como estão “levando” a vida? O que mudou, o que ficou? O que estão fazendo? Como seguiram suas vidas? E, a partir dessas questões, queríamos criar espaços-tempos de aproximação, de acordo com as aberturas e os limites que os jovens demarcaram e constituíram na relação comigo e com a pesquisa.

Nesse movimento, alguns avanços e limitações foram percebidos. Foi necessário ser itinerante no meu modo de observar, aproximar e interagir com os jovens e demais interlocutores/as. Desse modo, construir um percurso metodológico itinerante ao caminhar com os jovens ou seguir seus rastros por caminhos online e offline. Assim, pude observar e acompanhar parte de suas trajetórias de vida. Considero que esse movimento permitiu construir

um caminho respeitoso, dialógico e recíproco com os interlocutores. Busquei, a partir da etnobiografia, me pautar e construir relações de alteridade, a partir de um olhar decolonial e interseccional, que permitiu enxergar algumas articulações, estratégias e movimentos de resistência que os jovens criaram e vivenciaram para resistirem e [re]existirem diante dos contextos que os subalternizam.

Foi inegável que, nesse percurso, o ciberespaço se constituiu como potente *locus* da pesquisa, ampliando a possibilidade de realizar um acompanhamento denso das biografias juvenis através das andanças on/offline, destacando o imbricamento dialético desse par nas experiências de socialização, sociabilidade e processos identitários na vivência da condição juvenil contemporânea.

Enfatizo também a observação itinerante que, através das andanças on/offline, me permitiu identificar e me aproximar das diversas linguagens (escrita, fala, corpo, imagem, música, postagem nas redes sociais) pelas quais os jovens narraram e vivenciaram as suas trajetórias de vida. A entrevista-conversa também se mostrou pertinente como estratégia de escuta ativa e de interlocução itinerante, na medida em que precisei ir me adequando aos modos de interação e “trocas de ideias” que os/as interlocutores/as foram me mostrando e dos quais foram me permitindo participar, principalmente os jovens. Sem dúvida, foram momentos preciosos de reconexão e reconstrução de relação de confiança para efetivar o movimento de escuta a partir das diversificadas narrativas apresentadas, me permitindo recolher os fatos, os sentidos, os sentimentos, os significados e interpretações que os/as interlocutores/as lhes aferem.

Foi possível aprofundar esse percurso no acompanhamento biográfico com dois jovens, Robson e Cauã, com os quais tive mais chances de construir diferentes e mais duradouros itinerários metodológicos. Assim, o zoom sociológico sobre a atividade biográfica dos jovens possibilitou realizar uma pesquisa que alcançou as dobras, as brechas, os ângulos e os atalhos mais particulares das experiências sociais dos jovens, que demandaram respostas singulares em suas trajetórias não lineares, sem perder de vista a dimensão estrutural mais ampla das condições juvenis na atualidade. Além disso, ressaltou a potencialidade da Sociologia do Indivíduo em diálogo com a Sociologia Decolonial nos estudos sobre as juventudes contemporâneas.

Contudo, tal alternativa metodológica teve suas implicações. Por um lado, tal escolha foi acertada, tendo em vista que me propus desenvolver uma pesquisa com centralidade nos jovens e suas experiências juvenis e para isso precisei criar um percurso metodológico que se

adequasse às condições de campo as quais os sujeitos em seus contextos sociais me apresentassem, e não uma pesquisa que “formatasse” os sujeitos em um conjunto de estratégias e instrumentos metodológicos. Por isso, foi necessário ser um percurso metodológico itinerante. Por outro lado, o fato de ser um percurso itinerante que se (re)fez no caminhar com os/as interlocutores/as trazia o desafio de lidar com um tempo relativamente curto para construir o percurso, organizar os elementos produzidos em campo e analisá-los.

Ao me dedicar a aproximar e compreender como têm se configurado as trajetórias de vida de jovens egressos da semiliberdade no município de Governador Valadares, construí uma “composição em movimento” das cenas capturadas que representaram dimensões da condição juvenil instituídas na articulação entre categorias e marcadores sociais da diferença que atravessam as diferentes experiências dos jovens. Além disso, adensei as reflexões sobre as itinerâncias juvenis constituídas no “devir biográfico” de Robson e Cauã. Nesse movimento, foi possível identificar dimensões como a família, os grupos de pares no território de moradia, a escola, o trabalho, as dinâmicas do tráfico de drogas, a privação de liberdade e o sistema socioeducativo, a partir dos entrecruzamentos com as categorias de gênero, raça, classe, território, idade, religião e culturas juvenis.

A **família** se constituiu nesta pesquisa como uma dimensão estruturante das vivências da condição juvenil, mesmo em contextos e territórios de violências e subalternização marcados por conflitos, pobreza e vulnerabilidade social, cultural e política. Além de vivências ligadas ao contexto das dinâmicas complexas do uso e tráfico de drogas. Ela foi um suporte fundamental dentro da precária rede de apoio existente na vida dos jovens. Concretizou-se como suporte material no sentido de possibilitar um local de moradia, alimentação, cuidados com a higiene pessoal (mesmo que mais precária para alguns), por exemplo. E também como suporte simbólico, sendo um lugar de afeto, acolhimento, de alguma forma de cuidado e de alguma segurança.

Destaco especialmente a presença e os esforços das mulheres das famílias dos jovens, representadas pelas mães e avós, principalmente, na busca por dar algum tipo de apoio e sustentação aos jovens. Foram pessoas que se constituíram como referências fundamentais nos processos biográficos observados, evidenciado com mais aprofundamento e singularidade nas itinerâncias de Robson e Cauã. Foi também marcante a presença forte de outras mulheres que se concretizaram nas relações com as educadoras do Programa de Acompanhamento de Egresso, com a vizinha, as tias, as companheiras. Assim, é relevante ressaltar que a trajetória dos jovens foi afetada diretamente pela trajetória de mulheres na família, nas unidades

socioeducativas, nas igrejas, como também nas escolas. Há aqui um ponto de atenção sobre esse forte atravessamento de gênero.

No caso particular da trajetória de Robson, a família se concretizou também como um suporte estigmatizante, diante da vivência da provação-desafio nas relações familiares, vividas em contextos de famílias de camadas populares e dos conflitos familiares que tinham o jovem como um dos pontos de conflito. Esse aspecto permitiu reforçar a compreensão de que os indivíduos estão submetidos de modos distintos às provações, e essa diferenciação se estabelece devido aos suportes que cada um possui.

Outro desdobramento vivido nas relações familiares foi o papel social da paternidade. Essa experiência atravessou a trajetória dos jovens pais possibilitando a construção de outra representação e leitura social da sua imagem, deslocando-os da imagem e rótulo mais fixados e associados à cena da criminalidade, do “caminho errado”, para o “lugar” da paternidade. Ao mesmo tempo, foi possível identificar nas itinerâncias de alguns jovens – como Kleiton, Marcos Henrique e Robson – que, no desenrolar do cotidiano, ser pai, chefe de família e ser envolvido com as dinâmicas do tráfico de drogas e outras práticas ligadas a esse mundo complexo fazia parte de um jogo social entrelaçado. Esse jogo compunha parte das trilhas que configuravam as trajetórias de cada jovem, nas quais essas dimensões da vida se articulavam e compunham a sua condição juvenil.

A **escola e o trabalho** se entrecruzaram com as violências e violações de direitos que se fizeram presentes durante a trajetória de vida dos jovens. E, nesse caminho, ambas as dimensões tradicionais da condição juvenil, em um determinado momento das complexas itinerâncias juvenis, se tornaram, contraditoriamente, lugar de ameaça, de desproteção, de risco de perder a vida nas experiências dos jovens.

Esse aspecto evidenciou a violação do direito à educação, os processos de inclusão precários e excludentes ainda reproduzidos na relação dos jovens com a escolarização e nos possibilitou inferir que a escola não era um investimento que valia a pena, tendo em vista que eles se arriscavam em outras atividades relacionadas ao contexto das dinâmicas complexas do tráfico de drogas, seja porque não tinham outra saída, seja porque era importante para eles naquele momento. Contraditoriamente, a escola poderia não ser um lugar de vivência da condição juvenil, mas, sim, um lugar que a ameaçava. Ou seja, para determinados jovens, era necessário se distanciar da escola para continuarem vivos e poderem viver a condição juvenil de acordo com seus contextos, realidades e processos subjetivos.

Verifiquei a ausência da dimensão da escola e de projetos de longevidade escolar nos relatos dos jovens. Ela foi uma preocupação dos adultos presentes nas trajetórias deles, como as mães, avós, educadoras. Isso aponta para a percepção de que o modo como a categoria de juventude atrelada à condição de estudante está distante da realidade desses jovens. Ou seja, reforço a compreensão de que, no caso dos jovens desta pesquisa, a escola não faz juventudes, mas, sim, os territórios ligados aos conflitos, violações e violências, principalmente dentro das dinâmicas dos grupos/fechamentos ligados ao mundo do tráfico de drogas.

Em relação à dimensão do trabalho, as experiências juvenis repetiram a cena marcada pela incerteza e precariedade dos “bicos”, da informalidade, da baixa remuneração e atividades de baixo prestígio social, quando esses eram uma realidade, uma vez que o desemprego foi recorrente em seus percursos. Vale ressaltar o aspecto do estigma de “jovem que já foi preso”, que interferiu diretamente nos processos de tentativas de inserção social através do trabalho, especialmente ligados à ação socioeducativa do Programa de Acompanhamento de Egresso. Além da questão da presença forte das práticas vividas nas complexas dinâmicas do tráfico de drogas como atividades rentáveis, que se constituíram como lugar de busca por subsistência, para eles e suas famílias, e/ou algum poder de consumo, dois aspectos recorrentes nas experiências juvenis enfocadas. Nesse sentido, é necessário ressaltar que as atividades laborais, consideradas como trabalho, aqui corroborando uma noção de trabalho mais ampla (formal, informal, temporária, pontual, ilícita), sempre estiveram presentes na vida dos jovens.

As experiências dos jovens indicaram também um processo de **adultização muito precoce**, o que reforça a perspectiva aqui defendida de dimensão etária como uma estratégia de demarcação das fases da vida que precisa ser compreendida em sua característica arbitrária e que foi evidenciada nesta pesquisa como uma categoria que, interseccionada com os pertencimentos de classe, raça, gênero e território, se intensificou, em diferentes momentos, como um processo de opressão na trajetória de vida dos jovens após o desligamento da MSE. Nesse sentido, esta pesquisa confirmou que a tendência é, principalmente após a maioridade penal, complexificar o não reconhecimento da condição juvenil dos jovens egressos, a quem é novamente e perversamente negada a sua própria condição social.

Sendo assim, a realidade da reincidência à privação de liberdade foi analisada neste estudo a partir das experiências vividas, na sua intersecção entre condição de pobreza, desemprego ou poucas atividades laborais, majoritariamente informais, abandono escolar, ausência de oportunidades de profissionalização e ampliação de referenciais culturais e permanência nas dinâmicas do tráfico de drogas. Desse modo, buscamos romper com as lógicas

excludentes e perversas que se perpetuam nas estruturas política, social e segregadoras, nas quais a faixa etária é considerada no âmbito das políticas públicas de controle social, concretizada principalmente na privação de liberdade, e não de acesso a direitos sociais básicos, na vida dos jovens.

Nesse sentido, a **condição de egresso** se destacou no percurso empírico como mais uma experiência na qual os jovens são privados de ser. Isso evidenciou que, mesmo em liberdade, eles permaneceram experimentando situações em que são privados de desenvolverem suas potencialidades, de construir relações com referências socioculturais mais diversificadas. As trajetórias dos jovens continuaram seguindo caminhos inseguros, instáveis, nos quais a vida era constantemente colocada em risco.

Ao articular todos os aspectos analisados neste estudo, inferi que, quanto mais os jovens estavam envolvidos com as dinâmicas ilícitas, especialmente do tráfico de drogas, sem outras experiências, como a relação com a escola, com o trabalho formal ou informal lícito, com possibilidades de profissionalização ou acesso a atividades de cultura, esporte e lazer, menos eles usufruíam do seu direito de ir e vir. Apesar de já não estarem acautelados, os jovens continuavam tendo que enfrentar outros aprisionamentos socioculturais. Eles continuavam inseridos em territórios de violências e de violações de direitos, incluindo, contraditoriamente, o direito de liberdade e o direito à cidade e ao território.

A condição de egresso se concretizou na reprodução perversa do medo mais radical que é de perder a vida, no sentido biológico, social, cultural, afetivo, e também no sentido do direito de poder viver em liberdade e com reconhecimento de sua condição juvenil. Essa reprodução do medo na vivência da condição de egresso foi atravessada perversamente pelo racismo, reconhecido como macrocausa das violências e dos genocídios juvenis na sociedade brasileira que, nas experiências concretas dos jovens, se articula com as dimensões de classe, gênero, geração e território e com a marca da privação de liberdade.

Essas nuances da condição de egresso como parte de uma cena sociológica mais ampla da condição juvenil desses jovens permitiu apontar para a importância e urgência no fortalecimento e efetivação de ações de acompanhamento de egresso. Ao mesmo tempo, indicou o quanto apenas a ação de um programa de acompanhamento após o desligamento desses jovens da MSE, efetivada de maneira isolada, não é suficiente para servir de suporte para que os jovens se sintam acolhidos, protegidos e amparados diante de tantos processos de violação e violência que eles continuam vivendo após a experiência de privação de liberdade.

Compreendemos também que a compreensão comum é de que as medidas socioeducativas são muito limitadas como proteção aos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei. Por outro lado, o estudo demonstrou que, apesar das discontinuidades e precariedade das ações e dos equipamentos, uma parcela desses jovens encontrou nas MSEs alguma proteção. Eles sobrevivem e (re)existem a partir e apesar da fragilidade das MSEs.

O empreendimento por compreender a configuração dessas trajetórias permitiu destacar também o território de moradia e suas multiterritorialidades. De um lado, para ressaltar os contextos enredados pela segregação socioespacial e pelos conflitos e violências brutais nos contextos da “guerra” contra as pessoas, incitados pelo argumento da “guerra contra o tráfico de drogas”. De outro, foi potencializado como dimensão importante no processo de constituição de suas identidades e biografias. De modo geral, possibilitou a construção de diferentes territorialidades juvenis (os “fechamentos”, as dinâmicas do tráfico, o trabalho, a paternidade, a religião, o ciberespaço, as culturas juvenis), mesmo vivendo em um mesmo território de moradia. Para alguns jovens, foi ressignificado como lugar de esperança, de poder sonhar e criar outras expectativas de vida. Desse modo, as multiterritorializações nas experiências e biografias juvenis observadas mostraram que a **condição juvenil é territorialmente configurada**.

As imbricações e os entrecruzamentos dessas multiterritorialidades constituíram dimensões da condição juvenil dos jovens. Retomo aqui especialmente duas delas evidenciadas nos territórios dos “fechamentos”. As juventudes “vida loka”, que constituem os modos de ser e existir no mundo a partir do predomínio da incerteza, fortemente articulados com um campo de possibilidades restrito. E a condição de “entocado”, como uma estratégia para proteger a própria vida e para evitar outra experiência de privação de liberdade e, muitas vezes, como posicionamento diante de intensas encruzilhadas que atravessavam suas trajetórias. Essas encruzilhadas se materializaram na escassez de recursos e possibilidades de fazerem escolhas mais conscientes e seguras e pelos “corres” para sobreviver e acessar algum poder de consumo, especialmente voltado para itens e produtos pertencentes às culturais juvenis. Desse modo, ficar entocado significou manter as dinâmicas ilícitas de modo mais estratégico, bem como demonstrou ser mais uma nuance da condição juvenil vivida em situações de ameaça e conflito.

Nesse sentido, concluo que estar nas dinâmicas ilícitas e arriscadas do mundo do tráfico de drogas, constituindo territorialidades nos fechamentos, era uma necessidade imediata de sobrevivência dos jovens, diante das variadas e perversas ameaças sofridas. Mas, era também uma saída para viver, para ter acesso a experiências de lazer, diversão, consumo de itens

culturais, tecnológicos, do mundo da moda que circulavam no universo juvenil, como o tênis, a roupa de “marca”, o cordão de prata, o celular etc. Sendo assim, é possível afirmar que os jovens criaram estratégias de sobrevivência, resistências e (re)existências no território vivido ao se vincularem às dinâmicas dos fechamentos. Em um determinado momento e por um determinado tempo das trajetórias dos jovens, os fechamentos e suas multiterritorialidades (práticas ilícitas, uso de drogas, sociabilidade, conflitos, guerras) se constituíram como uma forma de sustentação no mundo de modo mais autônomo.

Assim, os caminhos desviantes, ilícitos, conflituosos, arriscados dos jovens foram também reconhecidos como caminhos de luta, de resistência para continuarem existindo. O que permite afirmar que as suas trajetórias são compostas por marcadores de diferença e opressão, ao mesmo tempo que produzem marcadores de potencialidade.

As biografias de Robson e Cauã reforçaram o atravessamento dos fechamentos como um suporte diante das “provas” ligadas aos contextos de violação, precarização, subalternização e desumanização nos quais estão inseridos, entrecruzados, principalmente, com as experiências de desestabilização dos suportes nas relações familiares e, de modo mais amplo, na ausência dos suportes da escola, fragilidade das políticas de socioeducação, do trabalho e outras ações e equipamentos socioculturais.

Nessas trajetórias compostas por estratégias de resistência e [re]existência, que se concretizaram na interseccionalidade de um sistema de opressões, a relação com a religiosidade se apresentou como mais um ponto de intersecção que rompe com uma leitura unilateralmente tradicional e neopentecostal, que dicotomiza o ser humano entre o sagrado e o profano. Nas experiências juvenis, identificamos um entrecruzamento e articulação entre **fé cristã, religião e “mundo do crime”**. Mesmo mantendo a condição de envolvidos nas dinâmicas ilícitas, a religião se concretizou como um suporte quando interligada com a teia de opressões em que estavam inseridos, tornando-se, em determinados momentos da trajetória, ponto de apoio, acolhimento, esperança e proteção. Além de uma alternativa mais concreta para lidarem com as adversidades de uma vida tão precarizada, violentada e violada em seus direitos como humanos.

Outro ponto que se apresentou como marcador de potencialidades nas intersecções que compuseram as trajetórias de vida foi a compreensão dos corpos dos jovens como **corpos-narrativas**, que se constituíram como textos a partir de diferentes linguagens em conexão que só fazem sentido em um contexto, considerado em sua complexidade e características

labirínticas, contraditórias, por isso, um contexto complexo, multifacetado, sobreposto e multiterritorializado.

Os corpos-narrativas dos jovens reverberaram todo o tempo nesta pesquisa que eles eram corpos-vivos, corpos-gente, corpos-seres humanos da maneira como eles eram e que não precisaram ser formatados, “educados”, “viabilizados” nas lógicas do padrão de poder colonial para existirem. Eles expressaram uma luta constante pelo direito de ser, de existir com dignidade e respeito. E, dessa maneira, eram **corpos-resistência** diante das práticas de opressão e de violências que diminuía o valor dos seus corpos, seus estilos, suas culturas, como menos dignos, como uma ameaça à sociedade. Além de serem compreendidos nesta análise como marcadores de potencialidade que rompem com os processos históricos de opressão perversos e violentos que delineiam seus corpos como corpos que podem ser anulados, aprisionados, segregados, exterminados.

As singularidades das itinerâncias de Robson e Cauã observadas no adensamento do acompanhamento das suas trajetórias biográficas evidenciaram a necessidade de conhecermos as histórias e os contextos de vida nos quais os jovens e seus coletivos de origem (família, grupos de pares, redes de apoio) estão circunscritos e os modos como as experiências vividas vão desembocando na produção social da marginalidade e nos percursos de desvio e ilicitude.

Desse modo, concluímos que as categorias e condições estruturais atravessam os corpos juvenis egressos da MSE. Nesse atravessamento, elas se entrecruzam, se articulam e criam e recriam posicionalidades e significados subjetivos no processo de interação entre corpos juvenis e as estruturas sociais. E, desse modo, dão vida para as trajetórias juvenis não lineares aqui em foco.

Neste estudo, outro achado relevante foram as **redes de apoio**, que, em alguns casos, se constituiu pequena e frágil e em outros casos maiores e mais potentes; mas, a partir das experiências de Robson e Cauã, foi possível compreender a importância fundamental de suas existências na sustentação das vidas dos jovens. Através da atividade biográfica de Cauã, foi possível perceber que, a partir da articulação entre os suportes existentes, a rede de apoio se fortaleceu e atravessou a sua existência, possibilitando o reconhecimento de outros suportes e a concretização, com mais sustentação, do seu rompimento com o ato infracional, nomeado como um “ponto de virada” a partir de um processo de tomada de consciência sobre um dos momentos mais desafiadores ou uma “situação-limite” da sua trajetória de vida, que foi a privação de liberdade.

Nesse caminho, a dimensão do trabalho se constituiu com uma saída para mudanças de rumo na trajetória de Cauã, articulada com o fortalecimento da rede de apoio do jovem composta pela família, pela rede religiosa que principalmente a avó conseguia articular, as relações nos círculos domésticos, o reconhecimento da política de socioeducação como um suporte, materializado na relação com uma educadora do Programa de acompanhamento de egresso de MSE que se fez referência. Tudo isso possibilitou o alargamento do campo de possibilidades, caminhos e interconexões na itinerância da trajetória de Cauã, marcado pela saída do território de origem e distanciamento das suas territorializações. Foi uma reconfiguração que evidenciou a potência dos constantes processos de territorialização e da importância de uma rede de relações de solidariedade na vivência e sustentação da condição juvenil aqui em foco.

Assim sendo, defendo a perspectiva de que estamos falando de jovens que vivem o desafio comum de se sustentarem no mundo com vida, após serem desligados da medida socioeducativa de semiliberdade. E, no enfrentamento dessa prova cotidiana, na luta por viver e existir, eles vão construindo suas trajetórias, demonstrando as diferenças que os oprimem e geram desigualdades sociais na medida em que se entrecruzam na experiência, a partir dos suportes presentes ou não nas suas trajetórias. E, assim, apontaram a pluralidade, composta por singularidades, da condição juvenil vivida.

O estudo constatou que estamos falando de uma condição juvenil composta por vidas jovens que lutam o tempo todo para ficarem vivas, para sobreviverem, para se suportarem no mundo COM vida. É mais do que lutar por uma sobrevivência, embora essa seja também um imperativo na trajetória de vida precária desses jovens. O que está em jogo é a luta por existir. Isso significa que, mesmo em um contexto estrutural que limita a existência em vários sentidos e de várias formas (social, racial, econômica, emocional, cultural, afetiva, cidadã), os jovens se erguem, estão em busca, cavam possibilidades, se submetem aos itinerários da ilicitude, insurgem, resistem para [re]existirem.

Nesse sentido, eles precisavam constituir seus modos de ser jovem em itinerâncias. Isso significou que, na vivência de suas trajetórias, eles ressignificaram a relação com algumas dimensões que compõem a condição juvenil, como as dimensões tradicionais da escola e do trabalho, como também do território. Elas deixam de ser centrais na experiência dos jovens e passam a ser opções muito arriscadas e até mesmo inviáveis para eles. Assim, essas dimensões passaram a ocupar outros lugares em suas trajetórias. A centralidade estava na dimensão da vida em seu sentido elementar: estar vivo.

Nesse caminho, a pesquisa mostrou que as trajetórias juvenis se (re)configuram em itinerâncias, tendo em vista que estamos nos referindo a jovens que precisam (re)constituir sua condição juvenil. Não é uma escolha, trata-se de uma imposição e de uma questão de sobrevivência. Por isso, são jovens que resistem ao se colocarem genuinamente e o tempo todo em busca por viver, manter-se vivo em um contexto de subalternização, desumanização, invisibilização, criminalização e aniquilação de vidas. São jovens que querem viver, querem existir e para isso vão criando caminhos possíveis, vão se movimentando, estão em frenética mudança, transitando, zigzagueando. E, portanto, além de resistirem, eles [re]existem, pois precisam encontrar constantemente maneiras para criarem a sua existência, para existirem de novo, em um novo dia, diante das encruzilhadas e/ou das brechas, as quais colocam a suas vidas em risco.

A pesquisa reforça que não estamos tratando ou não nos deparamos com trajetórias tradicionais, lineares, mas, sim, com trajetórias errantes, cheias de idas e vindas, não lineares; trajetórias o tempo todo ameaçadas e recomeçadas/reiniciadas; portanto, **trajetórias itinerantes**. Além de também serem trajetórias que são (re)configuradas nesses contextos de ameaças, de riscos, de violências, nos quais imperam a lógica estrutural político-social mais ampla arquitetada pelos eixos de opressão de raça-classe-gênero-idade-território.

A partir da Sociologia da Juventude, em diálogo com a perspectiva decolonial que me permitiu assumir uma postura teórica, metodológica e analítica relacional, acredito que este estudo se mobilizou desde o início e contribuiu, agora ao final, para abrir novos caminhos, mirando para o processo de rompimento com a lógica colonizadora de subalternização, opressão, segregação, individualização das juventudes em situação de privação de liberdade, em relação com práticas ilícitas e como egressos de MSEs.

Essa é uma lógica ainda imperativa no desenvolvimento das políticas públicas (segurança, serviço social, educação, saúde), nas mídias, nas dinâmicas sociais como um todo. Nesse sentido, este estudo reforça a necessidade de denúncia desses ciclos de reprodução social da marginalidade, da exclusão, da subalternização e desumanização de determinados corpos, aqui especialmente os corpos jovens, favelados, periféricos, negros, homens. Reforçamos que há que se considerar o contexto sociocultural no qual o jovem está inserido, sua realidade concreta e a presença ou ausência de suportes materiais e simbólicos que possibilitem escolhas conscientes, inserções sociais justas e dignas, bem como a garantia de direitos básicos.

Nesse sentido, ao refletir sobre os achados da pesquisa, sublinho a descoberta de alguns elementos que contribuem para a reflexão e a problematização da temática das juventudes que

cumpriram medida socioeducativa por lhes ser atribuído algum tipo de ato infracional, ressaltando a necessidade ainda muito atual de compreendermos a vivência de uma condição juvenil de determinada população jovem brasileira que é atravessada pela experiência institucionalizada de acautelamento e pelo constante ciclo de reprodução de violências de diferentes ordens, a começar pelas violações de direitos e pela perpetuação de processos de subalternização. Assim, este estudo evidenciou aspectos que corroboram a compreensão da temática aqui em foco (juventudes, trajetórias de vida e medida socioeducativas), bem como para algumas problematizações que ainda precisam ser levantadas, além de reforçar algumas lacunas na produção acadêmica acerca dessa temática.

No conjunto de pesquisas que se voltam para jovens egressos/as do sistema socioeducativo levantado, foi possível constatar que há ainda poucas pesquisas que apontem e dialoguem com o referencial teórico da Sociologia da Juventude, mirando na inquirição sobre a condição juvenil dos/as jovens pesquisados/as. Sendo assim, destaco esse elemento como uma relevante lacuna no campo de estudos sobre juventudes e medida socioeducativa. Isso implica reconhecermos e indicarmos a relevância de pesquisas que ainda podem ser empreendidas e contribuir para complexificar e ampliar a compreensão sobre o fenômeno das juventudes ligadas às dinâmicas de contravenção.

Ainda se fazem pertinentes investigações que partam da centralidade da condição juvenil, vivida de diferentes maneiras nos mais diversificados e diferenciados contextos e formas de desigualdades sociais. Percebo e afirmo, a partir deste estudo, a importância de endossarmos a necessidade de investigações e produções de conhecimento que contextualizem, desnaturalizem e descriminalizem as trajetórias, os percursos e as experiências de jovens em sua grande maioria periféricos, negros/as, empobrecidos/as, oriundos/as de territórios de violências e de processos de violações de direitos que engendram a produção social da marginalidade.

Isso nos fez refletir sobre a necessidade de continuarmos avançando em pesquisas e práticas socioeducativas que busquem romper com compreensões preestabelecidas baseadas em perspectivas fatalistas e colonizadoras que persistem em não enxergar expectativas de futuro nos/as jovens egressos/as das medidas socioeducativas e, portanto, tendem a fortalecer discursos e práticas que indicam caminhos de descrença na própria condição humana desses/as jovens, invisibilizando as possibilidades de eles/as atribuírem sentidos e perspectivas diferentes da moral patriarcal, capitalista, racista que os/as subalternizam como menos humanos/as. Ao contrário, esta pesquisa possibilitou ressaltar que os jovens egressos da medida socioeducativa

de semiliberdade são capazes de conferir sentidos e perspectivas de vida e de futuros mais concretos, em resposta às subalternizações, silenciamentos, invisibilizações e até aos extermínios impostos em seu viver.

Por isso, reforço a existência de um campo aberto para outras e novas pesquisas sobre jovens nesse contexto de egressos/as das medidas socioeducativas, que foquem nas narrativas dos/as próprios/as jovens, na compreensão das relações que estabelecem com os desafios enfrentados após desligamento de medida socioeducativa, os contextos de violência, negação de direitos, subalternização e desumanização que eles/as vivenciam constantemente.

Nesse sentido, a pesquisa apontou também a lacuna ainda existente na execução e desenvolvimento da prática educativa das políticas de socioeducação, considerando as MSEs e as ações de acompanhamento de egresso, no que se refere à mudança de paradigmas e incorporação da compreensão e reconhecimento do/a jovem como sujeito social de direitos, que se constitui como indivíduo em um contexto social mais amplo e não se reduz ao ato infracional cometido. Ou seja, a condição juvenil deles/as precisa ser reconhecida e compreendida para além de uma visão subalternizada de delinquência associada à criminalização da pobreza, à segregação socioespacial e cultural dos territórios, à segregação social e racial de determinado grupo populacional, que (re)produz e condiciona à vivência da marginalidade os/as adolescentes, jovens, pobres e negros/as.

A pesquisa evidenciou o descompasso existente entre os avanços do ponto de vista da legislação e a execução das ações de MSEs e acompanhamento de egressos da política de socioeducação, principalmente no sentido da relação que se estabelece com os/as jovens acautelados/as e egressos/as, indicando para a necessidade de mudanças no processo de aproximação com os/as jovens, de escuta e busca de compreensão das suas trajetórias de vida levando em conta os atravessamentos sociais, históricos e estruturais que os/as assemelham e se concretizam na vivência de desafios comuns.

Mas, de modo articulado, faz-se também necessário olhar com minúcia para as singularidades de cada trajetória juvenil, compreendendo, a partir das experiências vividas, como os entrecruzamentos das categorias de opressão e/ou marcadores sociais da diferença (raça, gênero, classe, idade, território e outros) se configuram e permitem enxergar as interseccionalidades concretas de cada experiência. Acredito que, desse modo, é possível identificar e reconhecer os marcadores de potencialidade, ou seja, as estratégias, os modos de ser, os suportes que os/as jovens vão constituindo, construindo e acessando para enfrentarem seus desafios.

Contudo, considero também que, para analisar a condição juvenil e compreender as trajetórias de vida de jovens egressos/as da MSE, é necessário olhar para as experiências juvenis a partir de um olhar decolonial, que compreende os/as jovens como sujeitos da potência, da resistência, sujeitos que buscam ser humanos em contextos de desumanização.

Sendo assim, acredito que este estudo contribui com a perspectiva da pesquisa como princípio educativo, reforçando que, para construir processos de pesquisa com jovens egressos/as de MSE, é preciso conhecer a sua trajetória, interconectar as vivências, os percursos, o que atravessa a vida dos/as jovens para se aproximar mais concretamente deles/as e contribuir nos seus processos de reconhecimento de si, da sua própria realidade e potencialidades.

E, a partir disso, acredito que seja possível contribuir na construção de processos socioeducativos que criem espaço-tempo-experiência de reflexão e empoderamento dos/as jovens como sujeitos da resistência, possuidores/as de marcadores sociais de potência. Isso significa que aposto na construção de consciências coletivas, a partir de indagações e interlocuções constantes que geram processos emancipatórios e de humanização. E, nesse sentido, acredito que as respostas até aqui são provisórias, (inter)cambiantes e apontam para outras e novas possibilidades.

É por essas e outras utopias teórico-metodológicas concretas que este estudo com jovens egressos da MSE se fez e que seguirei me movendo como educadora-pesquisadora-gente. São um estudo e uma pesquisadora, junto com seu orientador e orientadora, que se mantêm caminhantes, assim como as **vidas juvenis itinerantes e [re]existentes**, pois as utopias servem para isso, para que não deixemos de caminhar, com a lucidez de que onde há vida, há potência, há possibilidades e precisa haver também esforço coletivo para melhorar as condições de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS COMPLETAS - TESE

- ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivência, cidadania y nueva condición juvenil em Colombia. In: DAVILA, O. (ed.) **Políticas de juventude em América Latina**: políticas nacionales. Viña del Mar, CIDPA, 2003.
- ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis; punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Escrita, 1994.
- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.): **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.
- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. (2ª reimpressão).
- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. Canal do Youtube TED, 3 ago. 2014. Disponível em: <https://youtu.be/D9Ihs241zeg>. Acesso em: 10 de Junho de 2016.
- ALMEIDA, Jorddana Rocha; LEÃO, Geraldo. No “fio da navalha”: projetos de futuro de jovens em privação de liberdade. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 27, n. 53, p. 237–250, set./dez. 2018.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, RONALDO DE. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud. CEBRAP** [online]. 2019, v. 38, n. 1, p. 185–213. Epub May 06, 2019. ISSN 1980-5403. Disponível em <https://doi.org/10.25091/s01013300201900010010>. Acesso em 25 jun. 2022.
- ALVES, Maria Zenaide. **Ser alguém na vida**: condição juvenil e projetos de vida de jovens moradores de um município rural da microrregião de Governador Valadares-MG. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2013.
- _____. **Ser alguém na vida**: juventudes, migração e projetos de vida. Curitiba: Appris, 2021.
- ALVES, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 375–390, jun. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000200375&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 18 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022015021851>
- ANDRADE, Eliana Santos. **A visão celular no governo dos 12**: estratégia de crescimento, participação e conquista de espaços entre os batistas soteropolitanos de 1998 a 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 2010.
- ANZALDÚA, Glória. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704–719, setembro-dezembro, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. Selo Sueli Carneiro.

ARAUJO, Kathya; MARTUCCELLI, Danilo. **Desafios comunes**. Retrato de la sociedad chilena y sus individuos: Neoliberalismo, democracia y lazo social. 1. ed. Santiago: LOM Ediciones; 2012.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. O Humano é viável? É educável? **Revista Pedagógica**. v. 17, n. 35, p. 21-40, Maio/Ago. 2015.

_____. **Vidas ameaçadas**: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

_____. Paulo Freire: outro paradigma pedagógico?. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 35, e214631, 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100202&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 nov. 2019. Epub 27 de maio de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698214631>.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS. **Pais ausentes**. Portal da Transparência. Registro Civil. [S.l.]: Arpen-Brasil, 2022. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>. Acesso em: 07 jul. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Educações 70, 2009.

BARKER, Gary T. **Homens na linha de fogo**: juventudes, masculinidade e exclusão social. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ICICT, 2017. 528 p.

BEREZYUK, Alexey. **Kandinsky Composition VIII**. Canal do Youtube Bauhaus Movement. 16 mar. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/aWjRIBF91Mk>. Acesso em: 04 jul. 2022.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

BORGES, Juliana. **O que é**: encarceramento em massa? Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

BORGES, Rafael Henrique Maia; NASCIMENTO, Robson Patrick Brito; VIEIRA, Denise Carla Melo; ANDRADE, Lucas da Costa Moreira. Território, violência e criminalidade: uma análise geográfica sobre os índices de homicídios no bairro do paar em Ananindeua-PA. In.: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luis/MA, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, Seção 1, 16 jul. 1990, p. 13563.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, **Diário Oficial da União**, Seção 1, 6 ago. 2013, p. 1.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA-GERAL. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. 96 p.: il. (Série Juventude Viva). Disponível em https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_IVJ_Indice_vulnerabilidade_juvenil_2015.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE GOVERNO. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes**. Brasília, DF: Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/fbsp-vulnerabilidade-juveni-violencia-desigualdade-racial-2017-relatorio.pdf>. Acesso em: 5 de junho de 2018.

_____. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Levantamento anual Sinase 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2016Final.pdf. Acesso em: 7 de junho de 2018.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.): **Retratos da juventude brasileira** – Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 175-214.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 5. ed. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Caldas, E. C. R.; ONOFRE, E. M. C. Pesquisa decolonial e privação de liberdade: reflexões epistemológicas e metodológicas. **Plurais** - Revista Multidisciplinar, v. 6, n. 1, p. 34–48, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2021.v6.n1.11705>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFF**. RJ: DP&A, n. 1, p. 11–27, mai. 2000.

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias**, v. 12, n. 26, p. 7–22, set./dez. 2011.

CASEY, B. J.; GETZ, S.; GALVAN, A. The adolescent brain. **Dev Rev**. v. 28, p. 62–77, 2008.

CARVALHO, Giane Alves. Conflito, violência e tragédia da cultura moderna: reflexões à luz de Georg Simmel. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. 2 ed., 2007.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

_____. **Atlas da Violência 2020**. São Paulo: FBSP, 2021. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

CHARLOT, Bernard. O “filho do homem”: Obrigado a aprender para ser (uma perspectiva antropológica). In: _____. **Da relação com o saber: Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Marta Aparecida Affonso. Diagnóstico da medicalização do processo ensino-aprendizagem na 1ª série do 1º grau no município de Campinas. **Em Aberto**, Brasília, Ano 11, n. 53, Jan/Mar. 1992.

COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução?: feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CORREA, Licinia Maria; MAIA, Carla Linhares. **Ver, ouvir e registrar: compondo um mosaico das juventudes brasileiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens no Ensino Médio: qual o lugar o trabalho? In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e Ensino Médio: Sujeitos e currículos em diálogos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 205–228.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. Aproximando-se do conceito de juventude. In: _____. **Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

COSTA, Sandra Dias Pereira; NONATO, Eunice Maria Nazareth. Entre a privação e a liberdade: marcas da experiência socioeducativa. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Niterói, RJ. n. 35, v. 04, p. 105–112, junho, 2018. Disponível em: http://pdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/428/2018/08/zzzquerubim_35_v_4.pdf. Acesso em: 22 março 2019.

CRAIDY, Carmem Maria. Medidas socioeducativas e direitos: o paradigma do jovem infrator como sujeito de direitos. In: STECANELA, Nilda (org.). **Ler e escrever a vida: trajetórias de jovens em privação de liberdade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. p. 47–60.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 1, p. 139–167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em 21 de agosto 2019.

_____. Porque é que a interseccionalidade não pode esperar. Tradução de Santiago D’Almeida Ferreira, 2015. Disponível em: <https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar-kimberle-crenshaw/#:~:text=A%20interseccionalidade%20de%20forma%20isolada,outros%20vejam%20as%20suas%20dificuldades>. Acesso em 21 ago. 2019.

_____. **Un mundo ch’ixi es posible**. Ensayos desde un presente en crisis. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Tinta Limón, 2018.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. Tradução: Arthur Neves Teixeira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude, grupos de estilo e identidade. **Educação em Revista** (UFMG), Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 25–38, 1999.

_____. A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, n. 24, p. 40–52, set/ out/ nov/ dez/ 2003.

_____. **O rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana, Batista. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067–1084, out. – dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Jr9sGWbKhNRCFwFBMzLg34v/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 jan. 2015.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em http://www.emdiálogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf/. Acesso em: 09 ago. 2015.

_____; _____. Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega a escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares et. al. (org.) **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2014. p. 101–133.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, Dec. 2012.

SILVA, Jaílson de Souza; URANI, André (coordenadores). **Crianças no narcotráfico**: um diagnóstico rápido. Brasília: Organização Internacional do Trabalho; Ministério do Trabalho e Empreg, 2002.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento Hip Hop. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1998.

DJAMILA, Ribeiro. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**, v. 19, n. 62, Campinas, 1998.

- DUBET, François. **Sociologie de l'expérience**. Paris: Seuil, 1994.
- ELIAS, Norbert. **Saggio sul tempo**. Bologna: Il Mulino, 1986.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FEIXA, Carlos. **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Ariel, 1998.
- FELTRAN, Gabriel. A categoria como intervalo – a diferença entre essência e desconstrução. **Cadernos Pagu** [online], n. 51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510005>. Acesso em jun. 2022. e175105. Epub 08 Jan 2018. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510005>.
- FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **III Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 3. São Paulo, SP: 2009. Disponível em https://forumseguranca.org.br/storage/3_anuario_2009.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 25. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Encontro com Paulo Freire** (legendas em inglês). Canal no YouTube Unicamp TV. 17 set. 2021. (Gravação em 1985). Disponível em: https://youtu.be/X_OHtkugYWg. Acesso em: 19 nov. 2021.
- FRANGELLA, Simone. A etnografia como enunciação pedestre: itinerâncias como meninos e meninas em situação de rua. In: FERREIRA, Vitor Sérgio (org.). **Pequisar jovens: caminhos e desafios metodológicos**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 221-241.
- GOLEMAN, Daniel; KAUFMAN, Paul; RAY, Michael. **O espírito criativo**. 3. ed. São Paulo: Cultrix – Amana Key, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62
- GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. de P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação Em Revista**, v. 34, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>. Acesso em: 29 mai. 2021
- GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia (org.). **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

GONÇALVES, M. A. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia (org.). **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 19–42.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo, SP: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 175–214. (Reimpressão, 2011).

_____. A procura de trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho?. **Novos estudos CEBRAP** [online], 2012, n. 93., p. 123–143. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000200009> . Epub 14 Set 2012. ISSN 1980-5403.. Acesso em: 27 mar. 2022

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**, Ano IX, n. 17, 2007.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353>. Acesso em: 21 fev. 2021.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUGHES. Pedro Javier Aguerre. Segregação Socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 4, p. 93–102, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2021. 206p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 44). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2022. 154 p. : il. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 49).

KANDINSKY, Wassily. Cossacks (1910–1911). Art and Artists. Artworks. **Tate Museum**. Portal na Internet [online]. Disponível em: <https://www.tate.org.uk/art/artworks/kandinsky-cossacks-n04948>. Acesso: 04 jul. 2022.

_____. Composition VII. (1913). In: DABROWSKI, Magdalena. **Kandinsky Compositions**. New York (USA): The Museum of Modern Art, 1995. p. 103. Disponível em: https://www.moma.org/documents/moma_catalogue_448_300063127.pdf?_ga=2.240173955.1467760334.1673657303-1373248137.1673657303. Acesso em: 04 jul. 2022.

_____. Composition VIII. (1923). In: DABROWSKI, Magdalena. **Kandinsky Compositions**. New York (USA): The Museum of Modern Art, 1995. p. 105. Disponível em: https://www.moma.org/documents/moma_catalogue_448_300063127.pdf?_ga=2.240173955.1467760334.1673657303-1373248137.1673657303. Acesso em: 04 jul. 2022.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia**: problemas e práticas, Lisboa, n. 49, p. 11–42, 2005. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/49/517.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria Ator-Rede. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LEAL, Álida Angélica Alves. **Desafios comuns, enfrentamentos singulares**: narrativas de jovens docentes iniciantes do Ensino Médio público. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LEAL, Álida Angélica Alves; LIMA, Gerson Diniz. **Juventudes e território**: o campo e a cidade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. (Série de Cadernos Temáticos 2021: Juventude brasileira e educação. Organizados por Álida leal, Bréscia Nonato, Licínia Correa e Symaira Nonato).

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **Pedagogia da cidadania tutelada**: lapidar corpos e mentes. Uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. 2004. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 316 p.

_____. Experiência da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborada por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 31–48, jan/abr. 2006a.

_____. Entre a autonomia e o controle: uma análise de um programa de transferência de renda para jovens pobres. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPEd, n. 29. 2006b. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>. Acesso em: 25 mai. 2013.

_____. Entre sonhos e projetos de jovens, a escola. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. **Juventudes Contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. p. 99–116.

LEÃO, Geraldo; CARMO Helen Cristina. Os jovens e a escola. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, nov. 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

LIU, Yusi. **Music to animation of Kandinsky's Composition VIII**, String Quarter Composed by Yusi Liu. Canal do YouTube Yusi Liu. 17 mai. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/VIKaSh9O1aM>. Acesso em: 04 jul. 2022.

LORDE, Audre. *I Am Your Sister - Collected and Unpublished Writings of Audre Lorde*. Oxford University Press, 2009. In: *Difusão Herética Edições Feministas e Lésbicas Independentes. Textos escolhidos de Audre Lorde*. Disponível em:

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf Acesso em: 20 ago. 2019.

LOPES LOURO, G. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Projeto História** : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 11, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11412>. Acesso em: 22 jan. 2023.

LOUZADA, Fernando Mazilli. Maturidade cerebral e a maioridade penal. **Opinião**. Carta Capital. 30 nov. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/maturidade-cerebral-e-a-maioridade-penal/>. Acesso em: 15 set. 2019.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (editor). **La juventud es más que una palabra**. Ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 287–298, maio/ago. 2004.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTUCCELLI, Danilo. *Lecciones de Sociología del individuo*. Peru: Departamento de Ciencias Sociales, Pontificia Universidad Católica del Perú, 2007. Disponível em: https://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/52674/lecciones_sociolog%c3%ada_martuccelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 mai. 2019.

MARTUCCELLI, Danilo. **Gramáticas del individuo**. Buenos Aires: Losada, 2007.

_____. Les deux voies de la notion d'épreuve en sociologie. **Sociologie** [online], v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <http://sociologie.revues.org/2435>. Acesso em: 1 ago. 2021.

MARTUCCELLI, D; SINGLY, F. **Las sociologías del individuo**. Santiago: LOM Ediciones, 2012

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaio**, n. 32, p. 122–151. Dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993> Acesso em: 14 jul. 2019.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. A mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

_____. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MELO, Doriam Luis Borges de; CANO, Inácio. (org.). **Índice de Homicídios na Adolescência: IHA** 2014. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MILLS, Wriqth. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINAYO, M. C. de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, 10, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>. Acesso em: 13 dez. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MUNANGA, K. O anti-racismo no Brasil. In: _____. (org.) **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Estação Ciência, 1996. p. 79–94.

NONATO, Eunice Maria Nazarethe. **Educação de mulheres em situação prisional: experiência que vem do sul, no processo de reinvenção social**. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2010.

NONATO, Eunice Maria Nazarethe; LEMOS, Ana Cristina Marques ; NOVAES, E. C.; SOUZA, M. C. R. F. A relação com o saber de jovens acautelados. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 18, p. 141–162, 2021.

NONATO, Symaira Poliana; ALMEIDA, Jorddana Rocha; FARIA, Ivan et al. Por uma pedagogia das juventudes. In: DAYRELL, Juarez. **Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG**. Belo Horizonte: Mazza, 2016. p. 249-304.

NONATO, Symaira Poliana. **Jovens [em]cena no palco da vida: percursos de individuação no entrecruzamento do mundo do trabalho com os processos de escolarização**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação (UFMG), Belo Horizonte, 2019.

NONATO, Symaira Poliana; ALMEIDA, Jorddana Rocha; NONATO, Bréscia França; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Ver, oír, registrar y actuar: potencialidades de la investigación como principio educativo en el trabajo con jóvenes. In: GUTIÉRREZ-BONILLA, Martha Lucía (org.). **Aproximaciones a los mundos juveniles: diálogos iberoamericanos**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2022. p. 53-68.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens – novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NÚCLEO DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA EM SAÚDE. Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS. Rio de Janeiro: PUC Rio, Centro Técnico Científico, 27 mai. 2020. Disponível em: <https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>. Acesso em: 10 agosto 2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: ver, ouvir e registrar. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Paralelo Quinze/Unesp, 1996. p. 13–37.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação humanizada em prisões: entre direitos e utopias**. Campinas-SP, 2021. [Live no evento “Para além das grades: reflexões sobre teorias e práticas prisionais contra empobrecidos”. O Núcleo Popular da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, Campinas-SP, 06/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cNIky7j2ofA>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Danos da COVID-19 a longo prazo: recuperação lenta do emprego e risco de aumento da desigualdade**. Brasília: OIT Notícias, 2 jun. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_797490/lang--pt/index.htm. Acesso em: 28 dez. 2022.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993.

_____. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ambar, 2001.

_____. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro.** Lisboa: Âmbar, 2003.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PELUCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 25, Dec. 2005.

PERALVA, Angelina. O jovem com modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPEd, n. 5/6, p. 15-24, 1997.

_____. **Violência e democracia: paradoxo brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Juliano Gonçalves; GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Juventude negra: uma perspectiva decolonial. CONEDU – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3. Natal-RN, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84–130.

REIS, Dyane Brito. A marca de Caim: As características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 181–196, jan./jun. 2002.

REIS, Juliana Batista. **Transversalidade nos modos de socialização e individuação** : experiências juvenis em rede. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, **Cidade**, 2014.

REIS, Juliana Batista; JESUS, Rodrigo Ednilson. Culturas juvenis e tecnologias. In: CORREA, Licinia Maria; ALVES Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares. (org.). **Cadernos Temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

REIS, Juliana; DAYRELL, Juarez. Experiências juvenis contemporâneas: reflexões teóricas e metodológicas sobre socialização e individualização. **Educação**. Santa Maria, v. 45, p. x-y, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>. Acesso em 25 jun. 2022.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**. Uma reflexão sobre práticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

_____. **Sociología de la imagen** : ensayos . 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

ROSAS, Nina Gabriela. O desenvolvimento do neopentecostalismo no brasileiro: esboço sobre a positividade da experiência religiosa nos dias de hoje. Sociabilidades religiosas: mitos, ritos e identidades. SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 11. UFG. Goiânia. 2009.

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALES, Shirlei Rezende. **Orkut.com.escol@** : currículos e ciborguização juvenil. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A construção da igualdade e da diferença**. Oficina CES n. 135. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>. Acesso em: mai. 2017.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais à uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31–83.

SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria P. (org.). Introdução In: _____. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15 – 27.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. O retorno do território. In: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6, n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. Família e jovens no horizonte das ações. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 99-109, ago. 1999.

_____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Família como ordem simbólica. **Psicologia**, USP, 2004, n. 15, v. 3, p. 11–28.

_____. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, Regina; VANUUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Reimpressão 2007).

SCHUCMAN, L.; CARDOSO, L. Apresentação. Dossiê Branquitude. **Revista da ABPN**, v.b6, n.b13, p. 5–7, mar. jun. 2014.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogias de la crueldad**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Lisboa, 2018.

_____. Marcel Mauss e Norbert Elias: notas para uma aproximação epistemológica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 122, mar. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 nov.2021.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: A intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Simmel, George. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

_____. **Sociologia: estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza, 1986.

SILVA, Enid Rocha Andrade; OLIVEIRA, Raissa Menezes. **Nota Técnica n. 20: O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioridade penal: esclarecimentos necessários**. Brasília: IPEA, 2015.

SILVA, Tomaz Thadeu. (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIMÃO, A. B.; AMORIM, M. A.; GUEDES, G. R. Distribuição espacial e percepção sobre violência em Governador Valadares: (re)pensando aspectos da vulnerabilidade social. **CLIMACOM Cultura Científica** – Pesquisa, Jornalismo e Arte, v. 3, p. 2, 2016.

SIQUEIRA, Sueli. **Migrantes e empreendedorismo na Microrregião de Governador Valadares** – Sonhos e frustrações no retorno. 2006. 200f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SOUZA, Luís Antônio Francisco; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social** [online]. 2020, v. 32, n. 2, p. 205–227. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.158668>. Epub 17 Ago 2020. ISSN 1809-4554.. Acesso em: 4 nov. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude, crise, identidade e escola. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. p. 96–104.

_____. **Políticas metropolitanas de juventude**: projeto temático. São Paulo, 2002. mimeo.

SPOSITO, Marília Pontes; GALVÃO, Izabel. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. **Perspectiva** - Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 345–380, 2004.

_____. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999–2006). Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, São Paulo, n. 24, p. 16–39, ND. Dez. 2003.

STECANELA, Nilda (org.). **Ler e escrever a vida**: trajetórias de jovens em privação de liberdade. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; PÁDUA, Karla Cunha. Virtualidades e alcances da entrevista narrativa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA, 2., 2006, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UNEB, 2006. 1 CD-ROM.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables**: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n. 17).

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113–148, abril de 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>.

WALBY, Silvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, v.1. Brasília: Editora da UnB, 2009

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência 2015**:adolescentes de 16 e 17 do Brasil. Rio de Janeiro, RJ : FLACSO, 2015.

_____. **Mapa da Violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: FLACSO, 2016.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Alteridade na pesquisa em educação: por uma ética do desconforto. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 115–135, 2018.

ZALUAR, Alba. Gangsters and remote-control juvenile delinquents:yuth and crime. In: RIZZINI, I. (ed.) **Children in Brazil today**: a challenge for the third millennium. Rio de janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1994. p. x-y.

_____. **A máquina e a revolta**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS ANALISADOS ENTRE 2007 E 2014

ANTÃO, Renata Cristina do Nascimento. **O direito à Educação do adolescente em situação de privação de liberdade**. 228 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima et al. *Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico*. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 16, n. 1, p. 101–109, mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 mai. 2015.

GALIARD, Délcio Antônio. **Histórias de vidas de adolescentes com privação de liberdade**: como narram a si mesmos e os outros. 91 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MATTOS, Carmen Lucia Guimarães; ALMEIDA, Sandra Maciel; CASTRO, Paula Almeida. Educação e vulnerabilidade: um estudo etnográfico com jovens e mulheres em privação de liberdade. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: Editora da UFSCar, v. 7, n. 1, p. 32–55, mai. 2013. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 18 mai. 2015.

PEREIRA, Almunita dos Santos F. **A vida em semiliberdade**: um estudo sobre adolescentes em conflito com a lei. 99 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

PRADO, Brenda Franco Monteiro. **Olhares de adolescentes em conflito com a lei para a escola**: significados da experiência escolar em contexto de privação de liberdade. 133 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

RANIERE, Édio. **A invenção das medidas socioeducativas**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, Márcia Villas Bôas. **Adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas sócio-educativas de semiliberdade: limites e possibilidades.** 131p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Angélica Maria Ferreira de Melo. **Estudo das relações familiares, processos de identificação e bem-estar em adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com restrição de liberdade.** 87 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Marília Márcia Cunha. **Nos mundos do departamento geral de ações socioeducativas: adolescentes, agentes e técnicos nos contextos da administração da justiça para a juventude.** 272 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, Tatiana Yokoy. **Um estudo dialógico sobre institucionalização e subjetivação de adolescentes em uma casa de semiliberdade.** 180 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VELOSO, Ana Carolina Gouvêa Pinto. **Como a escola é vista pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.** 100 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS ANALISADOS EM 2019

BASTOS, Stephanie Freires. **Percepções sobre a qualificação profissional para adolescentes egressos e em cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços comunitários ou liberdade assistida: o projeto Tempo de Despertar.** 2019. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. **Juventude marcada: relações entre ato infracional e a escola pública em São Carlos - SP.** 2012. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

BRANDEMARTI, Heloisa. **A trajetória de vida de adolescentes que cometeram ato infracional: um estudo sobre jovens egressos da Febem de Ribeirão Preto/SP.** 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2009.

BRUM, Lívya de Souza Pires. **A percepção do adolescente/jovem em conflito com a lei acerca da medida socioeducativa de internação: apresentação dos impactos da privação da liberdade sob a ótica dos jovens que passaram pelo centro socioeducativo de Juiz de Fora.** 2012. 226 f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CANEPARO, Karin Cristina. **Enredos, desenredos e segredos: o jovem e o crime organizado.** - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

CAVALCANTE, Clara Oliveira Barreto. **“Humanos indireitos?”: modos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional.** 2020.193f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2020.

COSTA, Erica Vanessa Ramos. **O atendimento socioeducativo em meio aberto: a visão dos adolescentes egressos de 2013 sobre o cumprimento de medida socioeducativa em São Luís.** 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

EVANGELISTA, Dalmo de Oliveira. **Barreiras de sobrevivência: angústias e dilemas de jovens infratores pós-institucionalização.** 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

FOPPA, Giovana Mazzarolo. **Adolescente egresso da fase: estudo de caso sobre o Programa RS Socioeducativo.** 2011. 16 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GONÇALVES, Rosângela Teixeira. **A juventude fora da Casa: os jovens egressos do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa.** 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, São Paulo, 2015.

LIMA, Marília Cerqueira. **A proteção integral e o egresso da medida socioeducativa de internação na perspectiva de reinserção social.** 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

LINO, Fabiana Neiva Almeida. **Efeitos da medida socioeducativa sobre adolescentes em conflito com a lei no contexto da Coordenação de Apoio à Família e ao Egresso na cidade de Salvador-Bahia.** 324f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014.

MACHADO, Kelita Rejanne. **Produção de subjetividades na fronteira entre o dentro e o fora da medida socioeducativa de internação: uma abordagem semiótico-cultural do desenvolvimento.** 2018. xii, 219 f., il. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MACHADO, Polliana Esmeralda Gonçalves. **A opacidade de meninas em conflito com a lei: vivências de egressas do sistema socioeducativo do Distrito Federal.** 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MARINHO, Fernanda Campos. **Jovens egressos do sistema socioeducativo: desafios à ressocialização.** 2013. 149 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARTINS, Danuta Dantas de Oliveira. **O Programa de Atendimento aos Egressos da Medida Socioeducativa de Internação no Distrito Federal no contexto da ofensiva neoliberal: descortinando a realidade do Distrito Federal.** 2018. 127 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MONTEIRO, Tito Lívio Araújo. **Sobreviventes do “cárcere”: egressos do sistema de justiça juvenil.** 2020. 190 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2020.

NERY, Maria Aparecida. **A representação social do adolescente egresso do regime de internação na Febem sobre o processo de (re)socialização.** 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2006.

PADOVANI, A. S. Vozes aprisionadas: **Sentidos e significados da internação para adolescentes autores de ato infracional.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

PRADO, Anihelen Cristine Gonçalves Cordeiro. **O jovem egresso do sistema socioeducativo e seu acesso a políticas sociais: como prossegue a história?**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, São Paulo, 2014.

SANTIAGO, Maria Coeli Girão. **Uma luz no fim do túnel: avaliação da percepção dos socioeducandos egressos e familiares sobre a aplicação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo em uma unidade de semiliberdade**. 2014. 163f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SILVA, Cibele Soares. **Contextos de desenvolvimento e projetos de vida de jovens nos programas de acompanhamento aos egressos de medida socioeducativa de internação**. 2021. 333 f.. il. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2021.

SILVA, Beatriz Elena Barud. **A reinserção do adolescente egresso: o caminho através das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente**. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

TOLEDO, Bruno Alves de Souza. **Alargando as margens: um estudo sobre processos de resiliência em adolescentes em conflito com a lei**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

VASCONCELOS, Augusto Cesar Doroteu de **Justiça Restaurativa e Sistema Socioeducativo no Município de Santarém/PA**. 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

VIEIRA, Fabíola Vasques. **Espaços de pertencimento e circulação: vivências de egressos do sistema socioeducativo na cidade de Manaus**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

VIEIRA, Taysa Roriz Hipólito. **Sentidos atribuídos ao ato infracional por jovem egresso do sistema socioeducativo: um estudo de caso**. 2013. 63 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GESTORES/AS E EDUCADORES/AS

O professor Geraldo Magela Pereira Leão e a doutoranda Jorddana Rocha de Almeida da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais têm o prazer de convidá-lo a participar da pesquisa “Trajetórias de vida de jovens egressos da semiliberdade no município de Governador Valadares – MG”.

O objetivo da pesquisa é compreender as trajetórias de vida dos jovens que participaram da medida socioeducativa de semiliberdade em Governador Valadares.

Gostaríamos de realizar com você algumas entrevistas, que serão gravadas e transcritas. Essas entrevistas serão, principalmente, sobre a sua experiência como educador/a e/ou gestor/a em políticas de atendimento socioeducativo na relação com os jovens egressos participantes dessa pesquisa.

Os locais, datas e horários das entrevistas serão combinados com você, respeitando sua disponibilidade e preferência e considerando os cuidados e precauções frente à pandemia da Covid-19. Fica garantido, a você, o acesso ao material transcrito e o direito ao veto de parte ou de toda a transcrição a qualquer momento da pesquisa. Você não terá nenhum custo e nem bônus com a pesquisa. Sobre o resultado, será devolvido a cada participante. Todas as gravações ficarão arquivadas durante cinco anos em memória de computador dos pesquisadores.

Durante a realização dessa pesquisa asseguraremos todos os cuidados necessários à sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Os riscos dessa pesquisa são mínimos relacionados ao desconforto ou constrangimentos que poderão ocorrer quando você relatar sobre questões que marcam sua experiência de trabalho e acompanhamento dos jovens participantes dessa pesquisa, que passou pela experiência de cumprimento de medida socioeducativa. Você poderá solicitar que a pesquisadora retire uma parte ou todo o seu depoimento caso você queira. A pesquisadora também poderá interromper a entrevista ou mesmo a sua participação caso você não se sinta confortável com a pesquisa. E em caso de dúvidas sobre as questões éticas dessa pesquisa, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – COEP (telefone (031) 3409-4592 - e-mail: coep@prpq.ufmg.br).

A sua participação é muito importante, pois possibilitará que você fale sobre a experiência de acompanhar, orientar e ser referência de um jovem que esteve em uma política/programa de atendimento socioeducativo e contribuirá para análise e compreensão das trajetórias de vida e condição juvenil de jovens egressos de medida socioeducativa.

Gostaríamos de ressaltar que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa, podendo ser divulgado em congressos, revistas, livros e na tese de doutorado de Jorddana Rocha de Almeida. E sua identidade ficará assegurada por meio do uso de um nome fictício.

Estamos, também, disponíveis para qualquer explicação no decorrer da pesquisa também através dos telefones que deixamos abaixo e você tem a liberdade de deixar de participar em qualquer

momento, não tendo nenhum constrangimento por isso. Este documento possui duas vias, para que uma delas fique com você.

Desde já agradecemos sua colaboração!

Eu _____, declaro que fui consultado (a) pelos responsáveis pelo projeto de pesquisa, Geraldo Magela Pereira Leão, telefone (31) 3409-5323 e Jorddana Rocha de Almeida, telefone (33) 99142-7239 e respondi positivamente à sua demanda de realizar a coleta de dados de sua pesquisa por meio de entrevistas. Terei liberdade para manifestar minha adesão ou não ao projeto, sem qualquer prejuízo. Entendi as informações fornecidas pela pesquisadora aceito participar da investigação intitulada “Trajetórias de vida de jovens egressos da semiliberdade no município de Governador Valadares – MG”. Participo da pesquisa, portanto, com meu consentimento livre e esclarecido.

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

Geraldo Magela Pereira Leão

e-mail: gleao2001@gmail.com

Jorddana Rocha de Almeida

e-mail: jorddana.rocha@gmail.com

COEP- Comitê de Ética em Pesquisa

Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar sala 2005 - Campus Pampulha - Belo Horizonte, MG – telefax (031) 3409-4592 email: coep@prpq.ufmg.br

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – FAMILIARES E AMIGOS/AS

O professor Geraldo Magela Pereira Leão e a doutoranda Jorddana Rocha de Almeida da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais têm o prazer de convidá-lo a participar da pesquisa “Trajetórias de vida de jovens egressos da semiliberdade no município de Governador Valadares – MG”.

O objetivo da pesquisa é compreender as trajetórias de vida dos jovens que participaram da medida socioeducativa de semiliberdade em Governador Valadares.

Gostaríamos de realizar com você algumas entrevistas, que serão gravadas e transcritas. Essas entrevistas serão, principalmente, sobre a sua experiência de vida como um membro da família e/ou amigo/a que acompanha a vida de um dos jovens participantes dessa pesquisa e que é uma pessoa de referência na vida dele.

Os locais, datas e horários das entrevistas serão combinados com você, respeitando sua disponibilidade e preferência e considerando os cuidados e precauções frente à pandemia da Covid-19.. Fica garantido, a você, o acesso ao material transcrito e o direito ao veto de parte ou de toda a transcrição a qualquer momento da pesquisa. Você não terá nenhum custo e nem bônus com a pesquisa. Sobre o resultado, será devolvido a cada participante. Todas as gravações ficarão arquivadas durante cinco anos em memória de computador dos pesquisadores.

Durante a realização dessa pesquisa asseguraremos todos os cuidados necessários à sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Os riscos dessa pesquisa são mínimos relacionados ao desconforto ou constrangimentos que poderão ocorrer quando você relatar sobre questões que marcam sua vida, como uma pessoa de referência na relação com um dos jovens participantes dessa pesquisa, que passou pela experiência de cumprimento de medida socioeducativa. Você poderá solicitar que a pesquisadora retire uma parte ou todo o seu depoimento caso você queira. A pesquisadora também poderá interromper a entrevista ou mesmo a sua participação caso você não se sinta confortável com a pesquisa. E em caso de dúvidas sobre as questões éticas dessa pesquisa, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – COEP (telefone (031) 3409-4592 - e-mail: coep@prpq.ufmg.br).

A sua participação é muito importante, pois possibilitará que você fale sobre a experiência de acompanhar, orientar e ser referência de um jovem que esteve em uma unidade de atendimento socioeducativo e contribuirá para análise e compreensão das trajetórias de vida e condição juvenil de jovens egressos de medida socioeducativa.

Gostaríamos de ressaltar que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa, podendo ser divulgado em congressos, revistas, livros e na tese de doutorado de Jorddana Rocha de Almeida. E sua identidade ficará assegurada por meio do uso de um nome fictício.

Estamos, também, disponíveis para qualquer explicação no decorrer da pesquisa também através dos telefones que deixamos abaixo e você tem a liberdade de deixar de participar em qualquer

momento, não tendo nenhum constrangimento por isso. Este documento possui duas vias, para que uma delas fique com você.

Desde já agradecemos sua colaboração!

Eu _____, declaro que fui consultado (a) pelos responsáveis pelo projeto de pesquisa, Geraldo Magela Pereira Leão, telefone (31) 3409-5323 e Jorddana Rocha de Almeida, telefone (33) 99142-7239 e respondi positivamente à sua demanda de realizar a coleta de dados de sua pesquisa por meio de entrevistas. Terei liberdade para manifestar minha adesão ou não ao projeto, sem qualquer prejuízo. Entendi as informações fornecidas pela pesquisadora aceito participar da investigação intitulada “Trajetórias de vida de jovens egressos da semiliberdade no município de Governador Valadares – MG”. Participo da pesquisa, portanto, com meu consentimento livre e esclarecido.

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

Geraldo Magela Pereira Leão

e-mail: gleao2001@gmail.com

Jorddana Rocha de Almeida

e-mail: jorddana.rocha@gmail.com

COEP- Comitê de Ética em Pesquisa

Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar sala 2005 - Campus Pampulha - Belo Horizonte, MG – telefax (031) 3409-4592 email: coep@prpq.ufmg.br

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – JOVENS

O professor Geraldo Magela Pereira Leão e a doutoranda Jorddana Rocha de Almeida da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais têm o prazer de convidá-lo a participar da pesquisa “Trajetórias de vida de jovens egressos da semiliberdade no município de Governador Valadares – MG”.

O objetivo da pesquisa é compreender as trajetórias de vida dos jovens que participaram da medida socioeducativa de semiliberdade em Governador Valadares.

Caso você decida participar, gostaríamos de te acompanhar em momentos da sua rotina e realizar com você algumas conversas e entrevistas, que serão gravadas e transcritas. Essas entrevistas serão principalmente sobre sua história de vida, conversaremos sobre sua convivência com seus familiares e sua comunidade/bairro, sobre os desafios após sua saída da semiliberdade, sua relação com a escola, com o trabalho e suas perspectivas de futuro. Os locais, datas e horários das entrevistas serão combinados com você, respeitando sua disponibilidade, preferência e os cuidados e precauções frente à pandemia da Covid-19.. Fica garantido, a você, o acesso ao material transcrito e o direito ao veto de parte ou de toda a transcrição a qualquer momento da pesquisa. Você não terá nenhum custo e nem bônus com essa pesquisa. Sobre o resultado, será devolvido a cada um dos participantes. Todas as gravações ficarão arquivadas durante cinco anos em memória de computador dos pesquisadores.

Durante a realização dessa pesquisa asseguraremos todos os cuidados necessários à sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Os riscos dessa pesquisa são mínimos e estão relacionados ao desconforto ou constrangimentos que poderão ocorrer quando você falar sobre questões que marcam sua história de vida, experiência na medida socioeducativa e depois de cumprí-la. Você poderá solicitar que a pesquisadora retire uma parte ou todo o seu depoimento caso você queira. A pesquisadora também poderá interromper a entrevista ou mesmo a sua participação caso você não se sinta confortável com a pesquisa. E em caso de dúvidas sobre as questões éticas dessa pesquisa, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – COEP (telefone (031) 3409-4592 - e-mail: coep@prpq.ufmg.br).

A sua participação é muito importante, pois possibilitará que você fale sobre a sua experiência de vida como jovem, que passou pela experiência da semiliberdade e contribuirá para compreendermos as marcas dessa experiência e os desafios que são enfrentados depois que cumprem a medida.

Gostaríamos de ressaltar que o uso das informações fornecidas será destinado exclusivamente para a realização dessa pesquisa, podendo ser divulgado em congressos, revistas, livros e na tese de doutorado de Jorddana Rocha de Almeida. E sua identidade ficará assegurada por meio do uso de um nome fictício. Por último, queremos que você saiba que estamos disponíveis para qualquer dúvida no decorrer da pesquisa e que você pode entrar em contato também nos telefones que deixamos abaixo. Além disso, você tem a liberdade de deixar de participar em qualquer momento, não tendo nenhum constrangimento por isso. Este documento possui duas vias, para que uma delas fique com você.

Desde já agradecemos sua colaboração!

Eu _____, declaro que fui consultado pelos responsáveis pelo projeto de pesquisa “Trajetórias de vida de jovens egressos da semiliberdade no município de Governador Valadares – MG”, Geraldo Magela Pereira Leão, telefone (31) 3409-5323 e Jorddana Rocha de Almeida, telefone (31) 99142-7239 e respondi positivamente à sua necessidade de realizar a coleta de dados para sua pesquisa por meio de observações e entrevistas. Terei liberdade para manifestar minha adesão ou não ao projeto, sem qualquer prejuízo. Entendi as informações fornecidas pela pesquisadora e aceito participar da investigação intitulada “Trajetórias de vida de jovens egressos da semiliberdade no município de Governador Valadares – MG”. Participo da pesquisa, portanto, com meu consentimento livre e esclarecido.

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

Geraldo Magela Pereira Leão

e-mail: gleao2001@gmail.com

Jorddana Rocha de Almeida

e-mail: jorrdana.rocha@gmail.com

COEP- Comitê de Ética em Pesquisa

Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar sala 2005 - Campus Pampulha - Belo Horizonte, MG – telefax (031) 3409-4592 email: coep@prpq.ufmg.br